

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS TERRITORIAIS

ANEXO III RELATÓRIO FINAL

FICHAS DE AVALIAÇÃO PDCT

Equipa de Avaliação:

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Cofinanciado por:



Equipa de Avaliação

Coordenação

Paulo Feliciano

Gisela Ferreira

Direção Executiva

Tatiana Alves

Equipa Técnica

Ana Simões

Cláudia Camacho

Filipa Seiceira

Magda Porta

Maria Dulce Santana

Rosa Palma

Rui Godinho

Teresa Evaristo

Peritos

Luís Capucha

Paulo Pedroso

Sérgio Caramelo



Índice

I. REGIÃO NORTE	5
Ficha de avaliação PDCT Alto Minho.....	6
Ficha de avaliação PDCT Área Metropolitana do Porto	39
Ficha de avaliação PDCT Ave	77
Ficha de avaliação PDCT Cávado	107
Ficha de avaliação PDCT Tâmega Sousa	141
II. REGIÃO CENTRO.....	177
Ficha de avaliação PDCT Região de Aveiro.....	178
Ficha de avaliação PDCT Médio Tejo	212
Ficha de avaliação PDCT CIM Região de Coimbra.....	249
Ficha de avaliação PDCT Oeste	291
Ficha de avaliação PDCT Viseu, Dão e Lafões	335
III. REGIÃO ALENTEJO	362
Ficha de avaliação PDCT Alentejo Central.....	363
Ficha de avaliação PDCT Alentejo Litoral	405
Ficha de avaliação PDCT Alto Alentejo	435
Ficha de avaliação PDCT Baixo Alentejo	467
Ficha de avaliação PDCT Lezíria do Tejo	504

SIGLAS

AG - Autoridade de Gestão
 AM - Área Metropolitana
 CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
 CIC - Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020
 CIM - Comunidades Intermunicipais
 DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
 EDL - Estratégias de Desenvolvimento Local
 EIDT - Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
 FEEI - Fundos Europeus e Estruturais de Investimento
 FSE - Fundo Social Europeu
 FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
 FEAMP - Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas
 FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
 GA - Grupo de Acompanhamento
 GAL - Grupo de Ação Local
 GAT - Grupo de Apoio Técnico
 ITI - Investimentos Territoriais Integrados
 INE - Instituto Nacional de Estatística
 MAR2020 - Programa Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020)
 NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
 PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
 PAPN - Programa de Apoio à Produção Nacional
 PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana
 PDCT - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
 PDR - Programa de Desenvolvimento Regional do Continente
 PO Regional - Programa Operacional Regional
 PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira. 2014-2020
 PRORURAL + - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores
 PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território
 PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
 PT2020 - Portugal 2020
 QA - Questão de Avaliação
 QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

I. REGIÃO NORTE

Ficha de avaliação PDCT Alto Minho



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho

CIM Alto Minho - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Região: Norte - NUT III Minho-Lima

Municípios: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

População total: 231.488 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM do Alto Minho, contratualizado em 2016, encontrava-se alinhado principalmente com o Eixo Temático 4 da EIDT do Alto Minho 2020 – “Tornar o Alto Minho uma Região mais Resiliente” e com os respetivos Objetivos específicos, para os quais terá um contributo relevante. Tornar o Alto Minho uma região mais resiliente, constitui o desafio central e a vocação específica do PDCT. O seu papel será muito pouco relevante para a concretização dos restantes 3 Eixos Temáticos e Objetivos específicos da EIDT, para os quais serão mobilizados outras fontes e outros instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>Eixos Temáticos e Objetivos Específicos da EIDT que não são concretizados através do PDCT, ou para os quais este instrumento tem um contributo pouco relevante:</p> <p><u>ET 1 - Tornar o Alto Minho uma região mais competitiva</u></p> <p>1.1 Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva</p> <p>1.2 Articular a base competitiva regional e setorial</p> <p><u>ET 2 - Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa</u></p> <p>2.1 Estruturar produtos de localização residencial</p> <p>2.2 Estruturar produtos turísticos</p> <p>2.3 Estruturar produtos de localização empresarial</p> <p>2.4 Promover a atratividade global</p> <p><u>ET 3 - Tornar o Alto Minho uma região mais conectada</u></p> <p>3.1 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas</p> <p>3.2 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens</p> <p>3.3 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos</p> <p>3.4 Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas</p> <p>Todos os Eixos Prioritários e Medidas do PDCT têm um contributo esperado para a EIDT, designadamente para o Eixo Temático 4 – “Tornar o Alto Minho uma Região mais Resiliente” e para os respetivos Objetivos específicos.</p> <p>(Cf. Quadro abaixo - Matriz de coerência e alinhamento do PDCT com os Eixos Temáticos e Objetivos Específicos da EIDT).</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT	Parcial.

(abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?

Dos 12 objetivos específicos da EIDT, 7 não são abrangidos pelo PDCT e 2 têm uma correspondência muito limitada com as medidas do PDCT.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O quadro seguinte evidencia a coerência e o alinhamento dos Eixos Prioritários e Medidas PDCT do Alto Minho com o Eixo Temático 4 da EIDT do Alto Minho 2020 – “Tornar o Alto Minho uma Região mais Resiliente” e com os respetivos Objetivos específicos.

O PDCT, enquanto instrumento de concretização da EIDT Alto Minho 2020, tem um perímetro de intervenção limitado face aos Eixos Temáticos e aos Objetivos da EIDT, que ultrapassam o âmbito temático deste instrumento.

A definição das elegibilidades no quadro do PDCT e a as opções relativamente à contratualização das PI disponibilizadas, acabaram por definir o âmbito temático deste instrumento e o seu potencial contributo para os objetivos da EIDT. A não contratualização da PI 6.3, determinou desde logo, a ausência de contributo do PDCT para o Eixo temático 2 da EIDT - Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa, principalmente para o Objetivo específico – 2.2. Estruturar produtos turísticos. A opção de não contratualização das PI 5.1 e 6.1, inicialmente previstas em sede de candidatura, determinou também o menor contributo do PDCT para o Objetivo específico da EIDT - Promover a resiliência por via da sustentabilidade, já que não permitiu executar as seguintes Medidas do PDCT: I.2 – Capacitação para a prevenção das alterações climáticas e I.4 – Sensibilização para a reutilização de resíduos.

Matriz de coerência e alinhamento do PDCT com os Eixos Temáticos e Objetivos Específicos da EIDT

Eixos Temáticos da EIDT do Alto Minho	Objetivos específicos da EIDT	Eixos Prioritários e Medidas do PDCT	PI Mobilizadas
ET 1 - Tornar o Alto Minho uma região mais competitiva	1.1 Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva	EP 1 - Promover a resiliência por via da competitividade M I.1 e M I.2 – Promoção do empreendedorismo de base local e social – vertente emprego e investimento empresarial	PI 8.3 Pi 8.8
	1.2 Articular a base competitiva regional e setorial (articulação e inserção das empresas da região em cadeias de produção globais, desenvolvimento da fileiras e clusters, ...)		
ET 2 - Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa	2.1 Estruturar produtos de localização residencial (soluções residenciais em habitats diferenciados com o objetivo de captar e fixar residentes)		
	2.2 Estruturar produtos turísticos (com o objetivo de aumentar a visitaçao do Alto Minho)		
	2.3 Estruturar produtos de localização empresarial (criar um ambiente favorável aos negócios, para atrair investimento, ...).		
	2.4 Promover a atratividade global		
ET 3 - Tornar o Alto Minho uma região mais conectada	3.1 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas		
	3.2 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de bens		
	3.3 Conjuguar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de conteúdos	EP 1 - Promover a resiliência por via da competitividade M I.3 – Redução dos custos de contexto na Administração local	PI 2.3
	3.4 Promover a abertura à escala internacional e o estabelecimento de plataformas colaborativas		
ET 4 - Tornar o Alto Minho uma região	4.1 Promover a resiliência por via da sustentabilidade (valorização dos recursos naturais e da biodiversidade,	EP 2 - Promover a resiliência por via da sustentabilidade M I.1 – promoção da sustentabilidade energética na Administração local	PI 4.3 PI 5.2 M04 do PDR

Eixos Temáticos da EIDT do Alto Minho	Objetivos específicos da EIDT	Eixos Prioritários e Medidas do PDCT	PI Mobili-zadas
mais resiliente	conjugada com a sustentabilidade energética, a ecoeficiência e a sustentabilidade empresarial)	M 1.2 – Capacitação para a prevenção das alterações climáticas M 1.3 – Capacitação para a prevenção dos riscos M 1.4 – Sensibilização para a reutilização de resíduos M 1.5 – promoção da eficiência de regadios existentes M 1.6 – Promoção de Ação de estruturação fundiária	
	4.2 Promover a resiliência por via da coesão (construção de um território coeso e inclusivo).	EP 3 - Promover a resiliência por via da coesão M 1.1 - Qualificação da rede territorial de serviços coletivos de educação de proximidade M 1.2 - Dinamização do Programa intermunicipal de combate ao abandono e insucesso escolar. M 1.3 - Qualificação da rede territorial de serviços coletivos sociais de proximidade M 1.4 - Promoção da inclusão social pela Arte e Cultura. M 1.5 – Promoção do envelhecimento Ativo M 1. 6 – Promoção da inserção profissional, da empregabilidade e emprego M 1. 7 – Mobilização e capacitação do voluntariado	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5
	4.3 Promover a resiliência por via da competitividade	EP 1 - Promover a resiliência por via da competitividade M 1.1 e M 1.2 – Promoção do empreendedorismo de base local e social – vertente emprego e investimento empresarial M 1.3 – Redução dos custos de contexto na Administração local	PI 8.3 PI 8.8 PI 2.3

Fontes: Estratégia Global e Plano Global de Ação Alto Minho 2020; PDCT da CIM do Alto Minho contratualizado (fevereiro de 2016), Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores.

TABELA SÍNTESE– INDICADOR 3 E 4:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	A CIM AM considerou todas as PI muito adequadas, já que atribuiu a todas o grau de adequação 5, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada. No entanto, em sede de entrevista, a CIM AM referiu a sua discordância relativamente à contratualização das seguintes PI/Medidas contratualizadas no âmbito do PDCT do Alto Minho: - PI 8.3 direcionada para a criação de emprego; - PI 9.1/ Tipologia trabalho socialmente necessário, cuja execução está atribuída ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.); - M04 do PDR.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A CIM AM referiu as seguintes prioridades, tendo em conta a sua pertinência para o território do Alto Minho: regeneração urbana e mobilidade urbana.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

A CIM AM considera que o montante global contratualizado foi insuficiente, houve subfinanciamento na maior parte das Prioridades de Investimento e a metodologia utilizada para a atribuição de verbas não valorizou o trabalho da conceção da EIDT.

O montante contratualizado em 2016 sofreu uma redução global de -58.2% face ao apresentado em sede de candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades identificadas. Esta redução resultou da redução generalizada da dotação em todas as PI e da desistência das PI 5.1 e 6.1.

A reprogramação em 2021, teve como efeito um acréscimo de 12,6% na dotação global com novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às perspetivas de concretização dos investimentos inicialmente previstos. A PI 10.5, é atualmente aquela com maior peso na dotação atual, concentrando 43,9% da dotação global.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>O PDCT inicialmente contratualizado (fevereiro de 2016) teve uma redução na dotação global de -58,2% face ao apresentado em sede de candidatura, que resultou da redução generalizada da dotação em todas as PI e da desistência das PI 5.1 e 6.1. A redução da dotação financeira foi mais elevada, superior a 86% nas PI 8.8 e 10.1.</p> <p>As PI com maior peso financeiro são: 10.5, 9.1, 4.3, 8.3 e M04 do PDR.</p> <p>Na sua versão atual, após a última reprogramação, destaca-se o seguinte, face ao PDCT contratualizado em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustamentos ao nível da dotação por PI, que resultaram da eliminação ou introdução de novos investimentos/projetos e ajustamentos ao nível das operações que se mantêm. - Reforço do peso financeiro da PI 10.5, que passou a concentrar 43,9% da dotação global, da PI 2.3, 8.8 e 9.7. - Redução do peso financeiro principalmente na PI 8.3 devido à redução da procura, mas também na PI 4.3 devido às dificuldades de operacionalização e fraca atratividade. - A dotação da PI 9.4 foi anulada e foram eliminados os investimentos previstos. <p>Ver Quadro abaixo - Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso financeiro em sede de candidatura, no Pacto inicialmente e contratualizado (fevereiro de 2016) e na sua versão atual (após a última reprogramação em agosto de 2021).</p>
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A CIM AM considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5. - O financiamento contratualizado foi ajustado nas seguintes PI/TI: 5.2, 9.1, 9.4 e Mo4 do PDR.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação da dotação proposta em sede candidatura, contratualizada e atual

PI	Fundo	Dotação proposta candidatura		Dotação PDCT contratualizado (2016)		Dotação atual (após reprogramação 2021)		Variação candidato/ contratualizado	Variação Contratualizado 2016/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	5.144.319,5	3,63	1.972.966,2	3,33	2.844.550,7	4,26	-61,6	44,2
4.3	FEDER	13.601.102,3	9,59	7.219.211,7	12,18	4.194.069,1	6,29	-46,9	-41,9
5.1	FC	356.363,0	0,25	0,0		0,0	0,00	-100,0	
5.2	FC	3.430.417,3	2,42	882.651,0	1,49	882.651,0 (1)	1,32	-74,3	0,0
6.1	FC	26.228,0	0,02	0,0		0,0	0,00	-100,0	
8.3	FSE	8.999.019,3	6,35	6.766.114,2	11,42	8.415,9	0,01	-24,8	-99,9
8.8	FEDER	15.125.720,0	10,67	2.072.845,9	3,50	7.502.323,0	11,24	-86,3	261,9
9.1	FSE	11.424.813,9	8,06	10.203.782,3	17,22	5.754.243,4	8,62	-10,7	-43,6
9.4	FSE	3.858.357,0	2,72	1.019.684,0	1,72	0,0	0,00	-73,6	
9.7	FEDER	10.123.576,0	7,14	2.262.638,0	3,82	7.146.074,0	10,71	-77,6	215,8
10.1	FSE	27.741.968,7	19,57	3.651.121,4	6,16	3.759.437,8	5,63	-86,8	3,0
10.5	FEDER	18.794.093,3	13,26	16.150.000,0	27,25	29.262.228,5	43,86	-14,1	81,2
M04	FEADER	23.158.716,0	16,33	7.058.443,0	11,91	6.252.686,0	9,37	-69,5	-11,4
Total FEDER		62.788.811,1	44,28	29.677.661,9	50,08	50.949.245,4	76,36	-52,7	71,7
Total FSE		52.024.158,9	36,69	21.640.701,9	36,52	9.522.097,1	14,27	-58,4	-56,0
Total FC		3.813.008,3	2,69	882.651,0	1,49	0,0	0,00	-76,9	
Total FEADER		23.158.716,0	16,33	7.058.443,0	11,91	6.252.686,0	9,37	-69,5	-11,4
Total		141.784.694,3	100,00	59.259.457,8	100,00	66.724.028,4	100,00	-58,2	12,6

Fontes: Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-017; PDCT Alto Minho contratualizado (fevereiro de 2016); PDCT Alto Minho - reprogramação 2021.

(1) Não foi disponibilizado o valor atualizado da dotação desta PI após a reprogramação de 2021. O valor apresentado corresponde por isso ao valor da dotação no momento da contratualização inicial (2016) que pode não corresponder à dotação atual.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado: <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto a M04 do FEADER; - Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Na generalidade, os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado dão expressão às medidas e aos investimentos previstos. No entanto, nem sempre são suficientes para aferir a execução e os resultados, dificultando a monitorização e a avaliação estratégica e a comparação com outros territórios.</p> <p>Nos casos em que os indicadores comuns definidos foram considerados insuficientes, foram definidos novos indicadores em sede de Aviso para Apresentação de Candidaturas.</p> <p>Alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 8.8, os indicadores não dão expressão às operações relativas à criação de incubadoras pelos municípios. - No caso da PI 9.7., o indicador de realização “Equipamentos sociais e de saúde apoiados”, mede, no caso do PDCT do Alto Minho, apenas os equipamentos sociais apoiados, já que não foram considerados equipamentos de saúde nesta PI. - Os indicadores de realização e de resultado da PI 9.1 – Iniciativas apoiadas e concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura, não permitem perceber o alcance destas medidas (p.ex., o número de participantes / população abrangida). - Os indicadores de realização e de resultado associados à PI 10.1 - “Plano Integrado e inovador de combate ao insucesso escolar” e “Nº de alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar”, foram considerados insuficientes o que levou à definição, em sede de AAC, de novos indicadores de realização e de resultado, alguns dos quais obrigatórios (AAC para Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar e seus projetos – Aviso Nº Norte-66-2016-28/29). <p>Na resposta à SQ 26 – indicador 97, são apresentados outros exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre as operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre os pressupostos da definição das metas e de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p> <p>Na sequência de reprogramações das dotações por PI, foram ajustadas as metas dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regadios tradicionais - Área a beneficiar: redução da meta para 2023. - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos – redução da meta para 2023.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de carácter estratégico e programático, referenciais para a definição das operações a implementar no âmbito do PDCT, por exemplo, no caso dos equipamentos sociais.

Para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT em várias áreas temáticas - Riscos, proteção civil e alterações climáticas, Resíduos, Turismo, património natural, educação e ação social, modernização administrativa, mobilidade sustentável e energia, recorreu a outras fontes e instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM AM referiu, na resposta aos Inquérito às CIM, a articulação com os seguintes instrumentos: - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU); - Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU). NO PDCT são referidos os Referenciais Estratégicos da Rede Social, de âmbito municipal e supramunicipal.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (executadas fora do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi desde logo explicitado em sede de formulação estratégica e considerado pela CIM suficiente (a CIM atribuiu a pontuação 4 a este contributo, numa escala de 1- nulo a 6 - muito elevado). O Plano de Ação da EIDT prevê 9 programas de Ação, cada um deles com uma lista de projetos/intervenções a executar através de vários instrumentos de operacionalização e de financiamento, entre eles o PDCT. A CIM AM promoveu outras intervenções com contributo para a EIDT, através de outros instrumentos de financiamento (Cf. Tabela abaixo - Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para os objetivos específicos da EIDT).
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A CIM AM referiu, na resposta ao Inquérito às CIM, que houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e outras fontes de financiamento, na fase de programação e de implementação. Referiu ainda que as fontes de financiamento consideradas não foram adequadas. Fontes de financiamento mobilizadas fora do âmbito do PDCT, referidas na resposta ao Inquérito às CIM e na entrevista realizada com a CIM: - PO Norte 2020; - POEUR; - POCTEP; - Turismo Portugal; - INTERREG EUROPE; - ERASMUS; - EEAGRANTS; - URBACT.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A articulação com outros instrumentos de financiamento foi feita a priori, com a conceção de projetos e com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 11 A 12:

A EIDT Alto Minho 2020 foi desenhada com o objetivo de criar um quadro estratégico e de ação para Alto Minho, que responda aos problemas e desafios que se colocam neste território, tendo como ponto de partida a avaliação do potencial de desenvolvimento nos vários eixos temáticos de intervenção.

Foi definido um Plano de Ação consubstanciado em 9 Programas de Ação, a executar através de vários instrumentos de operacionalização e de financiamento, entre eles o PDCT, envolvendo um leque alargado de parceiros/atores do território.

O quadro seguinte apresenta alguns exemplos dos projetos em execução fora do âmbito de PDCT, recorrendo a outros instrumentos de financiamento, bem como o seu contributo para os objetivos da EIDT.

Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para os Objetivos específicos da EIDT

Temática	Projetos	Instrumento de financiamento	Objetivos específicos da EIDT para os quais o projeto contribui
Temática Riscos, proteção civil e alterações climáticas	PROTEC GEORISK ALTO MINHO 2020;	POSEUR	4.1 Promover a resiliência por via da sustentabilidade (valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, conjugada com a sustentabilidade energética, a ecoeficiência e a sustentabilidade empresarial)
	- INFO_RISK - Informar sobre os riscos associados às Alterações Climáticas no Alto Minho;	POSEUR	
	CONTROLO VESPA 2.0	POSEUR	
	ARIEM + -Asistencia Reciproca Interegional en emergências y riesgos transfronterizos	POCTEP	
	FORVALUE -Gestão inovadora para a valorização e resiliência do espaço florestal	POCTEP	
	GEFRECON -Gestão Florestal Conjunta, a fim de reduzir o risco de incêndios florestais no território	POCTEP	

Resíduos	Estudos municipais para o desenvolvimento de sistemas de recolha de biorresíduos	Fundo Ambiental	
Turismo Natureza & Património Natural	CW –ALDEIAS DO ALTO MINHO	Turismo Portugal	2.2 Estruturar produtos turísticos
	Fronteira Esquecida -Potenciar os recursos naturais e culturais do rio Limia-Lima	POCTEP	2.2 Estruturar produtos turísticos 4.1 Promover a resiliência por via da sustentabilidade (valorização dos recursos naturais e da biodiversidade, ...)
	VISIT RIO MINHO -Capitalização da marca “Rio Minho” através de atividades transfronteiriças de preservação, qualificação e valorização ambiental	POCTEP	
	Alto Minho NATURA 2020 -Programa Integrado de Educação Ambiental para a Preservação e Conservação da Natureza e da Biodiversidade	Norte 2020	
Criatividade e património cultural	ALTO MINHO 4D	Norte 2020	2.2 Estruturar produtos turísticos 4.2 Promover a resiliência por via da coesão (construção de um território coeso e inclusivo).
	CAMINHO DE TORRES	Norte 2020	
	DE REPENTE CANTA A GENTE	Norte 2020	
	PROGRAMAÇÃO CULTURAL EM REDE-RIMA	Norte 2020	
	CULT-RING	Norte 2020	
MAR & RIO (Valorização económica e ambiental)	ENCONTRO LUSO GALAICO	Norte 2020	1.1 Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva
	CHERISH	INTERREG EUROPE	
	R.O.S.E – Rowing and Outdoor Sports For Education(ERASMUS)	ERASMUS	
Educação e Ação Social	ALTERNATIVA AZUL	EEAGRANTS	4.2 Promover a resiliência por via da coesão (construção de um território coeso e inclusivo).
	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Norte 2020	
Modernização administrativa e SI (Geográfica)	Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial	Norte 2020	1.1 Valorizar os recursos endógenos como critério de afirmação competitiva 2.4 Promover a atratividade global 3.3 Conjugar infraestruturas e serviços para promover a mobilidade de conteúdos
	BIG DATA 4 RIVERS	INTERREG EUROPE	
	EGOV Alto Minho 2020	Norte 2020	
Mobilidade sustentável e energia	URB-EN PACT -together towards zero net energy cities	URBACT	4.1 Promover a resiliência por via da sustentabilidade
	Mobilidade Urbana Sustentável Alto Minho 2020	Norte 2020	
	Medidas de apoio à redução tarifária (PART E PROTRANSP)	OE Transportes	3.1 e 3.2 Conjugar infraestruturas e serviços para a promoção da mobilidade de pessoas e bens

Fonte: Instrumentos extra PDCT - Informação fornecida pela CIM Alto Minho no âmbito da presente avaliação.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIM AM fez uma avaliação desfavorável do contributo do modelo de aprovação/negociação, bem como do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades. A CIM considerou este modelo pouco flexível, com a possibilidade de escolha das PI muito limitada, sendo que a Medida 04 do PDR era dispensável, para o território do Alto Minho.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIM AM atribuiu uma pontuação média de 2,6 (numa escala de 1- nulo a 6- muito elevado) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. O contributo do modelo foi considerado pela CIM: - Suficiente (4): para a relevância do instrumento para a estratégia; - Baixo (3): para a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; para a adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; para a criação de novas parcerias nos territórios; e para o envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. - Muito baixo (2): para a simplificação do processo de seleção; para a celeridade do processo de seleção; para o aumento da qualidade das EIDT/PDCT; para melhorar a dotação financeira atribuída, associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; para simplificar o processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT. A CIM considerou este modelo pouco flexível, sem possibilidade de escolha de outras PI, sendo que a Medida 04 do PDR era dispensável, no caso do Alto Minho.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	A avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também pouco favorável já que no Inquérito às CIM foi atribuída uma pontuação média de 3 numa escala de 1 a 6. O contributo deste processo foi considerado pela CIM AM baixo (pontuação 3) para todos os parâmetros: - Para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...); - Para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; - Para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; - Para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; - Para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta; - Para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Para assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; - Para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram valorizados no PDCT o que é evidente pelo número de operações desta natureza, bem como pela relevância do investimento total previsto, em sede de candidatura e no PDCT contratualizado. No entanto, o investimento contratualizado neste tipo de projetos, é inferior ao previsto em sede de candidatura. Alguns dos investimentos previstos na contratualização acabaram posteriormente por ser eliminados na sequência de reprogramações (operações previstas na PI 9.4 e a operação prevista na PI 9.1 – Bolsa especializada de voluntariado).

As operações intermunicipais no PDCT contratualizado representam um investimento total de 19.073.508,48 euros concentrado principalmente na promoção da inclusão social (69%). O investimento total na área da educação representa 22,5% do total.

Valorizou também as parcerias com outros *Stakeholders*, nas áreas do empreendedorismo e da inclusão social.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 21:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	Tipologia das operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2016): PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos PI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos

	<p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis (Trabalho Socialmente Necessário - CEI e CEI+; e Cultura para todos)</p> <p>PI 9.4 - Envelhecimento Ativo.</p> <p>PI 10.1 – Redução do Abandono Escolar.</p>
<p>Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)</p>	<p>No PDCT contratualizado, no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 11 operações de natureza intermunicipal (num total de 115), com um investimento total de 19.073.508,48 €.</p> <p>Em sede de candidatura, foram propostas 14 operações desta natureza (num total de 89 operações) com um investimento total de 25.974.162,91 €.</p> <p>(Nota: Desta análise excluíram-se as PI 8.3 e 8.8, uma vez que não estão identificadas o número de operações a apoiar pelas entidades promotoras e por não ser perceptível quais são operações intermunicipais).</p> <p>A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a redução do investimento total em projetos desta natureza é explicada pelas seguintes razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do investimento previsto em algumas operações; - Eliminação das seguintes operações que constavam da candidatura: CLIMAT- Capacitação para a prevenção das alterações climáticas (PI 5.1); Campanha para a prevenção e redução e resíduos (PI 6.1); Pacto para a empregabilidade (PI 9.1); <i>School 4All</i> no Alto Minho - Projeto de educação para a empreendedorismo Alto Minho (PI 10.1) - Foi introduzida uma nova operação – Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar (PI 10.1). <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
<p>Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal</p>	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº):</p> <p>Modernização administrativa – 1;</p> <p>Proteção civil – 1;</p> <p>Inclusão social – 8;</p> <p>Educação – 1.</p>
<p>Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios</p>	<p>No quadro de investimentos do PDCT contratualizado estão previstos 11 investimentos que têm como promotores outros stakeholders que não CIM e Municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IEF, I.P. (3 operações na PI 8.3, 8.8 e 9.1); - Teatro do Noroeste (1 operação na PI 9.1); - Comédias do Minho – Associação para a promoção de atividades culturais (1 operação na PI 9.1); - Academia de Música de Viana do Castelo (1 operação na PI 9.1); - Unidade de Saúde Local do Alto Minho (1 operação na PI 9.4); - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2 operações, nas PI 8.3 e 8.8); - Instituto Português do Desporto e Juventude I.P. (2 operações, nas PI 8.3 e 8.8).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 21:

Listagem de Investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatura €	Investimento total PDCT contratualizado €	Variação %
E-Gov Alto Minho 2020 CIM Alto Minho	CIM AM	2.3	Modernização administrativa	535.581,00	535.581,00	0,0
CLIMAT Alto Minho- Capacitação para a Prevenção das Alterações Climáticas	CIM AM	5.1	Alterações climáticas	419.250,60		-100,0
PROTEC GEORISK 2020 - Proteção Civil e Gestão de Riscos no Alto Minho	CIM AM	5.2	Proteção civil	4.085.035,00	1.038.412,95 (1)	-74,6
Mais Ação, Menos Resíduos (conceção de campanhas para a prevenção e redução de quantidade de resíduos)	CIM AM	6.1	Resíduos	30.927,10		-100,0

biodegradáveis depositados em aterro						
Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho	CIM AM	9.1	Inclusão social	2.280.362,00		-100,0
Alto Minho Skill e Will - Bolsa Especializada de Voluntariado	CIM AM	9.1	Inclusão social	201.780,00	201.780,00	0,0
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos. Per Artem Alto Minho - Promoção da cultura pela Arte e Cultura	CIM AM	9.1	Inclusão social	2.770.668,00	2.770.668,00	0,0
Contratos de emprego Inserção Alto Minho	IEFP, I.P.	9.1	Inclusão social	7.015.822,16	7.859.676,39	12,0
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos. Intergerações- Música e Inclusão no Alto Minho	ACADEMIA DE MÚSICA DE VIANA DO CASTELO - CRAM	9.1	Inclusão social	323.723,00	323.723,00	0,0
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos; Mutantes	COMÉDIAS DO MINHO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES CULTURAIS NO VALE DO MINHO	9.1	Inclusão social	450.820,00	450.820,00	0,0
Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos- ATIVASenior	TEATRO DO NOROESTE - CENTRO DRAMÁTICO DE VIANA, CRL	9.1	Inclusão social	397.782,00	397.782,00	0,0
Seniors Plus Ultra - Promoção de envelhecimento ativo no Alto Minho	CIM AM	9.4	Inclusão social	4.104.443,53	764.828,25	-81,4
Idade madura mente segura	Unidade local de saúde do Alto Minho	9.4	Inclusão social	434.800,00	434.800,00	0,0
School 4All Alto Minho - CIM Alto Minho (Educação Para o Empreendedorismo; Growing Up; Concursos Escolares; Educar nas Empresas; Em Busca do Conhecimento)	CIM AM	10.1	Educação	2.923.168,52		-100,0
Plano Integrado de combate ao insucesso escolar no Alto Minho - componente CIM do Alto Minho	CIM AM	10.1	Educação		4.295.436,89	
Total				25.974.162,91	19.073.508,48	-26,6

Fontes: Candidatura Plano Estratégico EIDT 99-2015-02-017; PDCT da CIM Alto Minho contratualizado (fevereiro de 2016) Anexo 3 – Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores – Quadro de investimentos.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

Estas entidades participaram com frequência na conceção das Estratégias. A sua participação, assegurada através da mobilização de vários instrumentos, foi formal e substantiva e produziu resultados positivos como o alargamento de âmbito da estratégia, a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários e a identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	Grau de Participação destas entidades (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência): - Entidades representativas dos setores económico, ambiental e social - 5 - POR/CCPPOR/CCDR - 5 - Agências públicas da administração Central e central desconcentrada – 5 - Municípios – 5 - Juntas de freguesia – 5 - Outras: entidades privadas com fins lucrativos (empresas) - 5
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	A participação foi formal e substantiva para todas as entidades envolvidas.
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	- Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 A 24:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação*	Tipo de participação	Sessões públicas de debate	Inclusão em grupos de trabalho	Recolha formal de pareceres e contributos	Resposta a questionário
Municípios	5	Formal e Substantiva	x	x	x	x
Juntas de freguesia	5	Formal e Substantiva	x	x	x	x
POR/CCPPOR/CCDR	5	Formal e Substantiva	x	x	x	x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5	Formal e Substantiva	x	X	x	x
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	5	Formal e Substantiva	x	X	x	x
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5	Formal e Substantiva	x	X	x	x
Agências públicas da Administração Central	5	Formal e Substantiva	X	X	x	x
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	5	Formal e Substantiva	x	X	x	x

Entidades	Grau de participação*	Tipo de participação	Sessões públicas de debate	Inclusão em grupos de trabalho	Recolha formal de pareceres e contributos	Resposta a questionário
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	5	Formal e Substantiva	x	X	x	x

Fonte: Inquérito às CIM on-line.

*Escala de 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com a resposta da CIM AM no Inquérito às CIM, participaram na definição da EIDT as seguintes Agências públicas:

- Administração Central: IAPMEI, ADC, INR, DGT, ANPC, IEFP, DGEST, IPDJ, APA.
- Administração Central desconcentrada: CCDRN, DRAP Norte, ARH Norte.

O processo de construção da EIDT, tal como referido no PDCT – Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a implementação do Pacto, envolveu os principais atores públicos e privados (em sede de Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Minho):

- Entidades públicas chave para a estruturação das principais áreas temáticas do PDCT, como os Municípios, o IEFP - Norte, a Direção Geral do Ensino Secundário e Tecnológico - Norte, a Segurança Social de Viana do Castelo, a Direção Regional de Agricultura do Norte, a Direção Geral de Energia e Geologia, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Agência para a Modernização Administrativa, a Associação nacional de Escolas Profissionais, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Guarda Nacional Republicana, a União de Misericórdias Portuguesas, a Unidade Local de Saúde do Alto Minho e a CCDR Norte.
- Os principais parceiros privados e associativos potenciais beneficiários do PDCT – entidades empresariais, do sistema científico e tecnológico, do terceiro setor/economia social e agentes culturais.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

O envolvimento dos *stakeholders* na implementação do PDCT ocorreu de forma continuada apenas no caso dos municípios e do POR/CCPPOR/CCDRN. No que respeita às outras entidades, foi pontual. Este envolvimento contribuiu principalmente para a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	Envolvimento de forma continuada – municípios e POR/CCPPOR/CCDR. Envolvimento pontual - Juntas de freguesia, entidades dos sectores económico, ambiental e social, Agências públicas da Administração Central e da Administração Central descentralizada e entidades privadas com fins lucrativos (empresas).
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIM AM ao inquérito às CIM, para a construção de parcerias.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

O quadro seguinte caracteriza a forma de envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT.

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Forma de envolvimento
Municípios	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Juntas de freguesia	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do sector económico (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do sector Ambiental ((sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do sector Social (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
POR/CCPPOR/CCDR	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Agências públicas da Administração Central descentralizada	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Agências públicas da administração Central	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Resposta a questionário, Sessões Públicas de divulgação e debate

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

Importa acrescentar que o envolvimento de parceiros na implementação do PDCT, se processa também através da sua participação nos órgãos da CIM, com responsabilidades na gestão e acompanhamento do PDCT.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM AM avaliou a pertinência/adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais de forma muito positiva e manifestou-se a favor da delegação de outras competências.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	A CIM AM classificou todas as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR como totalmente pertinentes/adequadas (classificação 6, numa escala de 1 a 6). Relativamente às competências delegadas pelo PDR, a CIM não respondeu.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	A CIM AM classificou este contributo como neutro para todas as dimensões consideradas: <ul style="list-style-type: none"> - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território; - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências que poderiam ter sido delegadas pelo Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR): <ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção a das operações; - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIM faz uma avaliação favorável do funcionamento dos mecanismos de articulação entre a CIM e a AG do POR, no que respeita às reuniões periódicas e de coordenação. No que respeita à emissão de pareceres, considera que esta articulação funciona de forma pouco satisfatória.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação referidos no Inquérito às CIM, no caso do POR: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação. A CIM AM não respondeu a esta questão, relativamente ao restantes PO financiadores (POISE, POSEUR e PDR)
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Funcionamento dos mecanismos de articulação, no caso do POR: <ul style="list-style-type: none"> - As reuniões periódicas e as reuniões de coordenação, funcionam bem (classificação 5, numa escala de 1- não funcionam a 6 – funcionam muito bem); - A emissão de pareceres, funciona de forma pouco satisfatória (classificação 3).

A CIM não respondeu a esta questão, relativamente aos restantes PO financiadores (POISE, POSEUR e PDR).

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

A CIM considera dispor de condições suficientes para o desempenho das suas funções enquanto organismo responsável pela implementação do PDCT, no que respeita aos recursos humanos. A dotação financeira afeta às funções de gestão é considerada pouco adequada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão da contratualização.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	Pouco adequada (grau de adequação 3 numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 5
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM AM considerou a dimensão da equipa técnica adequada (4 numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	No que respeita às competências, a CIM AM considerou a equipa técnica muito adequada (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Necessidade de formação especializada. Polivalência da equipa técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIM AM considera que as ações de capacitação desenvolvidas foram suficientes ou pouco adequadas, tendo referido a necessidade de formação em áreas como Excel, Contratação pública e Contabilidade pública.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Contratação Pública; - Sistemas de Informação.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	As ações de capacitação desenvolvidas sobre contratação pública e sistemas de informação, foram consideradas suficientemente adequadas (4 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada). A CIM AM classificou outras ações de capacitação como critérios de análise de projetos, monitorização e avaliação, e conceção de documentos estratégicos e de programação, como pouco adequadas (3, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	- Excel; - Contratação pública; - Contabilidade pública.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização
SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

A CIM AM considera que houve alguma margem para a articulação com a CIM dos Avisos lançados pelo POR, na medida em deram contributos para vários elementos, que foram parcialmente integrados. No caso dos Avisos de outros programas financiadores, a CIM AM não se pronunciou, na resposta ao Inquérito às CIM.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>A CIM deu contributos, que foram parcialmente integrados, para todos os elementos dos Avisos lançados pelo POR, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prazos de apresentação das candidaturas; - Definição de requisitos (formais e documentais); - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; - Adaptação dos Avisos às especificidades territoriais; - Critérios de seleção das operações. - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Indicadores. <p>No caso dos Avisos do POISE, POSEUR e PDR, a CIM AM não respondeu.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais nos Avisos:</p> <p><u>S12E - AVISO N.º NORTE-M7-2018-25, CIM Alto Minho:</u></p> <p>As ações a financiar devem incidir nas seguintes linhas de ação prioritárias da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial “Alto Minho 2020”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação de Agentes de Animação Turística do Alto Minho; - Estruturação, promoção e comercialização integrada de pacotes turísticos do Alto Minho. <p><u>PI 9.7 – Equipamentos Sociais AVISO N.º NORTE-42-2018-11</u></p> <p>Critérios e subcritérios de seleção das operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A.3 - Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais; - E.1 - Alinhamento dos projetos com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com o exercício de mapeamento. <p><u>PI 10.5 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário) AVISO N.º NORTE-73-2021-23</u></p> <p>Critérios e subcritérios de seleção das operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - E.1 - Alinhamento dos projetos com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com o exercício de mapeamento.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A avaliação da CIM AM relativamente aos calendários de abertura de Avisos e aos prazos de submissão de candidaturas, foi desfavorável em todas as Prioridades de Investimento. Foram referidos o lançamento tardio dos Avisos e a impossibilidade de intervenção da CIM no calendário dos Avisos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: foi considerado pouco adequado em todas as PI (grau de adequação 3 em todas as PI).</p>

dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): foi considerado pouco adequado em todas as PI (grau de adequação 3 em todas as PI).</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: foi considerado pouco adequado em todas as PI, (grau de adequação 3 em todas as PI).</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Foi considerada pouco adequada em todas as PI (grau de adequação 3 em todas as PI).</p>
--	--

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para a PI / TI 9.4. A dotação desta PI foi anulada e os investimentos previstos no PDCT foram eliminados.

A CIM AM considerou todas as PI/TI com concurso lançado, pouco adequadas (grau de adequação 3, numa escala de 1- nada adequada a 6 – totalmente adequada) relativamente aos objetivos da EIDT e do PDCT segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT, ao público-alvo e às necessidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Número de tipologias de operações previstas no PDCT contratualizado: 10 - 9 com concurso lançado e 1 sem concurso lançado.</p> <p>Tipologias de intervenção previstas no PDCT contratualizado com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set2021):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local (iluminação pública e edifícios públicos);</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;</p> <p>PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo; Programa de Apoio à Produção Nacional - Base local;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde;</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRIL – Transição Digital da Educação;</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário.</p> <p>Tipologias de intervenção previstas no PDCT contratualizado sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set2021): PI/TI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p> <p>Sem informação sobre a Medida 04 do PDR.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das PI/TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das PI/TI/Medidas com concurso lançado, aos objetivos da EIDT e do PDCT:</p> <p>- A CIM AM considerou todas as PI/TI pouco adequadas relativamente a este parâmetro (atribuiu a todas o grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 totalmente adequada).</p> <p>Adequação das TI/Medidas com concurso lançado, segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT:</p> <p>- A CIM AM considerou todas as PI/TI pouco adequadas relativamente a este parâmetro ((atribuiu a todas o grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 totalmente adequada).</p> <p>Adequação das TI/Medidas com concurso lançado, segundo o público-alvo:</p> <p>- A CIM AM considerou todas as PI/TI pouco adequadas relativamente a este parâmetro ((atribuiu a todas o grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 totalmente adequada).</p> <p>Adequação das TI/Medidas com concurso lançado, segundo as necessidades do território:</p> <p>- A CIM AM considerou todas as PI/TI pouco adequadas relativamente a este parâmetro ((atribuiu a todas o grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 totalmente adequada).</p>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A CIM AM considerou pouco adequado o processo de análise e seleção. A carga burocrática mereceu a avaliação mais negativa.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1-nada adequado; 6 – totalmente adequado), na resposta da CIM AM ao Inquérito às CIM:</p> <p>Os Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (<i>check-list</i>, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,0. - Pouco adequados em todas as PI (grau de adequação 3). <p>Critérios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,0. - Pouco adequados em todas as PI (grau de adequação 3). <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,0. - Pouco adequados em todas as PI (grau de adequação 3). <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,0. - Pouco adequados em todas as PI (grau de adequação 3). <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,0. - Pouco adequados em todas as PI (grau de adequação 3). <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,0. - Nada adequada em todas as PI (grau de adequação 1). <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta não válida. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta não válida. <p>Interação com outros SI (FC e PDR)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta não válida.
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIM AM não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM AM referiu no Inquérito às CIM, os seguintes motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas (para todas as PI, sem discriminação):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carga burocrática excessiva; - Pandemia covid-19; - Poucos recursos humanos; - Número excessivo de candidaturas. <p>O facto de as dotações alocadas por PI serem colocadas num único Aviso, provoca uma elevada concentração das candidaturas apresentadas e dificulta a sua apreciação dentro dos prazos. Seria preferível abrir vários Avisos, permitindo a apresentação das candidaturas de forma faseada.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

A análise do Sistema de informação, permite concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato é, em média e na generalidade das PI, longo devido principalmente ao tempo médio entre a submissão da candidatura e a decisão de aprovação inicial.

Os prazos mais curtos, desde a data de submissão da candidatura à data de assinatura do contrato, verificam-se no caso das candidaturas das PI/TI 5.2 e 10.5. O tempo médio mais longo entre estas datas, verifica-se principalmente no caso das candidaturas da PI 4.3, e também das PI 9.7, 8.3 e 9.1.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato, por PI

PI Contratualizadas (1)	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	24	24	181	12	193
4.3	11	11	378	16	394
5.2	1	1	139	17	156
8.3	3	3	298	33	331
8.8	13	13	207	21	228
9.1	13	13	304	20	324
9.7	41	41	318	24	342
10.1	11	11	185	98	283
10.5	29	29	82	31	113
Total	146	146	230	28	258

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias não corresponde a dias úteis.

(1) A dotação da PI 9.4 foi anulada e as operações previstas nesta PI foram eliminadas. Sem dados para a M04 do PDR.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Os Avisos preveem o envolvimento, na emissão de pareceres, das entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, caso necessário ou conveniente, ou identificando desde logo as entidades que devem emitir parecer prévio vinculativo.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p><u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos):</p> <p>PI 5.2 –Aviso POSEUR-10-2016-44</p> <p>Critérios específicos da elegibilidade das operações:</p> <p>10.3.5. As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC (...);</p> <p>10.3.6. A operação candidata tem de ser instruída com parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.) (...);</p> <p>PI 9.1 – Cultura para Todos AVISO N.º NORTE-30-2019-20</p> <p>O Aviso refere, no ponto 13.3 – Esclarecimentos complementares, o seguinte: o Organismo Intermédio pode requerer à entidade beneficiária esclarecimentos e/ou elementos complementares, o que só pode ocorrer por uma vez, ou quando sejam solicitados pareceres a peritos externos independentes da Autoridade de Gestão.</p> <p>PI 9.7 - Equipamentos Sociais CIM do Alto Minho AVISO N.º NORTE-42-2021-16</p> <p>O Aviso refere, no ponto 5.1.2. que nas situações de construção de raiz ou de ampliação que impliquem um aumento da capacidade instalada (criação de novos lugares) ou de reconversão de resposta social (que também criam novos lugares na nova resposta social), o Instituto da Segurança Social, I.P. emite parecer prévio de carácter vinculativo.</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário) Aviso NORTE-73-2021-23</p> <p>O Aviso refere, no Ponto 5.2 – Critérios de elegibilidade das operações, a necessidade de apresentação de parecer favorável da DGEstE.</p> <p><u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (apenas nos casos aplicáveis)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso (documentação solicitada).</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento foram considerados pouco adequados pela CIM AM. Não foi elaborada a Avaliação intercalar do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	- Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Todos os mecanismos acima referidos, exceto “Resposta as solicitações dos PO financiadores” que não foi avaliado pela CIM, foram considerados pouco adequados (grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequados a 6 -totalmente adequados).
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	- Autarquias; - Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Avaliação contínua, com relatórios periódicos. Não foi elaborado Relatório de Autoavaliação ou Avaliação Intercalar.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Recursos internos da CIM.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento aduma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A CIM identificou, na sua resposta ao inquérito às CIM, vários constrangimentos à monitorização e avaliação, entre eles, a diversidade e complexidade de intervenções.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Tipo de constrangimentos: - Diversidade e complexidade de intervenções; - Dimensão da equipa técnica; - Ausência de orientações do PO financiadores; - Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos; - Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados (Cf. resposta à SQ 26. Indicador 97).

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	No caso das PI em que foram efetuadas previamente listas indicativas de operações (mapeamentos), seria muito útil que alterações dentro da mesma tipologia, pudessem ser analisadas e validadas na CIM.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizadas várias alterações ao PDCT ao nível das dotações financeiras, que acompanharam a reprogramação do PO e que resultaram também de alterações nos investimentos dos Municípios. Tiveram como resultado ajustamentos nos investimentos e na dotação por PI, no sentido de melhorar o desempenho físico e financeiro do PDCT e também algumas alterações ao nível dos indicadores / metas. No entanto, nem todas as alterações ao PDCT foram traduzidas no quadro dos indicadores/metas contratualizados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foram efetuadas várias alterações ao PDCT ao nível das dotações contratualizadas por PI, que acompanharam a reprogramação dos PO e que resultaram também de alterações nos investimentos dos Municípios. Em 2021, na sequência do Convite do PO Norte 2020 à apresentação de um exercício de proposta de reprogramação global dos investimentos de natureza territorial (municipais ou equiparáveis) aprovados ou programados no PO Norte 2020 no âmbito da respetiva NUTS III, cujo objetivo central deveria ser o aumento imediato e substancial da respetiva taxa de execução, foi aprovada a última proposta de alteração apresentada pela CIM Alto Minho.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações nas revisões efetuadas foram as seguintes: - Alterações nos investimentos e na distribuição da alocação financeira por PI. - Anulação da dotação da PI 9.4 e eliminação dos investimentos previstos nesta PI e das metas associadas aos indicadores desta PI; - Eliminação da operação intermunicipal Alto Minho Skill & Skill – Bolsa especializada de voluntariado e das metas associadas aos indicadores definidos para este tipo de operação. - Alteração das metas dos seguintes indicadores de realização: Indicador Regadios tradicionais - área a beneficiar (M04 do PDR) - redução da meta para 2023; Indicador Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (PI 4.3) - redução da meta para 2018.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A CIM referiu a existência de uma estratégia de comunicação do PDCT e classificou como satisfatória a adesão dos potenciais beneficiários e da população em geral a Reuniões/encontros com parceiros, Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site, páginas das redes sociais), destacando também a elevada participação de atores locais e regionais nas Sessões de lançamento da Consulta Pública e de assinatura do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” e nanos Seminários e *Focus Group* de construção da estratégia “Alto Minho 2020”.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIM AM não respondeu, no Inquérito às CIM, a esta questão. No entanto, a CIM classificou como satisfatória (grau 4 numa escala de 1- fraca adesão a 6 – muita adesão) a adesão dos potenciais beneficiários e da população às seguintes ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas: - Reuniões/encontros com parceiros; - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site, páginas das redes sociais); - Visitas a projetos de investimento.

	<p>Foi também referida a participação de atores e locais e regionais nas ações de construção da estratégia “Alto Minho 2020”, nomeadamente nos Seminários e Focus Group que decorreram ao longo do processo, envolvendo a participação de cerca de 1.200 pessoas nos seminários e de 160 instituições nos Focus Group.</p> <p>As Sessões de lançamento da Consulta Pública e de assinatura do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, tiveram 145 e 150 participantes, respetivamente.</p> <p>Foi também referida a intenção de produzir um vídeo para divulgação dos resultados do PDCT, à semelhança do que foi feito no período anterior de 2007-2014.</p>
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	<p>A CIM referiu que foram realizados processos de auscultação sobre esta matéria. No entanto, não foram fornecidos dados sobre os resultados deste processo de auscultação.</p>

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de funcionamento da CIM; - Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

Não foi disponibilizada a informação relativa à M04 do PDR sobre as candidaturas apresentadas e sobre a execução física e financeira.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 327 candidaturas.

A PI 8.8 concentra o maior número de candidaturas apresentadas (134 - 41%), enquanto a PI 10.5 – infraestruturas escolares, concentra a maior parte do custo total apresentado (41,3%). O conjunto das candidaturas relativas a equipamentos sociais e escolares, representa 60% do custo total apresentado.

No caso das PI com listas prévias de operações indicativas, a procura foi elevada, sendo que o número de operações aprovadas era igual ou superior ao previsto na contratualização de acordo com a última reprogramação em 2021, no caso das PI 2.3, 5.2, 9.1 e 10.1. No caso das PI 9.7 e 10.5, considerando o número de candidaturas a aguardar decisão de aprovação, o número de operações aprovadas poderá corresponder (ou ficar muito próximo) do previsto.

Destaca-se a PI 8.3, pela reduzida procura, inferior ao esperado, o que justificou a forte redução da dotação alocada na última reprogramação, em 2021.

A taxa global de admissibilidade é 75,4%, sendo que a PI 4.3 se destaca por apresentar a taxa mais baixa.

A taxa global de aprovação é 69%, destacando-se a PI 8.3, com a taxa mais baixa.

A taxa global de desistência é 20,2% e ocorre principalmente na PI 4.3.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79 A 81:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 327 candidaturas com um custo total de 118.748.524,95 euros. Cf. tabela abaixo: Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	Cf. tabela abaixo: Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação de Mérito; - Documentação em falta; - Não cumprimentos das condições de elegibilidade (no caso da PI 8.8/ Tipologia Apoio à Produção Nacional, muitas candidaturas não cumpriam as condições de elegibilidade); - Não enquadramento no PDCT.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 A 81:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2021)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	24	29	8,9	3.002.261,92	2,5
4.3	10	21	6,4	8.439.845,73	7,1
5.2	1*	1	0,3	1.038.412,95	0,9
8.3		8	2,4	108.385,75	0,1
8.8		134	41,0	21.432.067,81	18,0
9.1	11	20	6,1	8.873.687,84	7,5
9.7	45	61	18,7	22.221.072,56	18,7
10.1	11	19	5,8	4.644.908,40	3,9
10.5	33	34	10,4	48.987.881,99	41,3
M04 PDR	32	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total		327	100,0	118.748.524,95	100

Nota: Nas candidaturas rececionadas estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

*A Lista atualizada de investimentos após a reprogramação de 2021 fornecida pela CIM Alto Minho não tem informação sobre a PI 5.2. No entanto, o PDCT contratualizado (2016) previa apenas 1 operação nesta PI, já aprovada.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento									Total
	2.3	4.3	5.2	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	24	8	1	2	12	13	40	11	29	140
2. Não admitida	3	1					4		1	9
3. Não aprovada				5	7		1			13
4. Anulada										
5. Desistida /rescindida/revogada	2	11		1	9	7	6	5		41
6. Submetida/admitida		1			106		10	3	4	124
7. Total Geral	29	21	1	8	134	20	61	19	34	327
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	82,8	40,0	100,0	87,5	67,9	65,0	80,4	68,8	96,7	75,4
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	82,8	40,0	100,0	25,0	42,9	65,0	78,4	68,8	96,7	69,0
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	10,3	5,0	0,0	62,5	25,0	0,0	9,8	0,0	3,3	10,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	6,9	55,0	0,0	12,5	32,1	35,0	11,8	31,3	0,0	20,2

Fonte: Lista de Operações e Localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

No que respeita à adesão dos públicos-alvo, o balanço entre as operações previstas (após reprogramação do PDCT em 2021) e as candidaturas rececionadas e aprovadas, permite destacar o seguinte:

- Nas PI 2.3, o número de candidaturas aprovadas (24) é equivalente ao previsto de acordo com a última reprogramação e bastante superior ao previsto no PDCT inicialmente contratualizado em 2016 (11).
- Na PI 4.3, foram rececionadas 21 candidaturas, número superior ao previsto de acordo com a última reprogramação (10). No entanto, apenas 8 foram aprovadas, sendo que 1 aguarda ainda decisão. O número de operações aprovadas deverá, portanto, aproximar-se do previsto. É nesta PI que se verificam as taxas de desistência mais elevada, o que pode ser explicado pelos problemas ao nível dos procedimentos de análise e atrasos por parte da DGEG na emissão de parecer. No PDCT inicialmente contratualizado (2016), estavam previstas 34 operações nesta PI.
- Na PI 5.2, foi apresentada 1 candidatura, tal como previsto, que se encontra aprovada.
- Na PI 8.3, a dinâmica de procura foi muito baixa e bastante inferior ao expectável, o que justificou uma forte redução da dotação contratualizada na reprogramação de 2021 face ao inicialmente contratualizado, da ordem dos 99%.
- Na PI 8.8, a adesão por parte dos beneficiários privados nas tipologias Promoção do micro empreendedorismo e, principalmente, no Programa de Apoio à Produção Nacional foi bastante positiva, o que levou a que a dotação contratualizada fosse bastante reforçada em 2021. No entanto, das 134 candidaturas rececionadas, apenas 12 estão aprovadas, sendo que 106 aguardam decisão de aprovação.

- Na PI 9.1, o número de candidaturas rececionadas (20) bem como o número de candidaturas já aprovadas (13) ultrapassam o previsto após a reprogramação de 2021 (11).
- Na PI 9.7 foram rececionadas 61 candidaturas. À data desta avaliação, estavam já aprovadas 40 operações, sendo que 10 aguardavam decisão, pelo que o número de operações previsto (45) poderá ser alcançado caso a dotação seja reforçada.
- Na PI 10.1, a dinâmica de procura é superior ao previsto. Foram rececionadas 19 candidaturas. O número de operações aprovadas (11) corresponde ao previsto, sendo que aguardam ainda decisão 3 candidaturas.
- Na PI 10.5, foram rececionadas 34 candidaturas. Uma vez que o número de candidaturas aprovadas é 29 e se encontram 4 submetidas a aguardar decisão e aprovação, o número de operações aprovadas poderá aproximar-se ou ser equivalente ao previsto (33).

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data desta Avaliação não havia operações concluídas.

A taxa global de compromisso era 85,9%. As taxas de compromisso mais elevadas, verificam-se nas PI 8.3, 9.1 e 9.7., cuja taxa é equivalente ou ligeira mente superior a 100%. Destaca-se a PI 8.8, com a taxa mais baixa, devido ao número reduzido de operações aprovadas, apresentando, contudo, um elevado número de operações a aguardar decisão.

A taxa global de execução financeira era 52,8%.

O peso das operações intermunicipais aprovadas face ao previsto na contratualização (2021) corresponde a 98,5%, o que traduz uma taxa de compromisso elevada, principalmente na PI 9.1 (100,1%). O peso das operações intermunicipais aprovadas no total do investimento aprovado correspondia, à data de 31 de setembro de 2021, a 11,8%.

A CIM identificou os principais estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 85,9%, sendo que se encontram submetidas a aguardar decisão de aprovação 124 candidaturas, deixando antever o acréscimo da taxa de compromisso principalmente na PI 8.8 com 106 candidaturas a aguardar decisão, e na PI 9.7 (com 10 candidaturas a aguardar decisão).
	A quase totalidade das PI apresentam taxas de compromisso superiores a 80%, com exceção da PI 8.8, que apresenta a taxa mais baixa, justificado pelo número reduzido de operações aprovadas e elevado número de operações a aguardar decisão.
	As taxas de compromisso mais elevadas, verificam-se nas PI 8.3, 9.1 e 9.7., cuja taxa é equivalente ou ligeira mente superior a 100%. No primeiro caso, esta situação justifica-se pela forte redução da dotação alocada, já que o número de candidaturas aprovadas é muito reduzido.
	A taxa de execução global na mesma data era 52,8%. À data desta Avaliação não havia operações concluídas.
	As situações mais desfavoráveis verificam-se no caso das PI 8.8, 9.7 e 4.3. As taxas de execução mais elevadas verificam-se no caso da PI 8.3 e 10.5. A taxa global de realização financeira é 61,5%.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

As dotações inicialmente contratualizadas aquando da assinatura do PDCT por PI, foram atualizadas ao longo do período de implementação, em função das reprogramações do POR, das alterações solicitadas pelos Municípios e das perspetivas de execução física e financeira do PDCT. A última reprogramação foi em maio de 2021 (Cf. SQ2, Indicador 5 e quadro - Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizada e atual).

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização financeira (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	2.844.550,7	24	2.339.055,4	1.877.274,5	82,2	66,0	80,3
4.3	4.194.069,1	8	4.132.901,6	1.620.008,6	98,5	38,6	39,2
5.2	882.651,0 (*)	1	817.119,2	490.601,9	92,6	55,6	60,0
8.3	8.415,9	2	8.557,0	5.897,0	101,7	70,1	68,9
8.8	7.502.323,0	12	1.824.807,1	350.625,6	24,3	4,7	19,2
9.1	5.754.243,4	13	5.758.156,3	2.879.908,5	100,1	50,0	50,0
9.7	7.146.074,0	40	7.556.727,2	2.024.903,6	105,7	28,3	26,8
10.1	3.759.437,8	11	3.635.819,9	2.134.381,4	96,7	56,8	58,7
10.5	29.262.228,5	29	26.634.063,7	21.015.677,3	91,0	71,8	78,9
Total	61.353.993,4	140	52.707.207,3	32.399.278,2	85,9	52,8	61,5

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Dotação PDCT – reprogramação 2021 (informação sobre a atualização da dotação por PI, para as PI financiadas pelo PO Norte e PDR, fornecida pela CIM Alto Minho).

(*) A informação fornecida pela CIM sobre as dotações por PI após a reprogramação de 2021, é omissa relativamente à PI 5.2., pelo que se optou por utilizar a dotação contratualizada em 2016.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>Total de operações do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações aprovadas: nº - 126; custo total elegível: custo total elegível aprovado 60.960.230,00 € <p>Operações que constavam das listas previamente identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações previstas no PDCT contratualizado (2021): nº - 134; custo total elegível: 62.307.574,43 €. <p>Nota: excluem-se desta análise comparativa, as operações das PI 8.3, 8.8 sem listas prévias indicativas e da M04 do PDR, sendo que, neste caso, por ausência de dados sobre o número de operações do PDCT (candidaturas rececionadas e aprovadas).</p> <p>Foi utilizado como indicador da dimensão financeira o custo total elegível, porque o quadro de investimentos atualizado após a reprogramação de 2021, não tem, para as operações previstas, o investimento total.</p> <p>Ver também resposta à SQ 23.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>A CIM não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.</p> <p>Na entrevista foram referidos os seguintes estrangulamentos/dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo de negociação e estabilização dos PDCT muito demorado, o que reduziu o tempo disponível para concursos e execução. - A necessidade de emissão de pareceres p.ex., nas PI 9.7 (Segurança Social), 4.3 (DGE), 10.5 (DGEST), provocou atrasos significativos. - A necessidade de respeitar os custos máximos de referência; - No caso das PI com listas previamente definidas, a necessidade de aprovação por parte da Comissão Diretiva do PO, de alterações dentro da mesma PI/TI. - No caso das PI 8.3 e 8.8, o facto de haver diferentes entidades a lançar Avisos para tipologias idênticas, causou confusão entre os beneficiários. - PI 9.7: embora com uma boa execução, o facto de ter como beneficiários IPSS, menos habituados às regras da contratação pública bem como a focalização destas entidades no combate à pandemia, dificultaram a execução.
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes Tipologias de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos; PI / TI 9.1 – inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI/TI 10.1 - Redução do abandono escolar.

Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização

As operações intermunicipais aprovadas correspondem ao previsto no PDCT contratualizado (2021), como pode ser observado no quadro abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização.

A diferença entre o número de operações previstas no PDCT contratualizado – quadro de investimentos atualizado em 2021, e o número de operações aprovadas, reside no seguinte: a operação prevista na PI 9.1 na Tipologia Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+), que tem como promotor o IEFEP I.P. deu lugar a 3 operações aprovadas, candidatas por esta mesma entidade.

O peso das operações intermunicipais aprovadas face ao previsto na contratualização (2021) corresponde a 98,5%, o que traduz uma taxa de compromisso elevada, principalmente na PI 9.1 (100,1%).

O peso das operações intermunicipais aprovadas no total do investimento aprovado correspondia, à data de 31 de setembro de 2021, a 11,8%.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização

PI	Operações intermunicipais previstas na contratualização (2021)		Operações intermunicipais aprovadas		Operações aprovadas / operações previstas na contratualização %
	Nº	Fundo €	Nº	Fundo aprovado em vigor €	
2.3	1	253.999,18	1	232.352,31	91,5
5.2	1	882.651,0	1	817.119,23	92,6
9.1	5	4.619.502,7	7	4.624.446,46	100,1
10.1	1	538.382,4	1	524.359,49	97,4
Total	8	6.294.535,2	10	6.198.277,49	98,5

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Quadro de investimentos do PDCT Alto Minho atualizado após a última reprogramação em 2021 (informação fornecida pela CIM Alto Minho).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM e Municípios:</p> <p><u>Tipo de operações aprovadas à data de 31 de setembro de 2021:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão ativa de grupos vulneráveis – trabalho socialmente necessário (PI 9.1). Promotores: IEFEP, I.P.; agentes culturais. - Reabilitação de regadios (operações da M04 PDR). Promotores: Juntas de agricultores. Na Candidatura, os investimentos em regadios tinham como promotor os Municípios. <p><u>Tipo de operações constantes no PDCT contratualizado em 2016:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao empreendedorismo (PI 8.3 e 8.8). Promotores: IEFEP, I.P.; Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Instituto Português do Desporto e Juventude; - Inclusão ativa de grupos vulneráveis (PI 9.1). Promotores: IEFEP, I.P.; agentes culturais. - Envelhecimento ativo (PI 9.4). Promotor: Unidade Local de Saúde do Alto Minho. - Reabilitação de regadios (operações da M04 PDR). Promotores: Juntas de agricultores. <p><u>Tipo de operações constantes na candidatura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao empreendedorismo (PI 8.3 e 8.8). Promotores: IEFEP, I.P.; Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Instituto Português do Desporto e Juventude; - Inclusão ativa de grupos vulneráveis (PI 9.1). Promotores: IEFEP, I.P.; agentes culturais. - Envelhecimento ativo (PI 9.4). Promotor: Unidade Local de Saúde do Alto Minho.
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data de 30 de setembro de 2021, não havia operações concluídas/encerradas.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	À data de 30 de setembro de 2021, não havia operações concluídas/encerradas.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<p>A CIM AM identificou os seguintes fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, para todas as PI/TI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir

os custos não compartilhados;

- Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura;
- Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças);
- Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...;
- Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...);
- Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso.

SQ25. O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

Os Municípios revelaram maior capacidade de assegurar a contrapartida nacional do que os beneficiários privados. Os atrasos nos pagamentos têm prejudicado a execução, em geral.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador			Resposta / Evidência
Indicador 93.	Fontes	de	Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) referidas no Inquérito às CIM, utilizadas para assegurar a execução das operações: - Fundos próprios; - Orçamento de Estado; - BEI.
financiamento			

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

A ausência de operações concluídas, de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado, bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT, a CIM AM admitiu, na resposta ao Inquérito às CIM, que será pouco provável para a generalidade das PI/TI.

Importa referir que as metas contratualizadas para 2018 e 2023, na maior parte dos casos, não acompanharam as alterações do PDCT ao nível dos projetos a apoiar e das dotações financeiras por PI, que ocorreram entre o momento da contratualização (2016) e a última reprogramação, em 2021.

A análise das alterações ocorridas no PDCT e das candidaturas aprovadas e em curso permite verificar que, nas PI que viram reforçadas as dotações financeiras e em que o número de equipamentos apoiados é superior ao inicialmente previsto, como por exemplo a PI 9.7 e também na PI 10.5, as metas poderão vir a ser ultrapassadas. Pelo contrário, no caso da PI 8.3, com uma procura muito inferior ao previsto, apenas 2 operações aprovadas e uma forte redução na dotação atribuída, as metas para 2018 e 2023 associadas ao indicador Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, não deverão ser atingidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não havia operações concluídas e não estava disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas. Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM AM, na resposta ao Inquérito às CIM, admitiu que será pouco provável em todas as PI/TI (classificação 3 numa escala de 1- nada provável a 6 – muito provável).</p> <p>A observação do quadro de indicadores atualizado após a última reprogramação fornecido pela CIM, permite observar que as metas contratualizadas para 2018 e 2023, se mantêm, na maior parte dos casos, inalteradas, não acompanharam as alterações ao nível dos projetos e das dotações financeiras que ocorreram entre o momento da contratualização (2016) e a última reprogramação em 2021, o que significa que, nos casos em que as alterações foram mais significativas (no sentido da redução das dotações e dos projetos), as metas dificilmente serão alcançadas. Noutros casos, em que os ajustamentos foram no sentido do reforço das dotações e dos projetos, as metas poderão ser atingidas ou ultrapassadas.</p> <p>Casos em que houve ajustamentos das Metas face às alterações ao PDCT contratualizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A meta de 2018 para o indicador - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos, foi reduzida, face às alterações na PI 4.3, designadamente a redução de 42% na sua dotação financeira face ao inicialmente contratualizado e a redução do número de operações previstas. - As metas para os indicadores de realização e resultado da PI 9.1 - Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado e Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado, foram eliminadas uma vez que não foi operacionalizada a tipologia correspondente. - As metas para os indicadores associados à PI 9.4, não serão atingidas devido à anulação desta PI e eliminação das operações previstas. <p>Exemplos em que as metas se mantiveram inalteradas, sendo que as dotações financeiras e o número de operações previstas sofreram alterações significativas:</p> <p>PI 8.3: As metas para 2018 e 2023 do Indicador Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, mantêm-se (541 e 902). No entanto, esta PI tem revelado um fraco desempenho, com uma procura muito inferior ao previsto (apenas 2 candidaturas aprovadas) tendo sofrido uma redução de 99,9% na dotação atribuída, o que <u>deixa antever o não cumprimento das metas definidas</u>.</p> <p>PI 9.7: A dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (215%). O número de operações previstas na contratualização atual é 45 sendo que, à data de referência desta avaliação, o número de candidaturas aprovadas relativas a equipamentos sociais era já 40, quando as metas definidas para 2018 e 2023 para o indicador Número de equipamentos sociais e de saúde apoiados, são 2 e 9, respetivamente. <u>Neste caso, a meta atualmente para 2023 será ultrapassada.</u></p> <p>PI 10.5 – Também neste caso a dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (81,2%). O número de operações aprovadas é também superior ao inicialmente contratualizado, o que deixa antever que <u>a meta atualmente definida (não atualizada) para 2023 nos indicadores associados a esta PI, poderá ser ultrapassada.</u></p>
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado constantes do PDCT inicialmente contratualizado (fevereiro de 2016) têm metas definidas para 2018 e para 2023. Não foram alterados os indicadores contratualizados, na sequência de reprogramações. No entanto, nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constavam da contratualização e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre estes indicadores face às metas definidas.</p> <p>Exemplos:</p> <p><u>PI 9.1 – Cultura para Todos AVISO N.º NORTE-30-2019-20</u></p> <p>Indicador de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituições envolvidas em iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura (Nº.) <p>Indicador de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de satisfação das entidades envolvidas (1 a 5). <p><u>PI 10.1 – AVISO N.º NORTE-66-2016-28/29</u></p>

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)</p>	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não havia operações concluídas e não estava disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM AM, na resposta ao Inquérito às CIM, admitiu que será pouco provável em todas as PI/TI (classificação 3 numa escala de 1- nada provável a 6 – muito provável).</p> <p>A observação do quadro de indicadores atualizado após a última reprogramação fornecido pela CIM, permite observar que as metas contratualizadas para 2018 e 2023, se mantêm, na maior parte dos casos, inalteradas, não acompanharam as alterações ao nível dos projetos e das dotações financeiras que ocorreram entre o momento da contratualização (2016) e a última reprogramação em 2021, o que significa que, nos casos em que as alterações foram mais significativas (no sentido da redução das dotações e dos projetos), as metas dificilmente serão alcançadas. Noutros casos, em que os ajustamentos foram no sentido do reforço das dotações e dos projetos, as metas poderão ser atingidas ou ultrapassadas.</p> <p>Casos em que houve ajustamentos das Metas face às alterações ao PDCT contratualizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A meta de 2018 para o indicador - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos, foi reduzida, face às alterações na PI 4.3, designadamente a redução de 42% na sua dotação financeira face ao inicialmente contratualizado e a redução do número de operações previstas. - As metas para os indicadores de realização e resultado da PI 9.1 - Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado e Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado, foram eliminadas uma vez que não foi operacionalizada a tipologia correspondente. - As metas para os indicadores associados à PI 9.4, não serão atingidas devido à anulação desta PI e eliminação das operações previstas. <p>Exemplos em que as metas se mantiveram inalteradas, sendo que as dotações financeiras e o número de operações previstas sofreram alterações significativas:</p> <p>PI 8.3: As metas para 2018 e 2023 do Indicador Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, mantêm-se (541 e 902). No entanto, esta PI tem revelado um fraco desempenho, com uma procura muito inferior ao previsto (apenas 2 candidaturas aprovadas) tendo sofrido uma redução de 99,9% na dotação atribuída, o que <u>deixa antever o não cumprimento das metas definidas</u>.</p> <p>PI 9.7: A dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (215%). O número de operações previstas na contratualização atual é 45 sendo que, à data de referência desta avaliação, o número de candidaturas aprovadas relativas a equipamentos sociais era já 40, quando as metas definidas para 2018 e 2023 para o indicador Número de equipamentos sociais e de saúde apoiados, são 2 e 9, respetivamente. <u>Neste caso, a meta atualmente para 2023 será ultrapassada.</u></p> <p>PI 10.5 – Também neste caso a dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (81,2%). O número de operações aprovadas é também superior ao inicialmente contratualizado, o que deixa antever que <u>a meta atualmente definida (não atualizada) para 2023 nos indicadores associados a esta PI, poderá ser ultrapassada.</u></p>
	<p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios envolvidos no Plano (Nº); - Agrupamentos/Escolas não agrupadas envolvidos na operação (Nº); - Associações de Pais envolvidas no Plano (Nº); <p>Indicador de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações do Plano implementadas (%); Meta >= 80%. <p>O Aviso define também indicadores para as operações abrangidas pelos PIICIE.</p> <p><u>PI 9.7 –Equipamentos Sociais AVISO Nº NORTE-42-2018-11</u></p> <p>Indicador de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - População abrangida por equipamentos sociais melhorados (Nº) - Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos e unidades móveis apoiados (Nº) <p><u>PI 10.5 Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário) AVISO Nº NORTE-73-2021-23</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de equipamentos de ensino intervencionados; - Número de novas salas de aula; - Número de salas de aula requalificadas; - Número de alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção. <p>Indicadores de resultado:</p>

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não havia operações concluídas e não estava disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM AM, na resposta ao Inquérito às CIM, admitiu que será pouco provável em todas as PI/TI (classificação 3 numa escala de 1- nada provável a 6 – muito provável).</p> <p>A observação do quadro de indicadores atualizado após a última reprogramação fornecido pela CIM, permite observar que as metas contratualizadas para 2018 e 2023, se mantêm, na maior parte dos casos, inalteradas, não acompanharam as alterações ao nível dos projetos e das dotações financeiras que ocorreram entre o momento da contratualização (2016) e a última reprogramação em 2021, o que significa que, nos casos em que as alterações foram mais significativas (no sentido da redução das dotações e dos projetos), as metas dificilmente serão alcançadas. Noutros casos, em que os ajustamentos foram no sentido do reforço das dotações e dos projetos, as metas poderão ser atingidas ou ultrapassadas.</p> <p>Casos em que houve ajustamentos das Metas face às alterações ao PDCT contratualizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A meta de 2018 para o indicador - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos, foi reduzida, face às alterações na PI 4.3, designadamente a redução de 42% na sua dotação financeira face ao inicialmente contratualizado e a redução do número de operações previstas. - As metas para os indicadores de realização e resultado da PI 9.1 - Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado e Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado, foram eliminadas uma vez que não foi operacionalizada a tipologia correspondente. - As metas para os indicadores associados à PI 9.4, não serão atingidas devido à anulação desta PI e eliminação das operações previstas. <p>Exemplos em que as metas se mantiveram inalteradas, sendo que as dotações financeiras e o número de operações previstas sofreram alterações significativas:</p> <p>PI 8.3: As metas para 2018 e 2023 do Indicador Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, mantêm-se (541 e 902). No entanto, esta PI tem revelado um fraco desempenho, com uma procura muito inferior ao previsto (apenas 2 candidaturas aprovadas) tendo sofrido uma redução de 99,9% na dotação atribuída, o que <u>deixa antever o não cumprimento das metas definidas</u>.</p> <p>PI 9.7: A dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (215%). O número de operações previstas na contratualização atual é 45 sendo que, à data de referência desta avaliação, o número de candidaturas aprovadas relativas a equipamentos sociais era já 40, quando as metas definidas para 2018 e 2023 para o indicador Número de equipamentos sociais e de saúde apoiados, são 2 e 9, respetivamente. <u>Neste caso, a meta atualmente para 2023 será ultrapassada.</u></p> <p>PI 10.5 – Também neste caso a dotação financeira foi bastante reforçada face ao inicialmente contratualizado (81,2%). O número de operações aprovadas é também superior ao inicialmente contratualizado, o que deixa antever que <u>a meta atualmente definida (não atualizada) para 2023 nos indicadores associados a esta PI, poderá ser ultrapassada.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Variação do Número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção) - Alunos integrados em regime letivo normal (rede pública).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas terão um maior contributo para o Eixo 3 do PDCT - Promover a resiliência por via da coesão. que decorre principalmente do investimento na qualificação das instalações escolares, que concentra 44,8% da dotação do PDCT, mas também do investimento no combate ao abandono escolar, nos equipamentos sociais e na inclusão ativa de grupos vulneráveis.

O contributo esperado para a criação e emprego deverá ser inferior ao esperado, devido principalmente ao fraco desempenho na PI 8.3.

Destaca-se a ausência de contributo para as seguintes Medidas do PDCT:

- Medidas do Eixo 2: Capacitação para a prevenção das alterações climáticas e Sensibilização para a reutilização de resíduos, devido à não contratualização das PI 5.1 e 6.1.

-Medidas do Eixo 3: Promoção do envelhecimento Ativo e Mobilização e capacitação do voluntariado, devido à anulação da dotação da PI 9.4 e eliminação dos investimentos previstos no PDCT com contributo para o envelhecimento ativo, e também devido à eliminação da operação Alto Minho Skill e Will - Bolsa Especializada de Voluntariado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	Ver tabela abaixo - Análise qualitativa do contributo esperado das operações para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações para os Eixos Prioritários e Medidas do PDCT e para o desenvolvimento do território

Eixos Prioritários e Medidas do PDCT	PI Mobilizadas e dotação contratualizada	Contributos esperados
EP 1 - Promover a resiliência por via da competitividade M I.1 e M I.2 – Promoção do empreendedorismo de base local e social – vertente emprego e investimento empresarial M I.3 – Redução dos custos de contexto na Administração local	PI 8.3 PI 8.8 PI 2.3 Dotação: 10.355.289,6 €	Principais contributos esperados: - Modernização administrativa através da promoção das TIC na administração e serviços públicos, disponibilização de serviços públicos eletrónicos aos cidadãos e às empresas, e criação de Espaços Cidadão. O número de operações aprovadas é equivalente ao contratualizado após a reprogramação de 2021. - Desenvolvimento empresarial - promoção de micro empreendedorismo, destacando-se os investimentos municipais em incubadoras. Apesar do reforço da dotação inicialmente contratualizada, a PI 8.8 apresenta a taxa de compromisso mais baixa com apenas 12 operações aprovadas, sendo que grande parte se trata de investimentos municipais em incubadoras. Tendo em conta as 106 candidaturas a aguardar decisão, concentradas principalmente na tipologia Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local), o contributo para o desenvolvimento empresarial deverá ser impulsionado, por via deste tipo de operações. O contributo deverá ser baixo e inferior ao esperado, no que respeita à geração de emprego, tendo em conta principalmente o fraco desempenho da PI 8.3. e a forte redução da dotação contratualizada que passou a representar menos de 1% do total do PDCT. Com apenas 2 candidaturas aprovadas as metas relativas à criação e emprego não deverão ser cumpridas. Recorde-se que os investimentos a apoiar através do SI2E foram limitados, em sede de Aviso, a linhas de ação prioritárias da EIDT como a Qualificação de Agentes de Animação Turística do Alto Minho e a Estruturação, promoção e comercialização integrada de pacotes turísticos do Alto Minho, o que pode ter condicionado a procura.
EP 2 - Promover a resiliência por via da sustentabilidade M I.1 – promoção da sustentabilidade energética na Administração local M I.2 – Capacitação para a prevenção das alterações climáticas M I.3 – Capacitação para a prevenção dos riscos M I.4 – Sensibilização para a reutilização de resíduos M I.5 – promoção da eficiência de regadios existentes	PI 4.3 PI 5.2 M04 do PDR Dotação: 11.329.406,2 €	Os contributos esperados situam-se nas seguintes áreas: - Promoção da eficiência energética na administração local, principalmente nas infraestruturas de iluminação pública, tendo em conta as operações aprovadas até ao momento. O contributo será significativo, mas inferior ao inicialmente previsto, designadamente no que respeita à eficiência energética em edifícios públicos, principalmente em equipamentos educativos. A fraca atratividade e dificuldades de operacionalização da PI 4.3, conduziram à redução da dotação financeira e do número de operações a apoiar face ao inicialmente previsto. - Capacitação para a prevenção de riscos, designadamente para a prevenção e gestão de riscos de incêndios florestais, de cheias e inundações, e de acidentes graves e catástrofes. O contributo esperado, embora equivalente ao previsto na contratualização é inferior à expectativa inicial e insuficiente face às necessidades previamente identificadas neste domínio, tendo em conta as propostas apresentadas em sede de candidatura. Outras operações foram executadas neste

Eixos Prioritários e Medidas do PDCT	PI Mobilizadas e dotação contratualizada	Contributos esperados
M 1.6 – Promoção de Ação de estruturação fundiária		domínio, fora do âmbito do PDCT. A dotação para esta operação representa apenas 1,3% do total do PDCT. - Promoção da eficiência de regadios existentes. De acordo com a última reprogramação em 2021, prevê-se a beneficiação de 1.388 hectares de regadio até 2023. Não foi disponibilizada informação sobre as candidaturas apresentadas e operações apoiadas. - Promoção de Ação de estruturação fundiária, através de projeto de Ordenamento Fundiário de Moreira/Barroças e Taias no concelho de Monção. Não foi disponibilizada informação sobre as candidaturas apresentadas e operações apoiadas. O contributo para este Eixo do PDCT será inferior ao esperado , já que a não contratualização das PI 5.1 e 6.1 determinou a ausência de contributos para as seguintes Medidas do PDCT: M1.2 – Capacitação para a prevenção das alterações climáticas e M1.4 – Sensibilização para a reutilização de resíduos.
EP 3 - Promover a resiliência por via da coesão M I.1 – Qualificação da rede territorial de serviços coletivos de educação de proximidade M I.2 - Dinamização do Programa intermunicipal de combate ao abandono e insucesso escolar. M I.3 – Qualificação da rede territorial de serviços coletivos sociais de proximidade M I.4 – Promoção da inclusão social pela Arte e Cultura. M I.5 – Promoção do envelhecimento Ativo M I. 6 – Promoção da inserção profissional, da empregabilidade e emprego M I. 7 – Mobilização e capacitação do voluntariado	PI 9.1 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5 Dotação: 45.921.983,8 €	Principais contributos esperados: - A qualificação das instalações escolares, incluindo operações de remoção de amianto. Neste caso, o contributo deverá ser superior ao inicialmente previsto. A dotação contratualizada foi reforçada e representa 44,8% da dotação total do PDCT. O número de instalações escolares a apoiar é também superior ao previsto na contratualização inicial e prevê-se que venha a ser atingido. - O combate ao abandono e insucesso escolar. O número de operações aprovadas corresponde ao previsto. A taxa de compromisso é 96,7%, sendo que aguardam ainda decisão 3 candidaturas. - Qualificação da rede de equipamentos sociais. A dotação contratualizada foi bastante reforçada, esperando-se um forte contributo neste domínio. - Inclusão ativa de grupos vulneráveis através do projeto cultura para todos e dos contratos de emprego e inserção. O número de candidaturas aprovadas ultrapassa o previsto após a reprogramação de 2021 e a taxa de compromisso é 100%. A CIM valorizou bastante os projetos imateriais no âmbito do combate ao abandono escolar e da inclusão ativa de grupos vulneráveis, bem como os respetivos resultados, considerados uma mais-valia para o território. O contributo para este Eixo será, contudo, limitado e inferior ao esperado devido: - à ausência do contributos para a M1.5 – Promoção do envelhecimento ativo, devido à anulação da dotação da PI 9.4 e eliminação das operações previstas nesta área. - à ausência de contributo para a M1.7 – Mobilização e capacitação do voluntariado, devido à eliminação da operação prevista Alto Minho Skill e Will - Bolsa Especializada de Voluntariado. - à não mobilização do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho, previsto na Candidatura e não contratualizado.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A articulação com outros instrumentos de financiamento foi feita a priori, com a conceção de projetos e com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos. Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Área Metropolitana do Porto



AMP - Área Metropolitana do Porto

Região: Norte - NUT III Área Metropolitana do Porto

Municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia.

População total: 1.737.395 (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da AMP contratualizado em 2016 encontra-se alinhado com os Objetivos Estratégicos da EIDT AMP 2020. Os Projetos Âncora previstos no PDCT contribuem para a concretização da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o perímetro de intervenção deste instrumento, condicionado pelas Prioridades de Investimento e tipologias de intervenção mobilizáveis¹ e mobilizadas, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos Objetivos Estratégicos e Específicos da EIDT. Acresce que as verbas que vieram a ser disponibilizadas condicionaram também as opções dos municípios, o alcance e a relevância deste instrumento nalguns domínios de intervenção.

A EIDT AMP 2020 adotou, como Objetivos Estratégicos, os Objetivos Temáticos definidos pela União Europeia para o ciclo de programação dos fundos estruturais 2014-20, para garantir a coerência com a estratégia Europa 2020, e enquadrar as possibilidades de financiamento das intervenções propostas. O seu Plano de Ação contempla 72 ações (âncora e complementares) que mobilizam um vasto leque de atores para a sua execução, ultrapassando largamente o âmbito de intervenção do PDCT.

A AMP fez uma avaliação global pouco favorável do grau de adequação das Prioridades de Investimento disponibilizadas, a mobilizar para os PDCT na Região Norte, sendo que algumas não foram contratualizadas (PI 5.5, 6.1 e 6.3). AS PI consideradas mais adequadas face às necessidades do território foram as do domínio da educação (10.1 e 10.5).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados na EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>O PDCT não terá contributo, ou este será residual, para os seguintes Objetivos Estratégicos da EIDT e respetivos Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforçar a investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação; 3. Reforçar a competitividade das PME; 6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos; 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes;

¹ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<p>11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública.</p> <p>Todos os Objetivos Específicos do PDCT têm correspondência com Objetivos Específicos da EIDT. Todos os Projetos Âncora previstos no PDCT contribuem para a concretização de Objetivos Estratégicos e Específicos da EIDT.</p> <p>Cf. Tabela abaixo: Matriz de alinhamento e contributo do PDCT para a concretização da EIDT AMP 2020.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Grau de cobertura dos Objetivos Estratégicos da EIDT pelo PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos Estratégicos parcialmente cobertos, já que nem todos os seus objetivos específicos têm contributos esperados do PDCT: 5 (45,5%). - Objetivos Específicos não cobertos/com contributos residuais do PDCT: 6 (54,5%).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O PDCT estrutura-se em torno dos Objetivos Estratégicos da EIDT com os quais se encontra alinhado. A tabela seguinte apresenta o alinhamento do PDCT com a EIDT da AMP.

Matriz de alinhamento e contributo do PDCT para a concretização da EIDT AMP 2020

EIDT AMP 2020	PDCT AMP 2020		
Objetivos Estratégicos	Eixos e Objetivos Específicos	Projetos Âncora	PI Mobilizadas
1. Reforçar a investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação			
2. Melhorar o acesso às TIC	E1 OE 1- Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da administração local	1.1 Autarquia digital metropolitana 1.2 SIG Intermunicipal 1.3 Metrópole digital	2.3
3. Reforçar a competitividade das PME			
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	E2 OE 1 - Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a emissão das emissões de carbono	2.1 Intervenções em edifícios públicos 2.2 Iluminação pública	4.3
	E7 OE 1 - Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas	7.1 Regadios	M 3.4.2. PDR
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	E6 OE 1 – Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos	6.1 Combate a incêndios e meios de emergência	5.2
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos			
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes			
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	E3. OE1 - Promover a integração no mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ou em risco de exclusão	3.1 Investe Jovem 3.2 Invest+ 3.3 Microinvest 3.4 AMP empreende 3.5 AMP Investe	8.3 8.8.
	E3 OE 2 - Apoiar de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o		

	empreendedorismo e o empreendedorismo social		
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	E4 OE 1 - Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social	4.1.1 Pacto para a Empregabilidade AMP 2020 4.1.2 Rede Metropolitana de ULA 4.1.3 Apoio à contratação para trabalho socialmente necessário	9.1 9.4 9.7
	E4 OE 2 - Qualificar e apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento social, saúde e bem-estar e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP	4.2 INCULTURAR-te 4.3 Voluntariado estratégico e integrado na AMP 4.4 Valor + Sénior 4.5 Equipamentos sociais	
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	E5 OE 1- Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiado o desenvolvimento de competências e condições que permitem à população em idade escolar aceder aos serviços da educação	5.1 Comunidades Educativas, Inserção Territorial e aprendizagem 5.2 Condições para o sucesso: diagnóstico e intervenção precoce 5.3 Desenvolvimento pessoal, inteligência emocional e empreendedorismo 5.4 diferenciar e inovar para aprender	10.1
	E5 OE 2 - Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional, educação pré-escolar, básica e secundária e promover a eficiência na sua gestão ao nível municipal e metropolitano	5.5 Equipamentos escolares	10.5
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública			

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020 (2014); PDCT da AMP aprovado pelas AG dos Programas Financiadores - Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-018.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM/AM, a AMP faz uma avaliação pouco favorável da adequação das PI disponibilizadas, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 3,8 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - muito adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI classificadas com grau de adequação 6: PI 10.1 e 10.5, consideradas, na Entrevista, muito adequadas às necessidades do território e com bastante sucesso em termos de procura. - PI classificadas com grau de adequação 5: PI 2.3, 8.3, 8.8, 9.1 e 9.7. - PI classificadas com grau de adequação 4: PI 5.2 e M 3.4.2.do PDR. - PI classificadas com grau de adequação 3: PI 4.3. A AMP esclareceu, na entrevista, que neste caso, o problema foi mais ao nível da operacionalização e não de inadequação às necessidades. A dificuldade na execução das candidaturas e o reduzido retorno do investimento levou muitos municípios a desistir das candidaturas. - PI classificadas com grau de adequação 2: PI 5.1. - PI classificadas com grau de adequação 1: PI 6.1, 6.3 e 9.4 <p>As PI 5.1, 6.1 e 6.3 não foram contratualizadas, uma vez que não foram disponibilizadas na região. A AMP referiu na entrevista que contratualizou todas as PI disponíveis na Região.</p>
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A AMP não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM/AM.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -47% face ao apresentado em candidatura, verificando-se a redução das dotações propostas em todas as PI, exceto na PI 10.5 que manteve a dotação proposta.

A AMP considerou que o financiamento disponível foi insuficiente na maior parte das PI contratualizadas. As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação aos investimentos a apoiar e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 8,4% na dotação global do PDCT. As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (50,7%), PI 9.1 (12,2%) e PI 8.8 (11,6%).

Os indicadores contratualizados apresentam correspondência com a natureza das medidas. Contudo, nem sempre dão expressão, de forma cabal, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados. Em sede de Avisos para apresentação de candidaturas, foram definidos indicadores que permitem uma melhor compreensão das operações apoiadas e dos resultados a alcançar, ultrapassando assim algumas limitações dos indicadores contratualizados. No âmbito das alterações ao PDCT, foram ajustadas as metas para 2023 no sentido da sua adequação à procura e perspetivas de execução. Ao nível dos indicadores, apenas foram alterados os da PI 9.1 no sentido da sua adequação ao tipo de operações apoiadas.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>Foram mobilizadas as seguintes PI/TI (Cf. Quadro – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local;</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;</p> <p>PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.4 – Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral - envelhecimento ativo;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde;</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar;</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário.</p> <p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de -47% no momento da contratualização, verificando-se a redução das dotações propostas em todas as PI, exceto na PI 10.5 que manteve a dotação proposta.</p> <p>As PI que no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: a PI 10.5 (36,8%), a PI 9.1 (16,1%) e a PI 4.3 (12,8%).</p> <p>Entre o momento da contratualização e 2021, o PDCT sofreu alterações, de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação da PI 9.4; - Redução da dotação das PI 4.3, 8.3 e 9.1. No caso da PI 9.1, a situação pandémica, tendo em conta a natureza das atividades a desenvolver, foi em grande parte responsável pela menor procura; - O enorme reforço da PI 8.8 com elevada dinâmica de procura e também, embora menor, das PI 2.3, 9.7 e 10.5. No caso da PI 10.5, a justificação reside principalmente, no aumento da taxa de financiamento; - O reforço da dotação global (8,4%); <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (50,7%), PI 9.1 (12,2%) e PI 8.8 (11,6%); Cf. Quadro – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A AMP na resposta ao Inquérito às CIM/AM, considera que o financiamento contratualizado foi:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3, 8.3 e 10.1. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7 e 10.5. No caso das PI 5.1, 6.1 e 6.3, uma vez que não foram contratualizadas, esta avaliação pode traduzir a ausência de financiamento. - Houve sobre financiamento na PI/TI: 4.3 e Medida do PDR. No primeiro caso, pelos motivos expostos na resposta ao Indicador 5, vários municípios desistiram dos investimentos, designadamente das intervenções previstas de promoção da eficiência energética nos edifícios públicos, que acabaram por não se concretizar. No caso da Medida do PDR, em sede de entrevista, a AMP justificou o sobre financiamento com a ausência de execução devido à dificuldade de articulação com os vários agentes.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada fev. 2016		Dotação atual maio 2021		Varição candidato/contratualizado	Varição Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	11.728.816,4	4,5	5.318.595,2	3,8	6.332.730,8	4,21	-54,7	19,1
4.3	FEDER	37.609.864,0	14,4	17.774.647,9	12,8	5.654.213,4	3,76	-52,7	-68,2
5.2	FC	6.668.048,1	2,5	1.300.000,0	0,9	1.300.000,0	0,86	-80,5	0,0
8.3	FSE	36.404.401,2	13,9	16.286.739,4	11,7	780.423,3	0,52	-55,3	-95,2
8.8	FEDER	10.888.810,0	4,2	4.989.555,3	3,6	17.510.695,9	11,6	-54,2	250,9
9.1	FSE	51.168.743,1	19,5	22.281.121,9	16,1	18.284.658,0	12,2	-56,5	-17,9
9.4	FSE	3.841.399,0	1,5	2.748.798,5	2,0	0,0	0	-28,4	-100,0
9.7	FEDER	8.500.000,0	3,2	6.099.473,9	4,4	13.308.036,8	8,85	-28,2	118,2
10.1	FSE	25.300.623,5	9,7	9.842.457,8	7,1	9.783.202,3	6,5	-61,1	-0,6
10.5	FEDER	51.000.000,0	19,5	51.000.000,0	36,8	76.321.160,8	50,7	0,0	49,6
M04	FEADER	18.624.630,0	7,1	1.128.163,0	0,8	1.128.163,0	0,75	-93,9	0,0
Total FEDER		119.727.490,4	45,7	85.182.272,3	61,4	119.126.837,6	79,2	-28,9	39,8
Total FSE		116.715.166,8	44,6	51.159.117,6	36,9	28.848.283,6	19,2	-56,2	-43,6
Total FC		6.668.048,1	2,5	1.300.000,0	0,9	1.300.000,0	0,86	-80,5	0,0
Total FEADER		18.624.630,0	7,1	1.128.163,0	0,8	1.128.163,0	0,75	-93,9	0,0
Total		261.735.335,3	100,0	138.769.552,9	100,0	150.403.284,2	100	-47,0	8,4

Fontes: Candidatura EIDT-99-2015-02-018 AMPorto; PDCT da AMP - Anexo 1: Quadro de Financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento (2016); Proposta Indicadores PDCT AMP 2021 VF – Dotação Fundo contratado – alteração aprovada em maio.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado (2016):</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto a Medida do PDR. - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas à TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal.</p> <p>Exemplo de indicador que consta do PDCT contratualizado, não adequado no que respeita à cobertura:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 4.3 – o Indicador de realização – Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos, não cobre as intervenções na iluminação pública. <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar, e ultrapassar algumas limitações dos indicadores contratualizados.</p> <p>O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2016, foi alterado face às dinâmicas de procura e na sequência da alteração da dotação financeira por PI aprovada em 2021. As alterações consistiram, principalmente, no ajustamento das metas às perspetivas de execução. Foram retirados os indicadores associados à PI 9.4, cuja dotação foi anulada e verificou-se também o ajustamento dos Indicadores da PI 9.1, tendo sido retirados aqueles referentes às operações a apoiar pelo POISE, na sequência da reprogramação deste PO.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p>

No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI, de acordo com a alteração realizada em 2021.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A AMP referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros Instrumentos com incidência no território.

A AMP recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo elevado para a concretização dos objetivos da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	<p>A AMP referiu a articulação com os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social; - Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS; - Gabinete de Inserção Profissional – GIP; - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD; - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; - Mobilidade Urbana Sustentável – MUS; - Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU; - Território Educativo de Intervenção Prioritária – TEIP; - Desenvolvimento Local de Base Comunitária. <p>A AMP, em sede de entrevista, destacou a articulação com os Instrumentos DLBC rural e costeiro ao nível do SI2E e do Programa + Coeso, no sentido de evitar sobreposições ao nível dos apoios e do território de intervenção.</p>
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	<p>O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos da EIDT, foi considerado elevado pela AMP (5 numa escala de 1 a 6).</p> <p>Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da AMP ao Inquérito às CIM/AM.</p> <p>O Plano de Ação da EIDT contempla Ações que se enquadram em Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento que não foram mobilizados para os PDCT, que mobilizam outros promotores e que serão financiadas por outros instrumentos de financiamento (do PT2020 ou outros).</p>
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>Houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT2020 e com outras fontes de financiamento, na fase de programação e na fase de implementação.</p> <p>A AMP referiu no Inquérito às CIM/AM os seguintes instrumentos de financiamento mobilizados: PDR2020, POSEUR 2020, POISE2020.</p> <p>No Inquérito às CIM/AM, A AMP respondeu que, na fase de programação, as fontes de financiamento não foram adequadas. Na fase de implementação, foram consideradas adequadas.</p>
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A articulação foi feita <i>a posteriori</i>, com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p>

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A AMP fez uma avaliação global pouco favorável do modelo adotado de aprovação/negociação adotado. A avaliação foi, contudo, mais positiva relativamente ao contributo para promover a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território, para promover a relevância do instrumento para a estratégia e o envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente aos seguintes parâmetros: melhorar o alinhamento entre medidas e resultados, melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção e aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,).

A AMP referiu alguma dificuldade em articular as PI disponibilizadas e a Estratégia Regional da AMP, sendo que algumas não eram uma prioridade para a Região. Outras PI, devido à sua regulamentação ou por serem menos interessantes para os beneficiários, tiveram menor procura. Verificaram-se dificuldades de operacionalização (por exemplo, no caso da eficiência energética e regadios), que prejudicaram o contributo esperado e a relevância estratégica do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A AMP atribuiu uma pontuação média de 3,1 (numa escala de 1 – nulo a 6 – muito elevado) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM/AM.</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP elevado (5) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território. <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP moderado (4) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia; - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP baixo (3) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Criação de novas parcerias nos territórios; - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT. <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP muito baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade do processo de seleção; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Simplificação do processo de seleção.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	A AMP não respondeu a esta questão.
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A AMP atribuiu uma pontuação média de 2,9 aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM/AM (numa escala de 1 – nulo a 6 – muito elevado).</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP mas moderado (4) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas. <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP baixo (3) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; - Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso; - Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta. <p>O contributo do modelo foi considerado pela AMP muito baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...).

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os *stakeholders* relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram valorizados em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2016, que contemplava 16 operações / investimentos de âmbito intermunicipal a que correspondia um investimento total de 56.400.572,65€.

O investimento previsto neste tipo de operações encontrava-se concentrado, principalmente, na promoção do emprego e do empreendedorismo (44,4%) e na promoção da inclusão social (40,4%).

As operações intermunicipais previstas tinham como promotores outros *stakeholders* que não os Municípios ou a AMP, tais como o I.E.F.P. I.P., o IPDJ. I.P. e a Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 8.3 – Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais; PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar.</p> <p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT contratualizado em 2016:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 8.3 – Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; PI 8.8 – Promoção do micro empreendedorismo; PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.4 – Promoção do envelhecimento ativo; PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais. PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2016).</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura foram propostas 15 operações / investimentos de âmbito intermunicipal (num total de 321 operações/investimentos propostos) a que correspondia um investimento total de 187.431.717,08 €, de acordo com o Quadro de investimentos apresentado no formulário de Candidatura do PDCT.</p> <p>Entre estes investimentos, incluem-se 5 programas cujos promotores são a AMP e o IEFP, I.P com enquadramento na PI 8.3, destinados a apoiar o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social, que representam um investimento total de 60.976.723,98 €.</p> <p>O PDCT contratualizado em 2016 previa 16 operações / investimentos de âmbito intermunicipal a que correspondia um investimento total de 56.400.572,65€, de acordo com o Quadro de investimentos apresentado.</p> <p>Entre estes investimentos, incluem-se 8 programas cujos promotores são a AMP, o IEFP, I.P, o IPDJ e a Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social, com enquadramento nas PI 8.3 e 8.8, destinados a apoiar o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social, que representam um investimento total de 25.030.934,96 €.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2016).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos no PDCT contratualizado em 2016:</p> <p>Modernização administrativa (2 operações);</p>

	<p>Emprego e empreendedorismo (8 operações);</p> <p>Inclusão social (4 operações);</p> <p>Equipamentos sociais (1 operação);</p> <p>Educação (1 operação).</p> <p>O investimento total previsto neste tipo de operações, encontrava-se concentrado, principalmente, na Promoção do emprego e do empreendedorismo (PI 8.3 e 8.8) – 44,4% e na Promoção da inclusão social (PI 9.1 e 9.4) - 40,4%.</p> <p>(Cf. tabela abaixo – Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal no PDCT contratualizado em 2016, por PI).</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT contratualizado em 2016, estão previstas as seguintes operações promovidas por outros <i>stakeholders</i> que não a AMP e os municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação de regadios – 11 operações promovidas por Juntas de agricultores (M 3.4.2. do PDR). - Apoio ao empreendedorismo na AMP – 2 operações promovidas pelo IEF, I.P. (PI 8.3 e 8.8) - Apoio ao empreendedorismo na AMP – 2 operações promovidas pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social- Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (PI 8.3 e 8.8) - Apoio ao empreendedorismo na AMP – 2 operações promovidas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (PI 8.3 e 8.8) - Contratos Emprego Inserção AMP – operação promovida pelo IEF, I.P. (PI 9.1). - Bolsa de Voluntariado – operação promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social- Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (PI 9.1).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2016

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI	Setor	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado (2016) €	Varição %
Autarquia Digital Metropolitana	AMP	2.3	Modernização administrativa	100.000,00	0,00	-100,0
SIG Intermunicipal	AMP	2.3	Modernização administrativa	100.000,00	141.876,72	41,9
Metrópole Digital	AMP	2.3	Modernização administrativa	100.000,00	235.294,12	135,3
Invest Jovem	IEFP, I.P.	8.3	Empreendedorismo e Emprego	14.117.235,29	0,00	-100,0
Invest+	IEFP, I.P.	8.3	Empreendedorismo e Emprego	479.470,59	0,00	-100,0
Microinvest	IEFP, I.P.	8.3	Empreendedorismo e Emprego	119.176,47	0,00	-100,0
AMP empreende	AMP	8.3	Empreendedorismo e Emprego	28.112.824,96	0,00	-100,0
AMP Investe	AMP	8.3	Empreendedorismo e Emprego	18.148.016,67	0,00	-100,0
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IEF	IEFP, I.P.	8.3	Empreendedorismo e Emprego	0,00	14.715.882,35	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	CASPES	8.3	Empreendedorismo e Emprego	0,00	479.021,75	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IPDJ	IPDJ	8.3	Empreendedorismo e Emprego	0,00	479.021,75	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente da Entidade Intermunicipal	AMP	8.3	Empreendedorismo e Emprego	0,00	3.486.944,04	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IEF	IEFP, I.P.	8.8	Empreendedorismo e Emprego	0,00	146.751,63	

Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente Cooperativa António Sérgio para a Economia Social	CASPES	8.8	Empreendedorismo e Emprego	0,00	146.751,63	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente IPDJ	IPDJ	8.8	Empreendedorismo e Emprego	0,00	146.751,63	
Apoio ao Empreendedorismo na AMP: Componente da Entidade Intermunicipal	AMP	8.8	Empreendedorismo e Emprego	0,00	5.429.810,18	
Pacto Para a Empregabilidade AMP 2020	AMP	9.1	Inclusão Social	500.000,00	0,00	-100,0
Rede Metropolitana de ULA	AMP	9.1	Inclusão Social	5.900.457,65	0,00	-100,0
Apoio à contratação de trabalho socialmente necessário	AMP	9.1	Inclusão Social	48.772.588,39	0,00	-100,0
Voluntariado estratégico e Integrado na AMP	AMP	9.1	Inclusão Social	70.000,00	0,00	-100,0
Bolsa de voluntariado	Coop. António Sérgio (CASPES)	9.1	Inclusão Social	911.947,06	981.947,06	7,7
Contratos Emprego Inserção AMP	IEFP, I.P.	9.1	Inclusão Social	0,00	21.187.609,34	
INCulturar-te: Incluir pela Cultura	AMP	9.1	Inclusão Social	0,00	294.117,65	
Valor+Sénior	AMP	9.4	Inclusão Social	0,00	294.117,65	
Equipamentos Sociais	AMP	9.7	Social	10.000.000,00	7.175.851,62	-28,2
Equipamentos Escolares	AMP	10.1	Educação	60.000.000,00	0,00	-100,0
Plano Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar da AMP	AMP	10.1	Educação	0,00	1.058.823,53	
Total				187.431.717,08	56.400.572,65	-69,9

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-018 - Quadro de investimentos; PDCT da AMP – Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos PO financiadores, 2016 - Quadro de investimentos.

Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal no PDCT contratualizado em 2016, por PI

PI	Operações previstas	Investimento total Previsto	
	Nº	€	%
2.3	2	377.170,84	0,7
8.3	4	19.160.869,89	34,0
8.8	4	5.870.065,07	10,4
9.1	3	22.463.674,05	39,8
9.4	1	294.117,65	0,5
9.7	1	7.175.851,62	12,7
10.1	1	1.058.823,53	1,9
Total	16	56.400.572,65	100,0

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-018 - Quadro de investimentos; PDCT da AMP Aprovado pelas AG dos PO financiadores (2016) – Quadro de investimentos.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O processo de conceção da EIDT e do PDCT envolveu um conjunto alargado de entidades representativas destes setores e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território. A sua participação foi assegurada através de inquirição, recolha formal de pareceres, participação em workshops temáticos e entrevistas.

Este envolvimento teve como principais resultados, a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, o alargamento de potenciais fontes de financiamento e a identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da AMP ao Inquérito às CIM/AM:</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR; <p>Participaram pouco (grau 3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor económico; - Entidades representativas do Setor social; - Entidades representativas do Setor ambiental; - Agências públicas da Administração Central; - Agências públicas da Administração Central desconcentrada; - Juntas de Freguesia; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). <p>As Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada que participaram na definição da EIDT indicadas pela AMP foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - da Administração Central: IEFP / DGEST / ANQEP; - da Administração Central desconcentrada: CCDRN / ADEPORTO / ENERGAIA.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva por parte dos Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Agência das Administração Central e Central desconcentrada. No caso destas entidades, a recolha formal de pareceres e de contributos foram a principal forma de envolvimento.</p> <p>A participação foi considerada formal por parte das entidades dos setores económico, social e ambiental e das entidades privadas com fins lucrativos, envolvidas através de resposta a questionário.</p> <p>No caso das Juntas de Freguesia, a AMP não indicou o tipo de participação. O seu envolvimento foi a através de resposta a questionário.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Tipo de resultados gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Alargamento de potenciais fontes de financiamento; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na definição da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Recolha formal de pareceres	Resposta a questionário
Municípios	6	Substantiva	x	
Juntas de freguesia	3	NR		x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva	x	

Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	3	Formal		X
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	3	Forma		X
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	3	Formal		x
Agências públicas da Administração Central	3	Substantiva	x	
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	3	Substantiva	x	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3	Formal		x

Fonte: Inquérito on-line às CIM/AM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com o ponto dedicado à Metodologia e Participação no documento Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial AMP 2020, o processo metodológico que conduziu à definição da EIDT AMP 2020, dinamizou um conjunto atividades de mobilização e interação dos diversos agentes relevantes (questionários; workshops; ações de capacitação; entrevistas; apresentações, etc.), com os seguintes objetivos:

- Dinamizar a participação dos parceiros económicos, sociais, ambientais e culturais, contribuindo assim para a consensualização, a validação e apropriação da EIDT AMP 2020 e dos seus resultados;
- Envolver à partida os principais agentes de forma a garantir o seu empenhamento na fase seguinte da materialização e concretização de projetos coerentes e devidamente articulados com a referida estratégia.

O **Questionário geral** teve por destinatários responsáveis de instituições, empresas e personalidades relevantes da AMP, pelo que foi enviado a 1500 instituições/indivíduos tendo sido obtidas 345 respostas válidas. Paralelamente, visando alargar a consulta a toda a comunidade foi aberta a possibilidade de qualquer cidadão responder ao Questionário Geral acedendo para o efeito ao site da AMP.

Foram também realizados **Questionários específicos** que tiveram como objetivo avaliar a perceção dos *Stakeholders* relativamente: aos principais problemas e potencialidades que se colocam em cada área temática; à capacidade institucional para resolver esses problemas ou/e para aproveitar as oportunidades; relativamente aos objetivos temáticos da nova Política de Coesão. Além disso, pretendia-se também perceber quais as instituições melhor posicionadas para liderar as redes e quais os desenhos ou redes institucionais que se evidenciam.

Os **4 workshops temáticos** realizados foram organizados em torno dos principais desafios que se colocam à AMP, no âmbito dos pilares da Europa 2020 - Crescimento Inteligente; Crescimento Sustentável; e Crescimento Inclusivo - e das prioridades temáticas da nova Política Regional europeia:

- Workshop 1 - Educação, Cultura, Identidades e Inovação Social. Participaram as seguintes entidades: Adritem; Fundação Serralves; CPCJ Vila Nova de Gaia; IES-Instituto de Empreendedorismo Social; AEP; Agrupamento de Escolas do Paredes; Gabinete de Apoio Inovação e Empreendedorismo Social.
- Workshop 2 - Emprego, Empregabilidade e Qualificação Para A Inclusão. Participaram as seguintes entidades: FPCEUP; IEPF Porto, Gondomar, Maia e Matosinhos; AEP - Programa formação-ação PME.
- Workshop 3 - Crescimento Inteligente. Participaram as seguintes entidades: TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.; Produtech; Sanjotec; CTCOR - Centro Tecnológico da Cortiça; Fundação de Serralves; Polo de competitividade Agro - alimentar-Diret. Executiva Dra. Ondina Afonso; Polo de competitividade Saúde-Joaquim Cunha-diretor executivo; Instituto Politécnico do Porto; Universidade do Porto; UPTEC; Porto e Norte ERTN (Dr. Melchior Moreira (Presidente) Associação Empresarial de Portugal (Engº António Barros - Presidente).
- Workshop 4 - Crescimento Sustentável. Participaram as seguintes entidades: FEUP-ENERGIA; Parque Biológico de Avintes; Forestis; LIPOR; Águas Douro e Paiva; INEGI-Ambiente; Plataforma Carbonnus/Treegood.

Foram realizadas **53 entrevistas a atores chave e 17 municípios**, com o objetivo de recolher contributos para a elaboração do respetivo diagnóstico e inputs para a construção da estratégia.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, as Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada, envolveram-se de forma continuada. Juntas de Freguesia, entidades dos sectores económico, ambiental e social e entidades privadas com fins lucrativos (empresas) envolveram-se pontualmente, através de resposta a questionário.

O envolvimento destas entidades contribuiu para a racionalização de recursos, a complementaridade de intervenções, o aumento do alcance do PDCT em termos do perfil dos beneficiários apoiados e a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	De acordo com a resposta da AMP ao Inquérito às CIM/AM: Envolveram-se de forma continuada, através da recolha de pareceres e contributos – Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada. Envolveram-se pontualmente, através de resposta a Questionário: Juntas de Freguesia, Entidades dos sectores económico, ambiental e social e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). Em sede de entrevista, a AMP referiu também o envolvimento do Conselho Intermunicipal nos projetos intermunicipais, designadamente, na definição de áreas estratégicas, como foi o caso da educação.
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da AMP no inquérito às CIM/AM, para os seguintes resultados: - Racionalização de recursos; - Complementaridade de intervenções; - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; - Construção de parcerias.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A AMP fez uma avaliação muito positiva da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR). Cumprem todas as funções e, sendo o organismo mais próximo dos beneficiários, concordam com as competências delegadas. Contudo, manifestou-se desfavoravelmente em relação à obrigatoriedade de realização de verificações no local a todas as operações, por parte da AMP enquanto Organismo Intermédio.

Consideram que deviam também ter sido delegadas outras competências como definir o calendário de abertura dos AAC e formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A AMP atribuiu a todas as seguintes competências delegadas pelos POR, POISE, POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM/AM, o grau de adequação 6 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada), o que traduz uma avaliação muito positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão; - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários. - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria; - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. <p>Relativamente ao PDR, a AMP considerou questão N/A.</p> <p>Em sede de entrevista, a AMP considerou desadequada a obrigatoriedade de realizar verificações no local a todas as operações. Neste momento têm que fazer 800 verificações no local e estão inclusivamente a pensar contratar uma empresa (2 pessoas) para este processo. Consideram que esta metodologia não traz mais-valias que justifiquem este trabalho, pois condiciona a própria execução do Pacto.</p>
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>Na resposta ao inquérito às CIM/AM, a AMP classificou como positivo o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Monitorização de resultados; - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território. <p>A AMP classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da carga administrativa; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do POISE, POISE e POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção das operações; - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

Indicador	Resposta/Evidências
	Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do PDR: <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários).

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM encontram-se definidos e funcionam?

A AMP fez uma avaliação positiva do funcionamento dos mecanismos de articulação com as AG, no caso do POR e do PDR. Não se pronunciou no caso do POISE e POEUR.

Em sede de entrevista, referiu a necessidade de melhorar os sistemas de Informação no sentido da sua maior adequação e utilidade.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM	Mecanismos de articulação que funcionaram (aplicável apenas nos casos do POR e PDR): <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM	<p>A AMP classificou de igual forma o funcionamento destes mecanismos no caso do POR e do PDR, atribuindo-lhes a classificação média de 5,3 (numa escala de 1 – não funciona a 6 – funciona muito bem) o que revela uma avaliação positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funcionam muito bem (6): Reuniões periódicas e Ligação com Ponto Focal. - Funcionam bem (5): Reuniões de coordenação. - Funcionam de forma satisfatória (4): Emissão de pareceres. <p>Em sede de entrevista, a AMP referiu a necessidade de melhorar os Sistemas de Informação no sentido da sua maior adequação e utilidade. Referiu os seguintes aspetos críticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de inserir manualmente muita informação; - A instabilidade na definição das Orientações/Regras de acesso. No caso do PAPN houve 3 alterações das Regras de Acesso que dificultou muito a análise das candidaturas.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A AMP classificou como muito adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, considera as suas competências adequadas, mas insuficiente o número de elementos e desadequada a sua excessiva polivalência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A AMP classificou como muito adequada esta dotação (grau de adequação 5, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 10 Elementos externos: NR

Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A AMP classificou a dimensão da equipa técnica como muito pouco adequada (grau de adequação 2, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada). Em sede de entrevista, a AMP referiu a obrigatoriedade de fazer verificações no local a todas as operações e a necessidade de contratar uma empresa (2 pessoas) para este processo. Neste momento têm 800 verificações no local, para realizar.
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A AMP classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como totalmente adequadas (grau de adequação 6, numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	- Insuficiente número de elementos da Equipa Técnica; - Excessiva polivalência dos técnicos; - Ausência de formação específica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM/AM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A AMP não se pronunciou sobre as ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual Quadro Comunitário de Apoio. Contudo, reconhece haver necessidade de investimento em ações de capacitação em áreas específicas indicadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	A AMP não respondeu a esta questão.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A AMP não respondeu a esta questão.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A AMP referiu: Todas as mencionadas na Pergunta 28 do inquérito às CIM/AM: - Contratação pública; - Sistemas de informação; - Critérios de análise de projetos; - Monitorização de avaliação; - Conceção de documentos estratégicos e de programação. Outras: - Gestão de stress; - Acompanhamento de auditorias; - Gestão de conflitos; - Gestão do tempo; - Conciliação Família/trabalho; - Inglês.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

A AMP referiu a sua participação na elaboração dos Avisos, designadamente através da definição das TO/Medidas e também de contributos, que foram parcialmente integrados, para outros elementos.

A relevância ou adequação das operações face à realidade e às necessidades do território, foi assegurada, nos Avisos, condicionando a sua elegibilidade ou aprovação ao seu enquadramento em planos ou programas de política territorial ou sectorial com incidência no território em que se insere a operação ou aos exercícios de mapeamento das necessidades de investimento no território de incidência do PDCT. No caso do S2E, foram limitadas as CAE elegíveis e incentivada a orientação do investimento para áreas de baixa densidade, para grupos específicos da população ou para projetos que impliquem uma particular articulação / integração com instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional de Investigação e Inovação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM/AM na elaboração dos AAC	<p>No caso dos Avisos do POR: Foram responsáveis pela definição dos seguintes elementos: - Definição das TO/Medidas. Deram contributos que foram parcialmente integrados, para os seguintes elementos: - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Prazos de apresentação das candidaturas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Critérios de seleção das operações; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. Não deram contributos para os seguintes elementos: - Indicadores; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas.</p> <p>No caso dos Avisos do POSEUR: Deram contributos que foram parcialmente integrados, para os seguintes elementos: - Definição das TO/Medidas; - Dotação financeira.</p> <p>No caso dos Avisos do PDR: Foram responsáveis pela definição dos seguintes elementos: - Definição das TO/Medidas. Deram contributos que foram parcialmente integrados, para os seguintes elementos: - Dotação financeira.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local (AVISO Nº NORTE-03-2017-42)</u> Constitui critério de elegibilidade das operações a conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável.</p> <p><u>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos (AVISO POSEUR-10-2016-78)</u> De acordo com os critérios específicos de elegibilidade das operações, estas têm que atestar a conformidade com os PMOT.</p> <p><u>PI 8.3 e 8.8 - Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego-SI2E (AVISO N.º NORTE-M7-2017-37)</u> - O Aviso define as CAE não elegíveis no território abrangido pelo Aviso (território da Área Metropolitana do Porto não abrangido por DLBC Rurais, Costeiras ou Urbanas). Aplicável apenas no caso da PI 8.3. - Majoração da taxa base de cofinanciamento no território abrangido pelo Aviso (território da Área Metropolitana do Porto não abrangido por DLBC Rurais, Costeiras ou Urbanas), para: (1) projetos em que os promotores ou sócios sejam jovens até aos trinta anos, mulheres, portadores de deficiência ou de incapacidade, desempregados de longa duração ou beneficiários de RSI (10 p.p.); (2) para projetos que impliquem uma particular articulação / integração com instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional de Investigação e Inovação (SCTN) comprovada através da verificação de critérios definidos (10 p.p). - Majoração dos períodos máximos de cofinanciamento, nos projetos localizados em territórios de baixa densidade.</p> <p><u>PI 9.7 Equipamentos sociais (AVISO Nº NORTE-42-2019-45)</u> As operações devem cumprir os critérios-base para justificação do apoio previsto no Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais, nomeadamente as prioridades de respostas sociais por NUT III.</p> <p><u>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar e seus projetos (AVISO N.º NORTE-66-2016-29)</u> - Os PIICIE deverão ser apresentados com uma memória descritiva contendo a justificação da necessidade e oportunidade da realização do Plano.</p>

- Os PIICIE e as operações a financiar deverão articular-se e contribuir para a prossecução das prioridades e medidas de política educativa, designadamente, com os **planos de ação estratégica das escolas aprovados** no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e com os **Planos de Melhoria Plurianuais desenvolvidos pelas escolas TEIP**, no âmbito do Programa TEIP3.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A AMP faz uma avaliação dos calendários de abertura dos Avisos e dos prazos de submissão das candidaturas variável em função das Prioridades de Investimento a que se destinam, sendo que é mais favorável no caso dos Avisos dirigidos às PI 10.1 e 10.5.

O tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas mereceu a avaliação menos positiva.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>A AMP classificou da seguinte forma os calendários de abertura dos Avisos e os prazos de submissão das candidaturas, na resposta ao inquérito às CIM/AM (numa escala de 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados):</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 3,3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado muito adequado (5) no caso das PI 10.1 e 10.5; - Foi classificado suficiente (4) no caso da PI 9.1; - Foi considerado adequado (3) no caso das PI 2.3, 4.3, 5.2, 9.7, e M 3.4.2. do PDR. <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 4,1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado muito adequado (5) no caso das PI 2.3, 4.3, 5.2, 10.1 e 10.5; - Foi classificado suficiente (4) no caso das PI 9.1 e 9.7; - Foi classificado pouco adequado (3) no caso das PI 8.3 e 8.8; - Foi classificado muito pouco adequado (2) no caso da M 3.4.2. do PDR. <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 3,7.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado muito adequado (5) no caso das PI 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi classificado suficiente (4) no caso da PI 9.1 e M 3.4.2. do PDR; - Foi classificado pouco adequado (3) no caso das PI 2.3, 5.2, 8.3 e 8.8; - Foi considerado muito pouco adequado (2) no caso da PI 4.3. <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 4,1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como muito adequado (5) no caso das PI 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e M 3.4.2. do PDR. - Foi classificado como suficiente (4) no caso da PI 9.1; - Foi classificado pouco adequado (3) no caso das PI 2.3 e 5.2; - Foi considerado nada adequado (1) no caso da PI 4.3. <p>Na Entrevista, A AMP referiu a vantagem dos Avisos abertos em contínuo, o que poderia contribuir para a celeridade da execução.</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT, exceto para a PI 9.4, cuja dotação foi anulada.

A AMP fez uma avaliação positiva do grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, ligeiramente mais favorável no que respeita à adequação às necessidades do território e menos favorável relativamente à adequação dos indicadores de realização e de resultado do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Foi lançado concurso para todas as tipologias de intervenção contratualizadas exceto para as tipologias da PI 9.4 (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local;</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;</p> <p>PI 8.8 - Promoção do micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais;</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar;</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário;</p> <p>Medida 3.4.2 do PDR - Melhoria da eficiência dos regadios existentes.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AMP atribuiu às TI/medidas um grau de adequação médio de 5,2 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso da PI 2.3, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos seguintes casos: 8.3, 8.8, 9.1 e Medida do PDR. - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3) nos seguintes casos: PI 4.3. <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AMP atribuiu às TI /medidas um grau de adequação médio de 4 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 9.7, 10.1 e 10.5. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 9.1; - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3), nos seguintes casos: PI 2.3, 8.3 e 8.8; - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) nos seguintes casos: PI 4.3 e Medida 3.4.2. do PDR. <p>Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AMP atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5,2 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso da PI 2.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5; - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 9.1; - Foram consideradas suficientemente adequadas (grau 4), no caso da M 3.4.2. do PDR; - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) no caso da PI 4.3. <p>Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AMP atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5,4 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 2.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos casos da PI 9.1 e M 3.4.2 do PDR; - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3), no caso da PI 4.3. <p>A AMP não respondeu relativamente à adequação das TI/medidas da PI 5.2.</p>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A AMP, na resposta ao Inquérito às CIM/AM, considerou que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) é adequada e tem correspondido às necessidades dos territórios e dos *stakeholders*.

Os parâmetros de análise com a avaliação mais desfavorável foram a carga burocrática, a interação com os sistemas de informação e a dimensão da equipa técnica. A metodologia de apuramento de mérito, teve a avaliação mais favorável.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (<i>check-list</i>, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,8. - Foram considerados totalmente adequados (6) para as PI 9.7, 10.1 e 10.5; - Foram considerados muito adequados (5) par aa PI 9.1; - Foram considerados suficientemente adequados (4) par as PI 2.3 e 4.3; - Foram considerados pouco adequados para as PI 8.3 e 8.8. <p>Crítérios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,8. - Foram considerados totalmente adequados (6) para as PI 9.7, 10.1 e 10.5; - Foram considerados muito adequados (5) par aa PI 9.1; - Foram considerados suficientemente adequados (4) par as PI 2.3 e 4.3; - Foram considerados pouco adequados para as PI 8.3 e 8.8. <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 4,3. - Foi considerada totalmente adequada (6) para as PI 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi considerada muito adequada (5) para as PI 2.3, 4.3 e 8.3; - Foi considerada pouco adequada (3) para as PI 8.3 e 8.8. <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,1. - Foi considerada suficientemente adequada (4) para as PI 2.3, 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foi Considerada muito pouco adequada (2) para as PI 8.3 e 8.8. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AMP não respondeu relativamente a este parâmetro. <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,6. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para as PI 2.3, 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi considerada nada adequada (1) no caso das PI 8.3 e 8.8. <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2. - Foi considerada muito pouco adequada (2) no caso das PI 8.3 e 8.8. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2. - Foi considerada muito pouco adequada (2) no caso das PI 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. <p>A AMP não respondeu sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A interação com outros SI e com o Balcão 2020.

	- A adequação dos parâmetros de avaliação do processo de análise e seleção no caso da PI 5.2 e da M 3.4.2. do PDR.
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A AMP referiu que os prazos de análise de candidaturas: - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos: PI 2.3 e 10.5. - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos: 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e M 3.4.2. do PDR. É no caso das candidaturas das PI 8.3 e 8.8 que o tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato é mais longo.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	A AMP referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas: - Elevado nº de candidaturas (PI 8.3 e 8.8); - Reduzida dimensão (PI 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7 e 10.1); - Verificação das condições de admissibilidade (PI 4.3); - Atrasos da AG no processo de análise e decisão (PI 8.3, 8.8 e 10.5); - Análise de mérito das candidaturas (PI 4.3, 8.3 e 8.8); - Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades (PI 4.3 e 9.7).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 58:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo (333 dias) devido principalmente ao tempo entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as candidaturas das PI 8.3 e 8.8. O tempo médio mais curto, verifica-se nas candidaturas das PI 5.2, 10.5 e 2.3, por esta ordem.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	39	39	118	29	147
4.3	19	19	337	39	376
5.2	2	2	118	11	129
8.3	79	78	455	124	580
8.8	93	92	439	45	484
9.1	12	12	238	23	261
9.7	90	90	297	40	337
10.1	18	18	196	29	225
10.5	127	127	121	23	144
M 3.4.2. PDR	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total	479	477	285	48	333

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (energia, proteção civil, segurança social, educação). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de stakeholders envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos): PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local O Aviso define como entidades responsáveis pela avaliação de mérito e decisão de financiamento, as CIM da NUTS II Região Norte, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria. (Aviso Nº NORTE-03-2017-42).

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos. De acordo com os Critérios de elegibilidade das operações, estas têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planejar, coordenar e executar a política nacional de proteção civil (AVISO POSEUR-10-2016-78).</p> <p>PI 9.7 –Equipamentos Sociais As operações a financiar devem apresentar como anexo, à data da sua submissão (AVISO Nº NORTE-42-2019-45): - Pedido de parecer, de caráter vinculativo, do Instituto da Segurança Social (ISS) no caso de um aumento da capacidade instalada (criação de novos lugares) ou de reconversão de resposta social; - Sempre que os projetos correspondam à requalificação, remodelação ou adaptação de equipamentos sociais existentes que, nos termos do mapeamento, são considerados prioritários, acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, bem como pedido de parecer do Instituto da Segurança Social (ISS) que no caso assume caráter não vinculativo.</p> <p>PI 10.1 – Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso escolar e seus projetos No âmbito do processo de análise das candidaturas a Autoridade de Gestão solicitará pareceres, não vinculativos (AVISO N.º NORTE-66-2016-29): • da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, enquanto estrutura a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março. • da Direção Geral de Educação, sobre a complementaridade com outros instrumentos de planeamento estratégico das escolas no domínio da promoção do sucesso escolar, nomeadamente com os Planos Plurianuais de Melhoria, no caso dos TEIP.</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário (AVISO No NORTE-73-2016-02). Critérios de elegibilidade das operações: - Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE; - Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização; - No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura.</p> <p><u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Foram implementados vários mecanismos de monitorização e acompanhamento, todos eles considerados muito adequados.

A AMP implementou mecanismos de avaliação contínua do PDCT, designadamente a elaboração de relatórios periódicos, realizou uma Avaliação Intercalar recorrendo aos recursos internos e pretende realizar a Avaliação Final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da AMP no Inquérito às CIM/AM:</p> <p>- Resposta a solicitações dos PO Financiadores;</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de indicadores de monitorização pela AMP; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>A AMP atribuiu o grau de adequação médio 3,6 aos mecanismos implementados.</p> <p>Foram considerados totalmente adequados (6) os seguintes mecanismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. <p>Foram considerados muito adequados (5) os seguintes mecanismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela AMP; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A AMP identificou, na resposta ao Inquérito às CIM/AM, apenas as Autarquias.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	<p>A AMP indicou, na resposta ao inquérito às CIM/AM, os seguintes tipos de avaliação implementados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação contínua, com relatórios periódicos; - Realizou avaliação Intercalar; - Pretende realizar uma avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	AMP (recursos internos).

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A AMP referiu a diversidade e a complexidade de intervenções, a dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores e a dimensão da equipa técnica, como constrangimentos à monitorização e avaliação.

Os indicadores comuns definidos para as PI são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão dos diferentes tipo de operações e dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados para a monitorização e avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e complexidade de intervenções; - Dimensão da equipa técnica; - Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM/AM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	<p>A AMP não identificou medidas deste tipo na resposta ao Inquérito às CIM/AM.</p> <p>Em sede de entrevista, referiu a obrigatoriedade de fazer verificações no local a todas as operações, como um obstáculo à execução célere do PDCT e a necessidade de alterar esta regra (ver resposta ao Indicador 31).</p>

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

A última alteração ao PDCT foi realizada em maio de 2021 e teve como efeitos a redistribuição da alocação financeira por TI/PI/medida, a redefinição de metas para 2023 e a alteração de indicadores. Estas alterações permitiram um maior ajustamento às dinâmicas de procura e perspectivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro deste instrumento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foram realizadas alterações ao PDCT inicialmente contratualizado. Foi um exercício da AMP. A última alteração foi aprovada em maio de 2001.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	De acordo com a resposta da AMP no Inquérito às CIM/AM, a principal alteração ao PDCT verificou-se na distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida. Não foram disponibilizadas as alterações ao PDCT ou a última versão do PDCT, com as alterações efetuadas. Contudo, no quadro fornecido com a proposta de alteração dos Indicadores (Proposta-Indicadores-PDCT-AMP-2021-VF) é possível identificar também outras alterações relativamente ao PDCT inicialmente contratualizado, tais como: - Redefinição de metas para 2023; - A alteração de indicadores nas PI 9.1 e a eliminação dos indicadores da PI 9.4, cuja dotação foi anulada. As alterações efetuadas, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e às perspectivas de execução do PDCT, contribuindo para a melhoria do seu desempenho físico e financeiro.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A AMP referiu a existência de uma estratégia de comunicação do PDCT e identificou os instrumentos de comunicação e de divulgação da EIDT e do PDCT implementados.

Não foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários têm destes instrumentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A AMP identificou as seguintes, na resposta ao inquérito às CIM/AM: - Reuniões/encontros com parceiros, promovidos: 20. Nº de participantes: 40; - Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento: 30. Nº de participantes: 100; - Produtos de comunicação da AMP (newsletter, site): 20; - Produtos de comunicação da AMP (páginas das redes sociais ...): 20; .
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais	A AMP não realizou processos de auscultação junto da população.

beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	
---	--

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR72:

A AMP classificou da seguinte forma a adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (Escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão) na resposta ao inquérito às CIM/AM:

- Reuniões/encontros com parceiros promovidos: grau de adesão 5;
- Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento: grau de adesão 4;
- Produtos de comunicação da AMP (newsletter, site): grau de adesão 3;
- Produtos de comunicação da AMP (páginas das redes sociais, ...): grau de adesão 3.

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela AMP, na resposta ao Inquérito às CIM/AM: <ul style="list-style-type: none"> - Partilha de conhecimentos; - Operações inovadoras para o território; - Cooperação entre beneficiários e <i>stakeholders</i>.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

Até à data desta Avaliação, foram apresentadas 1.839 candidaturas, com um custo total de 483.146.887,7 euros, encontrando-se aprovadas/contratadas/em execução 485 operações e submetidas a aguardar decisão 759 operações.

Entre as candidaturas rececionadas, destaca-se o elevado número das Candidaturas enquadradas na PI 8.8 (Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local) e também, embora menor, nas PI 8.3 (Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas), 9.7 (Equipamentos sociais) e 10.5 (Infraestruturas de ensino básico e secundário). As candidaturas enquadradas nas PI 8.8, 9.7 e 10,5 são aquelas com maior peso financeiro, representando 79,3% do custo total apresentado.

No caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas é superior ao número de operações previstas principalmente nas PI 2.3 e 10.5.

A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 4.3 e 8.8, a taxa de reprovação mais elevada nas PI 8.3 e 8.8 e a taxa de desistência mais elevada nas PI 4.3, 9.1 e 5.2.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram rececionadas 1839 candidaturas com um custo total de 483.146.887,7 euros. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por Prioridade de Investimento.</p> <p>No caso das PI com listas prévias de operações, destaca-se o elevado número de candidaturas rececionadas face ao número de operações previstas no PDCT contratualizado em 2016, principalmente no caso da PI 10.5 e também da PI 2.3, sendo que nestes 2 casos, a dinâmica de procura foi acompanhada pelo acréscimo da dotação financeira destas PI.</p> <p>Entre as candidaturas rececionadas, destaca-se o peso das candidaturas das PI 8.8, 10,5 e 9.7, que representam 79,3% do custo total apresentado.</p> <p>Nota: Não foi disponibilizado o quadro de investimentos atualizado após as alterações aprovadas, pelo que não é possível comparar o número de operações rececionadas com o número de operações previstas na versão atual do PDCT.</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 4.3 e 8.8. A taxa de reprovação mais elevada verifica-se nas PI 8.3 e 8.8. A taxa de desistência mais elevada verifica-se nas PI 4.3, 9.1 e 5.2. Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento.</p> <p>A data desta Avaliação, encontravam-se aprovadas/contratadas/em execução 485 operações, encontrando-se submetidas a aguardar decisão 759 operações.</p> <p>No caso da PI 4.3 – Eficiência energética, a AMP referiu, em sede de entrevista, as dificuldades de execução das candidaturas e a perspectiva de baixo retorno do investimento, justificam em grande parte a desistência de muitos municípios das suas candidaturas e a baixa taxa de admissibilidade.</p>

Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas

Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela AMP na resposta ao Inquérito às CIM/AM:

- Falta de dotação financeira disponível: PI 8.3, 8.8 e 9.7;
- Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: PI 8.3 e 8.8;
- Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 4.3, 8.3 e 8.8;
- Falta de documentos necessários à instrução da candidatura: PI 8.3, 9.7 e 8.8;
- Critérios de seleção das operações: PI 9.1.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2016)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
		Nº	%	€	%
2.3	31	48	2,6	11.157.720,4	2,3
4.3	91	52	2,8	37.788.388,3	7,8
5.2	2	4	0,2	4.231.423,4	0,9
8.3	n.d.	271	14,7	5.908.055,1	1,2
8.8	n.d.	1047	56,9	170.997.547,7	35,4
9.1	20	23	1,3	25.822.397,9	5,3
9.4	18	0	0,0	0,0	0,0
9.7	n.d.	206	11,2	74.246.046,6	15,4
10.1	81	30	1,6	13.094.440,5	2,7
10.5	52	142	7,7	137.718.969,1	28,5
M 3.4.2 PDR	11	16	0,9	2.181.898,8	0,5
Total	n.d.	1839	100,0	483.146.887,7	100,0

Fontes: PDCT da AMP – Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos PO financiadores, 2016 - Quadro de investimentos; PDCT-CIMs-PDR2020-30092021; Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3, 8.8 e 9.7 não estão identificadas as operações previstas, no Quadro de investimentos do PDCT contratualizado.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento										Total
	2.3	4.3	5.2	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	M04 PDR	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução.	39	19	2	79	93	12	90	18	127	6	485
2. Não admitida	6	2			226		45		2		281
3. Não aprovada				174	3		7			8	192
4. Anulada		3		10	9				1		23
5. Desistida /rescindida/revogada	1	28	2	8	18	10	20	10	1	1	99
6. Submetida/admitida	2				698	1	44	2	11	1	759
7. Total Geral	48	52	4	271	1047	23	206	30	142	16	1839
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	84,8	36,5	50,0	93,4	27,5	54,5	59,9	64,3	96,9	93,3	62,7
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	84,8	36,5	50,0	29,2	26,6	54,5	55,6	64,3	96,9	40,0	44,9
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	13,0	3,8	0,0	64,2	65,6	0,0	32,1	0,0	1,5	53,3	43,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	2,2	53,8	50,0	3,0	5,2	45,5	12,3	35,7	0,8	6,7	9,2

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; PDCT-CIMs-PDR2020-30092021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI sofreram alterações desde o momento da contratualização inicial em 2016, no sentido da sua aproximação às dinâmicas de procura e perspectivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 91,2%, sendo que no caso das PI 4.3, 8.3, 9.1, 9.7 e 10.1, era equivalente ou superior a 100%. Destaca-se o caso da PI 4.3, com uma taxa de 153,7%. A PI 8.8 apresenta a taxa de compromisso mais baixa.

As taxas globais de execução e de realização financeira situavam-se em 56,8% e 62,3% respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores, seguida das PI 9.7 e 8.8.

Não há operações concluídas/encerradas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, não havia operações concluídas.</p> <p>A taxa global de compromisso era 91,2% sendo que, nas PI 4.3, 8.3, 9.1, 9.7 e 10.1 ultrapassa os 100%, o que aponta para a necessidade de nova reprogramação. No caso da PI 9.7, com uma taxa de compromisso de 110%, encontram-se submetidas a aguardar decisão, 44 candidaturas.</p> <p>A PI 8.8 apresentava a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se em 56,8% e 62,3% respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.</p> <p>A Medida do PDR apresentava a 2ª pior taxa de compromisso, depois da PI 8.3 e as taxas de execução e de realização financeira mais baixas.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	6.332.730,8	39	5.451.017,4	5.043.136,7	86,1	79,6	92,5
4.3	5.654.213,4	19	8.687.952,9	3.667.168,2	153,7	64,9	42,2
5.2	1.300.000,0	2	1.119.036,2	1.092.572,8	86,1	84,0	97,6
8.3	780.423,3	79	781.759,8	81.997,9	100,2	10,5	10,5
8.8	17.510.695,9	93	5.423.066,9	3.215.224,6	31,0	18,4	59,3
9.1	18.284.658,0	12	19.026.119,7	15.424.850,0	104,1	84,4	81,1
9.7	13.308.036,8	90	14.697.485,6	2.205.098,3	110,4	16,6	15,0
10.1	9.783.202,3	18	9.821.262,6	5.081.894,0	100,4	51,9	51,7
10.5	76.321.160,8	127	71.070.258,0	48.944.858,3	93,1	64,1	68,9
Total	149.275.121,2	479	136.077.959,0	84.756.800,8	91,2	56,8	62,3

Fontes: PDCT da AMP - Anexo 1: Quadro de Financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento (2016); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nota: A dotação global da PI 9.4, inicialmente contratualizada, foi anulada.

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento – Medida 3.4.2 do PDR

PI	Despesa pública Contratualizado (após alteração em maio 2021)	Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	despesa pública aprovada	despesa pública paga	Taxa de compromisso (despesa pública aprovada / contratualizada)	Taxa de execução (despesa pública paga/ contratualizada)	Taxa de realização financeira (despesa pública paga /aprovada)
----	---	---	--------------------------	----------------------	--	--	--

	€	Nº	€	€	%	%	%
M 3.4.2. PDR	1.327.250,6	6	927.262,2	80.333,2	69,9	6,1	8,7

Fonte: PDCT-CIMs-PDR2020-30092021.

Nota: Para as operações do PDR apenas se encontram disponíveis os indicadores despesa pública aprovada e paga e fundo contratualizado. Para calcular as taxas de compromisso e de execução, foi calculado o montante da despesa pública contratualizada a partir do valor do Fundo contratualizado, admitindo que a taxa de cofinanciamento é de 85%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No caso das PI com identificação prévia das operações, a comparação da Lista de operações previamente identificadas no Quadro de investimentos do PDCT contratualizado em 2016 com as candidaturas aprovadas, permite concluir o seguinte:</p> <p>- O número de operações aprovadas, é superior ao previsto, na PI 2.3 (e, principalmente, na PI 10.5. No caso da PI 10.5 – infraestruturas de ensino básico e secundário, o número de operações aprovadas mais do que duplicou face ao previsto na lista de investimentos do PDCT contratualizado em 2016 (127 contra 52), estando ainda 11 a aguardar decisão. A dimensão financeira das operações aprovadas nestas PI cresceu 2,5% no caso da PI 2.3 e 39,4% no caso da PI 10.5.</p> <p>- O número de operações aprovadas ficou aquém do previsto, nas PI 4.3, 9.1, 9.4, 10.1 e M 3.4.2 do PDR.</p> <p>No caso da PI 4.3, pelos motivos atrás referidos, a taxa de reprovação é elevada e alguns municípios desistiram das suas candidaturas, principalmente no caso das intervenções nos edifícios públicos. O número de candidaturas aprovado (19) é muito inferior ao inicialmente previsto no PDCT contratualizado em 2016 (91).</p> <p>No caso da PI 9.1, devido à reprogramação do POISE, foram retiradas as candidaturas previstas no âmbito deste PO e reduzida a dotação financeira. Estão aprovadas 12 operações quando estavam previstas 20.</p> <p>No Caso da PI 9.4, pelo mesmo motivo, a dotação financeira foi anulada e caíram todas as operações previstas (18).</p> <p>No caso da 10.1, o número de operações aprovadas (18) teve uma redução 77,8% face ao previsto na lista apresentada no quadro de investimentos do PDCT contratualizado em 2016 (81). Neste caso, as operações aprovadas correspondem aos 18 PIICIE – Projetos, que não constavam da lista inicial de operações e que substituíram a multiplicidade de operações previstas que correspondiam a projetos individualizados. Neste caso, a dimensão financeira das operações aprovadas é equivalente ao previsto.</p> <p>No caso da M 3.4.2 do PDR encontram-se aprovadas 6 operações, quando estavam previstas 11, o que traduz uma redução de 45,5%. A despesa pública aprovada, corresponde a uma redução de 17,8% face ao inicialmente previsto na contratualização.</p> <p>Excluem-se desta análise comparativa, as operações previstas e as candidaturas rececionadas e aprovadas nas PI 8.3, 8.8 e 9.7, sem listas prévias com o número de operações a apoiar.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM/AM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de incentivo: PI 4.3; - Condições de elegibilidade das operações: PI 4.3; - Contexto socio económico: PI 8.3, 9.7 e Medida 3.4.2 do PDR. <p>No caso da PI 4.3, a AMP referiu, em sede de entrevista, a complexidade ao nível da operacionalização desta PI e a dificuldade de execução das candidaturas.</p>
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas (6) enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI/TI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+) – Norte; Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos;</p> <p>PI / TI 10.1 - Redução do abandono escolar (Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 6 operações intermunicipais, com um investimento total aprovado em vigor de 10.837.289,00 €, concentrado, principalmente, na PI 9.1.</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>No PDCT contratualizado (versão de 2016) estavam previstas 16 operações de âmbito intermunicipal a que correspondia um investimento total de 56.400.572,65€. (ver resposta à SQ 5). Esta informação não está disponível para o PDCT na sua versão mais recente, após alterações, uma vez que não foi disponibilizado o quadro de investimentos revisto/atualizado.</p> <p>Importa referir o seguinte relativamente à comparação das operações intermunicipais aprovadas e previstas na contratualização:</p> <p>- Entre as operações previstas no PDCT contratualizado em 2016, encontravam-se 8 programas cujos promotores são a AMP, o IEPF, I.P, o IPDJ, I.P. e a Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social, com enquadramento nas PI 8.3 e 8.8, destinados a apoiar o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social, que não se encontram entre as operações aprovadas nestas PI, que correspondem, todas elas, a operações promovidas por empresas/empresários. A operação intermunicipal prevista na PI 9.4 caiu, uma vez que a dotação desta PI foi anulada.</p> <p>A operação prevista na PI 9.7 – equipamentos sociais, deu origem a 90 candidaturas aprovadas promovidas pelos municípios, de âmbito local/municipal.</p> <p>As operações intermunicipais representam apenas 6,7% do fundo aprovado em vigor à data de 30 de setembro de 2021.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado aprovadas

PI	Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (2016)		Operações intermunicipais aprovadas	
	Nº	Investimento total previsto €	Nº	Investimento total aprovado em vigor €
2.3	2	377.170,84	2	444.645,0
8.3	4	19.160.869,89	0	0,0
8.8	4	5.870.065,07	0	0,0
9.1	3	22.463.674,05	3	9.333.820,47
9.4	1	294.117,65	0	0,0
9.7	1	7.175.851,62	0	0,0
10.1	1	1.058.823,53	1	1.058.823,53
Total	16	56.400.572,65	6	10.837.289,00

Fonte: PDCT da AMP (2016) - Quadro de investimentos; Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais)	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
2.3	5.451.017,4	320.595,00	5,9
4.3	8.687.952,9	0,0	0,0
5.2	1.119.036,2	0,0	0,0
8.3	781.759,8	0,0	0,0
8.8	5.423.066,9	0,0	0,0
9.1	19.026.119,7	7.933.747,40	41,7
9.7	14.697.485,6	0,0	0,0
10.1	9.821.262,6	900.000,00	9,2
10.5	71.070.258,0	0,0	0,0
Total	136.077.959,0	9.154.342,40	6,7

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a AMP e Municípios:</p> <p><u>Aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Instalação de Espaço Cidadão (PI 2.3) – 1 operação promovida por Junta de Freguesia; - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3): todas as operações promovidas por empresas; - Micro empreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8): todas as operações promovidas por empresas. - Inclusão ativa de grupos vulneráveis – Trabalho socialmente necessário (PI 9.1): 3 operações promovidas pelo IEFP, I.P.; - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos (PI 9.1): 4 operações, 3 promovidas por Associações de direito privado e 1 por Pessoa Coletiva de utilidade pública. - Equipamentos sociais (PI 9.7): 89 operações promovidas por Associações de direito privado, Cooperativas, Entidades públicas empresariais, Fundações de direito privado, Pessoas coletivas de utilidade pública e Pessoas coletivas religiosas. - Melhoria da eficiência dos regadios existentes (M 3.4.2 do PDR): 6 operações, 4 promovidas por Juntas de Agricultores e 2 por Juntas de freguesia. <p><u>Previstas no PDCT contratualizado (2016):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao empreendedorismo (PI 8.3): 3 operações promovidas pelo IEFP, I.P., Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e IPDJ, I.P. - Apoio ao empreendedorismo (PI 8.8): 3 operações promovidas pelo IEFP, I.P., Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e IPDJ, I.P. - Reabilitação de regadios (M 3.4.2 do PDR): 11 operações promovidas por Juntas de agricultores. <p><u>Previstas na Candidatura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Programas de apoio ao empreendedorismo - Invest jovem, Invest+ e Microinvest (PI 8.3): 3 operações promovidas pelo IEFP, I.P.; - Bolsa de voluntariado (PI 9.1): 1 operação promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data desta Avaliação não havia operações concluídas/encerradas. No entanto, das 479 operações aprovadas/aceites/em execução, 338 deveriam estar concluídas/encerradas à data de referência desta Avaliação, uma vez que a data prevista de conclusão é anterior a 30-09-2021.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	Não determinado, uma vez que não há operações concluídas/encerradas.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<p>A AMP referiu os seguintes motivos na resposta ao Inquérito às CIM/AM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso: PI 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5. - Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados: PI 6.3, 8.3 e 10.5. 8.3, 8.8 e 9.7. - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura: M 04. - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): PI 4.3 e 9.7. - Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...): PI 9.7 e 4.3 e M 04.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Na resposta ao Inquérito às CIM/AM, a AMP indicou outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos próprios; - Orçamento de Estado; - Protocolos Administração Central/Administração Local;

- BEI.

A AMP referiu que não existiram problemas na mobilização das contrapartidas. No entanto, na resposta ao Indicador 91, foram mencionadas as dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados no caso das PI 6.3, 8.3 e 10.5. 8.3, 8.8 e 9.7.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, não havia operações concluídas/encerradas. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

A AMP manifestou-se otimista relativamente ao cumprimento das metas na maior parte das Prioridades de Investimento, mas principalmente no caso das PI 2.3, 9.1, 10.1 e 10.5 e 9.7.

As principais causas apontadas pela AMP para os desvios detetados face às metas previstas, são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI e as dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não havia operações concluídas/encerradas. Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas definidas.</p> <p>Face às dinâmicas de procura e às alterações aprovadas em maio de 2021 na dotação financeira das PI contratualizadas, a AMP propôs as seguintes alterações das metas para 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento das metas dos indicadores de realização: PI 2.3 (Serviços da Administração pública apoiados), 9.1 (participantes em ações de trabalho socialmente necessário;) e 9.7 (Equipamentos sociais apoiados). - Redução das metas: indicadores de realização e resultado da PI 9.1 (Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura), Indicadores de realização e resultado da PI 4.3, indicadores de realização da M 3.4.2 do PDR, Indicadores das PI 8.3 e 8.8 relativos a postos de trabalho criados e apoiados. <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas, a AMP referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM/AM (escala: de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de probabilidade 6: PI 2.3, 9.1, 10.1 e 10.5. - Grau de probabilidade 5: PI 9.7. - Grau de probabilidade 4: PI 4.3, 8.3 e 8.8. - Grau de probabilidade 3: Medida 3.4.2 do PDR. <p>A AMP não se pronunciou relativamente às metas da PI 5.2.</p>

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas)	Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2021) têm metas definidas. Apenas a M 3.4.2 do PDR, não tem indicador de resultado.

Indicador	Resposta/Evidências
e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam do PDCT contratualizado (versões 2016 e 2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas. Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam do PDCT contratualizado (proposta de alteração 2021):</p> <p><u>PI 2.3 – Sistema de apoio a transformação digital da Administração Pública (AVISO Nº NORTE-50-2016-12)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos municípios/ cidadãos ou empresas; - Indicadores de resultado: Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses; Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses; Aumento do número de acessos ao “site” da entidade intervencionada (Nº). <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas da Administração Local (Aviso Nº NORTE-03-2017-42)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública. - Indicadores de resultado: Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção; Consumo de energia final na iluminação pública. <p><u>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos (AVISO POSEUR-10-2016-78)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de realização: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais; Infraestruturas Operacionais de Proteção Civil Requalificadas. - Indicador de resultado: Redução percentual do tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais. <p><u>PI 8.8 – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego-SIZE (AVISO N.º NORTE-M7-2017-36)</u></p> <p>Indicador de resultado: Postos de trabalho que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (%)</p> <p><u>PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis – Cultura para todos (AVISO N.º NORTE-30-2019-41)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Instituições envolvidas em iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura (Nº). - Indicador de resultado (facultativo): Grau de satisfação das entidades envolvidas (1 a 5). <p><u>PI 9.7 - Equipamentos Sociais (AVISO Nº NORTE-42-2019-45)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: População abrangida por equipamentos sociais melhorados (Nº) - Indicador de resultado: Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos apoiados (Nº). <p><u>PI 10.1 Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar e seus projetos (NORTE-66-2016-29)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de realização: Municípios envolvidos no Plano; Agrupamentos/Escolas não agrupadas envolvidos na operação; Associações de Pais envolvidas no Plano. - Indicador de resultado: Operações do Plano implementadas. <p>O Aviso define também um conjunto de indicadores para as operações abrangidas pelos PIICIE, não definidos no PDCT contratualizado.</p> <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário (AVISO No NORTE-73-2016-02)</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de ensino intervencionados (n.º); - Novas salas de aula (n.º); - Salas de aula requalificadas (n.º).

Indicador	Resposta/Evidências
	Indicadores de resultado: - Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (n.º). - Variação do número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção) - Alunos integrados em regime letivo normal (rede pública) (n.º).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT contribuem para todos os Objetivos Específicos do PDCT. Este contributo é, no entanto, variável e nem sempre equivalente ao inicialmente esperado, devido a problemas observados e já referidos ao nível da operacionalização de algumas PI, dificuldades dos promotores, alterações ao nível das dotações inicialmente contratualizadas e dos investimentos programados.

O contributo das operações apoiadas será mais elevado principalmente para a qualificação dos equipamentos escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário, onde se verifica o maior investimento (52,2% do fundo aprovado), mas também para combater o abandono e insucesso escolar, para qualificar a rede de equipamentos sociais, para o desenvolvimento empresarial (micro empreendedorismo), para promover o uso das TIC nos serviços públicos e para melhorar o acesso a estes serviços na internet e nos Espaços Cidadão.

O contributo esperado deverá ser menor e inferior ao esperado aquando da contratualização, no que respeita à promoção da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local e na agricultura, na promoção da inclusão ativa de grupos vulneráveis e também na criação de emprego incluindo autoemprego.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	<p>As operações apoiadas deverão contribuir de forma mais significativa para os seguintes Objetivos Específicos do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional, educação pré-escolar, básica e secundária e promover a eficiência na sua gestão ao nível municipal e metropolitano. O contributo do PDCT para este Objetivo reside na qualificação da rede de equipamentos escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário e será o contributo mais elevado do PDCT para o território, superior ao previsto na contratualização inicial. - Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiado o desenvolvimento de competências e condições que permitem à população em idade escolar aceder aos serviços da educação. Esta área de intervenção foi destacada, tal como a qualificação dos equipamentos escolares, como de grande interesse e muito adequada às necessidades do território. - Qualificar a apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento social, saúde e bem-estar e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP. O contributo do PDCT para este Objetivo encontra-se focado na qualificação dos equipamentos sociais. - Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da administração local. As operações aprovadas irão contribuir para a promoção do uso das TIC nos serviços públicos e para melhorar o acesso a estes serviços através da internet e dos Espaços Cidadão. <p>O contributo das operações aprovadas deverá ser menor / inferior ao esperado, para os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a emissão das emissões de carbono. Os contributos esperados para este Objetivo, são a melhoria da eficiência energética na iluminação pública e em edifícios públicos, principalmente em equipamentos desportivos como piscinas e pavilhões. Contudo,

devido às dificuldades enunciadas ao nível da operacionalização da PI 4.3, o número de candidaturas apoiadas é muito inferior ao previsto inicialmente.

- Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas. O contributo esperado para este objetivo é a melhoria da eficiência energética dos regadios.

- Promover a integração no mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ou em risco de exclusão e Apoiar de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social. O contributo para estes Objetivos deverá ser menor e inferior ao inicialmente esperado no que respeita à criação de emprego. O contributo para o desenvolvimento empresarial deverá ser mais elevado.

- Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social. A não concretização de operações previstas com enquadramento na PI 9.4 (cuja dotação foi anulada) e ao menor número de operações aprovadas na PI 9.1, reduziram o nível de contributo para a capacitação e inclusão ativa de grupos mais vulneráveis.

Na tabela abaixo é apresentada a análise qualitativa dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os seus Objetivos Específicos, com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo das operações apoiadas para os Objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

Objetivos Específicos Do PDCT	PI Mobilizadas	Contributo das operações apoiadas
E1 OE 1- Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da administração local	2.3	As operações apoiadas contribuem para a promoção do uso das TIC nos serviços públicos, para a digitalização dos serviços e para melhorar o acesso a estes serviços através da internet e dos Espaços Cidadão. O contributo para este Objetivo deverá ser superior ao previsto na contratualização inicial , uma vez que se verificou o reforço da verba contratualizada em 19%, o número de operações apoiadas é superior ao previsto no PDCT inicialmente contratualizado e a meta do indicador de realização – serviços da Administração pública apoiados foi revista em alta. Tendo em conta a dotação atual da PI 2.3, a taxa de compromisso era, à data de referência desta avaliação, 86%. A AMP considera muito provável o cumprimento das metas.
E2 OE 1 - Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a emissão das emissões de carbono	4.3	Os contributos esperados das operações do PDCT para este Objetivo, são a melhoria da eficiência energética na iluminação pública e em edifícios públicos, principalmente em equipamentos desportivos como piscinas e pavilhões. O contributo para este Objetivo deverá ser inferior às expectativas e ao previsto na contratualização inicial. A dotação inicialmente contratualizada teve uma redução de 68% e as metas dos indicadores de realização e de resultado, foram revistas em baixa. Devido às dificuldades enunciadas ao nível da operacionalização da PI 4.3, o número de candidaturas apoiadas é muito inferior ao previsto. O número de candidaturas desistidas é elevado (28). No entanto, tendo em conta a dotação atual, a taxa de compromisso é 153,7% e a taxa de execução 69%. A AMP considera provável o cumprimento das metas atualmente definidas.
E7 OE 1 - Apoiar a promoção e distribuição das energias renováveis e aumentar a eficiência energética nas atividades económicas	M 3.4.2 PDR	O contributo do PDCT para este Objetivo - melhoria da eficiência energética dos regadios, é relativamente reduzido e poderá ser inferior ao esperado. A dotação financeira desta Medida representa apenas 0,75% da dotação global contratualizada. O número de operações aprovadas é inferior ao previsto e as metas dos indicadores de realização foram revistas em baixa. Embora com uma taxa de compromisso de 70%, a execução é muito baixa (6,1%). A AMP considera pouco provável o atingimento das metas definidas.

E6 OE 1 – Dotar a proteção civil de mais e melhores infraestruturas e equipamentos	5.2	<p>O contributo para este Objetivo reside na melhoria dos meios de emergência e de combate a incêndios em V. Nova de Gaia e Porto e na redução do tempo de resposta às ocorrências de incêndios florestais. A dotação inicialmente contratualizada bem como as metas, mantêm-se. As taxas de compromisso e de execução são 86% e 84%. A AMP não se pronunciou relativamente ao cumprimento das metas.</p> <p>Quanto aos resultados esperados, a meta do indicador N.º de infraestruturas operacionais de proteção civil construídas, remodeladas ou ampliadas: 2, encontra-se desajustada e será parcialmente concretizada, uma vez que só foi aprovada a operação de ampliação e requalificação do Quartel de Bombeiros do Porto. A operação idêntica relativa ao Quartel de Bombeiros de V. Nova de Gaia foi desistida e substituída pelo Reforço do Sistema de Gestão Integrado de Emergência.</p>
E3 OE1 - Promover a integração no mercado de trabalho de jovens à procura de emprego, desempregados, desmotivados e/ou em risco de exclusão	8.3 8.8.	<p>O contributo para estes Objetivos deverá ser menor e inferior ao inicialmente esperado no que respeita à criação de postos de trabalho e apoio ao emprego.</p> <p>Verificou-se uma forte redução da dotação contratualizada na PI 8.3 (-95%) e as metas relativas ao nº de postos de trabalho criados e apoiados nestas duas PI foram também reduzidas</p> <p>O contributo deverá ser mais significativo para o desenvolvimento empresarial, já que o número de empresas apoiadas no âmbito da PI 8.8 é atualmente 93, sendo que estão submetidas a aguardar decisão 698 candidaturas. Apesar do acréscimo da dotação da PI 8.8 de 250%, a meta relativamente ao nº de empresas a apoiar foi mantida.</p> <p>Embora as taxas de execução nestas duas PI sejam muito baixas, principalmente no caso da PI 8.3, a AMP considera provável que as metas definidas venham a ser cumpridas.</p>
E3 OE 2 - Apoiar de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social		
E4 OE 1 - Desenvolver estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, assentes em iniciativas de economia solidária, empreendedorismo social e inovação social	9.1	<p>O contributo das operações apoiadas para estes Objetivo deverá ser inferior ao inicialmente previsto no que respeita à capacitação e inclusão ativa de grupos mais vulneráveis devido à não concretização de operações previstas com enquadramento na PI 9.4 (inicialmente contratualizada, mas cuja dotação foi anulada) e ao menor número de operações aprovadas na PI 9.1 face ao previsto, como consequência da reprogramação do POISE.</p> <p>Os principais contributos esperados do PDCT para este objetivo são a promoção da inserção no mercado de trabalho de participantes em ações de trabalho voluntariamente necessário e a promoção da inserção social por via da cultura.</p>
E4 OE 2 - Qualificar a apetrechar equipamentos e serviços de desenvolvimento social, saúde e bem-estar e promover a gestão coerente da rede, favorecendo o acesso à qualidade de vida das populações da AMP	9.7	<p>O contributo das operações apoiadas para este objetivo – a qualificação da rede de equipamentos sociais, deverá ser elevado e superior ao previsto inicialmente. A dotação contratualizada sofreu um acréscimo de 118% e o número de operações aprovadas é muito superior ao previsto. A meta do indicador Número de equipamentos apoiados, foi alterada, tendo passado de 24 para 80.</p> <p>Apesar da taxa de compromisso de 110%, a taxa de execução é ainda muito baixa (16,6%). A AMP considera muito provável o cumprimento da meta.</p>
E5 OE 1- Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiado o desenvolvimento de competências e condições que permitem à população em idade escolar aceder aos serviços da educação	10.1	<p>O contributo das operações apoiadas para este objetivo do PDCT será bastante significativo. Esta Prioridade de Investimento foi uma das mais valorizadas pela AMP, considerada muito adequada às necessidades do território. Os resultados esperados são a redução do abandono e do insucesso escolar.</p> <p>A AMP considera muito provável que as metas venham a ser alcançadas. No que respeita ao número de alunos envolvidos nas atividades desenvolvidas, admite mesmo que poderá ser superior à meta definida, face às operações aprovadas e em execução.</p>
E5 OE 2 - Investir na qualidade da rede de equipamentos de formação profissional, educação pré-escolar, básica e secundária e promover a eficiência na sua gestão ao nível municipal e metropolitano	10.5	<p>A qualificação da rede de equipamentos escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário será o contributo mais elevado do PDCT para o território e superior ao previsto na contratualização inicial. Esta Prioridade de Investimento, foi uma das mais valorizadas pela AMP e considerada muito adequada às necessidades do território, tal como a PI 10.1.</p> <p>O Fundo aprovado nesta PI representa 52,2% da totalidade do Fundo aprovado. O número de infraestruturas escolares qualificadas será superior ao previsto – 127 operações aprovadas e 11 submetidas a aguardar decisão, contra 52 previstas no PDCT inicialmente contratualizado.</p>

Esta PI apresenta uma taxa de compromisso de 93% e uma taxa de execução de 64%. A AMP considera muito provável o cumprimento das metas. Quanto aos resultados esperados, importa referir que 39 das 127 operações aprovadas, visam a remoção de fibrocimento/amianto.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A articulação foi feita <i>a posteriori</i> : com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação. Cf. resposta à SQ3. – Indicadores 12 e 13.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI, OT.

Ficha de avaliação PDCT Ave



CIM DO AVE - Comunidade Intermunicipal do Ave

Região: Norte - NUT III

Municípios (8 municípios e 236 freguesias)

Cabeceiras de Basto; Fafe; Guimarães; Mondim de Basto; Póvoa de Lanhoso; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vizela

População total: 418 586 habitantes (censos 2021 dados provisórios)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1a. As Medidas e operações previstas no PDCT tinham um contributo esperado para a concretização da EIDT	Todas
Indicador 1b: Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT	<p>Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência/não são concretizados através do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – OED 3 – Turismo – OED 4 – Mobilidade <p>Medidas da EIDT que não encontram correspondência /não são concretizadas através do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A 2 - Valorização dos Recursos Endógenos e Fortalecimento do Sector Agroalimentar – A 7 - Estratégia de Marketing Territorial – A 8 - Mobilidade como Fator de Competitividade do Ave – A 12 - Prossecução da Estratégia de Requalificação dos Centros Urbanos e consolidação dos Centros Históricos – A 14 - Promoção da Qualidade Ambiental – A 16 - Instrumentos de Engenharia Financeira e a Coesão Económica Social e Territorial
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Cobertura parcial</p> <p>Os Objetivos Estratégicos da EIDT são parcialmente cobertos / abrangidos pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 2 <p>As Medidas da EIDT são parcialmente cobertas / abrangidas pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Medidas da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 6

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

A proposta de intervenção apresentada no PDCT, contratualizado a 5 de agosto de 2015, encontra-se alinhada com a respetiva EIDT definida para o território do AVE. Todas as Medidas e Operações previstas no PACTO tinham um contributo esperado com a concretização da EIDT.

A EIDT foi desenhada para responder às necessidades e desafios do território, apresentando uma visão e ambição para o território, consubstanciada em **6 Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED)** concretizáveis através de **16 Ações Estruturantes (AE)**, as quais ultrapassam o âmbito temático e o alcance do PDCT contratualizado envolvendo, um leque diversificado de atores (como por exemplo CIM do Ave; Municípios; Associações de Desenvolvimento Local (ADL); Associações Cooperativas, Empresariais, Comerciais e Industriais; atores do Sistema Científico e Tecnológico e em particular as Escolas Superiores e Universidades presentes no território), na sua concretização, independentemente das fontes e instrumentos de financiamento e de operacionalização.

O PDCT apresentado pela CIM Ave tem **4 Objetivos Estratégicos (OE)** e **12 Medidas**.

O Quadro seguinte evidencia o alinhamento e potencial contributo das Medidas do PDCT para os OED e AE da EIDT, tendo em conta as PI mobilizadas por cada uma das Medidas do PDCT e os seus potenciais resultados.

Matriz de Coerência / Contributo do PDCT contratualizado para a EIDT do AVE

Objetivos Estratégicos de Intervenção da EIDT AVE2020	Objetivos do PDCT AVE e PI mobilizadas											
	OE1.Inovação e competitividade empresarial		OE2.Sustentabilidade ambiental e eficiência energética				OE3. Coesão social e territorial				OE4. Governança do território	
	M2 Prod Sustentável Agrícola	M7 Criação Empresas e Emprego	M3 Recursos Energéticos	M4 Alterações Climáticas	M5 Riscos e Catástrofes	M6 Gestão Resíduos	M8 Inclusão Ativa	M9 Serviços Proximidade	M10 Infraestruturas e Equipamentos	M11 Sucesso Escolar	M12 Rede Escolar	M1 Modernização e Organização por via das TIC
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INTERVENÇÃO (OED)												
OED1.Inovação e competitividade empresarial: contribuir para o reforço da competitividade empresarial com direcionamento para a otimização dos recursos endógenos em matéria de criatividade, capacidade de inovação, experiência e conhecimento adquirido, assim como na criação de fileiras de negócios alicerçadas nas características/potencialidades do território	PI 3.4	PI 8.3 8.8										
OED2.Sustentabilidade ambiental e eficiência energética: assegurar melhoria da qualidade ambiental do território, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações, o uso eficiente dos recursos endógenos, procurando assegurar o incremento da atratividade da sub-região, contexto em que a aposta na valorização do seu património natural, assume uma relevância muito particular			PI 4.3	PI 5.1	PI 5.2	PI 6.1						
OED3. Turismo: reforçar a relevância da atividade turística no conjunto da CIM do Ave como uma área crítica para a promoção do crescimento, da												

Objetivos Estratégicos de Intervenção da EIDT AVE2020	Objetivos do PDCT AVE e PI mobilizadas											
	OE1.Inovação e competitividade empresarial		OE2.Sustentabilidade ambiental e eficiência energética				OE3. Coesão social e territorial				OE4. Governação do território	
	M2 Prod Sustentável Agrícola	M7 Criação Empresas e Emprego	M3 Recursos Energéticos	M4 Alterações Climáticas	M5 Riscos e Catástrofes	M6 Gestão Resíduos	M8 Inclusão Ativa	M9 Serviços Proximidade	M10 Infraestruturas e Equipamentos	M11 Sucesso Escolar	M12 Rede Escolar	M1 Modernização e Organização por via das TIC
competitividade e do emprego da sub-região												
OED4.Mobilidade: complementar/melhorar as vias de acesso de relevância para a coesão territorial, social e empresarial da região e por outro o reforço da cobertura da rede de transportes públicos na região												
OED5. Coesão social e territorial: identificar as necessidades das populações dos concelhos da CIM do Ave; descentralizar a prestação de serviços de uma forma mais próxima dos destinatários das ações; desenvolver ações de combate à pobreza e à exclusão social.							PI 9.1	PI 9.4	PI 9.7	PI 10.1	PI 10.5	
OED6.Governação do território: desenvolver uma estratégia promotora da modernização da estrutura administrativa da CIM do Ave, cujos principais impactos se farão sentir através da melhoria dos mecanismos de governança para além de uma consequente redução de custos com os processos administrativos e da facilitação dos processos												PI 2.3
AÇÕES ESTRUTURANTES												
A1. Promoção, dinamização e capacitação da Prática Agrícola	PI 3.4											
A2. Valorização dos Recursos Endógenos e fortalecimento do Setor Agroalimentar												
A3. Dinamização da atividade económica regional -captação de investimento e criação de emprego		PI 8.3 8.8										
A4. Otimização da gestão e eficiência nos serviços ambientais						PI 6.1						
A5. Aproveitamento e valorização de recursos energéticos e hídricos			PI 4.3									
A6. Eficiência energética—espaços públicos, edificado e veículos				PI 5.1								
A7. Estratégia de marketing territorial												
A8. Mobilidade como fator de competitividade do AVE												

Objetivos Estratégicos de Intervenção da EIDT AVE2020	Objetivos do PDCT AVE e PI mobilizadas											
	OE1.Inovação e competitividade empresarial		OE2.Sustentabilidade ambiental e eficiência energética				OE3. Coesão social e territorial				OE4. Governação do território	
	M2 Prod Sustentável Agrícola	M7 Criação Empresas e Emprego	M3 Recursos Energéticos	M4 Alterações Climáticas	M5 Riscos e Catástrofes	M6 Gestão Resíduos	M8 Inclusão Ativa	M9 Serviços Proximidade	M10 Infraestruturas e Equipamentos	M11 Sucesso Escolar	M12 Rede Escolar	M13 Modernização e Organização por via das TIC
A9. Serviços de proximidade /descentralização da governação								PI 9.4				
A10. Projeto educativo do AVE										PI 10.110.5		
A11. Desafios de inclusão-AVE INCLUSIVO							PI 9.1					
A12. Prossecução da estratégia de requalificação dos centros urbanos e consolidação dos Centros Históricos												
A13. Modernização e organização administrativa												PI 2.3
A14. Promoção da qualidade ambiental												
A15. Prevenção, gestão e monitorização de riscos					PI 5.2							
A16.Instrumentos de engenharia financeira e a coesão económica social e territorial												

Fontes: 2014, Strategy XXI, PEDI AVE2020; 2015, PDCT – CIM AVE

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 3 E 4:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3 a. Alinhamento das medidas e resultados previstos nos PDCT (Os resultados considerados dão expressão às medidas?).	<p>As Medidas apresentadas no PDCT encontram-se, em grande medida, alinhadas com os resultados previstos. Contudo algumas medidas apresentam resultados esperados para os quais não nos é possível pelo quadro de indicadores aferir o grau de sucesso da medida como é o caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> Medida 1 indica como resultado esperado “Fomento do uso de modelos descentralizados de prestação de serviços em rede através da criação de espaço e adoção de soluções de mobilidade”; Medida 3 previa como resultado “Realizar auditorias energéticas a edifícios e equipamentos da administração local”; Medida 7 apresenta como resultado esperado “Apoiar e dinamizar a expansão ou criação de incubadoras/viveiros de empresas”; Medida 11 apresenta como resultado “Reforçar ação social escolar nos níveis básico e secundário, na componente da alimentação (eg lanches saudáveis)”. <p>Todos os indicadores de resultado definidos no PDCT estão quantificados.</p>
Indicador 3b. Adequação das PI Adequação das prioridades e domínios de intervenção mobilizáveis pelos PDCT	<p>A CIM AVE considerou que em grande medida as prioridades mobilizadas pelo PDCT foram muito adequadas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2 e 9.4. que classificou como 6 (escala de 1-6); - As PI 9.1, 9.4 e 9.7 que classificou como 5 (escala de 4-6) <p>A única que considerou como nada adequada foi a PI 6.1 (1 numa escala de 1 a 6).</p>
Indicador 4. Cobertura das PI. Prioridades não contempladas no PDCT (não	<p>Não foi mobilizada a PI 6.3, em sede de entrevista a CIM AVE referiu que os Municípios não mostram interesse por esta PI, motivo pelo qual não foi mobilizada no âmbito do PDCT.</p>

constavam das prioridades pré-definidas constantes do Convite), mas que poderiam ter sido.

Relativamente a Prioridades não constantes no Convite o interlocutor não respondeu, justificando por não ter estado na fase inicial de candidatura.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>O peso na alocação da despesa foi evoluindo face à candidatura, contratualizado e PDCT atual, conforme demonstra o quadro seguinte.</p> <p>A grande alteração verificou-se ao nível da PI 6.1, apesar de terem candidatado e contratualizado, não foram submetidas operações, o que de acordo com a informação recolhida em sede de entrevista, os municípios não demonstraram interesse em submeter projetos nesta área por este instrumento financeiro, tendo recorrido a outros instrumentos fora do PDCT.</p> <p>Outra tipologia onde se verificou redução face ao previsto inicialmente em sede de candidatura foi na PI 3.4, com uma variação de -73% do candidato fase ao contratualizado.</p> <p>Atualmente com a última reprogramação em junho de 2021, uma PI que sofre uma redução é a PI 8.3. Segundo a CIM na fase de planeamento houve uma interpretação sobre Incubadoras/Viveiros para criação de empresas, mas não foi isso que saiu nos Avisos (efetivamente foi a criação de empresas e postos de trabalho). A própria CIM-AVE não estava preparada para avaliar as candidaturas do SI2E, demorou muito tempo o processo de análise de candidaturas, sendo que em 2020 o PNAPN foi mais simples. Alguma falta de clareza das orientações da AG teve grandes implicações no processo de análise, segundo a CIM, estas são as operações que claramente faz sentido estarem na AEP, IAPMEI ou eventualmente nas DLBCs. As CIM não têm equipa, nem competências técnicas para atuar nesta PI.</p> <p>Por outro lado, as PI que foram amplamente reforçadas face à dotação inicialmente candidata e à última reprogramação são as PI 8.8, 9.7 e 10.5</p>
Indicador 6. Coerência da alocação de verbas por tipologia de operação face às necessidades do território	<p>Na alocação de verbas de acordo com as tipologias de intervenção, segundo a CIM AVE, verificou-se um SUBFINANCIAMENTO. A sua análise por PI foi</p> <ul style="list-style-type: none"> – SUBFINANCIAMENTO: 2.3, 5.1,5.2,6.1, 8.8,9.4,9.7 e 10.5 – FINANCIAMENTO AJUSTADO: 4.3, 9.1 e 10.1 – SOBREFINANCIAMENTO: 8.3 <p>Nota - não foi avaliada a 3.4 pois não referiram não ter conhecimento sobre a execução da PI</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5 E 6:

Segundo a entrevista com a CIM AVE, as reprogramações não comprometeram a execução, pois os municípios acabaram por assumir os investimentos mesmo os que não foram elegíveis, como foi o caso das Lojas de Cidadão, houve municípios que avançaram e houve municípios que os condicionamentos como as taxas de comparticipação, e o tipo despesas elegíveis, optaram por não avançar com o investimento.

No caso do Empreendedorismo tinha-se pensado numa estratégia intermunicipal com viveiros/incubadoras, mas que não foram possíveis, pela dificuldade na consolidação e operacionalização de projetos Intermunicipais.

Na área da Educação, pelo tipo de objetivos e necessidades comuns, foi possível implementar uma Estratégia intermunicipal. Neste domínio, a CIM Ave foi pioneira na região Norte com um Plano Intermunicipal para o Insucesso Escolar (com 8 áreas). Este Plano retira aos municípios alguma carga burocrática, nomeadamente ao nível da CCP, e verifica-se efetivamente uma mais-valia no modelo de intervenção intermunicipal. O facto de atualmente os municípios terem Vereadores da Educação é um espelho deste processo, este modelo de intervenção poderia servir de exemplo para outras áreas nomeadamente Ambiente e Florestas.

Existe um outro projeto intermunicipal com bastante sucesso na área da Prevenção de Fogos e limpeza das Florestas desenvolvido de forma intermunicipal, que faria sentido estar integrado no PDCT, caso a PI fosse integrada.

Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

Programa	Fundo	ODE PDCT	Medida PDCT	PI / TI mobilizáveis	Contratualizada (sim/não)	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual (reprogramação (Junho/2021)		Varição candidato/ contratualizado	Varição contratualizado/ dotação atual
						€	%	€	%	€	%	%	%
PO NORTE	FEDER	4	M1	OT2/PI 2.3	SIM	2 729 795,74	4,08	2 652 282,89	4,37	3 605 601,21	5,15	-2,84%	35,94%
PDR 2020	FEADER	1	M2	OT 3 Medida 4 (FEADER) — Ação 3.4 (PDR 2020)	SIM	3 318 283,09	4,96	895 050,00	1,48	895 050,00	1,28	-73,03%	0,00%
PO NORTE	FEDER	2	M3	OT4/PI 4.3	SIM	8 455 301,35	12,64	8 220 568,95	13,55	3 266 023,38	4,67	-2,78%	-60,27%
PO SEUR	FC	2	M4	OT5/PI5.1	SIM	126 410,78	0,19	81 254,90	0,13	72 129,05	0,10	-35,72%	-11,23%
PO SEUR	FC	2	M5	OT5/PI5.2	SIM	189 616,18	0,28	220 427,95	0,36	241 755,65	0,35	16,25%	9,68%
PO SEUR	FC	2	M6	OT6/PI 6.1	SIM	19 751,69	0,03	17 047,60	0,03		0,00	-13,69%	-100,00%
				OT6/PI 6.3	NÃO		0,00		0,00		0,00		
PO NORTE	FSE	1	M7	OT8/PI 8.3	SIM	8 477 987,57	12,67	8 057 146,58	13,28	461 628,00	0,66	-4,96%	-94,27%
PO NORTE	FEDER	1	M7	OT8/PI 8.8	SIM	2 597 290,15	3,88	2 468 362,61	4,07	8 776 843,04	12,54	-4,96%	255,57%
PO NORTE	FSE	3	M8	OT9/PI 9.1	SIM	10 310 041,01	15,41	8 980 981,24	14,80	5 150 059,36	7,36	-12,89%	-42,66%
POISE	FSE	3	M8	OT9/PI 9.1	SIM		0,00	1 066 591,90	1,76		0,00		-100,00%
POISE	FEDER	3	M9	OT9/PI 9.4	SIM	987 584,25	1,48	1 370 773,84	2,26	0,00	0,00	38,80%	-100,00%
PO NORTE	FSE	3	M10	OT9/PI 9.7	SIM	3 130 585,65	4,68	3 041 692,33	5,01	7 771 186,63	11,10	-2,84%	155,49%
PO NORTE	FSE	3	M11	OT10/PI10.1	SIM	5 051 690,97	7,55	4 908 247,66	8,09	4 655 902,17	6,65	-2,84%	-5,14%
PO NORTE	FEDER	3	M12	OT10/PI10.5	SIM	21 500 000,00	32,14	18 700 000,00	30,82	35 090 121,66	50,14	-13,02%	87,65%
TOTAL						66 894 338,43	100,00	60 680 428,45	100,00	69 986 300,15	100,00		

Correspondência entre os indicadores de realização e de resultado e as prioridades dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado: <ul style="list-style-type: none"> – PI/TI com indicadores de realização: todas. – Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. – PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto PI 3.4 – Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Necessidade de se proceder à revisão de alguns indicadores e metas tendo em conta as reprogramações.
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho. No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT nos investimentos previstos e na alocação de verbas por PI, no sentido do seu maior ajustamento.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 7 A 9:

O balanço que a CIM AVE faz relativamente ao cumprimento de indicadores e metas é que os mesmos serão cumpridos com a respetiva submissão das reprogramações e realocação da dotação financeira às PI. As reprogramações refletem as alterações necessárias, tendo em conta a evolução da conjuntura economia e territorial, e a adaptação às necessidades diagnosticadas.

Do ponto de vista da PI da Digitalização, os municípios obtiveram as metas previstas e até devem ter superado. Em termos do Parque Escolar, as expectativas foram superadas, todas as outras ficam aquém.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3. Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT/DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos com os quais o PDCT se articula	PROVERE – há uma articulação intensa, pois são ambos geridos pelas CIM o que facilita a articulação, nomeadamente na promoção dos recursos endógenos PARU/PEDU – não é possível uma grande articulação pois são geridos pelos municípios DLBC – tem apenas relacionamento com os investimentos complementares Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas MUS - Mobilidade Urbana Sustentável TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado MUITO ELEVADO pela CIM (6 numa escala de 1 a 6). Tendo considerado que este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta ao Inquérito às CIM.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Na fase de programação, houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento exclusivamente do PT2020.

	Na fase de implementação, houve também esta preocupação, com outros instrumentos de financiamento exclusivamente do PT2020.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 10 A 13:

Segundo a CIM AVE as Fontes de financiamento foram consideradas as mais adequadas na fase de implementação, houve uma forte complementaridade com o PT2020, nomeadamente com os seguintes instrumentos:

Sistemas de Incentivos (SIAC) para a estratégia de empreendedorismo a nível intermunicipal tiveram a articulação com o INAVE para: Empreendedorismo na Escola; Capacitação; Internacionalização.

POSEUR – várias candidaturas diretas ao POSEUR para: cartografia; Gestão Integrada das Florestas; Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal; Brigadas de Sapadores; limpeza florestal; linhas de acesso a pontos de água.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A CIM AVE atribuiu uma pontuação média (3,4 numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM,</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM:</p> <p>Elevado (5) para o parâmetro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT <p>Baixo (2) para os parâmetros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de novas parcerias nos territórios; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT. <p>Os restantes 7 parâmetros foram considerados médios (entre 3 e 4) não houve nenhum que tivessem considerado nulo (1) nem muito elevado (6)</p>
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A avaliação dos contributos do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também média já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM, foi atribuída uma pontuação média de 3.9 (numa escala de 1 a 6).</p> <p>O seu contributo foi considerado pela CIM AVE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Médio (3): para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas - Forte (4): <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; - Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso; e - Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os *stakeholders* relevantes?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2015): PI 5.1 – Adaptação às Alterações Climáticas PI 5.2 – Prevenção e gestão de riscos PI 6.1 – Gestão de Resíduos PI 8.3 – Emprego PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis PI 10.1 Redução do abandono escolar
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	Em sede de candidatura, foram propostas 8 operações de natureza intermunicipal com um investimento total de 14 572 957,00€ que corresponde a 21,8 % do orçamento total candidatado. No PDCT contratualizado (2015), no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 8 operações de natureza intermunicipal, com um investimento total de 13 932 963,95€ , que corresponde a 23% do orçamento total contratualizado. A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a maior parte das operações se mantém, contudo da candidatura para a contratualização verifica-se sobretudo a aglutinação num Projeto para as operações no âmbito das PI 9.1 – Cultura para todos e 91 – Bolsa de Voluntariado. Na fase de candidatura a operação tinha investimentos com localizações em vários concelhos e na contratualização consideram uma dotação intermunicipal. A variação entre os valores candidatos e contratualizados, no âmbito dos projetos intermunicipais, é baixa 4,4% no total das operações, sendo na PI 9.1 com a operação Plano Intermunicipal de Bolsa de Voluntariado (CASES) que se verifica a maior variação entre o proposto e o contratualizado com uma redução de 20%. (Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº): Inclusão social - 2; Educação – 1; Proteção civil – 3; Resíduos- 1 Emprego – 1.
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	No âmbito do PDCT foram previstos parceiros e outros <i>stakeholders</i> que não CIM e os municípios, nomeadamente: Juntas de Agricultores Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº entidades:7 Nº de operações: 7 (5,3%) Montante total contratualizado: 635 000,00 (1,05%) IEFP Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1 Nº de operações: 3 (2,27%) Montante total contratualizado: 13 406 782,11 (22,09%) CASES Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1 Nº de operações: 11 (8,33%) Montante total contratualizado: 264 434,07 (0,43%) IPDJ Âmbito: intervenção nas PI 8.3 e 8.8 Nº de operações: 2 (1,51%) Montante total contratualizado: 76 434,54 (0,13%)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Listagem de investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Sector	Investimento total candidatura €	Investimento total PDCT contratualizado €	Variação %
Plano intermunicipal de adaptação às AC	CIM AVE	5.1	Proteção civil	95 594,00	95 594,00	0,0
Gestão florestal integrada	CIM AVE	5.2	Proteção civil	138 609,00	138 609,00	0,0
Sistema integrado de prevenção, gestão e monitorização de riscos	CIM AVE	5.2	Proteção civil	120 718,00	120 718,00	0,0
Investimentos no sector dos resíduos	CIM AVE	6.1	Resíduos	20 056,00	20 056,00	0,0
Plano Integrado de Emprego e Empreendedorismo do AVE	CIM AVE	8.3	Emprego	7 000 000	6 528 764,41	- 6,7%
Programa intermunicipal de apoio ao Voluntariado	CASES	9.1	Inclusão	235 059,00	187 999,53	-20%
Cultura para todos	CIM AVE	9.1	Inclusão	1 019 755,00	1 066 814,00	4,6%
Ações de redução e prevenção do abandono escolar precoce e de promoção da igualdade	CIM AVE	10.1	Educação	5 943 166,00	5 774 409,01	-2.8%
Total				14 572 957,00	13 932 963,95	-4,4%

Fontes: PDCT (2015) e Candidatura a PDCT

Na entrevista à CIM AVE foi facultado uma proposta de alteração de algumas destas Operações, conforme contam no quadro seguinte:

Projetos intermunicipais CIM AVE - QUADRO DE INVESTIMENTOS – ALTERAÇÕES

PI	Aprovado (em vigor)		Proposta de Alteração	
	Designação do Investimento	Investimento Total Elegível	Designação do Investimento	Investimento Total Elegível
5.1	Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações climáticas	95 594,00 €	Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações climáticas	84 857,71 €
5.2	Gestão Florestal Integrada	138 609,00 €	A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	284 418,41 €
8.3	Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da Entidade Intermunicipal		Apoio ao empreendedorismo no Ave: Componente da Entidade Intermunicipal	
8.8	Apoio ao empreendedorismo no Ave		Apoio ao empreendedorismo no Ave	
	Contratos de Emprego Inserção	4 810 604,05 €	Contratos de Emprego Inserção	4 444 611,69 €
9.1	Programa Intermunicipal de Cultura para Todos - Cultura para todos no Ave	143 374,47 €	Programa Intermunicipal de Cultura para Todos - Cultura para todos no Ave	143 374,47 €
10.1	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Ave – Componente Intermunicipal	5 774 409,01 €	Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar do Ave – Componente Intermunicipal	5 774 409,01 €

Fonte: CIM Ave, documentação de apoio à Reprogramação Junho de 2021

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (média 3,4 em 6)</p> <p>Participaram com muita frequência (6);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR. <p>Participaram moderadamente (4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas dos Setores social, económico e ambiental; - Agências públicas da administração Central. <p>Não participaram (1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia; - Entidades privadas com fins lucrativos; - Agências públicas da administração regional.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva pelos Municípios e POR/CCPPOR/CCDR.</p> <p>A participação foi formal para as restantes entidades.</p> <p>A inclusão em grupos de trabalho, foi a principal forma de envolvimento das entidades, tendo sido referido também a recolha formal de pareceres e contributos.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate	Recolha formal de pareceres e contributos
Municípios	6	Substantiva	x		x
Juntas de freguesia	1				
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva	X		
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4	Formal	X		
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Formal	X		
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Formal	X		
Agências públicas da Administração Central	4	Formal			
Agências públicas da Administração regional	1				
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	1				

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	Envolveram-se de forma continuada apenas os Municípios
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação dos Municípios contribuiu para Monitorização das Intervenções .

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A CIM AVE classificou as competências delegadas pelos POR, POISE e POEUR enunciadas no Inquérito às CIM, com um elevado grau de adequação (6 numa escala de 1 a 6, sendo 6 totalmente pertinente).</p> <p>Exceto para a competência - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão que não classificou.</p> <p>Competências avaliadas pela CIM relativamente ao PDR e consideradas totalmente adequadas (6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO. <p>A delegação das restantes competências por parte do PDR não teve qualquer tipo de classificação.</p>
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIM classificou, o contributo para as seguintes dimensões, como:</p> <p>Positivo o contributo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território. <p>Neutro o contributo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território. <p>Negativo o contributo para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários.

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências não delegadas, que poderiam ter sido: <ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção a das operações (POR/POISE/POSEUR) - Definir o calendário de abertura dos AAC (POR/POISE/POSEUR) - Aprovar as candidaturas a financiamento (POR/POISE/POSEUR) - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) (POR/POISE/POSEUR) - Decidir sobre pedidos de alterações às operações (POR/POISE/POSEUR)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 31 A 34:

Na entrevista à CIM AVE, foi transmitido que os presidentes dos municípios demonstraram alguma frustração relativamente às expectativas iniciais do PDCT nas questões relacionadas com a delegação de competências. As expectativas iniciais relativamente ao modelo de governação eram bastante elevadas, houve um grande investimento no desenho de uma estratégia territorial, a qual não foi totalmente consubstanciada no PDCT contratualizado. Em algumas situações, consideram que funcionaram meramente como “barriga de aluguer” nomeadamente no que diz respeito à PI 8.3 (com gestão pelo IEF), e a PI 9.1 – Bolsa de Voluntariado (onde o Instituto António Sérgio- CASES financiou as suas iniciativas).

Este descontentamento agravou-se ainda mais com a reprogramação-Covid, porque eram expectáveis propostas de intervenção com a EscolaDigital e o apoio aos Lares que não foram possíveis realizar. A não abertura de concursos e os critérios de elegibilidade de despesas condicionam investimentos inclusivamente já realizados, o que potenciou este sentimento de descontentamento.

Desde 2013 que existe uma boa estratégia territorial, contudo a avaliação é que não está disponível um envelope financeiro adequado. Relativamente ao Próximo Período de Programação tem já algumas expectativas, não têm ainda Estratégia consolidada de intervenção, nem a definição do modelo de governação.

Ainda sobre o Modelo de Governação, algumas candidaturas necessitam de pareceres prévios (Educação, SS, DGEG, ...) o que tem grandes implicações nos prazos de análise, pois enquanto os pareceres não são integrados a candidatura está parada e não avança para a análise financeira. Neste domínio a CIM avaliou negativamente a relação com a DGEG, apresentando inclusivamente algumas propostas de melhoria e contributos para a desburocratização dos processos, mas não foram acolhidas.

Na questão relacionada com elaboração dos Avisos, os mesmos são enviados às CIM antes da publicação, contudo, a CIM AVE considera que a sua a auscultação é meramente o cumprimento de uma obrigação legal. Por outro lado, as características dos Avisos não têm em conta a adequação ao território. É aceite e reconhecida a necessidade da supervisão, mas ao nível pe. dos pedidos de pagamento há uma repetição de tarefas/procedimentos e ninguém ganha com isso. Esta é uma necessidade sentida ao nível da relação.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação no caso do POR: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal. No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM considerou esta questão NA (não aplicável).
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	No caso do POR todos os mecanismos de articulação funcionam muito bem (6, numa escala de 1 a 6); No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM considerou que funcionam muito mal (1. Numa escala de 1 a 6)

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM AVE classificou como nada adequada esta dotação (grau de adequação 1, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 9 Elementos externos: NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como adequada (4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como adequada (4, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 37 A 42:

A CIM AVE classificou como pouco adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou a sua dimensão e competências como adequadas (4, numa escala de 1 a 6), identificando a insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT. Em sede de entrevista referiu reconhecer a insuficiência do número de recursos humanos afetos ao PDCT, bem como alguma necessidade de formação, sugerindo que a AG desenvolvesse ações de capacitação dos RH das CIM para uma gestão adequada dos PDCT.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Sistemas de informação; - Contratação Pública.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou como adequadas as ações de capacitação desenvolvidas: - Sistemas de informação (5, numa escala de 1 a 6): - Contratação Pública (3, numa escala de 1 a 6).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIM identificou a seguinte área: - Análise de Projetos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 43 A 45:

Em termos de reflexões para o futuro, as CIM devem ter uma equipa em exclusividade, para garantir uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT. Pelo que a verba disponível para a capacitação da equipa técnica deve ser reforçada. Do ponto de vista das necessidades de competências, as equipas acabam por aprender por tentativa-erro, contudo, para uma consolidação de competências seria importante algumas ações de capacitação, nomeadamente em competências específicas como:

- Análise de candidaturas;
- Análise de pedidos de pagamento;
- Validação de CCP;
- Visitas ao local e acompanhamento das operações.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>No caso do POR: Deram contributos e foram integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Critérios de seleção das operações. <p>Deram contributos que foram parcialmente integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição das TO/Medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Não deram contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. <p>No caso do POSEUR e do POISE a CIM não espondeu a esta questão no Inquérito às CIM.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos (rever Avisos):</p> <p><u>PI 8.3 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIZÉ) - CIMAVE- AVISO Nº NORTE-M7-2017-33:</u></p> <p>Majoração por projetos que cumpram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos Estratégicos do PDCT; - Criação de 2 ou mais postos de trabalho - Integração ARU/PEDU <p><u>PI 8.8 – PAPN (Base Local). CONVITE No NORTE D7 – 2021-03</u></p> <p>O Aviso limita o âmbito setorial das operações às CAE mais relevantes para o território.</p> <p><u>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais (Aviso Nº NORTE – 42-2018-14)</u></p> <p>Os apoios as infraestruturas sociais, estão condicionados ao Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais</p> <p><u>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (AVISO Nº NORTE-66-2016-29)</u></p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPS, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado adequado (3 numa escala de 1 a 6) em todas as PI - Exceto nas PI 6.1, 6.3 e 3.4 que não responderam (NS/NR)

Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 3

- Foi considerado adequado (3 numa escala de 1 a 6) em todas as PI
- Exceto nas PI 6.1, 6.3 e 3.4 NS/NR

Ritmo de lançamento dos concursos:

Grau de adequação médio: 3

- Foi considerado adequado (3 numa escala de 1 a 6) para as PI: 4.3, 5.1, 5.2, 8.3, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5
- Foi considerado pouco adequado (2 numa escala de 1 a 6): 2.3, 8.8,
- NS/NR PI 6.1, 6.3 e 3.4.

Promoção da articulação entre os concursos/projetos:

Grau de adequação médio: 3

- Foi considerado adequado (3 numa escala de 1 a 6) para as PI: 2.3, 4.3, 5.1, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5
- NS/NR PI 5.2, 6.1, 6.3 e 3.4.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção contratualizadas com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as Medidas Previstas no PDCT têm concursos lançados exceto a OT6/PI 6.1 - Investimento no setor dos resíduos (esta PI não teve concurso lançado nesta CIM).
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM AVE atribuiu às TI um grau de adequação 4 relativamente a esta dimensão. - Todas as PI foram classificadas com 4, exceto as PI 3.4, 6.1 e 6.3 que <u>não foram classificadas pela CIM</u> <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação 4 relativamente a esta dimensão. - Todas as PI foram classificadas com 4, exceto as PI 3.4, 6.1 e 6.3 que <u>não foram classificadas pela CIM</u> <p>Adequação segundo o público-alvo (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM classificou em média as TI com um grau de adequação 4 relativamente a esta dimensão. - Todas as PI foram classificadas com 4, exceto: <ul style="list-style-type: none"> - as PI 3.4, 6.1 e 6.3 que <u>não foram classificadas pela CIM</u>; - a PI 5.2 que teve uma <u>classificação de 3</u> <p>Adequação segundo as necessidades do território (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação 4 relativamente a esta dimensão. - Todas as PI foram classificadas com 4, exceto as PI 3.4, 6.1 e 6.3 que <u>não foram classificadas pela CIM</u>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos) Média do grau de adequação: 3,5</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3

Indicador	Resposta /evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - adequação 4 para PI 9.1, 10.1 e 10.5 - adequação 3 para PI 4.3, 5.1, 8.3, 8.8 e 9.7 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.2 e 9.4 <p>Crítérios de seleção Média do grau de adequação: 3,7</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3 - adequação 4 para PI 8.3, 9.1, 10.1 e 10.5 - adequação 3 para PI 4.3, 8.8 e 9.7 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.1, 5.2 e 9.4 <p>Metodologia de apuramento do mérito Média do grau de adequação: 3.9</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3 e 10.5 - adequação 4 para PI 9.1 e 10.1 - adequação 3 para PI 4.3, 5.1, 8.3, 8.8 e 9.7 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.2 e 9.4 <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas Média do grau de adequação: 2.8</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3 - adequação 4 para PI 10.5 - adequação 3 para PI 8.3 - adequação 2 para PI 4.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.1, 5.2 e 9.4 <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal Média do grau de adequação: 5</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.1, 5.2 e 9.4 <p>Carga burocrática Média do grau de adequação: 3.5</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 10.5 - adequação 4 para PI 2.3 e 8.3 - adequação 3 para PI 4.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 3.4, 5.1, 5.2 e 9.4 <p>Interação com o SI FSE Média do grau de adequação médio: 2.3</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 3 para PI 8.3 - adequação 2 para PI 9.1, 9.7, 10.1 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI 2.3, 3.4, 4.3, 5.1, 5.2, 8.8, 9.4, 9.7 e 10.5 <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 4 para PI 8.3 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI restantes PI <p>Interação com outros SI PDR e SI Balcão2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - NR. <p>Interação com outros SI</p> <ul style="list-style-type: none"> - adequação 5 para PI 2.3 e 4.3 - adequação 4 para PI 9.7 e 10.5 - adequação 3 para PI 8.3 - sem concursos PI 6.1 e 6.3 - NR PI restantes PI
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos PI 2.3 e 10.1 - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos PI 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.5 <p>NR – 3.4, 5.1, 5.2</p>
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado nº de candidaturas: PI 8.3, 8.8 e 9.7 - Reduzida dimensão: PI 4.3, 8.3, 8.8 e 9.7 - Articulação entre OI e AG: PI 8.3 e 8.8 - Obtenção de pareceres obrigatórios por parte de outras entidades: 4.3 e 9.7.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 57 A 59:

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	11	11	148	24	172
4.3	13	13	422	34	457
5.1	1	1	45	28	73
5.2	2	2	174	22	196
8.3	37	34	547	164	712
8.8	39	37	547	161	707
9.1	11	11	332	37	367
9.7	20	19	481	41	522
10.1	22	22	204	276	481
10.5	39	38	108	21	131
Total	195	188	365	108	469

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos): PI 4.3 Certificados energéticos válidos PI 5.1 Parecer da APA PI 5.2 Parecer favorável da ANPC PI 8.3 Certidão IAPMEI PI 10.1 Estrutura de Missão de Promoção ao Sucesso Escolar Direção Geral de Educação

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIM AVE no Inquérito às CIM: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG.

Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIM classificou como adequado (3,7 numa escala de 1 a 6) os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	- Autarquias; - Conselho Intermunicipal
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	A CIM pretende realizar a Avaliação Final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Não respondeu

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Não respondeu

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de reatividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	SEM INFORMAÇÃO

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Existem mecanismos de revisão e ajustamentos dos PDCT, e foram implementados para uma melhoria no desempenho físico e financeiro. Este mecanismo acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes: - Reprogramação financeira anual; - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Reforço da equipa técnica.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Não existe uma estratégia de comunicação.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIM AVE não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM. Nota, na entrevista a CIM AVE referiu que os projetos estão todos identificados e divulgados no site da CIM. Há sempre a divulgação dos respetivos fundos de apoio.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não respondeu

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM , na resposta ao Inquérito às CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Partilha de conhecimentos; - Operações inovadoras para o território; - Projetos Intermunicipais no âmbito dos PIICIE, este projeto é identificado pela CIM como a melhor Boa Prática do PDCT, tendo inclusivamente já elaborado um Relatório de avaliação apenas para esta Operação.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 79 A 81:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 834 candidaturas com um custo total de 199 823 118,47 euros. É na PI 8.8 que se verifica a maior incidência de candidaturas (com 56,7% do número total de candidaturas submetidas) e corresponde a 41.3% dos Pedidos de Apoio submetidos a esta CIM. Importa, também dar significado à PI 10.5 a qual apesar do número de candidatura não ser muito grande (apenas 5,5% do total de candidaturas submetidas) corresponde a cerca de 25,7% dos orçamentos candidatos à CIM AVE. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	Taxa de admissibilidade - é particularmente baixa na PI 9.7, a única onde se situa a baixo dos 50%, as restantes PI apresentam uma taxa bastante positiva e até de admissibilidade total (100%) para as PI 5.1, 5.2 e 9.1 Taxa de aprovação e reprovação - os pontos críticos são nas PI 8.3 e 8.8 Taxa de desistência - apenas com relevância nas PI 4.3 (35%), 9.7 (22%) e 2.3 (18%) Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	Motivos de reprovação das candidaturas Para a PI 8.8 e 8.3: - Falta de dotação financeira disponível; - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários; - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos Para a PI 9.7 - Cumprimento de critérios de seleção das operações

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por PI

PI	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	%	€	%
2.3	17	2,0	7 356 219,00	3,7
3.4	12	1,4	1 689 127,47	0,8
4.3	22	2,6	10 658 921,00	5,3
5.1	1	0,1	95 594,00	0,0
5.2	2	0,2	253 026,00	0,1
8.3	169	20,3	10 572 586,00	5,3
8.8	473	56,7	82 584 642,00	41,3
9.1	16	1,9	7 034 105,00	3,5
9.7	48	5,8	21 841 142,00	10,9
10.1	28	3,4	6 379 116,00	3,2
10.5	46	5,5	51 358 640,00	25,7
Total	834	100	199 823 118,47	100

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; CIM-PDCT, PDR, 30/09/2021

Notas: Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de Investimento											
	2.3	3.4	4.3	5.1	5.2	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	11	11	12	1	2	36	38	11	20	22	37	201
2. Não admitida	3		1				71		12			87
3. Não aprovada						128	85					213
4. Anulada		1				1	1				1	4
5. Desistida /rescindida/revogada	3		7			4	9		9	1	6	39
6. Submetida/admitida			2				269	5	7	5	2	290
7. Total Geral	17	12	22	1	2	169	473	16	48	28	46	834
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) *100	65%	92%	60%	100%	100%	97%	60%	100%	49%	96%	84%	76%
Taxa de aprovação (1)/(7-6)*100	65%	92%	60%	100%	100%	21%	19%	100%	49%	96%	84%	37%
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)*100	18%	0%	5%	0%	0%	76%	76%	0%	29%	0%	0%	55%
Taxa de desistência (5)/(7-6)*100	18%	0%	35%	0%	0%	2%	4%	0%	22%	4%	14%	7%

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; CIM-PDCT, PDR, 30/09/2021

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 83,2% sendo que, no caso da PI 8.8 apresenta a taxa de compromisso mais baixa (38,2%), muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e realização financeira, situavam-se em 44,7% e 54,9% respetivamente. A 30 de setembro de 2021 encontra 1 operação concluída na PI 5.1.</p> <p>Relativamente à realização financeira, com a reprogramação de Junho de 2021, a PI 6.1 e 9.4 para as quais tinham inicialmente valores contratualizados, foram realocadas as verbas a outras PI, em função da natureza da procura e das necessidades do território.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (Rep Jun 2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	3 605 601,21	11	3 227 118,00	2 706 929,00	89,5	75,1	83,9
3.4	895 050,00	11	1 341 904,60	671 503,43	149,9	75,0	50,0
4.3	3 266 023,38	14	3 026 088,00	1 782 669,00	92,7	54,6	58,9
5.1	72 129,05	1	72 129,00	72 129,00	100,0	100,0	100,0
5.2	241 755,65	2	247 795,00	221 080,00	102,5	91,4	89,2
8.3	461 628,00	36	421 063,00	0,00	91,2	0,0	0,0
8.8	8 776 843,04	307	3 356 365,00	188 518,00	38,2	2,1	5,6
9.1	5 150 059,39	16	5 232 467,00	3 316 575,00	101,6	64,4	63,4

9.7	7 771 186,63	27	5 186 795,00	546 350,00	66,7	7,0	10,5
10.1	4 655 902,17	27	4 909 099,00	1 258 890,00	105,4	27,0	25,6
10.5	35 090 121,66	39	31 240 454,00	21 228 094,00	89,0	60,5	68,0
Total	69 986 300,18	491	58 261 277,60	31 992 737,43	83,2	45,7	54,9

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; PDCT-CIM, PDR 30/09/2021

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>Nas listas prévias do PDCT apresentado em 2015, constavam um total de 73 operações, em 13 PI, representando um orçamento total de 66 894 338,43€.</p> <p>À data desta avaliação, e com a reprogramação de junho de 2021, no âmbito do PDCT para a CIM AVE, estão previstas 491 operações, que representam uma dotação/Fundo de 69 989 300,18€ em 11 PI.</p> <p>À data da avaliação, e segundo a execução de 30 de Setembro de 2021, estão aprovadas nestas PI, 195 operações, cuja dotação/Fundo aprovado é 57 359 668€.</p> <p>(Notas: As candidaturas das PI 8.3 e 8.8, não tinham listas prévias de operações; os indicadores da dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2021) e das operações rececionadas são diferentes, não são comparáveis).</p> <p>A procura (número de candidaturas rececionadas), à data desta avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correspondeu ao previsto para as PI 5.1 e 5.2 - Não foi atingido para a PI 6.1e 9.4 - Ultrapassou o previsto nas restantes PI. <p>(Cf. resposta à SQ 23).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM:</p> <p>Taxa de incentivo: 4.3, 8.3 e 8.8</p> <p>Condições de elegibilidade das operações: 8.3 e 8.8</p> <p>Na entrevista foram também referidas as seguintes dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os mais frágeis são os investimentos nos equipamentos sociais, pela falta de capacitação dos próprios beneficiários, que não conseguem cumprir as normas de CCP, e nem todas as IPSS conseguem cumprir. Tem cerca de 10% de execução, mas já com pedidos de pagamento com verbas que não respeitam as regras de CCP. Estas entidades precisam de capacitação e de cargos de gestão mais profissionais e exigente. A SS poderia ter um papel importante neste domínio. Sempre que chega um pedido de pagamento ou de validação de contratos a análise é bastante negativa. A opção para não deixar de cumprir as dotações disponíveis é transferir para as PI 10.5 (com projetos que podem ainda ser aprovados).
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI 5.1 – Adaptação às Alterações Climáticas</p> <p>PI 5.2 – Prevenção e gestão de riscos</p> <p>PI 9.1 - Inclusão</p> <p>PI 10.1 Redução do abandono escolar</p> <p>Algumas operações intermunicipais não tiveram candidaturas, nomeadamente no âmbito das PI, pelo que na última reprogramação em junho de 2021, foram realocadas as verbas da PI 6.1 – Setor dos Resíduos.</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, as operações intermunicipais correspondem a cerca de 13% do total do PDCT da CIM AVE.</p> <p>Em fase de entrevista a CIM referiu que os projetos intermunicipais são de difícil implementação, à exceção do Plano de combate ao Insucesso Escolar, que a CIM considera como uma das Boas Práticas do PDCT.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das operações intermunicipais no
----------------------------	---------------------------------	---	---------------------------------------

			Fundo aprovado em vigor
	€	€	%
5.1	72 129	72 129	100%
5.2	688 090	688 090	100%
9.1	5 232 467	2 094 382	40%
10.1	4 909 099	4 909 099	100%
TOTAL	58 901 785	7 763 701	13,1%

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM AVE e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de Emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) – 36 operações - Apoio ao microempreendedorismo (PI 8.8) 36 operações - Inclusão ativa de grupos vulneráveis (PI 9.1) 6 operações - Equipamentos sociais (PI 9.7)- 20 operações - TIC na administração e serviços públicos (PI 2.3) 1 operação <p><u>Operações previstas no PDCT em fase de candidatura</u></p> <p>Juntas de Agricultores</p> <p>Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios</p> <p>Nº entidades:7</p> <p>Nº de operações: 7 (5,3%)</p> <p>Montante total contratualizado: 635 000,00 (1,05%)</p> <p>IEFP</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1</p> <p>Nº de operações: 3 (2,27%)</p> <p>Montante total contratualizado: 13 406 782,11 (22,09%)</p> <p>CASES</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1</p> <p>Nº de operações: 11 (8,33%)</p> <p>Montante total contratualizado: 264 434,07 (0,43%)</p> <p>IPDJ</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3 e 8.8</p> <p>Nº de operações: 2 (1,51%)</p> <p>Montante total contratualizado: 76 434,54 (0,13%)</p>
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data de 30 de setembro de 2021, de acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, a única operação encerrada, com enquadramento na PI 51- Promoção de micro empreendedorismo, foi concluída a 29/05/2020, 2 dias antes da data prevista (31/05/2020).
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	<p>PI 5.1 encerrada</p> <p>Tempo de execução – 3 anos (conforme previsto em candidatura)</p> <ul style="list-style-type: none"> - data assinatura de contrato (26/05/2017) - encerramento da operação (29/05/2020)
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados: PI 9.7 - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura: PI 9.7 - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): PI 10.5 - Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...): PI 2.3; 4.3; 9.7; 10.1; 10.5 - Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso: PI 2.3; 10.5; 10.1; 9.7; 4.3.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
-----------	----------------------

Indicador 93. Fontes de financiamento

Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM:
- Comparticipações Municipais.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas, à data desta Avaliação.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021 apenas 1 operação com enquadramento na PI 5.1 estava concluída.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito provável(6): 10.1 - Provável (5): 2.3, 4.3, 5.1, 5.2; 6.1; 9.1 e 10.1 - Provável (4): 8.3, 8.8 - Pouco provável (3): PI 9.7
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	- Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI;
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não respondeu
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2015 e 2021) têm metas definidas para 2023 e para 2018.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento.</p> <p>Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam da contratualização (última versão, 2021):</p> <p>PI 2.3 (Aviso_NORTE-50-2016-12)</p> <p>Realização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos munícipes/ cidadãos ou empresas (N.º) <p>Resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (N.º) - Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (N.º) - Aumento do número de acessos ao “site” da entidade intervencionada (nº) <p>PI 5.1 (Aviso POSEUR-08-2016-74)</p> <p>Realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (Nº) <p>Resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de informação e conhecimento, nomeadamente estudos, análises e cartografia - Realização Estudos, cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos (Nº) - Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima (%) <p>PI 9.7 – Invest Proximidade (Norte-42-2018-14)</p>

Indicador	Resposta/Evidências																																													
	<p>Realização:</p> <ul style="list-style-type: none">- Equipamentos sociais e de saúde apoiados (N.º)- População abrangida por equipamentos sociais melhorados (Nº) <p>Resultado</p> <ul style="list-style-type: none">- Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos apoiados (Nº) <p>Pi 10.1 – PLANOS INTEGRADOS E INOVADORES DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR E SEUS PROJETOS (Aviso NORTE -66-2016-29)</p> <p>Indicadores complementares</p>																																													
	<table><tr><th>Indicador</th><th></th><th>Medida</th><th>Global no final do período a que reporta a candidatura (36 meses)</th></tr><tr><td rowspan="8">REALIZAÇÃO</td><td>Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar, por nível de educação (EPE, EB, ES)</td><td>Nº</td><td>(1) (2)</td></tr><tr><td>Medidas de cada operação implementadas</td><td>%</td><td>>= 80% (1) (2) (3)</td></tr><tr><td>Municípios envolvidos na operação</td><td>Nº</td><td>(2)</td></tr><tr><td>Agrupamentos/Escolas não agrupadas abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2</td><td>%</td><td>(2)</td></tr><tr><td>Associações de Pais envolvidas na operação</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td>Outras entidades envolvidas na operação</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td>Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td>Jovens NEET orientados e encaminhados</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td rowspan="5">RESULTADO</td><td>Redução da taxa de alunos nos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (4)</td><td>%</td><td>>=10% (5) (a atingir em cada ciclo de ensino)</td></tr><tr><td>Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (4)</td><td>%</td><td>>=25% (5)</td></tr><tr><td>Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares concluídos</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td>Jovens NEET orientados e encaminhados que regressam à escola</td><td>%</td><td>(2*)</td></tr><tr><td>Grau de satisfação das entidades envolvidas</td><td>%</td><td>(2)</td></tr></table>	Indicador		Medida	Global no final do período a que reporta a candidatura (36 meses)	REALIZAÇÃO	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar, por nível de educação (EPE, EB, ES)	Nº	(1) (2)	Medidas de cada operação implementadas	%	>= 80% (1) (2) (3)	Municípios envolvidos na operação	Nº	(2)	Agrupamentos/Escolas não agrupadas abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2	%	(2)	Associações de Pais envolvidas na operação	%	(2*)	Outras entidades envolvidas na operação	%	(2*)	Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares	%	(2*)	Jovens NEET orientados e encaminhados	%	(2*)	RESULTADO	Redução da taxa de alunos nos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (4)	%	>=10% (5) (a atingir em cada ciclo de ensino)	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (4)	%	>=25% (5)	Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares concluídos	%	(2*)	Jovens NEET orientados e encaminhados que regressam à escola	%	(2*)	Grau de satisfação das entidades envolvidas	%	(2)
Indicador		Medida	Global no final do período a que reporta a candidatura (36 meses)																																											
REALIZAÇÃO	Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar, por nível de educação (EPE, EB, ES)	Nº	(1) (2)																																											
	Medidas de cada operação implementadas	%	>= 80% (1) (2) (3)																																											
	Municípios envolvidos na operação	Nº	(2)																																											
	Agrupamentos/Escolas não agrupadas abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2	%	(2)																																											
	Associações de Pais envolvidas na operação	%	(2*)																																											
	Outras entidades envolvidas na operação	%	(2*)																																											
	Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares	%	(2*)																																											
	Jovens NEET orientados e encaminhados	%	(2*)																																											
RESULTADO	Redução da taxa de alunos nos 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (4)	%	>=10% (5) (a atingir em cada ciclo de ensino)																																											
	Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (4)	%	>=25% (5)																																											
	Planos de intervenção contratualizados com os agregados familiares concluídos	%	(2*)																																											
	Jovens NEET orientados e encaminhados que regressam à escola	%	(2*)																																											
	Grau de satisfação das entidades envolvidas	%	(2)																																											

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>As Medidas com contributo mais elevado da implementação do PDCT serão as seguintes:</p> <p><u>OE 3 – Coesão Social e Territorial</u></p> <p>Mobilização das PI 91, 94. 9.7, 10.1, 10.5</p> <p>Dotação Fundo Contratado - 52 667 269,82€)</p> <p>Principais resultados esperados com este Objetivo Estratégico PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (meta 2023: 83, 53 % de alunos); - Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados (meta 2023: 10% aumento) - Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (meta 2023: 42% empregados); - alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar (meta 2023: 12 000 alunos) <p>Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos / resultados esperados da implementação do PDCT, para as suas Medidas.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

O PDCT integra a Visão os Eixos estratégicos e as Iniciativas da EIDT. No entanto, focalizou-se e assumiu como Medidas as Iniciativas Âncora com maior relação com as PI mobilizadas.

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PDCT CIM AVE	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobili-zadas (versão atual)	Contributos esperados das operações apoiadas
OE 1 – INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL	PI 3.4 PI 8.3 PI 8.8	<p>O contributo esperado para esta Medida deverá ser próximo do esperado, cerca de 14,7% do fundo aprovado para o total do PDCT</p> <p>Decorre principalmente do investimento ao apoio ao microempreendedorismo (PI 8.8) , que absorve, sozinha, 12,76% do fundo aprovado para o PDCT.</p> <p>A dotação da PI 8.8 foi reforçada e concentra atualmente a segunda maior dotação do PDCT. Apresenta uma taxa de compromisso baixa (cerca de 38%) pois tem submetidas/ admitidas 269 operações que aguardam decisão.</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização: 99 entidades apoiadas - Resultado: 138 postos de trabalho criados <p>Outros contributos esperados:</p> <p>PI 3.4 - Fomento da produtividade e da sustentabilidade agrícola (1,3% PDCT)</p> <p>Resultados esperados: Apoiar investimentos em infraestruturas coletivas que permitam a obtenção de economias de escala e uma utilização eficiente de recursos, contribuindo para o desenvolvimento do regadio eficiente, para a melhoria da eficiência dos regadios existentes e para a melhoria das condições de drenagem e estruturação fundiária</p> <p>PI 8.3 - Criação de empresas e de emprego (0,67 % do PDCT)</p> <p>Resultados esperados: apoiar iniciativas empresariais de micro e pequenas empresas de base local, nomeadamente em territórios de baixa densidade, promovendo a criação do próprio posto de trabalho e a diversificação da economia local</p>
OE 2 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E EE	PI 4.3 PI 5.1 PI 5.2 PI 6.1	<p>Para este objetivo concorre fortemente os resultados esperados da PI 4.3.</p> <p>Em si, o Objetivo com as 4 Prioridades previstas, corresponde a uma pequena fatia do PDCT apenas cerca de 5,19% do fundo total aprovado.</p> <p>PI 4.3 - Valorização de recursos energéticos e promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas (4,7% fundo aprovado PDCT)</p> <p>Resultados esperados: Realizar auditorias energéticas a edifícios e equipamentos da Administração Local; - Promover a reabilitação energética desses edifícios e equipamentos, através da realização de investimentos como integração de água quente solar, sistemas de iluminação, aquecimentos, intervenções nas fachadas e coberturas dos edifícios; - Melhorar a eficiência energética da iluminação pública, através da realização de investimentos em equipamento como luminárias suportadas em tecnologia LED</p> <p>Apresenta uma taxa de compromisso elevada (97,2%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos – 15 860 862 kw/ano - Resultado: Consumo de energia primária na Administração Regional e Local (227 615 tep) <p>PI 5.2 Gestão e monitorização de riscos e catástrofes (0,3% PDCT)</p> <p>Resultados esperados: Promover a defesa da floresta, através da prevenção e combate a incêndios, bem como da valorização e reflorestação, numa lógica de reforço da instalação de redes contra incêndios; - Adotar instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação que contribuam para a criação de um sistema totalmente integrado entre os agentes da Proteção Civil, no sentido de planear, prevenir, alertar e dar resposta aos riscos (naturais e tecnológicos) de maior incidência no território</p> <p>taxa de compromisso elevada (102,5%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <p>Realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Superfície de espaço florestal beneficiada pela rede de defesa da floresta contra incêndios (1850) - Sistema de informação e de mobilização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados (1) - Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização, desenvolvimento implementados (8) <p>Resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados (8) - Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos sistemas de informação e de monitorização (1) - Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação (0,1) <p>PI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas (0,1% do PDCT)</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PDCT CIM AVE	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobili- zadas (versão atual)	Contributos esperados das operações apoiadas
		<p>Resultados esperados: Desenvolver um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (incluindo o estudo e planeamento da utilização de recursos endógenos como a biomassa florestal, com vista a diminuir as áreas ardidas)</p> <p>Taxa de compromisso elevada (100%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <p>Realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (8) - Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos (1) <p>Resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados (30%) <p>PI 6.1 – POR FALTA DE ADESAO FORAM REPROGRAMADAS A DOTAÇÃO PREVISTA</p>
OE 3 - COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5	<p>Para este objetivo concorre fortemente os resultados esperados do PDCT representando 76,6% do fundo total aprovado para o PDCT.</p> <p>A principal PI a contribuir para este resultado, relativamente aos Objetivos Estratégicos, é a PI 10.5 (51,01% do fundo total aprovado para o PDCT)</p> <p>PI 10.5 : Intervenção na rede escolar</p> <p>Resultados esperados:</p> <p>Realizar intervenções de requalificação de escolas do 2º e do 3º ciclos dos ensinos básico e secundário degradadas e/ou cuja requalificação corresponde a soluções de reorganização da rede; - Realizar intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico em equipamentos que promovam a racionalização da rede escolar.</p> <p>Taxa de compromisso elevada (89%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Realização: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (3 463) -Resultado: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (83,53%) <p>PI 9.7: Investimento em infraestruturas e equipamentos sociais (11,3% do PDCT)</p> <p>Resultados esperados:</p> <p>Apoiar infraestruturas sociais nas áreas da infância, deficiência e terceira idade, envolvendo a construção, reconversão e adaptação de equipamentos; - Apoiar o investimento em equipamentos e tecnologias em áreas terapêuticas de pessoas com deficiência</p> <p>Taxa de compromisso elevada (66,7%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Realização: Equipamentos sociais apoiados (12) -Resultado: Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados (10%) <p>PI 9.1: Promoção da inclusão ativa (7,5% do PDCT)</p> <p>Resultados esperados:</p> <p>Estimular a celebração de Contratos de Emprego Inserção (CEI); - Promover a inclusão social através da capacitação de grupos desfavorecidos e de atores locais para o desenvolvimento de projetos na área da criação e promoção cultural que fortaleçam as relações de cooperação entre os diversos grupos da comunidade, estimulem a criação artística e reforcem a imagem e identidade coletivas;</p> <p>Taxa de compromisso elevada (101,6%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Realização: Participantes em ações de trabalho socialmente necessário (3 592) -Resultado: Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (42%) <p>PI 10.1: Promoção do sucesso escolar (6,8% do PDCT)</p> <p>Resultados esperados:</p> <p>Reforçar a ação social escolar nos ensinos básico e secundário, na componente da alimentação (e.g. lanches saudáveis); - Promover a prevenção/redução do abandono escolar e o sucesso educativo, através de ações que favoreçam a aquisição de competências como o espírito de iniciativa, a criatividade, a capacidade de implementação de ideias e a autoconfiança, pelo apoio a planos integrados e inovadores; - Implementar ações de promoção da igualdade no acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, através de programas de apoio aos alunos com NEE</p> <p>Taxa de compromisso elevada (105,4%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Realização: Planos Integrados e Inovadores de combate ao insucesso escolar(1) -Resultado: alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar (12 000) <p>PI 9.4 foi realocada a outras PI</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PDCT CIM AVE	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobili- zadas (versão atual)	Contributos esperados das operações apoiadas
OE 4 – GOVERNAÇÃO DO TERRITÓRIO	PI 2.3	<p>PI 2.3: Modernização e organização por via da aplicação de TIC (5,2% do PDCT)</p> <p>Resultados esperados:</p> <p>Disponibilizar serviços públicos eletrónicos, direcionados ao cidadão e às empresas; - Fomentar o uso de modelos descentralizados de prestação de serviços em rede, através da criação de espaços e da adoção de soluções de mobilidade; - Promover a aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos através da utilização de TIC; - Criar condições necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico e à articulação entre entidades em matéria de redes e serviços TIC, disponibilizando serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; - Promover a aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, Balcão 2020; reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono de entidades públicas</p> <p>Taxa de compromisso elevada (89,5%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <p>Realização: Serviços da Administração Pública apoiados (4)</p> <p>Resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento de formulários da internet no total de câmaras (88%) - Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (12 000) (45%)

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a posteriori com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Cávado



CIM Cávado - Comunidade Intermunicipal do Cávado

Região: Norte - NUT III Cávado

Municípios: Amares; Barcelos; Braga; Esposende; Terras de Bouro; Vila Verde.

População total: 416.679 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

Os Objetivos do PDCT da CIM Cávado contratualizado em 2015, encontram-se alinhados com as Prioridades Estratégicas da EIDT Cávado 2020, reconhecida para o território abrangido por este instrumento. Os investimentos previstos no PDCT contribuem para a concretização da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis², tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos objetivos específicos da EIDT. Parte destes objetivos serão concretizados através de investimentos a realizar no âmbito de outros instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>As 5 Prioridade Estratégicas da EIDT Cávado 2020, serão parcialmente cobertas pelos contributos esperados do PDCT, já que uma parte significativa dos seus objetivos específicos se encontram fora do âmbito temático do Pacto contratualizado e serão concretizados através de outros instrumentos de financiamento.</p> <p>Objetivos Específicos da EIDT que se encontram fora do âmbito temático do PDCT contratualizado, que serão concretizados sem contributo ou com contributo muito pontual e reduzido deste instrumento, por Prioridade Estratégica:</p> <p><u>PE.1 Maximizar os efeitos da localização do território do Cávado no coração do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho e do sistema produtivo que com ela interage</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - OE Organizar e reforçar a rede de instituições, empresas e recursos humanos que estruturam o sistema de inovação; - Promover generalizadamente o potencial de disseminação de comportamentos de inovação que este sistema apresenta junto da capacidade exportadora instalada na Região; - Promover o crescimento orgânico do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias; - Qualificar seletivamente as áreas de acolhimento e de ordenamento industrial. <p><u>PE.2 - Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os esforços da estratégia regional Norte 2020 de integração de recursos humanos qualificados nas empresas;

² Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N.º 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<p><u>PE.3 Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceber e implementar no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Cávado um programa para o território de ativação de desempregados; - Acompanhar proativamente a aplicação no Cávado do Programa Emprego Jovem gerido a nível central; - Potenciar as experiências de desenvolvimento rural e de valorização económica dos territórios de baixa densidade como novos instrumentos de política de inclusão social e de combate à pobreza; - Combater a exclusão social em áreas urbanas desfavorecidas e degradadas. <p><u>PE.4 Valorizar a qualidade do património natural, ambiental e cultural como ativo diferenciador do território e da oferta turística</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a qualificação e interpretação do património natural e cultural; - Conceber e implementar soluções intermunicipais para a recuperação de passivos ambientais e áreas de poluição de solos e de cursos de água geradas pela atividade agropecuária; - Conceber e coordenar a implementação de soluções inovadoras de planeamento, gestão, reabilitação, regeneração e mobilidade urbana; - Promover e gerir ativamente o projeto de criação de um corredor ecológico que ligue o litoral à montanha, o PNLN ao PNPG; - Sensibilizar as empresas localizadas no Cávado para a procura de Incentivos à introdução de novas tecnologias e soluções de eficiência energética e ambiental (sobretudo indústria, resíduos, transportes e agro-pecuária); - Conceber, programar e coordenar padrões e modelos de mobilidade mais sustentável a nível intermunicipal no território do Cávado; - Promover a redução de níveis de poluição atmosférica nas áreas das tecnologias industriais e transportes coletivos e na mobilidade urbana sustentável; - Apoiar e articular o projeto de modernização da linha do Minho com os transportes municipais. <p><u>PE5. Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a gestão territorial e dos grandes sistemas ecológicos; - Gerir a mobilidade e os transportes; - Dotar a Agência de Energia do Cávado de recursos e conhecimento; - Organizar e dinamizar o Pacto para a Empregabilidade do Cávado; - Estruturar com recursos de conhecimento a rede de entidades com intervenção na promoção do empreendedorismo social; - Fortalecer a ATAHCA na dinamização e coordenação da DLBC para o território do Cávado.
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Esta cobertura é parcial.</p> <p>Todas as Prioridades Estratégicas da EIDT têm correspondência com os Objetivos do PDCT. Todos têm pontos de contacto e recebem contributos do PDCT (Cf. Quadro - Matriz de alinhamento do PDCT com os Objetivos Estratégicos da EIDT).</p> <p>No entanto, todas as Prioridades Estratégicas da EIDT têm objetivos específicos que não são cobertos pelo PDCT, como se pode observar na resposta ao Indicador 1.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Matriz de alinhamento/contributo do PDCT para os Programas Temáticos da EIDT

Prioridades Estratégicas da EIDT	Quadro de intervenção do PDCT	
	Eixos e Objetivos	PI /Medidas mobilizadas
PE.1 Maximizar os efeitos da localização do território do Cávado no coração do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho e do sistema produtivo que com ela interage	<p>Eixo 3 – Emprego</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a criação de emprego por conta própria e a criação de empresas; - Desenvolver uma rede de viveiros de empresas. 	<p>PI 8.8</p> <p>PI 8.3</p>

Prioridades Estratégicas da EIDT	Quadro de intervenção do PDCT	
	Eixos e Objetivos	PI /Medidas mobilizadas
PE.2 - Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego	Eixo 4 – Inclusão social - Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; Eixo 5 – Educação e acesso ao ensino Objetivos específicos: - Promover o sucesso educativo; - Reduzir e prevenir o abandono escolar; - Promover a igualdade no acesso ao ensino; - Complementar a rede de equipamentos e educação pré-escolar e ensino básico.	PI 9.1 PI 10.1 PI 10.5
PE.3 Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado.	Eixo 4 – Inclusão Social Objetivos específicos: - Apoiar medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco; - Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; - Potenciar parcerias de carácter inovador para intervenção social; - Qualificar e adequar a rede de equipamentos e infraestruturas sociais; - Melhorar o acesso a serviços sustentáveis e de qualidade.	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7
PE.4 Valorizar a qualidade do património natural, ambiental e cultural como ativo diferenciador do território e da oferta turística	Eixo 1 – Eficiência energética Objetivos específicos: - Apoiar a eficiência energética nas infraestruturas públicas. Eixo 2 – valorização do território e do ambiente Objetivos específicos: - Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas; - Reforçar a gestão dos riscos, capacitando as instituições envolvidas; - Promover a educação e sensibilização ambiental no domínio dos RSU; - Melhorar as infraestruturas coletivas para a agricultura.	PI 4.3 PI 5.1 PI 5.2 PI 6.1 M04 PDR
PE5. Capacitar o território do Cávado, as suas instituições e agentes para um estágio mais avançado de cidadania e de promoção do desenvolvimento local	Eixo 6 – Modernização da Administração local Objetivos específicos: - Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais; - Melhorar a eficiência interna da administração pública.	PI 2.3

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020; PDCT da CIM do Cávado, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (5 de agosto 2015).

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	A CIM atribuiu um grau médio de adequação às PI disponibilizadas de 2,3 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada. - PI consideradas adequadas (grau de adequação 4): 5.1, 10.1 e 10.5. (Na Entrevista foi referido que a classificação da PI 10.1 como nada adequada no Inquérito às CIM, foi um lapso e que devia ser considerada muito adequada). - PI consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3: 2.3, 4.3, 5.2, 8.3, 8.8. e 9.1. No caso das PI 8.3 e 8.8, a CIM referiu na Entrevista, a insuficiente experiência e competências da equipa da CIM para avaliar projetos empresariais. Na Entrevista foi referido que a classificação da PI 9.1 como adequada no Inquérito às CIM, foi um lapso e que devia ser considerada pouco adequada. A componente Cultura para Todos foi muito restritiva em termos de elegibilidades. Algumas despesas não foram consideradas elegíveis e muitas atividades nos equipamentos sociais tiveram que ser redesenhadas devido à situação pandémica. - PI consideradas muito pouco adequadas (grau de adequação 2): 9.7 e M04 do PDR. - PI consideradas nada adequadas (grau de adequação 1): 6.1, 6.3 (não contratualizada), 9.4.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural. A CIM referiu que a PI 6.3 não foi disponibilizada, por opção da AG do POR. A não contratualização desta PI determinou a ausência de contributo do PDCT para a Prioridade Estratégica 4 - Valorizar a qualidade do património natural, ambiental e cultural como ativo diferenciador do território e da oferta turística.

A CIM referiu que a execução de um dos projetos mais emblemáticos e considerado estruturante, de natureza intermunicipal – a Ecovia do Cávado, foi bastante prejudicada. O projeto teve que ser repartido em vários troços.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -71,2% face ao apresentado em sede de candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido bastante inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas na generalidade da PI, exceto no caso da PI 9.1, em que a dotação contratualizada foi bastante superior ao apresentado em sede de candidatura.

As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às alterações ao nível dos investimentos previstos e às perspetivas de execução. Entre o momento da contratualização e a última reprogramação que ocorreu em 2021, destaca-se o reforço bastante acentuado da dotação das PI 8.8, 9.7 e 10.5, sendo que as PI 8.3 4.3 sofreram uma redução mais acentuada. A dotação global teve um acréscimo de 11%.

Atualmente, destaca-se o peso elevado da dotação da PI 10.5 (38,6%).

A CIM Cávado considera que o financiamento foi ajustado na maior parte das Prioridades de investimento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa contratualizado e atual (análise comparativa)	Ver Quadro abaixo – Prioridades de investimento mobilizadas no PDCT e respetivo peso financeiro em sede de candidatura, na contratualização e na sua versão atual (após a última reprogramação, em 2021) As PI que, no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: PI 10.5 (25,7%), a PI 4.3 (18,4%) e a PI 9.1 (17,2%). Atualmente as PI com maior peso na dotação global são as seguintes: PI 10,5 (38,6%), PI 9.1 (13,4%), 8.8 e 9.7 com uma dotação equivalente (10,9% e 11%, respetivamente);
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	A CIM considera que: - O financiamento foi ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3, 5.1, 5.2, 6.1, 9.1, 9.4, 10.1 e 10.5. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 6.3, 8.8, 9.7 e M04 do PDR. - Houve sobre financiamento nas seguintes PI/TI: 4.3 e 8.3.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução do respetivo peso e dimensão financeira

PI	Fundo	Dotação proposta candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual (reprogramação 2021)		Variação candidato/contratualizado	Variação contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	4.833.000,0	2,8	1.927.454,5	3,9	2.485.522,4	4,5	-60,1	29,0
4.3	FEDER	33.085.000,0	19,2	9.129.610,1	18,4	4.318.063,3	7,9	-72,4	-52,7
5.1	FC	213.000,0	0,1	212.500,0	0,4	212.500,0	0,4	-0,2	0,0
5.2	FC	2.183.000,0	1,3	627.500,0	1,3	627.500,0	1,1	-71,3	0,0
6.1	FC	595.000,0	0,3	297.500,0	0,6	297.500,0	0,5	-50,0	0,0
8.3	FSE	11.962.000,0	6,9	6.471.350,6	13,1	1.397.218,0	2,5	-45,9	-78,4
8.8	FEDER	7.264.000,0	4,2	1.982.543,0	4,0	6.004.821,0	10,9	-72,7	202,9
9.1	FSE	3.111.000,0	1,8	8.504.906,7	17,2	7.387.674,0	13,4	173,4	-13,1
9.4	FSE	3.234.000,0	1,9	996.162,3	2,0		0,0	-69,2	
9.7	FEDER	60.589.000,0	35,2	2.210.444,3	4,5	6.050.943,0	11,0	-96,4	173,7
10.1	FSE	7.579.000,0	4,4	3.566.898,5	7,2	4.061.560,3	7,4	-52,9	13,9
10.5	FEDER	31.176.000,0	18,1	12.750.000,0	25,7	21.242.121,9	38,6	-59,1	66,6
M04	FEADER	6.332.000,0	3,7	880.175,0	1,8	880.175,0	1,6	-86,1	0,0
Total FEDER		136.947.000,0	79,5	28.000.051,8	56,5	40.101.471,6	73,0	-79,6	43,2
Total FSE		25.886.000,0	15,0	19.539.318,1	39,4	12.846.452,4	23,4	-24,5	-34,3
Total FC		2.991.000,0	1,7	1.137.500,0	2,3	1.137.500,0	2,1	-62,0	0,0

Total FEADER	6.332.000,0	3,7	880.175,0	1,8	880.175,0	1,6	-86,1	0,0
Total	172.156.000,0	100,0	49.557.044,9	100,0	54.965.599,0	100,0	-71,2	10,9

Fontes: Candidatura EIDT-99-2015-02-011 Cávado; PDCT da CIM do Cávado, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas financiadores (5 de agosto 2015). PDCT Cávado – dotação atual por PI, de acordo com a última reprogramação no final de 2021 (informação fornecida pela CIM do Cávado).

No caso da PI 4.3, esta redução é explicada pelas dificuldades de operacionalização/constrangimentos na análise técnica dos projetos, principalmente no caso dos edifícios públicos, já que no caso das operações de iluminação pública o processo foi mais simples. Trata-se de um processo muito moroso e burocrático, o que tem condicionado bastante a execução. Alguns municípios reprogramaram os seus investimentos e averba foi distribuída por outras PI.

A dotação da PI 9.4 foi anulada na sequência da sua transferência do POISE para o POR e foram eliminados os investimentos previstos.

No caso da PI 10.5, o reforço deve-se ao facto de terem sido incluídas novas escolas na lista de investimentos a apoiar e à remoção do fibrocimento nas escolas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto a M04 do FEADER; - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas à TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores comuns nem sempre dão expressão às medidas e aos investimentos previstos de forma cabal.</p> <p>Alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 4.3, o Indicador de realização, não contempla as intervenções na iluminação pública. - No caso da PI 9.7., o indicador de realização “Equipamentos sociais e de saúde apoiados”, mede, no caso do PDCT do Cávado, apenas os equipamentos sociais apoiados, já que não foram considerados equipamentos de saúde no PDCT. - Na PI 10.1, os indicadores não dão expressão às operações da medida Escola digital. - Na PI 10.5, os indicadores não dão expressão à medida: Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares. <p>Não foi fornecida informação sobre eventuais alterações ao quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015, na sequência das reprogramações do PDCT.</p> <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados alcançados.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p>

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de carácter estratégico e programático, enquanto referenciais para a definição das operações a implementar no âmbito do PDCT no domínio da inclusão social.

A CIM recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para as Prioridades Estratégicas da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM referiu a articulação com os seguintes instrumentos: - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Planos Municipais para a Igualdade; - Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS. A CIM referiu, na Entrevista a elaboração, com os Municípios, dos Planos Estratégicos de Inclusão Social, referenciais que permitiram acrescer a sua capacitação para programar e executar as operações no domínio da inclusão social. Referiu também a articulação com DLBC no caso do SI2E, a nível da interpretação e articulação dos Avisos.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi desde logo explicitado em sede de formulação estratégica. Este contributo foi considerado baixo pela CIM (3 numa escala de 1 a 6). Ver tabela abaixo: Investimentos (para além daqueles apoiados no âmbito do PDCT) com contributo para as Prioridades Estratégicas da EIDT.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A EIDT definiu, para cada uma das 5 Prioridades Estratégicas, as Prioridades de intervenção a mobilizar, incluindo outras não mobilizadas no PDCT, e as tipologias de projeto a implementar, sendo que uma grande parte não se enquadram no âmbito do PDCT, prevendo-se a sua execução no âmbito de outros dos instrumentos do Portugal 2020. A CIM considerou, na resposta ao Inquérito às CIM, que as fontes de financiamento foram adequadas na fase de programação, mas não na fase de implementação.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a posteriori com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 11 E 12:

Outras intervenções com contributo para as Prioridades Estratégicas da EIDT

Outros Investimentos	Instrumento de financiamento	Prioridades Estratégicas da EIDT para as quais os investimentos contribuem
Investimentos previstos nos PEDU e PARU	PO Norte 2020	PE.3 Valorizar os níveis de capital social e a diversidade do tecido institucional local como instrumentos de coesão social no território do Cávado.
Investimentos no património natural e cultural	PO Norte 2020	PE.4 Valorizar a qualidade do património natural, ambiental e cultural como ativo diferenciador do território e da oferta turística
Ciclovia do Cávado	POCTEP	
Plano de Combate às alterações climáticas	PO SEUR	PE.2 - Promover a melhoria de qualificações dos recursos humanos e do emprego.
Investimentos nas instalações escolares	BEI	

Fontes: Entrevista à CIM do Cávado; EIDT Cávado 2020.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIM Cávado fez uma avaliação desfavorável do contributo do modelo de aprovação/negociação, bem como do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades, já que a margem de adaptação às necessidades do território foi muito reduzida e previamente condicionada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIM referiu que não houve processo de negociação. AS PI a contratualizar foram impostas e, quanto às verbas, a margem de negociação foi mínima. As parcerias, p.ex., com o IEFP I.P, também foram impostas. A CIM atribuiu uma pontuação média de 2,3 (numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. O contributo do modelo foi considerado pela CIM: - Baixo (3): para a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; para a adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; para a celeridade do processo de seleção; para o aumento da qualidade das EIDT/PDCT. - Muito baixo (2): para a Relevância do instrumento para a estratégia; para a simplificação do processo de seleção; para a criação e novas parcerias; para o envolvimento de parceiros; para melhorar a dotação financeira atribuída, associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; para a simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT /PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	A avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também pouco favorável já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM foi atribuída uma pontuação média de 2,6 (numa escala de 1 a 6). O seu contributo foi considerado pela CIM: - Baixo (3): para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados. - Muito baixo (2): para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta; para assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram valorizados no PDCT inicialmente previsto, o que é evidente pelo número de operações desta natureza, bem como pela relevância do investimento total previsto (15.271.812,88 €). No entanto este é inferior ao previsto em sede de candidatura.

O investimento total previsto em operações intermunicipais no PDCT contratualizado em 2015, encontrava-se concentrado principalmente nas seguintes áreas: Promoção da inclusão social (65%), Eficiência energética (18,8%) e Modernização Administrativa (11,5%).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (agosto 2015) PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos PI 4.3 – Eficiência energética na iluminação pública e edifícios públicos

	<p>PI 5.1 – Adaptação às alterações climáticas PI 5.2 – Proteção civil PI 6.1 - Resíduos PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis PI 9.4 - Envelhecimento Ativo PI 10.1 Redução do abandono escolar</p> <p>Não foi possível identificar, entre os vários investimentos previstos nas PI 8.3 e 8.8 em sede de candidatura e na contratualização (2015), todos aqueles que têm natureza intermunicipal. Foram considerados apenas 2 investimentos intermunicipais apresentados em sede de candidatura nestas PI: Rede de promoção do empreendedorismo na escola e Pacto para a empregabilidade, que não constam da lista de investimentos do PDCT contratualizado em 2015.</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>No PDCT contratualizado (2015), no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 17 operações de natureza intermunicipal (num total de 186 operações), com um investimento total de 15.271.812,88 €.</p> <p>Em sede de candidatura, tinham sido propostas 23 operações desta natureza (num total de 214 operações), com um investimento total de 23.392.900,00 €.</p> <p>(Nota: Desta análise excluíram-se as PI 8.3 e 8.8, uma vez que não estão identificadas as operações intermunicipais o número de operações a apoiar pelas entidades promotoras).</p> <p>A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a redução do investimento total em projetos desta natureza é explicada pelas seguintes razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução do investimento previsto em algumas operações; - Eliminação de operações que constavam da candidatura. - Foram introduzidas novas operações. <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº):</p> <p>Inclusão social – 6; Modernização administrativa – 5; Eficiência energética – 2; Adaptação às alterações climáticas – 1; Proteção civil – 1; Resíduos – 1; Educação – 1.</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT contratualizado (2015) estão previstos 20 investimentos que têm como promotores outros stakeholders que não a CIM e os municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de agricultores: 12 operações na M04 do PDR. - Agência de energia do Cávado: 1 operação – projeto de iluminação pública nos 6 concelhos da NUT III. Na lista de operações atualizada à data da última reprogramação, todas as operações previstas têm como beneficiário por município ou juntas de freguesia. - IEFP, I.P.: 2 operações na PI 8.3, e 9.1; - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: 3 operações, nas PI 8.3 e 8.8 e 9.1; - Instituto Português do Desporto e Juventude I.P.: 2 operações, nas PI 8.3 e 8.8.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Listagem de investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatado €	Investimento total previsto no PDCT contratualizado €	Variação %
Digitalização, custódia e administração de arquivos municipais	CIM Cávado	2.3	Modernização administrativa	495.000,00	204.420,78	-58,7
Portal de acesso do cidadão e atendimento (multicanal e multiplataforma)	CIM Cávado	2.3	Modernização administrativa	320.000,00	106.627,64	-66,7
Instalação/requalificação de Balcão Único Municipal, espaços do cidadão e unidade móvel	CIM Cávado	2.3	Modernização administrativa	685.000,00	285.432,21	-58,3
Reengenharia e certificação de processos (alargamento do nº de serviços municipais certificados)	CIM Cávado	2.3	Modernização administrativa	1.030.900,00	393.461,68	-61,8

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatado €	Investimento total previsto no PDCT contratualizado €	Variaçã o %
Administração em rede: plataformas de articulação Municípios e Juntas de freguesia e plataformas de apoio à gestão de gestão de serviços de ação social e de espaços desportivos (...)	CIM Cávado	2.3	Modernização administrativa	1.637.000,00	772.671,03	-52,8
Edifício Sede da CIM Cávado	CIM Cávado	4.3	eficiência energética	140.000,00	61.391,62	-56,1
Projeto de iluminação pública nos 6 concelhos da NUT III Cávado	Agência de Energia do Cávado	4.3	eficiência energética	12.000.000,00	2.814.334,14	-76,5
Estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (1)	CIM Cávado	5.1	adaptação às alterações climáticas	250.000,00	212.500,00	-15,0
Produção de informação e cartografia sobre riscos	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	250.000,00		-100,0
Sistema de informação e monitorização	CIM Cávado	5.2	Proteção civil		127.500,00	
Rede de defesa da floresta contra incêndios	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	1.000.000,00		-100,0
Ações de sensibilização sobre Incêndios florestais e proteção civil	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	60.000,00		-100,0
Plataforma de gestão e aquisição de estações meteorológicas locais	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	40.000,00		-100,0
Introdução de um sistema de monitorização e controlo de incêndios florestais, através da aplicação de sistemas inovadores de videovigilância de deteção precoce	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	150.000,00		-100,0
Sistemas de monitorização do uso e ocupação do solo	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	125.000,00		-100,0
Implementação de sistemas de monitorização meteorológicas avançadas (Estações) para a CIM	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	60.000,00		-100,0
Implementação de sistemas de monitorização com sensores e detetores digitais nas zonas de linhas de água e leitos de cheia, com emissões de alerta para o sistema de gestão integrado do território	CIM Cávado	5.2	Proteção civil	60.000,00		-100,0
Investimentos no setor dos resíduos (2)	CIM Cávado	6.1	Resíduos		297.500,00	
Rede de promoção do empreendedorismo na escola	CIM Cávado	8.8	Emprego e empreendedorismo	1.500.000,00		-100,0
Pacto para a empregabilidade	CIM Cávado	8.8	Emprego e empreendedorismo	300.000,00		-100,0
Bolsa especializada do Cávado	CIM Cávado	9.1	Inclusão social	75.000,00	62.400,00	-16,8
Projetos de inclusão ativa pela arte	CIM Cávado	9.1	Inclusão social	1.815.000,00	1.742.020,35	-4,0
Bolsa de voluntariado	Cooperativa António Sérgio para a economia social	9.1	Inclusão social		60.000,00	
Contratos emprego-inserção, trabalho socialmente necessário	IEFP, I.P.	9.1	Inclusão social		7.678.372,02	
Mais Idade no Cávado	CIM Cávado	9.4	Inclusão social	400.000,00	310.212,82	-22,4
Plano gerontológico intermunicipal	CIM Cávado	9.4	Inclusão social	900.000,00	77.553,20	-91,4
Projetos Educativos Municipais	CIM Cávado	10.1	Educação	100.000,00		-100,0

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatado €	Investimento total previsto no PDCT contratualizado €	Variação %
Plano Integrado e Inovador de Combate ao insucesso escolar do Cávado - Componente intermunicipal	CIM Cávado	10.1	Educação		65.415,39	
Total				23.392.900,00	15.271.812,88	-34,7

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-011- Quadro de investimentos; PDCT CIM do Cávado contratualizado (5 agosto 2015) - Quadro de investimentos.

Notas: A operação Estratégia intermunicipal de adaptação às alterações climáticas, não consta do Quadro de investimentos do PDCT contratualizado, mas manteve-se no PDCT, foi aprovada e encontra-se encerrada.

A operação aprovada inicialmente indicada no PDCT contratualizado como Investimento no setor dos resíduos, foi: Campanha de sensibilização intermunicipal para a recolha seletiva e compostagem doméstica na Região do Cávado.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A CIM classificou como substantiva a participação destas entidades na conceção das estratégias da EIDT e do PDCT, assegurada através da sua participação em grupos de trabalho. Par além dos municípios, as entidades que mais participaram foram POR/CCPPOR/CCDR e as entidades representativas dos setores económico e ambiental.

A participação de várias entidades teve como resultados o alargamento do âmbito da estratégia e a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência): - Municípios, POR/CCPPOR/CCDR e entidades representativas do setor económico – participaram com frequência (5); - Entidades representativas do Setor ambiental – participaram moderadamente (4); - Agências públicas da administração Central desconcentrada e entidades privadas com fins lucrativos – participaram pouco (3); - Agências públicas da administração Central e Entidades Representativas do setor social – participaram muito pouco (2); - Juntas de Freguesia – não participaram (1).
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	A participação foi substantiva por parte de todo o tipo de entidades referidas, exceto por parte das Juntas de Freguesia, o único caso em que foi considerada formal. A inclusão em grupos e trabalho foi a principal forma de envolvimento das entidades.
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	A CIM referiu, no questionário às CIM, que a participação destas entidades produziu poucos resultados efetivos, mas destacou a perceção de participação, que é relevante no território. Tipo de resultados gerados: - Alargamento do âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate
Municípios	5	Substantiva	x	
Juntas de freguesia	1	Formal		x
POR/CCPPOR/CCDR	5	Substantiva	x	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	X	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	X	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	2	Substantiva	X	
Agências públicas da Administração Central	2	Substantiva	X	
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	3	Substantiva	X	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3	Substantiva	X	

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com a resposta da CIM Cávado no Inquérito às CIM, participaram na definição da EIDT as seguintes Agências Públicas:

- As seguintes Agências públicas da Administração Central: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga, Universidade do Minho.

- As seguintes Agências públicas da Administração Central desconcentrada: IEFPI.P, Centro Regional de Segurança Social - Braga, Direção Regional de Agricultura, Direção Regional da Cultura do Norte.

A CIM refere, na caracterização do PDCT contratualizado em 2015, que o processo de preparação do PDCT, designadamente o mapeamento necessário para o enquadramento de algumas intervenções em algumas PI, permitiu envolver mais explicitamente algumas entidades de natureza regional – educação, segurança social, emprego, cultura, saúde, proteção civil, agricultura, entre outras. É referida também a falta de disponibilidade de algumas destas entidades como obstáculo a um aprofundamento deste trabalho.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

O envolvimento das entidades foi diferenciado e processou-se através da sua inclusão em grupos de trabalho. Contribuiu para a multidimensionalidade das intervenções, para a complementaridade das intervenções e para a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	Envolveram-se de forma continuada – Municípios e POR/CCPPOR/CCDR. Envolveram-se pontualmente - Entidades do sector económico, ambiental e social, Agências públicas da Administração Central e da Administração Central descentralizada e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). Não se envolveram: Juntas de freguesia
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIM Cávado ao inquérito às CIM, para os seguintes resultados: - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade de intervenções; - Construção de parcerias.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

O quadro seguinte caracteriza a forma de envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT.

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Forma de envolvimento
Municípios	Inclusão em grupos de trabalho
Juntas de freguesia	Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do sector económico (sem fins lucrativos)	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades do setor Ambiental ((sem fins lucrativos)	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades do setor Social (sem fins lucrativos)	Inclusão em grupos de trabalho
POR/CCPPOR/CCDR	Inclusão em grupos de trabalho
Agências públicas da Administração Central descentralizada	Inclusão em grupos de trabalho
Agências públicas da administração Central	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Inclusão em grupos de trabalho

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM fez uma avaliação muito pouco favorável da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR) e referiu o controlo excessivo e o retrocesso verificado no atual Quadro Comunitário de Apoio em termos de autonomia das CIM na gestão e implementação dos Pactos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	A CIM Cávado classificou todas as competências delegadas pelos POR, POISE, POSEUR e PDR enunciadas no Inquérito às CIM, como nada/adequadas (classificação atribuída: 1, numa escala de 1 a 6). Na Entrevista, a CIM referiu-se ao retrocesso verificado no atual Quadro Comunitário de Apoio em termos de autonomia das CIM e do reforço da centralização, ao controle excessivo e ao aumento da carga burocrática.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	Contributo positivo: - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resultados atingidos; - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território. Contributo neutro: - Simplificação administrativa; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários. Contributo negativo: - Redução da carga administrativa; - Celeridade dos procedimentos.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências: - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIM faz uma avaliação desfavorável do funcionamento dos mecanismos de articulação entre a CIM e a AG do POR. No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, referiu a ausência de mecanismos de articulação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação no caso do POR: - Reuniões periódicas - Emissão de pareceres - Reuniões de coordenação - Ligação com um ponto focal No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM referiu a inexistência de mecanismos de articulação entre as AG e as equipas da CIM.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	No caso do POR: - As reuniões de coordenação e a emissão de pareceres, funcionam de forma pouco satisfatória (classificação 3, numa escala de 1 a 6); - As reuniões periódicas e a ligação com um ponto focal funcionam mal (classificação 2, numa escala de 1 a 6).

A CIM referiu que as suas equipas apenas são auscultadas quando já há decisões, raramente há oportunidade de discussão e auscultação de opiniões.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

Em termos gerais, a CIM considera dispor das condições necessárias para o desempenho das suas funções enquanto OI responsável pela implementação do PDCT. No entanto, referiu a reduzida dimensão da equipa técnica, a insuficiente dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT e as dificuldades sentidas com as candidaturas das PI 8.3 e 8.8 principalmente na componente FSE, exigentes em termos de recursos humanos e experiência na análise de projetos empresariais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM considerou muito pouco adequada esta dotação (classificação grau 2 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 10 Elementos externos: NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM considerou a dimensão da equipa técnica muito pouco adequada (2, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	No que respeita às competências, a CIM considerou a equipa técnica muito adequada (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada). A CIM referiu, na entrevista, que a Equipa conta com o apoio de elementos especializados em matéria de eficiência energética e também na área social.
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Tipo de problemas: - Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica; - Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT. A CIM referiu a insuficiência de número de técnicos, de conhecimento e de experiência, em particular no caso candidaturas das PI 8.3 e 8.8. Referiu também o elevado número de candidaturas face à dimensão da Equipa e os pedidos de pagamento com valores muito baixos, o que prejudica a taxa de execução financeira. O aspeto positivo da contratualização destas duas PI, foi a aprendizagem e o reforço de competências da Equipa técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIM considerou as competências da equipa técnica adequadas.

Classificou como nada adequadas as ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual Quadro Comunitário de Apoio e reconhece a necessidade de ações de capacitação em critérios de análise de projetos, contratação pública e sistemas de informação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Contratação Pública; - Critérios de análise de projetos. Estas ações foram desenvolvidas no âmbito do Plano de Formação da CIM Cávado. Não houve capacitação para nenhuma tipologia, por parte do NORTE 2020.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou como nada adequadas as ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático (grau de adequação 1, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	Critérios de análise dos projetos, contratação pública, e sistemas de informação.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O envolvimento e participação da CIM na elaboração dos Avisos, foi reduzido e verificou-se apenas nos Avisos do POR. No caso dos Avisos do POSEUR, POISE e PDR, não houve contributos por parte da CIM ou qualquer articulação.

Os Avisos definem, nos critérios de elegibilidade ou de seleção das operações, a relevância ou adequação das operações/ intervenções face às necessidades locais ou ainda o seu alinhamento com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial com incidência no território, nomeadamente com o exercício de mapeamento. No caso do Aviso da PI 8.8 relativo ao Programa de Apoio à produção Nacional, o Aviso NORTE-D7-2021-06, dirigido à CIM Cávado, limita a elegibilidade das operações a atividades económicas relevantes para o território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	No caso do POR: Deram contributos que foram parcialmente integrados para: - A dotação financeira; - Os prazos de apresentação das candidaturas. Não deram contributos para: - A definição de requisitos (formais e documentais); - As ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; - A adaptação dos Avisos às especificidades territoriais; - Os critérios de seleção das operações. - A definição do calendário de abertura dos AAC; - A definição das TO/Medidas. -Os indicadores. No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM não deu contributos para qualquer dos elementos dos Avisos acima referidos.
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Exemplos de especificidades territoriais referidas nos Avisos: <u>PI 5.2 – Proteção Civil AVISO POSEUR-10-2016-75</u> - Constitui critério de elegibilidade das operações a “conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável”; <u>PI 8.8 - PAPN - AVISO NORTE-D7-2021-06, CIM Cávado:</u> No ponto 5. Âmbito Setorial, o Aviso limita a elegibilidade das operações às seguintes atividades económicas relevantes para o território: - Indústrias extrativas (CAE 05 a 09); - Indústrias Transformadoras (CAE 10 a 33). <u>PI 9.7 – Equipamentos Sociais CIM Cávado AVISO Nº NORTE-42-2019-48</u> Subcritérios de seleção das operações: - A.3 - Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais; - E.1 - Alinhamento dos projetos com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com o exercício de mapeamento.

PI 10.1 PIICIE – AVISO NORTE 66-2019-29

Subcritérios de seleção:

Relevância da intervenção proposta face às necessidades locais.

PI 10.5 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário) AVISO NORTE-73-2019-35

Critérios e subcritérios de seleção das operações:

E.1 - Alinhamento dos projetos com planos de ação e outros instrumentos de política territorial e sectorial, nomeadamente com o exercício de mapeamento.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A avaliação da CIM relativamente aos parâmetros considerados foi pouco favorável. A promoção da articulação entre os concursos/projetos e o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento), aos quais foi atribuído o grau médio de adequação mais baixo, foram os critérios que mereceram a avaliação mais negativa.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 3,2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 2.3, 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foi considerado pouco adequado nas seguintes PI (grau de adequação 3): 5.1, 5.2, 6.1., 8.3. e 8.8 - Foi considerado muito pouco adequado (grau de adequação 2) na PI 6.3. - Foi considerado nada adequado (Grau de adequação 1) na M04 do PDR. <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 2.9.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 2.3, 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foi considerado pouco adequado nas seguintes PI (grau de adequação 3): 5.1, 5.2, 6.1. - Foi considerado muito pouco adequado (grau de adequação 2) na PI 6.3. - Foi considerado nada adequado (Grau de adequação 1) nas PI 8.3, 8.8 e na M04 do PDR. <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 3,2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 2.3, 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foi considerado pouco adequado nas seguintes PI (grau de adequação 3): 5.1, 5.2, 6.1, 8.3, 8.8. - Foi considerado muito pouco adequado (grau de adequação 2) na PI 6.3. - Foi considerado nada adequado (Grau de adequação 1) na M04 do PDR. <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 2,8.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 4.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Foi considerado pouco adequado nas seguintes PI (grau de adequação 3): 2.3, 5.1, 5.2, 6.1, 8.3 e 8.8. - Foi considerado muito pouco adequado (grau de adequação 2) na PI 6.3. - Foi considerado nada adequado (Grau de adequação 1) na M04 do PDR. <p>(a resposta sobre a PI 6.3 refere-se aos Avisos desta PI fora do PDCT, como referido na Entrevista. A CIM Cávado não contratualizou esta PI no âmbito do PDCT).</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para a PI / TI 9.4.

A CIM atribuiu um grau de adequação baixo às TI/medidas com concurso lançado, segundo os objetivos da EIDT e PDCT, os indicadores de realização e de resultado do PDCT, o público-alvo e, principalmente, segundo as necessidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30ser2021):</p> <p>PI 2.3 – Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local (iluminação pública e edifícios públicos)</p> <p>PI 5.1 – Adaptação às alterações climáticas.</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos</p> <p>PI 6.1 - Resíduos</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas.</p> <p>PI 8.8 Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local.</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis (Trabalho Socialmente Necessário, CEI e CEI+ e cultura para todos)</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais.</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRIL – Transição Digital da Educação.</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário</p> <p>Tipologias de intervenção contratualizadas sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30ser2021):</p> <p>- PI/TI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p> <p>Sem informação sobre a Medida 04 do PDR.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das TI/M medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,2 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 10.5. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 10.1, 9.1, 4.3 e 2.3. - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3) nos seguintes casos: 5.1, 5.2, 8.3, 8.8 e 9.7. - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) nos seguintes casos: 6.1, 6.3 e 9.4. <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,2 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 10.5. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 2.3, 9.1 e 10.1. - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3), nos seguintes casos: 4.3, 5.1, 5.2, 8.3, 8.8 e 9.7. - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) nos seguintes casos: 6.1, 6.3 e 9.4. <p>Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,0 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 10.5. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 9.1 e 10.1. - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3), nos seguintes casos: 4.3, 5.1, 5.2, 8.3, 8.8 e 9.7. - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) nos seguintes casos: 2.3, 6.1, 6.3 e 9.4. <p>Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 2,9 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 10.5. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 9.1 e 10.1. - Foram consideradas pouco adequadas (grau 3), nos seguintes casos: 5.1, 5.2, 8.3, 8.8 e 9.7. - Foram consideradas muito pouco adequadas (grau 2) nos seguintes casos: 2.3, 4.3, 6.1, 6.3 e 9.4. <p>A CIM não respondeu a esta questão relativamente à Medida 04 do PDR.</p>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

O processo de análise e seleção teve uma avaliação mais positiva por parte da CIM nos seguintes parâmetros: metodologia de apuramento do mérito e periodicidade das reuniões do Conselho Metropolitano. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente à carga burocrática e interação com os Sistemas de Informação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os procedimentos foram considerados pouco adequados (Grau de adequação 3) em todas as PI. <p>CrITÉRIOS de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2,8. - Foram considerados adequados (grau de adequação 4) nas 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 do PDR - Foram considerados muito pouco adequados (grau de adequação 2) nas PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8. <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada adequada (grau de adequação 4) em todas as PI. <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2,9. - Foi considerada adequada (grau de adequação 4) nas PI 9.4, 9.7, 10.1, 10.5, M4 do PDR. - Foi considerada pouco adequada (grau de adequação 3) nas PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3. - Foi considerada muito pouco adequada (grau de adequação 2) nas PI 8.8 e 9.1. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,8 - Foi considerada adequada (grau de adequação 4) nas PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3. - Foi considerada pouco adequada (grau de adequação 3) nas PI 8.8, 9.1, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 PDR. <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (grau de adequação 1) em todas as PI. <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,6. - Foi considerada muito pouco adequada (grau de adequação 2) nas PI 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 PDR - Foi considerada nada adequada (grau de adequação 1) nas PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada pouco adequada (grau de adequação 3) em todas as PI. <p>Interação com o PDR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (grau de adequação 1) em todas as PI. <p>Interação com outros SI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,6. - Foi considerada muito pouco adequada (grau de adequação 2) nas PI 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 PDR - Foi considerada nada adequada (grau de adequação 1) nas PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3. <p>Interação com o Balcão 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada pouco adequada (grau de adequação 3) nas PI 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 PDR. A CIM não respondeu no caso das restantes PI.
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos: PI 2.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5, M04 PDR. - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos: 4.3, 8.3 e 8.8.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, no caso das PI 8.3 e 8.8:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado nº de candidaturas; - Reduzida dimensão; - Articulação entre OI e AG; - Verificação das condições de admissibilidade;

Indicador	Resposta /evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de mérito das candidaturas; - Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades; - Atrasos da AG no processo de análise e decisão. <p>A CIM referiu ainda que existe sobreposição de funções entre a CIM e a AG, analisa os processos por cima da CIM de igual forma. Não há supervisão, mas sim revisão dos processos que a CIM analisa, o que causa elevados atrasos nas decisões. Referiu também a subjetividade de algumas questões que a AG não concretiza, e sobre as quais não emite pareceres objetivos. Muitas dúvidas de promotores, nunca são esclarecidas.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

A análise do Sistema de informação, permite concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato é, em média, muito longo face ao estipulado nos Avisos, devido principalmente ao tempo médio entre as datas de submissão da candidatura e da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3, 4.3, 8.8. e 9.7. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 5.1, 5.2 e 6.1.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	14	14	167	20	187
4.3	7	7	579	52	631
5.1	1	1	67	12	79
5.2	2	2	80	22	102
6.1	1	1	89	11	100
8.3	92	32	462	204	641
8.8	34	34	446	41	487
9.1	10	10	287	16	303
9.7	34	34	354	32	386
10.1	19	19	204	24	228
10.5	49	49	120	38	158
Total	263	203	338	60	358

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias não corresponde a dias úteis.

Não foi fornecida informação para a M04 do PDR.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (energia, segurança social, educação, etc....). Nalguns casos, os Avisos admitem a possibilidade de serem solicitados pareceres a peritos externos independentes ou a possibilidade de a AG no âmbito da apreciação e decisão sobre as candidaturas promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou para a emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p><u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (energia, saúde, educação, património natural e cultural, etc....) envolvidas na emissão de pareceres setoriais.</u></p> <p>Exemplos:</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local:</p>

- A análise da avaliação de mérito das Candidaturas é feita pela CIM “com a colaboração técnica especializada parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria” (AVISO NORTE-03-2017-42).

PI 5.2 – Instalação de redes de DFCL, em terreno não privado.

As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. (AVISO POSEUR-10-2016-75).

PI 9.1 – Cultura para Todos

O Aviso, no ponto 13.3, admite a possibilidade de serem solicitados pareceres a peritos externos independentes (AVISO NORTE-30-2019-34)

PI 9.7 - Equipamentos sociais CIM Cávado

AS operações devem apresentar, à data de submissão, pedido de parecer, de carácter vinculativo, do Instituto da Segurança Social (ISS) no caso de um aumento da capacidade instalada (criação de novos lugares) ou de reconversão de resposta social (AVISO NORTE-42-2019-48).

PI 10.1 – Planos Inovadores de Combate ao Insucesso escolar:

- No âmbito do processo de análise das candidaturas a AG solicitará pareceres, não vinculativos da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e da Direção Geral de Educação (AVISO NORTE 66-2016-29)

PI 10.5 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário. AVISO Nº NORTE-73-2019-35

Crítérios de elegibilidade das operações:

Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação ou, apresentarem parecer favorável da DGEstE;

Possuírem parecer do Ministério da Educação:

- Nas intervenções na rede da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização;
- No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, parecer da DGEstE.

Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

A CIM faz uma avaliação muito positiva dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados, com exceção dos seguintes: resposta a solicitações das AG dos PO financiadores e reuniões de balanço com as AG.

Não foi efetuada avaliação intercalar do PDCT. A avaliação é contínua, com a elaboração e relatórios periódicos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIM no Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. <p>A CIM referiu na entrevista que recebe trimestralmente os mapas de monitorização do PO Norte 2020 e que procede mensalmente à monitorização da execução o PDCT, cujos resultados são apresentados no Conselho Intermunicipal e enviados aos Municípios.</p> <p>A CIM referiu também a realização, por parte da equipa técnica, de visitas ao local, no âmbito das tarefas de acompanhamento e monitorização dos projetos.</p>

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos totalmente adequados (grau de adequação 6): <ul style="list-style-type: none"> - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço. Mecanismos muito adequados (grau de adequação 5): <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. Mecanismos pouco adequados (grau de adequação 3): <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores Mecanismos nada adequados (grau de adequação 1): <ul style="list-style-type: none"> - Realização de balanço com as AG
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquias; - Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Avaliação contínua, com relatórios periódicos. Não foi realizada avaliação intercalar do PDCT. A CIM referiu, na entrevista, a escassez de tempo face à (reduzida) dimensão da equipa, à multiplicidade de tarefas e elevada carga burocrática.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Recursos internos da CIM.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Os indicadores comuns definidos para as PI são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão das realizações e dos resultados esperados, o que levou à necessidade de definição de indicadores mais adequados nos Avisos. Na opinião da CIM, a diversidade das tipologias de intervenção contribui para esta situação, a par de outros constrangimentos como a dimensão da equipa técnica e a ausência de orientações dos PO financiadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Tipo de constrangimentos identificados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e complexidade de intervenções; - Dimensão da equipa técnica; - Ausência de orientações do PO financiadores.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	Propostas apresentadas pela CIM Cávado no Inquérito às CIM (P65): <ol style="list-style-type: none"> 1- Menos duplicação do trabalho realizado pelo Organismo Intermédio (CIM Cávado), e pela Entidade Supervisora (NORTE 2020). Há, na nossa opinião, perda de produtividade nas duas equipas, atrasos na conclusão dos processos, e excesso de energia despendida com falta de eficácia no desenvolvimento e execução das operações. A nossa proposta é serem adotadas as medidas de supervisão por amostragem, tal como foram previstas e não estão a ser efetivadas. 2- Possibilidade de validação de despesa com alterações relativamente ao previsto em candidatura. Muitos promotores apresentam pedidos de pagamento que têm alterações físicas pouco relevantes no global da candidatura, nomeadamente um qualquer investimento que ficou ligeiramente mais caro do que inicialmente previsto, ou alterou por ex. uma máquina por outra dentro da mesma componente. 3- Não solicitar evidências físicas em pedidos de pagamento. Quando o pedido de pagamento envolve despesas com Planos de Marketing ou com Estudos Estratégicos, é-nos solicitado muitas vezes pela entidade supervisora/Programas Operacional POSEUR a entrega da evidência física desse documento. Ora, sendo esta verificação tratada em sede de

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>Verificações ao Local, não nos parece que este seja o momento para pedir estes documentos, nem sequer de os analisar e validar. Sugerimos, portanto, que esta solicitação seja invalidada nesta fase, passando a ser, tal como referem os Manuais de Normas, na fase de verificações ao local, ou de auditorias externas.</p> <p>4- Simplificação de Pedidos de Reprogramação. Os Pedidos de Reprogramação, sobretudo de natureza temporal e física, deveriam ser analisados e aprovados pelos Organismos Intermédios, sempre que não impliquem alterações ao TA, e não a todos as Comissões Diretivas do PO NORTE.</p> <p>5- Permitir justificação de alteração de investimento em sede de Pedido de pagamento, quando for a mesma componente e não se alterem objetivos globais da operação.</p> <p>6- Dificuldade em despachar processos (candidaturas e reprogramações) devido à imposição de pareceres de entidades externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aviso Eficiência Energética (DGE); - Aviso Equipamentos Sociais (Segurança Social); <p>7- Mapeamentos e Plano de Investimentos do PDCT. A alteração aos mapeamentos são atualmente uma fonte de grande atraso e burocracia na execução das operações. Estes mapeamentos, que inicialmente estavam previstos apenas para determinadas PIs, atualmente surgem com uma configuração completamente minuciosa da designação do projeto e valor de Fundo, para todas as PIS. O que acontece atualmente é que, quando algum projeto mapeado altera o valor do Fundo previsto no mapeamento, por força da análise da operação, essa alteração tem de ser solicitada e submetida para aprovação em Comissão Diretiva do NORTE 2020. Estes processos são longos e complexos, e não contribuem para comprometimento e aprovação das operações, nem para o aumento de execução do PO.</p>

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizadas várias alterações ao PDCT ao nível dos investimentos previstos e das dotações financeiras por PI, a última no final de 2021, que resultaram de solicitações dos beneficiários e dos exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais, principalmente do PO Norte. As alterações efetuadas permitiram ajustamentos face às perspetivas de execução e assim melhorar o desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	<p>As revisões e ajustamentos ao PDCT acompanharam os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais.</p> <p>As principais alterações, foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Reforço da equipa técnica; - Maior acompanhamento às entidades beneficiárias. <p>As alterações que resultaram das revisões do PDCT, permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro.</p> <p>Não foi fornecida informação sobre o quadro atual dos indicadores e respetivas metas, desconhecendo-se se foram alterados, na sequência das reprogramações ao nível dos investimentos previstos e das dotações financeiras por PI.</p>

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foi assegurada a divulgação e esclarecimento sobre estes instrumentos através de um conjunto alargado de sessões, produtos de comunicação e outros instrumentos previstos na estratégia de comunicação. Não foi realizado um processo de auscultação sobre o conhecimento da população sobre estes instrumentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Tipo de ações de divulgação, número de ações realizadas e número de participantes: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/encontros com parceiros promovidos – 21. Participantes: 20. - Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento – 20. Participantes: 100. - Reuniões, seminários, workshops públicos – 30. Participantes: 100. - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site) – 1. Participantes: 6.790. - Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...) – 2. Participantes: 5.000. - Grupos de trabalho temáticos – 50. Participantes: 60. - Visitas a projetos de investimento, ...- 10. Participantes: 10. - Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais – 6. Participantes: NR. - Participação em projetos de cooperação – 1. Participantes: 20.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não foi realizado um processo de auscultação junto da população.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

Grau de adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas e acima referidas, junto dos potenciais beneficiários e da população (escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão):

- O grau médio de adesão aos vários instrumentos e iniciativas, foi 4,4 (numa escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão).
- Grau de adesão 6 - Reuniões/encontros com parceiros promovidos, das Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento e das Reuniões, seminários, workshops públicos.
- Grau de adesão 4 - Grupos de trabalho temáticos; Visitas a projetos de investimento, ...; Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais; e Participação em projetos de cooperação.
- Grau de adesão 3 - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site) e Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...).

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM, na resposta ao Inquérito às CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Partilha de conhecimentos; - Modelo de funcionamento da CIM.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

Não foi disponibilizada a informação relativa à M04 do PDR sobre as candidaturas apresentadas e sobre a execução física e financeira.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 830 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas nas PI 8.3 e 8.8 (SI2E e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local), que correspondem a 73,9% do número total de candidaturas apresentadas, mas representam apenas 48,5% do custo total apresentado.

À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou, de forma generalizada, a programação contratualizada de acordo com a última alteração em 2021, principalmente nas PI 2.3 e 9.7. No caso da PI 8.8, sem lista prévia de operações, o número de candidaturas rececionadas e o reforço da dotação financeira face ao inicialmente contratualizado em 2015, indicam também uma procura superior ao expectável.

No entanto, o número de candidaturas aprovadas, em execução ou concluídas, é inferior ao número de operações previstas de acordo com a última reprogramação em 2021, principalmente nas PI 2.3 e 4.3.

Destacam-se a elevada taxa global de reprovação (53,2%), devido principalmente à taxa de reprovação na PI 8.8 (80,8%) mas também nas PI 8.3 e 2.3, e a elevada taxa de desistência na PI 4.3, pelas dificuldades de operacionalização já referidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 830 candidaturas com um custo de 175.526.482,43 euros. O número de candidaturas rececionadas ultrapassou o previsto em todas as PI com listas previamente definidas. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	A taxa de admissibilidade é de 66,6%, sendo que as PI 2.3 e 8.8 apresentam a situação mais desfavorável. A taxa de aprovação global é muito baixa - 33,2%, explicada principalmente pelas elevadas taxas de reprovação nas PI 8.8 (80,8%), 8.3 (48,7%) e 2.3 (42,9%). A taxa global de desistência é de 5,3%, e ocorre principalmente na PI 4.3, o que é explicado pela complexidade das operações e dificuldades de operacionalização, e na PI 2.3. Cf. tabela abaixo - Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM: - Falta de dotação financeira disponível: PI 8.3 e 8.8 - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: PI 8.3 e 8.8 - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 8.3 e 8.8 - Falta de documentos necessários à instrução da candidatura: PI 8.3 e 8.8 - Critérios de seleção das operações: PI 8.3 e 8.8

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:
Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (reprogramação 2021)	Candidaturas rececionadas Nº e Custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	21	39	4,7	6.551.812,06	3,7
4.3	22	28	3,4	10.726.891,15	6,1
5.1	1	1	0,1	162.360,00	0,1
5.2	2	3	0,4	588.235,28	0,3
6.1	1	1	0,1	342.100,00	0,2
8.3		193	23,3	4.449.183,43	2,5
8.8		420	50,6	80.817.531,45	46,0
9.1	8	10	1,2	8.963.556,79	5,1
9.7	37	58	7,0	23.027.654,00	13,1
10.1	20	24	2,9	6.051.469,98	3,4
10.5	50	53	6,4	33.845.688,29	19,3
Total	162	830	100,0	175.526.482,43	100,0

Fontes: PDCT Cávado – Quadro de investimentos atualizado após a última reprogramação, no final de 2021 (informação fornecida pela CIM); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não são identificadas operações previstas.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento											
	2.3	4.3	5.1	5.2	6.1	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	13	7	1	2	1	39	33	10	34	19	49	208
2.Não admitida	12						106		5		1	124
3.Não aprovada				1		93	104		11			209
4.Anulada						52						52
5.Desistida /rescindida/revogada	3	2				7	17			2	2	33
6.Submetida/admitida	11	19				2	160		8	3	1	204
7. Total Geral	39	28	1	3	1	193	420	10	58	24	53	830
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	46,4	77,8	100,0	100,0	100,0	69,1	52,7	100,0	90,0	90,5	94,2	66,6
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	46,4	77,8	100,0	66,7	100,0	20,4	12,7	100,0	68,0	90,5	94,2	33,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	42,9	0,0	0,0	33,3	0,0	48,7	80,8	0,0	32,0	0,0	1,9	53,2
Taxa de desistência (5)/(7-6)	10,7	22,2	0,0	0,0	0,0	3,7	6,5	0,0	0,0	9,5	3,8	5,3

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações inicialmente contratualizadas aquando da assinatura do PDCT por PI, têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas por PI às perspetivas de execução pelos beneficiários. No entanto, as taxas de compromisso por PI apresentam diferenças assinaláveis. À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 78,5%, sendo que a PI 9.1 apresenta a taxa de compromisso mais elevada, ligeiramente superior a 100%, e as PI 8.3 e 8.8 apresentam as taxas de compromisso mais baixas.

Apenas 2 operações se encontram concluídas, as únicas operações previstas nas PI 5.1 – combate às alterações climáticas e 6.1 – resíduos. As PI com a situação mais desfavorável no que respeita à execução e realização financeiras, são a PI 4.3, sem execução, a PI 8.3 e a PI 9.7.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>Níveis de compromisso: À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 78,5%. A PI 9.1 apresenta a taxa de compromisso mais elevada, ligeiramente superior a 100%, com um número de candidaturas aprovadas (10) superior ao previsto no quadro de investimentos atualizado à data da última reprogramação (8). As PI 8.3 e 8.8 apresentam as taxas de compromisso mais baixas, sendo que, no caso da PI 8.8, se encontram submetidas a aguardar decisão de aprovação 160 candidaturas, deixando antever o crescimento da taxa de compromisso.</p> <p>Níveis de execução e de realização financeira: Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se nos 49% e 62,4%, respetivamente. Apenas 2 operações se encontram concluídas, as únicas operações previstas nas PI 5.1 – combate às alterações climáticas e 6.1 – resíduos, sendo que no primeiro caso, a taxa de execução ficará muito abaixo do previsto. As seguintes PI apresentam a situação mais desfavorável: - PI 4.3, sem execução financeira, apesar da taxa de compromisso de 57%, devido às dificuldades de operacionalização e morosidade do processo, em particular a relação com a DGEG e a metodologia de cálculo das poupanças de energia, principalmente no caso dos edifícios públicos. - PI 8.3, em que os valores dos pedidos de pagamento são muito baixos e os beneficiários têm dificuldade em executar a componente FSE. - PI 9.7, em grande parte devido ao desconhecimento que muito dos beneficiários (IPSS) têm relativamente aos procedimentos de contratação pública e aos problemas que surgem com os pedidos de pagamento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	2.485.522,4	13	1.986.184,0	1.679.587,4	79,9	67,6	84,6
4.3	4.318.063,3	7	2.463.900,8	0,0	57,1	0,0	0,0
5.1	212.500,0	1	117.314,1	117.314,1	55,2	55,2	100,0
5.2	627.500,0	2	377.595,1	376.564,4	60,2	60,0	99,7
6.1	297.500,0	1	285.129,2	285.129,2	95,8	95,8	100,0
8.3	1.397.218,0	39	480.025,4	14.053,3	34,4	1,0	2,9
8.8	6.004.821,0	33	2.732.838,8	1.786.643,3	45,5	29,8	65,4
9.1	7.387.674,0	10	7.613.887,3	5.484.079,3	103,1	74,2	72,0
9.7	6.050.943,0	34	5.273.215,7	467.984,0	87,1	7,7	8,9
10.1	4.061.560,3	19	3.493.093,3	1.988.180,8	86,0	49,0	56,9
10.5	21.242.121,9	49	18.323.132,6	14.739.278,6	86,3	69,4	80,4
M04 PDR	880.175,0	s.d	s.d	s.d	s.d	s.d	s.d
Total	54.965.599,0	208	43.146.316,2	26.938.814,3	78,5	49,0	62,4

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. PDCT Cávado – dotação por PI, de acordo com a última reprogramação, no final de 2021 (informação fornecida pela CIM do Cávado).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No PDCT contratualizado (versão de 2021), estão previstas 162 operações nas PI com listas prévias de operações indicativas, que representam uma dotação/Fundo de 46.683.385 €.</p> <p>À data desta Avaliação, o total de operações do PDCT aprovadas no caso das PI com listas prévias de operações indicativas foi 136 sendo que a dotação/fundo aprovado corresponde a 39.933.451,95 €.</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>Excluem-se desta análise comparativa, as candidaturas das PI 8.3, 8.8 sem listas prévias indicativas e da M04 do PDR, sendo que, neste caso, por ausência de dados sobre o número de operações do PDCT (candidaturas aprovadas).</p> <p>A procura (número de candidaturas aprovadas), à data desta avaliação, correspondeu ou foi superior ao nº de operações previstas na versão de 2021 do PDCT contratualizado nas seguintes PI: 5.1, 5.2, 6.1 e 9.1. Foi inferior ao previsto nas seguintes PI: 9.7, 10.1, 10.5 e, principalmente, nas PI 4.3 e 2.3. (Cf. resposta à SQ 23 – Informação de detalhe – indicadores 79 e 80).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM: Contexto socioeconómico: PI 5.1; 5.2; 6.1; 9.4; e 9.7. Condições de elegibilidade das operações: PI 4.3; 8.3; 8.8; 10.5 e M04 do PDR. Tipo de despesas elegíveis: 2.3; 4.3; 8.3; 8.8; 9.1 e 10.1. Na entrevista foram também referidas as seguintes dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 2.3: Tiveram dificuldades com a celebração de acordos para a criação de espaços Cidadão. Não tiveram parecer positivo da AMA para as obras de remodelação dos Espaços Cidadão nas Juntas de Freguesia. - IPSS beneficiária da PI 9.7, com reduzido conhecimento das regras de contratação pública geraram dificuldades com os pedidos de pagamento e atrasos na execução e na realização financeira. - Fragmentação dos projetos na PI 8.3; - Elevado número de candidaturas nas PI 8.3 e 8.8 e dotação insuficiente no caso da PI 8.8. na contratualização inicial. A dotação foi posteriormente reforçada, tendo sofrido um acréscimo de cerca de 200%. - Complexidade dos Avisos e dificuldades na operacionalização, na PI 4.3. - Alguns investimentos feitos por alguns municípios no âmbito da PI 10.1, na aquisição de computadores para a telescola para fazer face à situação pandémica, não foram aprovados devido a uma Aviso do Governo que limitou a elegibilidade dos investimentos no que respeita à características dos computadores. Aguardam novo Aviso. - Excesso de burocracia, em geral.
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes Tipologias de intervenção (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <ul style="list-style-type: none"> PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI/TI 5.1 – Adaptação às alterações climáticas; PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos; PI/TI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis (Contratos emprego-inserção e Cultura para Todos). PI/TI 10.1 - Redução do abandono escolar.
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, as operações intermunicipais aprovadas, encontram-se muito próximo do previsto na contratualização de acordo com a reprogramação de 2021, quer em número quer em termos de fundo aprovado.</p> <p>Todas as operações previstas foram já aprovadas exceto 1 operação na PI 10.1.</p> <p>O total de operações aprovadas é superior ao número de operações previstas porque uma das operações previstas da PI 9.1 deu lugar a 3 operações aprovadas.</p> <p>O Fundo aprovado neste tipo de operações corresponde a 94,2% do Fundo contratualizado previsto para este tipo de operações, o que traduz uma levada taxa de compromisso.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

As operações intermunicipais representam 17,3% do Fundo aprovado em vigor.

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor, por PI

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
	€	€	%

2.3	1.986.184,0	97.106,55	4,9
4.3	2.463.900,8		0,0
5.1	117.314,1	117.314,05	100,0
5.2	377.595,1	285.900,33	75,7
6.1	285.129,2	285.129,19	100,0
8.3	480.025,4		0,0
8.8	2.732.838,8		0,0
9.1	7.613.887,3	6.421.582,43	84,3
9.7	5.273.215,7		0,0
10.1	3.493.093,3	266.577,84	7,6
10.5	18.323.132,6		0,0
Total	43.146.316,2	7.473.610,39	17,3

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização

PI	Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (2021)		Operações intermunicipais aprovadas		Fundo aprovado / Fundo previstos na contratualização %
	Nº	Fundo contratualizado €	Nº	Fundo aprovado em vigor €	
2.3	1	97.107,00	1	97.106,55	100,0
5.1	1	212.500,00	1	117.314,05	55,2
5.2	1	127.500,0	1	285.900,33	224,2
6.1	1	297.500,0	1	285.129,19	95,8
9.1	2	6.421.582,4	4	6.421.582,43	100,0
10.1	4	776.539,8	3	266.577,84	34,3
Total	10	7.932.729,3	11	7.473.610,39	94,2

Fontes: PDCT Cávado – Quadro de investimentos de acordo com a última reprogramação, no final de 2021 (informação fornecida pela CIM do Cávado). Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

As operações intermunicipais previstas na última versão do PDCT contratualizado (2021) são maioritariamente promovidas pela CIM Cávado. Apenas 1 operação, prevista na PI 9.1 (que deu lugar a 3 operações aprovadas) é promovida pelo IEFPP I.P. Esta operação – Contratos emprego-inserção, representa a quase totalidade da dotação prevista e aprovada na PI 9.1 para operações intermunicipais (97,1%).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM Cávado e Municípios</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção das TIC na administração e serviços públicos – 3 operações promovidas por Empresas Municipais e 1 Junta de freguesia. - Contratos emprego-inserção (PI 9.1) – 3 operações promovidas pelo IEFPP, I.P. - Equipamentos sociais (PI 9.7) – todas as operações são promovidas por atores do setor social – IPSS ou outros. <p>Sem informação sobre as operações da M04 do PDR.</p> <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado (após reprogramação de 2021- quadro de investimentos atualizado):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção das TIC na administração e serviços públicos (PI 2.3) – 3 operações promovidas por Empresas Municipais Bragahabit, Esposende 2000 e Theatro Circo; 8 operações promovidas por freguesias. - Eficiência energética nas infraestruturas públicas (PI 4.3) – 6 operações promovidas por Freguesias. - Contratos emprego-inserção (PI 9.1) – 1 operação promovida pelo IEFPP, I.P. - Cultura para todos (PI 9.1) – 2 operações promovidas por uma parceria que envolve entidades dos setores social e cultural - Equipamentos sociais (PI 9.7) – todas as operações previstas (37) são promovidas por entidades do setor social. - Regadios tradicionais (M04 do PDR). Operações promovidas por Juntas de Agricultores (sem informação sobre o número de operações previstas após a última reprogramação, em 2021). <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado em 2015:</u></p>

	<p>- Eficiência energética nas infraestruturas públicas (PI 4.3) - 1 operação promovida pela Agência de Energia do Cávado (projeto de iluminação pública nos 6 concelhos da NUT III). Na contratualização, o promotor passou a ser a CIM.</p> <p>- Contratos emprego-inserção (PI 9.1) – 2 operações promovidas pelo IEF, I.P. e pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social</p> <p>- Apoio ao empreendedorismo (PI 8.3 e PI 8.8) – 5 operações promovidas pelo IEF, I.P., Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e Instituto Português do Desporto e Juventude I.P..</p> <p>- Regadios tradicionais (M04 do PDR): 12 operações promovidas por Juntas de agricultores.</p> <p><u>Operações previstas na candidatura:</u></p> <p>- Inclusão social de grupos vulneráveis (PI 9.1) – 1 operação promovida pela EM Bragahabit;</p> <p>- Eficiência energética nas infraestruturas públicas (PI 4.3) - 2 operações promovidas pela Agência de Energia do Cávado (projeto de iluminação pública nos 6 concelhos da NUT III) e +pela EM Bragahabit.</p> <p>- Combate ao abandono escolar (PI 10.1) – 1 operação promovida pela EM Theatro Circo.</p> <p>A CIM referiu que gostaria de ter integrado outras entidades do 3º setor, tão importante na região Norte.</p>
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	<p>À data de 30 de setembro de 2021, de acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, a situação era a seguinte:</p> <p>- Estavam encerradas/concluídas apenas 2 operações: a Estratégia Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas para o Cávado com enquadramento nas PI 5.2. e a Campanha de sensibilização intermunicipal para a recolha seletiva e compostagem doméstica na Região do Cávado, com enquadramento na PI 6.1.</p> <p>- Ambas foram encerradas dentro da data prevista de conclusão indicada.</p>
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	<p>Os tempos entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão, nas 2 operações concluídas, foram os seguintes:</p> <p>PI 5.2 - 1135 dias (aprox. 3,2 anos);</p> <p>PI 6.1 - 928 dias (aprox. 2,6 anos).</p>
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<p>Os motivos indicados pela CIM, no inquérito às CIM são os seguintes e aplicam-se às PI 8.3 e 8.8:</p> <p>- Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados- 8.3 e 8.8;</p> <p>- Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura -- 8.3 e 8.8;</p> <p>- Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças) 8.3 e 8.8;</p> <p>- Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ... - 8.3 e 8.8.</p> <p>Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...) - 8.3 e 8.8;</p> <p>- Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso - 8.3 e 8.8.</p>

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM:</p> <p>- Fundos próprios;</p> <p>- BEI.</p>

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estavam concluídas apenas 2 operações. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

No entanto, a CIM considera que nos casos das PI 9.4, 9.7 e M04 PDR, será pouco provável o cumprimento das metas e que, no caso das PI 4.3, 8.3 e 8.8, será muito pouco provável.

As principais causas apontadas pela CIM para os desvios detetados são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI e as dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas, à data desta Avaliação.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021 apenas 2 operações com enquadramento nas PI 5.1 e 6.1. estavam concluídas, desconhecendo-se o seu contributo para as metas definidas. Apenas no caso da meta do indicador de realização da PI 5.1 – Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados os revistos, é possível afirmar que a meta para 2018 e 2023 foi cumprida.</p> <p>Nos restantes casos, não está disponível informação sobre o cumprimento das metas definidas.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM Cávado referiu o seguinte na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito provável (6): PI 2.3 e 10.5. - Provável (5): 5.1; 5.2; 6.1; 9.1 e 10.1. - Pouco provável (3): PI 9.4; 9.7 e M04 PDR. - Muito pouco provável (2): PI 4.3; 8.3 e 8.8.
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2015) têm metas definidas para 2023 e para 2018.</p> <p>No caso da CIM Cávado, não foi disponibilizado o quadro de indicadores e metas após as reprogramações, desconhecendo-se se estes foram atualizados.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da contratualização (2015) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constavam da contratualização:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos. AVISO Nº NORTE-50-2016-12</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos municípios/ cidadãos ou empresas (Nº). - Indicadores de resultado: Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses; Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses; Aumento do número de acessos ao “site” da entidade intervencionada. <p>PI 4.3 – AVISO NORTE-03-2017-42</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública. Estão previstos investimentos na eficiência energética nas infraestruturas de iluminação pública e estão submetidas candidaturas a aguardar decisão nesta tipologia. <p>PI 9.1 – Cultura para todos AVISO NORTE-30-2019-34</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Instituições envolvidas em iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura (Nº). - Indicador de resultado: Grau de satisfação das entidades envolvidas (1 a 5). <p>PI 9.7 – Equipamentos Sociais AVISO NORTE-42-2019-48</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: População abrangida por equipamentos sociais melhorados. <p>PI 10.1 PIICIE Aviso NORTE 66-2016-29</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas. - Indicador de resultado: Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos - Indicador de resultado: Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos. - Indicador de resultado: Operações do Plano implementadas. <p>PI 10.1 CRII – Transição Digital da Educação. AVISO NORTE-D4-2020-79</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização - Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados no âmbito da operação

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>- Indicador de resultado: Número médio de alunos por computador a atingir no final da operação.</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário). AVISO Nº NORTE-73-2019-35</p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de equipamentos de ensino intervencionados; - Número de novas salas de aula; - Número de salas de aula requalificadas <p>Indicadores de resultado:</p> <p>Número de alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Variação do Número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção) - Alunos integrados em regime letivo normal (rede pública). <p>PI 10.5 – Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares. AVISO Nº NORTE- NORTE-73-2020-24</p> <p>Indicador de realização: Área abrangida pela operação de remoção do amianto nos equipamentos de ensino – m2;</p> <p>Indicador de resultado: Indicador de resultado: Alunos beneficiados pelas operações de remoção do amianto nos equipamentos de ensino – nº</p>

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contributo, embora variável, para todos os Eixos e Objetivos do PDCT. Este contributo, nem sempre é equivalente ao esperado/contratualizado devido a problemas observados ao nível da operacionalização das PI já referidas, dificuldades dos promotores e consequentes alterações ao nível dos projetos e das dotações inicialmente contratualizadas.

Destacam-se os contributos esperados mais elevados para a Educação, principalmente para a qualificação e adaptação das infraestruturas escolares onde se verifica o maior investimento, mas também para o combate ao abandono escolar, para a qualificação da rede de equipamentos e infraestruturas sociais, para a inclusão ativa de grupos vulneráveis através da promoção da empregabilidade de desempregados subsidiados, para o desenvolvimento empresarial (micro empreendedorismo) e também para a modernização administrativa.

Os contributos deverão ser inferiores ao esperado, no que respeita à promoção da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, à promoção do emprego e também da inclusão social, devido à eliminação de projetos intermunicipais relevantes neste domínio, nomeadamente de promoção do envelhecimento ativo e do voluntariado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT</p> <p>(análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>Os contributos esperados mais significativos face ao previsto/contratualizado, serão nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação, principalmente no que respeita à qualificação e adaptação das instalações escolares, onde se verifica o maior investimento apoiado no âmbito do PDCT, mas também ao nível do combate ao insucesso e abandono escolar; - Qualificação da rede de equipamentos e infraestruturas sociais, tendo em conta os investimentos aprovados, embora existam riscos ao nível da execução devido às dificuldades dos promotores sinalizadas. - Inclusão ativa de grupos vulneráveis, principalmente através da promoção da empregabilidade de desempregados subsidiados; - Desenvolvimento empresarial; - Modernização administrativa. <p>O contributo do PDCT será inferior ao esperado/previsão no PDCT contratualizado (versão 2021), nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da eficiência energética nas infraestruturas, devido principalmente às dificuldades de operacionalização da PI 4.3. Alguns municípios reprogramaram os seus investimentos e outros deverão ainda fazê-lo.

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão social e ativa, devido à não operacionalização da PI 9.4. e consequente eliminação e projetos de promoção do envelhecimento ativo e também devido à eliminação e outros projetos por exemplo de promoção do voluntariado. - Criação de emprego, devido ao desempenho pouco satisfatório principalmente na PI 8.3. - Modernização administrativa nomeadamente no que à remodelação dos Espaços Cidadão. <p>O contributo esperado para o Eixo Valorização do território e do ambiente e para a maior parte dos seus objetivos, deverá aproximar-se bastante do previsto na contratualização de acordo com a versão mais recente do PDCT (2021).</p> <p>Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os seus Eixos e Objetivos.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

Eixos e Objetivos do PDCT	PI /Medidas mobilizadas	Contributo das operações
Eixo 1 – Eficiência energética Objetivos específicos: - Apoiar a eficiência energética nas infraestruturas públicas	PI 4.3	<p>O contributo para a eficiência energética, deverá ser inferior ao esperado e focado principalmente na melhoria da eficiência energética nos edifícios/equipamentos públicos, uma vez que, entre as candidaturas aprovadas (7) e a aguardar decisão (19), apenas 4 incidem em infraestruturas de iluminação pública. A maior parte incide em edifícios/equipamentos públicos.</p> <p>A dotação para a promoção da eficiência energética teve uma redução da ordem dos 53% face ao inicialmente contratualizado, o que revela a redução das expectativas relativamente à capacidade de execução dos investimentos inicialmente previstos. O número de candidaturas aprovadas é bastante inferior ao previsto, a taxa de compromisso é 57% e a taxa de execução é 0,0%, o que é explicado pelas dificuldades de operacionalização por parte dos beneficiários, já referidas. Contudo, face ao número de candidaturas a aguardar decisão, os resultados poderão aproximar-se mais do previsto.</p>
Eixo 2 – valorização do território e do ambiente Objetivos específicos: - Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas; - Reforçar a gestão dos riscos, capacitando as instituições envolvidas; - Promover a educação e sensibilização ambiental no domínio dos RSU; - Melhorar as infraestruturas coletivas para a agricultura.	PI 5.1 PI 5.2 PI 6.1 M04 PDR	<p>O contributo das operações do PDCT para este Eixo e para a maior parte dos objetivos, deverá ser equivalente ao previsto na contratualização de acordo com a versão mais recente do PDCT (2021). No entanto, importa ter presente que este Eixo é o que conta com a dotação mais baixa do PDCT - 3,6%.</p> <p>Os principais resultados esperados situam-se ao nível da capacidade de planeamento e produção de conhecimento em adaptação às alterações climáticas, da gestão de riscos, da melhoria da rede de defesa da floresta contra incêndios e da sensibilização da população para a redução e valorização de RSU.</p> <p>À data de referência desta avaliação, as 4 operações previstas com contributo esperado para a adaptação às alterações climáticas, para reforçar a gestão de riscos e para a sensibilização ambiental no domínio dos RSU, encontram-se aprovadas, sendo que 2 já estão concluídas. A CIM manifestou-se de forma otimista relativamente ao atingimento das metas nas PI 5.1, 5.2 e 6.1.</p> <p>Desconhece-se o nível do contributo esperado para a melhoria das infraestruturas coletivas para agricultura, uma vez que não estão disponíveis dados sobre os investimentos previstos em regadios tradicionais: as operações previstas à data da última alteração do PDCT (2021), as candidaturas apresentadas e aprovadas e a respetiva execução. A CIM considera pouco provável o atingimento das metas definidas para a Medida 04 do PDR onde se enquadram estas operações.</p>
Eixo 3 – Emprego Objetivos específicos: - Apoiar a criação de emprego por conta própria e a criação de empresas; - Desenvolver uma rede de viveiros de empresas.	PI 8.8 PI 8.3	<p>O contributo das operações do PDCT para este Eixo, deverá ser inferior ao esperado no que respeita à criação de emprego tendo em conta o menor desempenho na PI 8.3, a dificuldade dos beneficiários em executar a componente FSE e a redução, na ordem dos 78%, da dotação inicialmente contratualizada nesta PI.</p> <p>Destaca-se também a ausência do contributo esperado para o desenvolvimento da rede de viveiros, face à ausência de candidaturas aprovadas ou a aguardar decisão com incidência neste tipo de operações.</p> <p>O contributo do PDCT através da mobilização destas PI deverá verificar-se principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial (micro empreendedorismo: criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas) devido ao melhor desempenho na PI 8.8 tendo em conta o número de candidaturas aprovadas e, principalmente, de candidaturas ao PAPN a</p>

Eixos e Objetivos do PDCT	PI /Medidas mobilizadas	Contributo das operações
		<p>aguardar decisão (160), bem como o reforço bastante significativo da dotação desta PI face ao inicialmente contratualizado em 2015.</p> <p>Os resultados esperados no caso das operações apoiadas no âmbito do PAPN, deverão sentir-se principalmente nas indústrias extrativas (CAE 05 a 09) e nas Indústrias Transformadoras (CAE 10 a 33), devido à orientação do investimento em sede de Aviso, para estas CAE.</p>
<p>Eixo 4 – Inclusão Social</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; - Apoiar medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco; - Promover o desenvolvimento de competências socioprofissionais, pessoais, sociais e básicas de grupos vulneráveis; - Potenciar parcerias de caráter inovador para intervenção social; - Qualificar e adequar a rede de equipamentos e infraestruturas sociais; - Melhorar o acesso a serviços sustentáveis e de qualidade. 	<p>PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7</p>	<p>É esperado um contributo elevado para este Eixo, designadamente no que respeita à qualificação e adequação da rede de equipamentos e infraestruturas sociais, tendo em conta o número de candidaturas aprovadas (34) face ao previsto (37), a taxa de compromisso de 87% sendo que 8 candidaturas aguardam decisão de aprovação, e o reforço da dotação da PI 9.7 (173,7%) face ao inicialmente contratualizado. Contudo, a taxa de execução é muito baixa, devido a dificuldades de execução dos promotores, havendo o risco de execução inferior ao esperado. A CIM considera neste momento, pouco provável o atingimento das metas definidas para esta PI.</p> <p>Destaca-se também o contributo esperado para a inclusão ativa de grupos vulneráveis, principalmente para a promoção da empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências sócio -profissionais, como resultado dos contratos Emprego-Inserção de desempregados subsidiados, cuja implementação está a cargo do IEPF I.P. A taxa de compromisso da PI 9.1 cuja dotação está maioritariamente afeta a esta medida, situa-se nos 103% e a taxa de execução nos 74%. As operações previstas e aprovadas relativas à promoção a cultura para todos têm um peso relativamente reduzido. A CIM considera provável o atingimento das metas definidas para a PI 9.1.</p> <p>O contributo do PDCT para este Eixo, será inferior ao esperado, desde logo, pela não operacionalização da PI 9.4, que inviabilizou a concretização de operações intermunicipais para a promoção do envelhecimento ativo e pela eliminação de projetos como a Bolsa de voluntariado e a Bolsa especializada no Cávado.</p> <p>A PI 9.1 teve uma redução de 13% face ao inicialmente contratualizado.</p>
<p>Eixo 5 – Educação e acesso ao ensino</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o sucesso educativo; - Reduzir e prevenir o abandono escolar; - Promover a igualdade no acesso ao ensino; - Complementar a rede de equipamentos e educação pré-escolar e ensino básico. 	<p>PI 10.1 PI 10.5</p>	<p>O Contributo esperado das operações apoiadas para a educação deverá ser elevado. A dotação alocada às PI 10.5 e 10.1, representa atualmente 46% da dotação do PDCT, sendo a taxa de compromisso de 86% nos 2 casos.</p> <p>Os principais resultados esperados deverão verificar-se ao nível da requalificação (incluindo a remoção de fibrocimento), adaptação e ampliação das infraestruturas escolares do ensino pré-escolar e básico, mas também do ensino secundário, devido ao elevado número de candidaturas aprovadas com enquadramento na PI 10.5 (49), e ao reforço da dotação desta PI, na ordem dos 66,6%, face ao inicialmente contratualizado.</p> <p>O contributo para reduzir e prevenir o abandono escolar e promover o sucesso educativo, será também significativo. O número de candidaturas aprovadas e a aguardar decisão é superior ao número de operações previstas e averba foi reforçada em 13% face ao inicialmente contratualizado.</p> <p>A CIM considera muito provável o atingimento das metas definidas para a PI 10.5 e provável, no caso das metas definidas para a PI 10.1.</p> <p>Os contributos do PDCT ao nível da transição digital nas escolas, são ainda incertos, uma vez que os municípios aguardam decisão sobre o lançamento de novo Aviso para aprovação dos investimentos feitos na aquisição de computadores para fazer face à situação pandémica.</p>
<p>Eixo 6 – Modernização da Administração local</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais; - Melhorar a eficiência interna da administração pública. 	<p>PI 2.3</p>	<p>O contributo do PDCT para este Eixo e Objetivos será significativo e próximo do esperado. Contudo, importa referir que a remodelação dos Espaços Cidadão nas Juntas de Freguesia não teve parecer positivo da AMA, de acordo com informação fornecida pela CIM na entrevista.</p> <p>Encontram-se aprovadas 13 candidaturas, número inferior às operações previstas na PI 2.3, na versão atual do PDCT (21). A dotação desta PI foi reforçada em 29% face à contratualização inicial, situando-se a taxa de compromisso nos 67,6%. Entre as 11 candidaturas a aguardar decisão, encontram-se candidaturas relativas aos Espaços Cidadão.</p> <p>Ainda assim, a CIM considera muito provável o atingimento das metas definidas para esta PI.</p>

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a posteriori com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Tâmega Sousa



CIM DO TÂMEGA SOUSA - Comunidade Intermunicipal do Tâmega Sousa

Região: Norte **NUT III:** Tâmega Sousa

Municípios: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Resende

População total: 408 878 habitantes (censos 2021 dados provisórios)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e DLBC, asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

Os Objetivos do PDCT da CIM do Tâmega Sousa, encontram-se alinhados com as Prioridades Estratégicas da EIDT Tâmega Sousa 2020, reconhecida para o território abrangido por este instrumento. Os investimentos previstos no PDCT contribuem para a concretização da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis³, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos objetivos específicos da EIDT. Parte destes objetivos serão concretizados através de investimentos a realizar no âmbito de outros instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1a: As Medidas e operações previstas no PDCT tinham um contributo esperado para a concretização da EIDT	Todas
Indicador 1b: Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT	Os Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência/não são concretizados através do PDCT: <ul style="list-style-type: none"> – DEI 4 – Turismo – DEI 5 – Mobilidade Referido no PDCT da CIM T&S apenas por não se enquadrarem nas prioridades de investimento definidas para os Pactos.

³ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N° 03/2015 modificado em 21-04-2015.

	<p>Medidas da EIDT que não encontram correspondência / não são concretizadas através do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 2.2. Serviços ambientais – 2.4. Valorização e recuperação de espaços naturais – 3.5. Valorização da economia agroflorestal – 4.1. Promoção potencial turístico – 4.2. Estruturação da oferta e valorização do património natural e cultural – 4.3. Formação e capacitação dos agentes turísticos – 5.1. Coordenação e dinamização estratégica da mobilidade – 5.2. Infraestruturas da mobilidade intra e intermunicipal do Tâmega e Sousa –
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Cobertura parcial</p> <p>Os Objetivos Estratégicos da EIDT são parcialmente cobertos / abrangidos pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 2 <p>As Medidas da EIDT são parcialmente cobertas / abrangidas pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Medidas da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 8

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Matriz de Coerência / Contributo do PDCT contratualizado para a EIDT do Tâmega Sousa

DOMINIOS ESTRATÉGICOS INTERVENÇÃO (DEI) EIDT	Medidas PDCT e PI mobilizadas
DEI1. Modernizar e reorganizar a governação do território	PI 2.3
DEI2. Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais	PI4.3 PI 5.1 PI 5.2
DEI3. Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa	PI 3.4
DEI4. Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta	
DEI5. Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade do Tâmega e Sousa	
DEI6. Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	PI 8.3 PI 8.8 PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5

Fontes: 2014, PEDI Tâmega e Sousa; 2015, PDCT – CIM Tâmega e Sousa

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 3 E 4:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3 a. Alinhamento das medidas e resultados previstos nos PDCT (Os resultados considerados dão expressão às medidas?).	As Medidas apresentadas no PDCT encontram-se alinhadas com os resultados previstos. Todos os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT estão quantificados.
Indicador 3b. Adequação das PI Adequação das prioridades e domínios de intervenção mobilizáveis pelos PDCT	A CIM Tâmega e Sousa considerou que em grande medida as prioridades mobilizadas pelo PDCT foram muito adequadas, nomeadamente: - As PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.3, 9.7, 10.1 e 10.5 que classificou como 6 (escala de 1-6); - As PI 6.1, 9.1 e 9.4 que classificou como 5 (escala de 1-6) - A PI 4 considerou como adequada (4 numa escala de 1-6)
Indicador 4. Cobertura das PI. Prioridades não contempladas no PDCT (não constavam das prioridades pré-definidas constantes do Convite), mas que poderiam ter sido.	Turismo; Mobilidade; Património natural e cultural; Áreas acolhimento empresarial; Equipamentos de Saúde, Reabilitação Urbana; <i>Smart Cities</i> ; Centros de formação para ativos; Descarbonização

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	O peso na alocação da despesa foi sofrendo alterações face à candidatura, contratualizado e PDCT atual, conforme demonstra o quadro seguinte. A CIM optou por não propor intervenções na PI 6.1 e 6.3, logo em fase de candidatura. No âmbito das reprogramações foram realocadas dotações entre PI, sendo que a 9.4 foi canalizada para tipologias com melhor desempenho. A variação do candidato fase ao contratualizado foi de uma redução significativa, tendo as principais reduções sido nas PI 3 e 10.5. Por outro lado, a CIM ao longo da execução sentiu necessidade de reforçar, sobretudo, as PI 9.7, 10.5 e 8.8, tendo em conta o elevado número de propostas submetidas pelos beneficiários.
Indicador 6. Coerência da alocação de verbas por tipologia de operação face às necessidades do território	Na alocação de verbas de acordo com as tipologias de intervenção, segundo a CIM Tâmega Sousa considerou que em todas as PI se verificou um SUBFINANCIAMENTO.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5 E 6:

Segundo a entrevista com a CIM Tâmega Sousa, a atual equipa não esteve na conceção da estratégia, sabendo que a ambição era muito grande, contudo nem sempre as necessidades elencadas na EIDT foram possíveis de integrar nas prioridades elegíveis.

As prioridades para os Pactos foram definidas e as CIM, através das candidaturas, procuraram da melhor forma possível alocar as verbas, contudo, nem sempre corresponde às necessidades regionais. O Pacto não foi definido em função da construção da Estratégia Regional elaborada.

Por outro lado, em 2020 com a reprogramação permitiu-se adequar o PDCT à procura, sendo que algumas PI tiveram reforço (nomeadamente nas escolas era de 9 milhões e passou para 27 milhões). Houve uma reprogramação de algumas PI e foram retiradas verbas de PI com baixa execução, e a flexibilidade na gestão do Pacto (com transferência entre PI) contribuiu para uma melhor adequação, nomeadamente, destacam-se as seguintes alterações:

- O reforço substantivo no empreendedorismo;
- A reprogramação das ações destinadas à população idosa;
- O reforço nas escolas ficou aquém das necessidades dos municípios. Este território era uma mancha negra no território nacional, no que diz respeito ao abandono escolar. No passado, as escolas profissionais não eram abrangidas e esperamos que no futuro esta seja uma questão a ser alterada, para serem também elegíveis. Este é um território onde a indústria tradicional predomina (calçado e mobiliário) por isso as características de uma população que tradicionalmente não teve oportunidade de adquirir competências escolares e ingressou muito cedo no mercado de trabalho não qualificado.

Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

Programa	Fundo	DEI - EIDT	PI / TI mobilizáveis (que constavam no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 – 17-03-2015 modificado em 21-04-2015)	Contratualizada (sim/não)	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual (rep 21/10/2021)		Variação candidato/contratualizado	Variação contratualizado/dotação atual
					€	%	€	%	€	%	%	%
PO NORTE	FEDER	1	OT2/PI 2.3	SIM	5 000 000,00	4,34	3 628 340,94	5,50	6 565 856,00	7,14	-27,43%	80,96%
PDR 2020	FEADER	3	OT 3 Medida 4 (FEADER)	SIM	15 000 000,00	13,01	2 161 550,00	3,27	2 226 762,40	2,42	-85,59%	3,02%
PO NORTE	FEDER	2	OT4/PI 4.3	SIM	5 500 000,00	4,77	9 615 520,98	14,56	9 943 753,00	10,81	74,83%	3,41%
PO SEUR	FC	2	OT5/PI5.1	SIM	190 000,00	0,16	119 000,00	0,18	139 288,00	0,15	-37,37%	17,05%
PO SEUR	FC	2	OT5/PI5.2	SIM	500 000,00	0,43	327 250,00	0,50	385 000,00	0,42	-34,55%	17,65%
			OT6/PI 6.1	NAO								
			OT6/PI 6.3	NAO								
PO NORTE	FSE	6	OT8/PI 8.3.	SIM	15 000 000,00	13,01	10 727 962,24	16,25	685 461,00	0,75	-28,48%	-93,61%
PO NORTE	FEDER	6	OT8/PI 8.8	SIM	4 500 000,00	3,90	3 286 585,46	4,98	9 149 418,00	9,95	-26,96%	178,39%
PO NORTE	FSE	6	OT9/PI 9.1	SIM	16 000 000,00	13,87	12 286 043,09	18,61	12 149 813,00	13,21	-23,21%	-1,11%
POISE	FSE	6	OT9/PI 9.1	SIM	1 687 700,00	1,46	1 773 808,87	2,69				
POISE	FSE	6	OT9/PI 9.4	SIM	2 500 000,00	2,17	1 875 227,89	2,84				
PO NORTE	FEDER	6	OT9/PI 9.7	SIM	5 550 000,00	4,81	4 161 055,68	6,30	13 805 456,00	15,01	-25,03%	231,78%
PO NORTE	FSE	6	OT10/PI10.1	SIM	8 900 000,00	7,72	6 714 516,00	10,17	7 486 857,00	8,14	-24,56%	11,50%
PO NORTE	FEDER	6	OT10/PI10.5	SIM	35 000 000,00	30,35	9 350 000,00	14,16	29 454 855,00	32,02	-73,29%	215,03%
TOTAL					115 327 700,00		66 026 861,15		91 992 519,40			

Fonte: 2014, PEDI Tâmega e Sousa; 2015, PDCT – CIM Tâmega e Sousa

Correspondência entre os indicadores de realização e de resultado e as prioridades dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado: <ul style="list-style-type: none"> – PI/TI com indicadores de realização: todas. – Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. – PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto PI 3.4 – Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Em termos de indicadores, os mesmos não foram ainda revistos pelo que estão bastante desfasados da execução, não foram atualizados em função das reprogramações.
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p> <p>No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT nos investimentos previstos e na alocação de verbas por PI, no sentido do seu maior ajustamento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 7 A 9:

O balanço que a CIM Tâmega Sousa faz relativamente ao cumprimento de indicadores e metas é que os mesmos terão que ser redefinidos em função das reprogramações. A CIM, referiu durante a entrevista, que os indicadores foram, em grande medida, superados face ao previsto.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos com os quais o PDCT se articula	Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas, Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte, Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social, Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE, Mobilidade Urbana Sustentável - MUS, Plano de Ação de Regeneração Urbana - PARU, Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP, Desenvolvimento local de Base comunitária
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado ELEVADO pela CIM (5 numa escala de 1 a 6). Tendo considerado que este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta ao Inquérito às CIM.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Na fase de programação, NÃO HOUVE a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento. Na fase de implementação, já HOUVE esta preocupação de articulação com outros instrumentos de financiamento do PT2020 e com o INTERREG.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 10 A 13:

Segundo a CIM Tâmega Sousa as Fontes de financiamento não foram consideradas as mais adequadas na fase de programação nem de implementação.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A CIM Tâmega Sousa atribuiu uma boa pontuação (4 numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM,</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM:</p> <p>Elevado (5) para os parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT <p>Baixo (2) para os parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação do processo de seleção - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT. <p>Não houve nenhum que tivessem considerado nulo (1) nem muito elevado (6)</p>
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A avaliação dos contributos do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi considerada como BOA já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM, foi atribuída uma pontuação de 4.5 (numa escala de 1 a 6).</p> <p>O seu contributo foi considerado pela CIM Tâmega Sousa:</p> <p>Elevado (5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; e, - Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso. <p>Forte (4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta. <p>Frac (2):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <p>PI 2.3 – Projeto Integrado de Modernização da Administração Municipal TS por via das TIC</p> <p>PI 5.1 – Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no TS</p>

	<p>PI 5.2 – Projeto Intermunicipal de Reforço do Acesso aos Pontos de Água no TS</p> <p>PI 9.1 – CulturalT – Jovem ConVida (13-18 anos)</p> <p>PI 9.1 – CulturalT- Férias 5 estrelas (6-12 anos)</p> <p>PI 9.1 – CulturalT – Atelier de artesanato e Ofícios Tradicionais (beneficiários RSI)</p> <p>PI 9.4 – Viver+ no TS</p> <p>PI 10.1- Plano Integrado Intermunicipal de combate ao insucesso escolar no TS</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura, foram propostas 10 operações de natureza intermunicipal com um investimento total de 17 833 800€ o que corresponde a 15,46% do orçamento total candidatado.</p> <p>No PDCT contratualizado (2015), no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 10 operações de natureza intermunicipal, com um investimento total de 26 550 754,09€, que corresponde a 40,21 % do orçamento total contratualizado.</p> <p>A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a maior parte das operações se mantém, contudo na candidatura inicial estavam previstos 2 projetos intermunicipais para a PI 8.3 e no contratualizado aparece apenas um projeto intermunicipal na PI 8.3 e outro na PI 8.8. Para além destas alterações houve em algumas prioridades de investimento (PI 2.3, 8.3, 9.4 e 10.1) aumento da verba prevista para os investimentos, contribuindo desta forma para um aumento substantivo do peso dos Projetos Intermunicipais no âmbito do PDCT da CIM Tâmega e Sousa.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº):</p> <p>TIC -1</p> <p>Inclusão social - 3;</p> <p>Educação - 1;</p> <p>Proteção civil - 2;</p> <p>Resíduos- 1</p> <p>Emprego - 2 (2 candidatos e 2 contratualizados).</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	<p>No âmbito do PDCT contratualizado, foram previstos parceiros e outros <i>stakeholders</i> que não CIM e os municípios, nomeadamente:</p> <p>Juntas de Agricultores Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº entidades: 26 Nº de operações: 26 (11,76%) Montante total contratualizado: 2 542 500 (3,85%)</p> <p>IEFP Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1 Nº de operações: 3 (1,35%) Montante total contratualizado: 14 866 362,03 (22,51%)</p> <p>CASES Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1 Nº de operações: 3 (1,35%) Montante total contratualizado: 812 026, 95 (1,22%)</p> <p>IPDJ Âmbito: intervenção nas PI 8.3 e 8.8 Nº de operações: 2 (1,51%) Montante total contratualizado: 412 193,69 (0,62%)</p> <p>IPSS's (entidades da economia social) Âmbito: intervenção na PI 9.7 Nº de entidades: 38 Nº de operações: 38 (17,19%) Montante total contratualizado: 3 854 063,61 (5,83%)</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Segundo a entrevista com a CIM TS, o balanço que resulta deste trabalho intermunicipal é de um crescimento das competências técnicas da própria CIM, a estrutura de apoio técnico tem vindo a crescer desde 2014, iniciaram com apenas 4 Técnicos, para além do número de técnicos, as próprias competências técnicas têm vindo a ser adquiridas, com um forte impacto pelos projetos intermunicipais.

Listagem de investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatura €	Investimento total PDCT contratualizado €	Variação %
Projeto Integrado de Modernização da Administração Municipal do TS	CIM TS	2.3	TIC	4 000 000	4 268 636,40	6,29
Plano intermunicipal de adaptação às AC	CIM TS	5.1	Proteção civil	140 000	140 000	0,0
Projeto Intermunicipal de reforço do acesso a pontos de água no TS	CIM TS	5.2	Proteção civil	385 000	385 000	0,0
TS empreendedorismo micro e pequenas empresas	CIM TS	8.3	Emprego	2 5000 000		-100
TS empreendedorismo social	CIM TS	8.3	Emprego	1 200 000		-100
Apoio ao empreendedorismo no TS		8.3	Emprego		11 674 543,81	100
Apoio ao empreendedorismo no TS	CIM TS	8.8	Emprego		289 992,83	100
Culturart – Jovem ConVida	CIM TS	9.1	Emprego	710 000	710 000	0,0
Culturart – Férias 5 estrelas	CIM TS	9.1	Inclusão	497 000	497 000	0,0
Culturart – ATL artesanato e ofícios tradicionais	CIM TS	9.1	Inclusão	480 000	480 000	0,0
Viver+ no TS	CIM TS	9.4	Inclusão	2 034 800	2 206 150,46	7,76
Plano Integrado IM de combate ao insucesso escolar no TS	CIM TS	10.1	Educação	5 887 000	7 899 430,59	25,47
Total				17 833 800	26 550 754,09	32,83

Fontes: PDCT (2015) e Candidatura a PDCT

Projetos intermunicipais CIM Tâmega e Sousa - Proposta de Alteração (21/10/2021)

Projetos Intermunicipais	PI / Tipologia de intervenção	Investimento total PDCT contratualizado €	Proposta de Alteração (21/10/2021)
Projeto Integrado de Modernização da Administração Municipal do TS	2.3	4 268 636,40	5 284 777,49
Apoio ao empreendedorismo no TS	8.3	11 674 543,81	293 647,13
Apoio ao empreendedorismo no TS	8.8	289 992,83	13 271 444,85

Fontes: PDCT CIM do Tâmega e Sousa, Deliberação CD 21/10/2021

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (média 3,5 em 6)</p> <p>Participaram com muita frequência (6);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR; - Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos). <p>Não participaram (1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia; - Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos); - Agências públicas da administração central; - Agências públicas da administração regional.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva pelos Municípios.</p> <p>A participação foi formal para as restantes entidades.</p> <p>As sessões públicas de debate, foi a principal forma de envolvimento das entidades. No caso dos Municípios foi também referido a recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação);</p> <p>Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate	Recolha formal de pareceres e contributos
Municípios	6	Substantiva	x	x	x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Formal		X	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4	Formal		X	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Formal		X	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Formal		x	

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 28 E 29:

Envolvimento dos diversos *stakeholders* na implementação do PDCT

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>Envolveram-se de forma continuada os Municípios, POR/CCPPOR/CCDR e Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos).</p> <p>Não se envolveram as Juntas de freguesia, Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos), Agências públicas da administração central e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação contribuiu para Multidimensionalidade das intervenções .

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A CIM TS classificou as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM, com um elevado grau de adequação (6) numa escala de 1 a 6, sendo 6 totalmente pertinente).</p> <p>Exceto para a competência - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação que não classificou.</p>
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIM classificou como positivo o contributo para todas as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território. - Simplificação administrativa; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território. - Redução da carga administrativa;

	<ul style="list-style-type: none"> - Celeridade de procedimentos; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências não delegadas, que poderiam ter sido: <ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção a das operações (POR/POISE/POSEUR) - Definir o calendário de abertura dos AAC (POR/POISE/POSEUR) - Aprovar as candidaturas a financiamento (POR/POISE/POSEUR) - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários) (POR/POISE/POSEUR) - Decidir sobre pedidos de alterações às operações (POR/POISE/POSEUR)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 31 A 34:

Na entrevista à CIM TS foi referido que a autonomia municipal é um direito consagrado, por mais que as prioridades estejam mapeadas. Contudo, o mapeamento municipal deve continuar, mas deve estar integrado numa visão integrada do território e serem valorizados os investimentos que tem uma mais-valia supramunicipal.

Uma das dificuldades no âmbito dos PDCT é que foram efetuados os mapeamentos e só depois é que saíram os Avisos, e as regras de elegibilidades condicionam os mapeamentos efetuados, poderia funcionar melhor se fosse por convite. Os Avisos que fluíram com maior rapidez naqueles que não há necessidade de articulação com entidades externas (DGEG, SS, ...) e há uma maior agilidade nos processos.

Relativamente à delegação de competências, e no âmbito do inquérito às CIM, a CIM TS deixou algumas sugestões para melhorar este processo, nomeadamente:

A gestão de operações para alguns promotores é difícil dada a necessidade de interlocução com diferentes entidades para investimentos semelhantes. Por exemplo, para os Municípios a entidades gestoras das suas operações é a CIM, pelo que colocam diversas questões à CIM acerca de candidaturas, pedidos de pagamento, reprogramações do PEDU, PAMUS, PARU, AAE, Património Natural, Património Cultural às quais a CIM não tem acesso.

Adicionalmente, dado que a CIM é Organismo Intermédio para a tipologia dos equipamentos sociais, cujo regulamento é o mesmo dos equipamentos de saúde, os Municípios também colocam várias questões acerca deste Aviso, cuja entidade gestora é o NORTE 2020 e não a CIM. As IPSS também colocaram várias questões à CIM acerca de Avisos aos quais podiam concorrer (Eficiência Energética, Recursos Humanos Altamente qualificados) mas que a entidade gestora era o NORTE 2020, dado que a CIM, no âmbito do PDCT, aprovou várias candidaturas de IPSS e existe uma articulação permanente. Ou seja, as IPSS em diferentes candidaturas do NORTE 2020 têm diferentes entidades interlocutoras.

Dada a estabilização e aumento da dimensão das equipas técnicas das CIM's adstritas aos PDCT'S e o baixo nível de desconformidades (em nº e valor) na análise das candidaturas, pedidos de pagamento, reprogramações, detetadas pela AG, no próximo quadro comunitário as tipologias anteriormente mencionadas deveriam ser geridas pelas CIM's

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação no caso do POR: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal. <p>No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM considerou esta questão NA (não aplicável).</p>
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação	<p>No caso do POR todos os mecanismos de articulação funcionam muito bem (6, numa escala de 1 a 6) exceto nas "Reuniões periódicas" que classificaram como 4</p> <p>No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM não responderam.</p>

entre as AG e as Equipas da CIM

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM TS classificou como bastante adequada esta dotação (grau de adequação 5, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como insuficiente (2, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como muito adequada (5, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	- Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica; - Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Sistemas de informação; - Contratação Pública.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou como totalmente adequadas as ações de capacitação desenvolvidas (6, numa escala de 1 a 6).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIM identificou necessidades nas seguintes áreas: - Custos simplificados; - Análise financeira; - Licenciamentos.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>No caso do POR: Deram contributos e foram integrados: - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Prazos de apresentação das candidaturas.</p> <p>Deram contributos que foram parcialmente integrados: - Critérios de seleção das operações.</p> <p>Não deram contributos: - Definição das TO/Medidas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Indicadores</p> <p>No caso do POISE: Não deram contributos: - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Prazos de apresentação das candidaturas. - Critérios de seleção das operações. - Definição das TO/Medidas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Indicadores</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos (rever Avisos):</p> <p><u>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos (AVISO NORTE-50-2018-36:</u> Especificidade do território do Tâmega Sousa, com dotação de cerca de 69% da dotação total do aviso para esta CIM.</p> <p><u>PI 5.1 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (AVISO POSEUR-08-2016-74)</u> Por não terem apresentado candidatura ao Aviso POSEUR-08-2016-46 e terem valores contratualizados, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do presente Aviso-Convite, dirigido às CIM do Tâmega e Sousa, do Ave, do Alentejo Central (para a candidatura referente ao “Desenvolvimento de SIG para apoio à gestão de operações”), e à Área Metropolitana de Lisboa, o qual foi aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Domínio Temático SEUR (CIC SEUR) do Portugal 2020, sendo agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020.</p> <p><u>PI 5.2 - Redução dos Incêndios Florestais (AVISO POSEUR-08-2016-74)</u> Esta tipologia de Operações está prevista nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, contratualizados em 5 de Agosto de 2015 com as Comunidades Intermunicipais (CIM) da NUTS II Norte - CIM Alto Tâmega, CIM Ave e CIM Cávado e em 26 de janeiro de 2016 com a CIM Tâmega e Sousa, sendo a viabilização do acesso de</p>

	<p>operações promovidas pelas entidades municipais nos territórios abrangidos por estes Pactos, promovida nos termos do número 9 do artigo 65º do Decreto-lei nº 137/2014 de 12 de setembro.</p> <p><u>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais (Aviso Nº NORTE-42-2019-56)</u> Apenas são elegíveis as operações inscritas no quadro de investimentos aprovado no âmbito da PI 9.7 do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) do Tâmega e Sousa.</p> <p><u>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (AVISO Nº NORTE-66-2016-29)</u> No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>
--	---

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas foi considerado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - TOTALMENTE ADEQUADO (6 numa escala de 1 a 6): PI 2.3, 4.3, 5.1 5.2, 6.1, 8.3 e 8.8. - Para as restantes PI que não responderam (NS/NR) <p>A CIM TS não avaliou a adequação dos prazos em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento); - Ritmo de lançamento dos concursos; - Promoção da articulação entre os concursos/projetos.

No inquérito às CIM, a CIM TS deixou como sugestão para a simplificação/agilização dos processos relativamente a “Regulamentos/Normas/Avisos a existência de regras/conceitos/prazos comuns a todos os Avisos. Por exemplo, o conceito de data de fim é, em regra, a data da última transferência bancária. Contudo nos Avisos da P.I.2.3 (TIC) ou P.I 8.8 (Si2E) é a data da última fatura. De igual modo, a data de início é, por norma, a data da 1ª fatura, porém nos Avisos FSE é a data da 1ª atividade ou contrato. No mesmo sentido, em regra, os Termos de Aceitação determinam que o beneficiário no prazo de 45 dias a contar da data de conclusão da operação deve apresentar o Relatório Final, contudo nos Avisos da P.I.2.3 (TIC) são 30 dias e nos Avisos da P.I. 9.7 são 3 meses.”

E ainda sobre a elaboração dos Avisos “Explicitação em cada Aviso das condições de elegibilidade do promotor, da operação, as despesas elegíveis, o período de elegibilidade, evitando as remissões para diferentes Portarias (com sucessivas alterações), Regulamentos (com sucessivas alterações), Decretos-Leis, Normas, entre outros. Anexação em cada Aviso do Guião de Preenchimento do Formulário de candidatura. Identificação clara em cada Aviso das componentes aplicáveis naquele Aviso. Articulação prévia à publicação dos Avisos com os Organismos Intermédios.”

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção contratualizadas com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as Medidas contratualizadas no PDCT têm concursos lançados
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada): A CIM TS considerou adequadas (média de 3,4) as PI segundo os objetivos da EIDT e do PDCT. Tendo classificado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Totalmente adequadas (6): as PI 2.3, 9.7 e 10.5; - Bastante adequadas (5): as PI 5.1, 5.2, 8.8 e 10.1 - Pouco adequadas (2): 4.3, 8.3 e 9.1 - Nada adequadas (1): 6.1, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada): A CIM TS considerou adequadas (média de 3,4) as PI segundo os indicadores de realização e de resultados e do PDCT. Tendo classificado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Totalmente adequadas (6): as PI 2.3, 9.7 e 10.5; - Bastante adequadas (5): as PI 5.1, 5.2, 8.8 e 10.1 - Pouco adequadas (2): 4.3, 8.3 e 9.1 - Nada adequadas (1): 6.1, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Adequação segundo o público-alvo (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada): A CIM TS considerou adequadas (média de 3,5) as PI segundo os indicadores de realização e de resultados e do PDCT. Tendo classificado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Totalmente adequadas (6): as PI 2.3, 9.7 e 10.5; - Bastante adequadas (5): as PI 4.3, 8.8 e 10.1 - Muito adequadas (4): as PI 5.1 e 5.2 - Pouco adequadas (2): 8.3 e 9.1 - Nada adequadas (1): 6.1, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Adequação segundo as necessidades do território (escala 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada): A CIM TS considerou adequadas (média de 3,6) as PI segundo os indicadores de realização e de resultados e do PDCT. Tendo classificado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Totalmente adequadas (6): as PI 5.1, 5.2, 8.8, 9.7 e 10.5; - Bastante adequadas (5): as PI 2.3 e 10.1 - Pouco adequadas (2): 4.3, 8.3 e 9.1 - Nada adequadas (1): 6.1, 6.3, 9.4 e 3.4

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT
SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?
TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos) Média do grau de adequação: 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 2.3, 5.2 e 10.5 - Muito adequados (4): PI 5.1, 9.1, 9.7 e 10.1 - Adequados (3): PI 4.3 e 8.8 - Pouco adequados (2): PI 8.3 - Nada adequados (1): PI 4.3, 6.3, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Critérios de seleção Média do grau de adequação: 3,7</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 8.3, 8.8 e 9.1 - Muito adequados (4): PI 9.7 e 10.1 - Nada adequados (1): PI 6.1, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Metodologia de apuramento do mérito Média do grau de adequação: 3,5</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito adequados (4): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7 e 10.1 - Nada adequados (1): PI 6.3, 6.3, 9.4, 10.5 e 3.4 <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas Média do grau de adequação: 2,4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 9.1 e 9.7 - Muito adequados (4): PI 2.3 - Adequados (3): PI 4.3, 8.8, 10.1 e 10.5 - Pouco adequados (2): PI 8.3 - Nada adequados (1): PI 5.1, 5.1, 6.1, 6.3, 6.3, 9.4 e 3.4 <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal Média do grau de adequação: 5,1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3 - Muito adequados (4): PI 8.8, 9.19.4, 9.7, 10.1 e 10.5 <p>Carga burocrática Média do grau de adequação: 2,6</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 5.1 e 5.2 - Muito adequados (4): PI 9.1, e 10.5 - Adequados (3): PI 2.3 - Pouco adequados (2): PI 8.3, 8.8 e 10.1 - Nada adequados (1): PI 4.3, 6.1, 6.3 e 9.4 <p>Interação com o SI FSE Média do grau de adequação: 1,2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouco adequados (2): PI 9.1 e 10.1 - Nada adequados (1): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.4, 9.7 e 10.5 <p>Interação com o SI FEDER Média do grau de adequação: 3,4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bastante adequados (5): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 8.8, 9.7 e 10.5 - Pouco adequados (2): PI 8.3 - Nada adequados (1): PI 6.1, 6.3, 8.3, 9.4 e 10.1 <p>Interação com outros SI PDR Média do grau de adequação: 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nada adequados (1): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3 <p>Interação com SI Balcão2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nada adequados (1): PI 8.3, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5 <p>Interação com SI outros SI</p>

	- Nada adequados (1): PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas: - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos PI 2.3, 5.1, 5.2, 9.1 e 10.1 - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos PI 4.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5 NR – 3.4 e 9.4
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas: - Elevado nº de candidaturas: PI 8.3 e 8.8 - Reduzida dimensão: PI 8.3 e 8.8 - Articulação entre OI e AG: PI 4.3, 8.3 e 8.8 - Obtenção de pareceres obrigatórios por parte de outras entidades: 4.3 e 9.7.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 57 A 59:

A CIM TS, no âmbito do inquérito às CIM, deixou como sugestão para agilizar os processos e relativamente aos **critérios de seleção**:

- A multiplicação de critérios de seleção é contraproducente relativamente aos tempos de análise, não aportando ganhos efetivos na seletividade da análise. Aliás, a correlação estatística entre vários critérios é muito elevada, tornando-os redundantes.

- Propõe-se uma matriz sintética com três pilares de análise I) Projeto, II) Promotor e III) Contexto, obviando-se à desmultiplicação nestes âmbitos. No caso de projetos de muito pequena dimensão de difícil comparabilidade entre si, dever-se-á optar por metodologias de análise ultra-simplificadas como “first come, first served” ou a lotaria (ex. Dutch Voucher), à semelhança do Programa Apoioar.

- As tradicionais metodologias de análise implicam processos de decisão demorados que põe em causa o propósito e eficácia do próprio instrumento, bem como geram custos de transação elevados nos organismos de avaliação, em alguns casos, superiores ao apoio concedido.

Por outro lado, relativamente ao **processo de candidatura**, apresentaram as seguintes propostas para agilizar os processos:

- Instrução das candidaturas:

- Evitar a duplicação de informação entre os dados submetidos pelo promotor no Balcão 2020 e no ficheiro da Memória Descritiva (por exemplo, data de início, data de fim, indicadores, plano de comunicação, quadro da programação financeira por anos e fontes de financiamento, entre outros).

- Análise das candidaturas

- Despacho automático das candidaturas após a sua submissão para o Organismo Intermédio.
- Pré-preenchimento do Parecer Global no SINORTE ou possibilidade da sua extração do SINORTE com campos pré-preenchidos: Identificação do promotor, objetivos, data de início, data de fim Indicadores, componentes, investimentos, quadro da programação financeira por anos e fontes de financiamento, entre outros.
- Obrigatoriedade de emissão de pareceres por parte de entidades externas (AMA, DGEG, ISS, DGesTE,...) no prazo máximo de 1 mês após a submissão da candidatura, dado que algum pareceres demoram mais de 6 meses
- Pré-preenchimento do Termo de Aceitação no SINORTE ou possibilidade da sua extração do SINORTE. A supervisão da AG das candidaturas deveria ser efetuada por amostragem de fato.

- Execução das candidaturas

I. Reprogramação de candidaturas

1. As candidaturas, em regra, são instruídas com estimativas orçamentais e o período que medeia entre a submissão da candidatura e a sua aprovação/execução, por motivos não diretamente imputáveis ao promotor, pode ultrapassar 1 ano. Neste sentido, cumprindo os objetivos, indicadores da operação e o FEDER, deve haver flexibilidade de reprogramação dentro de cada componente e entre componentes. Eliminar a impossibilidade de submissão de pedidos de pagamento no decurso da análise de um pedido de reprogramação de uma candidatura FSE.
2. Aprovação das candidaturas com o prazo máximo de execução definido no Aviso ou Regulamento evitando reprogramações temporais.
3. Eliminar a obrigatoriedade de apresentação de reprogramação do 1º pedido de pagamento.
4. A supervisão da AG das reprogramações deveria ser efetuada por amostragem de fato.

5. As reprogramações, em regra, são instruídas de uma forma muito deficitária pelos promotores dado que não são obrigados a preencher nenhum modelo de pedido de reprogramação. Neste sentido, o promotor nos pedidos de reprogramação deveria preencher um questionário para automaticamente serem completados os campos da reprogramação. Por exemplo:

1. Indicação da data de início da operação, a qual deve corresponder à data da primeira fatura ou documento de valor probatório equivalente ou do primeiro auto de consignação, relativa ao investimento (cf. Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura - Operações Públicas | FEDER e Norma de Gestão 6/NORTE2020/2018 (Revisão 3) - Metodologia de Alteração das Operações [Operações públicas | FEDER e FSE] – preenchimento automático da data de início.
2. Indicação da data de conclusão da operação, a qual deve reportar-se à data da última transferência bancária efetuada pelo beneficiário relativo ao investimento e indicação do prazo de execução da empreitada previsto no caderno de encargos –preenchimento automático da data de conclusão.

Ajuste automático do quadro da repartição anual do investimento por fonte de financiamento com a data de início e fim da candidatura.

3. Ajuste automático do ano alvo dos indicadores à data de fim da operação.
4. Indicação do prazo de execução da empreitada previsto no caderno de encargos.
5. Indicação da data de apresentação do 1º pagamento válido.
6. Confirmação que a reprogramação não tem impacto na avaliação do mérito efetuada à candidatura e nos objetivos do projeto e outras obrigações contratuais.

II. Execução financeira

Em vários programas Europeus, adota-se o princípio de cash-flows positivos, isto é, os adiantamentos ocorrem ao longo do projeto em volume significativo de forma a facilitar a execução financeira. Assim, propõe-se a disponibilização de verdadeiros adiantamentos, por exemplo, às entidades sem fins lucrativos e IPSS, isto é, adiantamentos sem obrigatoriedade dos pedidos de pagamentos seguintes serem na modalidade de reembolso. “ In H2020, the Commission provides pre-financing to the Consortium at the beginning of the project. The aim of pre-financing is to enable the Beneficiaries to have a positive cash-flow during (most of) the project life-cycle. These funds remain the property of the EU until the payment of the balance. The Commission makes the pre-financing payment within 30 days, either from the entry into force of the GA or from 10 days before the starting date of the action, whichever is the latest. There is only one pre-financing payment during the project lifetime. From the pre-financing funds, the amount corresponding to 5% of the maximum grant amount is transferred to the Guarantee Fund. There is no standard amount (or percentage) for the pre-financing payment; the specific amount is determined by each GA. Normally it would amount (depending on the availability of EU budget credits) to 100% of the average EU funding per period”.

Possibilidade dos Municípios abrirem os procedimentos de contratação pública, dos investimentos inscritos no PDCT, logo após a submissão da candidatura. Atualmente, apenas após a aprovação da candidatura é que algumas entidades públicas abrem os procedimentos por falta de dotação financeira. A supervisão da AG dos pedidos de pagamento deveria ser efetuada por amostragem de fato.

E sobre os **Sistemas de Informação** deixou os seguintes contributos:

As CIM'S deveriam ter acesso a back-office para fazer testes no Sistema de Informação (visualizar o Balcão 2020 na ótica do promotor e conseguir fazer simulações).

Ainda ao nível dos Sistemas de Informação o mesmo deveria disponibilizar indicadores de monitorização – tempo médio de análise pedidos de pagamento, tempo médio de análise de candidaturas, tempo médio de análise de reprogramações,...

Importa ainda referir que a existência de 2 Sistemas de Informação com regras completamente diferente para os promotores e Organismos Intermédio dificulta a execução (por exemplo, no FSE têm que reportar a execução física e no FEDER não; FSE têm que registar o IBAN no Balcão 2020 e no FEDER não; no FSE a submissão de reprogramação impede a submissão de pedidos de pagamento e no FEDER não; no FSE em cada ano o promotor tem que comunicar a data de reinício e no FEDER não,...). Qualquer alteração nos Sistemas de Informação (introdução de novos campos, novas ferramentas,...) deveria ser comunicada às CIM.

As CIM apesar de não analisarem as candidaturas PARU, PEDU e PAMUS deveria ser acesso ao sistema de informação, apenas para consulta, para acompanhar a execução.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	16	15	182	25	207
4.3	34	34	543	22	565
5.1	1	1	28	28	56
5.2	1	1	69	32	101
8.3	38	37	522	130	652
8.8	46	46	542	37	558
9.1	15	15	309	19	329
9.7	44	41	317	31	349
10.1	9	9	169	42	211
10.5	53	53	121	47	169
Total	257	258	278	41	320

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos):</p> <p>PI 4.3 Certificados energéticos válidos</p> <p>PI 5.1 Parecer da APA</p> <p>PI 5.2 Parecer favorável da ANPC</p> <p>PI 8.3 Certidão IAPMEI</p> <p>PI 10.1 Estrutura de Missão de Promoção ao Sucesso Escolar Direção Geral de Educação</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Não respondeu
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Não respondeu
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	Não respondeu
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Não respondeu
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Não respondeu

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Não respondeu

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	SEM INFORMAÇÃO

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Não respondeu
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	Não respondeu

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Não respondeu
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Não respondeu
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não foram auscultados potenciais beneficiários

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM , na resposta ao Inquérito às CIM: - Partilha de conhecimentos; - Operações inovadoras para o território;

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?**TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:**

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 1 086 candidaturas com um custo total de 219 687 201,40 euros.</p> <p>É na PI 8.8 que se verifica a maior incidência de candidaturas (com 54,6% do número total de candidaturas submetidas) e corresponde a 46% dos Pedidos de Apoio submetidos a esta CIM.</p> <p>Importa, também dar significado à PI 10.5 a qual apesar do número de candidatura não ser muito grande (apenas 7% do total de candidaturas submetidas) corresponde a cerca de 15,9% dos orçamentos candidatos à CIM TS.</p> <p>Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>Taxa de admissibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - é particularmente baixa nas PI 4.3 e 8.8 , as únicas onde se situa a baixo dos 50%, as restantes PI apresentam uma taxa bastante positiva e até de admissibilidade total (100%) para as PI 5.1, 5.2, 9.1 e 10.1. <p>Taxa de aprovação</p> <ul style="list-style-type: none"> - os pontos críticos são nas PI 4.3 e 8.8 <p>Taxa de reprovação</p> <ul style="list-style-type: none"> - as PI 8.3 e 8.8 são as que apresentam maior número de reprovações <p>Taxa de desistência</p> <ul style="list-style-type: none"> - apenas com relevância nas PI 4.3 (76%) <p>Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</p>
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<p>Motivos de reprovação das candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de dotação financeira disponível: PI 8.8 - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: PI 8.8 - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 4.3 e 8.8 - Cumprimento de critérios de seleção das operações: PI 8.8

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:
Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por PI

PI	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	%	€	%
2.3	28	2,6	7 750 663,00	3,5
3.4	24	2,2	2 226 762,40	1,0
4.3	138	12,7	23 921 344,00	10,9
5.1	1	0,1	139 288,00	0,1
5.2	1	0,1	385 000,00	0,2
8.3	122	11,2	3 264 862,00	1,5
8.8	593	54,6	101 736 303,00	46,3
9.1	15	1,4	12 329 584,00	5,6
9.7	73	6,7	25 214 831,00	11,5
10.1	15	1,4	7 696 605,00	3,5
10.5	76	7,0	35 021 959,00	15,9
Total	1 086	100	219 687 201,40	100

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; CIM-PDCT, PDR, 30/09/2021

Notas: Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de Investimento											
	2.3	3.4	4.3	5.1	5.2	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	15	18	32	1	1	38	46	15	44	9	53	272
2. Não admitida	7						78		5		18	108
3. Não aprovada		4				65						69
4. Anulada						1	1				5	7
5. Desistida /rescindida/revogada	5	2	104			16	44		12			183
6. Submetida/admitida	1		2			2	424		12	6		447
7. Total Geral	28	24	138	1	1	122	593	15	73	15	76	1086
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6) *100	56%	92%	24%	100%	100%	86%	27%	100%	72%	100%	70%	53%
Taxa de aprovação (1)/(7-6)*100	56%	75%	24%	100%	100%	32%	27%	100%	72%	100%	70%	43%
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)*100	26%	17%	0%	0%	0%	54%	46%	0%	8%	0%	24%	28%
Taxa de desistência (5)/(7-6)*100	19%	8%	76%	0%	0%	13%	26%	0%	20%	0%	0%	29%

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 21 de Outubro de 2021, a taxa global de compromisso era 72,1% sendo que, no caso da PI 8.8 apresenta a taxa de compromisso mais baixa (22,5%), muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e realização financeira, situavam-se em 38,4% e 53,3% respetivamente. A 30 de setembro de 2021 encontra 1 operação concluída na PI 5.1.</p> <p>Relativamente à realização financeira, com esta última reprogramação de outubro de 2021, verifica-se o reforço das PI 2.3, 8.8, 9.7 e 10.5. Por outro lado, houve a realocação de verbas e redução do apoio em algumas PI, nomeadamente, 4.3, 8.3 e 9.1</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (deliberação CD 21/10/21)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor 30/09/21)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	5 284 777,49	15	4 311 668,00	2 614 797,00	81,6	49,5	60,6
3.4	2 096 779,65	18	2 096 779,65	841 107,74	100,0	40,1	40,1
4.3	4 819 624,65	132	5 083 117,00	2 090 844,00	105,5	43,4	41,1
5.1	118 395,00	1	118 395,00	118 395,00	100,0	100,0	100,0
5.2	327 250,00	1	327 250,00	296 951,00	100,0	90,7	90,7
8.3	293 647,13	38	539 589,00	0,00	183,8	0,0	0,0
8.8	13 271 444,85	46	2 982 351,00	1 869 880,00	22,5	14,1	62,7
9.1	9 059 223,13	15	10 327 341,00	6 684 565,00	114,0	73,8	64,7
9.7	10 469 838,59	44	8 496 051,00	3 554 230,00	81,1	33,9	41,8
10.1	6 956 137,34	9	6 363 828,00	3 423 606,00	91,5	49,2	53,8
10.5	26 241 095,73	53	16 251 639,00	8 821 923,00	61,9	33,6	54,3
Total	78 938 213,56	372	56 898 008,65	30 316 298,74	72,1	38,4	53,3

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; PDCT CIM do Tâmega e Sousa Deliberação CD 21/10/2021

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 E 84:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>Nas listas prévias do PDCT apresentado em 2015, constavam um total de 391 operações, em 13 PI, representando um orçamento total de 115 327 700,00€.</p> <p>À data desta avaliação, e com a lista de operações a 30/09/2021, no âmbito do PDCT para a CIM TS, estão previstas 372 operações (Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída), que representam uma dotação/Fundo de 56 898 008,65 em 13 PI.</p> <p>(Notas: As candidaturas das PI 8.3 e 8.8, não tinham listas prévias de operações; os indicadores da dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2021) e das operações rececionadas são diferentes, não são comparáveis).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM:</p> <p>PI 4.3 – Tipo de despesas elegíveis, Condições de elegibilidade das operações</p> <p>PI 8.3 - Contexto socioeconómico</p> <p>PI 8.8 - Condições de elegibilidade das operações</p> <p>Na entrevista foram também referidas as seguintes dificuldades nas tipologias do empreendedorismo, nomeadamente o PNAPN, pelas 440 candidaturas apresentadas e com a equipa técnica que apesar de razoável, tem dificuldades em fechar as análises.</p>

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 86 E 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI 5.1 – Adaptação às Alterações Climáticas</p> <p>PI 5.2 – Prevenção e gestão de riscos</p> <p>PI 9.1 - Inclusão</p> <p>PI 10.1 Redução do abandono escolar</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, as operações intermunicipais correspondem a cerca de 22% do total do PDCT.</p> <p>Nas PI 5.1, 5.2 e 10.1 corresponde à totalidade do apoio na PI, ocupando assim os projetos intermunicipais um lugar de destaque nestas prioridades.</p> <p>No âmbito da PI9.1 corresponde a cerca de 50% do total do apoio na prioridade.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:**Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI**

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
	€	€	%
2.3	4 311 668,00		0,0
3.4	2 096 779,65		0,0
4.3	5 083 117,00		0,0
5.1	118 395,00	118 395,00	100,0
5.2	327 250,00	327 250,00	100,0
8,3	539 589,00		0,0
8,8	2 982 351,00		0,0
9.1	10 327 341,00	5 723 764,00	55,4
9,7	8 496 051,00		0,0
10,1	6 363 828,00	6 363 828,00	100,0
10,5	16 251 639,00		0,0
Total	56 898 008,65	12 533 237,00	22,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM AVE e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da eficiência dos regadios existentes (PI 3.4) – 11 operações - Criação de Emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) – 38 operações - Apoio ao microempreendedorismo (PI 8.8) - 63 operações - Inclusão activa de grupos vulneráveis (PI 9.1)- 3 operações - Equipamentos sociais (PI 9.7)- 53 operações <p><u>Operações previstas em sede de candidatura</u></p> <p>Juntas de Agricultores</p> <p>Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios</p> <p>Nº entidades:26</p> <p>Nº de operações: 26 (11,76%)</p> <p>Montante total contratualizado: 2 542 500 (3,85%)</p> <p>IEFP</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1</p> <p>Nº de operações: 3 (1,35%)</p> <p>Montante total contratualizado: 14 866 362,03 (22,51%)</p> <p>CASES</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3, 8.8 e 9.1</p> <p>Nº de operações: 3 (1,35%)</p> <p>Montante total contratualizado: 812 026, 95 (1,22%)</p> <p>IPDJ</p> <p>Âmbito: intervenção nas PI 8.3 e 8.8</p> <p>Nº de operações: 2 (1,51%)</p> <p>Montante total contratualizado: 412 193,69 (0,62%)</p> <p>IPSS's (entidades da economia social)</p> <p>Âmbito: intervenção na PI 9.7</p> <p>Nº de entidades: 38</p>

Nº de operações: 38 (17,19%)
Montante total contratualizado: 3 854 063,61 (5,83%)

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 89 A 91:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data de 30 de setembro de 2021, de acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, não existem ainda operações concluídas.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	Não se aplica
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	Motivos referidos pela CIM TS no inquérito às CIM para o não cumprimento dos tempos de execução das operações: - Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados: PI 8.8 - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura: PI 8.8, 9.7 e 10.5 - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): PI 4.3, 8.8, 9.7 e 10.5 - Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...): PI 4.3 - Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso: PI 10.1

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM: - Fundos próprios - Protocolos Adm. Central/Adm. Local - BEI - Banca comercial

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas, à data desta Avaliação. Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável): - Muito provável(6): PI 2.3, 5.1, 5.2, 9.7, 10.1 e 10.5 - Provável (5): 4.3, 8.8 e 9.1 - Provável (4): 8.3

Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	-Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI, - Fraca adesão dos beneficiários, - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	sim
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2015 e 2021) têm metas definidas para 2023 e para 2018.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento.</p> <p>Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam da contratualização (última versão, 2021):</p> <p>PI 2.3 (Aviso_ NORTE-50-2018-36)</p> <p>Realização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos municípios/ cidadãos ou empresas (N.º) <p>Resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (N.º) - Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (N.º) - Aumento do número de acessos ao “site” da entidade intervencionada (nº) <p>PI 5.1 (Aviso POSEUR-08-2016-74)</p> <p>Realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos (Nº) <p>Resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Produção de informação e conhecimento, nomeadamente estudos, análises e cartografia - Realização Estudos, cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos (Nº) - Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima (%)

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de	<p>O Objetivo com contributo mais elevado da implementação do PDCT é o DEI6- Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.</p> <p>DEI6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial</p>

realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	<p>Mobilização das PI: 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5 Apoio total aprovado em vigor (30/09/21) – 44 960 799 €</p> <p>Principais resultados esperados com este Objetivo Estratégico PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1430 pessoas apoiadas na criação de emprego (incluído autoemprego), das quais 70 % pessoas que permanecem com emprego, após 12 meses depois do apoio - 131 empresas a beneficiar do apoio do PDCT e 184 postos de trabalho criados - 4 914 participantes em ações de trabalho socialmente necessário, e 42% participantes ficam empregados após 6 meses de terminada a participação no trabalho socialmente necessário - 16 equipamentos de saúde e sociais apoiados, com acréscimo de 10% dos utentes dos equipamentos apoiados - 1 Plano Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar, envolvendo 13 200 alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar. - 1 731 infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas, e uma taxa de cobertura da requalificação das escolas de ensino básico e secundário de 82,84 % alunos <p>Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos / resultados esperados da implementação do PDCT, para as suas Medidas.</p>
---	---

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

O PDCT integra a Visão os Eixos estratégicos e as Iniciativas da EIDT. No entanto, focalizou-se e assumiu como Medidas as Iniciativas Âncora com maior relação com as PI mobilizadas.

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PDCT CIM Tâmega Sousa	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobilizadas	Contributos esperados das operações apoiadas
DEI1. Modernizar e reorganizar a governação do território	PI 2.3	<p>O contributo esperado para esta Medida deverá ser próximo do esperado, cerca de 80,96% do fundo aprovado face ao candidato</p> <p>PI 2.3 – Reforço da aplicação das TIC para a administração</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar a generalização da oferta de serviços públicos digitais e melhorar a eficiência interna na administração através da desmaterialização dos processos, gestão do workflow, reengenharia de processos e interoperacionalidade entre plataformas; - Implementação de soluções de serviços públicos de proximidade. <p>A dotação da PI 2.3 foi reforçada face ao contratualizado em 2015 Apresenta uma taxa de compromisso elevada (cerca de 81,6%)</p> <p>Indicadores (meta 2023)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização: 5 Serviços da Administração pública apoiados - Resultado: 50 impressos enviados por indivíduos com idade entre 16-74 anos, nos últimos 12 meses <p>Outros contributos esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% dos Câmaras disponibilização o preenchimento e envio de formulários on-line
DEI2. Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu	PI4.3 PI 5.1 PI 5.2	<p>Estima-se que este objetivo atinga os resultados esperados, considerando que as 3 prioridades de investimento incluídas apresentam taxas de compromisso bastante elevadas. Apesar de</p>

património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais		<p>serem PI com um peso reduzido no âmbito do PDCT representando cerca de 11% do apoio total aprovado em vigor (a 30/09/2021)</p> <p>PI 4.3 - Valorização de recursos energéticos e promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas (9,7 % apoio total aprovado) Objetivos específicos: - Aumento da eficiência energética nas infraestruturas municipais e iluminação pública. Apresenta uma taxa de compromisso elevada (105%) Indicadores (meta 2023) - Realização: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos – 18 552 299,3 kw/ano - Resultado: Consumo de energia primária na Administração Regional e Local (226 305 tep).</p> <p>PI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas (0,1% do PDCT) Objetivos específicos: reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas através da elaboração e implementação de planos de adaptação. Taxa de compromisso elevada (100%) Indicadores (meta 2023) Realização: - Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos (1) Resultado: - Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados (15)</p> <p>PI 5.2 Gestão e monitorização de riscos e catástrofes (0,4% PDCT) Objetivos específicos: Reforço da capacidade de intervenção das instituições envolvidas na prevenção e combate aos riscos e catástrofes. Taxa de compromisso elevada (100%) Indicadores (meta 2023) Realização: - Superfície de espaço florestal beneficiada pela rede de defesa da floresta contra incêndios (758) Resultado: - Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta (20%).</p>
DEI3. Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa	PI 3.4	<p>O contributo esperado para esta Medida ficará muito abaixo da expectativa inicial, sendo que a variação entre o candidato e o contratualizado situa-se na ordem dos -85% do investimento candidato.</p> <p>PI 3.4 – Infraestruturas coletivas Objetivos específicos: - Melhorar a competitividade da agricultura no TS através de uma utilização mais eficiente dos recursos hídricos.</p> <p>Apresenta uma taxa de compromisso elevada (100%)</p> <p>Indicadores (meta 2023) - Realização: Área de regadio tradicional a beneficiar 1000 hc - Resultado: Despesa pública contratada para melhoria dos regadios tradicionais (2 543 000,0 €).</p>
DEI6. Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial	PI 8.3 PI 8.8 PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5	<p>Este Objetivo de Desenvolvimento Estratégico tem um enorme peso no PDCT da CIM TS, representando cerca de 80% do apoio total aprovado em vigor. No projeto proposto na candidatura ao PDCT tinha 8 PI envolvidas, sendo que depois com os diversos obstáculos e constrangimentos, para PI 9.4 foram realocadas as verbas a outras prioridades não tendo ações previstas nesta prioridade.</p> <p>PI 8.3 – Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras PI 8.8 – Criação de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e apoio à atividade por conta própria, às micro empresas e à criação de empresas. Objetivos específicos: - Promover a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas.</p>

		<p>PI 8.3 Taxa de compromisso – 183,8% Indicadores (meta 2023) - Realização: 1430 pessoas apoiadas na criação de emprego (incluído autoemprego) - Resultado: 70 % pessoas que permanecem com emprego, após 12 meses depois do apoio</p> <p>PI 8.8 Taxa de compromisso – 22,5% Indicadores (meta 2023) - Realização: 131 empresas que beneficiaram do apoio - Resultado: 184 postos de trabalho criados</p> <p>PI 9.1 – Inclusão ativa Objetivos específicos: - Promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que incluam um vasta gama de entidades. Taxa de compromisso elevada - 114% Indicadores (meta 2023) - Realização: 4914 participantes em ações de trabalho socialmente necessário - Resultado: 42 participantes empregados após 6 meses de terminada a participação no trabalho socialmente necessário</p> <p>PI 9.4 – sem ações previstas</p> <p>PI 9.7 – Infraestruturas sociais Objetivos específicos: - Qualificar e adequar a rede de serviços e equipamentos sociais do TS. Taxa de compromisso elevada - 81% Indicadores (meta 2023) - Realização: 16 equipamentos de saúde e sociais apoiados - Resultado: acréscimo de 10 utentes nos equipamentos apoiados</p> <p>PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce Objetivos específicos: - Promover o sucesso educativo e combater o abandono escolar precoce. Taxa de compromisso elevada – 91,5% Indicadores (meta 2023) - Realização: 1 Plano Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar - Resultado: 13 200 alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar.</p> <p>PI 10.5 – Infraestruturas educativas Objetivos específicos: - Requalificar e modernizar o parque escolar do TS Taxa de compromisso elevada - 114% Indicadores (meta 2023) - Realização: capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas: 1 731 - Resultado: Taxa de cobertura da requalificação das escolas de ensino básico e secundário - 82,84 % alunos</p>
--	--	--

Fonte: PDCT (2015); Candidatura a PDCT (2014); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	<p>A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação.</p> <p>A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a posteriori com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação</p> <p>Cf. resposta à SQ3.</p>
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

II. REGIÃO CENTRO

Ficha de avaliação PDCT Região de Aveiro



**Região
de
Aveiro**

Comunidade Intermunicipal
da Região de Aveiro

Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Região: Centro - NUT III Aveiro

Municípios: Ovar; Murtosa; Aveiro; Ílhavo; Vagos; Estarreja; Sever do Vouga; Albergaria-a-Velha; Oliveira do Bairro; Águeda; Anadia.



População total: 367455 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT, asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT1. Qual o papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT?

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM da Região de Aveiro, contratualizado em 2015, é um instrumento que cobre parcialmente a EIDT. Como refere a própria CIM a EIDT foi alinhada com a RIS3 e diverge das áreas tradicionais de intervenção dos municípios e “depois há as tipologias concretizadas”. Há uma distância entre o estratégico, o contratualizado e o concretizado que se reflete no domínio da implementação, numa evolução que transforma o impulso inicial. O foco do PDCT candidatado eram os investimentos no âmbito do PDR e do POSEUR, este último perdeu relevância no PDCT contratualizado.

Assim, os investimentos previstos no PDCT contribuem para a concretização da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis⁴ e mobilizadas e focado principalmente nas intervenções promovidas pelas entidades municipais e intermunicipais, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura de alguns dos eixos prioritários de intervenção do quadro comum de investimentos para a Região de Aveiro. Se cotejarmos o PDCT com a EIDT a cobertura é menor já que a Estratégia era um instrumento mais amplo e de alto nível.

⁴ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
<p>Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT</p>	<p>O PDCT contratualizado em 2015, encontra-se estruturado em torno de Eixos Prioritários de Intervenção (EPI) que decorrem não da EIDT, mas do documento programático que lhe é anexo e que foi designado por Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro, verificando-se uma focalização em EPI mais alinhadas com as PI mobilizadas pelo PDCT. Assim, no PDCT foram identificados os seguintes Objetivos Estratégicos: Baixo Vouga Lagunar; Polis Ria de Aveiro; Modernização Administrativa; Prevenção e Gestão de Riscos; Cultura; Inovação, Empreendedorismo e Emprego; Saúde; Educação; Eficiência Energética que decorrem precisamente do exercício de programação de investimentos realizado.</p> <p>O exercício estratégico desenvolvido foi explicitamente mais amplo em termos de objetivos do que o PDCT poderia comportar. Há, assim, um exercício organizado em vários níveis: (i) o estratégico; (ii) o de programação de investimentos; (iii) o da contratualização no âmbito dos ITI.</p> <p>O PDCT não terá contributo, ou contribuirá apenas de forma residual, para os seguintes objetivos estratégicos da EIDT, já que as Ações previstas no âmbito do Quadro Comum de Investimentos não serão, na sua quase totalidade, concretizadas no âmbito do PDCT:</p> <p>1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo, ficam fora do PDCT todas as ações associadas à concretização da RIS3, à cooperação empresas e sistema de C&T, a dinamização de atividades de animação e incubação, apoio a projetos de ID&T, as áreas de acolhimento empresarial.</p> <p>4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora, ficam fora do PDCT os projetos associados à regeneração dos centros urbanos, os projetos associados aos transportes e à mobilidade, os projetos de promoção internacional da Região.</p> <p>A cobertura dos seguintes objetivos estratégicos, face aos investimentos inicialmente previstos, será parcial, na medida em que nem todas as ações são cobertas pelas PI/TI mobilizadas no PDCT:</p> <p>2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região, nomeadamente não estão cobertas as medidas associadas à promoção, sensibilização e investigação associadas à sustentabilidade.</p> <p>3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva, nomeadamente não estão cobertas as ações associadas às ofertas de apoio social e aos equipamentos culturais e oferta cultura em rede.</p> <p>5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos, nomeadamente não estão incluídos os projetos associados à constituição da Região como Smart Region e os projetos associados ao desenvolvimento dos mecanismos de apoio à tomada de decisão.</p> <p>Todas as intervenções previstas no PDCT têm contributo para os objetivos estratégicos da EIDT e para ações previstas no Quadro Comum de Investimentos para a Região de Aveiro. Contudo, a CIMRA afirma que o processo fez com que ficassem com verbas que não ficariam caso não estivessem no PDCT.</p>
<p>Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?</p>	<p>Objetivos Estratégicos da EIDT com correspondência e com contributo esperado do PDCT, embora parcial: 3;</p> <p>Objetivos Estratégicos sem correspondência com o PDCT os com contributo esperado residual, do PDCT: 2.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Alinhamento das Prioridades de investimento do PDCT da Região de Aveiro com os Eixos Prioritários de Intervenção da EIDT

EIDT Região de Aveiro 2014-2020 Eixos Prioritários de Intervenção	PDCT Região de Aveiro Prioridades de investimento / tipologias de operação
1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo	8.3 – Promoção do Empreendedorismo e emprego 8.8 - Promoção do Empreendedorismo e investimento empresarial
2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região	03M04 - Investimento em Ativos Físicos 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas 5.2 - Gestão de riscos e catástrofes 6.3 - Património natural e cultural
3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva	8.3 – Promoção do Empreendedorismo e emprego 8.8 - Promoção do Empreendedorismo e investimento empresarial 9.1 - Inclusão ativa /inovação social 9.7 - Infraestruturas sociais 10.1 - Combate ao abandono e insucesso escolar
4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora	6.3 - Património natural e cultural
5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos	2.3. Modernização Administrativa 9.7 - Infraestruturas sociais 10.5 - Infraestruturas escolares

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 - Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro; PDCT da CIM Região de Aveiro, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores.

Alinhamento das Prioridades de investimento do PDCT da Região de Aveiro e dos contributos esperados, com as Metas dos Eixos Prioritários de Intervenção da EIDT

EIDT Região de Aveiro Eixos Prioritários de Intervenção e Metas	PDCT Região de Aveiro – Prioridades de investimento e contributos esperados	
	PI Mobilizadas	Contributos esperados
1. Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo a. Valorizar uma economia regional assente na criação de emprego qualificado b. Valorizar o conhecimento e a inovação - posicionar a Região de Aveiro como Região Inovadora c. Desenvolver, otimizar e manter infraestruturas de suporte às necessidades atuais e futuras do tecido económico d. Apoiar e qualificar os setores de referência na Região	PI 8.3. PI 8.8	Projeto Região de Aveiro Empreendedora
2. Proteger e valorizar os recursos naturais da Região a. Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis b. Proteger e preservar os recursos naturais c. Valorizar os recursos naturais d. Demonstrar liderança nacional na gestão de recursos e na eficiência energética	PI M04 PI 4.3. PI 5.2. PI 6.3.	- Valorização dos terrenos agrícolas do Baixo Vouga Lagunar; - Valorização e qualificação da Ria de Aveiro. - Sistema intermunicipal de gestão e prevenção de riscos. - Qualificação e modernização energética dos edifícios da administração local
3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva a. Promover políticas públicas adequadas aos novos desafios demográficos b. Apostar na qualificação das comunidades c. Promover comunidades saudáveis e coesas d. Promover respostas sociais com base na Inovação Social	PI 8.3. PI 8.8. PI 9.1. PI 9.7. PI 10.1	Projeto Região de Aveiro Empreendedora Promoção do Sucesso Escolar Programa de Formação para o Conhecimento Científico Promoção de projetos de inovação social

		Valorização da rede de formação e capacitação profissional
4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora a. Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos b. Encorajar o desenvolvimento do setor turístico e valorizar o património construído, imaterial e natural c. Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional d. Promover a Região de Aveiro, nacional e internacionalmente	PI 6.3.	- Valorização e qualificação da Ria de Aveiro. - Programação Cultural em Rede
5. Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos a. Criar condições para constituir a Região como Smart Region b. Reforçar e qualificar a cooperação intermunicipal c. Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais d. Garantir mecanismos de apoio à decisão e implementação de estratégias regionais	PI 2.3. PI 9.7. PI 10.5.	- Harmonização de procedimentos e regulamentos, serviços partilhados, desmaterialização de processos, melhoria do acesso aos serviços públicos. - Qualificação das infraestruturas de saúde e da educação

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2014-2020 - Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro; PDCT da CIM Região de Aveiro, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores.

Foi recomendado, em sede de avaliação, à EIDT reconhecida que clarificasse em fases subsequentes, nomeadamente no PDCT, como se estabelecia a passagem entre os *“objetivos enunciados e o concreto do território”*⁵, ainda que a EIDT tenha sido acompanhada por um Plano de Ação e um Quadro de Investimentos que respondia às áreas-chave identificadas no convite: desenvolvimento; articulação intermunicipal; competitividade económica e inclusão social.

O processo de elaboração da EIDT traduziu um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional e com a RIS3, garantindo a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas. Tendo sido acompanhada de um instrumento de natureza mais programática – um Programa de Ação e um Quadro Comum de Investimentos – é um exercício que se vai declinando em níveis que vão da estratégia, à programação e ao financiamento. O PDCT é um instrumento que podemos dizer declina ainda do Programa de Ação e do Quadro de Investimentos e é bastante mais limitado. A dimensão financeira destes instrumentos é um indicador do seu alcance em termos de cobertura da EIDT: o quadro comum de investimentos que decorria diretamente do Plano de Ação acoplado à EIDT previa 500M€ de investimentos, o PDCT candidatou cerca de 161M€ e o PDCT contratualizado apresenta um investimento de cerca de 49M€. Assim, o PDCT não corresponde a uma estratégia autónoma nem completa de desenvolvimento regional, posicionando-se antes como um instrumento de operacionalização e implementação de componentes da EIDT reconhecida para esse território e que abrange as intervenções das entidades municipais e intermunicipais, com enfoque na requalificação de equipamentos educativos e de saúde, na eficiência energética de edifícios públicos, na requalificação das terras agrícolas do baixo vouga, em intervenções associadas à requalificação da Ria de Aveiro. O PDCT valoriza igualmente a continuidade de projetos já iniciados no âmbito do QREN os projetos associados à Cultura em Rede ou à requalificação da Ria de Aveiro são exemplos dessa estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM, a CIMRA atribuiu um grau médio de adequação às PI disponibilizadas de 4 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 6): 2.3. , 9.7 (reforçada em posteriores reprogramações). e 10.5 (reforçada em posteriores reprogramações). - PI consideradas adequadas (grau de adequação 5): 5.1, 5.2., 6.1., 6.3. e 10.1 (PI 6.1. não foi candidata no PDCT e a PI 5.1. não foi contratualizada era uma medida no âmbito do Polis de Aveiro no âmbito da prevenção e gestão de riscos e adaptação às alterações climáticas). - PI consideradas moderadamente adequadas (grau de adequação 4): 8.8. (apesar de ter sido reforçada em posteriores reprogramações) e 9.4. (a PI 9.4. não foi candidata no PDCT) - PI consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3): 4.3 (em reprogramação posterior as medidas no âmbito da iluminação pública foram retiradas, na componente de eficiência energética dos edifícios públicos, segundo a CIM o valor atribuído era 200.000€ e foi imposto, pelo que fizeram intervenções apenas em piscinas) e 8.3(apesar de ter sido reforçada em posteriores reprogramações).

⁵ Relatório Final da Comissão de Avaliação das EIDT.

	- PI consideradas muito pouco adequadas (grau de adequação 2): 9.1 (tendo sido retirada do PDCT porque os avisos nunca abriram) e 4 (embora esta PI FEADER constitua um dos projetos mais relevantes do PDCT o projeto do Baixo Vouga Lagunar. Em entrevista a CIMRA refere que a EIDT possuía uma proposta de valor nesta área e que o problema não é tanto de adequação mas mais de implementação, uma vez que não conseguiram arrancar com os projetos físicos, apenas com os estudos prévios de impacto ambiental).
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A CIMRA não respondeu a esta questão no questionário mas em entrevista referiu que o investimento em áreas empresariais poderia ter ficado dentro do PDCT embora não tivessem sentido a ausência uma vez que foi lançado um aviso para esse efeito no âmbito do POR. O empreendedorismo segundo a CIMRA também deveria estar no PDCT.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -69,7% face ao apresentado em sede de candidatura. A reprogramação efetuada após a contratualização veio introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às alterações verificadas ao nível dos investimentos previstos e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 12,5% na dotação global do PDCT. Haverá ainda a necessidade de proceder a uma reprogramação no âmbito do FEADER em virtude da dificuldade de implementação das obras a intenção é de vir a alocar a verba aos regadios tradicionais. Tem havido após esta reprogramação de 2020 alguma flexibilidade na gestão do PDCT pelo que haverá provavelmente lugar uma reprogramação final.

As PI 5.1. e 6.1. segundo a CIMRA ficaram muito aquém das necessidades porque havia na EIDT projetos que cabiam nestas PI e que ficaram de fora.

No caso da PI 2.3. todos os PDCT da região têm, segundo a CIM, valores parecidos, houve um critério de distribuição transversal com base num rácio por habitante, isto era independente da natureza dos projetos.

Os indicadores e as metas, segundo a CIM, são alterados em cada reprogramação e é difícil definir indicadores mensuráveis, por isso os indicadores definidos são mais formais do que úteis.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenções disponibilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de -69,7% no momento da contratualização, destacando-se a não contratualização da PI 5.1 e a redução generalizada das dotações propostas nas restantes PI, com exceção das PI 8.3 e 8.8.</p> <p>No caso da PI 4.3. os projetos de iluminação pública foram retirados do PDCT e as verbas reforçaram a PI 9.7.</p> <p>As PI que, no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: M04 (27,8%), a PI 10.5 (17,2%) e a PI 10.1 (13,9%).</p> <p>Entre o momento da contratualização e a reprogramação de 2020, o PDCT sofreu alterações de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação da PI 9.1. devido à não abertura de avisos no POISE. - O reforço elevado da dotação das PI 8.3. e 8.8. devido à elevada procura no S2E e à introdução uma nova tipologia – PAPN, e das PI 9.7. e 10.5. - O reforço da dotação global (12,5%). <p>As PI com maior peso na dotação global à data da reprogramação de 2020 são as seguintes: PI 10,5 (24,2%), M04 (24,8%) e PI 8.3 (14,2%).</p> <p>Em virtude da pandemia houve igualmente necessidade de reforçar as verbas alocadas às PI dirigidas aos equipamentos sociais e à saúde.</p> <p>Ver Quadro abaixo – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>

Indicador 6.
Adequação do
Financiamento
contratualizado

A CIMRA considera que:

- O financiamento foi ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3, 5.2, 8.8, 9.4, M04.
- Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 5.1, 6.1., 6.3, 9.7., 10.1., 10.5.
- Houve sobrefinanciamento na PI/TI: 4.3., 8.3., 9.1..

No caso dos projetos no âmbito do património cultural o subfinanciamento ficou a dever-se ao facto de ter havido a decisão de apenas financiar intervenções em monumentos nacionais.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:**Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros**

PI	Fundo	Dotação proposta candidatura		Dotação contratualizada 2015		Dotação atual (reprogramação jan. 2021)		Variação candidato/contratualizado	Variação Contratualizado/do tação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	4 000 000,00	2,5	3 400 000,00	7,0	2 424 044,03	4,4	-15,0	-28,7
4.3	FEDER	15 119 250,00	9,4	3 418 750,00	7,0	3 418 750,00	6,2	-77,4	0,0
5.1.	FC	1 700 000,00	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	0,0
5.2	FC	45 244 826,41	28,1	678 725,00	1,4	678 725,00	1,2	-98,5	0,0
6.3	FEDER	11 754 182,50	7,3	2 167 500,00	4,4	2 136 900,00	3,9	-81,6	-1,4
8.3	FSE	3 400 000,00	2,1	4 000 000,00	8,2	7 767 712,41	14,2	17,6	94,2
8.8	FEDER	2 210 000,00	1,4	2 600 000,00	5,3	4 917 966,74	9,0	17,6	89,2
9.1	FSE	1 275 000,00	0,8	1 275 000,00	2,6	0,0	0,0	0,0	-100,0
9.7	FEDER	5 624 917,50	3,5	2 493 475,00	5,1	3 761 248,28	6,9	-55,7	50,8
10.1	FSE	8 000 000,00	5,0	6 800 000,00	13,9	2 877 755,97	5,2	-15,0	-57,7
10.5	FEDER	31 625 520,00	19,6	8 372 000,00	17,2	13 308 026,72	24,2	-73,5	59,0
M04	FEADER	31 150 000,00	19,3	13 588 014,00	27,8	13 588 014,00	24,8	-56,4	0,0
Total FEDER		70 333 870,00	43,7	22 451 725,00	46,0	29 966 935,77	54,6	- 68,1	33,5
Total FSE		12 675 000,00	7,9	12 075 000,00	24,7	10 645 468,38	19,4	-4,7	-11,8
Total FC		46 944 826,41	29,1	678 725,00	1,4	678 725,00	1,2	-98,6	0,0
Total FEADER		31 150 000,00	19,3	13 588 014,00	27,8	13 588 014,00	24,8	-56,4	0,0
Total		161 103 696,41	100,0	48 793 464,00	100,0	54 879 143,15	100,0	-69,7	12,5

Fontes: Candidatura EIDT CIM Região de Aveiro; PDCT da CIM Região de Aveiro, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas financiadores (31 de julho de 2015). CIM Indicadores ficheiro fornecido pelo POR Centro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado (2015): - PI/TI com indicadores de realização: todas. Contudo, a 9.1., 5.2 e M04 utilizaram indicadores de realização complementares. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado todas exceto a PI M04 e a PI 4.3. e PI 9.1. - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal. Exemplos em que os indicadores que constam do PDCT contratualizado não são adequados:

	<p>- No caso da PI 6.3, não existe uma relação direta entre a realização apoiada e o resultado visado; no caso do indicador de resultado, assinala-se também o desfasamento temporal que irá certamente colocar-se entre o momento de encerramento da operação e o momento de disponibilização da informação de suporte por parte do Sistema Estatístico Nacional (gerando constrangimentos óbvios ao encerramento da operação). Da dificuldade resulta a não fixação de metas para o indicador de resultado “nº de dormidas” uma vez que o projeto associado à PI é um projeto de requalificação da Ria de Aveiro “Polis Aveiro” cujo objetivo não implica necessariamente um aumento do turismo.</p> <p>- No caso da PI 9.1., 5.2. e M04 a dificuldade de mobilizar os indicadores conduziu a que não fossem utilizados os indicadores comuns quer de realização quer de resultado. O mesmo sucede quanto ao indicador de resultado da PI 9.7. e 4.3.</p> <p>O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015 não foi alterado em consequência da reprogramação de 2020. É expectável que se proceda a esse ajustamento na reprogramação final do PDCT.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.

PDCT2. Qual o papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM?

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

O PDCT explicita a relação com outros instrumentos, nomeadamente instrumentos estratégicos e de planeamento, nomeadamente com o Plano Intermunicipal de Transportes.

A CIM recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para as Prioridades Estratégicas da EIDT. Essa complementaridade foi explicitada em sede de exercício estratégico, desde logo, dada a sua amplitude e mesmo em sede de candidatura ao PDCT na qual as componentes da EIDT associadas ao Empreendedorismo só parcialmente são respondidas pelas PI do PDCT no qual se refere o recurso a outros fundos do Portugal 2020.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM referiu a articulação com os seguintes instrumentos: Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte, Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios, Planos Municipais de Saúde, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana Sustentável - MUS, Plano de Ação de Regeneração Urbana - PARU, Desenvolvimento local de Base comunitária
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado elevado pela CIM (5 numa escala de 1 a 6). Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Na fase de programação, houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento exclusivamente do PT2020. Na fase de implementação, houve também esta preocupação, com instrumentos de financiamento do PT2020.. Foram mobilizados nesta articulação o FEADER e o FEAMP. O POSEUR financiou projetos fora do PDCT que contribuem para a EIDT, como por exemplo os projetos dirigidos ao património natural,

	uma vez que o PDCT só incluiu património cultural, o mesmo sucedeu com o PO Centro em avisos fora dos PDCT, o Fundo Ambiental financiou intervenções nas margens do Vouga complementares às intervenções do Baixo Vouga Lagunar. O REACTeu financiou também dois projetos.
	Essas fontes de financiamento complementares foram consideradas adequadas.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Essa articulação foi efetuada a priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos Na candidatura do PDCT é explicitado que o Projeto Região de Aveiro Empreendedora irá ter componentes financiadas com outras fontes do Portugal 2020.

PDCT3. O modelo de aprovação/ negociação dos PDCT contribuiu para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades?

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIM considera que o processo de negociação foi democrático, mas a negociação implicou que tivessem contratualizado PI e montantes financeiros que não teriam sido a sua escolha. Por exemplo, na área da eficiência energética tiveram de incluir a medida da eficiência energética nos edifícios públicos, mas com os valores atribuídos a única possibilidade foi canalizar a verba para a eficiência energética dos edifícios das piscinas municipais. A opção do POR Centro de não incluir medidas no âmbito do património natural mas apenas do património cultural é mais um caso em que o processo não resultou inteiramente no melhor alinhamento entre o PDCT e a EIDT.

O contributo deste processo foi mais relevante em aspetos relacionados com as parcerias, uma vez que exigiu o desenvolvimento da EIDT que exigiu a participação, um processo de apresentação/audição. Porém, a avaliação do processo é mais negativa quer no seu contributo para melhorar o conteúdo do PDCT e a sua relevância e, por fim, o processo penalizou a desejada simplificação dos processos de seleção. A CIM considera ainda que ter um processo de candidatura para a EIDT e outro para o PDCT implicou quase uma duplicação de procedimentos.

Por fim, importa referir que a CIM considera que apesar da EIDT ter sido avaliada os valores finais contratualizados em cada PDCT não têm relação com essa avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A CIM atribuiu uma pontuação média muito baixa (2 numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM, o que revela a avaliação negativa do modelo de aprovação/negociação.</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM Baixo (3) para os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT; - Criação de novas parcerias nos territórios. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia; - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; - Celeridade do processo de seleção; - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT. <p>Foi considerado nulo (1) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT; - Simplificação do processo de seleção.

Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A avaliação dos contributos do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também pouco favorável já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM foi atribuída uma pontuação média de 2,3 (numa escala de 1 a 6).</p> <p>O seu contributo foi considerado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito Baixo (2): para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; para assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta. - Baixo (3): para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

O PDCT inicialmente contratualizado previa 15 operações com um investimento total de 32 138 725 €, nas seguintes áreas: Valorização dos Recursos Florestais: 38.7% Redução do Abandono Escolar: 21.2% Apoios ao Emprego: 12.4% Modernização Administrativa: 10.6%. Face ao candidatado há um redução substancial no número de projetos e na dotação financeira para projetos intermunicipais, com uma quebra global de 65,4%. Verificou-se a eliminação de muitos projetos com particular incidência da PI 5.2., a eliminação de projetos com reafecção na mesma TI de parte da verba é o caso da M04, um corte transversal de 15% no orçamento dos projetos remanescentes, exceto nas TI 8.3. e 8.8 que foram mantidos integralmente.

Não temos informação relativamente ao impacto da reprogramação verificada em 2020 nos projetos intermunicipais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações e projetos de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <p>PI 4.3. – Eficiência Energética na Iluminação Pública M04 - Baixo Vouga Lagunar PI 2.3. – Catálogo de Serviços; PI 2.3. – Serviços Digitais; PI 2.3. – Atendimento partilhado PI 2.3. – Serviços Partilhados PI 5.2. – Plano Intermunicipal de Emergência PI 5.2. – Sistema Integrado de Gestão de Riscos PI 6.3. – Promoção dos Valores da Ria PI 8.3. – Apoio a novas iniciativas empresariais PI 8.8 – Apoio a novas iniciativas empresarias PI 9.1. – Promoção e valorização de projetos de inovação social PI10.1. – Programa de Valorização da Rede de Formação e Capacitação Profissional P10.1. – Programa Integrado de Formação para o Conhecimento Científico PI 10.1. – Plano Integrado Regional de Combate ao Insucesso Escolar</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura, foram propostas 28 operações de natureza intermunicipal (num total de 160 operações), com um investimento total de 92 868 500€.</p> <p>No PDCT contratualizado (2015), no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 15 operações de natureza intermunicipal (num total de 90 operações), com um investimento total de 32 138 725 €.</p>

	<p>A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que na PI 5.1. foi eliminado um projeto intermunicipal deixando de haver projetos desta natureza nesta tipologia, foi eliminado um projeto de eficiência energética no domínios dos edifícios públicos que teria pouco valor acrescentado enquanto projeto intermunicipal, uma vez que visava uma intervenção no edifício sede da CIM, foi eliminado um grande projeto na M04 orientado aos regadios mas parte da verba foi realocada ao projeto do Baixo Vouga Lagunar cujo financiamento teve um aumento de mais de 1000%, foram eliminados dois projetos no âmbito da PI 6.3. o projeto de Programação Cultural em Rede e o Centro de Interpretação Ambiental da Ria de Aveiro, forma eliminados a 7 dos 9 projetos no âmbito da TI 5.2. Apenas as TI 2.3., 9.1. e 10.1. mantiveram os seus projetos ainda que com cortes de financiamento transversal de 15%. Só os projetos no âmbito das PI 8.3. e 8.8 não sofreram alterações.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº):</p> <p>Modernização administrativa - 4; Eficiência Energética - 1; Proteção civil e gestão de riscos - 2. Educação e Formação - 3 Empreendedorismo - 2 Inovação Social - 1 Ativos Físicos - 1 Património natural e cultural - 1</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT contratualizado (2015) existem operações promovidas por outros <i>stakeholders</i> que não a CIM e os municípios. É o caso da M04 na componente de Regadios Tradicionais cujos projetos poderiam ser promovidos por associações de regantes e a DRAP Centro com um projeto de segurança das barragens.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Listagem de investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Sector	Investimento total candidatura €	Investimento total PDCT contratualizado €	Variação %
E9 - Eficiência Energética no Edifício Sede da Região de Aveiro	CIMRA	4.3.	Eficiência Energética	120.000,00	0,0	-100
E9 - Eficiência energética na iluminação pública	CIMRA	4.3.	Eficiência Energética	500.000,00	425.000,00	-15
E2 - Estudos e projetos complementares no âmbito da gestão	CIMRA	5.1	Alterações Climáticas	500.000,00	0,0	-100
E1 - Baixo Vouga Lagunar -um agroecossistema sustentável	CIMRA	M04	Valorização dos recursos florestais	1.000.000,00	12.450.000,00	1145
E1 - Sistemas Primários de defesa , regadio e drenagem do BVL	CIMRA	M04	Valorização dos recursos florestais	23.500.000,00	0,0	-100
E2 - Estudos e projetos complementares no âmbito das intervenções	CIMRA	5.1.	Alterações Climáticas	1.500.000,00	0,0	-100
E2 - Centro de Interpretação Ambiental da Ria de Aveiro	CIMRA	6.3.	Património natural e cultural	3.550.000,00	0,0	-100
E3 - Catalogo de serviços	CIMRA	2.3.	Modernização Administrativa	500.000,00	425.000,00	-15
E2 - Promoção dos Valores da Ria	CIMRA	6.3.	Património natural e cultural	600.000,00	510.000,00	-15

E3 - Serviços digitais	CIMRA	2.3.	Modernização Administrativa	2.200.000,00	1.870.000,00	-15
E3 - Atendimento partilhado	CIMRA	2.3.	Modernização Administrativa	500.000,00	425.000,00	-15
E8 - EQUAL 2. Programa Regional de Articulação e Valorização da Rede de Formação e Capacitação Profissional	CIMRA	10.1	Educação e Formação	1.500.000,00	1.275.000,00	-15
E3 - Serviços partilhados	CIMRA	2.3.	Modernização Administrativa	800.000,00	680.000,00	-15
E2 -Transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico, com reforço de margens dos principais canais de navegação, seu balizamento e sinalização	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	12.000.000,00	0,0	-100
E2 - Construção e consolidação de motas e diques no Salgado Norte	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	7.500.000,00	0,0	-100
E2 -Consolidação dos Taludes da EN 327 entre o Carregal (Ovar) e S. Jacinto (Aveiro)	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	8.150.000,00	0,0	-100
E2 -Desassoreamento para reforço de margens na Paleira de Fermenlelos e na Barrinha de Mira	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	2. 600.000,00	0,0	-100
E2 -Requalificação ambiental dos rios Águeda, Cértima e Levira (inclui desassoreamento e reforço de margens)	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	4.150.000,00	0,0	-100
E2 -Projecto Integrado de (Re) Qualificação das Margens do Rio Vouga e Caima -Inter-Municipal	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	4.000.000,00	0,0	-100
E6 -VALE-IN 2b. Apoio a novas iniciativas empresariais	CIMRA	8.3.	Empreendedorismo e criação de empresas	4.000.000,00	4.000.000,00	0
E6 -VALE-IN 2c. Apoio a novas iniciativas empresariais	CIMRA	8.8.	Empreendedorismo e criação de empresas	2.600.000,00	2.600.000,00	0
E6 -VALE-IN 4. Valorização e Promoção de Projetos de Inovação Social	CIMRA	9.1.	Inovação Social	1.500.000,00	1.275.000,00	-15
E5 - Programação Cultural em Rede na Região de Aveio 2020	CIMRA	6.3.	Património Cultural	800.000,00	0,0	-100
E4 -PLANO INTERMUNICIPALDE EMERGÊNCIA -PIE-RIA	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e gestão de riscos	400.000,00	340.000,00	-15
E4 -Sistema Integrado de Gestão de Riscos Tecnológicos da RA -SIGERT RA	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e gestão de Riscos	398.500,00	338.725,00	-15
E4 -Implementação do PIE-RIA e Planos Municipais de Emergência de proteção civil	CIMRA	5.2.	Proteção Civil e Gestão de Riscos	3.000.000,00	0,0	-100
E8 -PRICE 3. Programa Integrado de Formação para o conhecimento científico no Ensino Básico e Secundário	CIMRA	10.1.	Educação e Formação	5.000.000,00	4.250.000,00	-15

E8 -Plano Integrado Regional de Combate ao Insucesso Escolar	CIMRA	10.1.	Educação Sucesso Escolar	1.500.000,00	1.275.000,00	-15
Total				92 868 500	32 138 725	-65,4

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-CIM Região de Aveiro - Quadro de investimentos; PDCT da CIM Região de Aveiro contratualizado (2015) - Quadro de investimentos.

A CIM refere algum histórico no desenvolvimento deste tipo de projetos, um exemplo é a Associação de Municípios da Ria com 30 anos e um histórico de desenvolvimento de projetos comuns. Na área da modernização administrativa o Projeto Aveiro Digital é emblemático. No PDCT a CIM mantém uma aposta forte nos projetos intermunicipais, o que não significa que os projetos envolvam todos os municípios. O PDCT funciona como alavanca para estes projetos intermunicipais e no domínio da modernização administrativa permitiu proceder a reengenharia de processos. Mas a CIM tem muitos grupos de trabalhos intermunicipais que estão muito além do PDCT.

PDCT4. O envolvimento dos atores foi o adequado para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território?

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A CIM classificou como substantiva a participação destas entidades na conceção da EIDT e do PDCT e destacou os resultados positivos dessa participação, sobretudo no que se refere ao estabelecimento de parcerias, complementaridade de projetos e ao alargamento do âmbito da EIDT.

A sua participação foi assegurada principalmente através do envolvimento em sessões públicas de debate e da participação em grupos de trabalho. Os municípios foram as entidades que participaram com mais frequência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIMAL ao Inquérito às CIM:</p> <p>Participaram com muita frequência (6); - Municípios,</p> <p>Participaram com frequência (5): Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)</p> <p>Participaram moderadamente (4): - Juntas de Freguesia. - Entidades representativas dos Setor social sem fins lucrativos; - Agências públicas regionais; - Entidades privadas com fins lucrativos.</p> <p>As agências públicas regionais que participaram na definição da EIDT foram a ARH Centro, Direção Regional de agricultura, Direção Regional da Saúde, Direção Regional da Educação</p> <p>Participaram pouco (3): -- Entidades representativas dos Setor ambiental sem fins lucrativos; - Agências públicas da administração central; - POR/ CCDR.</p> <p>A Agência Pública da administração central que participou na definição da EIDT indicada pela CIM, foi a Agência Portuguesa do Ambiente.</p>

Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva por parte da maioria das entidades, com exceção das agências públicas da administração central e das entidades representativas do setor ambiental, cuja participação foi formal.</p> <p>As sessões públicas de debate e a inclusão em grupos de trabalho, foram as principais formas de envolvimento das entidades. No caso das Juntas de Freguesia, do POR/CCDR e das entidades representativas do setor ambiental a sua participação fez-se exclusivamente através da presença em sessões públicas de debate.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Tipo de resultados gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento do âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate
Municípios	6	Substantiva	x	x
Juntas de freguesia	4	Substantiva		x
POR/CCPPOR/CCDR	3	Substantiva		x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	x	x
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	3	Formal		x
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	x	x
Agências públicas da Administração Central	3	Formal	x	x
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	4	Substantiva	x	x
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	Substantiva	x	x

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

O texto da EIDT refere que esta resulta de um processo de discussão entre a CIM e a Universidade de Aveiro, entidade responsável pela elaboração do documento. Refere, ainda, que houve um intenso processo de participação no qual os municípios foram centrais. Os elementos de diagnóstico regional e de identificação do potencial de inovação da região envolveram a participação de stakeholders regionais dos setores do conhecimento, empresarial, saúde, educação, economia social, administração pública. As componentes de definição estratégica, plano de ação e plano de investimentos envolveram apresentações públicas e audição de stakeholders. Foram, ainda, desenvolvidos quatro workshops temáticos.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. O envolvimento dos diversos atores contribui para a boa implementação dos PDCT?

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Na candidatura ao PDCT foram identificados 3 tipos de envolvimento e responsabilidade de parceiros: parceria em co-promoção no âmbito do Programa Região de Aveiro Empreendedora; colaboração através da garantia de recursos, meios e informação no âmbito dos Programas Integrados de Combate ao Insucesso Escolar; (iii) facilitação no âmbito das competências formais de determinadas entidades relativamente a alguns domínios. Contudo, na medida em que no PDCT a generalidade dos projetos do quadro de investimentos são da responsabilidade dos municípios ou da CIM a participação de outras entidades ou stakeholders na implementação do PDCT faz-se de forma menos formalizada.

No plano da governação do PDCT há um conjunto de órgãos participados por diversas entidades: (i) a Comissão Interinstitucional de Coordenação da Estratégia da Região de Aveiro que integra o Conselho Intermunicipal da Região de Aveiro e parceiros institucionais nomeadamente a Universidade de Aveiro e a Associação Industrial de Aveiro, que coordena a implementação da Estratégia; (ii) um órgão consultivo o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - CEDI, composto por Universidade de Aveiro, Conselho Empresarial da Região de Aveiro, Diocese de Aveiro, Destacamento Territorial de Aveiro da GNR, Comando Distrital da PSP de Aveiro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares Delegação do Centro, Administração Regional de Saúde do Centro, Agência Portuguesa do Ambiente - ARHCentro, Administração do Porto de Aveiro, Comunidade Portuária de Aveiro, Águas da Região de Aveiro, SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A., Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, Associação dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, Confraria Gastronómica do Bacalhau, ADASMA Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa, Associação Viking Kayak Clube, ANATA Associação dos Naturais e dos Amigos de Águeda, Associação Recreativa e Carnavalesca de Ovar, Santa Casa da Misericórdia de Vagos, Federação Regional das Associações de Pais de Aveiro, Associação Náutica da Torreira, Agrupamento de Escuteiros de Anadia 221, Banda Visconde de Salreu.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Envolvimento dos diversos stakeholders na implementação do PDCT

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos stakeholders na implementação do PDCT	<p>Envolveram-se de forma continuada – Municípios e POR/CCPPOR/CCDR.</p> <p>Envolveram-se pontualmente - Juntas de Freguesia, Entidades do sector económico sem fins lucrativos, Agências públicas da Administração Central e regional.</p> <p>Não se envolveram - Entidades do setor ambiental e social sem fins lucrativos e entidades privadas.</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos stakeholders	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIM no inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade das intervenções; - Alargamento do âmbito de atuação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

O quadro seguinte caracteriza a forma de envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT.

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Forma de envolvimento
Municípios	- Recolha formal de pareceres e contributos; - Inclusão em grupos de trabalho.
Juntas de freguesia	Recolha formal de pareceres e contributos.
POR/CCPPOR/CCDR	Recolha formal de pareceres e contributos.
Agências públicas da administração Central e regional.	Recolha formal de pareceres e contributos e inclusão em grupos de trabalho.
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Inclusão em grupos de trabalho.

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT6. O modelo de gestão do PDCT é o mais adequado à sua implementação? Qual o contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções?

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A delegação de competências abrangeu só o POR, uma vez que o PDR não delegou competências e no POSEUR o único projeto era intermunicipal pelo que a CIM não poderia assumir competências delegadas. A CIM avalia como muito positivo o modelo de delegação de competências.

A CIM refere, ainda, em entrevista que a gestão do PDCT tem um peso administrativo muito grande, sobretudo na fase de candidaturas e nas verificações administrativas dos pedidos de pagamento e que é necessário um clima de maior segurança e confiança. Considera que na fase de aprovação e mesmo na execução as responsabilidades são partilhadas entre OI e AG e que no Portugal 2020 registaram-se alterações que complicaram os processos, por exemplo os regulamentos são muito extensos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	A CIM classificou todas as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM, com um grau elevado de adequação 6 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada), o que traduz uma avaliação muito positiva.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	A CIM classificou como positivo o contributo para as seguintes dimensões: <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território.

Indicador	Resposta/Evidências
	Classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões: - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências não delegadas, que poderiam ter sido: - Definir os critérios de seleção a das operações; - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

Os processos de articulação estão definidos e funcionam bem no caso do POR, não estão definidos no caso do POSEUR, PDR e POISE. No caso do POSEUR porque a CIM não tem competências delegadas porque é promotora do projeto do POSEUR no PDCT. No caso do POISE as TI nunca foram operacionalizadas. No caso do PDR o processo foi todo gerido sem intervenção das CIM, o facto do projeto mais significativo ser intermunicipal não permitiria a intervenção da CIM enquanto OI.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação no caso do POR: - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal. No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM considerou esta questão NA (não aplicável) uma vez que não houve qualquer articulação.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	No caso do POR: - A emissão de pareceres funciona de forma muito boa (classificação 6 numa escala de 1 a 6); - As reuniões periódicas, as reuniões de coordenação e a ligação com um ponto focal funcionam de forma boa (classificação 5, numa escala de 1 a 6).

PDCT7. Os recursos afetos à gestão do PDCT são suficientes face ao modelo de gestão contratualizado?

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIM classificou como muito adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou a sua dimensão como adequada e as competências como muito adequadas. Foram referidas dificuldades sentidas com o número de candidaturas das PI 8.3 e 8.8, que fizeram com que o volume financeiro do PDCT aumentasse muito e o número de operações sem que o dimensionamento da equipa acompanhasse este crescimento. A CIM considera que dimensionou mal a equipa técnica tendo em conta a novidade que foi a gestão do SI2E. Refere igualmente que é difícil programar e dimensionar a estrutura quando o nível de alterações ao PDCT é tão elevado como aquele que se verificou.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.

Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM classificou como muito muito adequada esta dotação (grau de adequação 5, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 3 Elementos externos: 1
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como adequada (4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como muito adequadas (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	A CIM referiu que um dos problemas que sente é a insuficiência do nº de pessoas afetas à equipa técnica, o que contradiz a resposta anterior relativa à adequação da dimensão da equipa técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A equipa estava capacitada e foram desenvolvidas ações de capacitação na área dos sistemas de informação e da contratação pública. Esta última área é aquela em que a CIM sente maior necessidade de capacitação das suas equipas. A estabilidade da equipa que é a mesma desde o QREN justifica esta apreciação por parte da CIM.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Sistemas de informação. - Contratação Pública.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou como adequadas as ações de capacitação desenvolvidas em Sistemas de informação (grau de adequação 5) e como muito adequadas as ações e capacitação desenvolvidas em contratação pública (grau de adequação 5), numa numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIM identificou as seguintes áreas, na resposta ao Inquérito às CIM: - Contratação Pública.

PDCT8. O processo de elaboração dos Avisos de concurso e a sua calendarização foi o mais adequado e eficaz à implementação da PDCT

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

No caso do POSEUR a CIM refere que foi ouvida quanto aos prazos. Apesar de ter havido articulação a CIM considera que a articulação podia ser melhorada, por exemplo nos casos do SI2E e do PAPN.

O envolvimento e participação da CIM na elaboração dos Avisos do POR não envolveu as componentes associadas às dotações financeiras e a definição dos calendários. Na generalidade dos aspetos deram contributos que foram parcialmente integrados. No caso da adaptação dos avisos às especificidades territoriais as sugestões da CIM foram integradas embora em entrevista a CIM afirme que tenha espaço de melhoria. Identificámos adaptações em termos de critérios de seleção e respetivas majorações ou critérios de elegibilidade nos casos das PI 8.3. e 8.8.

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>No caso do POR:</p> <p>Deram contributos e foram integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Deram contributos que foram parcialmente integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição das TO/Medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Indicadores; - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. <p>Não deram contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário de abertura dos AAC. - Dotação financeira. <p>No caso do POSEUR, PDR e do POISE a CIM não espondeu a esta questão no Inquérito às CIM.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p><u>PI 8.3 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) - CIM Região de Aveiro</u> <u>- AVISO N.º CENTRO-M7-2017-42</u></p> <p>No ponto 9.1 – Incentivo ao investimento, o Aviso define o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de cofinanciamento diferenciada (superior) para operações situadas em território de baixa densidade. - Majoração de projetos enquadrados nas prioridades relevantes para os territórios abrangidos no AAC, nos seguintes termos: i) Projetos desenvolvidos nas áreas delimitadas dos PARU e dos PAICD: 10 pp; ii) Projetos que incidam nas áreas de especialização identificadas como prioritárias: Mar e a Ria, Agroalimentar e Florestal, Materiais, e Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica: 20 pp; iii) Empresas que se instalem em espaços da Rede de Incubadoras de Empresas da Região de Aveiro (IERA): 5 pp. <p><u>PI 8.8 – PAPN (Base Local). AVISO N.º CENTRO-D7-2021-07</u></p> <p>O Aviso limita o âmbito setorial das operações às CAE do sector da indústria, em concreto as atividades incluídas nas divisões 05 a 33 da CAE, bem como as CAE das divisões 55 – Estabelecimentos hoteleiros, turismo em espaço rural e parques de campismo, 56 – Restauração e similares e 93 atividades de animação turística.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIM referiu que os atrasos no lançamento dos concursos tiveram um impacto na execução do PDCT. Nas dimensões ritmos de lançamento dos concursos e tempo entre a realização das ações de divulgação e prazo de submissão de candidaturas que houve PI com avaliação da adequação mais baixa. As PI 5.1. e 5.2. são as que têm avaliação mais baixa nos diversos itens relacionados com a abertura de avisos de concursos.

TABELA SÍNTESE — INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 4,4</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 2.3, 4.3., 6.3., 8.3., 8.8., 9.7., 10.1., 10.5. - Foi considerado adequado (grau de adequação 2) nas seguintes PI 5.1. e 5.2. <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 4,8.</p>

- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 2.3., 4.3., 6.3., 8.3., 8.8, 9.7., 10.1, 10.5.

- Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 5.1, 5.2..

Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 4,2.

- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 8.3., 8.8, 9.7., 10.5.

- Foi considerado adequado (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 2.3., 4.3., 6.3., 10.1.

- Foi considerado suficiente (grau de adequação 3) nas seguintes PI: 5.1. e 5.2..

Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 5.

- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) na seguinte PI: 10.1.

- Foi considerado adequado (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 2.3., 4.3., 5.1, 5.2., 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para a PI 9.1 Inclusão ativa que foi em sede de reprogramação eliminada do Pacto.

A CIM fez uma avaliação positiva do grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado aos objetivos da EIDT e PDCT e ao público-alvo e menos adequadas aos indicadores de realização e de resultado do PDCT, e, as necessidades do território. A PI 4.3. é que tem uma avaliação menos positiva em todos os indicadores considerados, a CIM considera que as condições eram muito pouco atrativas, as regras aplicáveis estavam relativamente indefinidas e a ferramenta auxiliar de candidatura não estava estabilizada e as orientações técnicas eram vagas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção contratualizadas com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI.2.3. Promoção das TIC na administração e serviços públicos PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos PI 6.3. – Património natural e cultural PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde. PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas. PI 8.8 Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local. PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRIL – Transição Digital da Educação. PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário 3.4.2 - Melhoria da eficiência dos regadios existentes 3.4.3 - Drenagem e estruturação fundiária</p> <p>Todas as tipologias contratualizadas tiveram concursos lançados com exceção da 9.1. que em reprogramação foi retirada do Pacto.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 4,3 relativamente a esta dimensão. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos seguintes casos: PI 2.3., 8.8., 10.1. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: PI 5.1., 5.2., 6.1., 6.3., 9.7., 10.5. - Foram consideradas moderadamente adequadas (grau 3) nos seguintes casos: PI 4.3. <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,9 relativamente a esta dimensão. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nas PI 8.8. e 10.1. - Foram consideradas adequadas (grau 4) nas PI 2.3., 6.3., 8.8., 9.7., 10.5. - Foram consideradas moderadamente adequadas (grau 3) nas PI 4.3., 5.1., 5.2.

Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):

- A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 4 relativamente a esta dimensão.
- Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nas PI 2.3. e 10.1.
- Foram consideradas adequadas (grau 4) nas PI 5.1., 5.2., 6.3., 8.3., 8.8., 9.7. e 10.5.
- Foi considerada pouco adequada (grau 2) a PI 4.3.

Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):

- A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,2 relativamente a esta dimensão.
- Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 2.3., 8.3., 8.8., 10.1.
- Foram consideradas moderadamente adequadas (grau 3) nas PI 5.1., 5.2., 9.7., 10.5.
- Foram consideradas pouco adequadas (grau 2) a PI 4.3. e 6.3.

PDCT9. O processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação do PDCT?

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

O processo de análise e seleção teve a avaliação mais positiva por parte da CIM, relativamente à interação com o SI FEDER, à Interação com o Balcão 2020 e à periodicidade das reuniões do Conselho Intermunicipal. Nos restantes parâmetros de análise a avaliação foi menos favorável, destacando-se a avaliação muito negativa da interação com o Sistema de Informação FSE.

A CIM considera que houve uma regressão quanto aos sistemas de informação, nomeadamente porque as informações solicitadas nos formulários são insuficientes, tornando o formulário num instrumento de nível macro. No passado havia mais informação e esta estava mais integrada. Por exemplo todos os pedidos de informação solicitados em sede de análise de candidaturas são enviados por email, enquanto que no passado eram carregados no SI.

O Balcão 2020 funciona bem como agregador.

Os prazos de análise das candidaturas não têm sido cumpridos na generalidade das PI.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise e seleção de operações, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,7. - Os procedimentos foram considerados adequados (4) para todas as PI exceto na PI 8.3, em que foram considerados pouco adequados (2) e 8.8. em que foram considerados moderadamente adequados (3). <p>Crítérios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,4. - Foram considerados adequados (4) para todas as PI mobilizadas exceto nas PI 4.3 e PI 8.8.. Nestes caso foram considerados pouco adequados (2) e moderadamente adequados (3). <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,7. - Foi considerada adequada (4) para todas as PI mobilizadas, exceto na PI 4.3. Neste caso foi considerada moderadamente adequada (3). <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,2. - Foi considerada adequada (4) nas PI 5.1. e 5.2. Moderadamente adequada (3) nas restantes PI mobilizadas e pouco adequada nas PI 8.3., 8.8., 4.3. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <p>Foi considerada muito adequada (5) em todas as PI mobilizadas.</p> <p>Carga burocrática</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2,8. - Foi considerada adequada (4) na PI 5.2. - Foi considerada moderadamente adequada nas PI 2.3., 9.7., 10.1. e 10.5. - Foi considerada muito pouco adequada (2) nas PI 8.8. e 8.3. - Foi considerada nada adequada (1) na PI 4.3. <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,5. - Foi considerada adequada (4) na PI 8.3. - Foi considerada moderadamente adequada (2) na PI 10.1. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 4 - Foi considerada adequada (4) em todas as PI FEDER mobilizadas. <p>Interação com outros SI</p> <ul style="list-style-type: none"> - NR. <p>Interação com o Balcão 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 4 - Foi considerada adequada (4) nas PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5.
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas não têm sido cumpridos, com exceção da PI 5.2.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado nº de candidaturas (PI 2.3., 6.3., 8.3, 8.8 e 10.1.); - Articulação entre OI e AG (PI 4.3., 8.3. e 8.8); - Atrasos da AG no processo de análise e decisão (PI 2.3., 6.3. e 10.1.); - Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades (PI 4.3., 9.7., 10.5) - Reduzida dimensão da equipa técnica afetou a análise de candidaturas em todas as PI, cujos prazos de análise não foram cumpridos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 57:

Na Autoavaliação do PDCT da CIM da Região de Aveiro refere que no caso das PI 8.3 e 8.8 o atraso na análise de candidaturas de ficou a dever não só ao número elevado de candidaturas, mas também à “falta de orientações técnicas, inicialmente para os Beneficiários e mais à frente para os Organismos Intermédios, responsáveis pela análise”, bem como ao processo demasiado burocrático que envolvia inúmeros documentos e um formulário pouco adequado. Registou-se uma dificuldade na “harmonização de critérios e procedimentos a adotar no âmbito da análise das candidaturas SI2E, quer na admissibilidade, quer na análise técnico financeira, considerando os entendimentos iniciais dispares, na presença de uma portaria de “banda larga” a necessitar claramente de enquadramento técnico específico.” Esta dificuldade é compatível com o tempo médio de decisão de aprovação de candidaturas apresentado na tabela abaixo que demonstra que estas duas PI são aquelas onde os tempos são mais longos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo devido principalmente ao tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3, 8.8.. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 5.2, e 2.3.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3.	1	1	166	92	258
4.3.	0	0	-	-	-
5.2	1	1	105	34	139
6.3	2	1	412	170	268
8.3	61	55	516	160	669
8.8	83	75	510	142	648
9.7	8	8	391	113	504
10.1	1	1	280	594	874
10.5	27	26	282	18	283
Total	184	168	466	129	585

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (proteção civil, saúde, educação, etc....). Este envolvimento é assim uma decorrência de uma obrigatoriedade formal da qual depende a elegibilidade das candidaturas ou a sua aprovação (no caso de pareceres vinculativos). Este aspeto foi um dos referidos como causa de atrasos na seleção de candidaturas. A CIM refere mesmo que a administração devia articular-se melhor no que se refere aos pareceres obrigatórios, considerando por exemplo que na área ambiental o “processo foi dramático”.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos):</p> <p><u>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos.</u> As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. (Aviso-Convite Ações Inovadoras para a Prevenção e Gestão de Riscos no âmbito dos Pactos Para o Desenvolvimento e Coesão – 2º Aviso- 2018).</p> <p><u>PI 9.7 – Investimentos em Infraestruturas de Saúde.</u> As candidaturas deverão apresentar o parecer a emitir pelo respetivo serviço que tutela a área da Saúde. (AVISO N.º CENTRO-42-2021-20)</p> <p><u>PI 10.1. PLANOS INOVADORES DECOMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR II</u> As operações a implementar são objeto de pareceres não vinculativos da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e da Direção Geral de Educação, sobre a complementaridade com outros instrumentos de planeamento estratégico das escolas no domínio da promoção do sucesso escolar, nomeadamente com os Planos Plurianuais de Melhoria, no caso dos TEIP. AVISO N.º CENTRO 66-2020-84</p> <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário).</u> Critérios de elegibilidade das operações: As candidaturas deverão ainda apresentar obrigatoriamente o comprovativo do parecer favorável a emitir pelo respetivo serviço que tutela a área da Educação, aprovando o programa de espaços da infraestrutura. (AVISO N.º CENTRO-73-2021-21).</p>

PDCT10. Os processos de monitorização e avaliação foram adequados à eficaz implementação dos PDCT?

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

A avaliação realizada foi uma autoavaliação datada de 2018 e que tem um pendore de relatório de atividades. A baixa execução do PDCT à data, justificada pelo arranque tardio do Portugal 2020 e pelos atrasos no lançamento dos primeiros avisos poderá não ter justificado maior esforço de avaliação. Contudo, em sede de candidatura a CIM da Região de Aveiro afirmava a intenção de implementar um sistema de avaliação e monitorização externo que a cada dois anos disponibilizasse evidências relativamente à execução do PDCT. Antecipava-se, já nesta fase, a intenção de proceder, em sede de avaliação, à revisão de indicadores e metas do PDCT por se considerar a existência de “um risco de alteração das condições de análise que geraram as metas indicadas”.

Não temos, porém, evidência da realização deste exercício.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIM no Inquérito às CIM: - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos, - Realização de reuniões de balanço com a Equipa técnica, - Realização de balanço com as AG, - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIM classificou como adequado (grau de adequação 4) a resposta a solicitações dos PO Financiadores; a elaboração de relatórios de monitorização periódicos; realização de reuniões de balanço com a Equipa técnica e com um grau de adequação menor (3) a realização de balanço com as AG e reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	Autarquias e Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos, Realizou avaliação Intercalar, Pretende realizar avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Recursos internos da CIM. A avaliação realizada foi uma autoavaliação em 2018.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A CIM identifica aspetos internos, como a dimensão e a competência da equipa técnica como um entrave à monitorização e avaliação. Contudo, era intenção inicial da CIM de manter um sistema de monitorização e avaliação externo que, nomeadamente procedesse à revisão de indicadores e metas. O reconhecimento da complexidade das intervenções associado aos aspetos anteriores teria justificado a implementação da estratégia de monitorização e avaliação prevista em sede de candidatura.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Diversidade e complexidade de intervenções, Dimensão da equipa técnica, Competências da equipa técnica.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIM não identificou este tipo de medidas.

PDCT11. Verificaram-se as revisões necessárias à EIDT e aos PDCT?

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foi realizada uma autoavaliação do PDCT em 2018. Contudo, este documento não contempla uma dimensão de recomendações.

Foram feitas alterações ao PDCT decorrentes de exercícios de reprogramação. O último que conhecemos em 2021. Há alterações que resultam de um exercício interno da CIM decorrente dos graus de flexibilidade que, entretanto, foram garantidos, nomeadamente no plano financeiro com a possibilidade de passar verbas entre Fundos. Outras alterações são globais e resultam dos exercícios de reprogramação do Portugal 2020 e da chamada reprogramação COVID.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes: - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida. As alterações que resultaram das revisões do PDCT, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e melhoria do desempenho físico e financeiro. Foi eliminada a PI 9.1. Foi reafetada verba da PI 4.3. para a PI 9.7., dado que o reforço da componente infraestrutural na área da saúde era necessário. Foi efetuado o reforço global do financiamento ao PDCT em virtude do reforço substancial das PI 8.3., 8.8, 9.7 e 10.5.

PDCT12. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT?

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A CIM não tem uma estratégia de comunicação orientada ao PDCT. Realizou algumas ações de divulgação, mas não realizou processos de auscultação da população. O PDCT contratualizado não previa este tipo de ações. O balanço efetuado da adesão às ações de divulgação realizadas é muito positivo no caso das reuniões com parceiros, sessões de divulgação informação e esclarecimento e dos grupos de trabalho temáticos. O balanço da adesão é um pouco mais baixo (nível 4 numa escala de 1 a 6, em que um é fraca adesão) no que se refere aos produtos de comunicação como o site e outros instrumentos de comunicação institucional da CIM, bem como no que se refere a feira e mostras temáticas.

A página de Internet da CIM tem uma área dedicada ao Desenvolvimento Regional com uma entrada para o PDCT que explica brevemente o que é este instrumento e disponibiliza o PDCT contratualizado. Por seu turno, na área dos projetos onde a CIM

apresenta os projetos que concretizou ou em curso e nestes consta a identificação do instrumento de financiamento, entre os quais o PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Não.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	Reuniões/encontros com parceiros 3 com um total de 11 participantes Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento 11 com um total de 200 participantes Reuniões, seminários, workshops públicos 1 com um total de 25 participantes Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site) 5 Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...) 2 Grupos de trabalho temáticos 1 com um total de 11 participantes Visitas a projetos de investimento,... 3 Feiras, festas temáticas, mostras de produtos locais 11 com um total de 1100 participantes.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não foram realizados processos de auscultação junto da população.

PDCT13. Identificam-se boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT?

A abertura a áreas que estão além das áreas tradicionais dos municípios é um aspeto sublinhado pela CIM que refere que a EIDT já ia além dos municípios e o PDCT acabou por também o fazer, sendo para isso muito relevantes as intervenções em áreas novas como as da PI 8.3., 8.8. e 10.1. A implementação da TI 10.1. é um caso sublinhado pela CIM em entrevista que refere que embora a TI fosse difícil de arrancar porque era uma área nova e difícil permitiu uma cooperação entre os municípios facilitadora da aprendizagem: os projetos foram liderados pelos municípios mais experientes no domínio, “os que iam à frente” e que “ajudaram os outros”. O objetivo não foi que chegassem todos ao mesmo nível, mas que todos crescessem nesta área de intervenção.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM , na resposta ao Inquérito às CIM: - Modelo de funcionamento da CIM; - Partilha de conhecimentos; - Cooperação entre beneficiários e stakeholders; - Operações inovadoras para o território.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Os níveis de realização física e financeira do PDCT são adequados face ao previsto?

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 513 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas na PI 8.8 (Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local) e também na PI 8.3 (Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas), embora neste caso com uma representatividade inferior. Estas candidaturas correspondem a 81,4% do número total de candidaturas rececionadas, mas representam apenas 41% do custo total apresentado.

À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas ultrapassou o número de candidaturas previstas no PDCT contratualizado, nas PI associadas às infraestruturas (9.7. e 10.5), na PI 6.3., na PI FEADER e, ainda, na PI FSE 10.1., exceto na PI 5.2, em que foi equivalente.

No caso da PI 8.8, o número de candidaturas rececionadas não é compatível com o reforço da dotação financeira realizado em 2021. A procura terá sido muito superior ao expectável, pelo que é provável ainda um reforço da dotação desta PI.

Este PDCT não tem qualquer candidatura concluída o que revela algumas dificuldades na execução.

O número de candidaturas aprovadas ou em execução, é superior ao número de operações previstas no caso das PI 10.5., M04 e nas PI 8.3. e 8.8 e é inferior ou equivalente nas demais PI com operações previstas no quadro de investimentos. É expectável que venha a ocorrer o reforço da dotação financeira destas PI.

Face a estes dados a procura não reflete, de um modo geral, a programação contratualizada, mesmo considerando a reprogramação de 2021. Os desajustamentos são evidentes nas PI 5.2, 6.3., 8.8, 9.7. e 10.5 onde os montantes candidatados são muito superiores aos montantes contratualizados. Já no caso da PI 8.3. a procura revelou-se bastante inferior ao montante contratualizado.

A elevada procura regista na PI 8.8. é compatível com as dificuldades reportadas no que concerne aos processos de análise e seleção de candidaturas e ao cumprimento de prazos nestes processos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 8 candidaturas no PDR com um investimento total de 14 700 261,16 - 505 candidaturas englobando PO Centro e POSEUR com um custo total de 140 028 016 euros. <p>À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou o número de candidaturas previstas no PDCT de acordo com a última alteração em 2021 nas PI 6.3., 9.7., 10.1., 10.5 e M04.</p> <p>No caso da PI 5.2. as candidaturas rececionadas correspondem ao número de candidaturas previstas. Nas restantes PI o número de candidaturas rececionadas foi inferior ao número de candidaturas previsto no PDCT contratualizado.</p> <p>No caso das PI 8.3. o número de candidaturas rececionado, apesar de elevado, terá ficado aquém das expectativas já que não esgotam o montante de fundo contratualizado nesta PI.</p> <p>No caso da PI 8.8 o número de candidaturas rececionadas e o montante candidatado é de 64M€ para um montante contratualizado de cerca de 5M€, indiciam uma procura superior ao expectável.</p> <p>Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.</p>

Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>A taxa de admissibilidade é em regra bastante elevada o que indica uma boa qualidade formal das candidaturas. Porém, há 241 candidaturas submetidas sem que haja decisão relativamente às mesmas, na grande maioria são da PI 8.8.</p> <p>A taxa de reprovação global (25,5%) é explicada quase na totalidade pelas taxas de reprovação nas PI 8.3 e 8.8. .</p> <p>A taxa global de desistência (5,9%) é explicada pelas candidaturas desistidas nas PI 8.3. e 8.8.</p> <p>Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</p>
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<p>Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM:</p> <p>Falta de dotação financeira disponível PI 8.8/8a.</p> <p>Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários PI 8.3/8iii., 8.8/8a.</p> <p>Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos PI 8.3/8iii., 8.8/8a.</p> <p>Falta de documentos necessários à instrução da candidatura PI 8.3/8iii., 8.8/8a.</p> <p>Crítérios de seleção das operações PI 8.3/8iii., 8.8/8a</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por PI

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2015)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
		Nº	%	€	%
2.3.	4	1	0,2	2 851 817,00	1,7
4.3.	17	8	1,6	3 453 299,00	2,1
5.2	2	2	0,4	1 597 000,00	1,0
6.3	2	3	0,6	5 977 419,00	3,7
8.3	1	90	17,5	2 622 664,00	1,6
8.8	1	328	63,9	64 522 755,00	39,4
9.1.	1	-	-	-	-
9.7	8	16	3,1	10 969 263,00	6,7
10.1	3	6	1,2	3 644 737,00	2,2
10.5	15	51	9,9	53 389 264,00	32,6
M04	3	8	1,6	14 700 261,16	9,0
Total	57	513	100,0	163 728 479,16	100

Fontes: PDCT da CIM Região de Aveiro – Quadro de investimento (2015); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. / PCDT CIM PDR 2020 30092021

Notas: A PI 9.1. foi eliminada em reprogramação posterior.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de Investimento										
	2.3.	4.3.	5.2.	6.3.	8.3.	8.8.	9.7.	10.1.	10.5.	M04	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	1	0	1	2	59	78	8	1	27	6	183
2. Não admitida	0	0	0	0	0	28	0	0	1	0	29
3. Não aprovada	0	0	1	0	26	11	0	0	0	2	40
4. Anulada	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	4
5. Desistida /rescindida/revogada	0	0	0	0	4	12	0	0	0	0	16
6. Submetida/admitida	0	8	0	1	0	196	8	5	23		241
7. Total Geral	1	8	2	3	90	328	16	6	51	8	513
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100	-	100	100	94,4	67,4	100	100	96,4	100	81,9
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100	-	50	100	65,5	59,1	100	100	96,4	100	67,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0	-	50	0	28,9	29,5	0	0	3,6	25	25,4
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0	-	0	0	4,4	9,1	0	0	0	0	5,9

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021 e PCDT CIM PDR 2020 30092021

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, ainda que estas não estejam formalizadas, espera-se que a reprogramação final a efetuar tenha um efeito de correção e de aproximação às dinâmicas de execução. Face a estas é expectável o reforço das PI que apresentam taxas de compromisso superiores a 100, nomeadamente nas PI 8.8, 9.7. e 10.5. No caso da M04 embora a taxa de compromisso seja superior a 100% a expectativa da CIM é ter uma quebra da execução, uma vez que consideram não ter condições para iniciar a obra prevista em virtude de só terem, até à data, conseguido realizar os estudos prévios. Nesse sentido, esperam poder reprogramar no sentido de transferir dotação para as medidas dos regadios.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era elevada (86,1%). As taxas de execução e de realização financeira situavam-se em 34,7% e 40,3% respetivamente, situação explicada pelas dificuldades já sinalizadas de atraso no lançamento dos avisos, de atraso na seleção e aprovação de candidaturas, de dificuldade de execução nas componentes infraestruturais em virtude das contingências da contratação pública, em particular o facto de alguns concursos ficarem vazios uma vez que os preços padrão são inferiores aos praticados no mercado e, por fim, no caso das PI 8.3. e 8.8 as dificuldades de tesouraria dos promotores. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.

O número de candidaturas aprovadas era igual ou superior ao previsto no PDCT contratualizado nas PI. 6.3., 9.7., 10.1, 10.5 e M04 em todas as PI com listas prévias de operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 86,1% sendo que, no caso das PI 8.8, PI 9.7., PI 10.1, PI 10.5 a taxas de compromisso ultrapassa os 100%. A PI 8.3 apresenta a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e realização financeira, situavam-se em 34,7% e 40,3% respetivamente. Não havendo qualquer operação concluída e face aos compromissos assumidos estas taxas deverão subir bastante ao fim do período de programação. A PI 5.2., 8.3 e M04 apresentam a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores. A PI 10.5, apresenta as taxas de execução e de realização financeira mais elevadas.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3.	2 424 044,03	1	2 424 044	1 271 787	100,0	52,5	52,5
4.3.	3 418 750,00	0	0	0	0,0	0,0	0,0
5.2	678 725,00	1	599 967	0	88,4	0,0	0,0
6.3	2 136 900,00	2	468 570	282 844	21,9	13,2	60,4
8.3	7 767 712,41	59	660 536	25 759	8,5	0,3	3,9
8.8	4 917 966,74	78	7 484 029	2 762 916	152,2	56,2	36,9
9.7	3 761 248,28	8	4 259 342	2 489 179	113,2	66,2	58,4
10.1	2 877 755,97	1	2 877 756	525 327	100,0	18,3	18,3
10.5	13 308 026,72	27	13 842 878	11 041 089	104,0	83,0	79,8
M04	13 588 014,00	6	14.608.514,11	622 500,02	107,5	4,6	4,3
Total	54 879 143,15	183	46 625 669	19 021 401	86,1	34,7	40,3

Nota: No caso da M04 o Fundo Aprovado em vigor corresponde a investimento elegível, o Fundo Executado corresponde a despesa pública paga.

Fonte: CIM Indicadores Centro e Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. PCDT CIM PDR 2020 30092021

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 E 84:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No PDCT contratualizado (2015), estão previstas 57 operações nas PI com listas prévias de operações, que representam uma dotação/Fundo de 48 940 914€.</p> <p>À data desta avaliação, o total de operações do PDCT (candidaturas rececionadas), no caso das PI com listas prévias de operações (excluídas as PI 8.3. e 8.8) indicativas é 95 sendo que o custo total apresentado é 96 583 155,10€.</p> <p>Na mesma data, estão aprovadas nestas PI, 46 operações, cuja dotação/Fundo aprovado é 39 081 071,11€.</p> <p>A procura (número de candidaturas rececionadas), à data desta avaliação, ultrapassou o previsto no PDCT nas PI. 6.3., 9.7., 10.1, 10.5 e M04, foi equivalente no caso da PI 5.2. e foi inferior no caso das PI 2.3. e 4.3.. No caso da PI 4.3. as condições de candidatura, as exigências técnicas e o financiamento tornou essa PI pouco interessante.</p> <p>O número de operações aprovadas, à data desta avaliação, é igual ao previsto no PDCT contratualizado em 2015 nas PI 6.3. e 9.7., superior nas PI 10.5 e M04 e inferior nas restantes.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM:</p> <p>Condições de elegibilidade das operações: PI 4.3., 8.3., 8.8</p> <p>Tipo de despesas elegíveis: 4.3. , 6.3., 8.3., 8.8., 9.7., 10.1., 10.5</p> <p>Taxa de incentivo – 4.3, 8.3. e 8.8</p> <p>Contexto socioeconómico: PI 8.3 e 8.8.</p> <p>Os estrangulamentos apontados no caso da PI 4.3 justificam, juntamente com a dificuldades de operacionalização, o desinteresse dos municípios.</p>

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 86 E 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021): PI/TI 2.3. – Modernização Administrativa; PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos; PI/TI 6.3 – Património natural e cultural; PI/TI 10.1. – Combate ao Insucesso Escolar M04 – Drenagem e estruturação Fundiária
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	À data de 30 de setembro de 2021, as operações intermunicipais aprovadas nas PI 2.3., 5.2. e 10.1. correspondem à totalidade do fundo aprovado em vigor, pelo que as restantes operações previstas no PDCT contratualizado em 2015 nestas PI ou foram eliminadas aquando da reprogramação de 2021 ou foram integradas conduzindo a um único projeto. Na implementação do PDCT há um equilíbrio entre o investimento municipal e intermunicipal. As operações intermunicipais representam 44,8% do fundo aprovado em vigor. Contudo, esta relação é distorcida pelo peso orçamental do projeto do Baixo Vouga Lagunar M04. O reforço da PI 10.5. com as obras nas escolas que são da responsabilidade municipal reduziu o peso da componente intermunicipal no PDCT. (Cf. tabela abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
	€	€	%
2.3.	2 424 044	2 424 044	100
4.3.	0	0	0
5.2	599 967	599 967	100
6.3	468 570	380 130	81,1
8.3	660 536	0	0
8.8	7 484 029	0	0
9.7	4259 342	0	0
10.1	2 877 756	2 877 756	100
10.5	13 842 878	0	0
M04	14.608.514,11	14 608 514,11	100
Total	46 625 669	20 890 411	44,8

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. PCDT CIM PDR 2020 30092021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM e Municípios: <u>Operações aprovadas:</u> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) e microempreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8). Todas as operações são promovidas por outros parceiros (empresas, empresários, pessoas singulares, ...). - M04 Juntas de Agricultores e DRAP Centro. Esta situação corresponde ao previsto em sede de PDCT contratualizado em 2015.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 89 A 91:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	Não existem operações concluídas à data de 31 de setembro de 2021.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo entre a data de assinatura do contrato e a data prevista de conclusão dos projetos aprovados é em média de 233 dias. Se considerarmos o período que decorre entre a data fixada para conclusão da operação e 30-09-2021 data para a qual temos reporte o atraso médio das operações é de 640 dias com valores que oscilam entre os 19 dias e os 1371 dias. Não dispomos deste tipo de informação para a M04.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	A CIM no inquérito apontou os seguintes motivos para o não cumprimento: Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados e atrasos no pagamento de pedidos de reembolso no caso das PI 8.3. e 8.8. Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura, no caso das PI 9.7 e 10.5 . Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças), no caso das PI 5.2., 9.7., 10.5. Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas,...) no caso da PI 4.3.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM: - Fundos próprios.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

A data de referência desta Avaliação não estava concluída qualquer operação, assim a ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas, à data desta Avaliação. À data de 30 de setembro de 2021 não havia qualquer operação concluída. Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIM referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável): - Muito Provável (6): 2.3., 6.3., 9.7, 10.1., 10.5. - Provável (5): 4.3. e 5.2. - Provável(4): PI 8.3.
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	- Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.

Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados em 2015 não tiveram as suas metas revistas, apesar da reprogramação efetuada em 2021. O que se prevê, de acordo com o POR Centro, é que esse acerto seja efetuado na reprogramação final. Neste sentido, não é expectável o incumprimento uma vez que a revisão será efetuada de acordo com o executado.</p> <p>Mesmo na fase de contratualização nem todos os indicadores tinham metas associadas. É o caso dos indicadores de resultado da PI 4.3 e da M04. Nestas duas PI não foram definidos indicadores complementares de resultado.</p> <p>Não temos informação sobre o comportamento dos indicadores e face às reprogramações realizadas é pouco provável que haja uma correspondência realista entre a execução dos projetos e as metas definidas em sede de contratualização em 2015.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão do PDCT contratualizado e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. É o caso do aviso no âmbito da PI 10.1. que contém indicadores de resultados não contratualizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da percentagem de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos % $\geq 10\%$ (a atingir em cada ciclo de ensino) - Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos % $\geq 25\%$ <p>Estes indicadores são calculados pelo Ministério da Educação.</p>
---	--

SQ26. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Os objetivos de desenvolvimento do território estão muito alinhados com a RIS3 e dada a natureza do PDCT e das suas tipologias intervenção o seu contributo para os aspetos centrais e mais dinâmicos da estratégia regional são limitados. Os objetivos de eficiência energética que articulavam bem com a estratégia de Aveiro Smart Region foram incluídos no PDCT, mas são também os menos conseguidos. Neste ponto apenas os projetos PDCT desenvolvidos no âmbito da Medida Aveiro Digital têm uma forte articulação com o foco da estratégia para o desenvolvimento do território assente na articulação entre inovação e tecnologia.

Dadas as PI disponibilizadas o PDCT foi muito orientado ao cumprimento dos objetivos associados à sustentabilidade do território. Nesse plano as medidas integradas nas PI 5.2. e PI 6.3. embora com a sua dimensão mitigada, são bastante relevantes, mas sobretudo a M04 que compreende a medida Baixo Vouga Lagunar. Esta última dada as dificuldades de execução poderá ter um contributo menor ao inicialmente esperado no momento da programação e da aprovação da operação.

Outra dimensão importante é o da qualificação dos serviços sociais e terá sido neste ponto que o contributo do PDCT mais se fez sentir.

Assim, as operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contributo, embora de modo variável, para algumas das Medidas do PDCT. Em todo o caso, a redução das dotações de algumas PI e projetos, a eliminação de outras e os atrasos na implementação podem resultar num contributo bastante menor do PDCT para o desenvolvimento do território do que o que foi ambicionado.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	<p>Uma vez que terá havido alterações substanciais ao PDCT contratualizado que não estão formalizadas e não estão refletidas no quadro de investimento, a análise que podemos fazer tem por base o especificado em sede de contratualização em 2015.</p> <p>A avaliação da importância das medidas para a concretização dos objetivos do PDCT é condicionada pelo grau de execução expectável que resulta das evidências recolhidas em entrevista, uma vez que não há reporte de metas neste momento.</p> <p>À partida a M04 seria uma medida essencial para a concretização dos objetivos do PDCT associados ao projeto do Baixo Vouga Lagunar. O projeto encontra-se em execução, mas com inúmeros atrasos pelo que é expectável que no âmbito do PDCT só venham a ser concretizados os estudos prévios e não a obra prevista. Este facto é um condicionante elevado ao contributo para os objetivos do PDCT num dos seus projetos mais relevantes.</p>

A CIM considera que este é o maior risco à execução que têm neste momento. No caso da PI 10.5. apesar da execução formal não ser elevada a execução real não coloca dificuldades. Neste ponto os objetivos do PDCT foram substancialmente alterados com a inclusão da modernização escolas do 2º e 3º ciclos do secundário, pelo que o ponto de partida (2015) não é adequado para esta análise.

A PI 10.1. tem condições de permitir o cumprimento dos objetivos traçados no PDCT e é um dos projetos com maior impacto.

Na PI 6.3. está em execução o projeto da Grande Rota da Ria de Aveiro ciclável que é importante na consolidação do projeto Polis Litoral Ria de Aveiro II.

É expectável que o projeto integrado na PI2.3. Região de Aveiro Digital permita cumprir os objetivos de modernização administrativa contratualizados.

A PI 9.7. cujos projetos foram orientados para a construção e requalificação de serviços de saúde constitui-se como muito importante para a concretização dos objetivos do Pacto.

Ficam comprometidos os objetivos associados às PI 9.1. e 4.3. que foram eliminados (no caso da 9.1.) e 4.3. sem qualquer candidatura em execução à data. Os objetivos no domínio da eficiência energética estão assim comprometidos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Face à implementação, às operações aprovadas e às suas perspetivas de execução consideramos que é no domínio da requalificação de escolas e requalificação e construção de equipamentos de saúde que o contributo será maior, desde logo porque as operações superaram as inicialmente previstas porque no caso da educação foram adicionadas intervenções ao PDCT para permitir requalificar escolas do 2º, 3º ciclo e secundários, retirar o fibrocimento e, ainda, incluir operações no âmbito da Escola Digital para responder ao COVID e no caso da saúde o número de operações foi superior ao previsto em sede de quadro de investimentos. No caso da Medida Educação destaca-se, ainda, o contributo do Programa de Combate ao Insucesso Escolar que teve resultados não inteiramente antecipados, dada a baixa expectativa com que esta PI foi encarada numa fase inicial.

Na Medida Polis Ria de Aveiro o contributo das operações aprovadas permite concretizar alguns dos objetivos traçados mas não todos, dada a redução das dotações.

Também no domínio da Cultura os contributos do PDCT foram reduzidos, ainda que o projeto Cultura em Rede tenha sido financiado fora do PDCT no âmbito do POR. O facto de a PI só ter financiado património nacional retirou relevância no âmbito dos objetivos do PDCT para este domínio.

Os contributos deverão ser nulos no caso da Medida de Eficiência Energética em virtude dos constrangimentos às candidaturas e à sua aprovação verificadas na PI 4.3. das quais resultam a inexistência de projetos aprovados.

SQ27. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

Houve articulação de projetos quer na fase de programação quer na fase de implementação. O próprio PO Centro promoveu algumas destas articulações, por exemplo abrindo avisos específicos para projetos de programação cultural em rede ou para projetos orientados à dinamização de áreas empresariais que articulavam com objetivos dos PDCT.

O PDCT e as suas medidas foram em muitos casos a continuidade de projetos anteriores com algum lastro como Aveiro Digital (no âmbito da Modernização Administrativa) ou o Polis Ria de Aveiro no âmbito da PI 6.3. O PDCT incorpora operações que fazem parte de estratégias de investimento mais amplas pelo que essa articulação nestas áreas estava presente na fase de programação.

Também o projeto do Baixo Vouga Lagunar se complementa com um projeto mais amplo de intervenção nas margens do Vouga financiado pelo Fundo Ambiental.

Esta articulação faz-se de forma explícita na fase de estratégia e de programação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	<p>A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação.</p> <p>A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a priori com a concessão de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.</p>
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Médio Tejo



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo

Região: Centro - NUT III Médio Tejo

Municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

População total: 228.744 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM do Médio Tejo contratualizado em 2015, encontrava-se alinhado com os Programas Temáticos (PT) e com os Objetivos estratégicos da EIDT reconhecida para o território abrangido por este instrumento, na medida em que as medidas e os investimentos previstos contribuem para a sua concretização. No entanto, este contributo é parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção está condicionado pelas Prioridades de Intervenção mobilizáveis⁶ e pelas tipologias de intervenção elegíveis, pelo que alguns objetivos específicos da EIDT serão concretizados através de outros investimentos a realizar no âmbito de outros instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>Objetivos Estratégicos da EIDT que serão concretizados parcialmente e Objetivos específicos que não constam/não são concretizados através do PDCT:</p> <p><u>Objetivo Estratégico 1: Valorização económica dos recursos endógenos e do potencial turístico.</u></p> <p>Objetivo específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Internacionalizar transversal e tematicamente a região (produtos, empresas, turismo), através de uma estratégia de comunicação e numa marca forte e visível capaz de projetar a região no exterior. <p><u>Objetivo Estratégico 2 - Incorporação de valor na atividade empresarial.</u></p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar as condições de suporte às atividades económicas, prosseguindo a estruturação da “Porta Norte” da Grande Região de Lisboa, como plataforma de atividades alavancada pela “inovação ao serviço da logística global” (Norte-Sul e Portugal-Espanha), materializar as pressões de procura induzidas pela localização privilegiada (A1-A23-A13 e porta ferroviária) e estudar a possibilidade de potenciação da mobilidade aérea com o aproveitamento da base de Tancos.

⁶ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Criar vantagens duradouras de localização empresarial, articulando intervenções a montante (no quadro da valorização económica de recursos endógenos) e a jusante (proximidade aos mercados alavancada por facilidades logísticas e de distribuição). - Viabilizar uma “rede regional de inovação e conhecimento” como mecanismo de mobilização de conhecimento e tecnologia para a inovação empresarial dinamizada por parcerias que aproximem centros de investigação, ensino superior e empresas. - Reduzir custos de contexto (ex. energia), ganhar escala e margem de negociação. - Institucionalizar a orientação empresarial para a internacionalização, por via da promoção de relações culturais de negócios onde se integra economia e cultura e pela dinamização da cooperação interempresarial. <p><u>Objetivo estratégico 3 - Promoção da coesão e da qualidade de vida</u></p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atuar na revitalização e animação do mundo urbano. - Promover uma efetiva “mobilidade regional, global e sustentável” articulando infraestruturas e serviços de transporte, alargando opções de intermodalidade para pessoas e mercadorias e promovendo soluções inovadoras de transporte (transportes flexíveis). <p><u>QE4 – Consolidação da massa crítica urbana</u></p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturar uma rede funcional de transportes coletivos de passageiros na região do Médio Tejo, apoiada numa gestão supramunicipal. - Reaproveitar, readequar e dinamizar os espaços urbanos reabilitados, como modo de reforço da atratividade. - Investir na renovação das infraestruturas básicas (por exemplo, drenagem de redes de esgotos e de abastecimento de água). <p><u>QE 5: Governação inteligente e multidimensional</u></p> <p>Objetivo específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suportar operacionalmente a capacidade de implementação de um modelo de governação regional da estratégia de desenvolvimento Médio Tejo 2020. <p>Ações dos Programas Temáticos da EIDT que não constam do PDCT:</p> <p>Todas as ações do PT 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de desenvolvimento urbano inovador e sustentável (requalificação e revitalização urbanas; Constituição do Fundo de Investimento Imobiliário do Médio Tejo, ...) - Intervenções estruturadas de valorização dos territórios de baixa densidade, enquanto polos de um sistema regional eficaz (residencial, laboral e lúdico/cultural) - Programa de otimização dos sistemas de saneamento e das redes de abastecimento de água <p><u>Ações do PT 2:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a capacidade de produção de energia através de fontes renováveis e apostar na mobilidade sustentável. - Programa de valorização e gestão de resíduos. <p><u>Ações do PT 3:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Requalificação do sistema de mobilidade interna. <p><u>Ações do PT 4:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento de competências dos centros de conhecimento e inovação regionais integrado no modelo regional de especialização inteligente. - Estruturação de mecanismos de articulação da rede regional de formação profissional e Superior. - Programa de apoio à internacionalização do tecido económico da região. - Consolidação e reforço da rede de ALE regional e infraestruturas de apoio. - Desenvolvimento do potencial logístico da região. <p><u>Ações do PT 5:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção turística de territórios de elevado valor natural e paisagístico. - Capacitação e sensibilização dos agentes envolvidos na gestão de bens culturais e naturais para a sua valorização económica. <p>Todas as Medidas e operações previstas no PDCT têm um contributo esperado para a concretização dos Programas Temáticos e dos Objetivos da EIDT. (Cf. Quadros abaixo - Matriz de alinhamento/contributo do PDCT para os Programas Temáticos da EIDT; Matriz de alinhamento do PDCT com os Objetivos Estratégicos da EIDT)</p>
<p>Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?</p>	<p>Esta cobertura é parcial.</p> <p>Todos os Objetivos Estratégicos da EIDT têm correspondência com as Medidas do PDCT. Todos têm pontos de contacto e recebem contributos do PDCT (Cf. Quadro - Matriz de alinhamento do PDCT com os Objetivos Estratégicos da EIDT).</p> <p>No entanto, esta correspondência é parcial, já que todos os Objetivos Estratégicos da EIDT têm objetivos específicos que não são cobertos pelo PDCT, como se pode observar no indicador 1)</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Os 5 Objetivos Estratégicos e os 6 Programas Temáticos da EIDT que contemplam 23 ações, ultrapassam o âmbito temático e o alcance do PDCT contratualizado, envolvem ações e projetos concretizados através de outros instrumentos de financiamento e que requerem a mobilização dos vários atores da Região. O Programa Temático 1 – Médio Tejo em Constelação sustentável, será concretizado essencialmente por outros instrumentos que cobrem especificamente o desenvolvimento urbano e rural.

Os quadros seguintes evidenciam os contributos do PDCT para a concretização da EIDT do Médio Tejo.

Matriz de alinhamento/contributo do PDCT para os Programas Temáticos da EIDT

Programas Temáticos da EIDT		Quadro de intervenção do PDCT Medidas	PI /Medidas mobilizadas
PT1	Médio tejo em constelação sustentável	-	-
PT2	Médio Tejo Verde e Azul Incorpora as preocupações de sustentabilidade ambiental, as exigências de melhoria da eficiência energética e a aposta na produção de energia a partir de fontes renováveis e o aumento da resiliência dos sistemas naturais	Promoção da eficiência energética - Eficiência energética nos edifícios públicos - Eficiência energética na iluminação pública Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica - Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação - Regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária	PI 4.3 PI 5.2 M 4 do FEADER
PT3	Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida Coesão, atratividade e desenvolvimento urbano-rural	Capacitação de rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social - Fruição cultural e inclusão para todos - Plataforma regional de parceria para a inovação social - Envelhecimento ativo no Médio Tejo Iniciativas inovadoras de promoção de um ensino de excelência, nos diferentes níveis de ensino - Investimento nas infraestruturas de educação pré-escolar e de ensino básico - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono escolar Qualificação da rede de equipamentos e serviços de saúde - Promoção de condições de acesso essenciais à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida	PI 9.1 PI 9.4 PI 10.1 PI 10.5 PI 9.7
PT4	Médio Tejo competitivo e empreendedor Competitividade, internacionalização e inovação do tecido empresarial	Desenvolvimento da rede regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo - Apoio a iniciativas inovadoras, ao empreendedorismo e à criação de novas empresas relacionadas com novos nichos de negócio ou com forte enraizamento nos recursos endógenos - Resposta às exigências de qualificação e de competências do tecido económico	PI 8.3/8.8 PI 10.1
PT5	Médio Tejo com Identidade Robustecer a imagem identitária do Médio Tejo, sustentada na projeção nacional e internacional da cultura e do património	Valorização e promoção dos produtos históricos, culturais, religiosos, naturais e paisagísticos com elevado interesse turístico.	PI 6.3
PT6	Médio Tejo com uma governança inovadora	Médio Tejo Online 2020 - Modernização administrativa e promoção da eficiência nos serviços prestados a cidadãos e empresas Apoio a iniciativas inovadoras de gestão territorial - MT – Desenvolvimento territorial estratégico	PI 2.3

Fontes: Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento, 2014-2020; PDCT da CIM do Médio Tejo, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (31 agosto 2015).

Matriz de alinhamento do PDCT com os Objetivos Estratégicos da EIDT

Objetivos Estratégicos (OE) da EIDT Médio Tejo 2020	PDCT do Médio Tejo	
	PI /Medidas mobilizadas	Contributos esperados do PDCT para os OE da EIDT
OE1: Valorização económica dos recursos endógenos e do potencial turístico.	PI 5.2 PI 6.3 PI 8.3/8.8 Medida 4 do FEADER	- Abordagem a riscos específicos, gestão de catástrofes. - Valorização económica da riqueza e diversidade histórico-cultural e natural da região. - Geração de emprego sustentável e de qualidade, associado aos recursos endógenos. - Investimentos em ativos físicos ou infraestruturas coletivas (barragens, regadios tradicionais e estruturação fundiária).
OE2: Incorporação de valor na atividade empresarial	PI 10.1 PI 8.3/8.8	- Qualificação do capital humano. - Apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, ao micro empreendedorismo e às microempresas.
OE3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	PI 8.3/8.8 PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5	- Apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, ao micro empreendedorismo e às microempresas. - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e discriminação. - Melhoria dos serviços. - Melhoria dos equipamentos de saúde e sociais. - Investimento na educação - redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino e formação. - Investimento nas infraestruturas de educação.
OE4: Consolidação da massa crítica urbana	PI 4.3 PI 6.3 PI 8.3/8.8 PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7	- Transição para uma economia de baixo carbono. - Proteção, promoção e desenvolvimento do património. - Apoio à criação de emprego por conta própria e de empresas, ao micro empreendedorismo e às microempresas, em contexto urbano. - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e discriminação. - Melhoria dos serviços. - Melhoria dos equipamentos de saúde e sociais.
OE5: Governança inteligente e multidisciplinar	PI 2.3	- Apoio à modernização da administração local e iniciativas inovadoras de gestão territorial.

Fontes: Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento, 2014-2020; PDCT da CIM do Médio Tejo, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (31 agosto 2015).

TABELA SÍNTESE– INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 6 numa escala de 1 a 6): 2.3, 4.3, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5.</p> <p>PI consideradas pouco adequadas (grau 3 numa escala de 1 a 6): PI 6.1 (não contratualizada) e a M04 do FEADER. A CIMT referiu que a contratualização da M04 do PDR não foi uma opção própria, mas sim da AG do PO Centro. O seu contributo para a EIDT não é relevante.</p> <p>Em sede de entrevista, a CIMT referiu o seguinte relativamente à adequação das PI face às necessidades do território: No caso da PI 5.2, as Tipologias de ação elegíveis eram parcialmente adequadas às necessidades do território, já que não permitiram candidatar investimentos necessários no âmbito da emergência e proteção civil (p.ex.: a construção de pontos de água).</p> <p>No caso da PI 9.7 – equipamentos sociais e de saúde, embora considerada adequada, acabou por ter um contributo limitado e menos relevante face à expectativa, uma vez que, apesar das necessidades evidentes no caso dos equipamentos sociais, a AG do POR limitou a sua contratualização no âmbito do PDCT aos equipamentos e saúde. O Aviso lançado pelo POR para equipamentos sociais não contemplava as tipologias e as verbas adequadas para satisfazer as necessidades do território.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 3:

A CIMT referiu as seguintes prioridades, não contempladas no PDCT (não constavam das prioridades pré-definidas constantes do Convite), mas que poderiam ter sido, tendo em conta a sua pertinência para o território do Médio Tejo: SAAC – Sistema de Apoio às Ações Coletivas; Promoção Turística; Programação Cultural em Rede; Mobilidade; Proteção Civil (áreas de intervenção não abrangidas pelo PDCT); Apoio à Ciência e Tecnologia; AAE; Ciclo Urbano da Água.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de 33,3% face ao apresentado em sede de candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas. Esta redução foi acompanhada da redução do número de operações indicativas a implementar. No entanto, após reprogramação do PDCT em 2019, a dotação global contratualizada teve um acréscimo de 15,5%, com novas alterações na alocação de verbas por PI e nas metas, no sentido da sua maior adequação às perspetivas de concretização das operações aprovadas.

A CIMT considera que houve subfinanciamento na maior parte das Prioridades de investimento.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	Ver Quadro abaixo - Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso financeiro em sede de candidatura, na contratualização e atual (após a última reprogramação) As PI associadas às áreas temáticas consideradas no PDCT como as opções estruturantes— cultura e educação (PI 6.3, 10.1 e 10.5), concentram 54,7% do total da verba contratualizada atual (após a reprogramação de 2019).
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	A CIMT considera que: - Houve subfinanciamento nos seguintes casos: PI/TI 2.3, 4.3, 5.2, 6.3, 8.3/8.8, 9.7 e 10.5. - O financiamento contratualizado foi ajustado nos seguintes casos: 9.1, 9.4, 10.1 (sem alterações face ao apresentado em sede de candidatura) e M 04 do PDR.

INFORMAÇÃO DE DETALHE — INDICADOR 5:

A maior parte das PI viram a dotação atual, após reprogramação, reduzida face ao apresentado em sede de candidatura, o que sugere que o montante atualmente contratualizado será inferior às expectativas e necessidades previamente identificadas, principalmente no caso das PI 2.3, 4.3, 5.2 e 6.3. onde a diferença entre os valores apresentados na candidatura e os valores atualmente contratualizados, foi maior.

Nas PI 8.3, 8.8 e 10.5, a verba alocada foi bastante reforçada com a reprogramação de 2019 e é atualmente superior à proposta apresentada em sede de candidatura.

Na PI 2.3, caíram alguns investimentos previstos o que justifica a forte redução das verbas alocadas. No entanto, neste momento o Fundo aprovado (3.291.247,0€) já ultrapassa bastante o contratualizado de acordo com a última reprogramação, o que sugere que poderá haver nova reprogramação.

No caso da PI 5.2, é referido no PDCT que os projetos prioritários atingem um investimento para o qual a dotação indicativa disponível (PO SEUR) é manifestamente insuficiente, num território de extensas áreas florestais e património natural relevante. A redução da dotação contratualizada foi acompanhada da desistência de investimentos em equipamentos e estruturas operacionais. Manteve-se apenas o investimento no Sistema de videovigilância para incêndios.

As operações da PI 9.4 foram integradas na PI 9.1 após a transferência destas duas PI do POISE para o PO Centro.

No caso da PI 9.7 na fase de contratualização, caíram os investimentos em equipamentos sociais devido a orientações da AG do POR, mantendo-se apenas os investimentos nas infraestruturas de saúde, o que justifica a redução de 66%.

Na PI 6.3, que abrange uma das temáticas consideradas estruturantes do PDCT, caíram vários investimentos em sinalética turística, na promoção e animação turística, mercados criativos (...), o que justifica as reduções sucessivas das verbas alocadas. Na PI 4.3 caíram investimentos na eficiência energética em edifícios públicos, principalmente escolas.

Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso financeiro em sede de candidatura, na contratualização e atual (após a última reprogramação)

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual (após reprogramação em 2019)		Varição candidato/ contratualizado	Varição Contratualizado/ dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	5.372.256,0	7,4	3.350.000,0	6,9	610.057,9	1,1	-37,6	-81,8

4.3	FEDER	8.763.747,7	12,0	3.944.537,9	8,1	4.282.562,1	7,6	-55,0	8,6
5.2	FC	3.762.547,5	5,2	637.500,0	1,3	637.500,0	1,1	-83,1	0,0
6.3	FEDER	12.053.623,8	16,5	5.005.000,0	10,3	4.874.653,4	8,7	-58,5	-2,6
8.3	FSE	3.600.000,0	4,9	2.000.000,0	4,1	7.435.681,9	13,3	-44,4	271,8
8.8	FEDER	2.400.000,0	3,3	1.700.000,0	3,5	3.770.085,1	6,7	-29,2	121,8
9.1	FSE	4.221.334,8	5,8	4.221.334,8	8,7	3.900.502,2	7,0	0,0	-7,6
9.4	FSE	2.186.564,8	3,0	2.186.564,8	4,5	0,0	0,0	0,0	-100,0
9.7	FEDER	4.273.242,0	5,9	1.450.100,0	3,0	3.300.340,3	5,9	-66,1	127,6
10.1	FSE	8.925.000,0	12,3	8.925.000,0	18,4	7.902.814,8	14,1	0,0	-11,5
10.5	FEDER	14.704.750,0	20,2	13.658.000,0	28,1	17.869.606,8	31,9	-7,1	30,8
M04	FEADER	2.574.000,0	3,5	1.473.900,0	3,0	1.473.900,0	2,6	-42,7	0,0
Total FEDER		47.567.619,5	65,3	29.107.637,9	60,0	34.707.305,4	61,9	-38,8	19,2
Total FSE		18.932.899,5	26,0	17.332.899,6	35,7	19.238.998,9	34,3	-8,5	11,0
Total FC		3.762.547,5	5,2	637.500,0	1,3	637.500,0	1,1	-83,1	0,0
Total FEADER		2.574.000,0	3,5	1.473.900,0	3,0	1.473.900,0	2,6	-42,7	0,0
Total		72.837.066,5	100,0	48.551.937,4	100,0	56.057.704,3	100,0	-33,3	15,5

Fontes: Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-005; PDCT contratualizado (2015); Alteração ao PDCT (junho de 2019).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto as PI/TI 4.3, 6.3, 9.7 e M04 do FEADER; - Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir alguma correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores comuns nem sempre dão expressão às medidas e aos investimentos previstos. Alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 2.3, o indicador de resultado “Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras”, não dá expressão às medidas contratualizadas (p.ex., reestruturação das infraestruturas tecnológicas e Plano de Ação e Gestão de infraestruturas, Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital”. A meta definida para p indicador de resultado, também não dá expressão aos resultados esperados no território da CIM decorrentes das operações apoiadas pelo PDCT da CIMT, já que mede os resultados esperados num território que extravasa o Médio Tejo. - No caso da PI 6.3, o Indicador de realização definido mede o resultado esperado e não as realizações. Também não existe uma relação direta entre o indicador de realização definido e os investimentos previstos nesta PI. Estes têm um contributo parcial para o indicador definido. - No caso da PI 9.7., o indicador de realização “Equipamentos sociais e de saúde apoiados”, mede, no caso do PDCT do Médio Tejo, apenas os equipamentos de saúde apoiados, já que não foram considerados equipamentos sociais no PDCT. - No caso das PI 4.3, 6.3, 9.7 e M04, não foram definidos indicadores de resultado. <p>A reprogramação introduziu alterações, principalmente ao nível das metas dos indicadores de realização e de resultado contratualizadas para 2023.</p> <p>Foram eliminados os indicadores da PI 9.4, que não foi operacionalizada.</p> <p>Destaca-se também a introdução de um novo indicador de resultado na PI 5.2, com metas associadas para 2018 e 2023, mais adequado para medir os resultados esperados decorrentes da operação apoiada.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>As metas inicialmente contratualizadas foram ajustadas na alteração ao PDCT efetuada em 2019, no sentido da sua adequação às perspetivas de investimento.</p>

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de carácter estratégico e programático, enquanto referenciais para a definição das operações a implementar no âmbito do PDCT.

A CIM recorreu a outras fontes e instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT. O investimento apoiado por outros instrumentos mobilizados (do PT 2020 e outros) é, neste momento, superior ao investimento apoiado no âmbito do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	<p>A CIMT referiu a articulação com os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Foi estabelecida a articulação com estes instrumentos no sentido de garantir a otimização dos financiamentos canalizados para a região, evitando sobreposições nomeadamente no caso das PI 6.3, 8.3 e 8.8; - Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social; - Planos Municipais de Saúde; - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – PAICD. <p>Foram envolvidas instituições responsáveis por estes instrumentos e também outras responsáveis pela orientação estratégica e operacional dos investimentos noutras áreas, na fase de conceção e definição da EIDT.</p> <p>O PDCT destaca o envolvimento das seguintes entidades com as quais foram articulados os investimentos a realizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Médio Tejo21, na definição das prioridades e do modelo de operacionalização em matéria de sustentabilidade energética e climática; - ANPC e ICNF na identificação das necessidades e na obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias e assumir; - Turismo do Centro, na obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias e assumir. - IEFP e IP de Tomar, agrupamentos de escola e escolas profissionais, na obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias e assumir no caso das intervenções da PI 10.1.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	<p>O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi desde logo explicitado em sede de formulação estratégica e considerado pela CIM elevado (5 numa escala de 1 a 6).</p> <p>A CIMT promoveu outras intervenções previstas no Quadro de Ação da EIDT, fora do âmbito do PDCT, com contributo para os objetivos da EIDT. Para cada Programa Temático da EIDT foi definido um quadro de ação a executar através de vários instrumentos de operacionalização e financiamento, entre eles o PDCT.</p> <p>O investimento realizado fora do PDCT é, neste momento, superior ao realizado no âmbito deste instrumento.</p> <p>Cf. Tabela abaixo - Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para o Quadro programático da EIDT.</p>
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação.</p> <p>A CIMT considerou, na resposta ao Inquérito às CIM; que as fontes de financiamento consideradas não foram adequadas.</p> <p>Fontes de financiamento mobilizadas fora do âmbito do PDCT, referidas na resposta ao Inquérito Às CIM: PO Centro; POSEUR; POISE; Fundo Ambiental e Programa Valorizar - Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.</p> <p>Outras fontes de financiamento identificadas na lista de operações fornecida pela CIMT executadas fora do âmbito do PDCT: Programa PADES (OE/DGLAB); Orçamento de Estado; Fundo Transportes; Fundo Florestal Permanente.</p> <p>(Cf. tabela abaixo- Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para o quadro programático da EIDT)</p>
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A mobilização de outros instrumentos de financiamento a posteriori e visou a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 11 A 12:

A EIDT do Médio Tejo 2020 foi desenhada com o objetivo de criar um quadro estratégico sub-regional completo, transversal e agregador das estratégias territoriais e setoriais dos atores locais e regionais, tendo como ponto de partida uma avaliação do potencial de desenvolvimento do Médio nos vários domínios de intervenção.

Para cada Programa Temático da EIDT foi definido um quadro de ação a executar através de vários instrumentos de operacionalização e financiamento, entre eles o PDCT. Neste sentido, ajudou a definir o quadro programático de desenvolvimento da CIM com recurso aos instrumentos de financiamento disponíveis e envolvendo um leque alargado de parceiros/atores do território.

A definição das elegibilidades no quadro do PDCT e a reflexão estratégica da CIMT sobre as opções de contratualização das PI disponibilizadas, acabaram por definir o quadro programático de desenvolvimento da CIMT, no âmbito deste instrumento.

A CIMT referiu ter desenvolvido o trabalho prévio de identificação de necessidades e de planeamento nas várias áreas de atuação no quadro da preparação da EIDT e do PDCT com as entidades responsáveis, embora mais tarde, a definição e elegibilidades e os Avisos tenham limitado bastante a sua concretização.

Não foram contratualizadas as PI 5.1 e 6.1, apesar de consideradas relevantes para a concretização da EIDT, assumindo a CIMT a vontade de concretizar projetos nestes âmbitos, fora do PDCT. Outras intervenções muito importantes para concretização da EIDT, que não constam do PDCT devido à insuficiente dotação ou não elegibilidade nas PI mobilizadas, estão a ser concretizadas com recursos a outras fontes de financiamento fora do PDCT.

O quadro seguinte apresenta alguns exemplos de intervenções executadas fora do âmbito de PDCT, recorrendo a outros instrumentos de financiamento, bem como o seu contributo para a EIDT.

Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para o quadro programático da EIDT

Operações aprovadas	Instrumento de financiamento	Quadro programático da EIDT: Programas Temáticos e Ações para os quais a Operação contribui
Plano de Ação Castelo de Bode Wakeboard - Valorização e Apoio à Visitação	Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior	Programa Temático 5 – Médio Tejo com Identidade. Ação 5.1 Promoção turística de territórios de elevado valor natural e paisagístico.
Rota dos Templários do Médio Tejo		
Os Caminhos das Pessoas		
CIA - Cidadania Informada e Ativa	PO CENTRO	Programa Temático 3. Médio Tejo Inclusivo e com Qualidade de Vida. Ação 3.1 Capacitação da rede de atores regionais e intervenções para a inclusão e para o empreendedorismo social
Monitorização, Gestão e Informação do Serviço Público de Transportes	OE/Fundo Transportes	Programa Temático 3. Médio Tejo Inclusivo e com Qualidade de Vida. Ação 3.4 Requalificação do sistema de mobilidade interna
Desmaterialização da bilhética do Transporte a Pedido - Fase 2		
PART 2020		
PROTRANSP 2020	OE/PROTRANSP/Fundo Ambiental	
Médio Tejo – Cadastro de Infraestruturas em baixa	POSEUR	Programa temático 1. Médio Tejo em Constelação Sustentável. Ação 1.3 Programa de otimização dos sistemas de saneamento e das redes de abastecimento de água.
Médio Tejo – Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas	POSEUR	Programa Temático 2. Médio Tejo Verde e Azul. Ação 2.1 Aumento da resiliência e valorização económica dos sistemas naturais
Médio Tejo - Ações de Comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às Alterações Climáticas		
Médio Tejo — Projetos de boas práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas.		
Apoio ao Funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais (GTFi)	Fundo Florestal Permanente	Programa Temático 2. Médio Tejo Verde e Azul. Ação 2.1 Aumento da resiliência e valorização económica dos sistemas naturais.
Apoio à aquisição de Equipamento de Proteção Individual - 1ª e 2ª Brigada de Sapadores Florestais		
Reforço de disponibilidade das equipas de sapadores florestais 2020		
Apoio ao funcionamento de brigadas de equipas de sapadores florestais - 2019 -2021		

Operações aprovadas	Instrumento de financiamento	Quadro programático da EIDT: Programas Temáticos e Ações para os quais a Operação contribui
Realização de Fogo Controlado - Prevenção dos fogos florestais 2018		
MARIA II – Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da VDG no Médio Tejo	POISE	Programa Temático 3. Médio Tejo Inclusivo e com Qualidade de Vida. Ação 3.1 Capacitação da rede de atores regionais e intervenções para a inclusão e para o empreendedorismo social Programa Temático 3. Médio Tejo Inclusivo e com Qualidade de Vida. Ação 3.1 Capacitação da rede de atores regionais e intervenções para a inclusão e para o empreendedorismo social
Médio Tejo em Igualdade	POISE	
Formação de Públicos Estratégicos	POISE	
SATDAP - Formação Profissional para a Administração Pública	PO CENTRO	

Fontes: Lista de Candidaturas intermunicipais fora do PDCT, fornecida pela CIMT; Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento, 2014-2020

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A avaliação por parte da CIMT do contributo do modelo de aprovação/negociação, bem como do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades, foi bastante desfavorável. No entanto, como aspeto positivo do PDCT, foi referida a maior proximidade da CIMT aos beneficiários / municípios e ao território, o que permite ajudá-los a fazer melhores candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIMT atribuiu uma pontuação média de 2,2 (numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. O contributo do modelo foi considerado pela CIM: - Baixo (3), para a criação de novas parcerias nos territórios e para o envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. - Muito baixo (2): para a Relevância do instrumento para a estratégia; para a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; para a adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; para a simplificação do processo de seleção; para a celeridade do processo de seleção; para o aumento da qualidade das EIDT/PDCT; para melhorar a dotação financeira atribuída, associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; para simplificar o processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	A avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também pouco favorável já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM foi atribuída uma pontuação média de 2,1 (numa escala de 1 a 6). O seu contributo foi considerado pela CIMT: - Baixo (3) para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...). - Muito baixo (2), para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta; para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; para assegurar o cumprimento dos requisitos

Indicador	Resposta/Evidências
	de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram bastante valorizados no PDCT, o que é evidente pelo número de operações desta natureza, bem como pela relevância do investimento total previsto, em sede de candidatura e no PDCT contratualizado. A CIM reconhece o inegável contributo do PDCT para promover a cooperação intermunicipal. No entanto, o investimento inicialmente contratualizado neste tipo de projetos, corresponde a menos 27,4% do que o previsto em sede de candidatura.

As operações intermunicipais⁷ no PDCT contratualizado representam um investimento total de 13.675.023,98 euros concentrado principalmente nas seguintes áreas: Modernização Administrativa (24,5%), Promoção da inclusão social (46,9%) e Educação (22,4%). As operações na área da saúde representam apenas 1,5% do investimento total nestes projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado PI 2.3 - Apoio à modernização da administração local PI 5.2 - Sistema de Videovigilância para Incêndios PI 6.3 - Rotas e percursos PI 9.1 - Inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco PI 9.4 - Envelhecimento Ativo PI 10.1 - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura) Nota: Foi considerada a “Listagem de operações apresentada no PDCT contratualizado”	No PDCT contratualizado, o peso das operações intermunicipais (22) no total de 160 operações indicativas apresentadas em todas as PI (exceto nas PI 8.3, 8.8 e M04 do PDR – Regadios tradicionais, em que não foi apresentado um número indicativo de operações a apoiar), era 13,8%. A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a redução do investimento total em projetos desta natureza é explicada não só pela redução do investimento previsto para a quase totalidade das operações, mas também pela não contratualização de várias operações que constavam da candidatura nas áreas da modernização administrativa, eficiência energética, proteção civil e património natural e cultural. Foram introduzidas novas operações nas áreas da inclusão social e da educação. (Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado)
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº): Modernização administrativa – 6; Proteção civil – 1; Património natural e cultural – 1; Inclusão social – 6; Saúde – 1; Educação – 7.
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios	Entre as 21 operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado, apenas 1 (4,7%) é promovida por outro stakeholder que não a CIMT – a ARS LVT I.P.: Investimento em infraestruturas e Equipamentos de Saúde - 12 Unidades Móveis de Saúde. Considerando o total de operações previstas no PDCT contratualizado* (159), 18 (11,3%) têm como promotores outros stakeholders que não CIM e Municípios:

⁷ Todos os projetos que têm como promotor a CIMT, foram considerados intermunicipais. Não está identificada a natureza (intermunicipal ou municipal) das operações da Medida 04 do PDR).

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - ARS LVT I.P.: 7 operações (infraestruturas de saúde); - ARS do Centro I.P.: 1 operação (infraestruturas de saúde); - Direção Geral do Património Cultural: 10 operações (intervenção em Monumentos Nacionais). - DRAP de Lisboa e Vale do Tejo: (investimento em segurança de barragens); - AGROTEJO – União Agrícola Norte Vale do Tejo: (investimento em estruturação fundiária). <p>(*O total de operações previstas não inclui as operações das PI 8.3 e 8.8 e da M04 do PDR - investimento em regadios tradicionais, uma vez que, nestes casos, o PDCT não identifica o número de operações a implementar.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Listagem de operações de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI	Sector	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado €	Variação %
Médio Tejo Online 2020 - Serviços Online - Novas Funcionalidades	CIMT	2.3	Modernização administrativa	500.000,00	425.000,00	-15,0
Médio Tejo Online 2020 - Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	CIMT	2.3	Modernização administrativa	65.000,00	425.000,00	553,8
Médio Tejo Online 2020 - Desmaterialização, Reengenharia de Processos e Arquivo Digital	CIMT	2.3	Modernização administrativa	1.490.760,69	1.200.000,00	-19,5
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Plano de Ação e Gestão das Infraestruturas	CIMT	2.3	Modernização administrativa	450.000,00	380.000,00	-15,6
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Serviços de Gestão Territorial - Novas funcionalidades	CIMT	2.3	Modernização administrativa	500.000,00	500.000,00	0,0
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	CIMT	2.3	Modernização administrativa	50.000,00	420.000,00	740,0
Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - Promoção de Ações no Âmbito da utilização das Plataformas Online de Informação Geográfica	CIMT	2.3	Modernização administrativa	50.000,00		
Médio Tejo Online 2020 - Implementação de Pontos de Atendimento Descentralizado	CIMT	2.3	Modernização administrativa	50.000,00		
Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Polo da CIMT em Abrantes	CIMT	4.3	Eficiência energética	150.000,00		
Equipamentos e Estruturas Operacionais - Equipamento para realojamento de emergência	CIMT	5.2	Proteção civil	35.362,50		
Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Sistema de Videovigilância para Incêndios	CIMT	5.2	Proteção civil	750.000,00	570.257,01	-24,0
Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Gestão Florestal-Caminhos e Apoio à Gestão de ZIF's	CIMT	5.2	Proteção civil	1.250.000,00		
Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Cadastro Predial (piloto)	CIMT	5.2	Proteção civil	200.000,00		
Sistema de Informação, Planeamento, Monitorização e Comunicação - Sistema de Gestão, Monitorização e Comunicação	CIMT	5.2	Proteção civil	600.000,00		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Sinalética Turística-Estudo	CIMT	6.3	Património natural e cultural	75.000,00		
Afirmação Territorial do Médio Tejo -Utilização das TIC para a Promoção Turística	CIMT	6.3	Património natural e cultural	300.000,00		

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI	Sector	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado €	Variação %
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Plano de Marketing Turístico e respetivas ações de implementação	CIMT	6.3	Património natural e cultural	633.675,00		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Rotas e Percursos- Levantamento, Estudo e Ações de Promoção e Dinamização	CIMT	6.3	Património natural e cultural	150.000,00	82.859,47	-44,8
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Ações de Capacitação	CIMT	6.3	Património natural e cultural	25.000,00		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Caminhos da Fé	CIMT	6.3	Património natural e cultural	882.352,94		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Valorização Identitária da Memória Templária	CIMT	6.3	Património natural e cultural	882.352,94		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Mercados Criativos Ribeirinhos (Tejo e Zêzere)	CIMT	6.3	Património natural e cultural	1.176.470,59		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Promoção Imaterial do Turismo Ferroviário	CIMT	6.3	Património natural e cultural	235.294,12		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Animação do Património de Relevante Projeção Turística	CIMT	6.3	Património natural e cultural	1.176.470,59		
Afirmação Territorial do Médio Tejo - Agenda Regional de Programação Cultural Identitária do Médio Tejo	CIMT	6.3	Património natural e cultural	588.235,29		
Fruição Cultural e Inclusão para Todos - Despertar Hábitos de Fruição Cultural	CIMT	9.1	Inclusão social	851.297,00	723.602,45	-15,0
Fruição Cultural e Inclusão para Todos - Cultura como Veículo de Integração e Inclusão Social de Pessoas e Grupos Desfavorecidos e/ou Marginalizados	CIMT	9.1	Inclusão social	1.165.100,00	990.335,00	-15,0
Plataforma regional de parceria para a inovação social	CIMT	9.1	Inclusão social		2.507.397,30	
Envelhecimento Ativo no Médio Tejo - Programa de Combate ao Isolamento Sénior e de Promoção do Envelhecimento Ativo	CIMT	9.4	Inclusão social	1.940.500,00	1.649.425,00	-15,0
Envelhecimento ativo no Médio Tejo	CIMT	9.4	Inclusão social		200.000,00	
Envelhecimento Ativo no Médio Tejo - Teleassistência como Suporte da Autonomia, Independência e Melhoria dos Níveis de Bem Estar Físico e Mental dos Idosos	CIMT	9.4	Inclusão social	396.635,00	337.139,75	-15,0
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde - 12 Unidades Móveis de Saúde (1)	ARS LVT, I.P.	9.7	Saúde	423.529,41	204.000,00	-51,8
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Planos Estratégicos Multinível (PEDIME)	CIMT	10.1	Educação	300.000,00	255.000,00	-15,0
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Rede Colaborativa de Escolas	CIMT	10.1	Educação	50.000,00	42.500,00	-15,0
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Programa Intermunicipal de Promoção da Cultura Científica, das Artes e das Competências Metacognitivas	CIMT	10.1	Educação	750.000,00	637.500,00	-15,0
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar -	CIMT	10.1	Educação	400.000,00	340.000,00	-15,0

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI	Sector	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado €	Variação %
Programa Intermunicipal de Apoio aos Alunos com NEE						
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Programa Intermunicipal de Promoção do Empreendedorismo nas Escolas	CIMT	10.1	Educação	200.000,00	170.000,00	-15,0
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar - Orientação Vocacional e Qualificação Profissional	CIMT	10.1	Educação	100.000,00	85.000,00	-15,0
Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	CIMT	10.1	Educação		1.530.008,00	
Total				18.843.036,07	13.675.023,98	-27,4

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-005- Quadro de investimentos; PDCT contratualizado (2015) - Quadro de investimentos.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A CIM considerou suficiente a participação destas entidades na conceção das Estratégias (grau médio de participação: 4 numa escala de 1- não participaram a 6 - participaram com muita frequência). A participação foi considerada na maior parte dos casos, substantiva e assegurada através da sua inclusão em grupos e trabalho e da recolha formal de pareceres e contributos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência): - Entidades representativas do Setor Económico, ambiental e social - 4 - POR/CCPPOR/CCDR - 4 - Agências públicas da administração Central e central desconcentrada - 4
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	A participação foi substantiva no caso das Entidades representativas dos setores económico, ambiental e social e das Agências públicas da administração central desconcentrada. A participação foi formal no caso no caso do POR/CCPPOR/CCDR e outras entidades da administração central.
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários. Construção dos projetos intermunicipais e maturação do PDCT.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação*	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Recolha formal de pareceres e contributos	Resposta a questionário
Municípios	6	Substantiva		x	x
Juntas de freguesia	1				
POR/CCPPOR/CCDR	4	Formal		x	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	X	x	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	X	x	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	X	x	
Agências públicas da Administração Central	4	Formal	X	x	
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	4	Substantiva	X	x	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	Substantiva	X	x	

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

*Escala de 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com a resposta da CIMT no Inquérito, participaram na definição da EIDT as seguintes Agências públicas da Administração Central desconcentrada: DGEE/DSLVT; IEPF/DRLVT; ISS Santarém; DCFN LVT; CCDRLVT; IPDJ/DRLVT; ARSLVT/ACES MT.

O processo de construção da EIDT e do PDCT envolveu os principais atores (públicos e privados) do território, desde a fase de diagnóstico às propostas e decisão sobre a estratégia e soluções operacionais.

Foram criados 5 grupos de Trabalho Setoriais com objetivos definidos e compostos por um grupo permanente, que mobilizaram entidades com tutela e competências complementares, chamadas a refletir e atuar sobre as temáticas de intervenção destes instrumentos, bem como de outros instrumentos de política pública.

As seguintes entidades assumiram, em conjunto com a CIMT e os seus municípios, o protagonismo na mobilização e conjugação de esforços com vista à prossecução dos objetivos:

- Instituto Politécnico de Tomar;
- NERSANT;
- TAGUSVALLEY;
- Centro de inovação e Competências da Floresta;
- ADIRN (em representação dos GAL);
- União Distrital das IPSS.

O PDCT destaca as articulações estabelecidas com as seguintes entidades, para a identificação e definição dos investimentos a realizar, nas respetivas áreas de atuação:

- Médio Tejo21: definição das prioridades e do modelo de operacionalização em matéria de sustentabilidade energética e climática;
- ANPC e ICNF: identificação das necessidades e na obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias e assumir;
- Turismo do Centro: obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias e assumir.
- IEPF e IP de Tomar e Agrupamentos de escola e Escolas profissionais: obtenção de consensos quanto às intervenções prioritárias a assumir, no caso das intervenções da PI 10.1.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

O envolvimento foi diferenciado, em função do tipo de entidades envolvidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>Envolvimento de forma continuada - municípios, POR/CCPPOR/CCDR e entidades privadas (empresas).</p> <p>Envolvimento pontual - Entidades do sector económico, ambiental e social, Agências públicas da Administração Central e da Administração Central descentralizada.</p> <p>Não se envolveram: Juntas de freguesia</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMT ao inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Continuidade de intervenções; - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade de intervenções; - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; - Construção de parcerias; - Alargamento do âmbito de atuação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

O quadro seguinte caracteriza a forma de envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT.

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Forma de envolvimento
Municípios	Recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em Grupos de trabalho
Juntas de freguesia	
Entidades do sector económico (sem fins lucrativos)	Inclusão em grupos de trabalho
Entidades do setor Ambiental ((sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em Grupos de trabalho
Entidades do setor Social (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos
POR/CCPPOR/CCDR	Recolha formal de pareceres e contributos
Agências públicas da Administração Central descentralizada	Recolha formal de pareceres e contributos; inclusão em grupos de trabalho
Agências públicas da administração Central	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	inclusão em grupos de trabalho

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIMT avaliou a pertinência/adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR) de forma muito positiva, embora reconhecendo que uma definição mais clara do que as AG pretendem das CIM, permitira definir melhor e em conformidade, as competências delegadas e evitar a sobreposição de procedimentos com a AG. Parte do trabalho desenvolvido pela CIM é duplicado pela AG, o que acaba por provocar atrasos que podiam ser evitados/minimizados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	A CIMT classificou todas as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR como totalmente pertinentes/adequadas (classificação 6, numa escala de 1 a 6).
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>Contributo positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proximidade aos beneficiários - Capacidade de ajustamento às necessidades do território - Resultados atingidos - Alcance das metas definidas - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários - Monitorização de resultados - Resposta a necessidades do território - Outras não identificadas. <p>Contributo neutro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa - Redução da carga administrativa - Celeridade de procedimentos
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIMT faz uma avaliação pouco favorável do funcionamento dos mecanismos de articulação entre a CIM e a AG do POR. É no caso do POSEUR que esta avaliação é mais positiva. No caso do POISE e PDR, as reuniões periódicas, o único mecanismo referido, não funcionam.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>Mecanismos de articulação no caso do POR e do POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas - Emissão de pareceres - Reuniões de coordenação - Ligação com um ponto focal <p>Mecanismos de articulação no caso do POISE e do PDR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>No caso do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - todos os mecanismos acima referidos funcionam de forma pouco satisfatória (classificação 3, numa escala de 1 a 6) <p>No caso do POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as reuniões periódicas não funcionam.

- os restantes mecanismos acima referidos funcionam todos razoavelmente (classificação 4, numa escala de 1 a 6).

No caso do POISE e do PDR:

- as reuniões periódicas não funcionam.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 36:

A CIMT referiu ainda o seguinte:

- A reduzida interação com a AG do POR sobre a avaliação.

- As dificuldades sentidas com a plataforma informática que gere o FSE, com as regras dos pedidos de pagamento, apresentação e validação de despesas.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

Em termos gerais, a CIM considera dispor das condições necessárias para o desempenho das suas funções enquanto OI responsável pela implementação do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão da contratualização.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	Pouco adequada (grau de adequação 3 numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 5 Elementos externos: 0
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIMT considerou a dimensão da equipa técnica adequada (4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	No que respeita às competências, a CIMT considerou a equipa técnica muito adequada (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica; Excessiva polivalência dos técnicos.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIMT considera que a equipa de gestão está globalmente capacitada para desempenhar as funções que lhe estão atribuídas. Reconhece, no entanto, a necessidade/interesse na formação em critérios de análise de projetos

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	Contratação Pública; Sistemas de Informação; Custos simplificados.
Indicador 34. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	As ações de capacitação sobre contratação pública e sistemas de informação, foram consideradas adequadas (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada). Sobre as ações dedicadas aos custos simplificados, a CIMT não respondeu.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	Critérios de análise de projetos.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O envolvimento e participação da CIMT na elaboração dos Avisos, foi considerado muito reduzido, tendo sido maior no caso do POR, onde alguns contributos foram parcialmente integrados. No caso dos Avisos do POISE e PDR, não houve qualquer contributo ou articulação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>No caso do POR: Contributos parcialmente integrados: - Prazos de apresentação das candidaturas; - Definição de requisitos (formais e documentais); - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; Contributos que não foram integrados: - Adaptação dos Avisos às especificidades territoriais; - Critérios de seleção das operações.</p> <p>Não deram contributos: - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Indicadores.</p> <p>No caso do POSEUR: A CIMT apenas deu contributos (que foram integrados) para a adaptação dos Avisos às especificidades territoriais.</p> <p>No caso do PO ISE e do PDR: A CIMT não deu contributos para qualquer elemento dos Avisos.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de especificidades territoriais referidas nos Avisos: <u>S12E – Sistema de incentivos ao empreendedorismo e emprego (AVISO N.º CENTRO-M7-2017-21):</u> Majoração em 10 pontos percentuais de projetos enquadrados nas seguintes prioridades relevantes para o território abrangido neste AAC, e que se encontram explanadas na EIDT do Médio Tejo 2020: - Valorização dos recursos endógenos; - Turismo; - Património, cultural e indústrias criativas; - Ambiente e energias sustentáveis; - Inovação ao nível do produto, do processo ou do marketing.</p> <p><u>PI 6.3 – Património Cultural (AVISO N.º CENTRO-14-2021-19):</u> Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área da preservação e valorização do património natural e cultural).</p> <p><u>PI 9.7 – Equipamentos sociais e de saúde (AVISO N.º CENTRO-42-2017-02)</u> – Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais.</p>

PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas de formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino Escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário (AVISO N.º CENTRO-73-2017-01):

- As operações devem ser devidamente justificadas tendo em conta as cartas educativas municipais e as prioridades intermunicipais.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A avaliação da CIMT relativamente aos parâmetros considerados foi pouco favorável. Foi referido o lançamento tardio dos Avisos pelo PO e a ausência de resposta da AG às solicitações da CIMT para abertura de Avisos. As PI 4.3 e 10.1 tiveram a avaliação média mais desfavorável nos 4 parâmetros considerados ni Inquérito às CIM sobre esta questão.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: foi considerado pouco adequado em todas as PI (grau de adequação 3 em todas as PI exceto no caso da PI 10.1 que foi avaliada com grau de adequação 2).</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): foi considerado pouco adequado em todas as PI (grau de adequação 3 em todas as PI exceto no caso da PI 10.1 que foi avaliada com grau de adequação 2).</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: foi considerado pouco adequado em todas as PI, principalmente na PI 4.3 (grau de adequação 3 nas PI 2.3, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5; grau de adequação 2 na PI 10.1; grau de adequação 1, ou seja, nada adequado, na PI 4.3).</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: a avaliação foi positiva no caso das PI 2.3 e 5.2 (grau de adequação 5 e 4, respetivamente). Foi considerada pouco adequada no caso das PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 (grau de adequação 3). Foi considerada muito pouco adequada no caso da PI 4.3 (grau de adequação 2).</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para a PI / TI 9.4., e 9.1. A PI/TI com a avaliação mais desfavorável relativamente à sua adequação segundo os objetivos da EIDT e PDCT, os indicadores de realização e de resultado do PDCT, o público alvo e as necessidades do território, são as das PI 6.3, 9.7 e 10.1.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30ser2021): 10</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local (iluminação pública e edifícios públicos)</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos - instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação.</p> <p>PI 6.3 – Património natural e investimento no património cultural.</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas.</p> <p>PI 8.8 Promoção de microempreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local.</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos (apesar de ter sido lançado concurso, as 2 únicas candidaturas apresentadas nesta PI, foram desistidas).</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRII – Transição Digital da Educação.</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário</p> <p>Tipologias de intervenção contratualizadas sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30ser2021): 1</p> <p>- PI/TI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p>

	Sem informação sobre a Medida 04 do PDR.
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público alvo e necessidades do território)	<p>Adequação segundo os objetivos da EIDT e do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIMT considerou um grau de adequação médio das PI/TI de 3,6 relativamente a este parâmetro. - A maior parte das TI/Medidas (7) foram consideradas adequadas (grau de adequação 4, numa escala de 1 a 6). - As PI/TI 6.3 e 9.7 foram consideradas muito pouco adequadas (grau de adequação 2). No caso da PI/TI 9.7 esta avaliação deve-se ao facto de não terem sido elegíveis os equipamentos sociais. <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIMT considerou um grau de adequação médio das TI/ medidas de 3,8 relativamente a este parâmetro. - A maior parte das TI/Medidas (7) foram consideradas adequadas (grau de adequação 4, numa escala de 1 a 6). - As TI/Medidas 6.3 e 10.1 foram consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3). <p>Adequação segundo o público alvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIMT considerou um grau de adequação médio das TI/ medidas de 4,2 relativamente a este parâmetro. - A maior parte das TI/Medidas (7) foram consideradas totalmente adequadas, bastante adequadas ou adequadas (grau de adequação 4, 5 ou 6). - Apenas as TI/Medidas 6.3, 9.7 e 10.1 foram consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3). <p>Adequação segundo as necessidades do território:</p> <p>A CIMT considerou um grau de adequação médio das TI/ medidas de 3,8 relativamente a este parâmetro.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A maior parte das TI/Medidas (5) foram consideradas totalmente adequadas, ou adequadas (grau de adequação 6 ou 4). - As TI/Medidas 4.3, e 10.1 foram consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3) e as TI 6.3 e 9.7 muito pouco adequadas (grau de adequação 2).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 53:

Na Tipologia de intervenção PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos, embora com concurso lançado, não há qualquer candidatura aprovada. As 2 candidaturas apresentadas foram desistidas. (A CIMT referiu que esta PI não foi operacionalizada.)

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

O processo de análise e seleção teve uma avaliação mais positiva por parte da CIMT nos seguintes parâmetros: Periodicidade das reuniões do Conselho Metropolitano, metodologia de apuramento do mérito e critérios de seleção. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente à carga burocrática e interação com o SI FSE.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Os Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Grau de adequação médio: 3,0. - Adequados ou muito adequados nas PI 2.3 e 5.2. (grau de adequação 4 e 5); - Muito pouco ou pouco adequados nas PI 4,3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 (grau de adequação 2 ou 3). <p>Critérios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,4. - Adequados nas PI 2.3, 5.2, 8.3, 8.8., 9.7 e 10.5 (grau de adequação 4); - Muito pouco ou pouco adequados nas PI 4,3, 6.3 e 10.1 (grau de adequação 2 ou 3). <p>Metodologia de apuramento do mérito</p>

	<p>- Grau de adequação médio: 3,4.</p> <p>- Adequada nas PI 2.3, 5.2, 8.3, 8.8., 9.7 e 10.5 (grau de adequação 4);</p> <p>- Muito pouco ou pouco adequada nas PI 4.3, 6.3 e 10.1 (grau de adequação 2 ou 3).</p> <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <p>- Grau de adequação médio: 2,9.</p> <p>- Pouco adequada em todas as PI (grau de adequação 3) exceto na PI 4.3, em que foi considerada muito pouco adequada (grau de adequação 2).</p> <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <p>- Grau de adequação médio: 6,0.</p> <p>- Totalmente adequada em todas as PI (grau de adequação 6);</p> <p>Carga burocrática</p> <p>- Grau de adequação médio: 1,8;</p> <p>Muito pouco ou pouco adequada nas PI 2.3, 5.2., 8.3 e 8.8 (grau de adequação 3 ou 2);</p> <p>- Nada adequada nas PI 4.3, 6.3, 9.7, 10.1 e 10.5. (grau de adequação 1).</p> <p>Interação com o SI FSE</p> <p>- Grau de adequação médio atribuído nas PI mobilizadas apoiadas por este Fundo: 1;</p> <p>- Nada adequada nas PI 8.3 e 10.1 (grau de adequação 1).</p> <p>AS PI 9.1 e 9.4 não foram mobilizadas.</p> <p>Interação com o SI FEDER</p> <p>- Grau de adequação médio atribuído nas PI mobilizadas apoiadas por este Fundo: 2,8.</p> <p>- Muito adequada na PI 2.3 (grau de adequação 5);</p> <p>- Muito pouco adequada nas PI 8.8, 9.7 e 10.5 (grau de adequação 2).</p> <p>(Sem resposta nas restantes PI apoiadas por este Fundo)</p> <p>Interação com outros SI</p> <p>- Muito adequada na PI 5.2 apoiada pelo FC (grau de adequação 5).</p> <p>- A CIMT não respondeu relativamente à M 04 do PDR.</p>
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIMT referiu que os prazos de análise de candidaturas não têm sido cumpridos, em todas as PI operacionalizadas.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIMT referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, os seguintes:</p> <p>- O elevado nº de candidaturas – PI 8.3 e 8.8.</p> <p>- Atrasos da AG no processo de análise e decisão - 2.3, 5.2, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5.</p> <p>No Relatório de Avaliação intercalar de Operacionalização e dos Resultados da Implementação do Pacto (novembro de 2019), a CIMT refere a deficiente instrução das candidaturas, nomeadamente no que respeita à apresentação da emissão e pareceres por parte das entidades competentes, como um dos motivos de atraso no cumprimentos de prazos.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

A análise do Sistema de informação, permite concluir que o tempo médio desde a data de submissão das candidaturas à data de assinatura do contrato é em média e na generalidade das PI, muito longo devido principalmente ao tempo médio entre a submissão e a decisão de aprovação inicial.

Os prazos mais curtos, desde a data de submissão da candidatura à data de assinatura do contrato, verificam-se no caso das candidaturas das PI/TI 5.2 e 10.5. O tempo médio mais longo entre estas datas, verifica-se no caso das candidaturas da PI 4.3. e também no caso das PI 8.3 e 8.8

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	2	1	202	206	413
4.3	4	4	760	114	874
5.2	1	1	210	26	236
6.3	9	9	442	15	457
8.3	56	55	421	176	599
8.8	74	71	423	161	585
9.1	0	0			

9.7	20	20	401	28	429
10.1	2	1	285	63	365
10.5	22	22	196	60	256
Total	190	184	397	130	529

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias não corresponde a dias úteis.

Notas: Na PI 9.1 foram submetidas 2 Candidaturas desistidas.

As operações da PI 9.4 foram integradas na PI 9.1, após a transição das PI 9.1 e 9.4 do POISE para o POR.

Sem dados para a M04 do PDR.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (saúde, educação, património natural e cultural, etc....) e outras entidades responsáveis pela gestão de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impactes Ambientais ou por outra documentação específica solicitada no Aviso para apresentação de candidatura.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p><u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (saúde, educação, património natural e cultural, etc....) envolvidas na emissão de pareceres setoriais.</u> Exemplos:</p> <p>PI 5.2 – Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC e da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA) e da GNR no caso das operações enquadradas na subalínea iii) do ponto 2.1 do Aviso (AVISO POSEUR-10-2016-43 VERSÃO 1.1 DE 1 DE JULHO DE 2016). <p>PI 6.3 – Património Cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A candidatura deve dispor de pareceres técnicos favoráveis emitidos pelos organismos setoriais competentes sobre o projeto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura (AVISO N.º CENTRO-14-2021-19) <p>PI 9.7 - Equipamentos sociais e de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades competentes pela emissão de Pareceres/licenças setoriais, como a DG de Saúde (AVISO N.º CENTRO-42-2017-02). <p>PI 10.1 – Planos inovadores de Combate ao Insucesso escolar II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e Direção Geral de Educação, responsáveis pela emissão de pareceres (AVISO N.º CENTRO 66-2020-84) <p>PI 10.5 – Desenvolvimento das infraestruturas de formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino Escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviço que tutela a área da educação, que aprova o programa de espaços da infraestrutura (AVISO N.º CENTRO-73-2017-01). <p><u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.</u></p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM e GAL é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados foram considerados pouco adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Todos os mecanismos acima referidos, foram considerados pouco adequados (grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequados a 6 -totalmente adequados)
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> - Autarquias; - Conselho Intermunicipal; - Empresas.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Avaliação contínua, com relatórios periódicos. A CIMT pretende realizar Avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Recursos internos da CIM.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Os indicadores comuns são, na generalidade, pouco adequados e insuficientes para a medição e compreensão das realizações e dos resultados esperados e levou à necessidade de definição de indicadores mais adequados nos Avisos. A diversidade das tipologias de intervenção contribui para esta situação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	Tipo de constrangimentos: <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores; - Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos; - Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados. (Cf. resposta Indicador 97)

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	No Relatório de Avaliação intercalar de Operacionalização e dos Resultados da Implementação do PDCT (novembro de 2019), a CIMT propõe o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> - Agilizar e tornar mais célere o processo de supervisão da AG do PO Centro. - Melhorar a instrução das candidaturas, designadamente no que respeita à apresentação da emissão de pareceres. - Melhorar funcionalidades do sistema de Gestão e Controlo, no sentido de ultrapassar dificuldades/insuficiências sentidas pelos utilizadores.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizadas uma Avaliação Intercalar e uma reprogramação do PDCT, ambas em 2019, que tiveram como resultado ajustamentos que permitiram a melhoria do desempenho físico e financeiro. Foi ainda realizada uma proposta de reprogramação em 2020, ainda não oficializada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão de revisão implementados	<p>Sim. Mecanismos de revisão do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação intercalar de Operacionalização e dos Resultados da Implementação do PDCT em 2019, onde foi feito um balanço da execução e foram identificados constrangimentos a ultrapassar. - Em 2019, foi realizada a primeira reprogramação formalizada do PDCT, na sequência da transferência das PI 9.1 e 9.4 do POISE para o PO Centro. - Em julho de 2020, foi apresentada uma proposta de reprogramação, ainda não oficializada.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	<p>A reprogramação de 2019 do PDCT acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais. As principais alterações, foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Concentração das intervenções das PI 9.1 e 9.4, no PO Centro e eliminação da P.I. 9.4. cujas operações foram integradas na PI 9.1 - Acréscimo da dotação global do PDCT; - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Redefinição de metas dos indicadores de realização e de resultado. <p>Introdução de um novo indicador de resultado na PI 5.2;</p> <p>Estas alterações permitiram ajustamentos face às perspectivas de execução e melhorar o desempenho físico e financeiro.</p> <p>A proposta de reprogramação de 2020, propõe a transferência de verbas entre tipologias, tendo em conta a maturidade dos projetos em carteira, no sentido de melhorar o desempenho físico e financeiro. Pretende-se em particular alterar os investimentos nas infraestruturas escolares.</p>

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foi assegurada a divulgação e esclarecimento sobre estes instrumentos através de um conjunto alargado de sessões, produtos de comunicação e outros instrumentos previstos na estratégia de comunicação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/encontros com parceiros promovidos - 50 - Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento - 16 - Reuniões, seminários, workshops públicos - 16 - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site) - 50 - Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...) - 50 - Grupos de trabalho temáticos - 4 - Visitas a projetos de investimento,...- 3 - Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais - 0 - Participação em projetos de cooperação - 0
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento	Não foram realizados processos de auscultação.

que os potenciais beneficiários dos territórios	
---	--

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas e acima referidas, junto dos potenciais beneficiários e da população:

- A adesão foi, em geral, fraca. O grau médio de adesão aos vários instrumentos e iniciativas, foi 2,5 (numa escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão).
- Grau de adesão 1: Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais e Participação em projetos de cooperação.
- Grau de adesão 3: todos os restantes mecanismos e iniciativas referidos.

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de conhecimentos; - Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica; - Cooperação entre beneficiários e <i>stakeholders</i>; - Operações inovadoras para o território.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

Não foi disponibilizada a informação relativa à M04 do PDR sobre as candidaturas apresentadas e sobre a execução física e financeira.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 485 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas nas PI 8.3 e 8.8 (SI2E e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local), que correspondem a 77% do número total de candidaturas apresentadas, mas representam apenas 39,5% do custo total apresentado.

À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações indicativas, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou a programação contratualizada de acordo com a alteração em 2019, nos seguintes casos: PI 2.3, 6.3, 9.7, 10.1 e 10.5.

Nas PI 8.3 e 8.8, o número de candidaturas rececionadas e o reforço da dotação financeira em 2019, indicam também uma procura superior ao expectável.

A procura foi inferior ao previsto nos casos da PI 4.3, situação agravada pela taxa de aprovação mais baixa, na PI 5.2 e nas PI 9.1 (onde, as 2 únicas candidaturas submetidas, foram desistidas). e 9.4.

A taxa de aprovação global é de 59,1%, sendo que a PI 4.3, se destaca com a taxa mais baixa. Na globalidade, a taxa de reprovação é 26,8% e ocorre principalmente nas PI 8.3, 8.8 e 6.3. A taxa global de desistência é de 14,1%, e ocorre principalmente nas PI 4.3 e 9.1.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79 A 80:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 485 candidaturas com um custo de 138.462.116,20 euros. Cf. tabela abaixo – candidaturas rececionadas.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	Cf. tabela abaixo - Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de dotação financeira disponível: 8.3 e 8.8 - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: 8.3 e 8.8 - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: 4.3, 8.3 e 8.8 - Falta de documentos necessários à instrução da candidatura: 8.3 e 8.8 - Critérios de seleção das operações: 8.3 e 8.8

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 A 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (junho 2019)	Candidaturas rececionadas Nº e Custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	1	2	0,41	4.852.742,1	3,50
4.3	25	23	4,74	6.528.995,3	4,72
5.2	3	1	0,21	745.002,0	0,54
6.3	10	16	3,30	11.453.466,3	8,27
8.3		96	19,79	1.446.694,2	1,04
8.8		277	57,11	53.362.756,9	38,54
9.1	5	2	0,41	2.107.888,8	1,52
9.7	25	27	5,57	8.964.192,0	6,47
10.1	2	5	1,03	8.965.190,7	6,47

10.5	15	36	7,42	40.035.187,7	28,91
M04 PDR		s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total	86	485	100,00	138.462.116,2	100,00

Notas: Não foram apresentadas candidaturas na PI 9.4., por ausência de Aviso. As operações contratualizadas em 2019 passaram a estar integradas na PI 9.1. Estão incluídas todas as candidaturas rececionadas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxa de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento										Total
	2.3	4.3	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	2	4	1	9	54	72		20	2	21	185
2. Não admitida		1		4		29		1			35
3. Não aprovada					33	16					49
4. Anulada											
5. Desistida /rescindida/revogada		7			9	24	2			2	44
6. Submetida/admitida		11		3		136		6	3	13	172
7. Total Geral	2	23	1	16	96	277	2	27	5	36	485
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	33,3	100,0	69,2	90,6	62,4	0,0	95,2	100,0	91,3	74,8
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	33,3	100,0	69,2	56,3	51,1	0,0	95,2	100,0	91,3	59,1
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	8,3	0,0	30,8	34,4	31,9	0,0	4,8	0,0	0,0	26,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	58,3	0,0	0,0	9,4	17,0	100,0	0,0	0,0	8,7	14,1

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

No que **respeita à adesão dos públicos-alvo face à programação contratualizada**, o balanço entre as operações previstas na contratualização (após reprogramação em 2019) e as candidaturas rececionadas, permite destacar o seguinte:

- Nas PI 2.3, o número de candidaturas rececionadas e aprovadas (2) ultrapassou o número de operações contratualizadas (1).
- Na PI 4.3, a procura (23) é ligeiramente inferior ao contratualizado (25). No entanto, apenas 4 foram aprovadas, sendo que 11 aguardam ainda decisão. É nesta PI que se verificam as taxas de admissibilidade e aprovação mais baixas e a taxa de desistência mais elevada. Esta foi a PI em que se verificaram mais problemas ao nível da operacionalização em particular com os procedimentos de análise e atrasos por parte da DGEG na emissão de parecer.
- Na PI 5.2, foi apresentada e aprovada 1 candidatura, o que foi também inferior ao expectável (3 operações). Foi apenas apresentada e aprovada, a candidatura Intermunicipal. As 2 operações municipais previstas não foram ainda candidatas.
- Na PI 6.3, o número de candidaturas aprovadas (9) e submetidas a aguardar decisão (3) é superior ao previsto no PDCT contratualizado (10 operações). Não foram admitidas 4 candidaturas.
- Na PI 8.3, a dinâmica de procura foi elevada. O reforço, em 2019, da dotação inicialmente contratualizada indicia uma procura superior ao expectável. Concentra 19.8% das candidaturas rececionadas. No entanto, é nesta PI que se verifica a taxa de reprovação mais elevada.
- Na PI 8.8, a adesão por parte dos beneficiários privados nas tipologias S2E e Programa de Apoio à Produção Nacional foi bastante positiva, o que levou a que a dotação contratualizada fosse bastante reforçada em junho de 2019. Depois da PI 4.3, é a que apresenta as taxas de reprovação e desistência mais elevadas.
- Na PI 9.1, apesar do interesse dos Municípios em candidatar projetos com enquadramento nesta PI, a dinâmica de procura não corresponde à contratualização. Em 2019 as operações da PI 9.1 e 9.4 foram concentradas na PI 9.4 na sequência da transferência destas PI do POISE para o POR estando contratualizadas 5 operações. À data desta avaliação as 2 candidaturas apresentadas foram desistidas, não havendo qualquer candidatura aprovada ou submetida a aguardar decisão.
- Na PI 9.7 a procura ultrapassou o previsto na contratualização (25 operações). Até à data desta avaliação estavam já aprovadas 20 candidaturas e 6 aguardavam decisão.
- Na PI 10.1, a dinâmica de procura (5 candidaturas) é superior à contratualização (2 operações), estando ainda a aguardar decisão 3 candidaturas no âmbito da Escola Digital - Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade, não previstas no PDCT contratualizado (versão 2019).

- Na PI 10.5, a procura (36 candidaturas rececionadas) é superior à contratualização (15 operações). À data desta avaliação estavam aprovadas e submetidas a aguardar decisão 34 candidaturas, número bastante superior ao contratualizado.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 78,4%, sendo que se encontram submetidas a aguardar decisão de aprovação 21 candidaturas. As PI 4.3 e, principalmente, a 8.3, apresentam taxas de compromisso muito baixas.

A taxa de execução global na mesma data era 47,3%, verificando-se as situações mais desfavoráveis no caso das PI 8.3, 4.3 e 10.1.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>Níveis de compromisso:</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 78,4%, sendo que se encontram submetidas a aguardar decisão de aprovação 21 candidaturas, deixando antever o acréscimo da taxa de compromisso.</p> <p>As PI 4.3 e, principalmente, a 8.3, apresentam taxas de compromisso muito baixas, sendo que, no 1º caso, se encontram submetidas 4 candidaturas a aguardar decisão. No caso da PI 8.3, não há candidaturas submetidas a aguardar decisão.</p> <p>Nas seguintes PI a taxa de compromisso é superior a 100%, uma vez que a dotação aprovada ultrapassa a dotação contratualizada, o que aponta para a necessidade de nova reprogramação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 2.3. Estão aprovadas duas candidaturas, sendo que apenas 1 estava contratualizada. - PI 5.2; - PI 8.8; - 10.5. Neste último caso, há ainda 4 candidaturas a aguardar decisão de aprovação. <p>Níveis de execução:</p> <p>A taxa de execução global na mesma data era 47,3%. Apenas 1 operação, com enquadramento na PI 5.2, se encontra concluída.</p> <p>As situações mais desfavoráveis verificam-se no caso das PI 8.3, 4.3 e 10.1.</p> <p>As taxas de execução mais elevadas verificam-se no caso da PI 5.2 (com a única operação prevista concluída) e das PI 2.3 e 10.5.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

As dotações inicialmente contratualizadas aquando da assinatura do PDCT por PI, foram atualizadas em sede de reprogramação em função das perspetivas de execução física e financeira.

A PI 9.4 não foi operacionalizada, por ausência de Aviso e, na PI 9.1 as duas candidaturas apresentadas foram desistidas.

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (junho de 2019)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	610.057,9	2	3.291.247,0	609.450,9	539,5	99,9	18,5
4.3	4.282.562,1	4	1.121.241,9	623.110,5	26,2	14,5	55,6
5.2	637.500,0	1	701.830,9	701.830,9	110,1	110,1	100,0
6.3	4.874.653,4	9	4.285.170,0	2.496.764,0	87,9	51,2	58,3
8.3	7.435.681,9	54	493.773,2	123.902,4	6,6	1,7	25,1
8.8	3.770.085,1	72	5.693.175,4	2.658.485,3	151,0	70,5	46,7
9.1	3.900.502,2	0	0,0	0,0			
9.7	3.300.340,3	20	2.553.819,2	1.862.951,7	77,4	56,4	72,9
10.1	7.902.814,8	2	7.543.528,6	1.743.238,5	95,5	22,1	23,1

10.5	17.869.606,8	21	18.246.627,7	15.692.514,6	102,1	87,8	86,0
M04 PDR	1.473.900,0	s.d.	s.d.	s.d.			
Total	56.057.704,3	185	43.930.413,9	26.512.248,7	78,4	47,3	60,4

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 E 84:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No PDCT contratualizado (versão de 2019), estão previstas 86 operações nas PI com listas prévias de operações indicativas, a que corresponde o montante de Fundo contratualizado de 43.378.037,4 €.</p> <p>À data desta avaliação, o total de operações do PDCT (candidaturas rececionadas), no caso das PI com listas prévias de operações indicativas foi 112 sendo que o custo total apresentado foi 83.652.665,1 €.</p> <p>Excluem-se desta análise comparativa, as candidaturas das PI 8.3, 8.8 sem listas prévias indicativas e da M04 do PDR, sendo que, neste caso, por ausência de dados sobre o número de operações do PDCT (candidaturas rececionadas).</p> <p>A informação facultada sobre a dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2019), não contém o custo total mas sim o Fundo, pelo que, nesta análise, os valores sobre a dimensão financeira não são comparáveis).</p> <p>A procura (número de candidaturas rececionadas), à data desta avaliação, ultrapassou ou correspondeu à programação contratualizada de acordo com a alteração em 2019, nos seguintes casos: PI 2.3, 6.3, 9.7, 10.1, 10.5.</p> <p>A procura foi inferior ao previsto nos casos da PI 4.3, situação agravada pela taxa de aprovação mais baixa, na PI 5.2 e na PI 9.1 e 9.4 onde, por ausência de operacionalização, as 2 únicas candidaturas submetidas, foram desistidas.</p> <p>Cf. resposta às SQ 23.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos eu existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Condições de elegibilidade das operações – PI 6.3;</p> <p>Condições de elegibilidade das operações, Tipo de despesas elegíveis – 8.8;</p> <p>Tipo de despesas elegíveis 10.1.</p> <p>Na entrevista foram também referidas as seguintes dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades financeiras e ao nível dos recursos humanos, dos municípios; - Dificuldades na operacionalização e na concretização dos projetos intermunicipais, decorrentes das diferentes capacidades técnicas e financeiras dos municípios;

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 83 E 84:

A CIMT referiu que a modalidade do processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas exceto nas PI 8.3 e 8.8), não é a mais eficiente para a aprovação das operações e não é adequada para corresponder às necessidades dos territórios e dos *stakeholders*.

Nem sempre o trabalho prévio de elaboração de identificação das necessidades para o território e de elaboração das listas indicativas de operações a candidatar, foi útil, devido às seguintes situações:

- Ausência de Avisos que enquadrem as operações previstas;
- Definição de elegibilidades posteriormente à elaboração das listas. Alguns exemplos: no caso da PI 9.7, em que, por indicação da AG do PO Centro, os equipamentos sociais previamente identificados em sede de candidatura, não foram elegíveis. No caso das PI 9.1 e 9.4, não foram lançados Avisos. As reprogramações do PO ISE e do POR, condicionaram a aprovação de projetos com interesse para o território que não tiveram oportunidade de aprovação. Na PI 6.3, as elegibilidades condicionaram também as candidaturas de operações previamente identificadas.
- Problemas ao nível da operacionalização, o que se verificou, por exemplo, no caso da PI 4.3.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 86 E 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes Tipologias de intervenção:</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI/TI 6.3 - Património natural e cultural;</p> <p>PI/TI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos de saúde);</p> <p>PI/TI 10.1 - Redução do abandono escolar.</p>

Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização

À data de 30 de setembro de 2021, as operações intermunicipais aprovadas, são em número inferior ao previsto no PDCT contratualizado (2019), mas têm um peso superior em termos financeiros.

À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 7 operações intermunicipais. O Fundo aprovado nestas operações (13.694.574,11 €), representava 31,2 % do Fundo total aprovado (43.930.413,90 €).

No PDCT contratualizado (2019), estavam previstas 11 operações intermunicipais com uma dotação/Fundo de 15.143.830,00, o que representava 27% da dotação total (56.057.704,30).

À data de 31 de setembro de 2021, a taxa de compromisso no que respeita às operações intermunicipais era 90,4% (versão 2019). (Cf. tabela abaixo - Taxa de compromisso das operações intermunicipais). No caso das PI 2.3 e 5.2, a dotação aprovada ultrapassa a dotação contratualizada, o que significa que haverá nova reprogramação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Peso das operações intermunicipais aprovadas no total do investimento aprovado, por PI

PI contratualizadas com investimento aprovado	Fundo aprovado em vigor (total) €	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais €	Peso das intervenções intermunicipais no Fundo aprovado em vigor %
2.3	3.291.247,0	3.291.247,00	100,0
4.3	1.121.241,9	0,00	
5.2	701.830,9	701.830,92	100,0
6.3	4.285.170,0	1.866.608,61	43,6
8.3	493.773,2	0,00	
8.8	5.693.175,4	0,00	
9.1	0,0	0,00	
9.7	2.553.819,2	291.358,58	11,4
10.1	7.543.528,6	7.543.529,00	100,0
10.5	18.246.627,7	0,00	
Total	43.930.413,9	13.694.574,11	31,2

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxa de compromisso das operações intermunicipais

PI	Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (junho de 2019)		Operações intermunicipais aprovadas		Taxa de compromisso (Fundo aprovado/ fundo contratualizado) %
	Nº	Fundo contratualizado €	Nº	Fundo aprovado em vigor €	
2.3	1	610.057,00	2	3.291.247,00	539,5
5.2	1	570.257,0	1	701.830,92	123,1
6.3	1	1.866.608,6	1	1.866.608,61	100,0
9.1	5	3.900.502,2		0,00	
9.7	1	293.590,4	1	291.358,58	99,2
10.1	2	7.902.814,8	2	7.543.529,00	95,5
Total	11	15.143.830,0	7	13.694.574,11	90,4

Fonte: Alteração ao PDCT da CIMT (7 de junho de 2019); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Operações promovidas por outros parceiros que não a CIMT e Municípios</p> <p><u>Aprovadas:</u> Não há.</p> <p>A operação Unidades móveis de saúde inicialmente prevista para ser promovida pela ARS LVT I.P., está aprovada, mas o promotor passou a ser a CIMT.</p> <p>Sem informação sobre as operações da M04 do PDR.</p> <p><u>Constantes no PDCT contratualizado (após reprogramação de 2019):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas e equipamentos de saúde. Operações promovidas pela Administração regional de saúde, Lisboa e Vale do Tejo, I.P. - Segurança em barragens. Operações promovidas pela Direção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Indicador	Resposta/ Evidência
	<ul style="list-style-type: none"> - Regadios tradicionais. Operações promovidas pela Administração pública local; Associações de regantes/beneficiários ou similares. - Estruturação fundiária. Operação promovida pela AGROTEJO – União Agrícola Norte Vale do Tejo. <p><u>Constantes no PDCT contratualizado em 2015:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervenções em Monumentos Nacionais. Operações promovidas pela Direção Geral do Património Cultural. - Infraestruturas e equipamentos de saúde – Unidades móveis de saúde. Operações promovidas pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) - Segurança em barragens. Operações promovida pela Direção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. - Regadios tradicionais. Administração pública local; Associações de regantes/beneficiários ou similares. - Estruturação fundiária. Operação promovida pela AGROTEJO – União Agrícola Norte Vale do Tejo. <p><u>Constantes na candidatura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervenções em Monumentos Nacionais. Operações promovidas pela Direção Geral do Património Cultural. - Infraestruturas e equipamentos de saúde – Unidades móveis de saúde. Operações promovidas pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.)
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	<p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam encerradas/concluídas apenas 1 operação com enquadramento na PI 5.2.</p> <p>Esta operação foi concluída 2 dias antes da data prevista.</p> <p>As operações cuja data prevista de conclusão era igual ou anterior a 30 de set de 2021, registavam nesta data, um atraso médio de 530 dias.</p>
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	<p>PI / TI 5.2: o tempo de execução (entre a data de assinatura do concreto e a data efetiva de conclusão) da única operação encerrada/concluída foi 280 dias.</p>
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados- 8.3 e 8.8; - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura - 9.7, 10.5, 6.3 e 4.3; - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças) - 4.3, 6.3, 9.7 e 10.5; - Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ... - 4.3., 6.3., 9.7 e 10.5. <p>Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...) - 4.3, 6.3, 9.7, 10.1, e 10.5;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso - 2.3, 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

AS dificuldades financeiras dos Municípios refletiram-se na dificuldade de assegurar o cofinanciamento através da mobilização das contrapartidas, situação agravada pelos atrasos nos pagamentos. Nalguns casos houve desistência dos investimentos, noutros casos os municípios privilegiaram as PI com maior probabilidade e garantia de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos próprios; - Protocolos com a Administração Central e com a Administração Local.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estava concluída apenas 1 operação. A ausência de operações concluídas e de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

No entanto, a CIMT considera que nos casos das PI 6.3, 8.3 e 8.8 e, principalmente, no caso da PI 4.3, o cumprimento das metas será pouco provável.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	à data de 30 de setembro de 2021 não estava disponível informação sobre o cumprimento das metas definidas. Nesta data apenas 1 operação da PI 5.2 estava concluída. (Cf. tabela abaixo – Grau de cumprimento das metas à data de 31 de setembro de 2021). Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIMT referiu o seguinte na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável): Muito provável (6): PI 2.3, 5.2, 9.7, 10.1 e 10.5. Pouco provável (3): PI 6.3, 8.3 e 8.8. Muito pouco provável (2): PI 4.3.
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	- Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários; - Concursos públicos de empreitadas desertos.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (após alteração do PDCT em 2019) têm metas definidas para 2023. Indicadores de resultado contratualizados (após alteração do PDCT em 2019) sem meta definida para 2018: 4 indicadores das PI 2.3, 8.3, 10.1 e 10.5. Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constavam da contratualização e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores. Exemplos: PI 2.3 AVISO N.º CENTRO-50-2016-02 - Indicador de resultado: percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses face ao total de indivíduos; - Indicador de resultado: Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses” - “Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses”. PI 6.3 AVISO N.º CENTRO-14-2016-05 - Indicador de resultado: Dormidas em unidades turísticas; PI 9.7 AVISO N.º CENTRO-42-2021-20 Indicadores de realização e de resultado: - População abrangida por infraestruturas de saúde apoiadas – N.º; - Unidades móveis de saúde apoiadas - N.º; - Utentes inscritos em Unidades de Saúde Familiar (USF) intervencionadas- N.º - Número de utentes atendidos em unidades de saúde móveis intervencionadas - N.º - População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde - % PI 10.1 Aviso N.º CENTRO 66-2020-84 - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas. - Indicador de resultado: Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos) - Indicador de resultado: Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 94:

O quadro seguinte apresenta os indicadores e as metas contratualizados, que constam da alteração ao PDCT efetuada em junho de 2019.

Grau de cumprimento das metas à data de 31 de setembro de 2021

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Valor alcançado	Grau de cumprimento meta 2018
				(contratualizado após alteração em junho de 2019)	(contratualizado após alteração em junho de 2019)		Cumpriu / não cumpriu/superou
2.3	Realização	Serviços da Administração Pública apoiados	Nº	2	6	S.D.	
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet, no total de câmaras	%		40	S.D.	
4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	696.777	3.483.885	S.D.	
		Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	KWh/ano	1.450.685	2.176.028	S.D.	
		Redução anual do consumo de energia	KWh/ano	2.147.463	5.659.914	S.D.	
5.2	Realização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Nº	1	1	S.D.	
	Resultado	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Nº	14	3	S.D.	
	Resultado	Incremento da Acessibilidade à informação disponibilizada a partilhada nos sistemas de informação e de monitorização	%	50	50	S.D.	
6.3	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Visitantes/ano	19.800	33.000	S.D.	
		Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Visitantes/ano	25.200	42.000	S.D.	
		Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Visitantes/ano	45.000	75.000	S.D.	
8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	75	100	S.D.	
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%		50	S.D.	
8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	Nº	14	40	S.D.	
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº		150	S.D.	
9.1	Realização	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Nº	1	1	S.D.	

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Valor alcançado	Grau de cumprimento meta 2018
				(contratualizado após alteração em junho de 2019)	(contratualizado após alteração em junho de 2019)		Cumpriu / não cumpriu/superou
	Realização	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Nº	76	1	S.D.	
	Resultado	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	%	70	100	S.D.	
9.7	Realização	Equipamentos de saúde apoiados	Nº	1	8	S.D.	
10.1	Realização	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Nº	1	1	S.D.	
	Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram aproximando-se ou superando o valor esperado	%		60	S.D.	
10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº/anual	4603	6.137	S.D.	
	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	%		37	S.D.	
M04	Realização	Segurança Barragens	Nº	1	1	S.D.	
	Realização	Regadios tradicionais	Há	113	1	S.D.	
	Realização	Estruturação fundiária	Nº	1	1	S.D.	

Fontes: Alteração ao PDCT da CIMT (junho de 2019).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contribuído, embora variável, para todos os objetivos e medidas do quadro de intervenção do PDCT e para os 5 Eixos da EIDT com os quais o PDCT se encontra alinhado e que serão operacionalizados através deste instrumento, entre outros. O contributo resultante da implementação, nem sempre é equivalente ao esperado/contratualizado devido a problemas observados ao nível da operacionalização das PI já referidas e dificuldades dos promotores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	<p>O contributo do PDCT será inferior ao esperado/previsão no PDCT contratualizado (versão 2019), nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da eficiência energética nos edifícios públicos e na iluminação pública, devido principalmente às dificuldades de operacionalização da PI 4.3; - Inclusão social e ativa, devido à não operacionalização das PI 9.1 e 9.4. - Criação de emprego, devido ao desempenho pouco satisfatório principalmente na PI 8.3. <p>O contributo mais significativo será no domínio da educação, uma das duas áreas consideradas de maior relevância estratégica do PDCT, e situa-se ao nível da promoção de um ensino de excelência através do combate ao insucesso e abandono escolar e, principalmente, da qualificação das instalações escolares.</p> <p>Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os seus objetivos e medidas e para a EIDT.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

O quadro seguinte apresenta a análise do contributo das operações apoiadas para o PDCT contratualizado.

Análise qualitativa do contributo esperado das operações para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

Eixos da EIDT	Quadro de intervenção do PDCT Objetivos e Medidas	PI /Medidas mobilizadas	Contributo das operações
Médio Tejo Verde e Azul Incorpora as preocupações de sustentabilidade ambiental, as exigências de melhoria da eficiência energética e a aposta na produção de energia a partir de fontes renováveis e o aumento da resiliência dos sistemas naturais	Promoção da eficiência energética - Eficiência energética nos edifícios públicos - Eficiência energética na iluminação pública	PI 4.3	O contributo para a eficiência energética, será inferior ao esperado e focado, principalmente, na eficiência energética nos edifícios públicos. Face aos problemas e dificuldades de operacionalização da PI 4.3, o número de operações aprovadas (4) é muito inferior ao previsto no PDCT contratualizado (25). A taxa de compromisso é a segunda mais baixa (26,2%). Embora estejam submetidas a aguardar decisão 11 candidaturas, a CIM considera que a execução ficará aquém do previsto e das metas definidas. Os resultados esperados são principalmente na melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos – equipamentos, já que a maior parte das operações aprovadas e submetidas têm incidência nesta tipologia.
	Aumento da resiliência dos sistemas naturais e do seu potencial de valorização económica - Sistemas de informação, planeamento, monitorização e comunicação - Regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária	PI 5.2 M 4 do FEADER	O contributo para a proteção e resiliência da floresta, deverá aproximar-se do previsto na contratualização. Este contributo decorre do desenvolvimento de um Sistema de Videovigilância para Incêndios Florestais. Para o desenvolvimento do Sistema o PDCT prevê 3 operações a apoiar no âmbito da PI 5.2, das quais foi concluída a operação intermunicipal, de maior dimensão. As candidaturas relativas às 2 operações municipais previstas, não foram ainda apresentadas. A dotação aprovada era, à data desta Avaliação, ligeiramente superior à verba contratualizada, apresentando esta PI uma taxa de compromisso de 110%. A CIM prevê o cumprimento das metas definidas associadas ao desenvolvimento do Sistema de Videovigilância para Incêndios Florestais. No entanto, este contributo será inferior às necessidades, que ultrapassam muito a dotação disponível e contratualizada nesta PI, tendo em conta as características do território desta CIM. O peso da dotação contratualizada para esta PI é apenas 1,1% do total do PDCT. O contributo ao nível da segurança das barragens, regadios tradicionais e estruturação fundiária, decorre dos investimentos em ativos físicos apoiados no âmbito da M04 do PDR, sobre os quais não foi disponibilizada informação sobre as candidaturas aprovadas e sobre a sua execução. Por isso, não é possível avaliar o nível deste contributo.
Médio Tejo inclusivo e com qualidade de vida Coesão, atratividade e desenvolvimento urbano-rural	Capacitação de rede de atores regionais para a inclusão e o empreendedorismo social - Fruição cultural e inclusão para todos - Envelhecimento ativo no Médio Tejo	PI 9.1 PI 9.4	O contributo esperado para a inclusão social e ativa deverá ser muito inferior ao esperado, devido à ausência de projetos aprovados com enquadramento nas PI 9.1 e 9.4, designadamente dos projetos intermunicipais previstos - Fruição cultural e inclusão para todos e Envelhecimento ativo no Médio Tejo, dirigidos à promoção da inclusão social e ativa.
	Iniciativas inovadoras de promoção de um ensino de excelência, nos diferentes níveis de ensino - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso e Abandono escolar	PI 10.1 PI 10.5	As operações contribuem para a promoção de um ensino de excelência, para o combate ao insucesso e abandono escolar e para a qualificação das instalações escolares. O contributo esperado é elevado (estas PI concentram 46% da dotação contratualizada) e deverá superar o esperado, principalmente no que respeita ao investimento nas infraestruturas escolares.

Eixos da EIDT	Quadro de intervenção do PDCT Objetivos e Medidas	PI /Medidas mobilizadas	Contributo das operações
	- Investimento nas infraestruturas de educação pré-escolar e de ensino básico		No caso da PI 10.1 estão em execução as 2 operações previstas no PDCT contratualizado. A taxa de compromisso era, à data desta Avaliação, de 95,5% sendo que estão submetidas a aguardar decisão 3 candidaturas não previstas, referentes ao reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade. A CIM prevê o cumprimento das metas definidas. No caso da PI 10.5, o número de operações em execução (20) ultrapassa já o número de operações previstas no PDCT contratualizado (15). A taxa de compromisso era, à data desta Avaliação, 102.1%, estando submetidas, a aguardar decisão, 13 candidaturas. A CIM prevê, também neste caso, o cumprimento das metas definidas. A área da educação é considerada uma das opções estruturantes do PDCT e que justificou a concentração de recursos nestas PI.
	Qualificação da rede de equipamentos e serviços de saúde - Promoção de condições de acesso essenciais à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida	PI 9.7	O contributo esperado para a melhoria dos equipamentos de saúde, deverá ser superior ao esperado. O número de candidaturas com incidência em infraestruturas de saúde aprovadas (20) e submetidas (6) ultrapassa o número de candidaturas previstas no PDCT contratualizado (25). A taxa de compromisso é 77,4%. A meta definida para 2023 (8 equipamentos apoiados) deverá ser ultrapassada.
Médio Tejo competitivo e empreendedor Competitividade, internacionalização e inovação do tecido empresarial	Desenvolvimento da rede regional de estímulo e apoio ao empreendedorismo - Apoio a iniciativas inovadoras, ao empreendedorismo e à criação de novas empresas relacionadas com novos nichos de negócio ou com forte enraizamento nos recursos endógenos - Resposta às exigências de qualificação e de competências do tecido económico	PI 8.3/8.8 PI 10.1	O contributo das operações situa-se principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial face ao melhor desempenho na PI 8.8 (que apoia micro e pequenas empresas em geral e, em particular, aquelas orientadas para a produção de base local) e será menor para a geração de emprego. O contributo esperado para estes eixo e objetivo, decorre das operações de promoção do emprego e do micro empreendedorismo enquadradas nas PI 8.3 e 8.8, em particular, daquelas com incidência nos novos nichos de negócio e na valorização dos recursos endógenos, que são incentivadas através da majoração em 10% do apoio concedido. Este contributo decorre principalmente das operações apoiadas na PI 8.8, tendo em conta: o número de operações aprovadas (72) e submetidas a aguardar aprovação (136); o reforço da dotação financeira; a taxa de compromisso superior a 100%; e a revisão das metas para 2023 relativas ao número de empresas apoiadas e ao número de postos de trabalho criados, que passaram a ser mais ambiciosas, No caso da PI 8.3, dirigida à criação e emprego, embora com uma dotação financeira reforçada e superior à da PI 8.8, as taxas de compromisso e de execução são as mais baixas, quando comparadas com as restantes PI. A CIM considera que é pouco provável que as metas definidas venham a ser alcançadas nestas PI, principalmente na PI 8.3. A avaliação dos resultados da orientação do investimento, em sede de Aviso, para novos nichos de negócio ou para a valorização dos recursos endógenos, carece de informação (não disponível) sobre as áreas e atividade em que incidem as operações apoiadas. O contributo esperado ao nível da promoção de um ensino de excelência e combate ao insucesso e abandono escolar através das operações apoiadas no âmbito da PI 10.1, embora elevado, será parcial para responder às exigências de qualificação e de competências do tecido económico, que deverão resultar também da intervenção alargada outros níveis de ensino científico e tecnológico.

Eixos da EIDT	Quadro de intervenção do PDCT Objetivos e Medidas	PI /Medidas mobilizadas	Contributo das operações
Médio Tejo com Identidade Robustecer a imagem identitária do Médio Tejo, sustentada na projeção nacional e internacional da cultura e do património	Valorização e promoção dos produtos históricos, culturais, religiosos, naturais e paisagísticos com elevado interesse turístico.	PI 6.3	O contributo das operações situa-se ao nível da intervenção no património histórico e cultural edificado com interesse turístico no sentido da sua reabilitação e valorização, e também ao nível da implementação de rotas e percursos, sendo expectável o acréscimo do número de visitantes no território do médio Tejo. Este contributo aproxima-se do esperado no PDCT contratualizado. O Número de operações aprovadas com incidência na reabilitação e valorização do património histórico e cultural edificado (8) e na implementação de rotas e percursos (1) aproxima-se do número de operações previstas no PDCT contratualizado (10). A taxa de compromisso da PI 6.3, onde se enquadram estes projetos, era, à data desta Avaliação, 87,9%, sendo que estão submetidas, a aguardar decisão, 3 candidaturas. Os resultados esperados são, contudo, considerados pela CIM inferiores à ambição e expectativa iniciais, na fase da proposta. A cultura e o Turismo são áreas assumidas como de grande relevância estratégicas para o território do Médio Tejo, o que justificou a dotação elevada inicialmente proposta para esta PI. A dotação sofreu reduções sucessivas, na fase de contratualização face à candidatura e posteriormente em sede de alteração ao PDCT, em 2019.
Médio Tejo com uma governança inovadora	Médio Tejo Online 2020 - Modernização administrativa e promoção da eficiência nos serviços prestados a cidadãos e empresas Apoio a iniciativas inovadoras de gestão territorial - MT – Desenvolvimento territorial estratégico	PI 2.3	O contributo das operações situa-se ao nível Modernização da administração local e da gestão territorial As operações que se encontram em execução no âmbito da PI 2.3 - Médio Tejo On-line 2020 e Médio Tejo - desenvolvimento territorial, visam: - Promover a modernização administrativa e a simplificação de procedimentos no relacionamento com o cidadão e as empresas; e - Implementar progressivamente uma gestão territorial inovadora e planeada e executada a uma escala supramunicipal. O investimento aprovado é superior ao previsto/contratualizado (versão 2019). A CIM considera que serão atingidas as metas definidas.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A mobilização de outros instrumentos de financiamento aconteceu a posteriori e visou a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, assumindo uma lógica de compensação. Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT CIM Região de Coimbra



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
REGIÃO DE COIMBRA

CIM Região de Coimbra

Região: Centro - NUT III Região de Coimbra

Municípios: Arganil | Cantanhede | Coimbra | Condeixa-a-Nova | Figueira da Foz | Góis | Lousã | Mealhada | Mira | Miranda do Corvo | Montemor-o-Velho | Mortágua | Oliveira do Hospital | Pampilhosa da Serra | Penacova | Penela | Soure | Tábua | Vila Nova de Poiares

População total: 436.949 (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM contratualizado em 2015, é um dos instrumentos de operacionalização da EIDT da Região de Coimbra 2014-2020 e encontra-se alinhado com as suas Áreas de Intervenção Prioritária, com os seus Objetivos e com as suas Iniciativas Estruturantes. O Plano de Ação do PDCT foi assumido como um dos instrumentos ao dispor dos atores da Região de Coimbra para a prossecução da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Investimento e tipologias de intervenção mobilizáveis⁸ e mobilizadas, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos Objetivos e das Iniciativas Estruturantes definidas na EIDT, que ultrapassam o âmbito do PDCT e mobilizam um leque de atores mais vasto.

O PDCT assumiu como Eixos de intervenção apenas 6 das 10 Iniciativas Prioritárias da EIDT, em torno das quais foram agregados os projetos contemplados no PDCT.

A CIM fez uma avaliação favorável do grau de adequação das Prioridades de Investimento disponibilizadas, a mobilizar para os PDCT, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 5,3 numa escala de 1 a 6. As PI consideradas menos adequadas face às necessidades do território foram a PI 4.3 e a PI 6.1, sendo que esta última não foi contratualizada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados na EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>O PDCT não terá contributo ou este será residual, para a seguinte Área de Intervenção Prioritária da EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede Urbana e Estruturação do Território. <p>O PDCT não terá contributo para os seguintes Objetivos da EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a capacidade exportadora regional;

⁸ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N.º 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<p>- Colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial contribuindo para a superação das carências no ciclo urbano da água, nas infraestruturas rodoviárias e transportes e nas condições de mobilidade.</p> <p>O PDCT não terá contribuído, ou este será residual, para as seguintes Iniciativas Estruturantes da EIDT (que não foram assumidas como Eixos de intervenção do PDCT):</p> <ul style="list-style-type: none"> - IE03: Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos; - IE05: Região de Coimbra, polo de inovação e I&DT; - IE08: Desenvolvimento urbano sustentável; - IE09: Mobilidade e logística. <p>O contributo mais forte do PDCT será para a Áreas Prioritárias “Coesão e Inclusão Social” e para os respetivos Objetivos Estratégicos.</p> <p>Todos os Eixos do PDCT têm correspondência com Objetivos e, principalmente, com Iniciativas Estruturantes que constam da EIDT e contribuem para a sua concretização.</p> <p>Cf. Tabela abaixo: Matriz de alinhamento e contributo do PDCT para a concretização da EIDT da Região de Coimbra 2014- 2020.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de Intervenção Prioritária da EIDT não cobertas pelo PDCT: 1 (20%); - Objetivos da EIDT não cobertos pelo PDCT: 2 (16,7%); - Iniciativas Estruturantes da EIDT não cobertas pelo PDCT: 4 (40%);

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O PDCT encontra-se alinhado com os Objetivos e com as Iniciativas Estruturantes da EIDT, como se pode observar na Tabela seguinte.

Matriz de alinhamento do PDCT com a EIDT da Região de Coimbra 2014-2020

EIDT		PDCT	PI Mobilizadas
Áreas de Intervenção Prioritária	Objetivos	Iniciativas estruturantes da EIDT assumidas como Eixos de intervenção do Programa de Ação do PDCT	
Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos	Reduzir custos de ineficiências na produção, abastecimento e o consumo de água e energia	IE 01 – Promoção das energias renováveis e da eficiência energética IE 02 - Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais - Prevenção e gestão de riscos; - Infraestruturas coletivas: regadios e barragens. IE 04 – Região de Coimbra, destino turístico, valorização do património natural e cultural e promoção turística	PI 4.3 PI 6.3 PI 5.1 PI 5.2 M 3.4.2. do PDR
	Conservar e valorizar o património construído e imaterial		
	Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado		
	Conservar e valorizar o espaço florestal e rural		
	Assumir o rio Mondego, a mancha florestal, a costa litoral, as Aldeias do Xisto e o património cultural e construído de Coimbra como os principais recursos integradores das várias intervenções de valorização e gestão dos recursos endógenos		
Inovação e Capital Humano	Reforçar a especialização produtiva da região em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento;	IE 06 - Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização, do tecido	PI 8.3 PI 8.8

	Melhorar a capacidade exportadora regional	empresarial e da criação de emprego – Sistema de incentivos	
	Aumentar a capacidade de absorção do tecido empresarial regional dos recursos humanos qualificados		
Coesão e Inclusão Social	Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais e corrigir as desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços sociais	IE 07 – Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza: - Bolsa de voluntariado especializado - Combate ao abandono escolar - Equipamentos escolares - Dinamização de estratégias de Integração; Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego - Cultura para todos - Idade + envelhecimento ativo - Equipamentos de saúde	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5
	Eliminar custos de ineficiências na oferta de equipamentos e serviços sociais		
Rede Urbana e Estruturação do Território	Colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial contribuindo para a superação das carências no ciclo urbano da água, nas infraestruturas rodoviárias e transportes e nas condições de mobilidade		
Rede de Governação e Eficiência da Administração	Continuação dos investimentos na modernização administrativa levados a cabo no atual período de programação e, principalmente, na capacitação da estrutura técnica e organizacional da CIM	IE 10 – Modernização e eficiência administrativa	PI 2.3

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020 (dezembro 2014); PDCT da CIM da Região de Coimbra aprovado pelas AG dos Programas Financiadores – Documento de assinatura, Anexo 3 - EIDT-99-2015-02-012 Versão 8.

TABELA SÍNTESE– INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM/AM, a CIM Região de Coimbra faz uma avaliação favorável da adequação das PI disponibilizadas, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 5,3 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - muito adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI classificadas com grau de adequação 6: PI 2.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e M 3.4.2.do PDR. - PI classificadas com grau de adequação 4: PI 9.1 e 9.4. - PI classificadas com grau de adequação 3: PI 4.3 e 6.1. <p>A PI 6.1 não foi contratualizada.</p>
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A CIM referiu as seguintes no Inquérito às CIM/AM: Prover, Ciclo Urbano da Água, Regeneração Urbana, Mobilidade Urbana Sustentável, Cadastro, Proteção Civil, Proteção de Riscos, Reforço da Adaptação às Alterações Climáticas, Mobilidade e Transportes.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada em 2015 sofreu uma redução global de -30,2% face ao apresentado em sede de candidatura. Entre o momento da contratualização e janeiro de 2021, o PDCT sofreu alterações ao nível das dotações por PI, verificando-se um reforço da dotação global (16,1%), no sentido do seu ajustamento às dinâmicas de procura e de execução. As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (19,05%), PI 6.3 (18,9%) e PI 8.3 (17,58%).

A CIM considera, no entanto, que houve subfinanciamento em todas as PI/TI disponibilizadas e contratualizadas, exceto na PI 2.3, em que o financiamento foi considerado ajustado.

Quanto à cobertura e correspondência dos indicadores face às PI/TI do PDCT na sua versão mais recente (2019), verifica-se o seguinte:

- Todas as PI/TI têm indicadores e metas de realização definidos. No caso das PI 4.3 e 6.1 e da Medida 3.4.2 do PDR, não foram definidos indicadores de resultado. No caso do Indicador de resultado da PI 9.1 - Projetos de inovação e experimentação social apoiados, não foi definida meta.

- Os indicadores definidos no PDCT contratualizado apresentam correspondência com a natureza das medidas. Contudo, nem sempre dão expressão, de forma cabal, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados. Em sede de Avisos para apresentação de candidaturas, foram definidos indicadores que permitem uma melhor compreensão das operações apoiadas e dos resultados a alcançar, ultrapassando assim algumas limitações dos indicadores contratualizados (ver resposta ao Indicador 97).

Na sequência das alterações efetuadas ao PDCT em 2019, verificaram-se ajustamentos ao nível dos indicadores e das metas, no sentido da sua maior adequação às operações apoiadas e às perspetivas de execução.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
<p>Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)</p>	<p>Foram mobilizadas as seguintes PI/TI (Cf. Quadro abaixo – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiro):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local;</p> <p>PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas;</p> <p>PI 5.2 – Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;</p> <p>PI 6.3 – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;</p> <p>PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo – concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.4 – Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde;</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar;</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário;</p> <p>Medida 3.4.2 do PDR – Investimentos em ativos físicos.</p> <p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de - 30,2% no momento da contratualização, verificando-se a redução das dotações propostas nas PI 2.3, 4.3, 5.2, 6.3, 9.7, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR. As restantes PI mantiveram a dotação proposta em candidatura.</p> <p>As PI que no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: a PI 10.1 (24%), a PI 10.5 (15%) e PI 6.3 (12%).</p> <p>Entre o momento da contratualização e janeiro de 2021, o PDCT sofreu alterações, de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação da PI 9.4; - Redução da dotação das PI 4.3, 9.1, 10.1 e 2.3. - O reforço das PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - O reforço da dotação global (16,1%); <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (19,05%), PI 6.3 (18,9%) e PI 8.3 (17,58%);</p> <p>Cf. Quadro – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
<p>Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado</p>	<p>A CIM, na resposta ao Inquérito às CIM/AM, considera que o financiamento contratualizado foi:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3 e 6.1. (a PI/TI 6.1 não foi contratualizada). - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M 3.4.2 do PDR. <p>No caso do Sistema de Incentivos às empresas (PI 8.8), a CIM referiu, em sede de Entrevista, que o balanço é muito positivo apesar da complexidade da sua operacionalização. Contudo, o limite do apoio devia ser superior e o acesso alargado a empresas com projetos de I&D.</p>

- No caso da PI 4.3, não apresentaram candidaturas para a Iluminação pública porque as taxas de comparticipação eram muito baixas.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada 2015		Dotação após reprogramação em junho 2019 e alterações posteriores aprovadas entre 2019 e janeiro 2021		Varição candidato/contratualizado	Varição Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	7.377.479,8	9,80	3.725.074,0	7,09	3.709.992,8	6,08	-49,5	-0,4
4.3	FEDER	6.512.678,8	8,65	4.577.975,5	8,71	3.420.204,8	5,61	-29,7	-25,3
5.1	FC	85.000,0	0,11	85.000,0	0,16	85.000,0	0,14	0,0	0,0
5.2	FC	902.530,0	1,20	267.750,0	0,51	267.750,0	0,44	-70,3	0,0
6.3	FEDER	12.523.662,0	16,63	6.247.500,0	11,89	11.535.732,2	18,90	-50,1	84,6
8.3	FSE	5.000.000,0	6,64	5.000.000,0	9,51	10.727.630,9	17,58	0,0	114,6
8.8	FEDER	3.000.000,0	3,98	3.000.000,0	5,71	3.464.893,1	5,68	0,0	15,5
9.1	FSE	3.023.628,5	4,02	3.023.628,5	5,75	1.720.505,4	2,82	0,0	-43,1
9.4	FSE	250.000,3	0,33	250.000,3	0,48	0,0	0,00	0,0	-100,0
9.7	FEDER	5.677.000,4	7,54	5.087.250,0	9,68	6.117.878,0	10,03	-10,4	20,3
10.1	FSE	12.587.838,7	16,72	12.587.838,7	23,95	7.543.919,4	12,36	0,0	-40,1
10.5	FEDER	14.364.764,6	19,08	7.900.000,0	15,03	11.623.531,3	19,05	-45,0	47,1
M04	FEADER	3.992.756,0	5,30	802.910,0	1,53	802.910,0	1,32	-79,9	0,0
Total FEDER		49.455.585,5	65,68	30.537.799,5	58,11	39.872.232,3	65,34	-38,3	30,6
Total FSE		20.861.467,5	27,71	20.861.467,5	39,69	19.992.055,7	32,76	0,0	-4,2
Total FC		987.530,0	1,31	352.750,0	0,67	352.750,0	0,58	-64,3	0,0
Total FEADER		3.992.756,0	5,30	802.910,0	1,53	802.910,0	1,32	-79,9	0,0
Total		75.297.339,0	100,00	52.554.927,0	100,00	61.019.948,0	100,00	-30,2	16,1

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-012; PDCT da CIM da Região de Coimbra aprovado pelas AG dos Programas Financiadores, Documento de assinatura (2015) Anexo 1: Quadro de Financiamento; Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra, Anexo 1 - Quadro de financiamento (7 de junho de 2019). Notificações de aprovação das alterações ao Quadro de Investimentos, entre 9 de agosto de 2019 e 5 de janeiro de 2021. Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>De acordo com a versão mais recente do PDCT (2019):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Todas as PI/TI têm indicadores de realização. - Todos os indicadores de realização definidos têm meta associada para 2023. - PI/TI sem indicadores de resultado definidos: PI 4.3 e 6.1 e a Medida 3.4.2 do PDR. - Indicadores de resultado definidos sem meta para 2023: indicador da PI/TI 9.1 – Projetos de inovação e experimentação social apoiados. <p>(Cf. Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra de 7 de junho de 2019 - Anexo 2 – Quantificação de metas dos indicadores de desempenho (realização e resultado) do Pacto para 2018 e 2023.)</p>
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal.</p> <p>Também no caso de PI em que foram aprovadas candidaturas em tipologias não previstas inicialmente, como por exemplo na PI 10.1 – Escola Digital, os indicadores definidos não são adequados.</p> <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar, e ultrapassar algumas limitações dos indicadores contratualizados.</p>

	<p>O quadro de indicadores e metas do PDCT contratualizado em 2015, foi alterado no sentido da sua maior adequação às alterações aprovadas em 2019 ao nível das PI 9.1 e 9.4, da dotação de verbas por PI e também às dinâmicas de procura.</p> <p>As alterações foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi retirado o indicador Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública. Não apresentaram candidaturas para a Iluminação pública porque as taxas de comparticipação eram muito baixas. - Foram retirados os indicadores de realização e de resultado associados à PI 9.4, cuja dotação foi anulada e os indicadores de realização e de resultado da PI 9.1 relacionados com a Bolsa de Voluntariado. - Foram alteradas as metas dos indicadores de realização das PI 4.3 e 9.1 e as metas dos indicadores de resultado das PI 9.1, 10.5, 5.1 e 5.2, no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI. <p>(Cf. Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra, 7 de junho de 2019 - Anexo 2)</p>
<p>Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.</p>	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p> <p>No entanto, há situações em que as alterações no investimento alocado por PI não foram acompanhadas do ajustamento das metas. Exemplo:</p> <p>Na sequência da alteração do PDCT em junho de 2019, a dotação da PI 8.3 teve um acréscimo de 114%, mas as metas relativas ao número de pessoas apoiadas, manteve-se inalterado.</p>

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros Instrumentos com incidência no território, embora nem sempre eficaz.

A CIM recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, cujo contributo para a concretização dos objetivos da EIDT foi considerado elevado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula</p>	<p>A CIM da Região de Coimbra referiu, no Inquérito às CIM/AM, a articulação com os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas; - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social; - Planos Municipais para a Igualdade; - Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios; - Planos Municipais de Saúde; - Gabinete de Inserção Profissional – GIP; - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU); - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos – PROVERE (por exemplo, através da majoração do apoio aos projetos apoiados no âmbito do SI2E, com incidência nos PROVERE aprovados. (Cf AVISO N.º CENTRO-M7-2017-08); - Mobilidade Urbana Sustentável – MUS;

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>- Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU (por exemplo, através da majoração do apoio aos projetos apoiados no âmbito do SI2E, com incidência nos PEDU/PARU aprovados para os municípios da CIM RC. (Cf AVISO N.º CENTRO-M7-2017-08);</p> <p>- Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).</p> <p>A CIM, em sede de Entrevista, referiu que a articulação do PDCT com DLBC não evitou a sobreposição em algumas medidas destes dois instrumentos.</p>
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	<p>O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos da EIDT, foi considerado elevado pela CIM, no Inquérito às CIM/AM (5, numa escala de 1 a 6). Este contributo não foi explicitado em sede de formulação estratégica.</p> <p>O Plano de Ação da EIDT contempla um conjunto de Ações que se enquadram em Iniciativas Estruturantes que não foram mobilizadas para o PDCT (IE 3, 5, 8 e 9), que mobilizam outros promotores e que terão outras fontes de financiamento (do PT2020 ou outras).</p> <p>Exemplos de outros investimentos realizados fora do PDCT, com recurso a outras fontes de financiamento, do PT 2020 ou outras, referidos em sede de Entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de sensibilização ambiental para a comunidade escolar, no âmbito do POSEUR, com contributo para a Área de Intervenção Prioritária da EIDT Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos e para os respetivos Objetivos. - Investimentos no domínio das alterações climáticas e da eficiência energética, neste último caso, devido às dificuldades da relação com a DGEG, que levaram a que o PDCT tenha sido preterido face a outros instrumentos e fontes de financiamento.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>Houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT2020 e com outras fontes de financiamento, na fase de programação e na fase de implementação. A CIM referiu, no Inquérito às CIM/AM, os seguintes instrumentos de financiamento mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PT 2020 (POSEUR, COMPETE, POISE, POCH); - Cooperação internacional (Interreg's); - Fundos nacionais (Fundo Ambiental, Fundo Florestal Permanente, Fundo de Transportes); - Fundos comunitários centralizados. <p>No Inquérito às CIM/AM, A CIM respondeu que, na fase de programação, as fontes de financiamento não foram adequadas. Na fase de implementação, foram consideradas adequadas.</p>
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A articulação foi feita <i>a posteriori</i>, com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p>

<p>PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades</p>
--

<p>SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?</p> <p>A CIM fez uma avaliação global pouco favorável do modelo adotado de aprovação/negociação adotado. A avaliação foi muito positiva relativamente ao contributo para os seguintes parâmetros: Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT e Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT. A avaliação mais desfavorável verificou-se relativamente aos parâmetros Simplificação e Celeridade do processo de seleção. Destacou, contudo, a contribuição do modelo de aprovação/negociação para adaptar os PDCT às realidades específicas de cada Região em detrimento do "one size fits all".</p> <p>Quanto ao contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas, a CIM valorizou principalmente a melhoria do alinhamento entre medidas e resultados, a melhoria da adequação dos indicadores às tipologias de intervenção e a melhoria da adequação das metas aos resultados esperados. O contributo foi considerado muito baixo para assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso, para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso e para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta.</p>
--

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território</p>	<p>A CIM atribuiu uma pontuação média de 3,7 (numa escala de 1 – nulo a 6 – muito elevado) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM/AM.</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito elevado (6) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM moderado (4) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território. - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Criação de novas parcerias nos territórios; - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM baixo (3) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia; - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito baixo (2) para o seguinte parâmetro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação do processo de seleção. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM nulo (1) para o seguinte parâmetro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade do processo de seleção. <p>A CIM destacou a contribuição do modelo de aprovação/negociação para adaptar os PDCT às realidades específicas de cada Região em detrimento do <i>"one size fits all"</i>.</p>
<p>Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados</p>	<p>A CIM não respondeu a esta questão.</p>
<p>Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas</p>	<p>A CIM atribuiu uma pontuação média de 4,6 aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM/AM (numa escala de 1 – nulo a 6 – muito elevado).</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito elevado (6) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM elevado (5) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas. <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM moderado (4) para o seguinte parâmetro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...). <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; - Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso; - Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os *stakeholders* relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram bastante valorizados em sede de candidatura e também no PDCT contratualizado em 2015, que contemplava 25 operações / investimentos de âmbito intermunicipal a que correspondia um investimento total de **22.726.951,50€**, nos seguintes domínios: modernização administrativa, eficiência energética, alterações climáticas, proteção civil, património natural e cultural, inclusão social e educação. O investimento previsto neste tipo de operações encontrava-se concentrado, principalmente, na educação (PI 10.1) – 55,4%, na promoção da inclusão social (PI 9.1) – 13,3% e na modernização administrativa (PI 2.3) – 16,4%.

A dotação das operações de natureza intermunicipal contratualizadas, teve uma redução de -30,8% face à dotação proposta em sede de candidatura.

O PDCT contratualizado em 2015 previa operações promovidas por outros *stakeholders* que não os Municípios ou a CIM: Direção Regional da Cultura do Centro (20 intervenções maioritariamente no património cultural); Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (7 intervenções nas infraestruturas de saúde); Administração Pública Local, Associações de regantes (intervenções nos regadios, não quantificadas); Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (1 operação, relativa à criação da Bolsa de Voluntariado); Direção Regional de Agricultura e Pescas (1 operação).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local; PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas; PI 5.2 – Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes; PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.4 – Promoção do envelhecimento Ativo; PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais; PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar.</p> <p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT contratualizado em 2015:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local; PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas; PI 5.2 – Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes; PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.4 – Promoção do envelhecimento ativo; PI 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura foram propostas 38 operações / investimentos de âmbito intermunicipal, a que correspondia uma dotação (Fundo) de 32.820.269,70€.</p> <p>O PDCT contratualizado em 2015 previa 25 operações / investimentos de âmbito intermunicipal a que correspondia uma dotação (Fundo) de 22.726.951,50€.</p>

	<p>A diferença é justificada pela redução da dotação das operações de natureza intermunicipal previstas na PI 2.3 e, principalmente, na PI 6.3 e pela eliminação da operação prevista na PI 9.7.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos no PDCT contratualizado em 2015: Modernização administrativa: 5 operações; Eficiência energética: 2 operações; Alterações climáticas: 1 operação; Proteção civil: 2 operações; Património natural e cultural: 1 operação; Inclusão social: 7 operações; Educação: 7 operações;</p> <p>A dotação prevista neste tipo de operações, encontrava-se concentrada, principalmente, na Educação (PI 10.1) – 55,4%, na Promoção da inclusão social (PI 9.1) – 13,3% e na Modernização administrativa (PI 2.3) – 16,4%. (Cf. tabela abaixo – Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal no PDCT contratualizado em 2015, por PI).</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT contratualizado em 2015, estão previstas as seguintes operações promovidas por outros stakeholders que não a CIM da Região de Coimbra e os municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolsa de voluntariado especializado – 1 operação promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. - Intervenções em regadios, promovidas pela Administração Pública Local, Associações de regantes, beneficiários ou similares (não quantificadas). - Implementação de sistema de aviso e alerta. Adequação da descarga de fundo – 1 operação promovida pela Administração Regional de Agricultura e Pescas do Centro. - Intervenções no património cultural e natural - 20 operações promovidas pela Direção Regional da Cultura do Centro, maioritariamente no património cultural. - Intervenções em infraestruturas de saúde - 7 operações promovidas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Fundo candidat (Inv total * 0,85)	Fundo contratualizado	Variação %
Modernização administrativa: Capacitação	CIM da Região de Coimbra	2.3	Modernização administrativa	331.500,00	99.450,00	-70,0
Modernização administrativa: Governance	CIM da Região de Coimbra	2.3	Modernização administrativa	1.272.875,00	326.995,00	-74,3
Modernização administrativa: Modelo Operativo	CIM da Região de Coimbra	2.3	Modernização administrativa	1.085.195,00	227.409,00	-79,0
Modernização administrativa: Processos	CIM da Região de Coimbra	2.3	Modernização administrativa	1.712.750,00	726.750,00	-57,6
Modernização administrativa: Tecnologia	CIM da Região de Coimbra	2.3	Modernização administrativa	2.975.159,80	2.344.470,00	-21,2
Iluminação Pública- Intervenções de instalação de telegestão e de telecontrolo	CIM da Região de Coimbra	4.3	Eficiência Energética	2.040.085,00	2.040.085,00	0,0

Intervenções nos edifícios e nos equipamentos - Auditorias e Plano de Ação	CIM da Região de Coimbra	4.3	Eficiência Energética	110.075,00	110.075,00	0,0
Observatório	CIM da Região de Coimbra	4.3	Eficiência Energética	510.000,00	0,00	-100,0
Plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas	CIM da Região de Coimbra	5.1	Alterações climáticas	85.000,00	85.000,00	0,0
Plano intermunicipal de gestão de riscos	CIM da Região de Coimbra	5.2	Proteção civil	59.500,00	59.500,00	0,0
Sistema de monitorização de riscos e alertas em tempo real e instalação de rede de sensores	CIM da Região de Coimbra	5.2	Proteção civil	208.250,00	208.250,00	0,0
Estudos de monitorização e avaliação	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	85.000,00	0,00	-100,0
Inventariação e produção de conhecimento	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	85.000,00	0,00	-100,0
Laboratório de inovação turística	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	170.000,00	0,00	-100,0
Plano integrado de comunicação e promoção	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	1.303.662,00	0,00	-100,0
Programa de animação do turismo de natureza	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	425.000,00	0,00	-100,0
Programa em rede dos equipamentos culturais	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	850.000,00	0,00	-100,0
Rede de dinamização do património cultural	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	850.000,00	0,00	-100,0
Rede de oferta turística em espaços naturais	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	637.500,00	637.500,00	0,0
Valorização das áreas classificadas	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	637.500,00	0,00	-100,0
Valorização de produtos endógenos	CIM da Região de Coimbra	6.3	Património natural e cultural	595.000,00	0,00	-100,0
Bolsa de voluntariado	CASES	9.1	Inclusão social	200.005,00	200.005,00	0,0
Cultura para todos - Escola dos sonhos	CIM da Região de Coimbra	9.1	Inclusão social	671.999,80	671.999,80	0,0
Cultura para todos - Saberes e tradições da Região de Coimbra	CIM da Região de Coimbra	9.1	Inclusão social	598.500,30	598.500,30	0,0
Dinamização de estratégias de integração	CIM da Região de Coimbra	9.1	Inclusão social	649.999,25	649.999,25	0,0
Observatório para o desenvolvimento social	CIM da Região de Coimbra	9.1	Inclusão social	299.999,00	299.999,00	0,0
Plano intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego	CIM da Região de Coimbra	9.1	Inclusão social	603.125,15	603.125,15	0,0
Idade + Envelhecimento Ativo	CIM da Região de Coimbra	9.4	Inclusão social	250.000,30	250.000,30	0,0
Unidades Móveis de Saúde	CIM da Região de Coimbra	9.7	Social	929.750,40	0,00	-100,0
A. Somos todos primeiros	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	2.206.907,70	2.206.907,70	0,0
B. A minha escola	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	714.731,00	714.731,00	0,0
C. Juntos fazemos melhor	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	127.500,00	127.500,00	0,0
D. Fazer diferente, fazer melhor	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	1.589.500,00	1.589.500,00	0,0

E. Sucesso com todos e para todos	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	6.787.250,00	6.787.250,00	0,0
F. Mais informações, melhores opções	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	311.950,00	311.950,00	0,0
G. Uma escola, um projeto	CIM da Região de Coimbra	10.1	Educação	850.000,00	850.000,00	0,0
Total				32.820.269,70	22.726.951,50	-30,8

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-012 – Quadro de investimentos; PDCT da CIM da Região de Coimbra aprovado pelas AG dos Programas Financiadores, Documento de assinatura (2015) – Quadro de investimentos.

- (1) Calculado a partir do investimento total apresentado no Quadro de Investimentos, considerando uma taxa de financiamento de 85%, para permitir a comparação, uma vez que, para o PDCT contratualizado a informação por projeto (quadro de investimentos) corresponde ao Fundo contratualizado.

Dotação prevista em operações de natureza intermunicipal no PDCT contratualizado em 2015, por PI

PI	Operações previstas	Dotação Prevista	
		Nº	%
2.3	5	3.725.074,00	16,4
4.3	2	2.150.160,00	9,5
5.1	1	85.000,00	0,4
5.2	2	267.750,00	1,2
6.3	1	637.500,00	2,8
9.1	6	3.023.628,50	13,3
9.4	1	250.000,30	1,1
10.1	7	12.587.838,70	55,4
Total	25	22.726.951,50	100,0

Fonte: PDCT da CIM da Região de Coimbra aprovado pelas AG dos Programas Financiadores, Documento de assinatura (2015) – Quadro de investimentos.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O processo de conceção da EIDT e do PDCT envolveu um conjunto alargado de entidades representativas destes setores e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território. A sua participação, considerada elevada e substantiva, foi assegurada através de recolha formal de pareceres e contributos, participação em grupos de trabalho e sessões públicas de debate.

Este envolvimento teve como principais resultados, o alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação), a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários e a identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIM ao Inquérito às CIM/AM:</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios; - POR/CCPPOR/CCDR. <p>Participaram com frequência (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor económico; - Entidades representativas do Setor social; - Entidades representativas do Setor ambiental; - Agências públicas da Administração Central; - Agências públicas da Administração Central descentralizada; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas).

Indicador	Resposta/Evidências
	Participaram pouco (grau 3): - Juntas de Freguesia. A CIM não referiu as Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada que participaram na definição da EIDT.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade.	A participação foi substantiva por parte de todas as entidades referidas.
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	Tipo de resultados gerados: - Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na definição da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Recolha formal de pareceres e contributos	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate
Municípios	6	Substantiva	x	x	x
Juntas de freguesia	3	Substantiva			x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva	x	x	x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	x		x
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	x		x
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	x		x
Agências públicas da Administração Central	5	Substantiva	x		x
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	5	Substantiva	x		x
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	5	Substantiva	x		x

Fonte: Inquérito on-line às CIM/AM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

Um dos princípios metodológicos subjacentes à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra reconhecido como EIDT da Região de Coimbra 2014-2020 e assumido como referencial do PDCT, foi a participação e envolvimento dos agentes locais na fase de conceção estratégica. A CIM considera este princípio, condição para a concertação e a convergência alargada dos *stakeholders* regionais em torno da estratégia regional, para a partilha de decisões, iniciativas e investimentos desde do início da construção dos projetos e, em última instância, para a geração de sinergias e complementaridades essenciais ao sucesso da estratégia desenvolvida para a região. Neste sentido foi realizado um programa de trabalho que incluiu vários workshops com instituições públicas, autarquias, associações e outras organizações sem fins lucrativos, entidades do sistema científico e tecnológico regional e empresários que reconheceram a necessidade de concertação e cooperação entre os atores-chave do território e apontaram objetivos, novas soluções e ações que foram tidas em consideração em todas as fases do desenvolvimento dos trabalhos.

O processo de preparação envolveu os seguintes passos metodológicos que asseguraram a participação dos vários atores:

- Workshop “pessoas e Inclusão” – 5-03-2013;
- Workshop “Ambiente, ordenamento e floresta” – 12-03-2013;
- Workshop “Agricultura” – 13-03-2013;
- Workshop “Competitividade e empresas e “Desenvolvimento rural e produtos endógenos” – 19-02-2013;
- Reunião com o Conselho Executivo da CIM e Presidentes das Câmaras Municipais – 20-03-2013;

- Workshop “Cidades e Cultura” – 03-04-2013;
 - Workshop “Sistema Científico e Tecnológico” – 17-04-2013;
 - Workshop com as equipas técnicas das Autarquias – 29-05 2013;
 - Reunião com o Conselho Executivo da CIM e Presidentes das Câmaras Municipais para discussão sobre as prioridades de investimento e arranque da recolha de contributos para as iniciativas estruturantes – 19-06-2013;
 - Reunião com o Conselho Executivo da CIM e Presidentes das Câmaras Municipais – 18-02 2014;
 - Reuniões com a CCDRC para discussão do Plano Estratégico - 10-03 2014; 10-03-2014; 02-04-2014;
 - Reunião do CEDI para apreciação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra – 28 -10-2014.
- (Fonte: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra 2014-2020, Ponto 1 – O Processo de Construção do Plano Estratégico).

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, entidades dos sectores económico as Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada e entidades privadas com fins lucrativos (empresas), envolveram-se de forma continuada. As Entidades representativas dos setores ambiental e social envolveram-se pontualmente e, as Juntas de Freguesia, não se envolveram.

As entidades foram envolvidas através da recolha formal de pareceres e contributos e da participação em sessões públicas de divulgação e debate, sendo que, os Municípios e POR/CCPPOR/CCDR, participaram também em grupos de trabalho.

O envolvimento destas entidades contribuiu para o alargamento do âmbito de atuação, para a complementaridade de intervenções, para o aumento do alcance do PDCT em termos do perfil dos beneficiários apoiados e para a construção de parcerias.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>De acordo com a resposta da CIM ao Inquérito às CIM/AM:</p> <p>Envolveram-se de forma continuada: os Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Entidades do sector económico, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas).</p> <p>Envolveram-se pontualmente: Entidades representativas dos setores ambiental e social (sem fins lucrativos).</p> <p>Não se envolveram: Juntas de Freguesia.</p> <p>No caso dos Municípios e POR/CCPPOR/CCDR, o envolvimento foi através de recolha formal de pareceres e contributos, inclusão em grupos de trabalho e participação em sessões públicas de divulgação e debate.</p> <p>No caso das restantes entidades, o envolvimento foi através da recolha formal de pareceres e contributos e da participação em sessões públicas de divulgação e debate.</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIM no inquérito às CIM/AM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento do âmbito de atuação; - Complementaridade de intervenções; - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; - Construção de parcerias.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM fez uma avaliação muito positiva da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR) e considera positivo o seu contributo para todas as dimensões elencadas no Inquérito às CIM/AM. Referiu ainda que o modelo do PDCT permitiu criar na CIM competências, o que hoje lhes permite funcionar como um centro de serviços partilhados, uma vez que os municípios mais pequenos não têm competências em áreas muito específicas.

No entanto referiu, como aspetos menos positivos, o centralismo das AG e que, no plano da operacionalização, as competências delegadas nem sempre foram cumpridas.

Consideram que deviam ter sido delegadas outras competências tais como: definir o calendário de abertura dos AAC e determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A CIM atribuiu a todas as seguintes competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM/AM, o grau de adequação 6 (numa escala de 1- nada adequada/pertinente a 6 - totalmente adequada/pertinente), o que traduz uma avaliação muito positiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão; - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários. - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. <p>Relativamente ao PDR, a CIM classificou como nada adequadas/pertinentes (grau 1) todas as competências delegadas acima referidas.</p>
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>Na resposta ao inquérito às CIM/AM, a CIM classificou como positivo o contributo para todas as seguintes dimensões elencadas no Inquérito às CIM/AM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Monitorização de resultados; - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território; - Redução da carga administrativa. - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários. <p>Em sede de Entrevista, a CIM referiu que a o modelo do PDCT permitiu criar na CIM novas competências e que hoje funcionam como um centro de serviços partilhados uma vez que os municípios mais pequenos não têm competências em áreas muito específicas.</p> <p>Referiu também o centralismo das AG e que as competências delegadas não foram cumpridas.</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	No plano da operacionalização, o modelo de contratualização nem sempre foi cumprido: alteração de regras, tempo de resposta, ou incapacidade de resposta, por parte da AG.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do POISE, POISE e POEUR: - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM encontram-se definidos e funcionam?

A CIM considerou satisfatório o funcionamento dos mecanismos de articulação com a AG do POR, destacando-se a avaliação mais positiva da ligação com o Ponto Focal. No caso do POEUR, POISE e PDR, considerou esta questão não aplicável.

Em sede de Entrevista, referiu as dificuldades com os Sistemas de Informação, principalmente com o SIFSE, e a necessidade de introduzir melhorias no Sistema, no sentido da sua maior adequação e utilidade.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM	Mecanismos de articulação (aplicável apenas no caso do POR): - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM	A CIM classificou de forma satisfatória o funcionamento destes mecanismos, atribuindo-lhes a classificação média de 4,0 (numa escala de 1 – não funciona a 6 – funciona muito bem): - Funcionam muito bem (6): Ligação com Ponto Focal. - Funcionam de forma satisfatória (4): Emissão de pareceres; - Não funcionam bem (3): Reuniões periódicas e de coordenação. No Caso do POISE, POEUR e PDR, a CIM considerou esta avaliação Não Aplicável. Em sede de entrevista, a CIM referiu as dificuldades com os Sistemas de Informação, principalmente com o SIFSE, designadamente quando é necessário introduzir alterações.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM/AM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIM classificou como pouco adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, considera as suas competências totalmente adequadas, mas insuficiente o número de elementos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM classificou como pouco adequada esta dotação (grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 5 Elementos externos: 1
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como pouco adequada (grau de adequação 3, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).

técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como totalmente adequadas (grau de adequação 6, numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	- Insuficiente número de elementos da Equipa Técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM/AM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIM classificou como adequadas as ações de capacitação em Sistemas de Informação, Critérios de análise de projetos, Monitorização e Avaliação, Conceção de documentos estratégicos e de programação. Classificou como pouco adequadas as ações de capacitação em Contratação pública. É nesta área e também em IGT que considera haver maior necessidade de formação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Contratação Pública; - IGT.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou, no Inquérito às CIM/AM, como adequadas as seguintes ações: - Sistemas de Informação; - Critérios de análise de projetos; - Monitorização e Avaliação; - Conceção de documentos estratégicos e de programação. Classificou como pouco adequadas as seguintes ações: - Contratação Pública.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIM referiu, no Inquérito às CIM/AM, as seguintes: - Contratação Pública; - IGT.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

Esta articulação verificou-se apenas no caso do POR. A CIM referiu a sua participação na elaboração dos Avisos do POR através de contributos que foram parcialmente integrados. No caso dos Avisos do POSEUR, os contributos da CIM não foram integrados e no caso dos Avisos do POISE e PDR, a CIM não deu quaisquer contributos.

A relevância ou adequação das operações face à realidade e às necessidades do território, foi assegurada, nos Avisos, condicionando a sua elegibilidade ou aprovação à conformidade com planos territoriais com incidência no território em que se insere a operação (PI 4.3) ou aos exercícios de mapeamento das necessidades de investimento no território (PI 9.7 e 10.5). No caso do SI2E, destaca-se a discriminação positiva dos investimentos localizados em territórios de baixa densidade.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM/AM na elaboração dos AAC	No caso dos Avisos do POR a CIM deu contributos que foram parcialmente integrados, para os seguintes elementos: - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - A definição de requisitos (formais e documentais);

	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios de seleção das operações; <p>Deu contributos que foram integrados para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. <p>Deu contributos que não foram integrados, para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Não deu contributos para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Indicadores. <p>No caso dos Avisos do POSEUR, a CIM deu contributos, que não foram integrados, para todos os elementos elencados no Inquérito às CIM/AM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais; - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Indicadores. <p>No caso dos Avisos do POISE e do PDR, a CIM não deu quaisquer contributos.</p>
<p>Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</p>	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local (AVISO N.º CENTRO-03-2019-19)</u> Constitui critério de elegibilidade das operações a conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável.</p> <p><u>PI 6.3 – Património natural (AVISO N.º CENTRO-14-2016-05)</u> Condições de acesso: - As intervenções têm de incidir em áreas públicas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), definida nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro. Critérios de seleção: - Grau de complementaridade com outras intervenções (nomeadamente, na área da regeneração urbana ou na área da preservação e valorização do património natural e cultural). - Localização ou relação com uma Área Classificada [localização em área classificada, relacionado com área classificada, outra situação]</p> <p><u>PI 8.3 e 8.8 - Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego-SI2E (AVISO N.º CENTRO-M7-2017-08)</u> Incentivo ao investimento: - Nos termos previsto no n.º 2 do artigo 13.º do SI2E o apoio FEDER é apurado, com base no investimento elegível aprovado, através da aplicação de uma taxa base de 40% para os investimentos localizados em territórios de baixa densidade ou 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios.</p> <p><u>PI 9.7 Investimento em Infraestruturas de saúde (AVISO N.º CENTRO-42-2019-01)</u> Critério de seleção: Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais. As operações a apoiar devem estar enquadradas no exercício de planeamento de infraestruturas de saúde denominado de “mapeamento”, fixado segundo os procedimentos estabelecidos mediante deliberação da CIC Portugal 2020.</p> <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas de formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino Escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário (AVISO N.º CENTRO-73-2021-21):</u> Condições específicas de acesso: - Enquadramento no exercício de planeamento da educação (mapeamento), enviado e aprovado pela Comissão Europeia sob a referência n.º REGIO/DGA2.G.3/AMC/ga.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIM faz uma avaliação pouco favorável na generalidade, dos calendários de abertura dos Avisos e dos prazos de submissão das candidaturas, embora muito variável em função das Prioridades de Investimento a que respeitam. O ritmo de lançamento dos concursos e a promoção da articulação entre os concursos/projetos, mereceram a avaliação mais desfavorável.

A CIM referiu a vantagem dos Avisos abertos em contínuo, para todos os casos em que não há verdadeiramente uma situação concorrencial.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>A CIM classificou da seguinte forma os calendários de abertura dos Avisos e os prazos de submissão das candidaturas, na resposta ao inquérito às CIM/AM (numa escala de 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados):</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 3,2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como muito adequado (5) no caso das PI 5.1 e 5.2; - Foi classificado como adequado (4) no caso das PI 2.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5; - Foi classificado como nada adequado (1) no caso das PI 4.3, 6.1, 9.1 e 9.4; <p>No caso da M 3.4.2. do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 3,2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado muito adequado (5) no caso das PI 5.1 e 5.2; - Foi classificado adequado (4) no caso das PI 2.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi classificado nada adequado (1) no caso das PI 4.3, 6.1, 9.1 e 9.4. <p>No caso da M 3.4.2. do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 2,6.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como adequado (4) no caso da PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi classificado como muito pouco adequado (2) no caso das PI 2.3, 5.1 e 5.2; - Foi considerado nada adequado (1) no caso das PI 4.3, 6.1, 9.1 e 9.4. <p>No caso da M 3.4.2. do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 2,8.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificada como adequado (4) no caso das PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5; - Foi classificada como pouco adequado (3) no caso das PI 2.3, 5.1 e 5.2; - Foi considerada nada adequada (1) no caso da PI 4.3, 6.1, 9.1 e 9.4. <p>No caso da M 3.4.2. do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Na Entrevista, A CIM referiu a vantagem dos Avisos abertos em contínuo, para os casos não concorrenciais.</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT, exceto para a PI 9.4, cuja dotação foi anulada.

A CIM fez uma avaliação muito positiva do grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, ligeiramente mais favorável no que respeita à adequação segundo os objetivos da EIDT e do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Foi lançado concurso para todas as tipologias de intervenção contratualizadas exceto para as tipologias da PI 9.4 (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p>

	<p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local; PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas; PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos; PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; PI 8.8 - Promoção do micro empreendedorismo e; PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais; PI 10.1 - Redução do abandono escolar; PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário; Medida 3.4.2 do PDR – Investimentos em ativos físicos – regadios. Foi também lançado concurso para as seguintes PI/TO não previstas inicialmente: PI 8.8 - Apoio à Produção Nacional - Base local; PI 10.1 – Escola Digital.</p>
<p>Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)</p>	<p>Adequação segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI/medidas um grau de adequação médio de 5,6 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso da PI 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2. do PDR. - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos seguintes casos: 2.3, 9.1 e 9.4; - Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 6.1. <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI /medidas um grau de adequação médio de 5 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2. do PDR; - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 9.1 e 9.4; - Foram consideradas adequadas (grau 4) no caso da PI 6.1; - Foram consideradas nada adequadas (grau 1) nos seguintes casos: PI 2.3 e 4.3. <p>Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5,4 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2. do PDR; - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso das PI 9.1 e 9.4; - Foram consideradas adequadas (grau 4), no caso das PI 2.3, 4.3 e 6.1. <p>Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <ul style="list-style-type: none"> - A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5,4 relativamente a este parâmetro. - Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1, 10.5 e M 3.4.2 do PDR; - Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos casos da PI 9.1 e 9.4; - Foram consideradas adequadas (grau 4), no caso das PI 2.3, 4.3 e 6.1.

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

Na resposta ao Inquérito às CIM/AM, a CIM da Região de Coimbra fez uma avaliação bastante desfavorável do processo de análise e seleção de operações. Todos os parâmetros de análise exceto a Periodicidade das reuniões do Conselho Intermunicipal, tiveram uma classificação inferior a 3 numa escala de 1- nada adequado a 6 totalmente adequado.

Os parâmetros de análise com a avaliação mais desfavorável foram a carga burocrática, a interação com os sistemas de informação e com o Balcão 2020, a dimensão da equipa técnica com funções de análise de candidaturas e os critérios de seleção.

A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas não têm sido cumpridos em todas as PI mobilizadas. A análise do tempo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, revelou que este tem sido mais longo no caso das candidaturas das PI 4.3, 8.3 e 8.8.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído pela CIM aos parâmetros de análise, por PI (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (<i>check-list</i>, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2,7. - Foram considerados pouco adequados (3) par as PI 2.3, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR; - Foram considerados muito pouco adequados (2) par as PI 5.1 e 5.2; - Foram considerados nada adequados (1) para a PI 4.3. <p>CrITÉRIOS de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,4. - Foram considerados muito pouco adequados (2) par aa PI 2.3, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3; - Foram considerados suficientemente adequados (4) par as PI 2.3 e 4.3; - Foram considerados nada adequados (1) para as PI 4.3, 5.1, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR. <p>A CIM referiu, em sede de Entrevista, a necessidade de melhorar os critérios de seleção. Por exemplo, no caso dos apoios às empresas não á considerada a sua capacidade de crescimento.</p> <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 2,3. - Foi considerada pouco adequada (3) para as PI 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3; - Foi considerada muito pouco adequada (2) para as PI 2.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR; - Foi considerada nada adequada (1) para a PI 4.3. <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,6. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para as PI 2.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR. - Foi Considerada nada adequada (1) para as PI 4.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7 e 10.1. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada adequada (4) para todas as PI e Medida 3.4.2 do PDR. <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (1) para todas as PI e Medida 3.4.2 do PDR. <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (1) para todas as PI. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,1. - Foi considerada muito pouco adequada (2) no caso da PI 2.3; - Foi considerada nada adequada (1) para todas as outras PI. <p>Interação com o SI PDR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (1) para a Medida 3.4.2 do PDR. <p>Interação com o Balcão 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (1) as PI 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2 do PDR. <p>Interação com outros SI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada nada adequada (1) para todas as PI e Medida 3.4.2 do PDR.

Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIM referiu, no Inquérito às CIM/AM, que os prazos de análise de candidaturas não têm sido cumpridos em todas as PI mobilizadas. É no caso das candidaturas das PI 4.3, 8.3 e 8.8 que o tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato tem sido mais longo (Cf. Tabela abaixo - Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato).
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas: - Elevado nº de candidaturas (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Reduzida dimensão da equipa (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Articulação entre OI e AG (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Verificação das condições de admissibilidade (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Análise de mérito das candidaturas (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades (PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5); - Atrasos da AG no processo de análise e decisão (PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e Medida 3.4.2. do PDR.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 58:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo (502 dias) devido principalmente ao tempo entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as candidaturas das PI 4.3, 8.3 e 8.8. O tempo médio mais curto, verifica-se nas candidaturas das PI 5.1 e 5.2.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI Contratualizadas (1)	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	1	1	226	159	385
4.3	6	6	793	22	815
5.1	1	1	75	23	98
5.2	2	2	95	34	129
6.3	24	24	398	76	474
8.3	43	39	462	167	629
8.8	62	57	472	180	651
9.7	9	9	224	72	296
10.1	1	1	269	91	360
10.5	54	53	248	42	289
M 3.4.2 PDR	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
total	203	193	392	114	502

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

- (2) A dotação da PI 9.4 foi anulada e as operações previstas nesta PI foram eliminadas. A única Operação submetida na PI 9.1 foi desistida. Sem dados para a M 3.4.2 do PDR.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, entidades dos organismos que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (energia, proteção civil, ambiente, saúde, educação). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos):
	PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local (Aviso Nº CENTRO-03-2019-19): O Aviso define como entidades responsáveis pela avaliação de mérito e decisão de financiamento, as CIM da NUTS II Região Norte, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG
	PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas” (AVISO POSEUR-08-2016-46 (VERSÃO 1.1 DE 15.06.2016): De acordo com os critérios de elegibilidade das operações, as operações deverão demonstrar orientação para a adaptação às alterações climáticas, através de parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA) , no âmbito da coordenação da ENAAC, o qual deve integrar a candidatura, conforme estipula o n.º 2 do artigo 84.º do RE SEUR.
	PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos (AVISO POSEUR-10-2016-44 V. 1.1 de 15 jun2016): De acordo com os Critérios de elegibilidade das operações, estas têm que ser instruídas com pareceres favoráveis da ANPC e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.) .
	PI 6.3 – Património natural (AVISO N.º CENTRO-14-2016-05) Condições específicas de acesso: - Dispor de parecer(es) técnico(s) favorável(eis) emitidos(s) pelo(s) organismo(s) sectorial(ais) competente(s) sobre o projeto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura, se aplicável.;
	PI 9.7 Investimento em Infraestruturas de saúde (AVISO N.º CENTRO-42-2019-01) Condições específicas de acesso: - As candidaturas deverão ainda apresentar obrigatoriamente o correspondente parecer a emitir pelo respetivo serviço que tutela a área da Saúde .
	PI 10.1 Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar II (AVISO N.º CENTRO 66-2020-84) As operações a implementar devem ser objeto de pareceres não vinculativos solicitados pela Autoridade de Gestão, das seguintes entidades: - Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar , enquanto estrutura a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. - Direção Geral de Educação , sobre a complementaridade com outros instrumentos de planeamento estratégico das escolas no domínio da promoção do sucesso escolar, nomeadamente com os Planos Plurianuais de Melhoria, no caso dos TEIP.
	PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas de formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino Escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário (AVISO N.º CENTRO-73-2021-21): Condições específicas de acesso: - As candidaturas deverão apresentar obrigatoriamente o comprovativo do parecer favorável a emitir pelo respetivo serviço que tutela a área da Educação , aprovando o programa de espaços da infraestrutura.
	<u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM/AM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Foram implementados vários mecanismos de monitorização e acompanhamento, cujo grau de adequação foi considerado satisfatório. Os mecanismos considerados totalmente adequados foram a realização de reuniões da Equipa técnica de balanço, a realização de balanço com as AG e as reuniões/contactos regulares com os beneficiários. A elaboração de relatórios de monitorização periódicos, foi considerado um mecanismo nada adequado.

A CIM implementou mecanismos de avaliação contínua do PDCT, designadamente a elaboração de relatórios periódicos, realizou uma Avaliação Intercalar recorrendo aos recursos internos e pretende realizar a Avaliação Final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIM no Inquérito às CIM/AM: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIM atribuiu o grau de adequação médio 4,5 aos mecanismos implementados. Foram considerados totalmente adequados (6) os seguintes mecanismos: - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. Foram considerados adequados (4) os seguintes mecanismos: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; Foram considerados nada adequados (1) os seguintes mecanismos (não implementados, de acordo com a resposta anterior): - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A CIM identificou, na resposta ao Inquérito às CIM/AM, os seguintes atores: - Autarquias; - Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	A CIM indicou, na resposta ao inquérito às CIM/AM, os seguintes tipos de avaliação implementados: - Avaliação contínua, com relatórios periódicos; - Avaliação Intercalar; Pretende realizar uma avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	CIM da Região de Coimbra (recursos internos).

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A CIM referiu a diversidade e a complexidade de intervenções, a dimensão da equipa técnica, a ausência de orientações do PO financiadores e a dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores, como constrangimentos à monitorização e avaliação.

Os indicadores comuns definidos para as PI são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão dos diferentes tipo de operações e dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados para a monitorização e avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	A CIM identificou os seguintes constrangimentos: - Diversidade e complexidade de intervenções; - Dimensão da equipa técnica; - Ausência de orientações do PO financiadores; - Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM/AM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de reatividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIM não identificou medidas deste tipo na resposta ao Inquérito às CIM/AM. Em sede de entrevista, referiu a vantagem dos avisos abertos em contínuo, a necessidade de reduzir os tempos de apreciação e aprovação das candidaturas e de reduzir a burocracia. No caso das candidaturas do SI2E a <i>checklist</i> é enorme e o nível de controlo é indiferente ao valor. No caso das PI 8.3 e 8.8, a CIM defende a criação de uma Bolsa de Consultores Acreditados para apoio à elaboração das candidaturas, com o objetivo de reduzir o número (elevado) de candidaturas que não são admitidas ou aprovadas e o tempo de apreciação das candidaturas pela equipa técnica.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

O PDCT foi alterado em junho de 2019 acompanhando os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais. Entre 2019 e 2021 foram aprovadas alterações pontuais ao nível dos projetos com incidência em projetos das PI 10.5, 6.3 e 9.7.

As alterações incidiram na programação financeira anual, na alocação financeira por PI/medida na supressão de indicadores de PI/TI anuladas e na definição das metas para 2023. Estas alterações permitiram um maior ajustamento às dinâmicas de procura e perspetivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	A CIM referiu no Inquérito às CIM/AM que não foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EIDT e do PDCT face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação, mas que consideram necessária a sua existência. Referiu ainda que foi efetuada uma revisão e ajustamentos ao PDCT em 2019, que acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais. Houve alterações que foram centralizadas, como por exemplo a criação e inclusão do PAPN nos PDCT e as alterações decorrentes da reprogramação dos PO Centro e PO ISE (PI 9.1 e 9.4). Após a reprogramação de 2019, houve outras alterações pontuais aprovadas entre 2019 e 2021, com incidência em projetos das PI 10.5, 6.3 e 9.7.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	De acordo com a resposta da CIM no Inquérito às CIM/AM, as principais alterações ao PDCT, das quais resultaram melhorias no desempenho físico e financeiro, foram as seguintes: - Reprogramação financeira anual; - Alterações na alocação financeira por PI/medida.

Foram ainda identificadas as seguintes alterações ao PDCT inicialmente contratualizado, na sequência da reprogramação de 2019:

- Foi retirado o indicador Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública. A CIM referiu em sede de Entrevista que optaram por não apresentar candidaturas nesta tipologia devido à baixa taxa de cofinanciamento.
- Foram retirados os indicadores de realização e de resultado associados à PI 9.4, cuja dotação foi anulada e os indicadores de realização e de resultado da PI 9.1 relacionados com a Bolsa de Voluntariado.
- Foram alteradas as metas dos indicadores de realização das PI 4.3 e 9.1 e as metas dos indicadores de resultado das PI 9.1, 10.5, 5.1 e 5.2, no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI.

As alterações efetuadas, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e às perspetivas de execução do PDCT, contribuindo para a melhoria do seu desempenho físico e financeiro.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A CIM referiu a existência de uma estratégia de comunicação do PDCT e identificou os instrumentos de comunicação e de divulgação da EIDT e do PDCT implementados. A adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população, foi considerada mais elevada, principalmente no caso das sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento e dos produtos de comunicação da CIM.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	<p>A CIM identificou as seguintes, na resposta ao Inquérito às CIM/AM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/encontros com parceiros, promovidos: 40. Nº de participantes: 100; - Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento: 40. Nº de participantes: 100; - Reuniões, seminários, workshops públicos: 10. Nº de participantes: 100; - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site): 100. Nº de abrangidos: 100.000; - Produtos de comunicação da CIM (redes sociais ...): 100. Nº de abrangidos: 100.000; - Grupos de trabalho temáticos: 4; Nº de participantes: 100; - Visitas a projetos de investimento: 20; Nº de participantes: 100; - Feiras, festas temáticas, mostras de produtos locais: 20; Nº de participantes: 100; - Participação em projetos de cooperação: 5. Nº de participantes: 100.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	A CIM realizou processos de auscultação junto da população. No entanto, não foram divulgados os seus resultados.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

A CIM classificou da seguinte forma a **adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas** junto dos potenciais beneficiários e da população (Escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão) na resposta ao inquérito às CIM/AM:

Muita elevada adesão (grau 6):

- Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento;

- Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site);
- Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...).

Elevada adesão (grau 5):

- Reuniões/encontros com parceiros promovidos;
- Visitas a projetos de investimento.

Adesão moderada (grau 4):

- Reuniões, seminários, workshops públicos;
- Grupos de trabalho temáticos;
- Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais;
- Participação em projetos de cooperação.

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM, na resposta ao Inquérito às CIM/AM: <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de gestão do PDCT; - Modelo de funcionamento da CIM; - Partilha de conhecimentos.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

Foram rececionadas 739 candidaturas com um custo total de 197.765.547,0 euros, sendo que apenas 209 candidaturas (28,3%) se encontram aprovadas/contratadas/em execução e 169 (22,9%), submetidas a aguardar decisão.

Entre as candidaturas rececionadas, destaca-se o elevado número daquelas enquadradas na PI 8.8 e 8.3, que representam 75% do número total, mas apenas 37,3% do custo total apresentado. As candidaturas com enquadramento nas PI 8.8 e 10.5, concentram a maior parte do custo total apresentado (62,3%).

No caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas é superior ao número de operações previstas principalmente nas PI 2.3 e 10.5.

A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 8.8 e 10.1, a taxa de reprovação mais elevada nas PI 8.3 e 8.8 e a taxa de desistência mais elevada nas PI 9.1 (100%), já que a única candidatura rececionada foi desistida, e na PI 10.1 (50%), apenas com 2 candidaturas admitidas, sendo que 1 foi desistida.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram rececionadas 739 candidaturas com um custo total de 197.765.547,0 euros, encontrando-se aprovadas/contratadas/em execução 209 (28,3%).</p> <p>Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por Prioridade de Investimento.</p> <p>No caso das PI com listas prévias de operações, destaca-se o elevado número de candidaturas rececionadas face ao número de operações previstas no PDCT contratualizado (após a reprogramação de 2019 e alterações aprovadas entre 2019 e 2021), nas PI 6.3, 9.7, 10.1 e 10.5.</p> <p>No caso da PI 10.1 e 10.5, esta discrepância é explicada pelo número de candidaturas para a Transição Digital da Educação e para a remoção de amianto, não previstas inicialmente.</p> <p>Entre as candidaturas rececionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As candidaturas com enquadramento nas PI 8.3 e 8.8, representam 75% do número total de candidaturas rececionadas, embora apenas 37,3% do custo total apresentado. - As candidaturas com enquadramento nas PI 8.8 e 10.5, concentram a maior parte (62,3%) do custo total apresentado.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>À data desta Avaliação, a situação das candidaturas rececionadas era a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovadas/contratadas/em execução 209 candidaturas (28,3%); - Submetidas a aguardar decisão 169 (22,9%); - Não admitidas, não aprovadas, anuladas, desistidas/rescindidas/revogadas totalizavam 361 (48,8%). <p>A taxa de admissibilidade global situa-se nos foi 61%, destacando-se as PI 8.8 e 10.1 com a taxa mais baixa.</p> <p>A taxa de reprovação global situa-se nos 49,1%, sendo que as PI 8.3 e 8.8 apresentam a taxa mais elevada.</p> <p>A taxa de desistência global é de 13,3%. AS taxas mais elevadas verificam-se na PI 9.1 (100%), já que a única candidatura rececionada foi desistida, e na PI 10.1 (50%), apenas com 2 candidaturas admitidas, sendo que 1 foi desistida.</p>

	Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	Motivos de reprovação das candidaturas , indicados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM/AM: - Falta de dotação financeira disponível: 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5; - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: PI 4.3, 8.3 e 8.8; - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 4.3, 8.3 e 8.8; - Falta de documentos necessários à instrução da candidatura: 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5; - Critérios de seleção das operações: 2.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (após reprogramação de 2019 e alterações aprovadas entre 2019 e 2021)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
		Nº	%	€	%
2.3	1	1	0,1	4.521.637,30	2,3
4.3	20	16	2,2	9.187.011,92	4,6
5.1	1	1	0,1	91.635,00	0,0
5.2	2	2	0,3	314.987,00	0,2
6.3	33	48	6,5	27.498.268,25	13,9
8.3	n.d.	167	22,6	3.474.429,30	1,8
8.8	n.d.	387	52,4	70.266.674,25	35,5
9.1	2	1	0,1	1.671.128,59	0,8
9.7	9	17	2,3	15.612.369,39	7,9
10.1	1	14	1,9	10.647.603,28	5,4
10.5	30	70	9,5	53.007.913,21	26,8
M3.4.2 PDR	n.d.	15	2,0	1.471.889,5	0,7
Total	n.d.	739	100,0	197.765.547,0	100,0

Fontes: Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra, Anexo 1 - Quadro de financiamento (7 de junho de 2019). Notificações de aprovação das alterações ao Quadro de Investimentos, entre 9 de agosto de 2019 e 5 de janeiro de 2021. Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. PDCT-CIMs-PDR2020-30092021.

Notas: Para as PI 8.3, 8.8 e M 3.4.2 do PDR não está identificado o número de operações previstas, no Quadro de investimentos do PDCT contratualizado. A dotação da PI 9.4 foi anulada. Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento												
	2.3	4.3	5.1	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	M04 PDR	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução.	1	6	1	2	24	41	58		9	1	52	14	209
2. Não admitida		2			3		132		3		1		141
3. Não aprovada		5				104	29					1	139
4. Anulada						1	3				1		5
5. Desistida /rescindida/revogada		3			10	21	36	1		1	4		76
6. Submetida/admitida					11		129		5	12	12		169
7. Total Geral	1	16	1	2	48	167	387	1	17	14	70	15	739

Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	68,8	100,0	100,0	64,9	86,8	33,7	0,0	75,0	50,0	89,7	100,0	61,1
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	37,5	100,0	100,0	64,9	24,6	22,5	0,0	75,0	50,0	89,7	93,3	36,7
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	43,8	0,0	0,0	8,1	62,3	62,4	0,0	25,0	0,0	1,7	6,7	49,1
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	18,8	0,0	0,0	27,0	12,6	14,0	100,0	0,0	50,0	6,9	0,0	13,3

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021; PDCT-CIMs-PDR2020-30092021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI sofreram alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, no sentido da sua aproximação às dinâmicas de procura e perspectivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 85,9%, sendo que no caso das PI 5.1, 5.2, 9.7, 10.5 e Medida 3.4.2. do PDR, ultrapassa os 100%, o que aponta para a necessidade de nova reprogramação. As PI com a taxa de compromisso mais baixa são as PI 8.3 (2,6%) e a PI 4.3 (43,8%).

No caso das PI com identificação prévia das operações, o número de operações aprovadas é superior ao previsto, na PI 10.5 (52 contra 30), está aquém do previsto nas PI 4.3, 6.3 e 9.1. e é equivalente ao previsto nas PI 2.3, 5.1, 5.2, 9.7 e 10.1.

As taxas globais de execução e de realização financeira por PI, situam-se em 42,5% e 49,5% respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes dois indicadores.

Quanto às operações de carácter intermunicipal, estão aprovadas 7 das 10 operações previstas. A taxa de compromisso face ao contratualizado é 83%. O peso destas 7 operações aprovadas no fundo total aprovado em vigor à data de 30 de setembro de 2021, é 22,9%.

Os principais estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias referidos foram as condições de elegibilidade das operações, o tipo de despesas elegíveis, a alteração de regras, o tempo de resposta por parte da AG, a dificuldade em dar resposta às necessidades territoriais, a burocratização dos processos e as avaliações de mérito. No caso das PI 8.3 e 8.8, o desconhecimento dos documentos de enquadramento e impreparação por parte dos promotores privado, na apresentação das candidaturas, a morosidade do processo de apreciação e aprovação de candidaturas.

Apenas se encontravam encerradas 2 operações, com enquadramento nas PI 5.1 e 5.2, concluídas dentro do prazo.

Os principais motivos apresentados para o não cumprimento dos prazos de execução, foram os seguintes: Estado de maturação dos projetos apresentados em candidatura, bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças), prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ou outros.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>A taxa global de compromisso por PI era 85,9% sendo que, nas PI 5.1, 5.2, 9.7 e, principalmente, na PI 10.5, ultrapassa os 100% o que aponta para a necessidade de nova reprogramação. No caso das PI 9.7 e 10.5, encontram-se ainda submetidas a aguardar decisão, 5 e 12 candidaturas, respetivamente.</p> <p>A Medida 3.4.2. do PDR apresenta também uma taxa de compromisso bastante superior a 100%, encontrando-se 2 candidaturas com decisão favorável a aguardar decisão.</p> <p>As PI com a taxa de compromisso mais baixa são as PI 8.3 (2,6%) e a PI 4.3 (43,8%).</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira por PI, situam-se em 42,5% e 49,5% respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes dois indicadores.</p> <p>Cf. tabelas abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento e Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira – Medida 3.4.2 do PDR.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam com concluídas/encerradas 2 operações.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (após reprogramação jun.2019 e alterações posteriores aprovadas até jan. 2021)	Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	3.709.992,8	1	3.486.488,7	3.429.842,7	94,0	92,4	98,4
4.3	3.420.204,8	6	1.498.768,8	408.746,7	43,8	12,0	27,3
5.1	85.000,0	1	87.053,3	87.053,3	102,4	102,4	100,0
5.2	267.750,0	2	292.238,3	290.481,9	109,1	108,5	99,4
6.3	11.535.732,2	24	9.771.243,1	5.891.157,1	84,7	51,1	60,3
8.3	10.727.630,9	41	278.491,1	54.009,7	2,6	0,5	19,4
8.8	3.464.893,1	58	3.425.827,0	2.112.420,0	98,9	61,0	61,7
9.1	1.720.505,4	0	0,0	0,0	0,0	0,0	
9.7	6.117.878,0	9	7.879.511,0	2.329.926,8	128,8	38,1	29,6
10.1	7.543.919,4	1	6.293.919,4	2.001.486,7	83,4	26,5	31,8
10.5	11.623.531,3	52	18.705.882,6	9.002.661,4	160,9	77,5	48,1
Total	60.217.038,0	195	51.719.423,1	25.607.786,2	85,9	42,5	49,5

Fontes: Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra, Anexo 1 - Quadro de financiamento (7 de junho de 2019). Notificações de aprovação das alterações ao Quadro de Investimentos, entre 9 de agosto de 2019 e 5 de janeiro de 2021. Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nota: A dotação global da PI 9.4, inicialmente contratualizada, foi anulada.

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira – Medida 3.4.2 do PDR

PI	Despesa pública Contratualizado (após)	Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	despesa pública aprovada	despesa pública paga	Taxa de compromisso (despesa pública aprovada / contratualizada)	Taxa de execução (despesa pública paga/ contratualizada)	Taxa de realização financeira (despesa pública paga /aprovada)
	€	Nº	€	€	%	%	%
M 3.4.2. PDR	944.600,00	14	1.354.744,54	488.986,23	143,42	51,77	36,09

Fonte: PDCT-CIMs-PDR2020-30092021.

Nota: Para as operações do PDR apenas se encontram disponíveis os indicadores despesa pública aprovada e paga e fundo contratualizado. Para calcular as taxas de compromisso e de execução, foi calculado o montante da despesa pública contratualizada a partir do valor do Fundo contratualizado, admitindo que a taxa de cofinanciamento é de 85%.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No caso das PI com identificação prévia das operações, a comparação da Lista de operações previamente identificadas no Quadro de investimentos do PDCT (versão mais recente após a reprogramação de 2019 e alterações aprovadas entre 2019 e 2021) com o total de operações aprovadas do PDCT (aprovadas, aceites, contratadas, em execução, concluída), permite concluir o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O número de operações aprovadas do PDCT é superior ao previsto, na PI 10.5 (52 contra 30) estando ainda 12 a aguardar decisão. A dimensão financeira (Fundo) das operações aprovadas corresponde já a 160.9% do previsto. - O número de operações aprovadas do PDCT está aquém do previsto, nas PI 4.3, 6.3 e 9.1.

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>No caso da PI 4.3, encontram-se aprovadas apenas 6, quando estavam previstas 20, sendo que não há candidaturas submetidas a aguardar decisão. A dimensão financeira (Fundo) das operações aprovadas corresponde a 43,8% do previsto.</p> <p>- No caso da PI 6.3, encontram-se aprovadas apenas 24, quando estavam previstas 33. No entanto, encontram-se submetidas a aguardar decisão, 11. A dimensão financeira (Fundo) das operações aprovadas corresponde a 84,7% do previsto.</p> <p>- No caso da PI 9.1, não há operações aprovadas, quando estavam previstas 2.</p> <p>O número de operações aprovadas do PDCT é equivalente ao previsto nas PI 2.3, 5.1, 5.2, 9.7 e 10.1. No entanto, a sua dimensão financeira ultrapassa o previsto no caso das PI 5.1, 5.2 e, principalmente, da PI 9.7.</p> <p>No caso das PI sem identificação prévia do número de operações a apoiar (PI 8.3, 8.8 e M 3.4.2. do PDR), a dimensão financeira das operações aprovadas, é muito inferior ao previsto no caso da PI 8.3 (2.6%), aproxima-se do previsto no caso da PI 8.8 (98.9%) e é superior ao previsto no caso da M 3.4.2. do PDR (143,4%).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos pela CIM no Inquérito às CIM/AM:</p> <p>- Condições de elegibilidade das operações e Tipo de despesas elegíveis, para todas as PI mobilizadas.</p> <p>No caso da PI 4.3, a CIM referiu, em sede de Entrevista, a dificuldade de relação com a DGEEG e a complexidade da folha de cálculo fornecida por esta entidade para análise dos projetos de eficiência energética, o que implicou que o PDCT fosse preterido face a outros instrumentos de financiamento.</p> <p>Foram também referidas outras dificuldades como:</p> <p>- O desconhecimento dos documentos de enquadramento, dificuldade de desconstrução da linguagem/dificuldade de comunicação e impreparação por parte dos promotores privados, na apresentação das candidaturas (8.3 e 8.8). Processo de apreciação e aprovação de candidaturas muito moroso, com elevado número de candidaturas não admitidas e não aprovadas.</p> <p>- Alteração de regras;</p> <p>- Tempo de resposta, ou incapacidade de resposta por parte da AG.</p> <p>Ao nível das condições de elegibilidade das operações: os Avisos, o Modelo de governação, a dificuldade em dar resposta às necessidades territoriais, a burocratização dos processos e as avaliações de mérito.</p>
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas (7) enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos (1);</p> <p>PI /TI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas (1);</p> <p>PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos (2);</p> <p>PI/TI 6.3 – Património natural (1);</p> <p>PI/TI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (1);</p> <p>PI/TI 10.1 - Redução do abandono escolar - Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (1).</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 7 operações intermunicipais, a que correspondia o Fundo total aprovado em vigor de 11.829.848,67€, concentrado, principalmente, nas PI 10.1 e 2.3.</p> <p>No PDCT contratualizado (versão de 2019) estavam previstas 10 operações de âmbito intermunicipal a que correspondia um total de Fundo 14.224.742,51€. As 7 operações aprovadas representam 11.829.848,67€, o que traduz uma taxa de compromisso de 83%.</p> <p>O peso das 7 operações intermunicipais aprovadas no fundo total aprovado em vigor à data de 30 de setembro de 2021 é 22,9%.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:
Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado e aprovadas

PI	Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (2015)		Operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (2019)		Operações intermunicipais Aprovadas	
	Nº	Fundo €	Nº	Fundo €	Nº	Fundo aprovado em vigor €
2.3	5	3.725.074,00	1	3.709.992,76	1	3.486.488,74
4.3	2	2.150.160,00	1	110.075,00	0	0,00
5.1	1	85.000,00	1	85.000,00	1	87.053,25
5.2	2	267.750,00	2	267.750,00	2	292.238,30
6.3	1	637.500,00	1	737.500,00	1	1.083.907,67
9.1	6	3.023.628,50	2	1.720.505,40	0	0,00
9.4	1	250.000,30	0	0,00	0	0,00
9.7	0	0,00	1	50.000,00	1	586.241,36
10.1	7	12.587.838,70	1	7.543.919,35	1	6.293.919,35
total	25	22.726.951,50	10	14.224.742,51	7	11.829.848,67

Fontes: PDCT da CIM da Região de Coimbra aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (2015) – Quadro de investimentos. Alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM da Região de Coimbra, Anexo 1 - Quadro de investimentos (7 de junho de 2019). Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI	Fundo aprovado em vigor (total) €	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais) €	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor %
2.3	3.486.488,74	3.486.488,74	100,0
4.3	1.498.768,78	0	0,0
5.1	87.053,25	87.053,25	100,0
5.2	292.238,30	292.238,30	100,0
6.3	9.771.243,08	1.083.907,67	11,1
8.3	278.491,05	0,00	0,0
8.8	3.425.827,02	0	0,0
9.7	7.879.510,99	586.241,36	7,4
10.1	6.293.919,35	6.293.919,35	100,0
10.5	18.705.882,55	0,00	0,0
Total	51.719.423,11	11.829.848,67	22,9

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM e Municípios:</p> <p><u>Aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Património cultural (PI 6.3): 6 operações, 1 promovida pela Universidade de Coimbra e 5 promovidas pela Direção Regional de Cultura do Centro. - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas (PI 8.3): todas as operações. - Promoção de micro empreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8): todas as operações promovidas por empresas. - Infraestruturas e equipamentos de saúde (PI 9.7): 2 operações promovidas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>- Melhoria da eficiência dos regadios existentes (M 3.4.2 do PDR): 3 operações, 1 promovida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e 2 promovidas por Juntas de agricultores.</p> <p><u>Previstas no PDCT contratualizado (versão 2019):</u></p> <p>- Património cultural (PI 6.3): 6 operações, 1 promovida pela Universidade de Coimbra e 5 promovidas pela Direção Regional de Cultura do Centro.</p> <p>- Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas (PI 8.3): todas as operações.</p> <p>- Promoção de micro empreendedorismo (PI 8.8): todas as operações.</p> <p>- Infraestruturas e equipamentos de saúde (PI 9.7): 2 operações promovidas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.</p> <p>- Reabilitação de regadios (M 3.4.2 do PDR): 1 operação promovida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; operações promovidas pela Administração Pública Local/Associações de regantes (número não identificado).</p> <p><u>Previstas na Candidatura:</u></p> <p>Património cultural (PI 6.3): 19 candidaturas promovidas pela Direção Regional de Cultura do Centro.</p> <p>- Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas (PI 8.3): todas as operações.</p> <p>- Promoção de micro empreendedorismo (PI 8.8): todas as operações.</p> <p>- Inclusão ativa de grupos vulneráveis – Bolsa de voluntariado (PI 9.1): 1 candidatura promovida pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.</p> <p>- Infraestruturas e equipamentos de saúde (PI 9.7): 7 operações promovidas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.</p> <p>Reabilitação de regadios (M 3.4.2 do PDR): todas as operações promovidas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.</p>
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data desta Avaliação estavam concluídas/encerradas apenas 2 operações : 1 com enquadramento na PI 5.1 e 1 com enquadramento na PI 5.2. Estas operações ficaram concluídas dentro da data prevista de conclusão .
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo entre a assinatura do contrato e data efetiva de conclusão das 2 operações concluídas foi e seguinte: - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região de Coimbra (PI 5.1) – 329 dias. - Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos da CIM Região de Coimbra (PI 5.2) – 302 dias
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	A CIM referiu os seguintes motivos na resposta ao Inquérito às CIM/AM: - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura: 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5; - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5. - Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ... : 2.3, 4.3, 5.1,, 5.2., 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Na resposta ao Inquérito às CIM/AM, a CIM indicou outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, tais como:</p> <p>- Fundos próprios; - Orçamento de Estado.</p> <p>A CIM referiu que não existiram problemas na mobilização das contrapartidas.</p>

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, apenas 2 operações se encontram concluídas/encerradas. A ausência de informação sobre o contributo das operações aprovadas para a maior parte das metas definidas para os indicadores de realização e de resultado, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

A CIM manifestou-se otimista relativamente ao cumprimento das metas na maior parte das Prioridades de Investimento.

As principais causas apontadas pela CIM para os desvios detetados face às metas previstas, são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI e as dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não está disponível informação sobre o grau de cumprimento das metas definidas.</p> <p>Encontram-se cumpridas as metas dos seguintes indicadores de realização, para 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos (PI 5.1): 1. - Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados (PI 5.2): 1. <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas, a CIM referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM/AM (escala: de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito provável (grau 6): PI 2.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5; - Nada provável (grau 1): PI 4.3, 9.1 e 9.4. <p>A CIM não se pronunciou relativamente à Medida 3.4.2 do PDR.</p> <p>No entanto, no caso da PI 8.3, face ao número de candidaturas aprovadas (41) e à taxa de compromisso (2,6%) a meta 2023 definida para o indicador - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (320), apresenta maior risco de incumprimento.</p> <p>No caso da PI 8.8, a meta para 2023 do indicador Empresas que beneficiam de apoio (40), deverá ser ultrapassada, já que se encontram aprovadas 58 operações e a taxa de compromisso é 98,9%.</p> <p>No caso da PI 9.7, o número de equipamentos de saúde apoiados através das operações aprovadas (8) é ligeiramente superior à meta definida (7), o que deixa antever o cumprimento da meta deste indicador de realização.</p> <p>No caso da PI 10.1, a meta do indicador de realização Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar – 1, deverá também ser cumprida, uma vez que se encontra em execução a operação.</p> <p>Quanto aos restantes indicadores de realização e de resultado, a informação disponível não permite avaliar o contributo das operações aprovadas para as metas definidas.</p>

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>No PDCT contratualizado (versão de 2019), todos os indicadores de realização têm metas associadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI sem indicadores de resultado definidos: PI 4.3 e 6.1 e a Medida 3.4.2 do PDR. - Indicadores de resultado definidos sem meta para 2023: indicador da PI/TI 9.1 – Projetos de inovação e experimentação social apoiados.

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (versão 2019) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam do PDCT contratualizado (versão de 2019):</p> <p><u>PI 2.3 – Sistema de apoio a transformação digital da Administração Pública (AVISO N.º CENTRO-50-2016-02):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas aos municípios/ cidadãos ou empresas; - Indicadores de resultado: percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses face ao total de indivíduos (resultado); <p>Em caso de aprovação serão contratualizados os seguintes indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses; - Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses. <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas da Administração Local (Aviso N.º CENTRO-03-2019-19)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de resultado: Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção. <p><u>PI 5.1 - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas" (AVISO POSEUR-08-2016-46 (VERSÃO 1.1 DE 15.06.2016):</u></p> <p>Indicador de realização: Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos.</p> <p><u>PI 6.3 – Património natural (AVISO N.º CENTRO-14-2016-05):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de resultado: Dormidas em unidades turísticas. <p><u>PI 8.3 e 8.8 - Sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego-SI2E (AVISO N.º CENTRO-M7-2017-08)</u></p> <p>Indicador de resultado: Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio (%)</p> <p><u>PI 9.7 Investimento em Infraestruturas de saúde (AVISO N.º CENTRO-42-2019-01)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: População abrangida por serviços de saúde melhorados (Nº de pessoas). - Indicador de resultado: Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde (%). <p><u>PI 10.1 Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar II (AVISO N.º CENTRO 66-2020-84)</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de cada operação implementadas (%). - Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas envolvidas na Operação (Nº). <p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução da taxa de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos; - Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (1). <p><u>PI 10.1 Escola Digital (Aviso n.º CENTRO-D4-2020-82)</u></p> <p><u>Indicador de realização:</u> Equipamentos informáticos atribuídos a escolas cedidos a alunos carenciados (Nº);</p> <p>Indicador de resultado: Número médio de alunos por computador a atingir no final da operação (Nº).</p> <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas de formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino Escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário (AVISO N.º CENTRO-73-2021-21):</u></p> <p>Indicadores de realização:</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de ensino intervencionados (n.º); - Novas salas de aula (n.º); - Salas de aula requalificadas (n.º). Indicadores de resultado: <ul style="list-style-type: none"> - Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (n.º). - Variação do número de alunos (diferença entre o número de alunos antes e após a intervenção).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

O Plano de Ação do PDCT integrou projetos que contribuem para a prossecução dos Objetivos definidos para cada uma das Áreas de Intervenção Prioritária da EIDT e para a concretização das Iniciativas Estruturantes que foram assumidas como Eixos de intervenção do PDCT.

Os contributos esperados das operações apoiadas no âmbito do PDCT para as Áreas de Intervenção Prioritária da EIDT e respetivos Objetivos, são os seguintes:

AIP - Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos e respetivos objetivos: através das operações apoiadas nas PI 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3 e 8.8 e M 3.4.2. do PDR, o PDCT deverá contribuir para:

- A conservação e valorização do património natural e, principalmente, do património cultural construído e acréscimo da atratividade turística do território;
- A sustentabilidade e a eficiência no uso dos recursos, para a proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais;
- A melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos, designadamente em equipamentos desportivos.
- A promoção do micro empreendedorismo, principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial, já que o contributo para a criação de emprego deverá ser inferior.

AIP - Inovação e Capital Humano e respetivos objetivos: através das operações apoiadas nas PI 8.3 e, principalmente, na PI 8.8, o contributo do PDCT consiste na promoção do micro empreendedorismo, principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial, já que o contributo para a criação de emprego deverá ser menor.

AIP - Coesão e Inclusão Social e respetivos objetivos: através das operações apoiadas nas PI 9.7, 10.1 e 10.5. O contributo do PDCT será elevado, centrado principalmente na qualificação dos equipamentos escolares, mas também significativo para o combate ao abandono escolar e para a melhoria das infraestruturas de saúde. Será, contudo, inferior ao esperado, devido à inexistência de operações aprovadas nas PI 9.1 e 9.4, o que determinou a não implementação de projetos/programas como a Bolsa de Voluntariado, a Dinamização de estratégias de Integração, o Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego, os Programas Cultura para todos e Idade + envelhecimento ativo.

AIP - Rede de Governação e Eficiência da Administração e respetivo Objetivo. Através das operações apoiadas na PI 2.3, o PDCT irá contribuir para o acréscimo do uso das TIC nos serviços públicos e para o incremento do acesso a estes serviços através da internet.

O contributo do PDCT para a AIP - Rede Urbana e Estruturação do Território e respetivos objetivos, será muito residual, já que as Iniciativas Estruturantes IE08: Desenvolvimento urbano sustentável e IE09: Mobilidade e logística, se encontram fora do âmbito dos PDCT e não foram assumidas como Eixos de intervenção deste instrumento.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização)	A análise detalhada deste contributo expectável é apresentada na tabela abaixo - Análise do contributo das operações apoiadas para as Áreas de Intervenção Prioritária da EIDT e respetivos Objetivos e para as Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos de intervenção do PDCT.

e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise do contributo das operações apoiadas para as Áreas de Intervenção Prioritária da EIDT e respetivos Objetivos e para as Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos de intervenção do PDCT

Áreas de Intervenção prioritária e Objetivos da EIDT	Iniciativas estruturantes da EIDT assumidas como eixos do PDCT	Principais contributos das operações apoiadas para os Objetivos da EIDT e para as Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos do PDCT
<p>AIP - Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos</p> <p>01. Reduzir custos de ineficiências na produção, abastecimento e o consumo de água e energia</p> <p>02. Conservar e valorizar o património construído e imaterial</p> <p>03. Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado</p> <p>04. Conservar e valorizar o espaço florestal e rural</p> <p>05. Assumir o rio Mondego, a mancha florestal, a costa litoral, as Aldeias do Xisto e o património cultural e construído de Coimbra como os principais recursos integradores das várias intervenções de valorização e gestão dos recursos endógenos</p>	<p>IE 01 – Promoção das energias renováveis e da eficiência energética</p> <p>IE 02 - Proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais</p> <p>IE 04 – Região de Coimbra, destino turístico, valorização do património natural e cultural e promoção turística</p>	<p>O PDCT tem um contributo elevado para a área de intervenção prioritária - Valorização e Gestão dos Recursos Endógenos. Todos os Objetivos da EIDT e Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos do PDCT, terão contributos relevantes do PDCT, tendo em conta as dinâmicas de aprovação e execução.</p> <p>O Objetivo 03. Diversificar a atividade económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado, terá um contributo mais limitado do PDCT, já que a IE 03- Qualificação das atividades em meio rural e valorização dos produtos endógenos, não foi assumida como Eixo de intervenção do PDCT.</p> <p>Principais resultados esperados/contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Conservação e valorização do património natural e, principalmente, do património cultural construído, bem como o aumento da atratividade turística</u>, através das operações apoiadas na PI 6.3. <u>Este contributo poderá ser superior ao esperado</u> aquando da contratualização em 2015, já que, nesta PI, estão aprovadas 24 operações, 11 encontram-se a aguardar decisão, a verba inicialmente contratualizada foi reforçada e a taxa de compromisso é 85%. A CIM considera muito provável o cumprimento das metas associadas à PI 6.3. - <u>Acréscimo da sustentabilidade e da eficiência no uso dos recursos e da resiliência do território da região de Coimbra. O PDCT irá contribuir para a proteção, qualificação, valorização e ordenamento dos recursos ambientais, agrícolas e florestais</u>, através das operações apoiadas nas PI 5.1 e 5.2 e M 3.4.2. do PDR (criação de instrumentos de planeamento de combate às alterações climáticas e gestão de riscos, ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos e a qualificação de regadios e barragens). As metas dos indicadores definidos para as PI 5.1 e 5.2 serão atingidas. - <u>Melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos, designadamente em equipamentos desportivos. Até ao momento, todas as operações aprovadas incidem em Piscinas. Este contributo deverá ser inferior ao previsto na contratualização inicial.</u> A dotação inicialmente contratualizada teve uma redução de 25%. A CIM desistiu da operação intermunicipal na iluminação pública prevista no quadro de investimentos contratualizado em 2015 e as dificuldades ao nível da operacionalização da PI 4.3, explicam a procura inferior ao esperado e a redução da dotação inicialmente contratualizada. A CIM considera pouco provável o cumprimento das metas definidas. - <u>Promoção do micro empreendedorismo, designadamente criação e apoio ao emprego e, principalmente, do desenvolvimento empresarial.</u> Este resultado esperado, face às dinâmicas de procura e aprovação nas PI 8.3 e 8.8, será mais significativo ao nível do desenvolvimento empresarial. O seu potencial contributo, para o 03. - Diversificar a atividade

Áreas de Intervenção prioritária e Objetivos da EIDT	Iniciativas estruturantes da EIDT assumidas como eixos do PDCT	Principais contributos das operações apoiadas para os Objetivos da EIDT e para as Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos do PDCT
		económica dos territórios rurais, tendo em vista o aumento do valor acrescentado, exportações e emprego qualificado, será determinado pela análise da incidência territorial dos projetos apoiados, da sua orientação para atividades com ligação aos territórios rurais, para os mercados externos, etc.
AIP - Inovação e Capital Humano 01. Reforçar a especialização produtiva da região em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento. 02. Melhorar a capacidade exportadora regional. 03. Aumentar a capacidade de absorção do tecido empresarial regional dos recursos humanos qualificados	IE 06 - Promoção de novos modelos competitivos, da internacionalização, do tecido empresarial e da criação de emprego – Sistema de incentivos.	<p>O PDCT tem um contributo limitado/parcial para a Área de Intervenção Prioritária– Inovação e capital humano e para os seus Objetivos, que serão concretizados também através de outras Iniciativas Estruturantes não assumidas como Eixos de intervenção do PDCT.</p> <p>Os principais resultados esperados do PDCT são os seguintes: - <u>Promoção do micro empreendedorismo, principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial</u> já que, face às dinâmicas de aprovação e execução das PI 8.3 e 8.8, o contributo para a criação de emprego deverá ser bastante inferior e inferior também relativamente às expectativas, tendo em conta que a dotação desta PI teve um acréscimo de 114% face ao inicialmente contratualizado. No caso da PI 8.8, a meta para 2023 do indicador Empresas que beneficiam de apoio deverá ser ultrapassada.</p>
AIP - Coesão e Inclusão Social 01. Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais e corrigir as desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços sociais 02. Eliminar custos de ineficiências na oferta de equipamentos e serviços sociais.	IE 07 – Inclusão social, combate ao abandono escolar precoce, equidade no acesso aos serviços públicos e redução da pobreza: - Bolsa de voluntariado especializado - Combate ao abandono escolar - Equipamentos escolares - Dinamização de estratégias de Integração; Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego - Cultura para todos - Idade + envelhecimento ativo - Equipamentos de saúde	<p>O PDCT tem um contributo elevado para a área de intervenção prioritária – Coesão Social e Inclusão Social e para a os seus objetivos, centrado principalmente na qualificação dos equipamentos escolares, mas também significativo no combate ao abandono escolar e no investimento nas infraestruturas de saúde.</p> <p>O contributo será inferior ao esperado devido à inexistência de operações aprovadas nas PI 9.1 e 9.4, o que determinou a não implementação de projetos/programas como a Bolsa de Voluntariado, a Dinamização de estratégias de Integração, o Programa intermunicipal para a redução da pobreza, exclusão social e desemprego, os Programas Cultura para todos e Idade + envelhecimento ativo.</p> <p>Os principais resultados/contributos esperados são os seguintes: - <u>Qualificação da rede de equipamentos escolares do ensino pré-escolar, básico e secundário</u> será um contributo bastante elevado para o território, que decorre das operações apoiadas na PI 10.5, e superior ao previsto na contratualização inicial, tendo sido reforçada a dotação desta PI em 47%. O número de operações aprovadas (52) é superior ao previsto no quadro de investimentos do PDCT inicialmente contratualizado. Quanto aos resultados esperados, importa referir que 21 das 52 operações aprovadas, não previstas inicialmente, visam em particular a remoção de fibrocimento/amianto. A taxa de compromisso é 160%, encontrando-se ainda submetidas a aguardar decisão 12 candidaturas. A CIM considera muito provável o cumprimento das metas nesta PI. - <u>Redução do abandono e do insucesso escolar.</u> Este contributo decorre da operação apoiada na PI 10.1, de carácter intermunicipal – Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar. Outro potencial contributo esperado é o <u>reforço da rede dos equipamentos tecnológicos e de conectividade</u>, caso sejam aprovadas as candidaturas submetidas a aguardar decisão, na tipologia CRII – Transição Digital da Educação.</p>

Áreas de Intervenção prioritária e Objetivos da EIDT	Iniciativas estruturantes da EIDT assumidas como eixos do PDCT	Principais contributos das operações apoiadas para os Objetivos da EIDT e para as Iniciativas Estruturantes assumidas como Eixos do PDCT
		<p>- <u>Qualificação da rede de equipamentos de saúde e melhoria da cobertura territorial/acesso aos cuidados de saúde, através também da criação de unidades móveis de saúde.</u> Estes resultados decorrem da implementação das operações apoiadas na PI 9.7.</p> <p>O número de equipamentos de saúde apoiados através das operações aprovadas (8) é ligeiramente superior ao previsto no PDCT inicialmente contratualizado e à meta definida (7). A dotação da PI 9.7 inicialmente contratualizado foi reforçada. Apesar do reforço, a taxa de compromisso situa-se nos 128,8%. A CIM considera muito provável o cumprimento das metas nesta PI.</p>
AIP - Rede Urbana e Estruturação do Território O1. Colmatar lacunas nas condições de base de atratividade territorial contribuindo para a superação das carências no ciclo urbano da água, nas infraestruturas rodoviárias e transportes e nas condições de mobilidade		
AIP - Rede de Governação e Eficiência da Administração O1. Continuação dos investimentos na modernização administrativa levados a cabo no atual período de programação e, principalmente, na capacitação da estrutura técnica e organizacional da CIM	IE 10 – Modernização e eficiência administrativa	<p>O PDCT tem um contributo significativo para a concretização deste Objetivo e desta Iniciativa Estruturante, através da operação intermunicipal apoiada na PI 2.3.</p> <p>Os principais resultados / contributos esperados são:</p> <p>- <u>Acréscimo do uso das TIC nos serviços públicos e incremento do acesso a estes serviços através da internet.</u></p> <p>Tendo em conta as taxas de compromisso (94%) e de execução (92%), a CIM considera muito provável o cumprimento das metas definidas.</p>

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	<p>A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e na fase de implementação.</p> <p>No Inquérito às CIM/AM, A CIM Região de Coimbra referiu que, na fase de programação, as fontes de financiamento não foram adequadas, mas na fase de implementação, foram consideradas adequadas.</p> <p>A articulação foi feita a posteriori, com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p> <p>Cf. resposta à SQ3. – Indicadores 12 e 13.</p>
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI, OT.

Ficha de avaliação PDCT Oeste



CIMT - Comunidade Intermunicipal do Medio Oeste

Região: Centro - NUT III Oeste

Municípios: Municípios: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

População total: 363.596 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e DLBC, asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT15. Qual o papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT?

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

A matriz de intervenção do PDCT da CIM Oeste contratualizado em 2015, encontrava-se alinhada com o quadro estratégico definido na EIDT reconhecida para o território do Oeste. Todas as Medidas e operações previstas no PDCT tinham um contributo esperado para a concretização da EIDT. No entanto, face à vocação e âmbito temático limitado do PDCT, definido pelas PI e respetivas Tipologias de ação mobilizáveis⁹ e mobilizadas, a cobertura dos Objetivos Estratégicos (OE) e Medidas (M) da EIDT por este instrumento, é parcial.

A EIDT, desenhada para responder às necessidades e desafios do território, tem uma visão e ambição para o território, traduzida em 12 Objetivos Estratégicos, 101 Objetivos Específicos e 10 Medidas, que ultrapassam o âmbito temático e o alcance do PDCT contratualizado envolvendo, para além dos municípios, um leque diversificado de atores, na sua concretização, independentemente das fontes e instrumentos de financiamento e de operacionalização.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência /não são concretizados através do PDCT: OE 2 - Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado.

⁹ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N.º 03/2015 modificado em 21-04-2015.

	<p>OE 3 - Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste e assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras.</p> <p>No caso dos OE 10, 11 e 12, da EIDT, o contributo do PDCT, dependerá da orientação do apoio ao empreendedorismo para os setores de especialização económica - da economia do mar e agroalimentar e turismo, em particular para a valorização dos recursos e incorporação de valor na cadeia de produção. Esta orientação foi, posteriormente, uma preocupação, já que o Aviso para apresentação de candidaturas ao SI2E (junho de 2017) prevê a majoração em 10 p.p. no caso dos projetos que demonstrem enquadramento nos eixos de especialização: Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo.</p> <p>O contributo esperado para o OE 6 – Regeneração Urbana e Mobilidade, era muito reduzido, limitado ao contributo do investimento previsto na melhoria do acesso a serviços urbanos através das TIC.</p> <p>Medidas da EIDT que não encontram correspondência / não são concretizadas através do PDCT:</p> <p>M2 – In Oeste, Inova e Internaliza, vocacionada para o reforço das capacidades de investigação e inovação;</p> <p>M10 – Plano Regional de Mobilidade.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Os Objetivos Estratégicos da EIDT são parcialmente cobertos / abrangidos pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 2 (16,6%). - Objetivos Estratégicos da EIDT cuja correspondência com as Medidas do PDCT é parcial, já que nem todos os Objetivos Específicos que lhes estão associados estão cobertos ou podem ser alcançados através das Medidas do PDCT mobilizadas (nº): 10 (83,3%). <p>As Medidas da EIDT são parcialmente cobertas / abrangidas pelas Medidas do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 2 (20%). - Medidas da EIDT cuja correspondência com as Medidas do PDCT é parcial, já que nem todas as ações que lhes estão associadas estão cobertas ou podem ser concretizadas através das Medidas do PDCT mobilizadas: 8 (80%).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O Quadro seguinte evidencia o alinhamento e potencial contributo das Medidas do PDCT para os OE e Medidas da EIDT, tendo em conta as PI/TI Mobilizadas por cada uma das Medidas do PDCT e os seus potenciais resultados.

Matriz de Coerência / Contributo do PDCT contratualizado para a EIDT do Oeste

Eixos/Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT Oeste 2020	Eixos / Medidas do PDCT Oeste e PI mobilizadas					
	E1- Reforço da sustentabilidade e eficiência		E2 - Reforço da inclusão social e emprego			E3 – Soc. digital
	M1.1	M1.2	M2.1	M2.2	M2.3	M3.1
Eixos / Objetivos Estratégicos						
E1. Sociedade Digital: Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias						PI 2.3
E2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação: Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado						
E3. Internacionalização: Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras.						

Eixos/Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT Oeste 2020	Eixos / Medidas do PDCT Oeste e PI mobilizadas					
	E1- Reforço da sustentabilidade e eficiência		E2 - Reforço da inclusão social e emprego			E3 – Soc. digital
	M1.1	M1.2	M2.1	M2.2	M2.3	M3.1
E4. Empreendedorismo: Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região					PI 8.3 PI 8.8	
E5. Educação, Formação e Retenção de Talento: Valorizar o talento regional através de práticas criativas e inteligentes que permitam a melhoria das capacidades/talento individual			PI 10.1			
E6. Regeneração Urbana e Mobilidade: Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade		PI 9.7 PI 10.5				PI 2.3
E7. Sustentabilidade e Eficiência: Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes	PI 4.3					
E8. Mercado de Trabalho e Emprego: Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste					PI 8.3 PI 8.8	
E9. Inclusão Social: Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada.		PI 9.7 PI 10.5	PI 10.1	PI 9.01 PI 9.04		
E10. Economia do Mar: Apostar na eficiência e transversalidade dos recursos marinhos, garantido uma interface operacional entre entidades de educação e investigação, administração pública, setor privado e cidadãos						
E11. Agroalimentar: Explorar novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar, reforçando sinergias intra ou inter-cluster, e potenciando a internacionalização e a IDI no setor						
E12. Turismo: Criar um destino turístico de proximidade que se distingue pela diversidade concentrada e pela complementaridade e inovação das experiências oferecidas.		PI 6.03			PI 8.8	
Medidas						
M 1. Oeste Digital						PI 2.3
M 2. In Oeste - Inova e internacionaliza						
M 3. Marca Oeste Portugal		PI 6.03				
M 4. Rede Oeste Empreendedor					PI 8.3 PI 8.8	
M 5. Programa + Competências			PI 10.1			
M 6. Oeste Emprego					PI 8.3 PI 8.8	
M 7. Comunidades Sustentáveis		PI 9.07 PI 10.5				
M 8. Rede Regional de Serviços de apoio à inclusão social				PI 9.01 PI 9.04		
M 9. Programa E+	PI 4.3					
M 10. Plano Regional de Mobilidade						

Fontes: Estratégia 2020 Oeste Portugal (Versão Final); PDCT da CIM Oeste assinado (agosto de 2015) - Anexo 3 – Pacto aprovado pelas AG dos PO financiadores.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 3 E 4:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento	A CIM atribui às PI 2.3, 5.2, 6.3, 8.3., 8.8., 9.7, 10.1 e 10.5 um grau de adequação razoável (4 numa escala de 1 a 6).

disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	A CIM não se pronunciou, no Inquérito respondido, sobre a adequação das restantes PI mobilizáveis: 5.1, 5.2, 6.1, 9.1, 9.4, Ação 3.4 da Medida 4 do PDR 2020. Em sede de entrevista, as PI 9.1 e 9.4, foram também consideradas adequadas a necessidades do território, embora posteriormente se tivessem verificado problemas na sua operacionalização. A não mobilização das PI 5.1, 6.1 e Ação 3.4 da Medida 4 do PDR 2020, foi decidida com a AG do PO Centro.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido	Regeneração urbana.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 3 E 4:

Embora o leque de prioridades de investimento e tipologias de intervenção disponíveis¹⁰ não permitisse dar resposta a algumas necessidades de investimento e prioridades do território, a análise da resposta da CIM ao Inquérito e da informação transmitida nas Entrevistas realizadas, permitiu concluir que as PI/Tipologias de Intervenção disponibilizadas eram adequadas às prioridades e às necessidades do território.

O contributo esperado do PDCT contratualizado para os OE da EIDT situava-se principalmente ao nível do desenvolvimento da sociedade digital, do incentivo ao empreendedorismo, da promoção do sucesso educativo e combate ao insucesso escolar, da redução da intensidade energética e carbónica, da cobertura e qualificação dos equipamentos de saúde e ensino pré-escolar e básico, da promoção da inclusão social e qualidade de vida para grupos desfavorecidos e idosos e da valorização do património natural e edificado.

No caso dos Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT mais relacionados com a competitividade dos setores económicos e do tecido produtivo da sub-região e com a sua internacionalização, com a regeneração urbana e mobilidade (OE 2, 3 e Medidas 2 e 10), o contributo esperado do PDCT era irrelevante ou mesmo nulo.

Poderá existir algum contributo para os Eixos de especialização económica – Economia do mar, Agroalimentar e Turismo, através da mobilização do PI 8.8, em função da orientação do investimento apoiado no âmbito do SI2E para estes domínios.

Importa, no entanto, referir que os contributos esperados do PDCT foram limitados, desde logo, por alguns condicionamentos ao nível das elegibilidades e dificuldades de operacionalização nos seguintes casos:

- Melhorar o acesso às TIC: apoio à modernização da administração local (PI 2.3): neste caso, não foi possível enquadrar a criação do Centro de Inteligência do território, investimento muito relevante e fundamental para o Oeste, neste domínio.
- Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação (PI 4.3): as tipologias de investimento previstas, embora correspondessem a necessidades do território, não permitiam o investimento e o contributo para a descarbonização na medida do necessário, p.ex., na mobilidade elétrica e na construção sustentável. Os transportes são um setor crítico neste domínio, o que determinou a procura de fontes de financiamento alternativas, p.ex., para a substituição da frota municipal. Acresce que, no caso dos projetos elegíveis, revelou-se de muito difícil operacionalização, o que acabou por determinar a ausência de projetos aprovados na eficiência energética muito relevantes para os Municípios, em piscinas e outros edifícios municipais. No caso da iluminação pública, optaram por um projeto intermunicipal financiado e concretizado fora do PDCT. Através de Contrato de gestão de eficiência energética – ESSE, a Comunidade Intermunicipal do Oeste e a Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Oeste, realizaram o Projeto OesteLED ESE que substituiu os sistemas de iluminação pública da Região por lâmpadas LED.
- Apoio ao investimento na proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (PI 6.3): o facto de só serem elegíveis intervenções em património classificado como Património Nacional, limitou a adequação

¹⁰Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N.º 03/2015 modificado em 21-04-2015

desta tipologia às necessidades de qualificação do património cultural edificado no território e reduziu o impacto esperado do PDCT neste domínio.

- Tipologias de intervenção do SI2E, designadamente as PI 8.3 e 8.8: foram consideradas relevantes para o território do Oeste, em particular para o Objetivo Estratégico e Medida da EIDT relacionados com a promoção do empreendedorismo e o emprego, o que ficou comprovado pela procura elevada. No entanto, é de referir que as exigências relativas à criação e manutenção de postos de trabalho, principalmente em contexto de situação pandémica e, na opinião da CIM, a reduzida competitividade face a instrumentos do IEFP de apoio à criação de emprego, acabaram por ditar a sua menor atratividade. No caso da PI 8.8, é também de referir, como constrangimento, a opção de excluir as CAE do comércio no último Aviso, setor muito relevante no território do Oeste.

- As Tipologias de intervenção das PI 9.1 e 9.4 - apoio a medidas de inclusão ativa e melhoria do acesso a cuidados de saúde e serviços sociais, foram também inicialmente consideradas pertinentes e a CIM e Municípios prepararam-se para apresentar candidaturas. No entanto, com a transferência destas PI do PO ISE para o PO Centro, as intenções de investimento não tiveram enquadramento nos Avisos lançados pela Autoridade de Gestão. Esta alteração acabou por ditar a sua irrelevância no quadro do PDCT.

- Investimentos em infraestruturas de saúde, de educação, pré-escolar e ensino básico (PI 9.7 e 10.5): sendo tipologias mais pertinentes, o investimento foi bastante condicionado pelos custos de referência desadequados face aos valores de mercado. No caso dos meios informáticos nas escolas, com enquadramento na PI 10.5, as especificações dos equipamentos definidas nos Avisos, condicionaram a elegibilidade dos investimentos e a execução financeira.

- Combate ao abandono escolar (PI 10.1): não obstante a pertinência desta tipologia, era necessário implementar outro tipo de ações não elegíveis, para fazer face a necessidades agravadas durante a situação pandémica (p.ex. alimentação).

A opção de não contratualização das tipologias de intervenção das PI 6.1, 5.1 e a Ação 3 da Medida 4 do PDR 2020, resultaram da negociação com a AG do PO Centro.

Face às limitações do PDCT enquanto instrumento de concretização da EIDT (PI/TI disponíveis, negociação com a AG do PO Centro, elegibilidades, dimensão da verba disponível contratualizada, condições de financiamento), a CIM e os municípios têm recorrido aos Programas Operacionais do Portugal 2020 fora do âmbito do PDCT e a outros Programas ou linhas de financiamento, para a realização de investimentos relevantes para a Região.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

O montante global contratualizado representou uma redução de -54,1% face ao proposto em sede de candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas, na maior parte das PI. As reprogramações efetuadas após a contratualização, vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às alterações verificadas ao nível dos investimentos previstos e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 11,9% na dotação global do PDCT. No entanto, neste momento são insuficientes face às perspetivas de não execução nas PI 4.3, 9.1 e 9.4. e à necessidade de redistribuição de verbas.

Tendo em conta as verbas disponíveis para a contratualização e as elegibilidades, a distribuição das verbas por PI/TI foi relativamente adequada, embora os montantes sejam considerados pela CIM insuficientes face às necessidades no caso das PI 2.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7 e 10.5.

Os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado nem sempre expressam os objetivos e os resultados a atingir. Com a alteração ao PDCT em 2019, houve alteração das metas de indicadores de realização e de resultado, no sentido do seu ajustamento. No entanto, alguns indicadores e metas que constam da versão mais recente do PDCT contratualizado, deverão ainda ser revistos.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 5:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>O montante contratualizado representou uma redução global de -54,1% face ao proposto em sede de candidatura.</p> <p>As PI com maior peso na dotação global contratualizada eram as seguintes: PI 10.5 (33,8%), 4.3 (15,3%) e 10.1 (13,6%).</p> <p>Após alterações ao PDCT, o montante contratualizado atual teve um acréscimo de 11,9% face à contratualização inicial.</p> <p>As PI com maior peso na dotação global são agora as seguintes: PI 10.5 (36,8%), 6.3 (11,5%) e 10.1 (9,5%).</p> <p>(Cf. Tabela abaixo - Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

O montante contratualizado sofreu uma redução global de 54,1% face ao proposto em sede de candidatura, que afetou todas as Medidas do PDCT, com exceção da Medida 2.2 - Programa de apoio à inclusão social e qualidade de vida e das PI por ela mobilizadas – 9.1. e 9.4., uma vez que, neste caso, os montantes contratualizados corresponderam aos montantes apresentados na Candidatura.

O diferencial entre o candidatado e o contratualizado foi maior no caso da Medida 1.2 do PDCT - Programa Comunidades e Territórios Sustentáveis. Esta Medida mobilizou as PI que correspondem a áreas de investimento tradicionais dos municípios e onde os cortes foram mais elevados: PI 6.3 - Apoio ao investimento na proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural, PI 9.7 - Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais e PI 10.5 - investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico.

Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, contratualizado e atual

Eixo / Medida do PDCT		PI	Fundo	Dotação proposta		Dotação		Dotação Atual		Variação	Variação
				Candidatura		Contratualizada		(alteração ao PDCT jun 2019)			
				€	%	€	%	€	%	contratualizado/	lizado/
										dotação	atual
E1	1.1 - Programa Oeste E+ Gestão Eficiente de Recursos	4.3	FEDER	13.000.000,0	10,1	9.000.000,0	15,3	4.229.800,00	6,4	-30,8	-53,0
		5.2	FC	750.000,0	0,6	425.000,0	0,7	425.000,00	0,6	-43,3	0,0
	1.2 - Programa Comunidades e territórios sustentáveis	6.3	FEDER	19.482.480,0	15,2	3.308.608,0	5,6	7.583.462,22	11,5	-83,0	129,2
		9.7	FEDER	12.212.000,0	9,5	5.052.400,0	8,6	5.683.565,24	8,6	-58,6	12,5
		10.5	FEDER	57.403.062,2	44,7	19.908.000,0	33,8	24.253.148,59	36,8	-65,3	21,8
E2	2.1 - Programa + Talento e Competências	10.1	FSE	9.444.800,0	7,4	8.033.137,5	13,6	6.279.669,45	9,5	-14,9	-21,8
	2.2 - Programa de apoio à inclusão social e qualidade de vida	9.1	FSE	2.928.703,0	2,3	2.928.703,0	5,0	4.197.294,46	6,4	0,0	43,3
		9.4	FSE	1.268.591,5	1,0	1.268.591,5	2,2	0,00	0,0	0,0	-100,0
	2.3 - Programa de apoio ao empreendedorismo e ao emprego	8.3	FSE	4.000.000,0	3,1	3.000.000,0	5,1	5.991.383,06	9,1	-25,0	99,7
		8.8	FEDER	3.465.000,0	2,7	2.500.000,0	4,2	2.880.067,37	4,4	-27,8	15,2
E3	3.1 - Programa Oeste Digital	2.3	FEDER	4.500.000,0	3,5	3.500.000,0	5,9	4.410.000,00	6,7	-22,2	26,0
Total FEDER				110.062.542,2	85,7	43.269.008,0	73,4	49.040.043,42	74,4	-60,7	13,3
Total FSE				17.642.094,5	13,7	15.230.432,0	25,8	16.468.346,97	25,0	-13,7	8,1
Total FC				750.000,0	0,6	425.000,0	0,7	425.000,00	0,6	-43,3	0,0
Total FEADER				0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,0
Total				128.454.636,6	100,0	58.924.440,0	100,0	65.933.390,39	100,0	-54,1	11,9

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-001; PDCT da CIM Oeste – Pacto aprovado pelas AG dos PO financiadores (2015), Anexo 3. Alteração ao PDCT CIM Oeste (junho 2019).

A análise efetuada evidencia o seguinte:

- A necessidade de uma maior flexibilidade na adequação das tipologias de intervenção, permitindo a contratualização de tipologias diferenciadas e adequadas às características e necessidades e dos territórios;
- A necessidade de atualização/revisão das tipologias de intervenção disponibilizadas, face à evolução recente das necessidades de intervenção, principalmente no caso da transição digital e energética/descarbonização, por forma a acrescer o seu contributo dos investimentos apoiados para estas agendas.
- A insuficiente adequação das tipologias de intervenção disponibilizadas face às necessidades do território, os constrangimentos ao nível da operacionalização, principalmente na PI 4.3, 9.1 e 9.4, e o reduzido financiamento, condicionaram o alcance e o impacto do PDCT na concretização da EIDT.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	A CIM considera que: <ul style="list-style-type: none"> - Houve subfinanciamento nos seguintes casos: PI 2.3, 8.8., 9.1 e 9.4 (ausência de financiamento devido à inexistência de Avisos), 9.7 e 10.5. - Houve sobrefinanciamento no caso da PI 8.3. - O financiamento foi ajustado nos seguintes casos: PI 5.2, 6.3 e 10.1.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 6:

Atualmente a CIM considera que houve **sub-financiamento**, ou seja, as verbas disponibilizadas são insuficientes face às necessidades do território nos seguintes 6 casos:

- PI 2.3. O financiamento contratualizado foi inferior ao candidatado (- 22,2%), mas após a alteração ao PDCT em 2019, a dotação aproximou-se bastante do valor apresentado em sede de candidatura.
- PI 8.8. O financiamento contratualizado foi inferior ao candidatado (- 27,8%). Após a alteração do PDCT em 2019 aumentou 15%, mas manteve-se inferior ao montante candidatado. A elevada procura justifica esta avaliação.
- PI 9.1. – A verba contratualizada manteve-se face ao proposto em sede de candidatura e, após a alteração ao PDCT em 2019, foi reforçada em 43%, uma vez que passou a integrar a verba da PI 9.4. Contudo, não foi possível concretizar qualquer projeto enquadrado nestas PI por falta de financiamento, já que não foi aberto Aviso Pela AG do PO Centro.
- PI 9.7 –O financiamento contratualizado foi inferior ao candidatado (- 58,6%). Apesar do acréscimo de 12,5% com a alteração ao PDCT em 2019, o valor mantém-se bastante inferior ao proposto em sede de candidatura, sendo que há projetos de reabilitação de Unidades de Saúde não candidatados por falta de dotação e projetos que se mantiveram no PDCT após a alteração de 2019, sem dotação financeira.
- PI 10.5 – O montante contratualizado foi inferior ao candidatado (- 65,3%). Apesar do acréscimo de 22% com a reprogramação, o valor mantém-se bastante inferior ao proposto em sede de candidatura.

A CIM considera que houve **sobrefinanciamento**, apenas no caso da PI 8.3. Neste caso, a alteração ao PDCT em 2019, teve como efeito o acréscimo do valor contratualizado em 99,7%. Esta avaliação é explicada pelas exigências associadas à criação

de postos de trabalho, que tornaram o apoio pouco apelativo para os empresários, principalmente em contexto de situação pandémica, e reduziu as expectativas de execução.

Nas seguintes PI o **financiamento foi considerado ajustado**:

- PI 5.2 – O valor contratualizado, embora inferior ao candidatado, permitiu executar os investimentos previstos.
- PI 6.3 – o montante alocado a esta PI teve uma forte redução na fase de contratualização face ao candidatado. Contudo, esta situação deve-se ao facto de, na tipologia património cultural ter sido considerado elegível apenas o património classificado como Património Nacional, o que determinou a não elegibilidade dos projetos de valorização e requalificação do património cultural edificado inicialmente previstos. Na alteração ao PDCT em 2019, esta foi a PI mais beneficiada.
- PI 10.1. O valor contratualizado, embora inferior ao candidatado e reduzido na alteração ao PDCT em 2019, deverá permitir executar os investimentos previstos.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado: <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto as PI/TI 4.3, 6.3 e 9.1. - Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado, nem sempre expressam os objetivos e os resultados a atingir neste território. <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 4.3, inicialmente considerada com interesse para os Municípios em ambas as tipologias – iluminação pública e eficiência energética em edifícios públicos, o indicador complementar de realização considerado no Pacto contratualizado, mede apenas a redução do consumo anual na iluminação pública. - No caso da PI 5.2, o indicador de resultado definido no PDCT contratualizado, que quantifica o número de entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos /implementados, não tem correspondência com o investimento previsto (equipamento de vigilância). - No caso da PI 8.3 (FSE), os indicadores revelaram-se pouco adequados face às dificuldades dos beneficiários na criação e manutenção de postos de trabalho, agravadas pela situação pandémica. - No caso das PI 4.3, 6.3 e 9.1, não foram definidos indicadores de resultado. <p>Com a alteração ao PDCT em 2019, houve alteração das metas de indicadores de realização e de resultado, no sentido do seu ajustamento. No caso da PI 4.3, o indicador de realização passou a medir apenas o consumo nos edifícios públicos, uma vez que o projeto intermunicipal de iluminação pública foi realizado fora do âmbito do PDCT. No caso da PI 5.2 foi acrescentado um novo indicador de resultado, mais ajustado à tipologia de investimento. No entanto, alguns indicadores e metas que constam do PDCT contratualizado e posteriormente alterado, deverão ainda ser revistos.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho. <p>No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT, no sentido do seu maior ajustamento às perspetivas de execução.</p>

PDCT16. Qual o papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM?

SQ3. Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A EIDT Oeste 2020 foi desenhada com o objetivo de criar um quadro estratégico sub-regional completo, transversal e agregador das estratégias setoriais e dos atores locais e regionais, tendo como ponto de partida uma avaliação do potencial de desenvolvimento regional do Oeste nos vários domínios de intervenção.

A CIM Oeste referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de carácter estratégico e programático, enquanto referenciais para a definição das operações a implementar no âmbito do PDCT. No entanto, o âmbito limitado do PDCT limitou esta articulação. O facto de terem ficado fora do PDCT as intervenções de regeneração urbana e mobilidade, limitou a articulação com os PEDU e PARU com incidência no território.

A CIM e municípios, recorreram, *a posteriori*, a outros instrumentos de financiamento para a realização de intervenções que não foi possível concretizar no âmbito do PDCT, com contributo positivo para a EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	<p>- Instrumentos de planeamento com incidência no território do Oeste, nos domínios da saúde e educação, designadamente Planos Municipais de Saúde e, no domínio da promoção do sucesso escolar, os Planos Plurianuais de Melhoria dos TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.</p> <p>- Instrumentos como os PARU / PAICD, através da majoração de 10 p.p. dos apoios concedidos através do SI2E no caso dos projetos com incidência nas áreas territoriais delimitadas dos PARU ou PAICD aprovados no território do Oeste (Aviso N.º CENTRO-M7-2017-36, junho de 2017).</p> <p>Verificou-se ainda alguma articulação com o instrumento DLBC na definição dos limites máximos de investimento nas operações do SI2E, elegíveis nos 2 instrumentos.</p> <p>Os Municípios e a Associação Leader Oeste, foram envolvidos na fase de conceção e definição da EIDT.</p>
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	A CIM considerou significativo o contributo das outras intervenções para além daquelas enquadradas no PDCT, para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT (4 numa escala de 1 a 6).
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A CIM referiu o recurso a outros instrumentos de financiamento, que se revelaram adequadas para responder às necessidades do território.</p> <p>Cf. tabela abaixo - Outras intervenções executadas fora do âmbito do PDCT com contributo para os Objetivos Estratégicos e Medidas das EIDT e respetivas fontes de financiamento</p>
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A mobilização de outros instrumentos de financiamento à posteriori, visou a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, relevantes para a implementação da EIDT e das suas Medidas, assumindo uma lógica de compensação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 11 E 12:

A tabela seguinte contém os casos mais relevantes referidos na Entrevista à CIM Oeste e o seu contributo para os objetivos estratégicos da EIDT.

Outras intervenções executadas fora do âmbito do PDCT com contributo para os Objetivos Estratégicos e Medidas das EIDT e respetivas fontes de financiamento

Outras intervenções executadas fora do âmbito do PDCT		Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT
Investimentos na regeneração urbana e mobilidade	PO Centro	OE6; M10.
Plano de ação intermunicipal para a adaptação às alterações climáticas	PO SEUR	OE7; M9; M10.
Investimentos relacionados com a criação da Smart Region	PO Compete	OE1; M1.
Investimentos na internacionalização do território/empresas	AICEP	OE3
Investimentos na área do turismo	Linhas de financiamento do Turismo de Portugal	OE6;
Investimentos na economia circular, construção sustentável	Programa Urbact	OE6; OE7
Plano de bio resíduos	Fundo Ambiental	OE7
Investimento em viaturas elétricas	Fundo Ambiental	OE 6; OE7; M10
Projetos de âmbito social sobre igualdade de género e combate à violência doméstica	Programa ERASMUS EEA Grants	OE9;
Contrato de gestão de eficiência energética – ESSE entre a Comunidade Intermunicipal do Oeste e a Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Oeste, para a realização do Projeto OesteLED ESE que substituiu os sistemas de iluminação pública da Região por lâmpadas LED.		OE7; M9

No caso da aquisição de viaturas elétricas, uma prioridade face aos objetivos em matéria de descarbonização, em que o Fundo Ambiental se revelou uma fonte de financiamento insuficiente, foram também mobilizados fundos próprios.

PDCT17. O modelo de aprovação/ negociação dos PDCT contribuiu para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades?

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT/EDL e da programação do PDCT/DLBC e a eficiência da sua implementação?

A CIM Oeste não respondeu às perguntas 10 e 11 do Inquérito, relativas a esta subquestão de avaliação. No entanto referiu que a margem de negociação por parte do PDCT foi muito reduzida.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

O PDCT contratualizado em 2015, previa 7 operações intermunicipais, com um investimento total de 14.400.500,0€, o que representava uma redução de 40,1%, face ao investimento total apresentado em sede de candidatura para este tipo de operações.

As áreas setoriais Eficiência energética nos sistemas de iluminação pública e Modernização administrativa, concentram 86,8% do total investimento previsto operações intermunicipais, no PDCT contratualizado.

AS operações do PDCT são quase na totalidade promovidas pela CIM ou Municípios. No PDCT contratualizado em 2015, apenas foi identificada 1 operação de outro *stakeholder* – a Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas. Após a reprogramação de 2019, este projeto foi anulado e foi introduzido um novo projeto promovido pela Direção Geral do Património Cultural.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 21:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <p>PI 2.3 – Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas – Iluminação pública; PI 5.2 – Prevenção e gestão de riscos; PI 6.3 – Património natural e cultural; PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 9.7 – Equipamentos de saúde; PI 10.1 - Planos inovadores de combate ao insucesso escolar.</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura do PDCT, foram apresentados 10 projetos de natureza intermunicipal, maioritariamente promovidos pela CIM Oeste, com um investimento total de 24.030.000,00€.</p> <p>No PDCT contratualizado em 2015, o número de projetos intermunicipais foi reduzido para 7, com um investimento total de 14.400.500,0€.</p> <p>O investimento total previsto no PDCT contratualizado para este tipo de projetos teve, na globalidade, uma redução de 40,1%, face ao apresentado em sede de candidatura. Esta redução na dotação dos projetos de natureza intermunicipal é explicada pelas seguintes razões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dois projetos promovidos pela CIM na área da saúde ficaram sem dotação (só serão concretizados caso haja verba disponível); - O projeto Marca Oeste Portugal, com enquadramento na PI 6.3, não teve enquadramento nos Avisos do PO Centro e foi financiado pelo PO Centro, fora do PDCT. - Redução das verbas alocadas aos restantes projetos (exceto no caso da PI 9.1, onde a verba se manteve). <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº):</p> <p>PI 2.3 – Modernização administrativa: 1 PI 4.3 - Eficiência energética: 1 PI 5.2 – Proteção civil: 1 PI 6.3 – Património natural e cultural: 1 PI 9.1 – Inclusão social: 1 PI 9.7 – Equipamentos de saúde: 1 PI 10.1 – PICIE: 1</p> <p>O investimento previsto em projetos intermunicipais privilegiou a eficiência energética nos sistemas de iluminação pública e a modernização administrativa, com o projeto Oeste Digital. Estas duas áreas setoriais, concentram 86,8% do total investimento previsto em projetos intermunicipais, no PDCT contratualizado em 2015.</p>

Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	Apenas foi identificada 1 operação de outro <i>stakeholder</i> , na candidatura e no PDCT contratualizado em 2015. Trata-se do projeto intermunicipal Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas, enquadrado na PI 6.3 e promovido pela Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas. Após a reprogramação de 2019, este projeto foi anulado e foi introduzido um novo projeto promovido pela Direção Geral do Património Cultural - Recuperação e Valorização da Fortaleza de Peniche (1ª fase), para instalação do Museu Nacional da Liberdade e Resistência.
---	---

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 21:

Projetos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total previsto na candidatura €	Investimento total previsto no PDCT contratualizado 2015 €	Variação %
Oeste Digital 3.0	CIM Oeste	2.3	Modernização administrativa	4.500.000,00	3.500.000,0	-22,2
Oeste LED (eficiência energética nos sistemas de iluminação pública)	CIM Oeste	4.3	Eficiência energética	13.000.000,0	9.000.000,0	-30,8
Reforço da reserva de emergência de proteção civil da Região Oeste, para reação a acidentes graves ou catástrofes, através da aquisição de equipamento para equipas de reconhecimento e avaliação da situação, equipamento de comunicações para os pontos de comando operacionais, equipamentos e meios para sustentação de zonas de apoio à intervenção	CIM Oeste	5.2	Proteção civil	750.000,00	425.000,0	-43,3
Marca Oeste Portugal	CIM Oeste	6.3	Património natural e cultural	1.500.000,00	0,0	-100,0
Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas	Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas	6.3	Património natural e cultural	2.000.000,00	212.500,0	-89,4
Rede para a inovação social no Oeste – ações integradas de promoção local da inclusão social ativa	CIM Oeste	9.1	Inclusão social	600.000,0	600.000,0	0,0
Aquisição de três Unidades Móveis de Saúde - Protocolo ARS	CIM Oeste	9.7	Saúde	180.000,0	153.000,0	-15,0
Unidade móvel de radiologia - protocolo ARS	CIM Oeste	9.7	Saúde	100.000,0	0,0	-100,0
Aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde	CIM Oeste	9.7	Saúde	800.000,0	0,0	-100,0
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Plano integrado de combate ao insucesso escolar da Região Oeste - Aluno ao Centro	CIM Oeste	10.1	Educação	600.000,00	510.000,0	-15,0
Total				24.030.000,00	14.400.500,0	-40,1

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-001; PDCT da CIM Oeste – Pacto aprovado pelas AG dos PO financiadores (2015), Anexo 3.

PDCT18. O envolvimento dos atores foi o adequado para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território?

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação de acordo com a resposta da CIM Oeste ao Inquérito às CIM (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência):</p> <p>Participaram com muita frequência (6);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR. <p>Tiveram uma participação elevada: (5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas dos Setores social, económico e ambiental. <p>Participaram pouco (3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia. <p>Não participaram (1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agências públicas da administração Central desconcentrada. - Agências públicas da administração Central: NR. - Entidades privadas com fins lucrativos: NR. <p>No caso das Agências Públicas da Administração Central, a CIM referiu a participação da CCDRC e da CCDRLVT.</p>
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva por parte de todo o tipo de entidades acima referidas com participação, exceto no caso das Juntas de freguesia, em que a participação foi formal.</p> <p>A participação em grupos e trabalho e a resposta a questionário foram as principais formas de envolvimento das entidades.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>A participação das diferentes entidades na conceção das Estratégias produziu resultados que foram estruturados em documentos síntese com os contributos de todos os participantes, entre os quais se destaca a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 A 23:

Os processos de elaboração da EIDT e do PDCT foram marcados por um intenso esforço de auscultação e concertação que envolveu um leque vasto de entidades para além dos Municípios, representativas dos setores e atividades consideradas estratégicas e prioritárias para o território do Oeste, no período 2014-2020.

A tabela seguinte apresenta o envolvimento das várias entidades na conceção da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação	Tipo de participação	Sessões Públicas de debate	Resposta a questionário	Participação em grupos de trabalho
Municípios	6	substantiva		x	x
Juntas de freguesia	3	Formal	x		
Entidades do sector económico	5	Substantiva		x	x
Entidades do setor Ambiental	5	Substantiva			x
Entidades do setor Social	5	Substantiva			x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva			x
Agências públicas da administração Central Desconcentrada	1	NR			
Agências públicas da administração Central	NR	Substantiva		x	
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	NR	Substantiva		x	x

Fonte: Inquérito à CIM através de questionário on-line

Com o objetivo de assegurar o envolvimento e participação das diferentes entidades na construção da Estratégia e do Programa de Ação, foi criado o Grupo de Ação Regional (GAR), órgão de reflexão e debate, estruturado em subgrupos de reflexão dos três desígnios 2020 - subgrupo “Crescimento Inteligente”, subgrupo “Crescimento Sustentável” e subgrupo “Crescimento Inclusivo”.

Este Grupo e Sub-grupos, mobilizaram um conjunto alargado de agentes em torno de temas como a inovação, crescimento económico, sustentabilidade, educação e coesão social, onde se incluem entidades representativas dos setores económico, social e ambiental, consideradas relevantes para a implementação das políticas setoriais no território no período 2014-2020, com destaque para aquelas que atuam em domínios como a inclusão, a competitividade e especialização inteligente, e a sustentabilidade.

Entidades do Grupo de Ação Regional que participaram na conceção da EIDT por sub-grupos (Crescimento inteligente, Crescimento sustentável e Crescimento inclusivo)

Entidade	Crescimento Inteligente	Crescimento Sustentável	Crescimento Inclusivo
ADRO – Associação de Desenvolvimento Regional do Oeste			
Leader Oeste – Associação de Desenvolvimento Rural			
Turismo do Oeste			
CCDR C			
CCDR LVT			
AMBIGROUP			
MCG			
Cooperativa Agrícola do Bombarral			
APAS – Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena			
COOPVAL – Cooperativa Agrícola dos Fruticultores do Cadaval			
Adega Cooperativa da Lourinhã - Aguardente			
OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia			
Joper – Indústria de Equipamentos Agrícolas, S.A			
Os Linos – Comércio de Produtos Agrícolas, S.A.			
Campotec			
Associação Rota dos Vinhos de Lisboa			
ANP – Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha			
Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa			
AIRO - Associação Industrial da Região Oeste			
Escola Superior de Arte e Design das Caldas da Rainha (IPL)			
Escola Superior Tecnologia e do Mar de Peniche (IPL)			
ISPO - Instituto Superior Politécnico do Oeste			
Grupo Barraqueiro - Rodoviária do Tejo			
Associação de Empresários de Hotelaria e Restauração			
Polígono Industrial Alto do Ameal			
Valouro, S.A.			
CENFIM – Núcleo de Peniche			
FOR-MAR -Unidade Operacional de Peniche / Nazaré			
CENCAL - Alcobaça			
AERLIS			
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste			
Mosteiro Alcobaça			
Oeste Sustentável			
Associação Oceano XXI			
Águas do Oeste			
ValorSul			
AFLOESTE – Associação Florestal do Oeste			
FLOREST - Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura			
Santa Casa da Misericórdia de Arruda dos Vinhos			
Agrupamento de Escolas Fernão Pó - Bombarral			
ADL – Associação para o Desenvolvimento da Lourinhã			
Escola Profissional da Nazaré			
Centro Hospitalar do Oeste			
ETEO - Escola Técnica e Empresarial do Oeste			
IEFP /Centros de Formação			
Centro Regional de Segurança Social			
ADEPE – Associação de Desenvolvimento de Peniche			
GAC Oeste – Grupo de Ação Costeira do Oeste			
APMA – Associação de Produtores de Maçã de Alcobaça			
Centro de Gestão da Empresa Agrícola de Óbidos			
APFCAN – Florestais de Alcobaça e Nazaré			
APAS Floresta			

Estas entidades foram mobilizadas através da sua participação em reuniões de trabalho temáticas, nas atividades conducentes à realização do ciclo de debates 2020, em sessões de trabalho com o objetivo de priorizar projetos e ações a realizar no horizonte 2020, através da resposta a questionários e também na disseminação da informação sobre a Estratégia 2020 Oeste Portugal. Algumas entidades representativas dos setores estratégicos para a Região Oeste Portugal (Turismo, Conhecimento, Agroalimentar, etc.) públicas e privadas, participaram também através de entrevistas com contributos para a elaboração da estratégia.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT19. O envolvimento dos diversos atores contribui para a boa implementação dos PDCT?

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>Envolveram-se de forma continuada – municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Agências Públicas da Administração Central, entidades representativas do setor económico, e entidades privadas com fins lucrativos (empresas).</p> <p>O mapeamento prévio dos investimentos para aprovação pela Comissão Europeia, bem como a emissão e pareceres sobre as candidaturas, envolveu principalmente as entidades da administração central.</p> <p>Envolveram-se pontualmente - entidades representativas do setor social.</p> <p>Não se envolveram - entidades representativas do setor ambiental.</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMAL no inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; e - Alargamento do âmbito de atuação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Envolvimento na implementação do PDCT	Forma de envolvimento
Entidades do sector económico	Sim, de forma continuada	NR
Entidades do setor Ambiental	Não	NR
Entidades do setor Social	Sim, pontualmente	NR
POR/CCPPOR/CCDR	Sim, de forma continuada	Sessões públicas de divulgação e debate
Agências públicas da administração Central desconcentrada	NR	NR
Agências públicas da administração Central	Sim, de forma continuada	NR
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Sim, de forma continuada	Sessões públicas de divulgação e debate
Municípios	Sim, de forma continuada	Sessões públicas de divulgação e debate
Juntas de freguesia	NR	NR

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT20. O modelo de gestão do PDCT é o mais adequado à sua implementação? Qual o contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções?

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM do Oeste avalia de forma muito positiva a pertinência/adequação, de todas as competências delegadas pelas AG dos PO Regional, POISE, POSEUR. Apesar do peso das competências burocráticas, reconhecem que o modelo permite conhecer e acompanhar os projetos ao longo do seu ciclo de vida.

No caso das PI em que os beneficiários são os Municípios, a proximidade com estes atores, facilitou a operacionalização.

Contudo, consideram que deviam ter maior participação na elaboração dos Avisos no sentido de maior ajustamento das operações às necessidades do Oeste.

No caso dos investimentos do SI2E, com os quais a CIM tinha uma reduzida experiência prévia de trabalho, a análise das candidaturas foi considerada um desafio positivo, que conduziu à criação de novas competências.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	<p>O valor médio atribuído ao grau de adequação das competências delegadas foi 5.4, numa escala de 1 a 6.</p> <p>Competências delegadas consideradas totalmente adequadas (grau de adequação 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários. <p>Competências delegadas consideradas muito adequadas (grau de adequação 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com	<p>O contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) foi considerado positivo em todas as dimensões consideradas no Inquérito, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa;

Indicador	Resposta/Evidências
delegação de competências	<ul style="list-style-type: none"> - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território. - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Não foram referidas outras competências passíveis de delegação.</p> <p>No entanto, a CIM considera que devia ter maior participação na definição dos critérios de seleção das candidaturas.</p>

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIM fez uma avaliação positiva dos mecanismos de articulação entre a AG do POR e a sua Equipa, principalmente da ligação com o ponto focal. No entanto, referiu que o acompanhamento podia ter sido mais frequente e, ao nível da formação, esta articulação também podia ter sido melhor.

A avaliação foi menos positiva relativamente aos sistemas de informação, um instrumento importante para esta articulação.

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>Mecanismos de articulação no caso do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal. <p>Nos casos do POISE e PDR, a CIM considerou esta questão Não Aplicável.</p>
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>No Inquérito às CIM, a CIM Oeste avaliou apenas os mecanismos de articulação com a AG do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos de articulação com o POR que funcionam muito bem (grau 6): Ligação com um Ponto focal. - Mecanismos de articulação com o POR que funcionam de forma razoável (grau 4): reuniões periódicas, emissão de pareceres, reuniões de coordenação. <p>No que respeita aos sistemas de informação, um instrumento importante para esta articulação, o sistema de informação do FSE é considerado pouco intuitivo e de difícil utilização. Teria também sido útil a ligação dos sistemas de informação do POR e da CIM. Para efeitos de monitorização e acompanhamento das operações, a CIM tem que retirar a informação do PO de forma manual, o que é um processo moroso.</p>

PDCT21. Os recursos afetos à gestão do PDCT são suficientes face ao modelo de gestão contratualizado?

SQ10. AS CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

Em termos gerais, a CIM considera dispor de condições suficientes para o desempenho das suas funções enquanto OI responsável pela implementação do PDCT.

No entanto, refere que seria positivo dispor de mais recursos financeiros e humanos para o exercício das competências delegadas. Referiu ainda que as atividades de divulgação são as que ficam mais comprometidas com esta situação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não foram disponibilizados dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM classificou como pouco adequada esta dotação (grau de adequação 3, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 6 Elementos externos: NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como razoável (4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM classificou a adequação das competências dos elementos da equipa técnica, como razoável (4 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Número de elementos insuficientes.

SQ11. As equipas de gestão da CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIM considera que a equipa de gestão está globalmente capacitada, não obstante ainda existirem algumas necessidades de formação sobre o Funcionamento do SIIFSE, análise económico-financeira de projetos empresariais e Formação em Excel avançado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Contratação pública; - Sistemas de informação.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIM classificou como: - Moderadamente adequadas as seguintes ações (grau de adequação 4, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada): - Contratação pública; - Sistemas de informação. - Muito pouco adequadas as seguintes ações (2 numa escala de 1 a 6): - Critérios de análise; - Monitorização e avaliação; - Conceção de programas estratégicos e de programação.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIM não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM. No entanto, foram referidas algumas necessidades de formação, nomeadamente em: - Funcionamento do SIIFSE; - Análise económico-financeira de projetos empresariais (SI2E); - Formação em Excel avançado (enquanto instrumento primordial no acompanhamento e monitorização das operações).

PDCT22. O processo de elaboração dos Avisos de concurso e a sua calendarização foi o mais adequado e eficaz à implementação da PDCT

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O grau de envolvimento e participação da CIM nos Avisos foi considerado muito reduzido em geral e, em particular, no que respeita à adaptação às especificidades territoriais.

No Aviso dos S2E participaram na definição das CAE que seriam elegíveis. Contudo, no último Aviso, a AG do PO Centro, tendo em conta os Avisos do +Coeso das DLBC, retirou as CAE do comércio, setor de grande relevância no Oeste.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC.	<p>Não deram contributos para os seguintes elementos dos Avisos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário; - Definição dos TO/Medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - Definição dos requisitos (formais e documentais); - Critérios e seleção das operações; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Deram contributos que foram parcialmente integrados para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores; - Ações de divulgação, informação e publicidade. <p>Deram contributos que foram integrados para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dotação financeira.
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p><u>PI 8.3 e 8.8 - Aviso N.º Centro-M7-2017-36 - S2E</u></p> <p>Majoração de 10 p.p. da taxa de financiamento dos projetos enquadrados nas prioridades relevantes para o território do Oeste, designadamente: (i) os projetos que demonstrem enquadramento nos eixos de especialização da EIDT do Oeste: Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo; (ii) os projetos desenvolvidos nas áreas delimitadas dos PARU e PAICD aprovados para os municípios da CIM Oeste.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIM fez uma avaliação muito positiva das dimensões de análise dos calendários dos Avisos e dos prazos de submissão das candidaturas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>A CIM respondeu a esta subquestão, apenas relativamente às PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5.</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 5.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 6.3, 9.7 e 10.5.

	<p>- Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas PI 8.3 e 8.8.</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 5.</p> <p>- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5.</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 5.</p> <p>- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 6.3, 9.7 e 10.5.</p> <p>- Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas PI 8.3 e 8.8.</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 5.</p> <p>- Foi considerado muito adequado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 6.3, 9.7 e 10.5.</p> <p>- Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas PI 8.3 e 8.8.</p>
--	--

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foram lançados Avisos para a maior parte das PI/TI contratualizadas, exceto para as PI 9.1 e 9.4.

A não concretização dos projetos que pretendiam candidatar com enquadramento nestas PI/TI, limitam o contributo do PDCT para a EIDT no domínio da Inclusão Social, designadamente para o Objetivo Estratégico - Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada e para a Medida - Rede Regional de Serviços de apoio à inclusão social. Retiram também relevância à Medida 2.2 do PDCT - Programa de apoio à inclusão social e qualidade de via, que mobilizava estas PI/TI.

No Caso da PI/TI 4.3 - embora contratualizada pela CIM Oeste e apesar de as TI serem consideradas pertinentes, não foi ainda apresentada qualquer candidatura devido às dificuldades de operacionalização em geral, condições de financiamento pouco atrativas e dificuldade de cálculo dos indicadores (apoio em função da redução do consumo). Embora se mantenha a dotação financeira, as expectativas de apresentação de candidaturas e de execução são muito reduzidas o que significa que o contributo e a relevância do PDCT para promoção da eficiência energética e para os indicadores definidos nesta PI/TI, poderá vir a ser nulo.

No caso da PI 6.3, a limitação das operações elegíveis do património cultural àquelas cujo objeto tem a classificação de Património Nacional, reduziu bastante o contributo esperado das operações apoiadas para a EIDT, designadamente para o Objetivo Estratégico - Criar um destino turístico de proximidade e para a Medida - Marca Oeste Portugal. A relevância da Medida 1.2 do PDCT – Programa territórios e comunidades sustentáveis, será também afetada.

É no caso das PI 6.3, 9.7 e 10.5 que esta avaliação é mais positiva. No caso das PI 8.3 e 8.8, um pouco menos favorável no que respeita aos Indicadores de realização e resultado relacionados com a criação de emprego, ao público-alvo e às necessidades do território. Como já foi referido na análise da coerência, no último Aviso não foram contempladas as CAE do comércio, com forte presença no território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção contratualizadas com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local</p> <p>PI 4.3 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação</p>

	<p>PI5.2 - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil.</p> <p>PI 6.3 - Apoio ao investimento na proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural</p> <p>PI 8.3 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas</p> <p>PI 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas</p> <p>PI 9.7 – investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais</p> <p>PI10.1 – Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino</p> <p>PI10.5 – investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico.</p> <p>Tipologias de intervenção contratualizadas sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco.</p> <p>PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p> <p>Com a alteração ao PDCT em 2019, estas PI/TI transitaram do PO ISE para o PO Centro. A PI /TI 9.4 ficou sem dotação financeira. A dotação transitou para a PI 9.1., mas até ao momento não foi lançado Aviso que enquadre os projetos previstos.</p> <p>As expectativas de apresentação de candidaturas e de execução são muito reduzidas.</p>
<p>Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)</p>	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>A CIM atribuiu às PI/TI um grau de adequação médio de 5 relativamente a esta dimensão.</p> <p>Foram consideradas muito adequadas (grau 5) nos seguintes casos: PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5.</p> <p>Relativamente às restantes PI, a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>A CIM atribuiu às PI/TI um grau de adequação médio de 4,6 relativamente a esta dimensão.</p> <p>Foram consideradas muito adequadas (grau 5) as PI/TI 6.3, 9.7 e 10.5</p> <p>Foram consideradas adequadas (grau 4) as PI/TI 8.3 e 8.8.</p> <p>Relativamente às restantes PI, a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>A CIM atribuiu às PI/TI um grau de adequação médio de 5,2 relativamente a esta dimensão.</p> <p>Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) as PI/TI 6.3, 9.7 e 10.5.</p> <p>Foram consideradas adequadas (grau 4), as PI/TI 8.3 e 8.8.</p> <p>Relativamente às restantes PI, a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 4,6 relativamente a esta dimensão.</p> <p>Foram consideradas muito adequadas (grau 5) as PI/TI 6.3, 9.7 e 10.5</p> <p>Foram consideradas adequadas (grau 4) as PI/TI 8.3 e 8.8.</p> <p>Relativamente às restantes PI, a CIM não respondeu.</p>

PDCT23. O processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação do PDCT?

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A CIM avaliou de forma positiva o processo de análise e seleção de operações.

A avaliação foi menos favorável no caso das PI/TI 8.3 e 8.8 devido ao maior desconhecimento e preparação da equipa técnica para a análise das candidaturas, fator agravado pelo elevado número de candidaturas. Há dificuldade em perceber o papel da CIM relativamente à verificação da elegibilidade dos beneficiários/das empresas.

A interação com o SI do FSE e, no caso da PI 8.8, também com o balcão 2020, tiveram uma avaliação pouco favorável.

A avaliação do cumprimento dos prazos é, em geral, desfavorável, sendo a necessidade de consulta às entidades uma das principais razões do incumprimento. Nalguns casos, em que os municípios se confrontaram com maior dificuldade por parte das entidades no cumprimento do prazo para a apresentação de pareceres, optou-se por validar a entrega do Pedido de Parecer.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos) Grau de adequação médio: 4,5; Os procedimentos foram considerados muito adequados (5) para as PI 9.7 e 10.5; Os procedimentos foram considerados adequados (4) para as PI 8.3 e 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Critérios de seleção Grau de adequação médio: 4,5. Os procedimentos foram considerados muito adequados (5) para as PI 9.7 e 10.5; Os procedimentos foram considerados adequados (4) para as PI 8.3 e 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Metodologia de apuramento do mérito Grau de adequação médio: 4,5. Os procedimentos foram considerados muito adequados (5) para as PI 9.7 e 10.5; Os procedimentos foram considerados adequados (4) para as PI 8.3 e 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas Grau de adequação médio: 4,5. Os procedimentos foram considerados muito adequados (5) para as PI 9.7 e 10.5; Os procedimentos foram considerados adequados (4) para as PI 8.3 e 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano - NR</p> <p>Carga burocrática Grau de adequação médio: 4. Foi considerada adequada (4) nas PI 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Interação com o SIIFSE Grau de adequação médio: 3. Foi considerada pouco adequada (3) nas PI 8.3 e 8.8.</p>

	<p>Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Interação com o SI FEDER Grau de adequação médio: 4,8. Foi considerada muito adequada (5) nas PI 8.8, 9.7 e 10.5. Foi considerada adequada (4) na PI 8.3. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p> <p>Interação com outros SI - NR.</p> <p>Interação com o Balcão 2020 Foi considerada pouco adequada (3) na PI 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu</p>
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>De acordo com a resposta da CIM ao Inquérito às CIM, o prazo de análise das candidaturas não tem sido cumprido no caso das tipologias de operação das PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. A CIM não respondeu relativamente às outras PI contratualizadas em que foram apresentadas candidaturas (2.3, 5.2 e 10.1). A análise do Sistema de informação, permite concluir que os prazos médios de análise e decisão têm sido longos. É no caso das candidaturas das PI/TI 8.3 e 8.8 que se verificam os prazos mais longos.</p>
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>As razões explicativas apresentadas na resposta ao Inquérito às CIM, comuns às tipologias de operação das PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5 são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o elevado número de candidaturas; - a verificação das condições de admissibilidade; - a obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades. <p>No caso das tipologias de operação das PI 8.3 e 8.8, foi também referida a reduzida dimensão da equipa, já que o processo foi mais exigente para a equipa de apoio técnico, que teve que se adaptar a um público-alvo diferente do habitual.</p> <p>Na opinião da CIM, o processo de consulta / verificação junto de outras entidades podia ser facilitado, para além da redução do prazo dos pareceres setoriais das entidades da tutela, pela identificação prévia e uniformização das situações que necessitam de parecer/verificação por parte de outras entidades e identificação destas. No caso das PI/TI do SI2E esta é uma situação crítica e que, na opinião da CIM, devia merecer atenção.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 58:

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	1	1	168,0	92,0	260,0
5.2	1	1	70,0	14,0	84,0
6.3	11	11	192,7	49,6	242,4
8.3	35	32	433,0	103,4	513,4
8.8	51	46	428,4	145,4	562,8
9.1	0	0	NA	NA	NA
9.7	7	7	111,8	61,4	173,3

10.1	1	1	210,0	68,0	278,0
10.5	50	50	148,0	70,5	218,5
Total	157	149	314,8	97,7	403,8

Fonte: Sistema de Informação do Programa Operacional Regional.

Nota: A PI 9.4 foi retirada, após a alteração ao PDCT. A única candidatura apresentada na PI 9.1, foi desistida.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p>Entidades envolvidas na emissão de Pareceres: Entidades/serviços que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações: DG Saúde; DGEstE; Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e Direção Geral de Educação, ICNF.</p> <p>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável), no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente dos Aviso.</p>

PDCT24. Os processos de monitorização e avaliação foram adequados à eficaz implementação dos PDCT?

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Os mecanismos implementados são adequados e permitem a monitorização / acompanhamento no que respeita à implementação física e financeira e à orientação estratégica dos investimentos em curso/executados.

No entanto, as tarefas de monitorização são dificultadas pela consulta manual dos SI dos PO financiadores para alimentar o dispositivo de monitorização da CIM, em particular a consulta do SIIFSE, pouco intuitivo e de difícil utilização.

O acompanhamento da implementação do PDCT é assegurado através da elaboração de relatórios periódicos. Foi elaborado um Relatório de Auto-Avaliação, em 2018.

A monitorização e sinalização dos desvios face ao programado, carece de ajustamento dos indicadores e metas, em função das alterações ao PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>Mecanismos implementados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. <p>O balanço da adequação dos mecanismos implementados, foi bastante positivo (valor médio 4,6 numa escala de 1 a 6).</p> <p>Mecanismos não implementados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Reuniões de balanço com a AG.
Indicador 62. Grau de adequação dos	<p>Mecanismos muito adequados (grau de adequação 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores;

mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. <p>Mecanismos adequados (grau de adequação 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG. <p>A CIM dispõe de um dispositivo próprio alimentado com a informação dos SI dos PO financiadores. No entanto, a consulta dos SI dos PO financiadores para a monitorização contínua é feita de forma manual, o que dificulta e torna mais morosa esta tarefa e os exercícios regulares de reporte de resultados junto dos órgãos da CIM e de outros organismos públicos. No caso da monitorização e do acompanhamento das operações apoiadas pelo PO ISE, estas tarefas são dificultadas também pelo Sistema de Informação do PO, pouco intuitivo e de difícil utilização.</p>
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	Autarquias; Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Avaliação contínua, com relatórios periódicos. Foi elaborado um Relatório de Auto-Avaliação, em 2018.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	CIM Oeste e peritos.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - A dimensão da equipa técnica; - A dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos, p.ex., na área da educação. A informação estatística disponível encontra-se desatualizada e o nível de desagregação é insuficiente / desadequado.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIMAL não identificou este tipo de medidas.

PDCT25. Verificaram-se as revisões necessárias à EIDT e aos PDCT?

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT e EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não se verificaram alterações na EIDT.

Em 2019 foi aprovada a alteração do PDCT, que teve como efeitos ajustamentos nas dotações inscritas por Prioridade de Investimento e ajustamento das metas, na sequência de alterações requeridas pelos respetivos promotores e também da reprogramação dos Programas Operacionais, que teve como consequência a transferência de elegibilidades do POISE para o PO Centro.

A Alteração de 2019 foi útil, mas insuficiente face às necessidades de adequação do PDCT às perspetivas de execução. A CIM fez uma nova proposta de reprogramação, ainda não validada. As dotações das PI 9.1. e 9.4 (inclusão social) e PI 4.3 (eficiência energética), face às reduzidas perspetivas de execução, deverão ser transferidas para as PI das áreas da saúde, escolas e património (PI 9.7, 10.5 e 6.3), onde esperam que seja possível, com o lançamento de novos Avisos, submeter novos projetos, e melhorar o desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foram feitos ajustamentos nas dotações inscritas por PI. Alteração do PDCT Em junho de 2019 foi formalizada a alteração ao PDCT. Foi um exercício da CIM e acompanhou a reprogramação do PO Centro 2020, que determinou a transferência de elegibilidades e da dotação financeira das PI 9.1 e 9.4 do PO ISE para o PO Centro.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	Tipo de alterações introduzidas no PDCT, referidas no Inquérito às CIM: - Distribuição da dotação financeira por TI/PI; - Redefinição de metas. Outras identificadas: - Alteração do montante global do PDCT; - Alterações nos indicadores (de realização no caso da PI 4.3 e de resultado no caso da PI 5.2).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 70:

A alteração efetuada em junho de 2019, foi adequada face à verba disponível para o PDCT e face às limitações que surgiram, decorrentes dos Avisos. Teve como principais efeitos os seguintes (cf. Quadro apresentado na resposta à SQ2):

Transferência das dotações financeiras da PI 9.1 e 9.4 para o PO Centro, sendo que a dotação financeira da PI 9.4 foi incluída na 9.1. Esta transferência, uma vez que não foram abertos Avisos para as tipologias em causa pelo PO Centro, teve um resultado bastante negativo no desempenho físico e financeiro do PDCT, uma vez que os projetos já preparados não puderam até ao momento ser candidatados e executados. O PDCT perde assim relevância no domínio da inclusão social.

Ajustamentos nas verbas contratualizadas para cada PI/TI face às possibilidades de concretização aos constrangimentos observados ao nível da operacionalização.

Alterações nos projetos intermunicipais: foram reforçadas as dotações do Projeto Oeste Digital e da componente intermunicipal do projeto Planos Inovadores de combate ao insucesso escolar; foi reduzida a dotação do projeto de eficiência energética na iluminação pública, face às reduzidas perspetivas de execução; saíram os projetos Marca Oeste Portugal promovido pela CIM e Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas, promovido pela Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas; Em termos de dotação financeira total, verificou-se um acréscimo de 11,9%.

Foi introduzido o Projeto de Recuperação e Valorização da Fortaleza de Peniche para instalação do Museu nacional da Liberdade e resistência (1ª fase), promovido por um novo Parceiro – a Direção Geral do património Cultural.

Alteração das metas de realização e de resultado e, nos casos da PI 3.4 e 5.2, dos indicadores.

PDCT26. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT?

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A CIM considerou que as ações de comunicação dirigidas aos potenciais beneficiários e população em geral, foram importantes para promover o conhecimento e reconhecimento que as populações têm deste tipo de instrumentos. No entanto, este tipo de iniciativas poderia ter sido mais abrangente e mais intensivo se tivessem uma equipa técnica mais alargada.

As Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento realizadas em todos os Município do Oeste, foram o principal meio de promoção do conhecimento e reconhecimento deste tipo de instrumentos junto dos públicos-alvo – Municípios, empreendedores e potenciais empreendedores. Estas sessões abrangeram 100 indivíduos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	<ul style="list-style-type: none"> - Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento: 14; - Produtos de comunicação da CIM: newsletter, site; página nas redes sociais, brochura com as ações do PDCT; - Grupos de trabalho temáticos: 1; - Visitas a projetos de Investimento: 1; - Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais: 1; - Participação em projetos de cooperação: 1.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	<p>Não foram realizados processos de auscultação junto da população.</p> <p>No entanto, a CIM faz um balanço positivo da adesão dos potenciais beneficiários às Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento, com 100 participantes, e aos produtos de comunicação (newsletter, site; página nas redes sociais), bem como da visita a projetos de investimento.</p>

PDCT27. Identificam-se boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT?
TABELA SÍNTESE – INDICADOR 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	<p>A CIM sinalizou como boas práticas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de gestão do PDCT. - Modelo de funcionamento da CIM. - Partilha de conhecimentos.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT28. Os níveis de realização física e financeira do PDCT são adequados face ao previsto?

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 468 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas nas PI 8.3 e 8.8.

O número de candidaturas rececionadas nas PI com listas prévias de operações identificadas (121) é superior ao número de operações previstas (114). Contudo, a taxa de aprovação situa-se nos 52,2%. As taxas de reprovação mais elevadas verificam-se nas PI 4.3, 8.3 e 8.8. Destaca-se a taxa de desistência mais elevada verifica-se na PI 9.1 – onde a única candidatura foi desistida, nas PI 4.3, 6.3 e 10.5.

Destaca-se a ausência de candidaturas aceites/aprovadas nas PI 4.3 (devido à não admissão e à desistência das candidaturas apresentadas) e nas PI 9.1 e 9.4 devido à ausência de Avisos de enquadramento das intenções de investimento. Não há candidaturas submetidas a aguardar decisão nestas PI.

No caso das PI 2.3, 5.2 e 10.1, o número de operações aceites/aprovadas corresponde ao previsto, podendo vir a ser ultrapassado no caso da PI 10.1. Nas PI 6.3, 9.7 e 10.5, o número de candidaturas aceites/aprovadas, poderá aproximar-se do previsto, tendo em conta que há candidaturas submetidas a aguardar decisão.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 79 A 81:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Foram rececionadas 468 candidaturas com um custo total apresentado de 151.551.446,3 €.</p> <p>Neste universo, destaca-se o peso das candidaturas enquadradas nas PI 8.3 e 8.8 que representam 74,1% do número total de candidaturas rececionadas, mas apenas 34,1% do custo total apresentado.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento).</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>Das candidaturas rececionadas, apenas 155 (33%) foram aceites/aprovadas, sendo que 171 (36,5%) se encontram submetidas a aguardar decisão, maioritariamente da PI 8.8.</p> <p>A taxa de aprovação situa-se nos 52,2%. As taxas de reprovação mais elevadas verificam-se nas PI 4.3, 8.3 e 8.8.</p> <p>A taxa de desistência mais elevada verifica-se na PI 9.1 – onde a única candidatura foi desistida, nas PI 4.3, 6.3 e 10.5. Neste último caso, o elevado número de candidaturas desistidas pode ser explicado em grande parte pelas dificuldades financeiras dos municípios (custos máximos de referência desadequados e dificuldade de assegurar a compartida nacional).</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção).</p> <p>Quanto ao balanço das candidaturas aprovadas face ao previsto, destaca-se o seguinte:</p> <p>- O número de candidaturas aprovadas nas PI 2.3, 5.2 e 10.1, corresponde ao número de operações previsto. No entanto, no caso, da PI 10.1, estão submetidas a aguardar decisão mais 7 candidaturas, que resultam da introdução de uma nova tipologia - Escola Digital - Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade e do desdobramento da operação prevista – PICIE em 2 candidaturas.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de candidaturas aceites/aprovadas e submetidas nas PI 4.3 devido à não admissão e à desistência das candidaturas apresentadas, e nas PI 9.1 e 9.4, devido à ausência de Avisos de enquadramento das intenções de investimento, na sequência da transferência destas PI do POISE para o PO Centro. - Nas PI 6.3, 9.7 e 10.5, o número de candidaturas aceites/aprovadas é inferior ao previsto. Contudo, tendo em conta as candidaturas a aguardar decisão, poderá aproximar-se do previsto ou, no caso da PI 10.5, poderá mesmo ultrapassar o previsto. - No que respeita à adesão dos beneficiários do SI2E, sem listas pré-definidas de operações, pode dizer-se a procura é elevada considerando as candidaturas aceites/aprovadas e submetidas, principalmente no caso da PI 8.8. A procura inferior no caso da PI 8.3, é justificada, principalmente, pelas exigências relativamente à elegibilidade dos postos de trabalho. Contudo, a taxa de reprovação é bastante elevada, nestas PI.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<p>Os motivos, aplicáveis apenas às candidaturas das PI 8.3 e 8.8., são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários. - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos. - Falta de documentos necessários à instrução da candidatura. - Critérios de seleção das operações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2019)	Candidaturas rececionadas			
		Nº e custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	1	1	0,2	3.941.509,6	2,6
4.3	1	4	0,9	971.804,2	0,6
5.2	1	1	0,2	565.800,0	0,4
6.3	17	19	4,1	11.878.372,5	7,8
8.3		75	16,0	1.282.423,6	0,8
8.8		272	58,1	50.540.815,5	33,3
9.1	25	1	0,2	2.739.650,6	1,8
9.7	15	13	2,8	11.498.356,1	7,6
10.1	1	8	1,7	7.526.770,4	5,0
10.5	53	74	15,8	60.605.943,8	40,0
Total	114	468	100,0	151.551.446,3	100,0

Fontes: Alteração PDCT CIM Oeste (junho de 2019); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não são identificadas operações previstas no PDCT contratualizado.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento/Tipologias de intervenção											Total
	2.3	4.3	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.4	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	1	0	1	11	34	50	0	0	7	1	50	155
2. Não admitida	0	2	0	1	0	52	0	0	0	0	0	55
3. Não aprovada	0	0	0	0	36	8	0	0	0	0	0	44
4. Anulada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Desistida	0	2	0	4	4	13	1	0	1	0	18	43
6. Submetida	0	0	0	3	1	149	0	0	5	7	6	171
7. Total Geral	1	4	1	19	75	272	1	0	13	8	74	468
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	0,0	100,0	68,8	94,6	47,2	0,0	0,0	87,5	100,0	73,5	67,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	0,0	100,0	68,8	45,9	40,7	0,0	0,0	87,5	100,0	73,5	52,2
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	50,0	0,0	6,3	48,6	48,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	50,0	0,0	25,0	5,4	10,6	100,0	0,0	12,5	0,0	26,5	14,5

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas às perspetivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 74,3% e a taxa de execução 45,9%. As PI 5.2, PI 8.8, PI 9.7 e PI 10.5 apresentam as melhores perspetivas de execução com taxas de compromisso superiores a 100%. A PI 8.3, apresenta a situação mais desfavorável.

Das 6 operações intermunicipais previstas no PDCT contratualizado (versão 2019), estão aprovadas/em execução 4, não havendo perspetivas de execução das restantes 2 com enquadramento nas PI 4.3 e 9.1.

Neste momento, existe uma nova proposta de redistribuição de verbas, não validada, que permitirá ajustar as verbas disponíveis por PI e viabilizar a execução de projetos que aguardam oportunidade de financiamento.

Não é possível avaliar o cumprimento dos prazos de execução, uma vez que não há operações concluídas. No entanto, é possível afirmar que nenhuma das operações aceites pelas entidades, aprovadas e em execução, que tinham data de conclusão prevista até 30 de setembro de 2021 (122), cumpriu o tempo de execução previsto.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de	À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 74,3% e a taxa de execução 45,9%.

investimento/tipologia de intervenção	<p>As taxas de compromisso são iguais os superiores a 100% nas seguintes PI: PI 5.2, PI 8.8, PI 9.7 e PI 10.5.</p> <p>A PI 8.3, apresenta as taxas de compromisso e de execução mais baixas. Existe apenas 1 candidatura submetida a aguardar decisão, perspetivando-se uma taxa execução muito inferior ao esperado.</p> <p>Neste momento, existe uma proposta de redistribuição de verbas, não validada, no sentido de reforçar as PI 6.3, 9.7, e 10.5, para viabilizar a execução de projetos que aguardam oportunidade de financiamento. No caso da PI 10.1, existem ainda 7 candidaturas submetidas prevendo-se que as taxas de compromisso e de execução se aproximem do montante contratualizado.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>
---------------------------------------	--

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso e de execução financeira por Prioridade de investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (versão 2019)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado em vigor	Fundo executado	Taxa de compromisso (Fundo aprovado em vigor / Fundo contratualizado)	Taxa de execução (Fundo executado /Fundo contratualizado)	Taxa de realização (Fundo executado /Fundo aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	4.410.000,00	1	3.234.688,1	2.492.714,7	73,3	56,5	77,1
4.3	4.229.800,00	0					
5.2	425.000,00	1	424.350,0	302.233,8	99,8	71,1	71,2
6.3	7.583.462,22	11	7.222.537,3	2.969.013,4	95,2	39,2	41,1
8.3	5.991.383,06	34	293.121,6	20.389,0	4,9	0,3	7,0
8.8	2.880.067,37	50	3.037.721,7	1.489.427,2	105,5	51,7	49,0
9.1	4.197.294,46	0					
9.7	5.683.565,24	7	5.704.747,1	5.469.978,8	100,4	96,2	95,9
10.1	6.279.669,45	1	3.756.201,2	517.202,9	59,8	8,2	13,8
10.5	24.253.148,59	50	25.297.711,9	16.986.068,2	104,3	70,0	67,1
Total	65.933.390,39	155	48.971.078,8	30.247.027,9	74,3	45,9	61,8

Fontes: Alteração PDCT CIM Oeste (junho de 2019); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 E 84:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas	<p>O PDCT contratualizado (versão 2019) previa, nas PI com listas de operações previamente identificadas, um total de 114 operações. a dotação / Fundo contratualizado era 65.933.390,39 €.</p> <p>O total de operações aprovadas à data desta Avaliação, nas PI com listas de operações previamente identificadas, era 71. O Fundo aprovado era 48.971.078,8 €.</p>

face ao total de operações do PDCT	A dimensão financeira das operações aprovadas corresponde a -25,7%, quando comparada com a dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (Cf. tabela abaixo - Operações previstas no PDCT contratualizado, operações aprovadas e respetiva dimensão financeira)
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>A CIM Oeste indicou os seguintes estrangulamentos no Inquérito às CIM:</p> <p>- Tipo de despesas elegíveis nas seguintes PI:</p> <p>PI 8.3 (exigências ao nível da criação e manutenção dos postos de trabalho)</p> <p>PI 9.7 (custos máximos de referência não adequados face aos valores de mercado)</p> <p>PI 10.5 (custos máximos de referência não adequados face aos valores de mercado)</p> <p>- Condições de elegibilidade das operações, nas seguintes PI:</p> <p>PI 6.3 e PI 8.8.</p> <p>Foram também referidos, na entrevista e no Relatório de Autoavaliação de 2018, os seguintes fatores que atrasaram a execução, no caso das operações dos municípios:</p> <p>- A necessidade de cumprimento de todos os procedimentos de contratação pública, aumentando o período de execução;</p> <p>- As dificuldades sentidas por alguns municípios no processo de adjudicação das respetivas empreitadas, devido à diferença entre os valores máximos de referência e os valores de mercado, o que levou a situações de concursos desertos.</p>

A CIM Oeste considera que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas com listas indicativas de projetos previamente validadas é adequada e, no caso do PDCT, é o procedimento mais eficiente para aprovação das operações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 83:

Operações previstas no PDCT contratualizado, operações aprovadas e respetiva dimensão financeira

PI contratualizadas	Operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2019) Nº	Fundo contratualizado (2019) €	Operações aprovadas Nº	Fundo Aprovado em vigor €	Fundo aprovado / Fundo contratualizado Var %
2.3	1	4.410.000,00	1	3.234.688,1	-26,7
4.3	1	4.229.800,00	0	0,0	-100,0
5.2	1	425.000,00	1	424.350,0	-0,2
6.3	17	7.583.462,22	11	7.222.537,3	-4,8
8.3		5.991.383,06	34	293.121,6	-95,1
8.8		2.880.067,37	50	3.037.721,7	5,5
9.1	25	4.197.294,46	0	0,0	-100,0
9.7	15	5.683.565,24	7	5.704.747,1	0,4
10.1	1	6.279.669,45	1	3.756.201,2	-40,2
10.5	53	24.253.148,59	50	25.297.711,9	4,3
Total	114	65.933.390,39	155	48.971.078,8	-25,7

Fontes: Alteração PDCT CIM Oeste (junho de 2019); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 86 E 87:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	Os Projetos intermunicipais aprovados enquadram-se nas seguintes PI/TO (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021): 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; 5.2 - Planeamento e gestão de riscos; 9.7 - Equipamentos de saúde; 10.1 - Planos Integrados Inovadores de Combate Insucesso Escolar.
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	Peso das operações intermunicipais aprovadas face ao previsto na contratualização (versão 2019): 47%. Cf. tabela abaixo Taxa de compromisso dos projetos intermunicipais.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Taxas de compromisso dos projetos intermunicipais

Projetos Intermunicipais (após a alteração do PDCT em 2019)	PI	Dotação /Fundo contratualizado (reprogramação 2019)	Fundo aprovado em vigor	Fundo executado	Taxa de compromisso
Oeste Digital 3.0	2.3	4.410.000,0	3.234.688,1	2.492.714,7	73,3
Oeste LED (eficiência energética nos sistemas de iluminação pública)	4.3	4.229.800,0	0,0	0,0	0,0
Reforço da reserva de emergência de proteção civil da Região Oeste, para reação a acidentes graves ou catástrofes, através da aquisição de equipamento para equipas de reconhecimento e avaliação da situação, equipamento de comunicações para os pontos de comando operacionais, equipamentos e meios para sustentação de zonas de apoio à intervenção	5.2	425.000,0	424.350,0	302.233,8	99,8
Rede para a inovação social no Oeste – ações integradas de promoção local da inclusão social ativa	9.1	600.000,0	0,0	0,0	0,0
Aquisição de três Unidades Móveis de Saúde	9.7	153.000,0	153.000,0	114.318,7	100,0
Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Plano integrado de combate ao insucesso escolar da Região Oeste - Aluno ao Centro	10.1	6.279.669,5	3.756.201,2	517.202,9	59,8
Total		16.097.469,5	7.568.239,2	3.426.470,0	47,0

Fontes: Alteração PDCT CIM Oeste (junho de 2019) Anexo 3 Quadro de Investimentos; Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Das 6 operações intermunicipais previstas na versão mais recente do PDCT (2019) – Quadro de investimentos, foram aprovadas 4 com enquadramento nas PI 2.3, 5.2, 9.7 e 10.1.

A situação das 2 operações não aprovadas é a seguinte:

- Oeste LED (PI 4.3): a operação foi concretizada fora do PDCT, através de contrato de gestão de eficiência energética – ESSE, entre a CIM Oeste e a Agência regional de Energia e Ambiente da região Oeste, não se perspetivando qualquer execução no âmbito do PDCT.

- Rede para a inovação social no Oeste – Ações integradas de promoção local da inclusão social ativa (PI 9.1): a candidatura apresentada - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos, foi desistida por falta de enquadramento em Aviso. As perspetivas de execução são muito baixas ou mesmo nulas.

A taxa global de compromisso das operações de natureza intermunicipal é bastante inferior à média da totalidade das operações, perspetivando-se níveis de execução final aquém do previsto. A PI 10.1 apresenta a taxa de compromisso e de execução mais baixa. No entanto, encontra-se submetida a operação Planos Integrados Inovadores Combate Insucesso Escolar – II, o que permite perspetivar que esta taxa se aproxime dos 100%.

Os 2 projetos intermunicipais previstos em sede de candidatura e aos quais não foi atribuída dotação no PDCT contratualizado (Unidade Móvel de radiologia – Protocolo IRS e Aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação integrados que visem melhorar a qualidade dos serviços de saúde), poderão ainda vir a ser integrados no PDCT e apoiados, caso seja aprovada a reprogramação financeira proposta, ainda não validada.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>O PDCT candidatado e contratualizado, previam apenas 1 operação promovida por outro parceiro – a Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas -Valorização e Preservação do Património Natural do Planalto das Cesaredas.</p> <p>Esta operação, com enquadramento na PI 6.3, saiu do PDCT na sequência da alteração de 2019 e foi introduzido o Projeto Recuperação e Valorização da Fortaleza de Peniche, para a instalação do Museu Nacional da Liberdade e resistência (1ª fase), promovido por um novo Parceiro – a Direção Geral do Património Cultural.</p> <p>Nota: excluem-se desta análise as operações com enquadramento nas PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas e 8.8 - microempreendedorismo, sem identificação prévia em sede de candidatura, todas elas promovidas por outros promotores.</p>

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 89 A 91:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	<p>À data de 30 de setembro de 2021 não havia operações concluídas.</p> <p>Nenhuma das operações aceites pelas entidades, aprovadas e em execução, que tinham data de conclusão prevista até 30 de setembro de 2021 (122), cumpriu o tempo de execução previsto.</p> <p>As restantes 33 operações aceites pelas entidades, aprovadas e em execução, têm data prevista de conclusão posterior a 30 de setembro de 2021, pelo que não é possível avaliar o grau de cumprimento do prazo de execução, neste momento.</p>
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	<p>Uma vez que, à data de referência desta avaliação não há operações concluídas, não é possível ainda calcular os tempos de execução.</p>
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	<p>Os fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura: PI 6.3, 9.7, 10.5; - Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): 6.3, 9.7, 10.5; - Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...): 8.8, 9.1.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

Foram mobilizadas diferentes fontes de financiamento. Alguns municípios tiveram dificuldades em assegurar a contrapartida financeira por falta de recursos próprios, tendo que recorrer a empréstimos o que afetou a execução no caso de investimentos em obra, na medida em que não conseguiram apresentar candidatura a Avisos abertos. No caso das empresas, o recurso a empréstimos bancários é mais frequente.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	Fundos próprios; Orçamento de Estado; Financiamento bancário; Capitais alheios.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

Não estão disponíveis dados sobre a execução física, designadamente sobre o grau de cumprimento das metas.

A CIM admitiu que a probabilidade de virem a ser cumpridas as metas é elevada no caso das PI 9.7, 10.5, 6.3, 2.3 e 5.2.

No caso das PI 8.3 e 8.8 a CIM admitiu que será muito pouco provável o cumprimento das metas relativas à criação de emprego. No caso da PI 8.8, o indicador de realização Empresas que beneficiam de apoio, deverá ser ultrapassado, face ao número de operações aprovadas/em execução.

No caso da PI 4.3 as metas não serão cumpridas por ausência de execução pelas razões já explicadas e no caso da PI 9.1 o risco de não execução é muito elevado por ausência de Avisos, admitindo-se também o incumprimento das metas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 96:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>Não existem operações concluídas e não está disponível informação sobre o cumprimento das metas.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT, a CIM referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Muito provável (6): PI 9.7 e 10.5; - Provável (5): PI 6.3; - Pouco provável (3): PI 8.3 e 8.8. No caso da PI 8.8, é possível que as metas do indicador de realização Empresas que beneficiam de apoio, seja ultrapassado, já que estão aprovadas/em execução 50 operações, número superior às metas definidas para 2018 e 2023: 15 e 38, respetivamente. <p>Na entrevista, a CIM admitiu também que a capacidade de vir a cumprir as metas é elevada no caso das PI 2.3 e 5.2 (as únicas operações previstas nestas PI encontram-se aprovadas e em execução).</p> <p>No caso da PI 10.1, referiu que neste momento ainda não é possível ter uma previsão do grau de cumprimento.</p>
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência

A CIM não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 94:

Grau de cumprimento das metas previstas para 2018

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018	Meta 2023	Valor alcançado	Grau de cumprimento da meta 2018
				(PDCT contratualizado 2019)	(PDCT contratualizado 2019)	30 set 2021	Cumpriu / não cumpriu / superou
2.3	Realização	Serviços da Administração Pública apoiados	Nº	2	8	s.d.	
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	%		75	s.d.	
4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia final - Edifícios públicos	KWh/ano	4.604.600	6.180.000	0	Não cumpriu
	Resultado						
5.2	Realização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Nº	1	1	(Sistema de Videovigilância aprovado)	
	Resultado	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Nº	12	12	s.d.	
		Incremento das acessibilidades à informação disponibilizada e partilhada nos sistemas de informação	%	43,75	43,75	s.d.	
6.3	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Visitantes /ano	20.000	83.000	s.d.	

		Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio			760	s.d.	
	Resultado						
8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	74	170	s.d.	
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%		50	s.d.	
8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	Nº	15	38	(50 operações aprovadas /em execução)	
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº		53	s.d.	
9.1	Realização	Projetos de inovação e experimentação social aprovados	Nº	1	1	0	Não cumpr iu
		Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Nº	103	274	0	Não cumpr iu
	Resultado	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	%	70	90	0	Não cumpr iu
9.7	Realização	Equipamentos de saúde apoiados	Nº	7	7	(7 operações de equipamentos de saúde aprovadas /em execução)	
	Resultado	Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde	%	15	15	s.d.	
10.1	Realização	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Nº	1	1	(aprovada a 1ª fase e submetida a 2ª fase)	
	Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram aproximando-se ou superando o valor esperado	%		60	s.d.	
10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº/anual	5171	6795	s.d.	

	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	%	18	23	s.d.	
--	-----------	---	---	----	----	------	--

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 97:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	- Todos os indicadores de realização que constam do PDCT contratualizado têm metas associadas. - PI sem indicadores de resultado e metas – 4.3, 6.3 e 9.1. - Indicadores de realização e de resultado definidos em sede de Aviso, que não constam do PDCT contratualizado: Cf. Tabela abaixo - Indicadores contratualizados e Indicadores integrados nos Avisos lançados.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 97:

Indicadores contratualizados e indicadores integrados nos Avisos para apresentação de candidaturas

PI	Indicadores		PDCT (contratualizado)	PDCT (alterado em 2019)	AAC
2.3	Realização	Número de serviços da Administração Pública apoiados	x	x	x
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	x	x	x
		percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses face ao total de indivíduos			x
4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia final na iluminação pública	x		x
	Realização	Redução anual do consumo de energia final - Edifícios públicos		x	x
	Resultado	Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção			x
	Resultado	Consumo de energia final na iluminação pública			x
5.2	Realização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	x	x	x
	Resultado	Incremento da Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de Informação e de Monitorização		x	x
	Resultado	Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos	x	x	
6.3	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	x	x	x
	Resultado	Dormidas em unidades turísticas			x
8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	x	x	
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	x	x	
8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	x	x	
	Resultado	Postos de trabalho criados	x	x	x

		Postos de trabalho criados que se mantêm 12 meses após o fim do apoio			x
9.1	Realização	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	x	x	
	Resultado	Projetos de inovação e experimentação social aprovados		x	
	Resultado	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	x	x	
9.4	Realização	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	x		
	Resultado	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	x		
9.7	Realização	Equipamentos de saúde apoiados	x	x	x
	Resultado	População abrangida por serviços de saúde melhorados (n.º pessoas)			x
	Resultado	Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde	x	x	x
10.1	Realização	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	x	x	
		Medidas de cada operação implementadas			x
		Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas envolvidas na Operação			x
	Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram aproximando-se ou superando o valor esperado	x	x	
		Redução da percentagem de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos			x
		Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos			x
10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	x	x	x
	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	x	x	x

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

O processo de implementação do PDCT alterou os resultados inicialmente esperados e o contributo esperado deste instrumento para os Eixos e Medidas do PDCT e para os Objetivos e Medidas da EIDT.

Destacam-se como principais resultados esperados, a melhoria das infraestruturas escolares e dos equipamentos de saúde, a valorização do património cultural e natural. A Promoção das TIC na administração e serviços públicos da administração local o combate ao insucesso e abandono escolar, o desenvolvimento de empresas de pequena escala e a criação de emprego incluindo autoemprego.

O PDCT perdeu relevância na promoção da inclusão social e, contrariamente ao inicialmente previsto, não terá contributo para a promoção da eficiência energética. O contributo para a criação de emprego poderá também ser inferior ao inicialmente previsto.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	<p>Contributo para o Eixo 1 – Reforço da sustentabilidade e eficiência</p> <p>- Este contributo decorre principalmente da execução da Medida 1.2 – Comunidades e territórios sustentáveis, que mobilizou as PI 9.7, 10.5 e 6.3 e tem como principais resultados esperados a melhoria dos equipamentos e saúde e escolares e a valorização do património cultural e natural.</p> <p>- O contributo será, contudo, inferior ao esperado, face à não execução da Medida 1.1 – Programa Oeste+ que mobilizava a PI 4.3 - Promoção da eficiência energética.</p> <p>Contributo para o Eixo 2 – Reforço da inclusão social e emprego</p> <p>- Este contributo decorre da execução da Medida 2.1 – Programa + talento e competências que mobilizou a PI 10.1 e da Medida 2.3, que mobilizou as PI 8.3 e 8.8.</p> <p>- Os principais resultados esperados são o combate ao insucesso e abandono escolar, a criação de emprego incluindo autoemprego e o desenvolvimento de empresas de pequena escala.</p> <p>- O contributo para este Eixo será também inferior ao esperado, face à ausência de perspectivas de execução da Medida 2.2 – Programa de apoio à inclusão social e qualidade de vida, devido à não operacionalização das PI 9.1 e 9.4.</p> <p>O contributo para a criação de emprego também poderá ser inferior ao esperado.</p> <p>Contributo para o Eixo 3 – Sociedade Digital</p> <p>- Este contributo decorre da execução da Medida 3.1 – Programa Oeste Digital 3.0, que mobilizou a PI 2.3.</p> <p>- Os resultados esperados são a Promoção das TIC na administração e serviços públicos da administração local e deverão ser equivalentes ao previsto.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Contributo para o desenvolvimento do território

Face às dinâmicas de aprovação e de execução, **os Eixos de intervenção e Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT que terão maior contributo do PDCT são os seguintes**, tendo em conta as boas perspectivas de execução principalmente nas PI 9.7, 10.5 e 6.3 (infraestruturas de saúde, infraestruturas escolares e valorização do património natural e cultural), mas também na PI 2.3 (melhoria do acesso às TIC- apoio à modernização da administração local):

- E9. Inclusão Social. OE: Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada, devido aos resultados esperados resultantes da mobilização das PI 9.7, 10.5 e 10.1 No entanto, face às perspectivas de não execução das operações da PI 9.1 e 9.4, o contributo do PDCT para este Objetivo Estratégico deverá ser inferior ao esperado.
- E12. OE: Turismo: Criar um destino turístico de proximidade que se distingue pela diversidade concentrada e pela complementaridade e inovação das experiências oferecidas. Apesar de, na PI 6.3 o património cultural elegível ser apenas o património classificado como nacional, o que determinou a não elegibilidade de alguns projetos, o montante financeiro afeto a esta PI foi reforçado na reprogramação de 2019 e há boas perspectivas de execução.
- E1. Sociedade Digital. OE: Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias. Face à perspectiva de cumprimento das metas associadas à PI 2.3, o contributo efetivo do PDCT para este objetivo deverá ser equivalente ao esperado.
- M7. Comunidades Sustentáveis, face às boas perspectivas de execução nas PI 10.5 e 9.7.

O PDCT deverá também ter contributos para o seguinte Objetivo Estratégico e Medidas:

- E8. Mercado de Trabalho e Emprego. OE: Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste;
- M4. Rede Oeste Empreendedor;

- M6. Oeste Emprego.

No entanto, os resultados esperados ao nível da criação e manutenção do emprego e da redução da taxa de desemprego, poderão ser inferiores ao esperado. Apesar da procura elevada nas PI/TI do SI2E, principalmente no caso da PI 8.8, a execução foi limitada pelas exigências relativamente à criação e manutenção de emprego e pela reduzida competitividade do apoio face aos instrumentos do IEFP. Com a crise económica provocada pela situação pandémica, muitos beneficiários acabaram por não avançar com a componente financiada pelo FSE dirigida ao emprego.

Os Objetivos Estratégicos e Medidas da EIDT que terão um contributo muito reduzido ou mesmo nulo do PDCT são os seguintes, tendo em conta as perspetivas de não implementação das PI 4.3 (Eficiência energética nas infraestruturas públicas), PI 9.1 e PI 9.4 (Inclusão social):

- E7. Sustentabilidade e Eficiência. OE: Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes;

- M9. Programa E+;

- M8. Rede Regional de Serviços de apoio à inclusão social.

SQ28. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT e EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	Esta articulação aconteceu <i>à posteriori</i> , com a busca de financiamento para projetos não abrangidos pelo PDCT, assumindo uma lógica de compensação, como referido na resposta à SQ.3 – Indicador 13.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Viseu, Dão e Lafões



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

CIM Viseu, Dão e Lafões

Região: Centro - NUT III Viseu, Dão e Lafões

Municípios: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela.

População total: 252 984 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

“Em 2014, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu a elaboração de um Estudo visando a adequada aplicação e a majoração dos impactos na região Viseu Dão Lafões dos Fundos Europeus do período de Programação Financeira 2014-2020; Este Estudo envolveu a apresentação fundamentada de propostas para a configuração do ITI, incidindo sobre iniciativas e projetos estruturantes, sobre o modelo de governação e sobre as formas organizativas e a capacitação regional para acompanhar, dinamizar, coordenar, avaliar e amplificar os efeitos da aplicação dos Fundos Europeus, assumindo-se, por isso, como um instrumento de apoio à tomada de decisões e iniciativas no futuro, quer pela CIM quer por cada um dos municípios que a integram.

Posteriormente, submeteu a candidatura da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) no âmbito do Convite à apresentação de candidaturas N.º 01/2014 de 12/11/2014, ficando reunidas as condições para dar seguimento a esse trabalho através da proposta de Plano para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) que concretizasse os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), ancorados nas estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUT III, a qual tinha como dever contribuir para a prossecução de objetivos e prioridades de investimento identificadas no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação “Estratégia Europa 2020” e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

Após a conclusão do processo de seleção e aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão foi formalmente contratualizada com as Autoridades de Gestão dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65º do DL nº 137/2014, de 12 de setembro. O PDCT identifica as grandes oportunidades e prioridades em cada um dos catorze Municípios da região Viseu Dão Lafões” (adaptado de **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DA CIM DÃO LAFÕES** (2017 e 2018) no âmbito do contrato de delegação de competências com o programa CENTRO 2020, CIM VDL, setembro 2019).

A EIDT apresenta 5 Eixos, 11 Domínios Estratégicos, 14 Objetivos Estratégicos e 29 Linhas de Ação definidas para o Território Viseu Dão Lafões, sendo que apenas 8 dos OE apresentados se refletem no âmbito do PDCT.

Em sede de entrevista a CIM VDL referiu que não existe um melhor alinhamento entre o PDCT contratualizado e a EIDT, pois o instrumento não se concretizou como tinha sido inicialmente apresentado às CIM. Definiu-se uma estratégia e um Plano de Ação para

implementar essa estratégia, com muitos projetos intermunicipais, contudo, é difícil implementar Projetos Intermunicipais, acabou por ser um conjunto de projetos municipais e num uma estratégia integrada intermunicipal.

Nos Pactos deveriam ser implementados projetos de eficiência coletiva intermunicipal, pois a CIM tem uma estratégia para as várias áreas de intervenção.

O Pacto foi apresentado de uma forma e depois foi executado como algo completamente diferente.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1a. As Medidas e operações previstas no PDCT tinham um contributo esperado para a concretização da EIDT	Todas
Indicador 1b: Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT	Objetivos Estratégicos da EIDT que não têm correspondência direta no PDCT: <ul style="list-style-type: none"> – OE1. Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local – OE2. Promover o Empreendedorismo e Estimular e Promover a Quadruple Hélix de Inovação na Sub-Região – OE3. Desenvolver na sub-região um sistema urbano policêntrico que contribua para a competitividade e coesão regional – OE5. Articular as Redes de Acessibilidades e Organizar os Sistemas de Transportes em torno da Mobilidade Sustentável – OE11. Modernizar e melhorar a qualidade de serviço da Administração Local e a dimensão intermunicipal – OE12. Adotar modelos e instrumentos inovadores de governança e promover as redes de cooperação
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	Grau de cobertura dos Eixos e dos Objetivos específicos da EIDT: <ul style="list-style-type: none"> – - Eixos Estratégicos parcialmente cobertos/com contributos esperados do PDCT: 5 – - Eixos estratégicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 3 – - Objetivos Específicos parcialmente cobertos/com contributos esperados do PDCT: 8 – - Objetivos Específicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 6

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O PDCT foi uma estruturação da EIDT perante os Avisos disponibilizados às CIM. A EIDT é uma estratégia regional coerente e com respostas estratégicas para o território de Viseu Dão Lafões, numa lógica de eficiência coletiva intermunicipal. O grau de cobertura dos objetivos da EIDT não foram totalmente correspondidos, por não terem saído Avisos, tendo em algumas situações já sido dinamizadas redes no terreno.

Alinhamento do PDCT CIM VDL com os Eixos Estratégicos e da EIDT

Eixos EIDT	PI / TI mobilizáveis
Eixo 1	OT2/PI 2.3 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local
Eixo 8	OT 3 Medida 4 (FEADER) – investimentos em ativos físicos – Ação 3.4 (PDR 2020) – infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária).
Eixo 2	OT4/PI 4.3 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação

Eixo 7	OT5/PI5.1 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos: o apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas,
Eixo 7	OT5/PI5.2 - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil.
Eixo 7	OT6/PI 6.1 - Investimento no setor dos resíduos (apoio a investimentos municipais ou intermunicipais quando a geografia da intervenção é coincidente com a ITI e apenas para ações de educação e sensibilização ambiental
Eixo 6	OT6/PI 6.3 - Apoio ao investimento na proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural
Eixo 3	OT8/PI 8.3 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas.
Eixo 3	OT8/PI 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas
Eixo 4	OT9/PI 9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco
Eixo 4	OT9/PI 9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco
Eixo 4	OT9/PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
Eixo 4	OT9/PI 9.7 – investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais
Eixo 5	OT10/PI10.1 – Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino
Eixo 5	OT10/PI10.5 – investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico

Fontes: 2014, EIDT Viseu Dão Lafões; 2015, PDCT – CIM Viseu Dão Lafões

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM, a CIM VDL avalia as prioridades de investimento, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 3,5 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI consideradas totalmente adequadas (grau de adequação 6): 10.1 e 10.5. - PI consideradas bastante adequadas (grau de adequação 5): 6.3, 8.3 e 8.8 - PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 4): 2.3 e 9.7 - PI consideradas adequadas (grau de adequação 3): 5.1 - PI consideradas pouco adequadas (grau de adequação 2): 3.4 - PI consideradas nada adequadas (grau de adequação 1): 4.3, 5.2, 6.1, 9.1 e 9.4
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	<p>A CIM VDL na resposta ao Inquérito às CIM, referiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> - dar a possibilidade de contratualizar com todos os PO e permitir contratualizar estratégias de eficiência coletiva em vários domínios temáticos, com os atores do território. <p>Na entrevista a CIM referiu não existir um alinhamento entre a EIDT e a execução do PDCT pois ficaram condicionados aos Avisos abertos.</p>

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma forte redução de - 49,37% no momento da contratualização, verificando-se a redução das dotações propostas para várias PI, exceto nas PI: 5.1, 6.1, 8.3, 8.8, 9.4 e 10.1 que mantiveram a dotação proposta.</p> <p>No momento da contratação as PI com maior peso eram as PI 10.1 e 10.5.</p> <p>Da candidatura à contratualizações as principais variações foram nos cortes das PI 6.3, 10.5 e 9.7.</p> <p>Ao longo da execução, a CIM VDL sentiu necessidade de reforçar, sobretudo, as PI 9.7, 10.5 e 8.8.</p>
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A CIM considera que o financiamento contratualizado foi tendencialmente baixo face às necessidades das PI, tendo avaliado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Financiamento ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3, 9.7, 10.1 e 10.5. - Subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 3.4, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1 e 9.4

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5 E 6:

Segundo a entrevista com a CIM VDL, o balanço da alocação de verbas nos PDCT é de um Subfinanciamento, sendo que alguns Avisos abriram já em overbooking (como foi o exemplo da área da saúde e educação) verificando-se, tendencialmente, que existem muito mais candidaturas do que verbas disponíveis.

No POSEUR a questão dos riscos, há falta de instrumentos para a face seguinte, a CIM considerou que há Plano e não há verba para implementar os projetos.

Outra avaliação de subfinanciamento é o PAPN, para o qual têm candidaturas com proposta de aprovação, mas há uma falta disponibilidade orçamental para aprovar os respetivos projetos.

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

Programa	Fundo	Eixos EIDT	PI / TI mobilizáveis	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual (30/09/2021)		Varição candidato/contratualizado	Varição contratualizado / dotação atual
				€	%	€	%	€	%	%	%
POCENTRO	FEDER	Eixo 1	OT2/PI 2.3	5 044 590,90	6,4	2 299 165,00	5,80	2 704 900,00	4,65	-54,42%	17,65%
PDR2020	FEADER	Eixo 8	OT 3 - Ação 3.4 (PDR 2020)	947 415,00	1,2	805 303,00	2,03	792 627,01	1,36	-15,00%	-1,57%
POCENTRO	FEDER	Eixo 2	OT4/PI 4.3	5 439 964,10	7,0	3 736 411,30	9,43	3 464 598,00	5,95	-31,32%	-7,27%
POSEUR	FUNDO COESAO	Eixo 7	OT5/PI5.1	140 000,00	0,2	140 000,00	0,35	164 701,00	0,28	0,00%	17,64%
POSEUR	FUNDO COESAO	Eixo 7	OT5/PI5.	437 500,00	0,6	140 000,00	0,35	157 113,00	0,27	-68,00%	12,22%
POSEUR	FUNDO COESAO	Eixo 7	OT6/PI 6.1	30 000,00	0,0	30 000,00	0,08		0,00	0,00%	-100,00%
POCENTRO	FEDER	Eixo 6	OT6/PI 6.3	25 809 220,40	33,0	5 316 750,00	13,42	6 201 893,00	10,66	-79,40%	16,65%
POCENTRO	FSE	Eixo 3	OT8/PI 8.3	3 500 000,00	4,5	3 500 000,00	8,84	548 160,00	0,94	0,00%	-84,34%
POCENTRO	FEDER	Eixo 3	OT8/PI 8.8	1 700 000,00	2,2	1 700 000,00	4,29	13 297 496,00	22,85	0,00%	682,21%
POISE	FSE	Eixo 4	OT9/PI 9. 1	1 195 422,20	1,5	1 067 922,20	2,70		0,00	-10,67%	-100,00%
POISE	FSE	Eixo 4	OT9/PI 9.1	549 714,02	0,7	677 214,82	1,71			23,19%	-100,00%
POISE	FSE	Eixo 4	OT9/PI 9.4	1 547 363,00	2,0	1 547 363,02	3,91			0,00%	-100,00%
POCENTRO	FEDER	Eixo 4	OT9/PI 9.7	5 491 000,00	7,0	2 265 250,00	5,72	2 967 137,00	5,10	-58,75%	30,98%
POCENTRO	FEDER	Eixo 5	OT10/PI10.1	9 563 925,99	12,2	9 563 925,99	24,14	5 625 839,00	9,67	0,00%	-41,18%
POCENTRO	FSE	Eixo 5	OT10/PI10.5	16 849 295,56	21,5	6 824 017,00	17,23	18 859 550,00	32,41	-59,50%	176,37%
TOTAL				78 245 411,17		39 613 322,33		54 784 014,01		-49,37%	38,30%

Fontes: 2014, EIDT Viseu Dão Lafões; 2015, PDCT – CIM Viseu Dão Lafões; Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado (2015): - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto as PI 3.4 e 4.3 - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos exceto 63 (e 3.4 e 4.3 sem indicador de resultado)
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Em termos de indicadores, os mesmos não foram ainda revistos pelo que estão bastante desfasados da execução, não foram atualizados em função das reprogramações
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos no mesmo território, contudo, o problema que se coloca é de Governança do Território. As CIM devem ter a capacidade maior autonomia e a responsabilidade de encontrar os parceiros estratégicos para intervir no território.

A CIM recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para a concretização das Prioridades Estratégicas da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM referiu a articulação com os seguintes instrumentos: - Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas; - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes - Planos Municipais para a Igualdade, - Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios, - Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS, - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD, - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE, - Plano de Ação de Regeneração Urbana - PARU, - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado mediano pela CIM VDL (4 numa escala de 1 a 6). Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da CIM ao Inquérito às CIM. A EIDT sinalizou áreas de investimento a financiar fora do âmbito do PDCT.

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT2020 e com outras fontes de financiamento, na fase de programação e na fase de implementação. Foram vários outros instrumentos mobilizados, quer dentro do PT 2020, quer noutros instrumentos como seja LIFE, INTERREG, etc...
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A articulação foi feita à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A CIM VDL atribuiu uma pontuação média de 3,1 (numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM.</p> <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM como bom (4) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia - Criação de novas parcerias nos territórios - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM como mediano (3) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos. - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT <p>O contributo do modelo foi considerado pela CIM baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade do processo de seleção; - Simplificação do processo de seleção
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A CIM VDL considerou o processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização com um contributo médio (pontuação 3 numa escala de 1 a 6), tendo considerado que o contributo foi:</p> <p>Bom contributo (4 numa escala de 1 a 6)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...) - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso <p>Contributo médio (3 numa escala de 1 a 6)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção

- Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados

Contributo fraco (2 numa escala de 1 a 6)

- Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso
- Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Em sede de entrevista a CIM VDL referiu que os Pactos deveriam valorizar projetos de eficiência coletiva intermunicipal, considerando a estratégia que a CIM VDL tem já para as várias áreas de intervenção. A CIM criou uma plataforma de redes intermunicipais para as seguintes áreas:

- Rede de Educação: escolas, EP,
- Rede Emprego, Empresas, Empreendedorismo: Associação empresarial
- Rede Coesão social
- Rede Qualificação e mercado de Trabalho
- Comissão para a Proteção Civil

Em termos de balanço foram elaborados vários projetos intermunicipais para a coesão social e não saíram Avisos, com a pandemia foi pedido a reprogramação do PDCT para reafectar essas verbas à educação, o que desmotivou uma rede dinamizada no terreno sem aprovar projetos.

No âmbito da Eficiência Energética a aposta da CIM nas piscinas, revelou enormes dificuldades de articulação com a DGEE.

Uma área cujo balanço foi bastante positivo foi o Empreendedorismo, com o SI2E e o PAPN, que correram muito bem e onde se verificou uma evolução efetiva face ao QREN para os instrumentos de apoio ao empreendedorismo/empresas.

A sugestão que a CIM VDL deixa para futuro é um envelope financeiro aprovado “à cabeça” para a estratégia intermunicipal. A CIM tem agora competências para diversas áreas, nomeadamente: Florestas e Proteção Civil; Turismo; Empreendedorismo; Coesão Social; Mobilidade e transportes; ... - pelo que será de valorizar PROJETOS ESTRATÉGICOS INTERMUNICIPAIS.

Exemplos de Projetos Intermunicipais desenhados e não implementados:

- Rede de Coesão Social - a CIM não tinha competências, contudo, efetuou levantamento de Boas Práticas nos Municípios (identificando os vários projetos da SS/ Misericórdias / Banco Alimentar/ entre outras organizações) e desenhou um Compromisso Social Dão Lafões

A CIM VDL é também líder e executora de várias iniciativas de intervenção supramunicipal com taxas de execução de sucesso, nomeadamente, através da implementação dos projetos "Modernização Administrativa-1 Modelo, Catorze Municípios", "Promoção do Empreendedorismo na Região Viseu Dão Lafões" e "Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Viseu Dão Lafões" aprovados pelo POR Mais Centro (FEDER total 2.287.959,93€).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos</p> <p>PI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI 6.3 – Património natural e cultural</p> <p>PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde</p> <p>PI 10.1 – Redução do abandono escolar.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal).</p>

Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	Em sede de candidatura ao PDCT (em 2015) foram propostas 17 Operações de natureza intermunicipal , num total de 259 operações (peso de 6,6% das operações intermunicipais) a que correspondia um investimento total de 11 430 165,00€ (14,6 % do total apresentado em candidatura a PDCT) .
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos na candidatura: Educação - 5 Ação Social - 3 Emprego - 2 TIC - 2 Alterações climáticas - 1 Prevenção de riscos - 1 Património natural e cultural - 1 Resíduos - 1 Eficiência energética - 1
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	Em sede de candidatura foram identificados como copromotores (que não CIM e municípios): Administração pública local/Associações de regantes/outros similares Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº entidades: 2 Nº de operações: 2 (0,78%) Montante total contratualizado: 378 250€ (0,48%) Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº de operações: 2 (0,78%) Montante total contratualizado: 427 053€ (0,54%) Direção Regional da Cultura do Centro Âmbito: intervenção na PI 6.3 – Património natural e cultural Nº de operações: 10 (3, 86%) Montante total contratualizado: 4 254 00€ (5,44%)

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de Natureza Intermunicipal

(PDCT contratualizado em 2015)

PI	Designação da Operação (PDCT contratado 2015)	Investimento	Peso no PDCT %
PI 02.03	Modernização Administrativa - Serviços Municipais e Inter-Municipais nova geração	1 700 000,00	2,17%
PI 02.03	Plataformas de proximidade com cidadão e coesão territorial	599 165,00	0,76%
PI 04.03	MSME	425 000,00	0,54%
PI 05.01	Preparar Hoje o Futuro - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	140 000,00	0,18%
PI 05.02	Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal	140 000,00	0,18%
PI 06.01	Resíduos com valor	30 000,00	0,04%
PI 06.03	Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões	680 000,00	0,86%
PI 08.03	Sistema de apoio à criação de emprego VDL	3 500 000,00	4,47%
PI 08.08	Sistema de incentivos às empresas VDL	1 700 000,00	2,17%
PI 09.01	Centro de competências, parcerias e recursos para a intervenção e inovação social	170 000,00	0,21%
PI 09.01	Plataforma VDL Social: mapeamento de carência e recursos sociais	85 000,00	0,11%
PI 09.01	Gestão e formação de bolsa oferta/procura de voluntariado	127 500,00	0,16%

PI 10.01	Plataforma de Gestão da Educação	433 500,00	0,55%
PI 10.01	Plataforma Gestão Viseu Educa	68 000,00	0,08%
PI 10.01	Pacto para a Educação em VDL	1 062 500,00	1,34%
PI 10.01	Pacto para a Empregabilidade em VDL	212 500,00	0,27%
PI 10.01	Empreendedorismo nas escolas da CIM VDL	357 000,00	0,46%
TOTAL		11 430 165,00	14,61%

Fonte: PDCT – CIM Viseu Dão Lafões (2015)

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>O grau médio de participação de entidades representativas na definição da EIDT (1-não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIM VDL ao Inquérito às CIM, foi de bastante positivo (média de 5,1):</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR; - Entidades representativas do Setor económico; - Entidades representativas do Setor social; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). <p>Participaram com frequência (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agências públicas da administração Central. <p>Participaram com frequência moderada (grau 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor ambiental; - Agências públicas da administração regional. <p>Participaram (grau 3)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>O tipo de participação foi, sobretudo, nas Sessões Públicas de debate, pela grande maioria das entidades.</p> <p>As exceções a este tipo de participação foram por parte das Juntas de freguesia que apenas participaram através da resposta a inquérito e as entidades do setor ambiental, em que a sua participação foi ao nível da recolha formal de pareceres e contributos.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Tipo de resultados gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Sessões públicas de debate	Resposta a questionário	Recolha formal de pareceres e contributos
Municípios	6	Substantiva	x		
Juntas de freguesia	3	Formal		x	
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva	X		
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	6	Substantiva	X		
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	X		x
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	6	Substantiva	X		
Agências públicas da Administração Central	5	Substantiva	x		
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	4	Substantiva	x		
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	6	Substantiva	x		

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os *stakeholders* envolveram-se de forma continuada, exceto as Juntas de Freguesia e as Entidades Representativas do sector ambiental. O funcionamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com funções de acompanhamento do PDCT, contribui para o envolvimento dos *stakeholders* na implementação e contribui para a articulação institucional subjacente à implementação das operações.

O seu envolvimento, e a respetiva consolidação de parcerias, facilitou o alargamento do âmbito de atuação e contribuiu uma multidimensionalidade das intervenções, bem como complementaridade com outras intervenções no Território VDL.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>Segundo a resposta da CIM VDL ao inquérito às CIM, identificaram que o nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> foi:</p> <p>De forma continuada pelos Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Entidades representativas do sector económico e do sector social; Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada, e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas);</p> <p>Pontualmente pelas Juntas de Freguesia; Entidades representativas do sector ambiental.</p> <p>Os que se envolveram de forma continuaram, participaram em sessões públicas e de debate, as Juntas de Freguesia participaram através de Recolha de pareceres e contributos e as Entidades do sector ambiental o seu envolvimento foi ao nível da inclusão em grupos de trabalho.</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>Os resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i> identificado pela CIM VDL foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade de intervenções; - Construção de parcerias; - Alargamento do âmbito de atuação.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	A CIM VDL classificou as competências delegadas pelos POR, POISE e POEUR enunciadas no Inquérito às CIM, com um elevado grau de adequação (6 numa escala de 1 a 6, sendo 6 totalmente pertinente).

Indicador	Resposta/Evidências
	Relativamente ao PDR , a CIM VDL não avaliou (N/A) a Delegação de competências.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIM classificou como positivo o contributo para todas as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários. - Monitorização de resultados; - Resposta a necessidades do território.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do POISE, POISE e POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>A CIM VDL considerou que mecanismos de articulação com o POR funcionaram muito bem (numa escala de 1 a 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódica (6); - Emissão de pareceres (5); - Reuniões de coordenação (5); - Ligação com um ponto focal (5)
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>Relativamente à articulação com o POISE e POSEUR não avaliaram.</p> <p>No que diz respeito à articulação com o PDR todos os mecanismos de articulação não funcionaram (1).</p>

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIM classificou como moderadamente adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou as suas competências como totalmente adequadas, mas referiu o número insuficiente de elementos que a compõem.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.

Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM VDL classificou como pouco adequada esta dotação (grau de adequação 2, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 5 Elementos externos: 1
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM VDL classificou a sua equipa técnica como adequada relativamente à dimensão (numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIM VDL classificou, na sua resposta ao inquérito, as competências dos elementos da equipa técnica, como totalmente adequadas (6 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada). Durante a entrevista foi referido que a CIM VDL já tinha um vasto trabalho com várias áreas, nas escolas foi muito fácil. Nas áreas onde não tinham tradição de intervenção foi na Coesão Social e nas Florestas, mas organizaram o território com a dinamização dos atores que estão no terreno.
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Insuficiente número de elementos da Equipa Técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	Segundo a resposta ao inquérito, a CIM VDL desenvolveu ações para capacitação nas seguintes áreas: - Contratação Pública; - Monitorização e Avaliação.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A avaliação da adequação das ações de capacitação desenvolvidas, foi mediana (3) numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada para todas as ações desenvolvidas nas seguintes áreas: - Sistemas de Informação; - Monitorização e Avaliação; - Conceção de documentos estratégicos e de programação; - Contratação pública; - Critérios de análise de projetos.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	NR

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	NR
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p>PI 6.3 – <u>Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural.</u> (CENTRO-14-2021-19).</p> <p>- Constitui critério de elegibilidade a demonstração de enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de caráter setorial ou regional.</p> <p>PI 8.3/8.8 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) –(CENTRO-M7-2017-18):</p> <p>- Majoração do período de comparticipação das remunerações dos postos de trabalho para projetos situados em território de baixa densidade.</p> <p>- Majoração da taxa de cofinanciamento, para projetos enquadrados no Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos: projetos inscritos no Programa de Ação aprovado para o período 2014-2010, na Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE</p> <p>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais (CENTRO-42-2019-01). Os apoios as infraestruturas sociais, estão condicionados ao Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede de Cuidados Continuados Integrados -, aprovado pela Comissão Europeia.</p> <p>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. (CENTRO-66-2020-84).</p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

TABELA SÍNTESE — INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	NR

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Na entrevista a CIM VDL referiu que o papel das CIM no processo dos Avisos é reduzido e que isso não faz sentido.

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Foi lançado concurso para as tipologias de intervenção contratualizadas (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021 e execução PDCT/PDR):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 3.4 - Investimentos em ativos físicos – Ação 3.4 (PDR 2020);</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local;</p>

	PI 6.3 – Património natural e cultural; PI 5.1 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos; PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local; PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis – cultura para todos (todas as candidaturas foram desistidas); PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde; PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRII – Transição Digital da Educação. PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário. Tipologias previstas sem concurso lançado: PI 6.1 – Investimento no setor dos resíduos
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	NR

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	NR
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	NR
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	NR

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo devido principalmente ao tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3, 8.8, 4.3 e 9.7. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 5.1 e 5.2.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	1	1	272	92	364
4.3	4	4	604	10	614
5.1	1	1	73	12	85

5.2	1	1	192	26	218
6.3	10	9	434	183	586
8.3	55	48	487	165	651
8.8	66	66	485	131	616
9.1	1	0	0	0	0
9.7	5	5	163	447	610
10.1	1	1	308	27	335
10.5	34	34	288	82	370
M04 PDR	5	5	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Total	184	175	331	118	445

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (proteção civil, conservação e proteção do património, segurança social, educação, etc...). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos):</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local</p> <p>O Aviso define como entidades responsáveis pela avaliação de mérito e decisão de financiamento, as CIM com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria. (CENTRO-03-2017-52)</p> <p>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos.</p> <p>As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. Consoante o tipo de operação, terão ainda que ter Parecer da APA I.P. e/ou da GNR. (Aviso POSEUR-10-2016-43, Versão 1.3 de 07 de julho de 2016).</p> <p>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais.</p> <p>- No caso das operações candidatas que correspondam a requalificação, remodelação ou adaptação de equipamento social, sem aumento da capacidade instalada, e estes tenham acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, é emitido parecer não vinculativo pelo Instituto da Segurança Social, I.P.</p> <p>- Enquadramento no exercício de planeamento da saúde (mapeamento), definido no n.º 4 do artigo 247.º do REISE). (CENTRO-42-2021-20).</p> <p>PI 10.1 – Planos Inovadores de Combate ao Insucesso escolar.</p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (CENTRO-66-2016-15).</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário).</p> <p>Critérios de elegibilidade das operações:</p> <p>- Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE;</p> <p>- Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização;</p> <p>- No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura. (<</p> <p>- Intervenções que apresentem enquadramento no exercício de identificação de escolas escolas de acordo com o fixado no anexo ao Despacho n.º 6573-A/2020, de 23 de junho, as operações com enquadramento na seguinte tipologia, de acordo com a alínea d) o artigo 38.º do RECH: (CENTRO-73-2020-11).</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	NR
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	NR
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A CIM VDL identificou, na resposta ao Inquérito às CIM, os seguintes atores envolvidos na monitorização: - Autarquias; - Conselho Intermunicipal;
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	NR Em sede de entrevista foi facultado o Relatório de Execução 2017/2018 e pretende realizar avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	NR No caso do Relatório de Execução foi a CIM VDL.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	NR

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de reatividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	NR .

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foram realizadas alterações ao PDCT que acompanharam os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> - Reprogramação financeira anual; - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Redefinição de metas.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	NR
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	NR

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	NR

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas **673 candidaturas**, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas na PI 8.8 e na PI 8.3.

Destaca-se, contudo, a baixa taxa de admissibilidade na 8.8 e a elevada taxa de reprovação nas PI 10.1 e a desistência da única candidatura apresentada na PI 9.1., cuja dotação financeira foi anulada.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 673 candidaturas com um custo total de 149 547 623,62 euros.</p> <p>É na PI 8.8 que se verifica a maior incidência de candidaturas (com 5,8% do número total de candidaturas submetidas) e corresponde a 47% dos Pedidos de Apoio submetidos a esta CIM.</p> <p>Importa, também dar significado à PI 10.5 a qual apesar do número de candidatura não ser muito grande (apenas 9,2% do total de candidaturas submetidas) corresponde a cerca de 22,3% dos orçamentos candidatos à CIM TS.</p> <p>Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>Taxa de admissibilidade - é particularmente baixa nas PI 4.3 e 8.8, as únicas onde se situa a baixo dos 60%, as restantes PI apresentam uma taxa bastante positiva</p> <p>Taxa de aprovação - Os pontos críticos são nas PI 4.3, 8.3, 8.8 e 10.1</p> <p>Taxa de reprovação - Considerando o número total e as candidaturas não aprovadas é na PI 10.1 que apresenta maior número de reprovações</p> <p>Taxa de desistência - Apenas com relevância nas PI 9.1 (100%)</p> <p>Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.</p>
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	NR

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:**Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento**

PI	Nº	%	€	%
2.3	1	0,1	2 542 606,00	1,7
3.4	6	0,9	887 975,62	0,6
4.3	17	2,5	7 959 035,00	5,3
5.1	1	0,1	164 706,00	0,1
5.2	1	0,1	164 706,00	0,1
6.3	17	2,5	8 606 734,00	5,8
8.3	165	24,5	4 771 592,00	3,2
8.8	382	56,8	71 228 748,00	47,6
9.1	1	0,1	1 058 824,00	0,7
9.7	14	2,1	9 430 359,00	6,3
10.1	6	0,9	9 388 886,00	6,3
10.5	62	9,2	33 343 452,00	22,3
Total	673	100	149 547 623,62	100,0

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de Investimento												
	2.3	3.4	4.3	5.1	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	1	5	4	1	1	10	54	70		5	1	35	187
2. Não admitida			4					59					63
3. Não aprovada		1	2				89	60			2		154
4. Anulada							1						1
5. Desistida /rescindida/revogada			6			3	21	37	1			8	76
6. Submetida/admitida			1			4		156		9	3	19	192
Total Geral	1	6	17	1	1	17	165	382	1	14	6	62	673
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100%	100%	38%	100%	100%	77%	87%	58%	0%	100%	100%	81%	71%
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100%	83%	25%	100%	100%	77%	33%	31%	0%	100%	33%	81%	39%
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0%	17%	38%	0%	0%	0%	54%	53%	0%	0%	67%	0%	45%
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0%	0%	38%	0%	0%	23%	13%	16%	100%	0%	0%	19%	16%

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 69,8%. A PI 8.8 apresenta a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se em 28% e 44% respetivamente. As PI 4.3 e 8.3 apresentam a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.</p> <p>Encontram-se concluídas/encerradas 2 operações nas PI 5.1 e 5.2.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (30/09/21) €	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor 30/09/21) €	Fundo executado €	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado) %	Taxa de execução (executado/ contratualizado) %	Taxa de realização (executado /aprovado) %
2.3	2 704 900,00	1	2 299 165,00	2 210 100,00	85,0	81,7	96,1
3.4	792 627,01	5	792 627,01	178 096,57	100,0	22,5	22,5
4.3	3 464 598,00	4	2 703 405,00	234 721,00	78,0	6,8	8,7
5.1	164 701,00	1	153 584,00	153 584,00	93,3	93,3	100,0
5.2	157 113,00	1	134 369,00	134 369,00	85,5	85,5	100,0
6.3	6 201 893,00	10	5 208 177,00	1 834 846,00	84,0	29,6	35,2
8.3	548 160,00	54	497 093,00	51 083,00	90,7	9,3	10,3
8.8	13 297 496,00	70	6 291 104,00	3 690 543,00	47,3	27,8	58,7
9.7	2 967 137,00	5	2 522 067,00	1 614 605,00	85,0	54,4	64,0
10.1	5 625 839,00	1	4 781 963,00	1 075 317,00	85,0	19,1	22,5
10.5	18 859 550,00	35	12 833 691,00	5 644 213,00	68,0	29,9	44,0
Total	54 784 014,01	187	38 217 245,01	16 821 477,57	69,8	28,9	44,0

Fontes: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>Nas listas prévias do PDCT apresentado em 2015, constavam um total de 259 operações, em 15 PI, representando um orçamento total de 78 245 411,17€.</p> <p>À data desta avaliação, e de acordo com a lista de operações a 30/09/2021, no âmbito do PDCT para a CIM TS, estão previstas 189 operações (Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída), que representam uma dotação/Fundo de 38 217 245,01€ em 11 PI.</p> <p>(Notas: As candidaturas das PI 8.3 e 8.8, não tinham listas prévias de operações; os indicadores da dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2021) e das operações rececionadas são diferentes, não são comparáveis).</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	NR
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	As operações de natureza intermunicipal aprovadas (5) enquadram-se nas seguintes PI / TI: PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos PI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas PI 5.2- Planeamento e gestão de riscos PI 6.3 - Património natural e cultural PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde PI 10.1 - Redução do abandono escolar (Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas/aceites/submetidas 8 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIM VDL, com um investimento total aprovado em vigor de 7 445 737€ . A variação é baixa, pois verifica-se que uma operação se encontra no estado desistida e 2 estão ainda sem valores aprovados (encontram-se no estado "submetida"). As operações intermunicipais representam apenas 25,8% do fundo aprovado em vigor por PI, e no âmbito do PDCT correspondem a 20,3% do total aprovado em vigor. No PDCT contratualizado (versão de 2015 e última versão de 2021), estavam previstas 17 operações intermunicipais a que correspondia um investimento total previsto de 11 430 165,00€. (ver resposta à SQ 5).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Operações intermunicipais aprovadas

PI	Designação da Operação	Custo Total da Operação - Apresentado	Apoio Total Aprovado - Em Vigor	Variação	Estado da Operação
02.03	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo, Catorze Municípios	2 542 606,00	2 299 165,00	-0,02%	Em Execução
05.01	Preparar Hoje o Futuro - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	164 706,00	153 584,00	9,70%	Encerrada / Concluída
05.02	Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal	164 706,00	134 369,00	-4,02%	Encerrada / Concluída
06.03	Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões	110 588,00	76 656,00	-88,73%	Em Execução
09.01	Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos	1 058 824,00	0,00	-100,00%	Desistida
09.07	Projeto de Implementação de "Unidades Móveis de Saúde na Região Viseu Dão Lafões"	483 095,00	0,00	-100,00%	Submetida
10.01	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	5 625 839,00	4 781 963,00	-15,00%	Em Execução
10.01	Planos Integrados Inovadores Combate Insucesso Escolar - II	3 566 526,00	0,00	-100,00%	Submetida
TOTAL		13 935 771,50	7 445 737,00	-46,57%	

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais por PI

PI	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais)	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
contratualizadas após última alteração a 15-01-2021			
2.3	2 299 165,00	2 299 165,00	100,0
5.1	153 584,00	153 584,00	100,0
5.2	134 369,00	134 369,00	100,0

6.3	5 208 177,00	76 656,00	1,5
9.1	1 058 824,00		0,0
9.7	2 522 067,00	483 095,00	19,2
10.1	10 407 802,00	4 781 963,00	45,9
Total/PI	21 783 988,00	5 629 667,00	25,8
Total /PDCT	54 784 014,01	11 105 750,00	20,3

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIM e Municípios:</p> <p><u>Em sede de candidatura :</u> Administração pública local/Associações de regantes/outros similares Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº entidades:2 Nº de operações: 2 (0,78%) Montante total contratualizado: 378 250€ (0,48%)</p> <p>Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro Âmbito: intervenção na PI 3.4 – Reabilitação dos Regadios Nº de operações: 2 (0,78%) Montante total contratualizado: 427 053€ (0,54%)</p> <p>Direção Regional da Cultura do Centro Âmbito: intervenção na PI 6.3 – Património natural e cultural Nº de operações: 10 (3, 86%) Montante total contratualizado: 4 254 00€ (5,44%)</p> <p><u>Operações aprovadas:</u> Direção Regional da Cultura do Centro Âmbito: intervenção na PI 6.3 – Património natural e cultural Nº de operações: 2 Montante total contratualizado: 1 570 883€</p> <p>Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) Tipo de entidades: Empresas, Empresários e Associações direito privado Nº de operações: 54 Montante total contratualizado: 465 936€</p> <p>Microempreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8) Tipo de entidades: Empresas e Empresários Nº de operações: 226 Montante total contratualizado: 6 189 668</p>
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	De acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, as 2 operações encerradas concluíram antes data prevista.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão das operações, foi de cerca de 2 anos para as operações concluídas.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	NR

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 90:

Tempo de execução das operações concluídas, por Prioridade de Investimento

PI	Operações concluídas	Tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão	
	Nº	Nº de dias	Nº de meses

			aprox.
5.1	1	693	23
5.2	1	661	22

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

(1) 1 operação com data de assinatura do contrato posterior à data de conclusão efetiva da operação.

Nota: O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ25. O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	NR

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação estavam apenas concluídas 2 operações. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	NR

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	NR
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	NR
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2015 e 2021) têm metas definidas para 2023 e para 2018.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento.</p> <p>Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p>

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contribuído, embora variável, para todos os Objetivos Estratégicos do PDCT. Este contributo, nem sempre é equivalente ao esperado, devido a problemas observados ao nível da operacionalização das PI já referidas, dificuldades dos promotores e alterações ao nível dos investimentos e das dotações inicialmente contratualizadas.

O Balanço da Execução e dos Resultados/Metas ficará contudo, aquém da EIDT, segundo a opinião recolhida na entrevista, esta é a CIM da região Centro com a execução mais baixa. Importa, contudo, destacar alguns aspetos:

- O sucesso educativo só abriram agora Avisos;
- Na Coesão Social, não abriram Avisos;
- Há um conjunto de tipologias que contratualizaram que não vão ter execução;
- O território foi altamente fustigado pelos incêndios em 2017 e isso também fez com que algumas medidas não avançassem;
- Elevada falta de mão-de-obra nos setores da construção civil e turismo;
- Entre outros constrangimentos.

Assim, apesar da taxa de compromisso e de execução ser baixa, estão neste momento a aumentar a velocidade de execução.

Destacam-se os contributos esperados mais elevados para a qualificação dos equipamentos de proximidade, principalmente das infraestruturas educativas, onde se verifica o maior investimento no âmbito do PDCT.

Os contributos deverão ser inferiores ao esperado, principalmente no que respeita à promoção da inclusão ativa de grupos vulneráveis, devido à eliminação da dotação da PI 9.1 e desistência das candidaturas apresentadas no âmbito do programa Cultura para Todos, à promoção da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, e também no que respeita à criação de emprego.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>A implementação do PDCT, deverá contribuir de forma mais significativa para os seguintes Objetivos Estratégicos da EIDT</p> <p>Eixo 5 – Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino - Investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico <p><u>Indicadores contratualizados em PDCT (2023):</u></p> <p>10.1 – 1 Plano Inovador contra o Insucesso Escolar 10.1 – 60 escolas abrangidas 10.5 – Capacidade para acolher 9686 alunos 10.5 – Abranger 71,7% dos alunos</p> <p>Eixo 3 - Empreendedorismo e Empregabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas. - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas <p><u>Indicadores contratualizados em PDCT (2023):</u></p> <p>8.3 – 220 pessoas apoiadas 8.3 – 50 220 pessoas apoiadas que permanecem 12 meses após fim do apoio 8.8 – 23 empresas 8.8 – 32 postos de trabalho criados</p> <p>Na tabela abaixo é apresentada a análise dos contributos resultantes da implementação do PDCT, contudo, não temos disponíveis dados de execução dos indicadores e metas.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

Eixos EIDT	PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (30/09/21)	Fundo Contratualizado %	Objetivos
Eixo 5 - Educação	10.1	5 625 839,00	8,20	Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino
	10.5	18 859 550,00	27,48	investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico
	sub-total	24 485 389,00	35,68	
Eixo 3 - Empreendedorismo e Empregabilidade	8.3	548 160,00	0,80	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas.
	8.8	13 297 496,00	19,38	Desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas
	sub-total	13 845 656,00	20,17	
Eixo 6- Património Natural e Cultural	6.3	6 201 893,00	9,04	Apoio ao investimento na proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural
Eixo 2 - Eficiência Energética	4.3	3 464 598,00	5,05	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos
Eixo 4 - Inclusão Social	9.7	2 967 137,00	4,32	investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais
Eixo 1 - TIC	2.3	2 704 900,00	3,94	Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local
Eixo 8 - Infraestruturas Agrícolas	3.4	792 627,01	1,15	infraestruturas coletivas (regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária).
Eixo 7 - Sustentabilidade e Uso de Recursos	5.1	164 701,00	0,24	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos: o apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas,
	5.2	157 113,00	0,23	Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, de acordo com as medidas identificadas
	sub-total	321 814,00	0,47	

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI, OT.

III. REGIÃO ALENTEJO

Ficha de avaliação PDCT Alentejo Central



CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Região: Alentejo - NUT III Alentejo Central

Municípios: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

População total: 152.436 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e DLBC, asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT29. Qual o papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT?

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

A matriz de intervenção do PDCT da CIM do Alentejo Central contratualizado em 2015, encontrava-se alinhada com o quadro estratégico definido na EIDT reconhecida para este território. Todas as Medidas e investimentos previstos nos 5 Eixos de Intervenção do PDCT contribuíam para a concretização da EIDT.

No entanto, a EIDT desenhada para atender às opções de desenvolvimento regional e, em particular, às necessidades e desafios do território do Alentejo Central, ultrapassa o âmbito temático e o alcance do PDCT contratualizado e requer mobilização dos vários atores regionais para além dos municípios, bem como de outros instrumentos de financiamento. O contributo das intervenções previstas no PDCT para a concretização da EIDT é por isso parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção é limitado pela pré-definição das Prioridades de Intervenção e Tipologias de Ação mobilizáveis¹¹ e pelas verbas disponibilizadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	Os Eixos e Objetivos Estratégicos do PDCT estão alinhados com os Domínios Estratégicos da EIDT. Contudo, os seguintes Objetivos Específicos da EIDT não serão concretizados através do PDCT: Eixo A-OE-1. Incentivar a inovação empresarial num quadro de consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia; Eixo A-OE-2. Afirmar os sectores económicos estratégicos, tradicionais ou emergentes, no âmbito da RIS3 regional; Eixo A-OE-5. Reforçar as condições de atratividade económica da região; Eixo A-OE-6. Qualificar os recursos humanos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra à evolução do mercado; Eixo B-OE-3 - Explorar o capital existente no domínio da cooperação transfronteiriça;

¹¹ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT N° 03/2015 modificado em 21-04-2015.

	<p>Eixo B-OE-4 - Aumentar os níveis de desempenho e de qualificação do funcionamento e da prestação de serviços públicos;</p> <p>Eixo C-OE-4. Melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade;</p> <p>Eixo D-OE-5. Capacitar e dinamizar as instituições da economia social;</p> <p>Eixo E-OE-1. Promover a adoção de padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais e preservar a qualidade ambiental e paisagística da sub-região.</p> <p>Os 5 Eixos de intervenção do PDCT e respetivos Objetivos estratégicos estão ancorados nos 5 Domínios de intervenção da EIDT.</p> <p>Todas as intervenções previstas no PDCT contribuem para os objetivos estratégicos e para parte dos objetivos específicos da EIDT.</p> <p>(Cf. Quadro abaixo - Matriz de Coerência do PDCT contratualizado com a EIDT do Alentejo Central)</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Os Objetivos Estratégicos da EIDT são parcialmente cobertos pelo PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos específicos da EIDT que não têm correspondência com as Medidas do PDCT: 9 (40,9%). - Objetivos específicos da EIDT que são parcialmente cobertos pelo PDCT, já que nem todas as Linhas de Intervenção Prioritária, Projetos e Tipologias de projeto, estão cobertos ou podem ser concretizados no âmbito do PDCT: 13 (59,1%).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

A EIDT foi desenhada para atender às opções de desenvolvimento regional entretanto estabelecidas no Plano de Ação Regional Alentejo 2020 e, em particular, às necessidades e desafios do território do Alentejo Central. Traduzida em 5 Eixos de Intervenção Estratégica, 22 Objetivos Específicos e 29 Linhas de Intervenção, que ultrapassam o âmbito temático e o alcance do PDCT contratualizado e requerem a mobilização dos vários atores regionais para além dos municípios, bem como de outros instrumentos de financiamento do Portugal 2020 e outros.

O Quadro seguinte evidencia o alinhamento dos Eixos de intervenção e dos Objetivos Estratégicos do PDCT contratualizado, com os Domínios Estratégicos da EIDT.

Matriz de Coerência do PDCT contratualizado com a EIDT do Alentejo Central

Domínios Estratégicos da EIDT do Alentejo Central	Eixos de intervenção e Objetivos Estratégicos do PDCT do Alentejo Central		PI mobilizadas
	Eixo de intervenção	Objetivos Estratégicos	
A. Competitividade empresarial, emprego e internacionalização: apoiar o desenvolvimento e inovação empresarial, promover a valorização económica dos recursos territoriais regionais e reforçar a competitividade da base económica regional.	A. Empreendedorismo e emprego	- Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala e associadas à exploração de recursos endógenos.	PI 8.3 PI 8.8
B. Reforço e capacitação institucional: fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento.	B. Capacitação e Modernização da Administração Pública Local	- Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos.	PI 2.3
C. Organização e qualificação do território: implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade.	C. Qualificação e Valorização do Território e Utilização Sustentável de Recursos	- Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono.	PI 4.3 PI 6.3
D. Coesão social e qualidade de vida: inovação e coesão social e bem-estar da população.	D. Coesão Social	- Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza. - Qualificar as redes de equipamentos sociais. - Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar.	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI 10.5
E. Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas: proteção do	E. Proteção Ambiental	- Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas.	PI 5.1 PI 6.1

ambiente, preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais.		- Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.	
---	--	---	--

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020 (dezembro 2014); Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-006 Versão 3- Aprovada.

A análise da resposta da CIM ao Inquérito e da informação transmitida nas Entrevistas realizadas, permitiu concluir que as PI/Tipologias de Intervenção disponibilizadas eram adequadas e contribuíam para responder às prioridades e necessidades do território, embora de forma parcial.

Os Objetivos Específicos da EIDT com contributo esperado do PDCT, ainda que parcial, são os seguintes:

- Eixo A-OE-3. Valorizar economicamente os recursos endógenos e os ativos territoriais numa perspetiva de alargamento da base produtiva regional;
- Eixo A-OE-4. Fomentar o empreendedorismo, dinamizando a cultura empreendedora e apoiando a emergência, implementação e consolidação de iniciativas empresariais;
- Eixo B-OE-1. Intensificar as dinâmicas de parceria institucionais e aumentar os níveis de confiança e de cooperação institucional. Embora o âmbito temático do PDCT seja essencialmente do âmbito de intervenção das autarquias, são vários os casos em que está previsto o envolvimento e corresponsabilização explícita de entidades parceiras pela implementação de alguns dos mais relevantes projetos do PDCT com um âmbito intermunicipal: CIMAC, Municípios, ADRAL, ADL/GAL, NERE, Universidade, CCDR Alentejo, ICNF, Turismo do Alentejo, CD Segurança Social, Fundação Eugénio de Almeida, DR Cultura, CDOS/ANPC, etc.);
- Eixo B-OE-2. Reforçar a inteligência das instituições regionais. Neste caso, apesar do contributo esperado do PDCT através da mobilização da PI 2.3, a CIMAC considerou que face aos desafios da agenda da transição digital e às necessidades cada vez mais exigentes de qualificação das organizações e dos respetivos serviços, é necessário atualizar as tipologias de intervenção elegíveis e a dotação orçamental neste domínio.
- Eixo C-OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono;
- Eixo C-OE-2. Apostar numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos da competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central;
- Eixo C-OE-5. Valorizar e promover a fruição do património natural, cultural e paisagístico de uma forma integrada e sustentável;
- Eixo D-OE-1. Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza e promover o bem-estar das famílias e a proteção aos grupos mais vulneráveis;
- Eixo D-OE-2. Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar;
- Eixo D-OE-3. Completar redes de equipamentos sociais num quadro de estratégias de ordenamento do território municipal ou sub-regional e qualificar os equipamentos existentes;
- Eixo D-OE-4. Dinamizar a animação cultural, nomeadamente através da programação em rede e promover a melhoria das condições geradoras de criatividade;
- Eixo E-OE-2. Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater riscos associados;
- Eixo E-OE-3. Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.

A primeira conclusão que se retira sobre desenvolvimento do PDCT-AC diz respeito à sua adequabilidade, visto que, apesar de os investimentos contratualizados no Pacto serem importantes para a sub-região, verifica-se alguma incoerência naquilo que são os apoios disponibilizados a todo o território nacional.

A CIMAC considera que o papel do PDCT foi limitado desde logo pela escolha das PI mobilizáveis. Por exemplo, no que respeita à estruturação do Sistema Urbano, assumida na EIDT como um dos elementos centrais das opções de desenvolvimento sub-regional, os investimentos em equipamentos sociais e educativos e na eficiência energética, ainda que pertinentes e relevantes para a

qualificação urbana, têm um reduzido efeito diferenciador e na especialização e hierarquização dos centros urbanos, o que reduziu o efeito potencial do PDCT no desenvolvimento urbano e na estruturação do sistema urbano sub-regional.

Para a concretização dos Objetivos Específicos não cobertos e parcialmente cobertos pelo PDCT, são identificadas desde logo na EIDT outras PI a mobilizar, através de outros instrumentos do Portugal 2020, para a concretização de parte dos projetos e tipologias de projeto previstos na EIDT, o que demonstra a cobertura parcial deste instrumento.

A CIM e os municípios procuraram outras linhas de financiamento para concretizar projetos relevantes para o território, não elegíveis ou que se revelaram de difícil operacionalização no âmbito do PDCT, o que contribuiu para reduzir o papel deste instrumento na concretização da EIDT, p.ex., nos domínios do planeamento e gestão de riscos, da eficiência energética e da gestão de resíduos.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 3 E 4:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	O grau médio de adequação atribuído pela CIMAC às PI disponibilizadas pelos PDCT, foi elevado (grau 5, 6 numa escala de 1 a 6). PI consideradas pela CIM muito adequadas (grau de adequação 6): 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 9.4 e 9.7. PI consideradas pela CIM bastante adequadas (grau de adequação 5): 8.3, 8.8, 9.1, 10.1 e 10.5.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	- Regeneração urbana. - Estradas. - Sistemas de abastecimento e de drenagem/tratamento de água em baixa.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT e DLBC?

O montante contratualizado representa uma redução global de 11% relativamente ao proposto em sede de candidatura que afetou a dotação da maior parte das Prioridades de investimento. No momento da contratualização, as PI com maior peso financeiro eram a 4.3, a 9.7 e a 6.3. A dotação alocada ao Eixo de intervenção do PDCT – Coesão Social e Qualidade de Vida, a mais elevada, representava 54,3% da dotação global e foi a que teve a menor redução face ao apresentado em sede de candidatura.

Após a contratualização, ao longo do período de execução, o PDCT teve 4 alterações de que resultaram alterações na alocação de verbas por PI, no sentido do seu ajustamento às perspetivas de execução. A dotação global sofreu um acréscimo de 16,3% sendo que as PI mas reforçadas foram a PI 10.5, 8.8, 6.3, 2.3 e 9.7. Atualmente as PI com maior peso na dotação global são a 10.5, a 6.3 e a 9.7.

Os Eixos de desenvolvimento do PDCT mais penalizados com as alterações na dotação contratualizada face à perspetiva inicial (candidatura), foram os seguintes: Organização e qualificação do território, devido à forte redução da verba alocada à PI 4.3 – Promoção da eficiência energética, e Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas, em que as verbas foram consideradas muito insuficientes face às necessidades, tendo a CIM optado por desistir da contratualização das PI 5.2 e 6.1.

Na generalidade, os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado dão expressão às medidas e aos investimentos previstos. No entanto, nem sempre são suficientes para aferir a execução e os resultados, dificultando a monitorização e a avaliação estratégica e a comparação com outros territórios. Após as 4 Adendas ao PDCT formalizadas, foram atualizados indicadores e metas no sentido do seu ajustamento às alterações efetuadas e face às perspetivas de execução. Em sede de Avisos para Apresentação de Candidaturas foram definidos novos indicadores mais adequados às tipologias e operação e que facilitam a monitorização.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 5:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	O PDCT contratualizado mobilizou todas as PI disponibilizadas exceto a PI 5.2 e a M04 do PDR. (Ver Quadro abaixo - Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação de despesa na candidatura, no PDCT contratualizado e na sua versão atual). O montante contratualizado sofreu uma redução global de 11% face ao proposto em sede de candidatura que afetou as PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.8, 9.1 e 9.7, o que sugere que o montante contratualizado nestes casos terá sido inferior às expectativas e necessidades previamente identificadas.

No PDCT contratualizado, as PI com maior peso financeiro são a 4.3, a 9.7 e a 6.3. Na sua versão atual, após reprogramações, as PI com maior peso são a 10.5, a 6.3 e a 9.7.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Após a contratualização, ao longo do período de execução, o PDCT teve 4 alterações de que resultaram alterações na alocação de verbas por PI, no sentido do seu ajustamento às perspetivas de execução.

Tipologias de intervenção mobilizadas no PDCT e respetivo peso na alocação de despesa em candidatura, no PDCT contratualizado, e na sua versão atual

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual após reprogramações		Variação candidatado/contratualizado	Variação Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	1.700.000,0	4,2	1.396.439,0	3,9	2.396.439,0	5,71	-17,9	71,6
4.3	FEDER	8.950.500,0	22,1	7.450.500,0	20,6	1.262.825,8	3,01	-16,8	-83,1
5.1	FC	467.500,0	1,2	300.000,0	0,8	309.809,3	0,74	-35,8	3,3
5.2	FC	477.700,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0	-100,0	-
6.1	FC	21.250,0	0,1	21.250,0	0,1	0,0	0	0,0	-100,0
6.3	FEDER	5.100.000,0	12,6	4.794.000,0	13,3	8.993.127,0	21,4	-6,0	87,6
8.3	FSE	2.125.000,0	5,2	2.125.000,0	5,9	2.125.000,0	5,06	0,0	0,0
8.8	FEDER	2.354.500,0	5,8	1.732.930,0	4,8	4.125.127,6	9,82	-26,4	138,0
9.1	FSE	2.883.200,0	7,1	2.743.828,0	7,6	2.522.192,8	6,01	-4,8	-8,1
9.4	FSE	2.125.000,0	5,2	2.125.000,0	5,9	0,0	0	0,0	-100,0
9.7	FEDER	6.200.750,0	15,3	5.255.319,0	14,6	5.927.933,1	14,1	-15,2	12,8
10.1	FSE	4.182.000,0	10,3	4.182.000,0	11,6	4.437.792,0	10,6	0,0	6,1
10.5	FEDER	3.972.315,0	9,8	3.972.315,0	11,0	9.897.308,8	23,6	0,0	149,2
Total FEDER		28.278.065,0	69,7	24.601.503,0	68,2	32.602.761,4	77,6	-13,0	32,5
Total FSE		11.315.200,0	27,9	11.175.828,0	31,0	9.084.984,8	21,6	-1,2	-18,7
Total FC		966.450,0	2,4	321.250,0	0,9	309.809,3	0,74	-66,8	-3,6
Total		40.559.715,0	100,0	36.098.581,0	100,0	41.997.555,4	100	-11,0	16,3

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-006; PDCT da CIM Alentejo Central – Contrato (2015). PDCT- 4ª Alteração ao Pacto-CIMAC (janeiro de 2021).

A redução do montante contratualizado face à candidatura, afetou todos os Eixos de Intervenção do PDCT, embora de forma diferenciada, como se pode observar nos Quadros seguintes.

O Eixo D - Coesão social e qualidade de vida, com a maior dotação contratualizada, foi o menos afetado pela redução da verba contratualizada. No entanto, bastante penalizado pela não concretização de Projetos no domínio da inclusão social (PI 9.1. e 9.4).

O Eixo E - Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas, aquele com menor peso em termos financeiros, teve a redução mais significativa, devido à não contratualização da PI 5.2 e à forte redução da verba da PI 5.1.

Eixo de Intervenção do PDCT / objetivos	Objetivos	PI	Dotação inicial em sede de candidatura		Dotação contratualizada		Dotação atual após alterações		Variação candidatura./contrat.	Variação contrato./dotação atual
			€	%	€	%	€	%	%	%
A - Competitividade empresarial, emprego e internacionalização Objetivos	Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala e associadas à exploração de recursos endógenos	PI 8.3 PI 8.8	4.479.500,0	11,0	3.857.930,0	10,7	6.250.127,6	14,9	-13,9	62,0
B - Reforço e capacitação institucional	Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos.	PI 2.3	1.700.000,0	4,2	1.396.439,0	3,9	2.396.439,0	5,71	-17,9	71,6
C - Organização e qualificação do território	Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono	PI 4.3 PI 6.3	14.050.500,0	34,6	12.244.500,0	33,9	10.255.952,8	24,4	-12,9	-16,2
D - Coesão social e qualidade de vida	Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza. Qualificar as redes de equipamentos sociais. Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar.	PI 9.1 PI 9.4 PI 9.7 PI 10.1 PI10.5	19.363.265,0	47,7	18.278.462,0	50,6	22.785.226,8	54,3	-5,6	24,7
E - Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas	Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas. Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.	PI 5.1 PI 5.2 PI 6.1	966.450,0	2,4	321.250,0	0,9	309.809,3	0,74	-66,8	-3,6
Total			40.559.715,0	100,0	36.098.581,0	100,0	41.997.555,4	100,0	-11,0	16,3

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-006; PDCT da CIM Alentejo Central – Contrato (2015). PDCT- 4ª Alteração ao Pacto-CIMAC (janeiro de 2021).

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A CIM , na resposta ao Inquérito, considerou que o financiamento foi ajustado face às necessidades do território, nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 2.3: o financiamento contratualizado foi inferior ao candidato (-17,9%), mas após reprogramação financeira (3ª alteração), teve um acréscimo de 71,6%. - PI 6.3: o financiamento contratualizado foi inferior ao candidato (- 6%), mas após reprogramação financeira (4ª alteração), teve um acréscimo de 87,6%. - PI 8.3: a dotação orçamental desta PI não sofreu alterações. - PI 9.1: o financiamento contratualizado, embora um pouco inferior ao candidato (-4,8%), foi considerado ajustado. No entanto, na sequência da transferência das PI 9.1 e 9.4 para o PO Alentejo e a integração da dotação s operações da PI 9.4 na PI 9.1, não foi possível realizar grande parte dos projetos previstos nas PI 9.1 e 9.4, e a dotação foi novamente ajustada. <p>A CIM considerou que houve sobrefinanciamento, nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 4.3: Após o lançamento dos Avisos para apresentação de candidaturas, a complexidade dos projetos, as baixas taxas de financiamento, os requisitos técnicos de que são exemplo os certificados e relatórios energéticos atualizados e específicos por intervenção candidata, e a difícil articulação com a DGEEG, acabaram por determinar a decisão de executar o investimento nas infraestruturas de iluminação pública fora do PDCT. No caso da intervenção em edifícios públicos, as condições também não foram consideradas atrativas razão pela qual alguns municípios desistiram dos investimentos. A procura bastante inferior ao inicialmente previsto, justificou a redução da verba alocada a esta PI, na ordem dos -83,1%. - PI 10.1. No caso dos projetos municipais, a necessidade de articulação com as escolas e a menor capacidade técnica e financeira de alguns municípios, justifica esta avaliação. <p>A CIM considerou que houve sub-financiamento, nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 5.1: A verba contratualizada era insuficiente para concretizar os projetos previstos e foi reforçada na 3ª alteração ao PDCT. - PI 5.2: A verba disponibilizada era muito baixa, o que determinou a não contratualização desta PI. - PI 6.1: uma vez que a dotação era insuficiente para os projetos que pretendiam realizar e a contratualização condicionava o recurso a financiamento fora do PDCT, optaram por desistir da contratualização desta PI (1ª alteração ao PDCT em maio de 2017) e recorreram ao PO SEUR fora do âmbito do PDCT. - PI 8.8: Esta PI, inicialmente com uma dotação reduzida face à procura, teve, em sede de reprogramações (3ª alteração em março de 2019 e 4ª alteração em janeiro de 2021) um reforço financeiro de 138% face à dotação contratualizada. - PI 9.4. Esta PI, depois da transferência do PO ISE para o POR, acabou por não ter execução por ausência de aviso. - PI 9.7: A verba contratualizada, inferior ao candidato (-15,2%), foi considerada insuficiente para concretizar as intenções de investimento. Para fazer face às alterações em termos dos projetos inscritos, esta PI foi reforçada, tendo tido um acréscimo de 12,8%. - PI 10.5: A obrigatoriedade de respeitar os custos padrão para apuramento do investimento elegível nas infraestruturas de educação e a desadequação destes face aos preços de mercado, justifica esta avaliação e acabou por penalizar a execução. A necessidade de proceder a atualizações e de novos investimentos na remoção de fibrocimento, conduziu ao reforço da dotação desta PI que teve, após a contratualização, um acréscimo de 149,2%, ainda assim, insuficiente para concretizar todas as operações aprovadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas - Indicadores de resultado definidos com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Na generalidade, os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado dão expressão às medidas e aos investimentos previstos. No entanto, nem sempre são suficientes para aferir a execução e os resultados, dificultando a monitorização e a avaliação estratégica e a comparação com outros territórios.</p> <p>Alguns exemplos de insuficiente adequação dos indicadores à natureza das medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 4.3. Inicialmente considerada com interesse para os municípios em ambas as tipologias – iluminação pública e edifícios públicos, o indicador de realização contemplado no PDCT contratualizado, mede apenas a redução do consumo anual nos edifícios públicos. - No caso da PI 6.3, é referido o seguinte no Relatório de Avaliação Intercalar da Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020: a definição dos indicadores de realização e de resultado, não foi suficientemente flexível aquando da negociação do PDCT, para o melhor acompanhamento dos projetos em causa, visto que os indicadores não podem ser calculados como sendo um resultado absoluto das operações aprovadas nesta PI. Portanto, o valor aferido no indicador de resultado indica apenas um contributo parcial dado pelos projetos candidatados nesta PI. Naquilo que se refere ao indicador de realização, a única forma de cálculo seria por via de uma estimativa, que mesmo assim aferiria uma realização relativa, o que não é coerente com o desenvolvimento atual dos projetos em questão. - No caso da PI 9.7., o indicador de realização “Equipamentos sociais e de saúde apoiados”, mede, no caso do PDCT do Alentejo Central, apenas os equipamentos sociais apoiados, já que não foram considerados equipamentos de saúde no PDCT, por opção da CIM e municípios. - Foram introduzidos indicadores complementares para as seguintes PI: 5.1, 6.1, 9.1 e 9.7., no sentido de promover um maior ajustamento às intervenções previstas. <p>Após as 4 Adendas ao PDCT formalizadas, foram atualizados indicadores e metas no sentido do seu ajustamento às alterações efetuadas, face às perspetivas de execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desapareceram os indicadores das PI 9.4 e 6.1., que deixaram de estar contempladas no PDCT. - Foram alterados indicadores das PI 9.1 e 10.1. No caso da PI 9.1, foram retirados os indicadores de realização e de resultado relativos à criação da Bolsa de Voluntariado e às Iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão ativa. - Foram alteradas as metas dos indicadores de realização e/ou de resultado nas seguintes PI: 8.3, 8.8, 2.3, 4.3, 6.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. <p>Nos casos em que os indicadores contratualizados foram considerados insuficientes, foram definidos novos indicadores em sede de Aviso para Apresentação de Candidaturas.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre as operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre os pressupostos da definição das metas e de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p> <p>No entanto, importa referir que, na sequência de reprogramações das dotações por PI, foram ajustadas as metas dos indicadores de realização e/ou de resultado das PI 8.3, 8.8, 2.3, 4.3, 6.3, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5.</p>

PDCT30. Qual o papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM?

SQ3. Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT /DLBC necessárias com outros instrumentos de financiamento?

Dois dos princípios de base para a implementação e gestão da EIDT foi a compatibilização com as opções do planeamento e ordenamento do território e a promoção da eficiência coletiva das intervenções: parcerias, articulação, cooperação.

Para cada Eixo de Intervenção e Objetivo específico da EIDT foi definido um quadro de ação a executar no âmbito do PDCT, mas também através da mobilização de outras PI não abrangidas por este instrumento e cuja implementação cabia a outro tipo de atores. Neste sentido, a EIDT ajudou a definir o quadro programático de desenvolvimento, consubstanciado no PDCT.

Na fase de implementação, a CIM e municípios recorreram a outras fontes de financiamento para intervenções não abrangidas pelo PDCT, ou para as quais este instrumento não era o mais favorável, assumindo uma lógica de compensação.

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	<p>A CIMAC referiu os seguintes instrumentos na resposta ao Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Diretor de Eficiência Energética; - Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social; - Planos de Ação de Regeneração Urbana; - Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios; - Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS; - Território Educativo de Intervenção Prioritária – TEIP; - Cartas Educativas Municipais; - Desenvolvimento Local de Base Comunitária. <p>As instituições responsáveis por esses outros instrumentos foram envolvidas na fase de conceção e definição da EIDT: Municípios, ADLs, Centro Distrital da Segurança Social, DGEstE, CDOS/ANPC.</p>
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	<p>A CIM AM promoveu outras intervenções com contributo para a EIDT, através de outros instrumentos de financiamento (Cf. Tabela abaixo - Contributo de outras intervenções, para além do PDCT, para os Objetivos Específicos da EIDT).</p> <p>O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, explicitado em sede de formulação estratégica, foi considerado positivo (4, numa escala de 1 a 6).</p>
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação.</p> <p>Fontes de financiamento mobilizadas fora do âmbito do PDCT, referidas na resposta da CIMAC ao Inquérito às CIM e na entrevista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundo Europeu de Eficiência Energética. O Investimento realizado com recurso a este Fundo foi superior ao que estava previsto no PDCT. - Fundo Ambiental; - POR Alentejo; - POSEUR; - Fundo de Turismo – Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi. <p>Os contributos destas fontes de financiamento, com a exceção do Fundo da Eficiência Energética, foram relativamente reduzidos quando comparados com o contributo do PDCT.</p>
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	<p>A articulação com outros instrumentos de financiamento foi feita a posteriori e visou a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p> <p>As fontes de financiamento foram consideradas adequadas nas fases de programação e de implementação.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 11 E 12:

O quadro seguinte apresenta alguns exemplos de investimentos realizados fora do âmbito do PDCT, recorrendo a outros instrumentos de financiamento, bem como o seu alinhamento com os Objetivos Específicos da EIDT.

Outras intervenções (para além do PDCT) com contributo para os Objetivos Específicos da EIDT

Outras intervenções executadas fora do âmbito do PDCT	Fonte de financiamento	Domínio Estratégico e Objetivos Específicos da EIDT para os quais as intervenções contribuem
Investimento na promoção da eficiência energética na iluminação pública e edifícios municipais	Fundo Europeu de Eficiência Energética.	Domínio Estratégico C - Organização e qualificação do território Objetivos específicos: OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono; OE-2. Apostar numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos da competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central; OE-5. Valorizar e promover a fruição do património natural, cultural e paisagístico de uma forma integrada e sustentável.
Investimentos no domínio da eficiência energética, como o Urbansol e o MOBI-E, com contributo para a transição para uma economia de baixo teor de carbono.	Fundo Ambiental	
Regeneração urbana	POR Alentejo	
Alargamento da rede de pontos de acesso wi-fi	Fundo de Turismo – Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi	
Ações previstas no Plano de Adaptação às Alterações Climáticas	POSEUR EEAGrants	Domínio Estratégico E. Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas Objetivos Específicos: OE-2. Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater riscos associados; OE-3. Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.
Gestão de resíduos	POSEUR	

PDCT31. O modelo de aprovação/ negociação dos PDCT contribuiu para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades?

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para ambos os instrumentos, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT/EDL e da programação do PDCT/DLBC e a eficiência da sua implementação?

A CIM considerou que não se tratou verdadeiramente de um processo concorrencial e que a margem de negociação do PDCT foi muito reduzida. A aprovação das operações candidatas inscritas no PDCT (com a exceção das operações enquadradas nas PI 8.3 e 8.8), resultou principalmente de uma análise de elegibilidades.

A avaliação por parte da CIMAC do modelo de aprovação/negociação, e do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi bastante desfavorável.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<p>A CIMAC atribuiu uma pontuação média de 1,8 (numa escala de 1 a 6) aos vários parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM.</p> <p>O contributo do modelo foi considerado CIM baixo (3), para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para melhorar a relevância do instrumento para a estratégia. <p>O contributo do modelo foi considerado muito baixo (2) para os seguintes parâmetros:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Para a coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; - Para a adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; - Para a simplificação do processo de seleção; - Para o aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Para a criação de novas parcerias nos territórios e para o envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. <p>O contributo do modelo foi considerado nulo, para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para melhorar a dotação financeira atribuída, associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Para simplificar o processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	A CIMAC não indicou modelos alternativos.
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A CIMAC atribuiu aos parâmetros de avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, uma pontuação média de 2,1 (numa escala de 1 a 6).</p> <p>O seu contributo foi considerado pela CIMAC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Significativo (4), para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas. - Baixo (3) para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas e para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados. - Muito baixo (2), para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados, para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...), para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta. - Nulo, para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção, assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso, assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

A dimensão intermunicipal foi considerada um princípio de base para a implementação da EIDT, e bastante valorizada na conceção do PDCT.

O investimento total em intervenções intermunicipais, todos eles promovidos pela CIMAC, previsto no PDCT contratualizado, era 25.725.000,00€. Face ao apresentado em sede de candidatura teve, na globalidade, uma redução de -1,1%.

A dotação alocada aos projetos intermunicipais previstos na contratualização encontrava-se principalmente concentrada na promoção da eficiência energética (31%), na proteção, valorização e fruição do património natural e cultural (23,3%) e na promoção da inclusão social (22,3%). Os projetos na área da educação e da modernização administrativa, tinham também um peso significativo: 8,2% e 7,8%, respetivamente.

Todas as operações previstas no PDCT contratualizado têm como promotor os Municípios ou a CIMAC. No entanto, está previsto o envolvimento de outros parceiros, na implementação dos projetos intermunicipais.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado:</p> <p>PI 2.3 - Apoio à modernização da administração local;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência Energética na Iluminação Pública e Edifícios e nos Públicos;</p> <p>PI 5.2 - Adaptação às Alterações Climáticas;</p> <p>PI 6.1 – Resíduos;</p> <p>PI 6.3 – Património natural e cultural;</p>

	<p>PI 8.3 – Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PMEs;</p> <p>PI 9.1 – Programa Cultura para Todos; Promoção da Igualdade dos cidadãos com deficiência e fomento da empregabilidade; Acesso à internet; Bolsa de voluntariado;</p> <p>PI 9.1 – Promoção do envelhecimento ativo;</p> <p>PI 10.1 – Combate ao abandono escolar.</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura, foram propostas 22 operações de natureza intermunicipal a que correspondia um investimento total de 26.015.000,00 €.</p> <p>No PDCT contratualizado este investimento era 25.725.000,00€, o que corresponde a uma redução de -1,1%.</p> <p>As alterações foram as seguintes: não foram considerados, na contratualização, 2 projetos: Informação e sensibilização para o uso racional dos recursos no âmbito da adaptação às alterações climáticas (PI 5.1) e Módulos de Gestão de Operações de Proteção Civil e Alojamento de Emergência” (PI 5.2); a dotação do projeto Desenvolvimento de SIG para apoio à gestão de operações de socorro, teve uma redução de -46,7%.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos no PDCT contratualizado:</p> <p>PI 2.3 - modernização administrativa: 2</p> <p>PI 4.3 - Eficiência Energética: 2</p> <p>PI 5.2 - Adaptação às Alterações Climáticas: 2</p> <p>PI 6.1 – Resíduos: 1</p> <p>PI 6.3 – Património natural e cultural: 3</p> <p>PI 8.3 – Apoio ao empreendedorismo: 1</p> <p>PI 9.1 – Inclusão social: 6</p> <p>PI 10.1 – Educação: 3</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidato €	Investimento total contratualizado €	Variação %
Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (1ª Fase)	CIMAC	2.3	Modernização administrativa	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0
Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (2ª Fase)	CIMAC	2.3	Modernização administrativa	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0
Eficiência Energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (1ª Fase)	CIMAC	4.3	Eficiência energética	5.000.000,00	5.000.000,00	0,0
Eficiência Energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (2ª Fase)	CIMAC	4.3	Eficiência energética	3.000.000,00	3.000.000,00	0,0
Informação e sensibilização para o uso racional dos recursos no âmbito da adaptação às alterações climáticas	CIMAC	5.1	Adaptação às alterações climáticas	50.000,00		-100,0

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado €	Variação %
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	CIMAC	5.1	Adaptação às alterações climáticas	200.000,00	200.000,00	0,0
Desenvolvimento de SIG para apoio à gestão de operações de socorro	CIMAC	5.1	Adaptação às alterações climáticas	300.000,00	160.000,00	-46,7
Sensibilização para a redução da produção de resíduos e aumento da taxa de reciclagem	CIMAC	6.1	Resíduos	25.000,00	25.000,00	0,0
Grande Rota do Montado: Travessia do Alentejo Central	CIMAC	6.3	Património natural e cultural	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0
Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central	CIMAC	6.3	Património natural e cultural	3.000.000,00	3.000.000,00	0,0
Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo)	CIMAC	6.3	Património natural e cultural	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0
Módulos de Gestão de Operações de Protecção Civil e Alojamento de Emergência	CIMAC	5.2	Protecção civil	100.000,00		-100,0
Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME's no Alentejo Central	CIMAC	8.3	Apoio ao empreendedorismo	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0
Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade	CIMAC	9.1	Inclusão social	400.000,00	400.000,00	0,0
Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (1ª Fase)	CIMAC	9.1	Inclusão social	290.000,00	290.000,00	0,0
Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (2ª Fase)	CIMAC	9.1	Inclusão social	200.000,00	200.000,00	0,0
Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura	CIMAC	9.1	Inclusão social	2.000.000,00	2.000.000,00	0,0
Bolsa de Voluntariado	CIMAC	9.1	Inclusão social	350.000,00	350.000,00	0,0
Activ-IDADE	CIMAC	9.4	Inclusão social	2.500.000,00	2.500.000,00	0,0
Combate ao abandono escolar com a ciência	CIMAC	10.1	Educação	200.000,00	200.000,00	0,0
Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar 1ª Fase	CIMAC	10.1	Educação	400.000,00	400.000,00	0,0
Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar 2ª Fase	CIMAC	10.1	Educação	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0
Total				26.015.000,00	25.725.000,00	-1,1

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-006; Histórico Candidatura EIDT 99-2015-02-006 versão 3 aprovada – Quadro de investimentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 21:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT apresentado no PDCT contratualizado, não existem operações promovidas por outros <i>stakeholders</i> que não sejam a CIM e os municípios.</p> <p>No entanto, o PDCT previa o envolvimento dos seguintes parceiros na implementação dos projetos intermunicipais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na promoção da eficiência energética (PI 4.3) - ADRAL / ARECBA; - Na criação (ou integração) de rotas e itinerários experienciais (PI 6.3) - ERTA / Universidade de Évora / ICNF / CCDRA; - Na valorização e fruição do património natural e cultural (PI 6.3) - ERTA / Universidade de Évora / ICNF / CCDRA / Direção Regional de Cultura / ACDE; - Na animação territorial para coesão social (PI 9.1) – Direção Regional de Cultura / Fundação Eugénio de Almeida/ Centro Distrital da Segurança Social; - Na promoção do sucesso escolar (PI 10.1) - DGEstE / Universidade de Évora; - Na adaptação às alterações climáticas (PI 5.1) - CDOS / ANPC; - Na área dos resíduos / ações de sensibilização da população (PI 6.1) - GESAMB / AMCAL.

PDCT32. O envolvimento dos atores foi o adequado para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território?

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A EIDT e o PDCT são resultado de um intenso e fecundo trabalho de articulação técnica e de negociação política entre atores locais e regionais.

Para além dos Municípios, as entidades que mais participaram foram as Agências Públicas da Administração Central desconcentrada, do POR/CCPPOR/CCDR, Entidades dos setores económico e social e Associações empresariais. A participação em sessões públicas de debate e a recolha formal de pareceres e contributos, foram as principais formas de participação das entidades envolvidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios e Agências Públicas da Administração Central desconcentrada – 6; - POR/CCPPOR/CCDR, Entidades dos setores económico e social e Associações empresariais – 5; - Entidades dos setores ambiental, Agências Públicas da Administração central e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas) – 4; - Juntas de freguesia – 2.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação	<p>A participação foi substantiva nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Município; - POR/CCPPOR/CCDR; - Entidades do setor social; - Agências públicas da administração central e central desconcentrada;

das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	Desconcentrada; - Associações empresariais. A participação foi formal nos seguintes casos: - Entidades dos setores económico e ambiental; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas).
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	A participação das diferentes entidades no desenho da Estratégia, produziu os seguintes resultados: - Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 A 23:

Os processos de elaboração destes instrumentos foram marcados por um intenso esforço de auscultação e concertação que envolveu um vasto leque de parceiros públicos, privados e associativos, representativos dos interesses da região e focados na produção de resultados significativos para a coesão, o emprego e a sustentabilidade territorial no território do Alentejo Central, no período 2014-2020.

De acordo com o documento EIDT Alentejo Central 2020 (2014), na construção da EIDT foram envolvidos em diversos momentos e com diferentes objetivos, os órgãos do poder local e central desconcentrados, as Associações de Desenvolvimento Local e outras Associações de âmbito cultural e ambiental, os Grupos de Ação Local com intervenção no Alentejo Central, as entidades do 3º Sector, as associações e núcleos empresariais, as instituições de ensino superior, entidades de defesa e proteção civil, entre outros.

No sentido de promover a concertação institucional foram realizadas reuniões com CCDRA e CIM do Alentejo, Gal com intervenção no Alentejo Central, ADRAL, e Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

O processo de auscultação e envolvimento das entidades locais e regionais foi concentrado em 3 momentos essenciais em que foram realizadas entrevistas, seminários e workshops, que permitiram: refletir sobre as experiências anteriores de aplicação dos fundos estruturais na região; validar e melhorar o diagnóstico da sub-região; definir os objetivos para o desenvolvimento da região e sub-região no horizonte 2020; definir as opções estratégicas e linhas de intervenção; propor projetos de escala intermunicipal e identificar possíveis parcerias e redes para a sua concretização.

O primeiro momento foi dedicado à realização de dois seminários de reflexão alargados, com o objetivo de iniciar o processo de participação e apelar ao envolvimento das entidades na construção da Estratégia para a sub-região para o horizonte 2014-2020. Envolveu as seguintes entidades/atores relevantes:

Municípios do Alentejo Central	Universidade Évora
Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE	Entidade Regional Turismo Alentejo
ADL Terras Dentro	Ana Paula Amendoeira
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA	IEFP
CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	SRTT - Sistema Regional de Transferência de Tecnologia
NERE - Núcleo Empresarial da Região do Alentejo	PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
ANJE-NE - Associação Nacional Jovens Empresários – Núcleo de Évora	Direção Regional de Cultura
ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora	Direção Regional de Educação

O segundo momento, consistiu na realização de 3 workshops centrados no diagnóstico da sub-região e numa aproximação aos objetivos estratégicos e domínios de intervenção que a Estratégia para a NUT III deveria incorporar. Envolveu as seguintes entidades/atores relevantes:

CIMAC	APRe! - Aposentados, Pensionistas e Reformados
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A.	IEFP Delegação Regional do Alentejo
Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE	Cruz Vermelha
ADL Terras Dentro	Direção Regional Cultura
ADL Aliende	Ana Paula Amendoeira

Município de Arraiolos	Fernando Angelino
Município de Mora	CENDREV - Centro Dramático de Évora
Município de Viana do Alentejo	Fundação Eugénio de Almeida
GNR - Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Évora	

No terceiro momento, foram realizados 3 workshops temáticos para discussão sobre os domínios de intervenção propostos na Estratégia e aproximação ao Programa de Ação a desenvolver, com identificação de áreas de intervenção e projetos concretos. Envolveram as seguintes entidades e atores relevantes:

CIMAC	Universidade de Évora
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A	Município de Viana do Alentejo
Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE	Município de Borba
CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Município de Estremoz
ADL Terras Dentro	Município de Montemor-o-Novo
ADL Leadersor	Município de Mora
ADL Aliende	Município de Reguengos de Monsaraz
ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora	Município de Redondo
ANJE-NE - Associação Nacional Jovens Empresários – Núcleo de Évora	Município de Vendas Novas
Associação Transfronteiriça dos Municípios Terras do Grande Lago Alqueva	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
Direção Regional de Agricultura do Alentejo	CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA	Cruz Vermelha
IAPMEI - Instituto da Empresa, Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo	IEFP Delegação Regional do Alentejo
NERE - Núcleo Empresarial da Região do Alentejo	Segurança Social
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo	Paula de Deus
Entidade Regional Turismo Alentejo	

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades na definição da EIDT, de acordo com a informação recolhida através do Inquérito às CIM.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação*	Tipo de participação	Participação em sessões públicas de debate	Recolha formal de pareceres e contributos	Resposta a questionário
Municípios	6	Substantiva		x	x
Juntas de freguesia	2	Formal	x		
POR/CCPPOR/CCDR	5	Substantiva		x	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5	Formal		x	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Formal	x	x	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5	Substantiva	x	x	
Agências públicas da administração Central	4	Substantiva	x	x	
Agências públicas da administração Regional	6	Substantiva	x	x	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	Formal	x		x
Associações empresariais	5	Substantiva			

Fonte: Inquérito à CIM através de questionário on-line.

*Escala de 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com a resposta da CIMAC no Inquérito às CIM, as agências públicas que participaram na definição da EIDT foram as seguintes:

- Agências da Administração Central: Entidade Regional de Turismo, Direções Regionais de Agricultura, Cultura, IEFP;
- Agências da Administração Regional: ADRAL.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT33. O envolvimento dos diversos atores contribui para a boa implementação dos PDCT?

SQ7. O envolvimento dos diversos stakeholders e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

O envolvimento foi diferenciado, em função do tipo de entidades envolvidas e teve como resultados positivos a multidimensionalidade e complementaridade das intervenções e a criação e parcerias. Destaca-se a participação de forma continuada das seguintes dos Municípios, POR/CCPPOR/CCDR e Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada, através da recolha de pareceres e contributos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>Envolvimento de forma continuada - Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada;</p> <p>Envolvimento pontual - Entidades dos sectores económico e social e Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas);</p> <p>Não se envolveram: Juntas de freguesia e Entidades do setor Ambiental;</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIM ao inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade de intervenções; - Construção de parcerias.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

Envolvimento dos Stakeholders na implementação do PDCT

Entidades	Envolvimento na implementação do PDCT	Forma de envolvimento
Municípios	Sim, de forma continuada	Recolha formal de pareceres e contributos
Juntas de freguesia	Não se envolveram	NR
Entidades do sector económico (sem fins lucrativos)	Sim, pontualmente	Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do setor Ambiental (sem fins lucrativos)	Não se envolveram	Sessões Públicas de divulgação e debate
Entidades do setor Social (sem fins lucrativos)	Sim, pontualmente	Sessões Públicas de divulgação e debate
POR/CCPPOR/CCDR	Sim, de forma continuada	Recolha formal de pareceres e contributos
Agências públicas da administração Central desconcentrada	Sim, de forma continuada	Recolha formal de pareceres e contributos
Agências públicas da administração Central	Sim, de forma continuada	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Sim, pontualmente	Sessões Públicas de divulgação e debate
Outras	Sim, de forma continuada	NR

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT34. O modelo de gestão do PDCT é o mais adequado à sua implementação? Qual o contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências para a eficácia das intervenções?

SQ8. As competências delegadas nas CIM/AM e GAL são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIMAC considera que o modelo de delegação de competências nas CIM reduz estas entidades a estruturas técnicas da Autoridade de gestão dos PO Regionais. O papel das CIM mais relevante concentra-se no trabalho técnico de análise das candidaturas. O poder de decisão mantém-se concentrado nas Autoridades de Gestão dos PO, na ADC e CIC. A participação da CIM na elaboração dos Avisos, que foi muito reduzida, quase nula. A sua participação no calendário dos Avisos, assim como outras competências, poderiam ter sido delegadas.

No entanto reconhecem que teve alguns aspetos positivos e que estão em melhores condições de apoiar os municípios, uma vez que têm um maior acompanhamento dos seus projetos desde a candidatura até ao momento da aprovação.

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/ adequação das competências delegadas	<p>A CIM avaliou a pertinência/adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR) de forma positiva. O valor médio atribuído foi 4,9 (numa escala de 1- nada pertinente/adequada a 6 totalmente pertinente/adequadas).</p> <p><u>As competências delegadas consideradas muito/totalmente pertinentes/adequadas foram as seguintes (grau 5 ou 6):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização de processos de candidaturas; - Análise e apreciação de candidaturas; - Avaliação do cumprimento de objetivos e resultados esperados e propor o encerramento das candidaturas; - Manter o SI atualizado; - Reportar a informação física, financeira e estatística à AG. <p><u>As competências delegadas avaliadas com um grau de adequação intermédio (grau 4) foram as seguintes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão. - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos. - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários. <p><u>A competência delegada considerada menos pertinente/adequada (à qual foi atribuído o grau 2), foi a seguinte:</u> Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação.</p>
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIMAC avaliou da seguinte forma o contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as dimensões consideradas no Inquérito às CM:</p> <p>Contributo positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade de procedimentos; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Alcance das metas definidas; - Proximidade aos beneficiários; - Resultados atingidos; - Resposta a necessidades do território. <p>Contributo neutro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local;

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção a das operações; - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM/AM e GAL encontram-se definidos e funcionam?

A CIMAC faz uma avaliação negativa do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG do PO ISE e do PO SEUR e a Equipa da CIM. No caso do POR a avaliação é mais positiva.

No Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020, é também referida a existência de inúmeros problemas técnicos com a plataforma informática que gere o FSE (SIIFSE), que tem dificultado e impedido muitas vezes o reporte da execução física e financeira das operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas - Emissão de pareceres - Reuniões de coordenação - Ligação com um ponto focal
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>No caso do POR a CIMAC considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funcionam bem: a emissão de pareceres, a ligação com um ponto focal e os contactos pessoais e informais. - Funcionam menos bem: as reuniões, principalmente as de coordenação. <p>No caso do PO ISE e PO SEUR, a CIMAC considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não funcionam: reuniões periódicas e de coordenação, emissão de pareceres, ligação com um ponto focal e contactos pessoais e informais.

PDCT35. Os recursos afetos à gestão do PDCT são suficientes face ao modelo de gestão contratualizado?

SQ10. AS CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas?

Em termos gerais, a CIM considera dispor das condições necessárias para o desempenho das suas funções, enquanto OI responsável pela implementação do PDCT.

No entanto, consideram que seria positivo terem mais elementos afetos à gestão do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão da contratualização.

Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM considerou a dotação suficientemente adequada (grau de adequação 4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 6 Elementos externos: 0
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIMAC considerou a dimensão da equipa técnica suficientemente (grau de adequação 4, numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	No que respeita às competências, a CIMAC considerou a equipa técnica muito adequada (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ11. As equipas de gestão das CIM/AM e GAL estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT/DLBC?

A CIMAC considera que as ações de capacitação sobre contratação pública foram adequadas e não identificou novas necessidades de formação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	Contratação Pública.
Indicador 34. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	As ações de capacitação sobre contratação pública foram consideradas adequadas (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

PDCT36. O processo de elaboração dos Avisos de concurso e a sua calendarização foi o mais adequado e eficaz à implementação da PDCT

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM/AM e GAL, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O grau de envolvimento e participação da CIMAC na elaboração dos Avisos, foi considerado muito reduzido, embora superior nos Avisos do POR. No caso dos Avisos do POSEUR foi mesmo inexistente.

Não houve qualquer participação da CIMAC na adaptação dos Avisos às especificidades territoriais, em todos os Avisos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>Contributos da CIMAC para os Avisos do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parcialmente integrados: dotação financeira; prazos de apresentação das candidaturas; ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. - Não integrados: indicadores; definição do calendário de abertura dos AAC. <p>Contributos para os Avisos do PO ISE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parcialmente integrados: dotação financeira. - Não integrados: definição do calendário de abertura dos AAC.

	<p>Não deram contributos para os Avisos do POR e PO ISE relativamente aos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais; - Critérios de seleção das operações; - Definição dos requisitos (formais e documentais). <p>Não deram contributos para qualquer elemento dos Avisos do POSEUR.</p>
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos Avisos	<p><u>PI 6.3 - Programação cultural em rede (Aviso ALT20-14-2020-17)</u> Critério de seleção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de complementaridade com outras intervenções na área da regeneração urbana ou na área de preservação e valorização do património natural e cultural. <p><u>PI 8.3 - SI2E (Aviso ALT20-M7-2017-08)</u> - Majoração dos Projetos que incidam num dos seguintes domínios identificados na estratégia do PDCT: Turismo; Economia criativa e Património: 15 p.p.</p> <p><u>PI 8.8 - promoção do microempreendedorismo (AVISO Nº ALT20-27-2018-45)</u> Critérios de seleção das candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação com EDL (Estratégia de Desenvolvimento Local); - Contributo para a Estratégia Regional de Especialização Inteligente regional. - Os projetos devem enquadrar-se no mapeamento dos investimentos em infraestruturas de apoio à atividade empresarial. <p><u>PI 9.7 - "Investimentos na área dos equipamentos sociais - pactos" (AVISO Nº ALT20- 42-2018-09)</u> Critérios de elegibilidade das operações e de seleção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os apoios às infraestruturas sociais estão condicionados ao mapeamento das necessidades de investimento nas infraestruturas sociais aprovado pela CE. <p><u>PI 10.5 - Investimento no Ensino (Aviso ALT-20-73-2019)</u> Critério de elegibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação.

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

No caso das PI 2.3 e 5.1, foram considerados totalmente adequados: o tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas e o Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento).

No caso da PI 4.3 foram considerados nada adequados todos os parâmetros referenciados no Inquérito para avaliação desta subquestão.

A CIMAC referiu o atraso, na generalidade, na saída dos Avisos, o que tem prejudicado a execução do PO Alentejo e do PDCT do Alentejo Central no atual quadro comunitário de apoio 2014-20.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação, o prazo para submissão das candidaturas e o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram considerados totalmente adequados no caso das PI 2.3 e 5.1 (grau de adequação 6). - Foram considerados nada adequados no caso da PI 4.3 (grau de adequação 1). <p>Ritmo de lançamento dos concursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerado nada adequado no caso da PI 4.3 (grau de adequação 1). <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos:</p>

- Foi considerado nada adequado no caso da PI 4.3 (grau de adequação 1).
A CIMAC respondeu a esta subquestão do Inquérito às CIM, no caso das restantes PI.

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos das EDL e PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM, no entanto importa referir o seguinte:

No Caso da PI/TI 4.3 - Apoio à utilização da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apesar de as TI serem consideradas bastante pertinentes no Alentejo Central, as condições de operacionalização e de financiamento, foram consideradas muito pouco atrativas o que significa que o contributo e a relevância do PDCT para promoção da eficiência energética e para os indicadores definidos nesta PI/TI deverá ser muito baixo.

Alguns projetos da esfera da inclusão social (PI 9.1 e 9.4) relevantes para o território, não tiveram enquadramento em Aviso publicado, o que determinou o reduzido grau de concretização dos objetivos e dos resultados esperados neste domínio.

No caso da PI.8.8 - Promoção do micro empreendedorismo, correu menos bem no caso dos investimentos da responsabilidade dos municípios - o apoio à criação de viveiros de empresas. À data de 30 de setembro de 2021, não havia ainda qualquer candidatura aprovada nesta tipologia de operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Tipologias de intervenção com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 – Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: apoio à modernização da administração local</p> <p>PI 4.3 – Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores: apoio à utilização da eficiência energética das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação</p> <p>PI 5.1 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos: o apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas</p> <p>PI 6.1 - Investimento no setor dos resíduos (apoio a investimentos municipais ou intermunicipais quando a geografia da intervenção é coincidente com O PDCT e apenas para ações de educação e sensibilização ambiental).</p> <p>PI 6.3 - Apoio ao investimento na proteção, promoção e no desenvolvimento do património natural</p> <p>PI 8.3 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e apoiar a mobilidade dos trabalhadores: apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas</p> <p>PI 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas</p> <p>PI 9.1 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação: apoio a medidas de inclusão ativa de comunidades marginalizadas e grupos de risco.</p> <p>PI 9.7 – investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais.</p> <p>PI10.1 – Investir na educação, na formação e na formação profissional, para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida: apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino.</p> <p>PI10.5 – Investimento em infraestruturas da educação pré-escolar e ensino básico.</p> <p>Tipologias de intervenção contratualizadas sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>- PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado,	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM

segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público alvo e necessidades do território)

No entanto, é de referir o seguinte:

- No Caso da PI/TI 4.3 - Apoio à utilização da eficiência energética das energias renováveis nas infraestruturas públicas, embora contratualizada e apesar de as TI serem consideradas bastante pertinentes no Alentejo Central, as condições de operacionalização e de financiamento, apenas conhecidas no momento em que foram lançados os Avisos para apresentação de candidaturas, foram consideradas muito pouco atrativas pelo que decidiram concretizar o investimento previsto nas infraestruturas e iluminação pública recorrendo a outro instrumento de financiamento. No caso do investimento previsto nos edifícios públicos, as expectativas de execução são também inferiores ao programado, o que significa que o contributo e a relevância do PDCT para promoção da eficiência energética e para os indicadores definidos nesta PI/TI deverá ser muito baixo.

- Alguns projetos da esfera da inclusão social (PI 9.1 e 9.4) não tiveram enquadramento em Aviso publicado, o que determinou o reduzido grau de concretização dos objetivos e dos resultados esperados neste domínio. Apenas a operação Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos, teve enquadramento no Aviso lançado (ALT20-30-2019-41 – Cultura Para Todos).

- No caso da PI.8.8 - Promoção do micro empreendedorismo, correu menos bem no caso dos investimentos da responsabilidade dos municípios - o apoio à criação de viveiros de empresas, em parte por falta de orientações / diretrizes para estas as infraestruturas. À data de 30 de setembro de 2021, não havia ainda qualquer candidatura aprovada nesta tipologia de operação.

No entanto, é de referir que, no caso da PI 9.1, não foi possível candidatar alguns projetos, por falta de enquadramento no Aviso, que permitiu apenas candidatar projetos do Programa Cultura para Todos.

PDCT37. O processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação do PDCT?

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT e DLBC?

A CIMAC não respondeu às questões sobre a adequação do processo de análise e seleção de operações, no Inquérito às CIM.

No entanto, quanto ao cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, a análise de dados do Sistema de Informação do POR permite verificar que os prazos médios de análise e decisão são bastante longos. É no caso das candidaturas das PI/TI 8.3, 10.1 e 4.3 que se verificam os tempos mais longos. Os tempos mais curtos verificam-se no caso das PI 2.3 e 5.1.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM. A análise do Sistema de informação, permite concluir que os prazos de análise de candidaturas são, na generalidade, muito longos. (Cf. Tabela abaixo - Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato)
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	A CIMAC não respondeu à questão sobre os motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, no Inquérito às CIM. No Relatório da Avaliação Intercalar da Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020, são referidos os seguintes motivos de atraso na apreciação técnica de candidaturas : - PI 8.3: ausência de estabilização de muitos dos conceitos e elegibilidades contempladas. - PI 9.7: o atraso deve-se essencialmente à demora na receção dos Pareceres de Prioridade Social a emitir pelo Instituto de Segurança Social.

- PI 10.1: registaram-se inúmeras dificuldades na verificação da elegibilidade das atividades propostas, quer pela inexistência de manual de procedimentos do FSE quer pela falta de orientações técnicas necessárias à interpretação articulada do aviso de concurso, regulamento específico e normas FSE, quer ainda pelas dificuldades e erros de funcionamento do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE), ainda em fase de operacionalização.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 58:

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	2	2	68,5	46,5	115,0
4.3	6	6	371,7	32,5	404,1
5.1	2	2	60,0	38,5	98,5
6.3	9	9	227,4	26,2	253,6
8.3	21	21	340,9	162,5	503,4
8.8	46	42	292,6	15,8	317,5
9.1	3	3	354,7	37,3	392,0
9.7	9	9	307,7	17,9	325,6
10.1	14	14	336,0	126,8	462,8
10.5	36	35	116,1	35,0	138,9
Total	148	143	255,9	52,5	311,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nota: A dotação da PI 9.4 foi integrada na PI 9.1, após a transição das PI 9.1 e 9.4 do POISE para o POR.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (saúde, educação, património natural e cultural, etc....) e outras entidades responsáveis pela gestão de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impactes Ambientais ou por outra documentação específica solicitada no Aviso para apresentação de candidatura.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p><u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos):</p> <p>- PI 4.3 – Promoção da eficiência energética (AVISO Nº ALT20-03-2017-27) As entidades que asseguram a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso são as Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Alentejo, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria.</p> <p>- PI 10.1 – Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Aviso Nº ALT20-66-2016-28)</p>

	<p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar.</p> <p><u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.</p> <p><u>Outras entidades para aferir a elegibilidade dos promotores</u>, por exemplo, no caso das Candidaturas no âmbito das PI 8.3 e 8.8.</p>
--	--

PDCT38. Os processos de monitorização e avaliação foram adequados à eficaz implementação dos PDCT?

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento on time dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

A CIMAC Não respondeu às questões relacionadas com o acompanhamento, monitorização e avaliação do PDCT, no Inquérito às CIM.

No PDCT contratualizado (maio 2015), foi definido o modelo de governação e os mecanismos e instrumentos de acompanhamento, monitorização e avaliação. A CIMAC realizou, em 2019, a Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIMAC Não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIMAC Não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	<p>No PDCT contratualizado (maio 2015), no Ponto dedicado ao Modelo de Governação / Monitorização é referido que os promotores de projetos e equipas de acompanhamento, têm a missão de recolher a informação relevante para os indicadores.</p> <p>A estrutura técnica da CIMAC (GGPP) garante a análise da sua qualidade, organização e tratamento, preparando os elementos de base para os painéis e relatórios de monitorização e acompanhamento.</p> <p>O primeiro-secretário coordena a equipa responsável pelos trabalhos de análise e elaboração de relatórios de monitorização e propostas de atuação, que serão da responsabilidade formal do Secretariado Executivo Intermunicipal.</p>
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	<p>Em 2019 foi realizada a Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020.</p> <p>Estão previstos no PDCT contratualizado (ponto sobre os Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação), os seguintes tipos de avaliação, ao nível da EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autoavaliação, coordenada pelo secretário-executivo da CIMAC, com responsabilidade técnica do GGPP; - Avaliação externa: leitura externa e independente acerca da implementação da Estratégia, que terá uma abordagem específica ao PDCT. <p>São propostas duas avaliações externas ao longo do período 2014-2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação de operacionalização; - Avaliação intercalar, focada no grau de cumprimento de objetivos e das metas fixadas para o final de 2018, bem como nas alterações de contexto entretanto ocorridas, permitindo introduzir alterações estruturais ou pontuais ao Pacto (e à EIDT, de forma global).

Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT

A Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020 realizada em 2019, foi da responsabilidade da CIMAC.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT e DLBC, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A CIMAC não respondeu a esta subquestão.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	A CIMAC Não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM/AM e GAL para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

No Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020 (2019), foram propostas algumas recomendações de adaptação e/ou reestruturação. Durante o período de implementação do PDCT, foram propostas alterações ao inicialmente contratualizado, ao nível dos projetos e da dotação financeira das PI, no sentido de garantir a melhor execução física, consideradas nas alterações formalizadas através das 4 Adendas ao PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	<p>No Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020 (2019), foram propostas algumas recomendações de adaptação e/ou reestruturação, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargar as elegibilidades e reforçar os meios financeiros para a cultura e para a recuperação/requalificação do património (PI 6.3); - Simplificar as exigências relativas às candidaturas na PI 4.3 e aumentar as suas taxas de comparticipação, de modo a tornar mais atrativo o recurso ao financiamento e mais eficaz a intervenção nesta área. Caso não seja possível, seria importante retirar financiamento FEDER desta PI para outras onde se torna mais necessário: 2.3, 6.3, 8.8., 10.5; - Articular de forma eficaz as intervenções na PI 10.5 com intervenções de eficiência energética (PI 4.3) nas escolas, tornando mais eficazes e eficientes as intervenções; e - Clarificar se os compromissos já assumidos de reforço da PI 8.8 e 10.5 são assegurados, visto que a dotação contratualizada não vai ser suficiente em ambas as PI. <p>Foram propostas alterações ao PDCT inicialmente contratualizado, ao nível dos projetos e da dotação financeira das PI, que foram consideradas nas alterações formalizadas através das 4 Adendas ao PDCT, no sentido de garantir a melhor execução física e financeira do PDCT (Cf. resposta à SQ 20).</p>

PDCT39. Verificaram-se as revisões necessárias à EIDT e aos PDCT?

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT e EDL face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Não foram identificadas alterações na EIDT. No caso do PDCT, houve alterações e ajustamentos ao nível das PI contratualizadas, no que respeita às operações previstas e verbas contratualizadas para cada PI/TI. As alterações efetuadas, permitiram ajustar o PDCT à reprogramação do POR e do POISE, às perspetivas de execução e às necessidades do território.

Destaca-se, principalmente, o seu impacto positivo no reforço da dotação para as infraestruturas educativas e, por outro lado, a perda de relevância do PDCT na promoção da eficiência energética e na promoção da inclusão social.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foram realizadas 4 alterações, formalizadas através de Adendas ao PDCT: - Tratou-se de um exercício da CIM; - Acompanhou os exercícios de reprogramação do POR.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	Alterações introduzidas no PDCT: - Anulação da dotação da PI 6.1. - Redistribuição da alocação financeira por TI/PI em função das dinâmicas de procura. - Concentração no POR das intervenções na área da inclusão social previstas no PDCT, na sequência da transferência da dotação das operações da PI 9.1 e 9.4, para o PO Alentejo. A PI 9.4 deixou de constar no PDCT. - Alteração do montante global do PDCT. - Alterações ao nível dos indicadores e metas, face ao inicialmente contratualizado. Não foram identificadas alterações na EIDT.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 69 E 70:

Durante o período de implementação, Foram formalizadas 4 alterações ao PDCT.

1ª alteração (25 -05-2017):

- Desistência do financiamento da PI 6.1., onde se encontrava inscrita uma operação de carácter intermunicipal. O investimento no setor dos resíduos foi concretizado com recursos ao POSEUR, fora do âmbito do PDCT.
- Alargamento das intervenções abrangidas pelo PDCT no âmbito da PI 10.5, e reforço da respetiva dotação financeira.

2ª alteração (12 -03-2019):

- Reforço da dotação da PI 10.5.

3ª alteração (9-07-2019):

- Foram reforçadas as dotações das PI 2.3, 5.1, 6.3, 8.8, 9.7 e 10.5.
- Forte redução da dotação da PI 4.3. A complexidade dos projetos e as exigentes condições dos avisos para apresentação de candidaturas, determinaram a escolha de outras opções de financiamento na melhoria da eficiência energética na iluminação pública e também nos edifícios públicos, no caso de alguns municípios.
- Concentração no POR das intervenções na área da inclusão social previstas no PDCT, designadamente a tipologia Cultura para todos, com a transferência da dotação das operações da PI 9.1 e 9.4, para o PO Alentejo, sendo que a dotação financeira da PI 9.4 foi incluída na 9.1. A dotação financeira destas 2 PI manteve-se, mas esta transferência de elegibilidades e o atraso na abertura de Avisos, tiveram um impacto negativo no desempenho físico e financeiro desta PI. Projetos como o Plano Distrital para a Promoção da Igualdade dos Cidadãos com Deficiência e Fomento da sua Empregabilidade, a Bolsa de Voluntariado, o Posto móvel de acesso à internet (CIMAC) , a Loja Social (município de Viana do Alentejo) e Saberes e Sabores de outras gentes (município do Redondo), bem como o projeto Activ-IDADE não tiveram oportunidade de serem

candidatados por inexistência de Aviso. O PDCT perdeu assim relevância no domínio da inclusão social. Neste momento foram aprovados apenas projetos do Programa Cultura para Todos.

4ª alteração (9-07-2019):

- Reforço da PI 4.3 (como resultado de pequenos ajustamentos e atualizações de estimativas), da PI 6.3, da PI 8.8, da PI 10.1 (refinanciamento de equipamento informático com reforço dos PIICIE) e da PI 10.5 (atualizações diversas, novos projetos e foi inscrita a dotação para a remoção do fibrocimento);
- Forte redução da PI 9.1, por via da redução da dotação do projeto "Cultura para todos" e não abertura de avisos para outros projetos intermunicipais. Incluídos 4 novos projetos municipais.
- Redução da dotação da PI 9.7: foram eliminadas 13 intenções de investimento, inscrito um novo projeto e solicitado o reforço da dotação de 10 projetos.
- Foi alterado o quadro de indicadores e metas definido no PDCT contratualizado, no sentido da sua adequação às alterações efetuadas (Cf. SQ2 - Correspondência entre os indicadores de realização e de resultado e as prioridades dos PDCT).

PDCT40. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT?

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

A CIMAC referiu na entrevista que foi realizado um alargado conjunto de sessões de divulgação e esclarecimentos no caso dos Avisos dirigidos às empresas, tendo em conta a especificidade dos apoios previstos. No caso dos Avisos dirigidos aos Municípios não foram realizadas ações de divulgação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios	A CIMAC não respondeu à questão no Inquérito às CIM sobre a realização de processos de auscultação.

PDCT41. Identificam-se boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT?

A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT42. Os níveis de realização física e financeira do PDCT são adequados face ao previsto?

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 273 candidaturas, verificando-se uma forte representatividade das Candidaturas enquadradas nas PI 8.3 e 8.8 (SIE e Programa de Apoio à Produção Nacional (base Local)). Estas candidaturas representam 53,5% do número total, mas apenas 29,4% do total do custo total apresentado.

A taxa de aprovação global é de 55,6%, sendo que as PI 4.3, 8.3 e 8.8. apresentam as taxas mais baixas.

Na globalidade, a taxa de reprovação é de 29,8% e ocorre principalmente nas PI 8.3, 8.8 e 10.1.

A taxa de desistência global é de 14,3%, sendo mais elevada nas PI 4.3 e 9.7.

Face às dinâmicas de procura e de aprovação até à data de referência desta Avaliação, entre as PI com listas prévias de operações, as PI 4.3, 9.1, 9.4 e 10.1 são aquelas em que se prevê que o número de operações apoiadas será inferior ao programado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 79 A 81:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Foram apresentadas, até 30 de setembro de 2021, um total de 273 candidaturas com um custo total de 64.003.367,9 euros. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	Cf. tabela abaixo – Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	A CIMAC não respondeu a esta pergunta no Inquérito às CIM.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:

Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2015)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	2	2	0,7	2.819.340,0	4,4
4.3	10	26	9,5	1.413.291,3	2,2
5.1	2	2	0,7	374.591,1	0,6

6.1	1	1	0,4	25.000,0	0,0
6.3	3	13	4,8	11.296.065,3	17,6
8.3		40	14,7	667.801,0	1,0
8.8		106	38,8	18.182.901,4	28,4
9.1	7	6	2,2	2.307.927,9	3,6
9.4	1	0	0,0	0,0	0,0
9.7	30	16	5,9	7.199.109,9	11,2
10.1	20	21	7,7	5.573.381,8	8,7
10.5	36	40	14,7	14.143.958,3	22,1
Total	112	273	100,0	64.003.367,9	100,0

Fonte: PDCT da CIM Alentejo Central, Versão legível (2015) - Quadro de investimentos. (documento fornecido pela CIMAC).

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não foram identificadas as operações previstas no PDCT inicialmente contratualizado.

Não foi disponibilizado o Quadro de investimentos atualizado, após as alterações ao PDCT. O número de operações previstas por PI após as 4 alterações ao PDCT, é conhecido apenas nalguns casos, pelo que se optou por ter como referência as operações previstas no PDCT inicialmente contratualizado, em 2015.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento/Tipologias de intervenção											Total
	2.3	4.3	5.1	6.1	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	2	6	2		9	21	43	3	9	14	31	140
2. Não admitida					1		49					50
3. Não aprovada						18	1			6		25
4. Anulada											1	1
5. Desistida /rescindida/revogada		16		1	1	1	8		4	1	4	36
6. Submetida/admitida		4			2		5	3	3		4	21
7. Total Geral	2	26	2	1	13	40	106	6	16	21	40	273
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	27,3	100,0	0,0	81,8	97,5	43,6	100,0	69,2	95,2	86,1	65,5
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	27,3	100,0	0,0	81,8	52,5	42,6	100,0	69,2	66,7	86,1	55,6
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	45,0	49,5	0,0	0,0	28,6	0,0	29,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	72,7	0,0	100,0	9,1	2,5	7,9	0,0	30,8	4,8	11,1	14,3

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

No que respeita à adesão dos públicos-alvo (municípios e beneficiários do SI2E), face à programação contratualizada, destaca-se o seguinte:

- Nas PI 2.3 e 5.1, as operações aprovadas correspondem às operações previstas na contratualização.
- Na PI 4.3, o número de operações aprovadas é inferior ao inicialmente contratualizado. Destaca-se a desistência do projeto intermunicipal de promoção da eficiência energética na iluminação pública. No caso das candidaturas de promoção de eficiência energética nos edifícios públicos, há 6 projetos aprovados e 4 a aguardar decisão. Nesta tipologia, apesar da procura por parte dos municípios, verifica-se uma taxa de desistência de 72,7%, devido às condições consideradas pouco favoráveis. No entanto, há ainda a possibilidade de ser lançado novo aviso e de serem ainda candidatados alguns projetos de promoção de eficiência energética nos edifícios públicos de iniciativa municipal. É nesta PI que se verificam as taxas de admissibilidade e aprovação mais baixas.
- Na PI 6.3, a procura, apresenta um perfil distinto da programação contratualizada. Foram contratualizadas 3 operações intermunicipais e atualmente estão aprovadas 9 candidaturas e 2 submetidas a aguardar decisão. Foram apenas propostas em candidatura e aprovadas, duas das 3 operações intermunicipais, com uma dotação FEDER bastante superior à

inicialmente estimada. Uma vez que a dotação remanescente já não seria suficiente para assegurar o financiamento da terceira operação intermunicipal - Sistema de Fruição do Património natural e cultural do Alentejo Central, o Conselho Intermunicipal da CIMAC deliberou a reafecção da dotação disponível aos municípios que manifestem interesse, necessidade e condições. A CIMAC apresentou também uma outra operação não prevista inicialmente.

- Na PI 8.3, a dinâmica de procura tem sido elevada e adequada à dotação financeira contratualizada, embora o perfil da procura se tenha alterado. Para esta PI foi inicialmente contratualizada uma única iniciativa intermunicipal, o Programa Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME AC e que mobilizaria também verbas FEDER da PI 8.8. No entanto em março de 2017 foi alterado o tipo de intervenções previstas para esta PI. O novo regulamento, o SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, passou a contemplar o apoio direto à criação, modernização e expansão de empresas (FSE para apoio à criação de emprego e FEDER para apoio ao investimento), integrando como novos beneficiários do PDCT empresas/entidades particulares com a mobilização da totalidade da verba contratualizada para o SI2E. Até à data de referência desta avaliação, foram apresentadas 40 candidaturas. No entanto, apenas 21 foram aprovadas sendo a taxa de reprovação 45%.

- Na PI 8.8 a adesão parte dos beneficiários privados nas tipologias SI2E e Programa de Apoio à Produção Nacional foi bastante positiva, o que levou ao reforço significativo da verba contratualizada e a um ligeiro aumento da meta dos indicadores para 2023. No entanto, a taxa de reprovação é bastante elevada (49,5%). No que respeita à procura por parte dos municípios (projetos dos viveiros de empresas municipais) a procura foi inferior ao contratualizado e não há qualquer projeto aprovado.

- Na PI 9.1 a dinâmica de procura não corresponde à programação do PDCT contratualizado, devido à ausência de Avisos de enquadramento das intenções de investimento, na sequência da transferência desta PI do POISE para o POR. O PDCT previa 7 operações, das quais 5 intermunicipais. Neste momento, há 3 operações aprovadas, sendo que apenas 1 é intermunicipal, submetidas no âmbito do Programa Cultura para Todos.

- No caso da PI 9.4, o único projeto de iniciativa intermunicipal previsto na contratualização - Activ-IDADE, não teve qualquer candidatura devido à transição desta PI do PO ISE para o POR e à ausência de Aviso de concurso.

- Na PI 9.7, foram apresentadas 16 candidaturas, sendo que apenas 9 estão aprovadas. A procura é inferior à programação inicialmente contratualizada (30 projetos de iniciativa municipal), mas aproxima-se da programação atual (12), que decorre das alterações ao PDCT. A alteração ao nível da programação é em parte explicada pelo facto de, à data da contratualização do PDCT, o mapeamento prévio não ser ainda conhecido, o que só aconteceu em abril de 2017. Esta situação obrigou à reformulação de muitos dos projetos inscritos e, a versão reformulada da lista de projetos, passou a ser composta apenas por 24 iniciativas municipais. Posteriormente foram eliminados 13 projetos e adicionado um novo, o que significa que atualmente, estão previstos 12 projetos. A meta do indicador de realização para 2023 foi reduzida de 17 para 12 equipamentos sociais apoiados.

- Na PI 10.1, apesar da dinâmica de procura ser equivalente à programação contratualizada, já que o PDCT contratualizado prevê 20 projetos e foram apresentadas 21 candidaturas, apenas 14 estão aprovadas, não havendo candidaturas a aguardar decisão, o que significa que as operações aprovadas poderão ficar aquém da programação. Nesta PI, a taxa de reprovação é elevada - 28,6%.

- Na PI 10.5, a procura tem correspondido à programação inicial. O PDCT contratualizado previa 36 projetos de iniciativa municipal e foram apresentadas 40 candidaturas, das quais 31 aprovadas. Aguardam ainda decisão 4 candidaturas. As candidaturas desistidas, neste caso, explicam-se pelas dificuldades de execução, principalmente financeiras em grande parte devido à exigência da aplicação dos custos máximos de referência desajustados dos preços de mercado e também a dificuldades financeiras dos municípios.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações inicialmente contratualizadas aquando da assinatura do PDCT têm vindo a ser atualizadas de acordo com as alterações ao nível dos projetos e também em função das perspetivas de execução, o que tem provocado a aproximação sucessiva entre os valores aprovados e os valores contratualizados.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 73,9%, sendo que se encontram submetidas a aguarda decisão de aprovação, 21 candidaturas. A taxa de execução global na mesma data era apenas 28,8%.

AS PI 8.3 e 4.3 apresentam a situação mais desfavorável relativamente a estes 2 indicadores.

As listas de projetos pré-definidos, acabaram por ter uma vantagem relativa uma vez que, já depois da contratualização, houve alterações ao nível da regulamentação, foram conhecidos alguns constrangimentos e regras que condicionaram a apresentação das candidaturas e reprogramações ao nível dos condicionaram também a aprovação de operações com interesse para o território que não tiveram oportunidade de aprovação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 73,9%, sendo que se encontram submetidas a aguarda decisão de aprovação, 21 candidaturas, o que deixa antever o acréscimo desta taxa.</p> <p>As PI 4.3 e a 8.3. apresentam taxas de compromisso muito baixas, sendo que no 1º caso, se encontram submetidas 4 candidaturas a aguardar decisão e esperam ter ainda a possibilidade de apresentar novas candidaturas. No caso da PI 8.3, não há candidaturas submetidas a aguardar decisão.</p> <p>As PI com a taxa de compromisso mais elevada, são a PI 2.3, 5.1, 10.1 e 10.5 sendo que, neste último caso, há ainda 4 candidaturas a aguardar decisão de aprovação.</p> <p>A única PI com as operações previstas todas encerradas é a PI 5.1.</p> <p>A taxa de execução global na mesma data era apenas 28,8%. As situações mais desfavoráveis verificam-se no caso da PI.9.1, que se destaca com a taxa de execução mais baixa, já que a data de aprovação das candidaturas é relativamente recente (final de 2020 e 2021) e no caso das PI 8.3 e 4.3. As taxas de execução mais elevadas verificam-se na PI 5.1, com todas as operações concluídas, e nas PI 2.3 e 8.8.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Contratualizado (após última alteração 15-01-2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor / contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização financeira (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	2.396.439,0	2	2.396.439,0	1.493.647,1	100,0	62,3	62,3
4.3	1.262.825,8	6	163.115,8	67.892,7	12,9	5,4	41,6
5.1	309.809,3	2	312.038,2	312.038,2	100,7	100,7	100,0
6.3	8.993.127,0	9	6.485.628,4	1.556.182,7	72,1	17,3	24,0
8.3	2.125.000,0	21	186.298,5	92.277,7	8,8	4,3	49,5
8.8	4.125.127,6	43	3.066.852,9	1.676.155,0	74,3	40,6	54,7

9.1	2.522.192,8	3	1.754.853,1	83.136,5	69,6	3,3	4,7
9.7	5.927.933,1	9	3.947.187,2	1.382.670,8	66,6	23,3	35,0
10.1	4.437.792,0	14	4.076.207,7	1.636.282,7	91,9	36,9	40,1
10.5	9.897.308,8	31	8.656.283,2	3.808.280,6	87,5	38,5	44,0
Total	41.997.555,4	140	31.044.903,8	12.108.564,0	73,9	28,8	39,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 E 84:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>Cf. resposta à SQ 23, onde é feito o balanço das operações aprovadas face ao previsto na contratualização e resposta à SQ 20, onde são analisadas as alterações formalizadas do PDCT contratualizado, designadamente ao nível das operações.</p> <p>No PDCT inicialmente contratualizado (versão de 2015), estão previstas 112 operações nas PI com listas prévias de operações indicativas, a que corresponde o montante de Fundo contratualizado de 32.240.651 €.</p> <p>À data desta avaliação, o total de operações do PDCT (candidaturas aprovadas), no caso das PI com listas prévias de operações era 76, sendo que o Fundo aprovado era 27.791.752,4 €.</p> <p>Excluem-se desta análise comparativa, as operações das PI 8.3, 8.8 sem listas prévias indicativas.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos eu existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.</p> <p>No Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT Alentejo Central 2020 e na entrevista realizada com a CIMAC, foram identificados os seguintes estrangulamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades financeiras dos municípios, em geral; - Dificuldades na operacionalização e na concretização dos projetos intermunicipais, decorrentes das diferentes capacidades técnicas e financeiras dos municípios; - Alteração / criação de novas regras após a contratualização; - Na PI 4.3: Condições de financiamento desfavoráveis e dificuldades de operacionalização decorrentes das exigentes condições de candidatura, de que são exemplo os certificados e relatórios energéticos atualizados e específicos e também as elevadas exigências de consultoria técnica. Estes fatores resultaram em avisos sem candidaturas e a sucessivas alterações das exigências aos beneficiários. - Nas PI 8.3 e 8.8: O facto de não estarem estabilizados muitos dos conceitos e elegibilidades contempladas, provocou atrasos nos processos de aprovação, que foram muito morosos. Existência de inúmeros problemas técnicos com a plataforma informática que gere o FSE (SIIFSE), o que tem dificultado e impedido muitas vezes o reporte da execução física e financeira; - Na PI 9.1: Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Na PI 10.1: Dificuldades dos promotores devido à inexistência de manual de procedimentos do FSE, pela falta de orientações técnicas necessárias à interpretação articulada do Aviso de concurso, regulamento específico e normas FSE, dificuldades com o SIIFSE. Registaram-se também demoras na constituição de equipas e na preparação da implementação dos projetos aprovados. - Na PI 10.5: O desajustamento entre os custos máximos e referência e os custos de mercado, prejudicou bastante a execução. Nas operações de maior dimensão têm sido reportados pelos promotores problemas resultantes de atrasos nos procedimentos e concursos públicos desertos e operações com empreitadas suspensas. <p>Foi também referida a desatualização das Cartas Educativas e, no caso das que foram atualizadas, a sua não homologação pelo Ministério da Educação, o que dificultou a emissão dos pareceres por parte da DGEstE.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 83 E 84:

A CIMAC não respondeu à questão sobre a adequação da modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) face às necessidades dos territórios e dos *stakeholders*, no Inquérito às CIM.

No entanto, é de referir que as listas de projetos pré-definidos, acabaram por ter uma vantagem relativa uma vez que, já depois da contratualização, houve alterações ao nível da regulamentação / novas regras que condicionaram a elegibilidade de alguns projetos (p.ex. nas PI 9.7 e 8.3) e também porque só com o lançamento dos Avisos foram conhecidos alguns constrangimentos e regras que condicionaram a apresentação das candidaturas (p.ex., PI 4.3). Reprogramações ao nível do PO ISE e POR, condicionaram também a aprovação de projetos com interesse para o território que não tiveram oportunidade de aprovação (PI 9.1 e 9.4).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 86 E 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes Tipologias de intervenção: - Promoção das TIC na administração e serviços públicos - Adaptação às alterações climáticas - Património natural e cultural - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para Todos - Intervenções de redução e prevenção do abandono escolar
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	O investimento total aprovado em vigor das operações de carácter intermunicipal à data de 30 de setembro de 2021 era 11.592.205,88€, o que representa 45% do investimento total inicialmente previsto neste tipo de operações (25.725.000,00€. Cf. resposta à SQ5). No entanto, atualmente esta percentagem deverá ser diferente, uma vez que o investimento total previsto inicialmente no PDCT contratualizado neste tipo operações, sofreu alterações e não está disponível a sua atualização.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

O PDCT contratualizado em 2015 previa um investimento total de 25.725.000,00€ (cf. resposta à SQ5). No entanto, ao longo do período de implementação do PDCT, as operações intermunicipais previstas sofreram alterações que se traduzem essencialmente no seguinte:

- Desistência dos projetos intermunicipais de promoção da eficiência energética na iluminação pública e nos edifícios públicos, previstos na PI 4.3.
- Na sequência da decisão de desistência do financiamento da PI 6.1, o (único) projeto desta PI, de carácter intermunicipal, saiu do PDCT (candidatura desistida).
- Dos 3 projetos previstos na PI 6.3, saiu do PDCT o projeto Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central e foi aprovado um novo projeto – Fora de Cena – Programação Cultural em Rede.
- O projeto intermunicipal previsto na PI 8.3, único projeto contratualizado nesta PI, não foi considerado elegível, tendo sido a verba canalizada para outros beneficiários do SI2E.
- Dos 5 projetos intermunicipais previstos nas PI do domínio da Inclusão Social – PI 9.1 e 9.4, apenas 1 foi aprovado.
- No domínio da educação (PI 10.1) apenas está aprovada a operação Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com uma verba muito inferior ao contratualizado para o projeto intermunicipal neste domínio.

À data de 30 de setembro de 2021, o peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado é 30,9%

Peso dos projetos intermunicipais no Fundo aprovado

PI contratualizadas após última alteração a 15-01-2021	Fundo aprovado em vigor	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das intervenções intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
2.3	2.396.439,0	2.396.439,00	100,0
4.3	163.115,8	NA	NA
5.1	312.038,2	312.038,15	100,0
6.3	6.485.628,4	4.672.739,24	72,0
8.3	186.298,5	NA	NA
8.8	3.066.852,9	NA	NA
9.1	1.754.853,1	1.640.868,10	93,5
9.7	3.947.187,2	NA	NA
10.1	4.076.207,7	562.660,70	13,8
10.5	8.656.283,2	NA	NA
Total	31.044.903,8	9.584.745,19	30,9

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Importa referir, que a aposta da CIMAC nos projetos intermunicipais, acabou por penalizar a execução do PDCT e limitar o seu contributo para o alcance dos objetivos e dos resultados esperados, principalmente nos domínios da eficiência energética e Inclusão social, devido à não concretização de projetos contemplados no PDCT contratualizado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 88 A 91:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Operações (de âmbito municipal ou intermunicipal) que têm como promotor outros parceiros que não os municípios ou a CIMAC:</p> <p><u>Aprovadas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações enquadradas na PI 8.3 Criação de emprego por conta própria e criação de empresas; - Operações enquadradas na PI 8.8 Microempreendedorismo e PAPN – base local; - Operação enquadrada na PI 10.1 – Redução do abandono escolar, promovida pelo Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira <p><u>Previstas no PDCT contratualizado (2015)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações enquadradas na PI 8.3 Criação de emprego por conta própria e criação de empresas; - Operações enquadradas na PI 8.8 Microempreendedorismo e PAPN – base local. <p><u>Previstas na candidatura</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Operações enquadradas na PI 8.3 Criação de emprego por conta própria e criação de empresas; - Operações enquadradas na PI 8.8 Microempreendedorismo e PAPN – base local.
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	<p>A consulta da Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC de 30 de setembro de 2021, permitiu concluir que, à data de 30 de setembro de 2021, estavam encerradas/concluídas 18 operações: 2 da PI 5.1, 8 da PI 8.3 e 8 da PI 8.8.</p> <p>Destas 18 operações, apenas 7 foram encerradas/concluídas na data prevista ou antes.</p> <p>As restantes 11 apresentaram, em média, um desvio de 345 dias entre a data prevista e a data efetiva de conclusão.</p>

Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	Tempo médio de execução das operações concluídas, por PI (nº de dias): PI 5.1 – 921 dias; PI 8.3 – 709 dias; PI 8.8 – 346 dias.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	A CIMAC não identificou os fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, no Inquérito às CIM.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	A CIMAC não identificou, no Inquérito às CIM, outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a contrapartida nacional.

SQ26. Os níveis atuais de realização física dos PDCT e das DLBC são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de 30 de setembro de 2021, não está disponível informação sobre o grau de cumprimento das metas.

De acordo com o Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020, realizada em maio de 2019, nesta data foram alcançadas ou superadas as metas de 12 dos 21 indicadores contratualizados, que foram ajustados em função das perspetivas de execução e que constam da última versão do PDCT (2021).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	Não está disponível informação sobre o grau de cumprimento das metas, à data de 30 de setembro de 2021. Sobre o grau de cumprimento das metas definidas para 2018, à data da realização do Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020 (maio de 2019), Cf. a tabela abaixo - Grau de cumprimento das metas definidas para 2018. A CIMAC não respondeu à questão do Inquérito às CIM sobre a capacidade de virem a ser cumpridas as metas definidas no PDCT. À data desta Avaliação, é possível dizer que a meta para 2018 do indicador de realização da PI 9.7 – Equipamentos sociais e de saúde apoiados, foi também ultrapassada, face ao número de operações já aprovadas.
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	Atraso no arranque do Portugal 2020, estabilização da regulamentação para a operacionalização e outros fatores indicados na resposta à SQ 24, Indicador 84 - Tipo de estrangulamentos ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	A CIMAC não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas)	Todos os indicadores contratualizados têm metas associadas. Após a última alteração, formalizada em janeiro de 2021, foi introduzido um novo indicador de realização que não constavam do PDCT inicialmente contratualizado:

associadas e/ou que não constavam da contratualização)

Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (PI 10.1), permitindo uma melhor monitorização.

Apesar dos avisos terem mobilizado outros indicadores que permitem uma melhor monitorização, não está disponível informação sobre o atingimento das metas/resultados produzidos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 94:

O quadro seguinte apresenta os indicadores e as metas contratualizados, de acordo com 4ª e última Adenda ao PDCT de janeiro de 2021, bem como o grau de cumprimento das metas definidas para 2018, em maio de 2019, tendo em conta os valores de execução apresentados no Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020.

Grau de cumprimento das metas definidas para 2018, à data de maio de 2019

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcançado (maio de 2019)	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
2.3	Realização	Serviços da Administração Pública apoiados	Nº	10	14	10	cumpriu
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet, no total de câmaras	%	21	75	50	superou
4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	3 967 991	1 073 402	9 893 895	superou
	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local	Tep	853	581	2 127	superou
5.1	Realização	Nº de estudos, cartografia e outros documentos que visam a identificação dos riscos associados ao clima, contribuindo para o melhor conhecimento das áreas vulneráveis a esses riscos	Nº	1	1	1	cumpriu
	Realização	Nº de Planos Municipais, Intermunicipais, Regionais e Setoriais de adaptação às alterações climáticas elaborados para os diferentes níveis territoriais ou revistos no sentido da integração desta componente noutras políticas e planos/sectoriais	Nº	1	1	1	cumpriu
	Realização	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Nº	14	14	14	cumpriu

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcançado (maio de 2019)	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
	Resultado	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima	Há	-	739 347,43	739 376	cumpriu
	Resultado	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	%	0	15	0	
6.3	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Nº	14 100	57 281	n.d.	
	Resultado	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outro	Milhares	37 600	311 181	829 956	superou
8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	14	75	51	Superou
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	50	70	n.d.	
8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	Nº	5	22	24	Superou
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	7	34	79	Superou
9.1	Realização	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	Nº	-	128	n.d.	
	Resultado	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	%	-	90	n.d.	
9.7	Realização	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Nº	6	12	0	não cumpriu
	Resultado	População beneficiada pelos equipamentos sociais intervencionados	Nº	25.000	100.000	0	não cumpriu
10.1	Realização	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Nº	-	14	13	

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcançado (maio de 2019)	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
	Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram aproximando-se ou superando o valor esperado	Nº	15	105	n.d	
10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº	200	9.900	n.d.	
	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	%	30	92	n.d.	

Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar de Operacionalização do PDCT do Alentejo Central 2020 (2019)

SQ26. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

Ao longo do processo de implementação do PDCT foram feitas alterações formalizadas através de 4 Adendas que alteraram o contributo esperado deste instrumento para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território.

O contributo mais elevado será para a qualificação do ensino e combate ao abandono escolar, principalmente através da qualificação das infraestruturas escolares, e também para a qualificação e valorização do património natural e cultural e para a atratividade turística do território.

Face ao previsto, destaca-se a perda de relevância do PDCT no domínio da Inclusão social, devido à não execução de projetos intermunicipais com um peso significativo e dimensão inovadora previstos nas PI 9.1 e 9.4 e também no domínio da Utilização sustentável de recursos, inicialmente perspectivado como muito relevante, mas que perdeu importância devido às dificuldades de operacionalização da PI 4.3, que determinaram uma forte redução do investimento na promoção a eficiência energética.

No que respeita ao empreendedorismo e emprego, o contributo será principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial e menor ao nível da criação e emprego.

O contributo para qualificar a redes de equipamentos sociais deverá aproximar-se da programação atual, embora inferior à programação inicial e o contributo para a capacitação e Modernização da Administração Pública Local, deverá ser equivalente ao previsto/contratualizado, embora inferior às necessidades e ambição neste domínio.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os Domínios estratégicos da EIDT e para os Eixos de intervenção e Objetivos específicos do PDCT, tendo em conta as alterações e dinâmicas de aprovação e execução dos projetos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Domínios Estratégicos da EIDT do Alentejo Central	Eixos de intervenção e Objetivos específicos do PDCT do Alentejo Central	Contributo esperado da implementação do PDCT para os objetivos da EIDT e do PDCT
A. Competitividade empresarial, emprego e internacionalização: apoiar o desenvolvimento e inovação empresarial, promover a valorização económica dos recursos territoriais regionais e reforçar a competitividade da base económica regional.	A. Empreendedorismo e emprego - Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala e associadas à exploração de recursos endógenos.	O contributo esperado do PDCT neste domínio é significativo, principalmente pela mobilização da PI 8.8., onde a dinâmica de procura e a taxa de compromisso são mais elevadas, e a dotação financeira foi bastante reforçada. As metas dos indicadores de realização e de resultado para 2018, já foram ultrapassadas. No entanto, o contributo do PDCT para a criação de viveiros de empresas, ficará aquém do esperado. à data de 30 de setembro de 2021, não havia qualquer candidatura aprovada. O contributo esperado das intervenções a apoiar no âmbito da 8.3, face à programação contratualizada, será diferente, uma vez que se alterou o seu perfil. Em 2017, foi alterado o tipo de intervenções previstas para esta PI e a única iniciativa intermunicipal inicialmente contratualizada - o Programa Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PME AC, deu lugar ao apoio direto à criação, modernização e expansão de empresas (FSE para apoio à criação de emprego e FEDER para apoio ao investimento), integrando como novos beneficiários do PDCT empresas/entidades particulares. Neste caso, a taxa de compromisso é baixa devido às maiores dificuldades na criação e manutenção de postos de trabalho, embora a meta do indicador de realização para 2018 - Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, tenha sido já ultrapassada.
B. Reforço e capacitação institucional: fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento.	B. Capacitação e Modernização da Administração Pública Local - Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos.	- Contributo significativo, equivalente ao esperado. A taxa de compromisso na PI 2.3 é de 100%. No entanto, é considerado insuficiente pela CIMAC, face às necessidades de qualificação das organizações, cada vez mais exigentes. Neste domínio, as intervenções elegíveis deviam ser atualizadas e as verbas disponibilizadas reforçadas.
C. Organização e qualificação do território: implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade.	C. Qualificação e Valorização do Território e Utilização Sustentável de Recursos - Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono.	- Contributo inferior ao esperado, devido principalmente às dificuldades de operacionalização da PI 4.3, que determinou a opção de execução do investimento na promoção da eficiência energética na iluminação pública fora do PDCT e a redução dos investimentos nos edifícios públicos. Este domínio de intervenção, inicialmente perspectivado como muito relevante, acabou por perder relevância e ter uma forte redução na sua dotação financeira. - No que respeita à valorização turística, o contributo esperado é elevado, sendo que o Património natural e cultural é, neste momento, após alterações, o 2º domínio de intervenção do PDCT com a dotação financeira mais elevada e bastante superior à programação inicial. No entanto, poderá ser prejudicado pela execução, que, neste momento, é baixa. A não concretização do projeto intermunicipal Sistema de Fruição do Património natural e cultural do Alentejo Central, e a canalização de verbas para outros projetos municipais e um outro intermunicipal, irá certamente alterar os efeitos e resultados esperados.
D. Coesão social e qualidade de vida: inovação e coesão social e bem-estar da população.	D. Coesão Social - Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza. - Qualificar as redes de equipamentos sociais. - Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar.	- O contributo será mais elevado para o objetivo - Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar. A procura, equivalente à programação contratualizada, permite antever uma boa execução e, no caso da qualificação das infraestruturas escolares a verba foi bastante reforçada, deixando antever um forte impacto do PDCT neste domínio. - No caso da qualificação dos equipamentos sociais, o contributo do PDCT, deverá aproximar-se da programação atual, embora muito inferior ao esperado aquando da contratualização inicial, já que foi reduzida a lista de projetos a apoiar. A meta do indicador de realização foi reduzida de 17 para 12.

		<p>- O PDCT perdeu relevância no domínio da inclusão social, com candidaturas aprovadas apenas no Programa Cultura para Todos. O contributo esperado no combate aos fenómenos de exclusão social e isolamento será inferior ao esperado, devido à não execução de projetos intermunicipais com um peso significativo e dimensão inovadora previstos nas PI 9.1 e 9.4. esta situação foi determinada pela transferência das PI 9.1 e 9.4 do PO ISE para o POR e ausência de avisos.</p>
<p>E. Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas: proteção do ambiente, preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais.</p>	<p>E. Proteção Ambiental - Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas.</p> <p>- Melhorar os sistemas de gestão de resíduos.</p>	<p>- O contributo esperado do PDCT para a melhoria dos sistemas de gestão dos resíduos, será nulo, devido à desistência de contratualização da PI 6.1.</p> <p>- O contributo do PDCT no caso da promoção de mecanismos de adaptação às alterações climáticas, será equivalente ao previsto no PDCT contratualizado. Os projetos previstos foram já concluídos e correspondem às necessidades de instrumentos de planeamento territorial e de melhoria do conhecimento e da identificação de riscos específicos associados ao clima. Contudo, não está disponível informação atualizada sobre a implementação das medidas. Em 2019, de acordo com o relatório de Avaliação intercalar da Operacionalização do PDCT AC, a implementação das medidas estava ainda em preparação.</p>

SQ27. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT/DLBC com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT e EDL, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação da CIM em articular o PDCT com outros instrumentos de financiamento do PT2020 e com outras fontes de financiamento, foi feita <i>à posteriori</i> , com a busca de financiamento para projetos não abrangidos pelo PDCT ou cuja operacionalização se revelou difícil ou mais desfavorável no âmbito deste instrumento, assumindo uma lógica de substituição nalguns casos e de complementaridade noutros, como referido na resposta à SQ 3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Alentejo Litoral



CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

Região: Alentejo - NUT III Alentejo Litoral

Municípios: Alcácer do Sal; Grândola; Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

População total: 96.490 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM Alentejo Litoral contratualizado em 2015, encontra-se alinhado com os Eixos Estratégicos de desenvolvimento bem como com as Iniciativas âncora e Ações desenhadas na EIDT Alentejo Litoral 2020, reconhecida para o território abrangido por este instrumento.

Os investimentos previstos no PDCT contribuem para a concretização da EIDT, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis¹² e mobilizadas e focado principalmente nas intervenções promovidas pelas entidades municipais e intermunicipais, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos Eixos Estratégicos e das Iniciativas da EIDT. Um conjunto de Ações associadas às Iniciativas Âncora, serão concretizadas através de outros parceiros, mobilizando outras prioridades de investimento do Portugal 2020 e outros instrumentos de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados nas EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>O PDCT contratualizado em 2015, encontra-se estruturado em torno das Iniciativas Âncora (IA) da EIDT, verificando-se uma focalização nas IA mais alinhadas com as PI mobilizadas pelo PDCT.</p> <p>O PDCT não terá contributo, ou este será residual, para as seguintes Iniciativa Âncora, já que as Ações previstas não serão concretizadas no âmbito do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IA.6 - Ordenar para atrair e povoar; - IA.7 - Governar em rede. A opção de não contratualização da PI 2.3 é em parte responsável por esta situação. <p>A cobertura das seguintes Iniciativas Âncora, face aos investimentos inicialmente previstos, será parcial, na medida em nem todas as ações são cobertas pelas PI/TI mobilizadas no PDCT:</p>

¹² Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - IA. 1 - Orientar as empresas para a competitividade e inovação. Neste caso, o contributo será muito reduzido, a quase totalidade das Ações não deverão ter contributos gerados pelo PDCT. - IA.2 Montar experiências turísticas diferenciadas; - IA.3 Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego; - IA.4 Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos; - IA.5 Favorecer a coesão e a inclusão social; <p>Todas as intervenções previstas no PDCT têm contributo para os Eixos estratégicos e para as IA desenhados na EIDT.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Iniciativas Âncora abrangidas com correspondência e com contributo esperado do PDCT, embora parcial – 5;</p> <p>Iniciativas Âncora sem correspondência com o PDCT os com contributo esperado residual, do PDCT: 2.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Alinhamento das Prioridades de investimento do PDCT do Alentejo Litoral com os Eixos Estratégicos da EIDT

EIDT Alentejo Litoral 2020 Eixos Estratégicos	PDCT Alentejo Litoral Prioridades de investimento / tipologias de operação
1. Construção e afirmação do produto turístico	6.3 - Património natural e cultural 8.3 – Promoção do Empreendedorismo e emprego 8.8 - Promoção do Empreendedorismo e investimento empresarial
2. Afirmação do polo económico de Sines	5.2 - Gestão de riscos e catástrofes 8.3 - Promoção do Empreendedorismo e emprego 8.8 - Promoção do Empreendedorismo e investimento empresarial
3. Valorização dos recursos Endógenos	4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas 5.2 - Gestão de riscos e catástrofes 6.3 - Património natural e cultural 8.8 - Promoção do Empreendedorismo e investimento empresarial
4. Fomento da acessibilidade física, funcional e virtual	9.1 - Inclusão ativa / cultura para todos 9.4 - Envelhecimento ativo 9.7 - Infraestruturas sociais 10.1 - Combate ao abandono e insucesso escolar 10.5 - Infraestruturas escolares

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Litoral 2014-2020; PDCT da CIM Alentejo Litoral, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (31 de julho de 2015). Avaliação Intercalar do PDCT (2019).

Alinhamento das Prioridades de investimento do PDCT do Alentejo Litoral e dos contributos esperados, com as Iniciativas Âncora da EIDT

EIDT Alentejo Litoral 2020 Iniciativas Âncora	PDCT Alentejo Litoral – Prioridades de investimento e contributos esperados	
	PI Mobilizadas	Contributos esperados
IA.1 Orientar as empresas para a competitividade e inovação	PI 8.8	- Promoção do empreendedorismo e do Investimento empresarial
IA.2 Montar experiências turísticas diferenciadas	PI 6.3 PI 8.3 PI 8.8	- Conservação, proteção, promoção e valorização do património cultural - Investimento em microempresas e na criação de empresas (do setor turístico)
IA.3 Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego	PI 8.3 PI 8.8	- Promoção do empreendedorismo, do investimento empresarial e criação de emprego
IA.4 Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos	PI 4.3 PI 5.2 PI 6.3	- Promoção da eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas públicas da administração local - Prevenção e gestão de riscos e catástrofes (sistemas de informação e monitorização em matéria de proteção civil) - Valorização e conservação de áreas de elevado valor ambiental e paisagístico
IA.5 Favorecer a coesão e a inclusão social	9.1 9.4 9.7 10.1	- Redução do abandono escolar e melhoria do sucesso educativo - Investimentos nas infraestruturas escolares de ensino básico e secundário - Promoção da inclusão social através de ações de trabalho socialmente necessário e da cultura

	10.5	- Promoção do envelhecimento ativo e saudável - Investimentos nos equipamentos sociais - Promoção do acesso aos serviços comunitários
IA.6 Ordenar para atrair e povoar	-	-
IA.7 Governar em rede	-	-

Fontes: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Litoral 2014-2020; PDCT da CIM Alentejo Litoral, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (31 de julho de 2015).

A EIDT, teve como missão traduzir um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pelas CCDR, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas.

O PDCT do Alentejo Litoral não corresponde a uma estratégia autónoma nem completa de desenvolvimento regional, posicionando-se antes como um instrumento de operacionalização e implementação da EIDT reconhecida para esse território e que abrange as intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da Estratégia reconhecida, com especial ênfase na reorganização da oferta dos serviços públicos e coletivos, nas áreas da inclusão, da educação ou da formação, bem como no aumento da qualidade de prestação desses mesmos serviços ou dos serviços prestados diretamente pelas entidades municipais e intermunicipais.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM, a CIMAL atribuiu um grau médio de adequação às PI disponibilizadas de 3,5 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 6): 6.3. É uma Prioridade de grande relevância estratégica para o território. - PI consideradas adequadas (grau de adequação 5): 5.2, 9.7 e 10.1. - PI consideradas moderadamente adequada (grau de adequação 4): 8.8. - PI consideradas pouco adequadas (grau de adequação 3): 4.3 (considerada pela CIM pouco atrativa, principalmente devido ao modelo de financiamento) e 10.5. (neste caso, a CIM referiu na entrevista que, apesar da adequação desta tipologia de intervenção às necessidades do território, a baixa taxa de incentivo e as dificuldades decorrentes da subida dos preços de mercado das empreitadas, dificultaram a execução). - PI consideradas muito pouco adequadas (grau de adequação 2): 8.3, 9.1 e 9.4. <p>A CIM referiu que as PI 9.1 e 9.4 eram importantes para o território e correspondiam a necessidades e intenções de investimento identificadas na EIDT. No entanto, apesar de estarem preparados para executar investimentos nestas áreas, acabaram por não ter oportunidade de concretização, devido à não operacionalização das tipologias de intervenção destas PI, principalmente no caso da PI 9.4., onde não houve possibilidade de qualquer investimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI consideradas nada adequadas (grau de adequação 1): 2.3 (não contratualizada. A CIM referiu que a verba disponível era muito reduzida). <p>Não foi atribuída classificação às PI 5.1 e 6.1, não contratualizadas.</p>
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	<p>A CIMAL referiu, na resposta ao Inquérito às CIM, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas básicas em baixa; - Infraestruturas rodoviárias; - Apoio à cultura; - Revitalização e limpeza de espaço público; - Mobilidade; - Ambiente; - Economia e apoio ao investimento.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -31,6% face ao apresentado em sede de candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas, na maior parte das PI.

As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às alterações verificadas ao nível dos investimentos previstos e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 26% na dotação global do PDCT.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
<p>Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)</p>	<p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de - 31,6% no momento da contratualização, destacando-se a decisão de não contratualização da PI 2.3 e a redução generalizada das dotações propostas nas restantes PI, com exceção da PI 9.1.</p> <p>A decisão de não contratualização da PI 2.3, foi justificada pela reduzida dimensão da verba disponível nesta PI, muito inferior às necessidades identificadas, optando os municípios por fazer os investimentos fora do PDCT.</p> <p>As PI que, no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: PI 10.5 (24,4%), a PI 4.3 (20,4%) e a PI 6.3 (13,7%).</p> <p>Entre o momento da contratualização e o início de 2021, o PDCT sofreu alterações de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação da PI 4.3 considerada pouco atrativa pelos beneficiários e de difícil operacionalização; - A anulação da PI 9.4. Na sequência da sua transferência do PO ISE para o POR, esta PI não foi operacionalizada. - O reforço elevado da dotação da PI 6.3, em parte devido à inclusão da tipologia Cultura em Rede, da PI 8.8 devido à elevada procura e à introdução uma nova tipologia – PAPN, e da PI 10.5. - A redução da dotação das PI 8.3 e 9.1. No caso da PI 8,3, a perspetiva de não utilização da dotação disponível deve-se às dificuldades sentidas pelos beneficiários como a ausência de estrutura para avançarem com uma empresa e à falta de atratividade dos termos da operacionalização, em particular a contratação de desempregados de longa duração, de acordo com a Avaliação Intercalar realizada em 2019. No caso da PI 9.1, esta redução verificou-se na sequência da transferência do POISE para o POR. A medida da PI 9.1 relativa ao emprego e inovação social (ações de trabalho socialmente necessário) foi anulada. - O reforço da dotação global (26%). <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10,5 (34%), PI 6.3 (33,3%) e PI 8.8 (11,8%).</p> <p>Ver Quadro abaixo – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
<p>Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado</p>	<p>A CIMAL considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O financiamento foi ajustado nas seguintes PI/TI: 4.3, 5.2, 6.3, 9.1, 9.4, 10.1. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 2.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Houve sobrefinanciamento na PI/TI: 8.3.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação proposta candidatura		Dotação contratualizada 2015		Dotação atual (reprogramação jan. 2021)		Varição candidato/ contratualizado	Varição Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	2.014.500,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	-
4.3	FEDER	4.947.663,0	14,8	4.669.295,0	20,4	0,0	0,0	-5,6	-100,0
5.2	FC	2.040.000,0	6,1	500.000,0	2,2	500.000,0	1,7	-75,5	0,0
6.3	FEDER	5.758.750,0	17,2	3.146.782,0	13,7	9.607.172,3	33,3	-45,4	205,3
8.3	FSE	1.893.925,0	5,7	1.609.836,0	7,0	609.836,0	2,1	-15,0	-62,1
8.8	FEDER	1.847.075,0	5,5	1.382.979,0	6,0	3.415.081,7	11,8	-25,1	146,9
9.1	FSE	1.041.250,0	3,1	1.063.298,0	4,6	207.449,5	0,7	2,1	-80,5
9.4	FSE	340.000,0	1,0	340.000,0	1,5	0,0	0,0	0,0	-100,0
9.7	FEDER	3.123.750,0	9,3	1.912.500,0	8,3	1.990.013,7	6,9	-38,8	4,1
10.1	FSE	3.230.000,0	9,6	2.720.000,0	11,9	2.643.202,7	9,2	-15,8	-2,8
10.5	FEDER	7.279.400,0	21,7	5.586.200,0	24,4	9.908.826,9	34,3	-23,3	77,4
Total FEDER		24.971.138,0	74,5	16.697.756,0	72,8	24.921.094,6	86,3	-33,1	49,2
Total FSE		6.505.175,0	19,4	5.733.134,0	25,0	3.460.488,2	12,0	-11,9	-39,6
Total FC		2.040.000,0	6,1	500.000,0	2,2	500.000,0	1,7	-75,5	0,0
Total		33.516.313,0	100,0	22.930.890,0	100,0	28.881.582,8	100,0	-31,6	26,0

Fontes: Candidatura EIDT-99-2015-02-007 Alentejo Litoral; PDCT da CIM Alentejo Litoral, Anexo 3: Pacto Aprovado pelas AG dos Programas financiadores (31 de julho de 2015). PDCT Alentejo Litoral – 3ª alteração ao PDCT da CIM do Alentejo Litoral, janeiro de 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas; - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal.</p> <p>Exemplos em que os indicadores que constam do PDCT contratualizado não são adequados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No caso da PI 6.3, não existe uma relação direta entre a realização apoiada e o resultado visado; no caso do indicador de resultado, assinala-se também o desfazamento temporal que irá certamente colocar-se entre o momento de encerramento da operação e o momento de disponibilização da informação de suporte por parte do Sistema Estatístico Nacional (gerando constrangimentos óbvios ao encerramento da operação). - No caso da PI 8.8 os indicadores não cobrem a componente de apoio a viveiros de empresas, sendo que está prevista 1 operação deste tipo. <p>Na Avaliação intercalar (2019), é referido que a bateria de indicadores de realização e de resultado utilizada para a fixação das metas do PDCT apresenta algumas limitações práticas, designadamente em matérias como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A cobertura do perfil de realizações e de resultados das tipologias de operações contratualizadas; - A possibilidade de associação direta entre realizações e resultados; - A própria viabilidade do cálculo dos indicadores (sobretudo de resultado) em tempo útil; o que representa um constrangimento concreto ao encerramento de determinadas tipologias de operações, dado o desfazamento existente (que pode ser superior a 1 ano) entre a sua conclusão física e financeira e a disponibilidade da informação de suporte ao cálculo do indicador. <p>O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015, foi alterado na sequência das alterações ao PDCT, no sentido de proceder a ajustamentos face às perspetivas de execução. O quadro de indicadores que consta no documento da 3ª Alteração ao PDCT da CIM do Alentejo Litoral (janeiro 2021), permitiu identificar as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram retirados os indicadores da PI 4.3 (sem dotação) e os indicadores da PI 9.1 referentes às ações de trabalho socialmente necessário (sem dotação); - Foram alterados os indicadores das PI 5.2 e 10.1, no sentido da sua maior adequação às operações a apoiar; - Foram alteradas as metas para 2023 dos indicadores de realização e de resultado associados às PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.1 (inclusão por via da cultura), 9.7, 10.1 e 10.5. <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho. No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT nos investimentos previstos e na alocação de verbas por PI, no sentido do seu maior ajustamento.</p>

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIMAL referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de carácter estratégico e programático, enquanto referenciais para a definição das operações a implementar no âmbito do PDCT, em particular no domínio da inclusão social. No entanto, admitiu que esta articulação no caso de outros instrumentos, ficou aquém do desejado.

A CIMAL recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para as Prioridades Estratégicas da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIMAL referiu a articulação com os seguintes instrumentos: - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios; - Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS; - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; - Mobilidade Urbana Sustentável – MUS; - Desenvolvimento Local de Base Comunitária. No entanto, a CIM referiu, na Entrevista, que a complementaridade entre instrumentos não se verificou. Funcionaram de forma autónoma. Não houve a articulação de investimentos inicialmente desejada.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado elevado pela CIM (5 numa escala de 1 a 6). Este contributo não foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da CIMAL ao Inquérito às CIM.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Na fase de programação, houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento exclusivamente do PT2020. Na fase de implementação, houve também esta preocupação, com instrumentos de financiamento do PT2020, mas também com outras fontes de financiamento mobilizadas, como o BEI, o IFRRU e o Fundo Ambiental. O Plano de adaptação às alterações climáticas, de âmbito intermunicipal, foi elaborado fora do âmbito do PDCT, recorrendo ao POSEUR. A CIMAL não respondeu, no Inquérito às CIM, sobre a adequação das fontes de financiamento consideradas.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A articulação foi feita a posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIMAL fez uma avaliação desfavorável do contributo do modelo assente num processo concorrencial seguido de negociação, para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades, já que a margem de adaptação às necessidades do território foi muito reduzida e previamente condicionada. Não houve qualquer vantagem nos processos de negociação, todas as estratégias foram aprovadas. Referiu ainda que, havendo tipologias em que os investimentos/operações estão previamente identificados e aprovados, o concurso não se justifica e as candidaturas tem principalmente o propósito de firmar um compromisso formal.

O processo de negociação e as alterações introduzidas, apenas tiveram um contributo positivo para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIMAL atribuiu uma pontuação média muito baixa (1,7 numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM, o que revela a avaliação negativa do modelo de aprovação/negociação. O contributo do modelo foi considerado pela CIM muito baixo (2) para os seguintes parâmetros: - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; - Simplificação do processo de seleção;

	<ul style="list-style-type: none"> - Celeridade do processo de seleção; - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT; <p>Foi considerado nulo (1) para os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relevância do instrumento para a estratégia; - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; - Criação de novas parcerias nos territórios
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A avaliação dos contributos do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, foi também pouco favorável já que, aos parâmetros de avaliação no Inquérito às CIM foi atribuída uma pontuação média de 2,3 (numa escala de 1 a 6). O seu contributo foi considerado pela CIMAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado (5): para melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas. - Baixo (3): para melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; para melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; para melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; para melhorar a adequação das metas aos resultados esperados. - Nulo (1): para aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); para incrementar/clarificar os conteúdos da proposta; para assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; para assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso. <p>A CIM referiu ainda que, com o processo de negociação e as alterações posteriores ao PDCT, se foi perdendo o foco na estratégia.</p>

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

O PDCT inicialmente contratualizado previa 8 operações com um investimento total de 7.825.000,00 €, nas seguintes áreas: Prevenção e gestão de riscos (30,7%), Promoção do sucesso escolar (48,6%), Inclusão social (20,8%). Na versão atual do PDCT (2021) constam apenas 2 projetos intermunicipais com 1.266.666,70 €, o que traduz uma forte redução deste tipo de projetos. A CIM referiu as dificuldades com deste tipo de projetos que exigem consensos alargados e em que os municípios não têm as mesmas condições para sua implementação. Os projetos intermunicipais por vezes são projetos municipais em que o papel e responsabilidade da CIM é mínima.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas no PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <p>PI 5.2 – Prevenção e gestão de riscos</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis</p> <p>PI 9.4 – Inclusão social - Envelhecimento ativo e saudável</p> <p>PI 10.1 Redução do abandono escolar</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura, foram propostas 9 operações de natureza intermunicipal (num total de 45 operações), com um investimento total de 10.195.000,00 €.</p> <p>No PDCT contratualizado (2015), no quadro de investimentos apresentado, foram identificadas 8 operações de natureza intermunicipal (num total de 45 operações), com um investimento total de 7.825.000,00 €.</p> <p>A comparação das listagens das operações intermunicipais previstas na candidatura com aquelas previstas no PDCT contratualizado, permite verificar que a maior parte das operações se mantém. A redução do investimento total em operações desta natureza é explicada pela eliminação da operação prevista na PI 2.3, na sequência da anulação da dotação desta PI no PDCT.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Listagem de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>

Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, no PDCT contratualizado (nº): Inclusão social - 3; Educação – 3; Proteção civil – 2.
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios	No quadro de investimentos do PDCT contratualizado (2015) não existem operações promovidas por outros stakeholders que não a CIM e os municípios. No entanto, a CIM identifica os seguintes copromotores não municipais : - Direção Regional da Cultura do Alentejo; - IGESPAR - Instituto de Gestão do património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. - Fábrica da Igreja da Freguesia da Matriz de Alcácer do Sal; - União de Freguesias de Alcácer do Sal (santa Maria do castelo e Santiago e Santa Susana); Grupo Pestana Pousadas – Investimentos Turísticos, S.A.; Direção Geral de equipamentos escolares – Direção de Serviço do Alentejo.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Listagem de investimentos de natureza intermunicipal previstos em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total candidatura €	Investimento total PDCT contratualizado €	Variação %
@alentejo litoral - Eficiência e Melhoria do serviço público	CIMAL	2.3	Modernização administrativa	2.370.000,00		-100,0
Prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações	CIMAL	5.2	Proteção civil	2.200.000,00	2.200.000,00	0,0
Redução de riscos de incêndio florestal	CIMAL	5.2	Proteção civil	200.000,00	200.000,00	0,0
Alentejo Litoral + Coeso(+ vida, + Inclusivo, + Saudável)	CIMAL	9.1	Inclusão social	500.000,00	500.000,00	0,0
Alentejo Litoral + Coeso(+ vida, + Inclusivo, + Saudável)	CIMAL	9.1	Inclusão social	725.000,00	725.000,00	0,0
Alentejo Litoral + Coeso(+ vida, + Inclusivo, + Saudável)	CIMAL	9.4	Inclusão social	400.000,00	400.000,00	0,0
Promoção do sucesso escolar - capacitação para a promoção do sucesso escolar	CIMAL	10.1	Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0
Promoção do sucesso escolar - Escola e Sociedade	CIMAL	10.1	Educação	1.600.000,00	1.600.000,00	0,0
Promoção do sucesso escolar - Modernização e Inclusão	CIMAL	10.1	Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	0,0
Total				10.195.000,00	7.825.000,00	-23,2

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-007 Alentejo Litoral - Quadro de investimentos; PDCT da CIM Alentejo Litoral contratualizado (5 agosto 2015) - Quadro de investimentos.

A programação relativamente às operações intermunicipais foi bastante alterada após a contratualização, passando este tipo de operações a ter uma representação pouco significativa. Na versão atual do PDCT (2021), constam apenas 2 projetos intermunicipais.

Projetos intermunicipais de acordo com a 3ª Alteração ao PDCT

Projetos Intermunicipais Após a 3ª alteração ao PDCT (2021)	Promotor	PI / Tipologia de intervenção	Setor	Investimento total €
Alentejo litoral resiliente	CIMAL	5.2	Proteção civil	666.666,70
Programação cultural em rede - Alentejo Litoral	CIMAL	6.3	Património cultural	600.000,00
Total				1.266.666,70

Fonte: 3ª Alteração ao PDCT da CIM do Alentejo Litoral, 15 de janeiro de 2021.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

A CIM classificou como substantiva a participação destas entidades na conceção da EIDT e do PDCT e destacou os resultados, bastante positivos.

A sua participação foi assegurada principalmente através do envolvimento em sessões públicas de debate e da recolha formal de pareceres e contributos. Os municípios e POR/CCPPOR/CCDR foram as entidades que participaram com mais frequência.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIMAL ao Inquérito às CIM:</p> <p>Participaram com muita frequência (6);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR. <p>Participaram moderadamente (4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas dos Setores social, económico e ambiental; - Agências públicas da administração Central; - Entidades privadas com fins lucrativos. <p>A Agência Pública da administração central que participou na definição da EIDT indicada pela CIM, foi a ADC - Agência de Desenvolvimento e Coesão.</p> <p>Participaram pouco (3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva por parte de todo o tipo de entidades referidas.</p> <p>As sessões públicas de debate e a recolha formal de pareceres e contributos, foram as principais formas de envolvimento das entidades.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Tipo de resultados gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento do âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Sessões públicas de debate	Recolha formal de pareceres e contributos
Municípios	6	Substantiva	x	x	x
Juntas de freguesia	3	Substantiva		x	x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Substantiva	x	x	x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4	Substantiva		x	x
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Substantiva		x	x
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Substantiva		x	x
Agências públicas da Administração Central	4	Substantiva		x	x

Agências públicas da Administração Central desconcentrada	NR	NR		x	x
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	Substantiva		x	x

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

A CIMAL refere, na caracterização do PDCT contratualizado em 2015, que a definição da EIDT foi um processo com forte participação coletiva. Teve início em 2013 com a realização de entrevistas fundamentais para definir os principais desafios, dirigidas a 23 entidades ligadas às dinâmicas sociais e económicas, da esfera pública e privada. Nesta primeira fase, foram também realizados um conjunto de workshops temáticos que permitiram obter contributos de mais de 40 entidades públicas e privadas, promover a discussão, e estabelecer uma rede sólida de colaboração.

Partindo de uma base de diagnóstico, foi realizada uma segunda ronda de workshops para a definição de grandes linhas de intervenção para o futuro, a que se seguiu um processo de diálogo e concertação para a definição e projetos fundamentais, em que a CIM e os Municípios tiveram um papel fundamental no que respeita à definição de projetos intermunicipais.

A preparação do PDCT considerou todos os inputs deste processo. A CIMAL promoveu ainda um conjunto de reuniões para aferir áreas e aposta e identificar projetos concretos, que envolveram várias entidades como a ERT Alentejo e Ribatejo, o GAL do Alentejo Litoral, a DS da Região Alentejo – Direção Geral dos estabelecimentos Escolares, o Instituto da Segurança Social – Centros Distritais de Setúbal e Beja, a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Direção Regional de Cultura do Alentejo.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

O envolvimento das entidades foi diferenciado destacando-se os municípios e POR/CCPPOR/CCDR, como aqueles que se envolveram de forma continuada. Contribuiu para a multidimensionalidade das intervenções, para a complementaridade das intervenções e para o alargamento do âmbito de atuação.

O funcionamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com funções de acompanhamento do PDCT contribui para o envolvimento dos *stakeholders* na implementação e contribui para a articulação institucional subjacente à implementação das operações.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	Envolveram-se de forma continuada – Municípios e POR/CCPPOR/CCDR. Envolveram-se pontualmente - Entidades do sector económico, ambiental e social, Agências públicas da Administração Central, Juntas de Freguesia e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas).
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMAL no inquérito às CIM, para os seguintes resultados: - Multidimensionalidade das intervenções; - Complementaridade das intervenções; - Alargamento do âmbito de atuação.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 28:

O quadro seguinte caracteriza a forma de envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT.

Envolvimento dos *Stakeholders* na implementação do PDCT

Entidades	Forma de envolvimento
Municípios	- Recolha formal de pareceres e contributos; - Inclusão em grupos de trabalho; - Sessões Públicas de divulgação e debate.
Juntas de freguesia	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades do sector económico (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades do setor Ambiental (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades do setor Social (sem fins lucrativos)	Recolha formal de pareceres e contributos
POR/CCPPOR/CCDR	Recolha formal de pareceres e contributos; - Inclusão em grupos de trabalho; - Sessões Públicas de divulgação e debate.
Agências públicas da administração Central	Recolha formal de pareceres e contributos
Entidades privadas com fins lucrativos (Empresas)	Recolha formal de pareceres e contributos

Fonte: Inquérito às CIM através de questionário on-line

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM considera que o modelo de gestão do PDCT é adequado e fez uma avaliação favorável da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR), sendo que a maior parte foram consideradas totalmente ou muito adequadas. No entanto, referiu a necessidade de este ser mais pensado e trabalhado, em função do necessário aprofundamento do papel que as CIM devem assumir na governação do território e deste tipo de instrumentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A CIMAL classificou as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM, com um grau médio de adequação 5 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada), o que traduz uma avaliação bastante positiva.</p> <p>A CIMAL referiu na entrevista que o modelo de gestão do PDCT é adequado, foi adotado pelas CIM e correu bem. Mas considera que este precisa ser mais pensado e trabalhado, em função do necessário aprofundamento do papel que as CIM devem assumir na governação do território, para que estas possam assumir as suas responsabilidades de forma consequente na gestão destes instrumentos.</p> <p>Competências consideradas totalmente adequadas (6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria. <p>Competências consideradas muito adequadas (5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. <p>Competências consideradas pouco adequadas (3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIMAL classificou como positivo o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos; - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território. <p>A CIMAL classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local;

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Competências não delegadas, que poderiam ter sido:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC. <p>A CIM referiu na entrevista que a intervenção da CIC no calendário dos Avisos não é adequada e provocou atrasos no processo de implementação do PDCT. A própria AG do POR deveria ter maior autonomia e controlo do calendário dos Avisos na região.</p>

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>Mecanismos de articulação no caso do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal. <p>No caso do POSEUR, do POISE e do PDR, a CIM considerou esta questão NA (não aplicável).</p>
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>No caso do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As reuniões periódicas, as reuniões de coordenação e a emissão de pareceres, funcionam de forma pouco satisfatória (classificação 3, numa escala de 1 a 6); - A ligação com um ponto focal funciona de forma razoável (classificação 4, numa escala de 1 a 6).

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIM classificou como muito pouco adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou a sua dimensão e competências como muito adequadas. Referiu as dificuldades sentidas no início com as candidaturas das PI 8.3 e 8.8, mas faz uma avaliação positiva do desafio que foi a sua contratualização.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIM classificou como muito pouco adequada esta dotação (grau de adequação 2, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	<p>Elementos internos: 5</p> <p>Elementos externos: NR</p>
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIM classificou a dimensão da equipa técnica como muito adequada (5, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	<p>A CIMAL classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como muito adequadas (5 numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).</p> <p>Na entrevista, a CIMAL referiu que a contratualização das PI 8.3 e 8.8, exigentes em termos de recursos humanos e experiência na análise de projetos empresariais, colocou um novo desafio à equipa técnica. Apesar das dificuldades sentidas no início, principalmente na componente FSE, o desafio foi positivo. No entanto, não vêm vantagem em a CIM assumir a contratualização destas PI uma vez que, outros organismos estão mais habituados e preparados para trabalhar com este público-alvo.</p>

Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica

A CIMAL não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIMAL classificou como moderadamente adequadas a ação de capacitação em Sistemas de informação desenvolvidas para os técnicos no atual Quadro Comunitário de Apoio e identificou as áreas em que reconhece haver necessidade de ações e capacitação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	- Sistemas de informação.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIMAL classificou como moderadamente adequadas as ações de capacitação desenvolvidas em Sistemas de informação (grau de adequação 4, numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIMAL identificou as seguintes áreas, na resposta ao Inquérito às CIM: - CCP – Código dos contratos Públicos; - FEEL - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento; - Fiscalidade e documentos fiscais; - Gestão de projetos e planeamento estratégico.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

O envolvimento e participação da CIM na elaboração dos Avisos do POR, foi reduzido. Apenas foram integrados contributos ao nível dos indicadores, dotação financeira e definição das TO/medidas. Os contributos da CIM para a adaptação dos Avisos às especificidades territoriais foram apenas parcialmente integrados.

A relevância ou adequação das operações face às necessidades locais, é assegurada, nos Avisos, na definição do âmbito setorial das operações a apoiar (p.ex., na PI 8.8), ou condicionado a sua elegibilidade ou aprovação aos exercícios de mapeamento das necessidades de investimento previamente aprovados pela Comissão Europeia, ou ao seu enquadramento em instrumentos de carácter estratégico ou planos de ação, de política territorial ou sectorial com incidência no território em que se insere a operação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>No caso do POR: Deram contributos e foram integrados: - Indicadores; - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas. Deram contributos que foram parcialmente integrados: - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. Deram contributos, mas não foram integrados: - Definição do calendário de abertura dos AAC. Não deram contributos: - A definição de requisitos (formais e documentais); - Prazos de apresentação das candidaturas; - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas.</p> <p>No caso do POSEUR e do POISE a CIM não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.</p>

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p>PI 6.3 – <u>Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural</u> AVISO ALT20-14-2019-29- CIMAL</p> <p>- Constitui critério de elegibilidade a demonstração de enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de carácter setorial ou regional.</p> <p>PI 8.3 - <u>Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIZÉ)</u> – CIMAL - AVISO Nº ALT20-M7-2017-10:</p> <p>No ponto 9.1 – Incentivo ao investimento, o Aviso define o seguinte:</p> <p>- Taxa de cofinanciamento diferenciada (superior) para operações situadas em território de baixa densidade.</p> <p>- Majoração de projetos enquadrados nas prioridades relevantes para os territórios abrangidos no AAC, nos seguintes termos: Enquadramento num dos Eixos Estratégicos da EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Litoral 2020.</p> <p>PI 8.8 – PAPN (Base Local). CONVITE No ALT20 - D7 - 2021 - 07</p> <p>O Aviso limita o âmbito setorial das operações às CAE mais relevantes para o território. São elegíveis, nos termos do artigo 5.º do SIZÉ, as operações inseridas nas atividades do sector da indústria, em concreto as atividades incluídas nas divisões 05 a 33 da CAE, bem como as CAE das divisões 55 – Alojamento e 56 – Restauração e similares.</p> <p>PI 9.7 - <u>Investimentos na área dos equipamentos sociais</u> (Aviso Nº ALT20-42-2021-22 CIMAL).</p> <p>Os apoios as infraestruturas sociais, estão condicionados ao Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede de Cuidados Continuados Integrados - Região Alentejo, aprovado pela Comissão Europeia.</p> <p>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (AVISO Nº ALT20-66-2016-28)</p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIMAL referiu que nem sempre o calendário de abertura de Avisos foi adequado e que os atrasos prejudicaram a implementação do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 5.</p> <p>- Foi considerado elevado (grau de adequação 5) nas seguintes PI: 8.3 e 8.8. Relativamente às restantes PI a CIM não respondeu.</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 4,6.</p> <p>- Foi considerado totalmente adequado (grau de adequação 6) nas seguintes PI: 8.3 e 8.8. Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 5.2, 6.3, 9.7, 10.1 e 10.5.</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: A CIM não respondeu a esta questão.</p> <p>No entanto, na entrevista referiu que o lançamento da maior parte dos avisos foi tardio, o que prejudicou o ritmo de execução do PDCT.</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi considerado suficiente (grau de adequação 4) nas seguintes PI: 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5.</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para a PI / TI 9.4 e PI/TI 9.1 Inclusão ativa /trabalho socialmente necessário.

A CIM fez uma avaliação positiva do grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo os indicadores de realização e de resultado do PDCT, o público-alvo e, as necessidades do território. A adequação segundo os objetivos da EIDT e PDCT, teve uma avaliação um pouco mais desfavorável.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançados	<p>Tipologias de intervenção contratualizadas com concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local (esta PI foi retirada do PDCT e a sua dotação anulada)</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas.</p> <p>PI 8.8 Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local.</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - cultura para todos</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde.</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRII – Transição Digital da Educação.</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário</p> <p>Tipologias de intervenção contratualizadas sem concurso lançado (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set2021):</p> <p>- PI/TI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.</p> <p>- PI 9.1 /TI inclusão ativa (trabalho socialmente necessário)</p> <p>Na sequência da transferência das PI 9.1 e 9.4 do PO ISE para o POR, não foi lançado concurso para a PI 9.4 pelo POR e a dotação que lhe estava alocada foi anulada. Também não foi operacionalizada a tipologia da PI 9.1 Trabalho socialmente necessário.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>- A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 3,8 relativamente a esta dimensão.</p> <p>- Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: PI 4.3, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8 e 10.1.</p> <p>- Foram consideradas pouco adequadas (grau 3) nos seguintes casos: PI 9.7 e 10.5.</p> <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>- A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5 relativamente a esta dimensão.</p> <p>- Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso de todas as PI contratualizadas.</p> <p>Adequação segundo o público-alvo (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>- A CIM classificou todas as TI como totalmente adequadas (grau 6), relativamente a esta dimensão.</p> <p>Adequação segundo as necessidades do território (grau de adequação entre 1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada):</p> <p>- A CIM atribuiu às TI um grau de adequação médio de 5,4 relativamente a esta dimensão.</p> <p>- Foram consideradas totalmente adequadas (grau 6) no caso das PI 4.3, 5.2, 6.3, 8.3, 10.1.</p> <p>- Foram consideradas muito adequadas (grau 5) no caso da PI 8.8.</p> <p>- Foram consideradas adequadas (grau 4) nos seguintes casos: 9.7 e 10.5.</p>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

O processo de análise e seleção teve a avaliação mais positiva por parte da CIM, relativamente à dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas. Nos restantes parâmetros de análise a avaliação foi pouco favorável, destacando-se a avaliação muito negativa da interação com o Sistema de Informação FSE.

Os prazos de análise das candidaturas não têm sido cumpridos nas PI 8.3, 8.8 e 10.1.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,6. - Os procedimentos foram considerados adequados (4) para todas as PI exceto na PI 4.3, em que foram considerados nada adequados (1). <p>CrITÉrios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,7. - Foram considerados adequados (4) para todas as PI exceto na PI 4.3. Neste caso foram considerados muito pouco adequados (2). <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,7. - Foi considerada adequada (4) para todas as PI exceto na PI 4.3. Neste caso foi considerada muito pouco adequada (2). <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 6. - Foi considerada totalmente adequada (6) para todas as PI, exceto para a PI 4.3. Neste caso, a CIM não atribuiu classificação, uma vez que não foram analisadas candidaturas com enquadramento nesta PI. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <ul style="list-style-type: none"> - NR <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,3. - Foi considerada adequada (4) nas PI 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Foi considerada muito pouco adequada (2) na PI 10.1. - Foi considerada nada adequada (1) na PI 4.3. <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 1,6. - Foi considerada muito pouco adequada (2) na PI 10.1. - Foi considerada nada adequada (1) na PI 8.3. <p>Interação com o SI FEDER</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi considerada totalmente adequada (6) na PI 6.3. A CIM não atribuiu classificação a este parâmetro nas restantes PI. <p>Interação com outros SI</p> <ul style="list-style-type: none"> - NR. <p>Interação com o Balcão 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> - NR
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos: PI 6.3, 9.7 e 10.5. - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos: PI 8.3, 8.8 e 10.1.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elevado nº de candidaturas (PI 8.3 e 8.8); - Articulação entre OI e AG (PI 10.1); - Verificação das condições de admissibilidade (PI 8.3 e 8.8); - Atrasos da AG no processo de análise e decisão (PI 8.3 e 8.8).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 57:

Na Avaliação Intercalar do PDCT da CIM Alentejo Litoral (2019) é referido o seguinte, relativamente à interação com os sistemas de informação (p.43): “A implementação do PDCT tem sido frequentemente confrontada com insuficiências dos sistemas de informação utilizados pelos PO financiadores, que evidenciaram (e, nalguns casos, continuam a evidenciar) limitações expressivas ao nível da sua operacionalidade e capacidade de resposta face às necessidades de gestão; para além do desfasamento temporal observado na disponibilização dos seus diferentes módulos (casos do SIGPOA e do SI FSE), identificam-se também dificuldades associadas à parametrização e utilização decorrentes da complexidade destes sistemas (sobretudo no caso do SI FSE)”.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo devido principalmente ao tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3, 8.8. e 10.1. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 5.2, e 6.3.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
5.2	1	1	77	13	90
6.3	13	13	98	23	121
8.3	20	18	363	113	479
8.8	33	29	323	34	373
9.1	1	1	226	20	246
9.7	5	5	157	21	178
10.1	6	6	265	44	309
10.5	11	11	143	25	168
total	90	87	261	48	309

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (proteção civil, conservação e proteção do património, segurança social, educação, etc....).

Nalguns casos, os Avisos admitem a possibilidade de serem solicitados pareceres a peritos externos independentes ou a possibilidade de a AG no âmbito da apreciação e decisão sobre as candidaturas promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou para a emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios</p>	<p>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos): <u>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos.</u> As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. (Aviso-Convite Ações Inovadoras para a Prevenção e Gestão de Riscos no âmbito dos Pactos Para o Desenvolvimento e Coesão – 2º Aviso- 2018). <u>PI 6.3 – Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural.</u> De acordo com as condições de elegibilidade das operações definidas no Aviso, estas devem dispor de pareceres técnicos favoráveis emitidos pelos organismos setoriais competentes sobre o projeto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura (AVISO ALT20-14-2019-29-CIMAL). <u>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais.</u> - No caso das operações candidatas que correspondam a requalificação, remodelação ou adaptação de equipamento social, sem aumento da capacidade instalada, e estes tenham acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, é emitido parecer não vinculativo pelo Instituto da Segurança Social, I.P.. - No caso das operações que integram apoios de investimento dirigidos a unidades, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que impliquem a reconversão ou alargamento da capacidade das unidades existentes, bem como a criação de novas unidades nesse âmbito, obrigatoriamente, as entidades deverão apresentar o correspondente pedido de Parecer de Prioridade Social a emitir pelo Instituto de Segurança Social e/ou pedido de Parecer de Prioridade na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). (Aviso ALT20-42-2021-22 CIMAL). <u>PI 10.1 – Planos Inovadores de Combate ao Insucesso escolar.</u> No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (AVISO Nº ALT20-66-2016-28). <u>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário).</u> Critérios de elegibilidade das operações: - Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE; - Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização; - No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura. (AVISO N.º ALT20-73-2016-02). Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

A CIMAL referiu como mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados apenas a resposta a solicitações dos PO Financiadores.

Em 2019, foi realizada a Avaliação Intercalar do PDCT, por uma entidade externa.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIMAL no Inquérito às CIM: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIMAL classificou como pouco adequado (grau de adequação 3) o mecanismo Resposta a solicitações dos PO Financiadores.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A CIMAL não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Foi realizada a Avaliação Intercalar em 2019. A CIM pretende realizar a Avaliação Final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Entidade Externa.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Os indicadores comuns definidos para as PI são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão das realizações e dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados e com melhor cobertura do perfil de operações apoiadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	A CIMAL não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de reatividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIMAL não identificou este tipo de medidas.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foi realizada a Avaliação Intercalar do PDCT em 2019. Em 2018, 2019 e 2021, foram realizadas alterações ao PDCT. Foi reforçada a dotação global face à contratualização inicial, foram alteradas as dotações financeiras por PI e redefinidas metas, no sentido de um maior ajustamento às perspetivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro.

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Sim. Foi realizada a Avaliação Intercalar do PDCT em 2019. Foram feitas alterações ao PDCT em 2018, 2019 e em 2021. A última alteração resultou da aprovação da reprogramação do Portugal 2020 e acompanhou o exercício de reprogramação dos Programas Operacionais.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes: - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Redefinição de metas; - Reprogramação financeira global; - Foram alterados os indicadores das PI 5.2 e 10.1., na sequência das alterações ao nível das operações do PDCT. As alterações que resultaram das revisões do PDCT, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e melhoria do desempenho físico e financeiro.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIMAL não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM. No entanto, referiu a grande adesão do público-alvo às reuniões, seminários e workshops públicos – (grau de adesão 6, numa escala de 1 a 6). Foi realizada uma apresentação inicial aos empreendedores sobre os Avisos das PI 8.3 e 8.8.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não foram realizados processos de auscultação junto da população.

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM, na resposta ao Inquérito às CIM: - Modelo de gestão do PDCT; - Modelo de funcionamento da CIM.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 148 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas na PI 8.8 (Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local) e também na PI 8.3 (Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas), embora neste caso com uma representatividade inferior. Estas candidaturas correspondem a 68,2% do número total de candidaturas rececionadas, mas representam apenas 30,8% do custo total apresentado.

À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas ultrapassou o número de candidaturas previstas na última versão do PDCT (2021) exceto na PI 5.2, em que foi equivalente. No caso da PI 8.8, sem lista prévia de operações, o número de candidaturas rececionadas e o reforço da dotação financeira face ao inicialmente contratualizado em 2015 (147%), indicam também uma procura superior ao expectável.

O número de candidaturas aprovadas, em execução ou concluídas, é equivalente ou superior ao número de operações previstas, exceto no caso da PI 6.3, em que é inferior.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 148 candidaturas com um custo total de 51.840.555,87 euros. À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou o número de candidaturas previstas no PDCT de acordo com a última alteração em 2021, exceto na PI 5.2. No caso da PI 8.8, sem lista prévia de operações, o número de candidaturas rececionadas e o reforço da dotação financeira face ao inicialmente contratualizado em 2015 (147%), indicam também uma procura superior ao expectável. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por PI.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	A taxa de admissibilidade é particularmente baixa na PI 8.8 e na PI 9.1. A taxa de reprovação global (26,6%) é explicada quase na totalidade pelas taxas de reprovação nas PI 8.3 e 8.8. e deve-se a problemas ao nível da viabilidade do projeto, capacidade técnica do empreendedor e dificuldade de cumprimento dos requisitos do Aviso. A taxa global de desistência (8,4%) é principalmente explicada pelas candidaturas desistidas na PI 9.1 (2). Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM: - Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários: PI 8.3 e 8.8 - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 8.3 e 8.8 - Falta de enquadramento nos AAC.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:**Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por PI**

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2021)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
5.2	1	1	0,7	664.630,50	1,3
6.3	16	17	11,5	11.633.474,52	22,4
8.3		30	20,3	1.159.447,06	2,2
8.8		71	48,0	14.821.710,78	28,6
9.1	1	3	2,0	1.346.389,70	2,6
9.7	4	6	4,1	2.707.105,90	5,2
10.1	5	7	4,7	3.234.185,71	6,2
10.5	11	13	8,8	16.273.611,70	31,4
Total	38	148	100,0	51.840.555,87	100,0

Fontes: 3ª Alteração ao PDCT da CIM Alentejo Litoral – Quadro de investimento (15 janeiro 2021); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não são identificadas operações previstas.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de Investimento								Total
	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	1	13	20	33	1	5	6	11	90
2. Não admitida		1		26					27
3. Não aprovada			10	1					11
4. Anulada		1		2					3
5. Desistida / rescindida/revogada				8	2		1	1	12
6. Submetida/admitida		2		1		1		1	5
7. Total Geral	1	17	30	71	3	6	7	13	148
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	86,7	100,0	48,6	33,3	100,0	85,7	91,7	70,6
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	86,7	66,7	47,1	33,3	100,0	85,7	91,7	62,9
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	6,7	33,3	38,6	0,0	0,0	0,0	0,0	26,6
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	11,4	66,7	0,0	14,3	8,3	8,4

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas às perspetivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era elevada (92,3%). O Número de candidaturas aprovadas era igual ou superior ao previsto no PDCT (versão 2021) em todas as PI com listas prévias de operações.

As taxas de execução e de realização financeira situavam-se em 39,1% e 42,4% respetivamente, situação explicada pelas dificuldades já sinalizadas.

A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 92,3% sendo que, no caso da PI 8.8, que teve um reforço de 147% face à dotação inicialmente contratualizada, ultrapassa os 100%. A PI 8.3 apresenta a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e realização financeira, situavam-se em 39.1% e 42,4% respetivamente. Apenas 1 operação se encontra concluída, com enquadramento na PI /T18.8 - Promoção de microempreendedorismo. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores. A PI 5.2, apenas com uma operação aprovada e a PI 10.5, apresentam as taxas de execução e de realização financeira mais elevadas.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
5.2	500.000,0	1	484.312,5	342.598,3	96,9	68,5	70,7
6.3	9.607.172,3	13	8.221.081,8	1.984.546,6	85,6	20,7	24,1
8.3	609.836,0	20	167.742,1	5.409,5	27,5	0,9	3,2
8.8	3.415.081,7	33	4.056.347,7	1.628.410,4	118,8	47,7	40,1
9.1	207.449,5	1	207.449,5	0,0	100,0	0,0	0,0
9.7	1.990.013,7	5	1.857.721,2	825.685,7	93,4	41,5	44,4
10.1	2.643.202,7	6	2.372.439,6	989.733,9	89,8	37,4	41,7
10.5	9.908.826,9	11	9.280.377,1	5.521.521,3	93,7	55,7	59,5
Total	28.881.582,8	90	26.647.471,4	11.297.905,8	92,3	39,1	42,4

Fonte: 3ª Alteração ao PDCT da CIM Alentejo Litoral – Quadro de financiamento atualizado (15 janeiro de 2021);
Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No PDCT contratualizado (versão de 2021), estão previstas 38 operações nas PI com listas prévias de operações, que representam uma dotação/Fundo de 28.881.582,7€.</p> <p>À data desta avaliação, o total de operações do PDCT (candidaturas rececionadas), no caso das PI com listas prévias de operações indicativas é 47 sendo que o custo total apresentado é 35.859.398,03€.</p> <p>Na mesma data, estão aprovadas nestas PI, 37 operações, cuja dotação/Fundo aprovado é 22.423.381,6 €.</p> <p>(Notas: Excluem-se desta análise comparativa, as candidaturas das PI 8.3 e 8.8, sem listas prévias de operações; os indicadores da dimensão financeira das operações previstas no PDCT contratualizado (versão 2021) e das operações rececionadas são diferentes, não são comparáveis).</p> <p>A procura (número de candidaturas rececionadas), à data desta avaliação, ultrapassou ou correspondeu ao previsto no PDCT (versão de 2021), em todas as PI.</p> <p>(Cf. resposta à SQ 23).</p> <p>O número de operações aprovadas, à data desta avaliação, é igual ou superior ao previsto no PDCT (versão 2021) em todas as PI exceto no caso da PI 6.3, em que é inferior.</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM:</p> <p>Taxa de incentivo – 4.3, 9.7 e 10.5.</p> <p>Contexto socioeconómico: PI 8.3 e 8.8.</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Condições de elegibilidade das operações: PI 4.3.</p> <p>Tipo de despesas elegíveis: 4.3.</p> <p>Os estrangulamentos apontados no caso da PI 4.3 justificam, juntamente com a dificuldades de operacionalização, o desinteresse dos municípios e conduziram à anulação da dotação inicialmente contratualizada para esta PI.</p> <p>Na entrevista foram também referidas as seguintes dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade dos beneficiários com os procedimentos administrativos de contratação pública; - A subida de preços no setor da construção civil e concursos de empreitadas sem resposta por parte do mercado, o que dificultou a execução das operações como infraestruturas escolares. - Faltaram algumas orientações da AG antes dos Avisos do SI2E, designadamente sobre os requisitos de acesso; - Dificuldade em operacionalizar operações intermunicipais. - Alterações na programação dos PO e ausência de Avisos no caso das PI / TI 9.1 e 9.4. - Lançamento tardio dos Avisos, o que prejudicou a execução.
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos;</p> <p>PI/TI 6.3 – Património natural e cultural (Programação Cultural em Rede).</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, as 2 operações intermunicipais aprovadas (Alentejo Litoral Resiliente na PI 5.2 e Programação Cultural em Rede na PI 6.3), ambas promovidas pela CIMAL, correspondem às operações previstas no PDCT contratualizado, na sua versão atual.</p> <p>Contudo, importa referir que o investimento total em operações intermunicipais teve uma redução de 83,8% entre o momento da contratualização (2015) e a versão atual do PDCT (2021). No PDCT inicialmente contratualizado estavam inscritas 8 operações intermunicipais que representavam um investimento total de 7.825.000,00 €. Na versão atual do PDCT, estão inscritas 2 operações intermunicipais com um investimento total de 1.266.666,7 €. Na implementação do PDCT foi privilegiado o investimento municipal. As operações intermunicipais representam apenas 0,4% do fundo aprovado em vigor.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Peso das operações intermunicipais aprovadas face às operações previstas na contratualização).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor em intervenções intermunicipais	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
	€	€	%
5.2	484.312,5	484.312,5	100,0
6.1	8.221.081,8	592.999,1	7,2
8.3	167.742,1		0,0
8.8	4.056.347,7		0,0
9.1	207.449,5		0,0
9.7	1.857.721,2		0,0
10.1	2.372.439,6		0,0
10.5	9.280.377,1		0,0
Total	26.647.471,4	1.077.311,6	4,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIMAL e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) e microempreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8). Todas as operações são promovidas por outros parceiros (empresas, empresários, pessoas singulares, ...). - Redução do abandono escolar (PI 10.1). Uma operação promovida por: Agrupamento de Escolas de Santo André, Santiago do Cacém <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado (2021- Quadro de investimentos atualizado):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) e microempreendedorismo (PI 8.8); <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado em 2015- Quadro de investimentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) e microempreendedorismo (PI 8.8). <p><u>Operações previstas na candidatura - Quadro de investimentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) e microempreendedorismo (PI 8.8).
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	À data de 30 de setembro de 2021, de acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, a única operação encerrada, com enquadramento na PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo, foi concluída 2 dias antes da data prevista.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão, da única operação concluída, com enquadramento na PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo, foi 155 dias (aproximadamente 5 meses).
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	A CIM não identificou, no Inquérito à CIM, motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações.

SQ25. O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito à CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos próprios.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estava concluída apenas 1 operação. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

No entanto, a CIM considera que no caso da PI 8.3, será pouco provável o cumprimento das metas.

As principais causas apontadas pela CIM para os desvios detetados são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI, fraca adesão e dificuldades de execução dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 94 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento das metas, à data desta Avaliação.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021 apenas 1 operação com enquadramento na PI 8.8 estava concluída, desconhecendo-se o seu contributo para as metas definidas.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT por Tipologias de Intervenção, a CIMAL referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Provável (5): 5.2; 6.3; 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5. - Pouco provável (3): PI 8.3. <p>Relativamente à PI 9.1, a CIM não respondeu.</p>
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	<ul style="list-style-type: none"> - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Fraca adesão dos beneficiários; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2015 e 2021) têm metas definidas para 2023 e para 2018.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam da contratualização (última versão, 2021):</p> <p>PI 6.3 Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural AVISO ALT20-14-2019-29 - CIMAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Intervenções em património cultural (sítios e outro património cultural (Unid: Nº); - Indicador de resultado: Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado -diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção (Unid: Nº); <p>PI 9.7 Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais. Aviso ALT20-42-2021-22 CIMAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Capacidade dos equipamentos sociais de acolhimento (n.º vagas). - Indicador de resultado: Utentes inscritos em unidades de cuidados continuados intervencionadas (n.º). <p>PI 10.1 PIICIE AVISO Nº ALT20-66-2016-28</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas (%). - Indicador de resultado: Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (%). - Indicador de resultado: Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (%). <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - AVISO ALT20-73-2019-38- CIMAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de realização: <p>Equipamentos de ensino intervencionados (Unid: n.º) – a utilizar apenas se o projeto incluir mais de um equipamento de ensino intervencionado;</p> <p>Novas salas de aula (Unid: n.º);</p> <p>Salas de aula requalificadas (Unid: n.º).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de resultado: <p>Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (Unid: n.º).</p>

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contributo, embora variável, para as 4 Medidas do PDCT.

Destaca-se o contributo esperado mais elevado para as Medidas:

- IA.5 Favorecer Inclusão social, principalmente através da qualificação e adaptação das infraestruturas escolares onde se verifica o maior investimento do PDCT, da qualificação dos equipamentos sociais municipais e da redução do insucesso e abandono escolar.
- IA.2 Montar experiências turísticas diferenciadas, através principalmente das operações apoiadas de recuperação, proteção e valorização do património cultural, mas também através da criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor turístico.

Os contributos deverão ser menores, no caso das Medidas IA.3 Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego e IA.4 Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>As Medidas com contributo mais elevado da implementação do PDCT serão as seguintes:</p> <p><u>IA.5 Favorecer a inclusão social.</u> Os resultados esperados com maior contributo para esta Medida são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação e adaptação das instalações escolares, onde se verifica o maior investimento no âmbito do PDCT (35% do Fundo aprovado); - Redução do insucesso e abandono escolar; - Qualificação da rede de equipamentos sociais municipais; <p>A promoção da inclusão social por via da cultura terá um impacto esperado mais reduzido que os anteriores, circunscrito a 1 concelho.</p> <p>O contributo para esta Medida será, no entanto, inferior ao esperado, pela não operacionalização da PI 9.4 e redução bastante significativa da dotação da PI 9.1. que determinaram a ausência de contributos esperados que teriam sido importantes.</p> <p><u>IA.2 Montar experiências turísticas diferenciadas.</u> Os resultados esperados com contributo para esta Medida são principalmente a recuperação, proteção e valorização do património cultural, que absorve (31% do Fundo aprovado. No entanto, importa destacar também como resultados esperados a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor turístico.</p> <p>O nível de contributo será menor para as seguintes Medidas:</p> <p><u>IA.3 Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego</u> Os resultados esperados em matéria de criação e de emprego, através da mobilização das PI 8.3 e 8.8, deverão ficar aquém do inicialmente esperado. As metas relativas à criação de emprego no âmbito destas duas PI foram revistas em baixa, sendo que, no caso da PI 8.3 a CIM admite que é pouco provável que venham a ser alcançadas.</p> <p><u>IA.4 Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos</u> O contributo para esta Medida, será equivalente ao previsto na última versão do PDCT (2021), limitado à prevenção e gestão de riscos e catástrofes designadamente à promoção da resiliência urbana.</p> <p>Será, no entanto, bastante inferior ao inicialmente previsto devido à decisão de desistência da PI 4.3, inicialmente contratualizada e a opção de limitar o investimento no âmbito da PI 6.3 ao património cultural, o que determinou a ausência de resultados esperados ao nível da promoção da eficiência energética e da valorização de áreas de valor ambiental e paisagístico.</p> <p>A decisão de não contratualização das PI 5.1 e 6.1 no momento da contratualização, determinou desde logo o menor contributo do PDCT para esta Medida.</p> <p>Embora a Iniciativa âncora da EIDT - <u>IA.1 Orientar as empresas para a competitividade e inovação</u>, não tenha sido adotada como Medida do PDCT, pode considerar-se que haverá alguns contributos para esta IA que decorrem do apoio ao micro empreendedorismo: criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas, no âmbito do PDCT, principalmente no âmbito da PI 8.8.</p> <p>Na tabela abaixo, é apresentada a análise dos contributos / resultados esperados da implementação do PDCT, para as suas Medidas.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

O PDCT integra a Visão os Eixos estratégicos e as Iniciativas Âncora da EIDT. No entanto, focalizou-se e assumiu como Medidas as Iniciativas Âncora com maior relação com as PI mobilizadas.

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos do PDCT e para o desenvolvimento do território

Medidas do Programa de Ação do PDCT Alentejo Litoral 2020	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobilizadas (versão atual)	Contributos esperados das operações apoiadas
IA.2 Montar experiências turísticas diferenciadas	PI 6.3 PI 8.3 PI 8.8	O contributo esperado para esta Medida deverá ser elevado. Decorre principalmente do investimento na recuperação, proteção e valorização do património cultural, que absorve 31% do fundo aprovado. A dotação da PI 6.3 foi bastante reforçada e concentra atualmente a segunda maior dotação do PDCT. Apresenta uma taxa de compromisso de 85,6%, sendo que se encontram 2 candidaturas a aguardar decisão. O contributo para esta Medida é ainda reforçado pela criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas do setor turístico (atividades de animação turística, restauração e alojamento turísticos, comércio de produtos tradicionais, ...), apoiadas através da mobilização das PI 8.3 e, principalmente, 8.8.
IA.3 Promover iniciativas empresariais geradoras de emprego	PI 8.3 PI 8.8	O contributo esperado para esta medida decorre principalmente do apoio ao micro empreendedorismo: criação de emprego e desenvolvimento empresarial. Os resultados esperados em matéria de criação e de emprego, deverão ficar aquém do inicialmente esperado, principalmente devido ao pior desempenho da PI 8.3, cuja dotação financeira foi reduzida em sede de reprogramação do PDCT. O fundo aprovado nesta PI corresponde apenas a 0,6% do fundo total aprovado e a taxa de compromisso é muito baixa, situando-se nos 27,5%. A metas relativas à criação de emprego no âmbito destas duas PI foram revistas em baixa, sendo que, no caso da PI 8.3, a CIM admite que é pouco provável que venham a ser alcançadas.
IA.4 Garantir a sustentabilidade e a utilização eficiente dos recursos	PI 5.2	O contributo da implementação do PDCT para esta Medida, embora semelhante ao previsto na última versão do PDCT (2021) será muito inferior ao inicialmente previsto, uma vez que será limitado à prevenção e gestão de riscos e catástrofes designadamente à promoção da resiliência urbana. Estão em elaboração 5 Planos de resiliência urbana que visam preparar os municípios para enfrentar a generalidade dos riscos a que estes se encontram sujeitos e a implementação das respetivas medidas. A decisão de desistência da PI 4.3 – eficiência energética, inicialmente contratualizada e a opção de limitar o investimento no âmbito da PI 6.3 ao património cultural, determinou a ausência dos seguintes contributos para esta Medida: - Promoção da eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas públicas da administração local - Valorização e conservação de áreas de elevado valor ambiental e paisagístico. Importa ter presente que a CIM não contratualizou as PI 5.1 e 6.1, o que determinou desde logo o menor contributo do PDCT para esta Medida.
IA.5 Favorecer a coesão e a inclusão social	PI 10.5 PI 10.1 PI 9.7 PI 9.1	Os resultados da implementação do PDCT terão um forte contributo para esta Medida, principalmente do domínio da educação. Esta será a Medida com maior nível de contributo da execução do PDCT, destacando-se os seguintes resultados esperados: - A qualificação das infraestruturas escolares de ensino básico e secundário, que concentra a maior parte do Fundo aprovado (35%). Foi reforçada a dotação inicial e as metas foram revistas em alta, o que revela que os resultados poderão ser superiores ao inicialmente previsto. Com uma taxa de compromisso de 93,7% e 1 candidatura a aguardar decisão, a CIM prevê que as metas atuais venham a ser alcançadas. - A redução do abandono escolar e melhoria do sucesso educativo. A PI 10.1, no âmbito da qual são desenvolvidos os 5 Planos Inovadores de combate ao Insucesso Escolar previstos, apresenta uma taxa de compromisso de 89.8% e a CIM faz uma avaliação positiva do seu desempenho, admitindo que as metas serão alcançadas. - Investimentos nos equipamentos sociais municipais. Com 5 operações aprovadas e 1 a aguardar decisão, a meta relativa ao indicador Número de equipamentos apoiados (4), deverá ser ultrapassada. A taxa de compromisso situa-se nos 93.4%. - Promoção da inclusão social por via da cultura. Este contributo terá um impacto reduzido. Apesar da taxa de compromisso de 100%, decorre apenas da implementação de um projeto de âmbito municipal.

Medidas do Programa de Ação do PDCT Alentejo Litoral 2020	Prioridades de investimento contratualizadas e contributos esperados	
	PI Mobilizadas (versão atual)	Contributos esperados das operações apoiadas
		Devido à não operacionalização da PI 9.4 e da redução bastante significativa da dotação da PI 9.1, o contributo para esta Medida será inferior ao esperado, pela ausência dos seguintes resultados esperados inicialmente, aquando da contratualização: <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da inclusão social através de ações de trabalho socialmente necessário; - Promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Embora a Iniciativa âncora - IA.1 Orientar as empresas para a competitividade e inovação, não tenha sido adotada como Medida do PDCT, já que será concretizada maioritariamente por ações a desenvolver fora do âmbito do PDCT, pode considerar-se que haverá alguns contributos para esta IA que decorrem do apoio ao micro empreendedorismo: criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas. O reforço da dotação financeira da PI 8.8 em sede de reprogramação do PDCT e a taxa de compromisso de 118,8%, revelam um bom desempenho nesta PI e o número de empresas apoiadas (33) é superior à meta definida (22).

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A mobilização de outros instrumentos de financiamento foi efetuada a posteriori com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/OT

Ficha de avaliação PDCT Alto Alentejo



CIMAA - Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

Região: Alentejo - NUT III Alto Alentejo

Municípios: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

População total: 104.989 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares)

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM do Alto Alentejo contratualizado em 2015, encontra-se alinhado com os Eixos Estratégicos bem como com os Objetivos Específicos da EIDT Alto Alentejo 2020 e reconhecida para o território abrangido por este instrumento. As Medidas e os investimentos previstos no PDCT contribuem para a sua concretização, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis¹³ e mobilizadas e focado principalmente nas intervenções promovidas pelas entidades municipais e intermunicipais, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos Eixos Estratégicos e dos Objetivos Específicos da EIDT.

A operacionalização da EIDT está associada a um quadro de doze programas de atuação com vinte e cinco ações propostas para responder ao diagnóstico e necessidades identificadas na sub-região, sendo que muitas não tiveram enquadramento no PDCT. A CIMAA e parceiros, identificaram outros instrumentos de apoio à implementação das mesmas, do Portugal 2020 e outras fontes de financiamento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados na EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>O PDCT não terá contributo ou este será residual, para os seguintes objetivos específicos da EIDT:</p> <p>Objetivos Específicos do Eixo 2 - Inovação e Formação de Competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o trabalho conjunto e de proximidade entre Instituições de Ensino Superior/Unidades de I&D/Empresas/Entidades da Economia Social; - Constituir Plataformas de prestação de serviços de apoio à criação de empresas no Alto Alentejo, contribuindo para o empreendedorismo, incluindo as iniciativas de empreendedorismo e inovação social. <p>Objetivos Específicos do Eixo 3 - Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades Económicas:</p>

¹³ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar a criação de estruturas de suporte à iniciativa empresarial; - Apoiar e incentivar as Organizações da Economia Social; <p>Todos os Objetivos Específicos do Eixo 4 - Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potenciar e consolidar a experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem LEADER; - Promover formas de articulação positiva com o trabalho de animação socioeconómica e territorial realizado no quadro da Abordagem LEADER; - Desenvolver iniciativas de cooperação transfronteiriça centradas em áreas temáticas convergentes com a valorização dos recursos e o reforço da massa crítica urbano-cêntrica do Alto Alentejo. <p>Todos os Objetivos Específicos do Eixo 5 - Governança estratégica em rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional dotados de eficácia e eficiência na promoção do desenvolvimento do território; - Conceber e implementar um Pacto Territorial para Empregabilidade combinando o reforço da qualificação do capital humano com a dinamização do mercado de emprego e implicando, na estruturação do Pacto, a rede de atores regionais dos sistemas de educação/formação, economia/emprego e economia social /empreendedorismo e inclusão social. <p>Todas as intervenções previstas no PDCT têm contributo para os Eixos Estratégicos e para os Objetivos Específicos da EIDT.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Grau de cobertura dos Eixos e dos Objetivos específicos da EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eixos Estratégicos parcialmente cobertos/com contributos esperados do PDCT: 3 - Eixos estratégicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 2. - Objetivos Específicos parcialmente cobertos/com contributos esperados do PDCT: 10 - Objetivos Específicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 9

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

O PDCT estrutura-se em torno dos e Eixos Estratégicos da EIDT para os quais o seu contributo será mais relevante, considerando o quadro de intervenção definido pelas PI a contratualizar.

Alinhamento do PDCT do Alto Alentejo com os Eixos Estratégicos e Objetivos Específicos da EIDT

EIDT Alto Alentejo 2020		PDCT do Alto Alentejo 2020		PI Mobilizadas
Eixos estratégicos	Objetivos Específicos	Objetivos Estratégicos	Medidas	
Qualificação do Território	Qualificar âncoras de desenvolvimento nos principais centros urbanos do Alto Alentejo.	OE. 1.1. Reforço das condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional	M 1.1.1 Valorizar o património natural e histórico-cultural M 1.1.2 Promover a eficiência energética M 1.1.3. Promover a utilização das TIC na administração local M 1.1.4. Aumentar a capacidade de resposta da sub-região a sinistros ou catástrofes M 1.1.5. Promover a infraestruturação coletiva de terrenos agrícolas	PI 6.3 PI 4.3 PI 2.3 PI 5.2 M04 PDR
	Fomentar o aproveitamento das infraestruturas e equipamentos existentes em diversos campos de intervenção.			
	Atenuar lacunas de conectividade intrarregional e na relação com o exterior (Região e fronteira).			
	Promover a qualificação dos recursos de património natural e cultural dos territórios do Alto Alentejo.			
	Promover a requalificação de infraestruturas de rede e de equipamentos de proximidade	OE. 1.2. Reforço e qualificação dos serviços coletivos de proximidade	M 1.2.1. Qualificar o parque escolar M 1.2.2. Diversificar e qualificar as respostas sociais e de saúde	PI 9.7 PI 10.5
Inovação e Formação de Competências	Estimular o trabalho conjunto e de proximidade entre Instituições de Ensino Superior/Unidades de I&D/Empresas/Entidades da Economia Social			

EIDT Alto Alentejo 2020		PDCT do Alto Alentejo 2020		PI Mobilizadas
Eixos estratégicos	Objetivos Específicos	Objetivos Estratégicos	Medidas	
	Constituir Plataformas de prestação de serviços de apoio à criação de empresas no Alto Alentejo (...)			
	Conceber e implementar iniciativas sub-regionais em domínios específicos das modalidades de qualificação escolar e profissional inseridas no mercado de emprego.	OE. 2.1. Promoção da inclusão ativa dos grupos mais vulneráveis	M 2.1.1. Capacitar grupos vulneráveis M 2.1.2. Promover o desenvolvimento educativo e o sucesso escolar no ensino básico e secundário	PI 9.1 PI 10.1
Atratividade de Investimento e Reestruturação de Atividades Económicas	Dinamizar a criação de estruturas de suporte à iniciativa empresarial.	OE. 3.1. Promoção do dinamismo empresarial e do emprego		
	Dinamizar a criação de um cluster agroalimentar (...).			
	Estimular o desenvolvimento de empresas e produtores de produções endógenas (...).		M 3.1.1. Apoiar o empreendedorismo e a criação de emprego Medida 3.1.2. Apoiar a qualificação do tecido empresarial	PI 8.3 PI 8.8
	Intensificar os processos de valorização e divulgação do património natural, produtivo, cultural e artístico do Alto Alentejo.			
	Potenciar os mecanismos de apoio às empresas do setor turístico.			
	Apoiar e incentivar as Organizações da Economia Social.			
Desenvolvimento Local (Territórios de Baixa Densidade/Zonas de fronteira)	Potenciar e consolidar a experiência adquirida pelas estruturas de gestão e apoio técnico a nível local no âmbito da Abordagem LEADER.			
	Promover formas de articulação positiva com o trabalho de animação socioeconómica e territorial realizado no quadro da Abordagem LEADER.			
	Desenvolver iniciativas de cooperação transfronteiriça centradas em áreas temáticas convergentes com a valorização dos recursos e o reforço da massa crítica urbano-cêntrica do Alto Alentejo.			
Governança estratégica em rede	Estruturar mecanismos de coordenação estratégica e operacional dotados de eficácia e eficiência na promoção do desenvolvimento do território.			
	Conceber e implementar um Pacto Territorial para Empregabilidade (...)			

Fontes: Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação do Alto Alentejo 2020 (dezembro 2014); PDCT da CIM do Alto Alentejo Aprovado pelas AG dos Programas Financiadores (31 de julho de 2015).

As Medidas e investimentos previstos no âmbito do PDCT, contribuem para os seguintes principais desafios do território identificados na EIDT: a necessidade imperiosa de dinamizar a base económica e criar emprego, de reforçar a atratividade do Alto Alentejo e de responder a desafios específicos como o da promoção do sucesso educativo.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM, a CIMAA faz uma avaliação muito positiva da adequação das PI disponibilizadas, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 5,6 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 6): 6.3, 8.3, 8.8, 10.1 e 10.5. - PI consideradas adequadas (grau de adequação 5): 2.3, 4.3 e 9.7. <p>Não foi atribuída classificação às PI 5.2 e M04 do PDR, contratualizadas, bem como às PI 5.1, 6.1 e 9.4, não contratualizadas.</p>

<p>Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.</p>	<p>A CIMAA referiu, na resposta ao Inquérito às CIM, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 5.1 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos: o apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas. - PI 9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral. <p>Estas PI faziam parte do conjunto de PI disponibilizadas para os PDCT. Contudo, não foram contratualizadas pela CIMAA.</p> <p>Na Entrevista foram referidas as seguintes, de grande relevância para o território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidades; - Ciclo Urbano da Água; - Áreas de acolhimento empresarial.
--	--

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -31,4% face ao apresentado em candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas, na maior parte das PI.

As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação aos investimentos a apoiar e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 50,7% na dotação global do PDCT e o reforço das PI consideradas subfinanciadas e estrategicamente relevantes para o Alto Alentejo como a 6.3 – Património Cultural e natural, 9.7 – equipamentos sociais e 10.5 -infraestruturas escolares.

Os indicadores contratualizados nem sempre dão expressão às medidas, de forma cabal, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados. No âmbito das alterações ao PDCT, foram ajustadas metas e alterados alguns indicadores no sentido da sua adequação ao tipo de operações previstas.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
<p>Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)</p>	<p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de - 31,4% no momento da contratualização, verificando-se a redução das dotações propostas em todas as PI, exceto na PI 9.7 que manteve a dotação proposta.</p> <p>As PI que no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: a PI 4.3 (25,6%), com grande importância estratégica para o Alto Alentejo, a PI 6.3 (14,5%) e a PI 10.1 (11,8%).</p> <p>Entre o momento da contratualização e o início de 2021, o PDCT sofreu alterações de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação da PI 9.1; - Redução da dotação das PI 4.3 e 8.3. No caso da PI 8.3, as exigências relativamente aos postos de trabalho têm tido um efeito negativo na procura. - O enorme reforço da PI 10.5 e também, embora menor, da PI 9.7. - O reforço da dotação global (50,7%), motivada principalmente pelo reforço da PI 10.5. <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (36,7%), PI 6.3 (19%) e PI 9.7 (11%).</p> <p>Cf. Quadro – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
<p>Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado</p>	<p>A CIM considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O financiamento foi ajustado nas seguintes PI/TI: 10.1. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 2.3, 6.3, 8.3, 9.7 e 10.5. <p>A Avaliação Intercalar destaca as dotações escassas no caso das seguintes PI de elevada importância face às necessidades reais do território: PI 6.3, relacionada com o património, principal âncora do desenvolvimento turístico e económico da região, PI 9.7 e PI 10.5. Após a reprogramação, estas PI são atualmente aquelas com maior peso na dotação global.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Houve sobre financiamento na PI/TI: 4.3 e 8.8.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada jul. 2015		Dotação atual jan. 2021		Varição candidato/contratualizado	Varição Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	2.110.753,4	5,1	982.832,0	3,4	1.165.150,0	2,71	-53,4	18,6
4.3	FEDER	12.562.544,5	30,2	7.320.815,0	25,6	1.667.872,3	3,88	-41,7	-77,2
5.2	FC	1.991.012,5	4,8	300.000,0	1,1	300.000,0	0,7	-84,9	0,0
6.3	FEDER	4.412.895,9	10,6	4.148.122,0	14,5	8.175.651,8	19	-6,0	97,1
8.3	FSE	2.455.118,2	5,9	2.207.901,0	7,7	707.901,0	1,65	-10,1	-67,9
8.8	FEDER	3.377.336,3	8,1	2.066.930,0	7,2	2.549.234,5	5,93	-38,8	23,3
9.1	FSE	1.160.406,0	2,8	620.400,0	2,2	0,0	0	-46,5	-100,0
9.7	FEDER	2.055.605,0	4,9	2.055.605,0	7,2	4.723.593,9	11	0,0	129,8
10.1	FSE	3.547.584,8	8,5	3.365.200,0	11,8	3.376.694,9	7,85	-5,1	0,3
10.5	FEDER	2.208.873,8	5,3	900.000,0	3,2	15.760.528,9	36,7	-59,3	1651,2
M04	FEADER	5.721.299,9	13,8	4.573.850,0	16,0	4.573.850,0	10,6	-20,1	0,0
Total FEDER		26.728.008,9	64,2	17.474.304,0	61,2	34.042.031,4	79,2	-34,6	94,8
Total FSE		7.163.108,9	17,2	6.193.501,0	21,7	4.084.595,9	9,5	-13,5	-34,1
Total FC		1.991.012,5	4,8	300.000,0	1,1	300.000,0	0,7	-84,9	0,0
Total FEADER		5.721.299,9	13,8	4.573.850,0	16,0	4.573.850,0	10,6	-20,1	0,0
Total		41.603.430,2	100,0	28.541.655,0	100,0	43.000.477,3	100	-31,4	50,7

Fontes: Candidatura EIDT-99-2015-02-014 Alto Alentejo; PDCT da CIMAA, Anexo 1: Quadro de Financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento (31 de julho de 2015); 4ª Alteração ao PDCT da CIM do Alto Alentejo (janeiro de 2021).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto a M04 do PDR. - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal.</p> <p>Exemplos em que os indicadores que constam do PDCT contratualizado não são adequados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 4.3 – o Indicador de realização não cobre as intervenções na iluminação pública. - No caso da PI 6.3, não existe uma relação direta entre a realização apoiada e o resultado visado; - M04 do PDR – O indicador de realização contratualizado – Segurança de barragens, não dá expressão à medida Valorização dos recursos florestais e aos investimentos previstos em caminhos rurais/acessos a explorações agrícolas e florestais. <p>O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015, foi alterado na sequência das alterações ao PDCT, no sentido da sua maior adequação às operações previstas e ajustamento face às perspetivas de execução.</p> <p>O quadro de indicadores que constitui o Anexo II do documento 4ª Alteração ao PDCT da CIM do Alto Alentejo (janeiro 2021), permitiu identificar as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram alteradas as metas para 2023 dos indicadores de realização e de resultado associados às PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Foram retirados os indicadores da PI 9.1, cuja dotação financeira foi anulada; - Foram alterados os indicadores de realização e de resultado da PI 10.1; - Foram inseridos novos indicadores de realização e de resultado visando a cobertura da nova tipologia adicionada na PI 5.2. – Sistema de Videovigilância e Detecção Automática de Incêndios. <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados alcançados e ultrapassar algumas limitações dos indicadores contratualizados.</p>

Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho. No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI, de acordo com a 4ª Alteração realizada em 2021.
--	--

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros Planos e programas com incidência no território entre os quais o Programa PROVERE, através da majoração do apoio aos projetos empresariais com enquadramento na EEC – Alentejo, Turismo e Sustentabilidade.

A CIM recorreu a outros instrumentos de financiamento, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para a concretização das Prioridades Estratégicas da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM referiu a articulação com os seguintes instrumentos: - Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas; - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Planos Municipais para a Igualdade; - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos – PROVERE (majoração da taxa de cofinanciamento aplicável aos investimentos apoiados através do SI2E, com enquadramento na Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE InMotion 2020, “Alentejo Turismo e Sustentabilidade”); - Desenvolvimento Local de Base Comunitária (enquadramento das operações no PDCT ou DLBC em função do montante de investimento).
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado elevado pela CIM (5 numa escala de 1 a 6). Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da CIMAA ao Inquérito às CIM. A EIDT sinalizou áreas de investimento a financiar fora do âmbito do PDCT.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT2020 e com outras fontes de financiamento, na fase de programação e na fase de implementação. Exemplos de outros investimentos realizados fora do PDCT com recurso a outras fontes de financiamento: - O Plano de adaptação às alterações climáticas, de âmbito intermunicipal – POSEUR; - Investimentos na rede wi-fi – Turismo de Portugal. A CIMAA respondeu, no Inquérito às CIM, que as fontes de financiamento foram adequadas.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A articulação foi feita à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIMAA fez uma avaliação global favorável do contributo do modelo de aprovação / negociação para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades para o território.

No entanto, referiu que o processo foi muito condicionado pela definição prévia das PI a contratuá-lizar e pela reduzida participação das CIM na sua seleção, o que resultou na insuficiente abrangência temática e na reduzida dotação financeira disponibilizada, face às necessidades do território. As alterações efetuadas após a contratuá-lização, permitiram melhorar a adequação às necessidades do Alto Alentejo principalmente nas infraestruturas escolares, nos equipamentos sociais e no património cultural.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIMAA atribuiu uma pontuação média de 4 (numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. O contributo do modelo foi considerado pela CIM elevado (5) para os seguintes parâmetros: - Relevância do instrumento para a estratégia; - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; O contributo do modelo foi considerado pela CIM mediano (4) para os seguintes parâmetros: - Simplificação do processo de seleção; - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Criação de novas parcerias nos territórios; - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. O contributo do modelo foi considerado pela CIM baixo (3) para os seguintes parâmetros: - Celeridade do processo de seleção; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	A CIMAA atribuiu a todos os parâmetros de avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratuá-lização, a pontuação 4 (numa escala de 1 a 6).

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal foram valorizados em sede de candidatura e no PDCT contratuá-lizado, que contemplava 10 operações de natureza intermunicipal (num total de 134 operações), todas promovidas pela CIMAA, a que correspondia um investimento total de 14.600.883,00€.

O investimento previsto neste tipo de operações encontrava-se concentrado, principalmente, na promoção da eficiência energética (67%) e na modernização administrativa (11,3%).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	Tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratuá-lizado em 2015: PI 2.3 - Apoio à modernização da administração local; PI 4.3 - Eficiência Energética na Iluminação Pública e nos Edifícios Públicos; PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos; PI 8.3 – Apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas.

	<p>PI 9.1 – Inclusão ativa de grupos vulneráveis; PI 10.1 – Redução do abandono escolar.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
<p>Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)</p>	<p>Em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015, foram propostas 10 operações de natureza intermunicipal (num total de 134 operações) a que correspondia um investimento total de 14.600.883,00 €.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p> <p>Importa referir que o Quadro de Investimentos do documento - Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-014 Versão 4 (PDCT contratualizado, 2015), idêntico àquele apresentado na Candidatura, apresenta incoerências com os valores apresentados no Quadro de financiamento por PI (ver resposta à SQ 2, Indicador 5 - Informação de detalhe), o que deixa dúvidas sobre a sua atualização. A título de exemplo, o investimento total previsto no Quadro de investimentos nos projetos intermunicipais da PI 5.2 é 1.317.647,00 €, sendo que o valor da dotação/fundo para esta PI no Quadro de financiamento por PI é apenas 300.000,00 €.</p>
<p>Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal</p>	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos na Candidatura e no PDCT contratualizado em 2015:</p> <p>PI 2.3 – Modernização administrativa; PI 4.3 – Eficiência energética; PI 5.2 – Proteção civil; PI 8.3 – emprego; PI 9.1 – Inclusão social; PI 10.1 – Educação.</p> <p>O investimento total previsto neste tipo de operações, encontrava-se concentrado, principalmente, na promoção da eficiência energética (67%) e na modernização administrativa (11,3%).</p> <p>(Cf. tabela abaixo – Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
<p>Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios</p>	<p>No quadro de investimentos do PDCT apresentado em sede de candidatura e contratualizado em 2015, não existem operações promovidas por outros stakeholders que não a CIM e os municípios.</p> <p>No entanto, na caracterização do PDCT, no Ponto Envolvimento e responsabilidade dos parceiros, é referida a participação de outros atores relevantes, para além dos Municípios na execução do Programa de Ação. É referido que os projetos identificados envolvem um vasto leque de entidades de direito público e privado, da administração central, principalmente dos serviços desconcentrados, da administração local e outros, que garantem os recursos e <i>know how</i> necessários para a eficácia e eficiência das intervenções.</p> <p>Os projetos de natureza intermunicipal envolvem, para além dos Municípios, a Agência Regional de Energia AREANATEjo e também a Entidade Regional de Turismo do Alentejo – ERTA, enquanto copromotor do PDCT. Desconhece-se, no entanto, o papel desta entidade na implementação das operações do PDCT.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015

Operações Intermunicipais Previstas	Promotor	PI	Sector	Investimento total previsto €
Modernização administrativa do Alto Alentejo	CIMAA	2.3	Modernização administrativa	1.643.401,00
EDIPub: Melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos	CIMAA	4.3	Eficiência energética	6.020.674,00
ILUPub: Melhoria da eficiência energética na iluminação pública	CIMAA	4.3	Eficiência energética	3.760.337,00
Projeto intermunicipal de emergência e proteção civil (abrangendo a revisão e adaptação dos Planos Municipais)	CIMAA	5.2	Proteção civil	141.176,00

Melhoria da capacidade de intervenção do Alto Alentejo na redução de incêndios florestais e na prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações	CIMAA	5.2	Proteção civil	1.176.471,00
Alto Alentejo Empreende	CIMAA	8.3	emprego	588.235,00
Desporto intergeracional na região Alto Alentejo	CIMAA	9.1	Inclusão social	94.118,00
Rede de Promoção do sucesso educativo	CIMAA	10.1	Educação	647.059,00
Centro de Férias e Tempos Livres Ativos	CIMAA	10.1	Educação	376.471,00
Academia jovem	CIMAA	10.1	educação	152.941,00
Total				14.600.883,00

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-014- Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-014 Versão 4 – Quadro de investimentos (PDCT contratualizado, 2015).

Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015

PI	Operações previstas	Investimento total Previsto	
		Nº	%
2.3	1	1.643.401,00	11,3
4.3	2	9.781.011,00	67,0
5.2	2	1.317.647,00	9,0
8.3	1	588.235,00	4,0
9.1	1	94.118,00	0,6
10.1	3	1.176.471,00	8,1
Total	10	14.600.883,00	100,0

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-014- Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-014 Versão 4 – Quadro de investimentos (PDCT contratualizado, 2015).

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O processo de conceção da EIDT e do PDCT teve uma participação importante de um conjunto alargado de entidades representativas destes setores e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território, assegurada, principalmente, pela sua participação em sessões públicas e reuniões de trabalho. Este envolvimento teve como principais resultados, a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, a identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações e a identificação de outros atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIMAA ao Inquérito às CIM:</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios, - POR/CCPPOR/CCDR; - Entidades representativas do Setor económico. <p>Participaram com frequência (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor social; - Agências públicas da administração Central; - Agências públicas da administração Central desconcentrada; <p>Participaram com frequência moderada (grau 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor ambiental; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). <p>As Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada que participaram na definição da EIDT indicadas pela CIMAA, foram a Agência para a Modernização Administrativa</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	(AMA), a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (o ULSNA) e serviços regionais do Ministério da Educação. Não Participaram (grau 1): - Juntas de Freguesia.
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	A participação foi formal na maior parte dos casos, exceto por parte das Juntas de freguesia e entidades do setor ambiental, em que foi considerada substantiva. As sessões públicas de debate foram a principal forma de envolvimento das entidades.
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	Tipo de resultados gerados: - Identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Sessões públicas de debate	Resposta a questionário
Municípios	6	Formal	x	
Juntas de freguesia	1	Substantiva		x
POR/CCPPOR/CCDR	6	Formal	x	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	6	Formal	x	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Substantiva	x	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5	Formal	x	
Agências públicas da Administração Central	5	Formal	x	
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	5	Formal	x	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	Formal	x	

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

O processo de trabalho de suporte à EIDT do Alto Alentejo, compreendeu uma fase de recolha de contributos do sistema de atores do território, com destaque para os municípios, mas com uma participação importante de um conjunto de outras entidades públicas e associativas (Associações empresariais e de desenvolvimento, Agências setoriais e regionais, Fundações, etc.)¹⁴.

A recolha de contributos desenvolveu-se em dois momentos com propósitos distintos:

- Um primeiro momento de identificação de projetos, em resposta a uma solicitação genérica da CIMAA, no início da 2ª etapa de trabalho, após-Diagnóstico Prospetivo e formulação de Matriz Territorial de Intervenção e que registou uma forte participação técnica dos Municípios;
- Um segundo momento de identificação de ações e projetos dinamizado por um ciclo de reuniões de trabalho promovidas pela CIMAA e respetiva estrutura técnica junto de um conjunto de entidades setoriais e regionais e de associações empresariais e de desenvolvimento.

¹⁴ Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os *stakeholders* envolveram-se de forma continuada, exceto as Juntas de Freguesia. O funcionamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com funções de acompanhamento do PDCT, contribui para o envolvimento dos *stakeholders* na implementação e contribui para a articulação institucional subjacente à implementação das operações.

O seu envolvimento contribuiu para a racionalização de recursos, o aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados e para o alargamento do âmbito de atuação do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	De acordo com a resposta da CIMAA ao Inquérito às CIM: Envolveram-se de forma continuada, através de sessões públicas de divulgação e debate – Municípios, POR/CCPPOR/CCDR, Entidades do sector económico, ambiental e social, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada, e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). Envolveram-se pontualmente, através de recolha formal de pareceres e contributos: Juntas de Freguesia. A Avaliação Intercalar (2019) refere que o envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT, aconteceu enquanto copromotores de projetos ou através da sua participação no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Alentejo. Destaca-se, p.ex., o envolvimento das seguintes entidades: - da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERTA) na implementação de projetos de Promoção Turística, enquadrados na PI 6.3. - da Agência Regional de Energia – AREANATEjo, na implementação dos projetos enquadrados na PI 4.3.
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMAA no inquérito às CIM, para os seguintes resultados: - Racionalização de recursos; - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; - Alargamento do âmbito de atuação.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIM considera que o modelo de gestão do PDCT é adequado e fez uma avaliação favorável da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE, POSEUR e PDR) no plano da operacionalização. Refere, contudo, a necessidade de reforço da intervenção das CIM na programação, designadamente na seleção das PI/TI e na definição das dotações a contratuizar.

TABELA SÍNTESE — INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas</p>	<p>A CIMAA classificou de forma igual as competências delegadas pelos POR, POISE, POSEUR e PDR enunciadas no Inquérito às CIM, atribuindo-lhes um grau médio de adequação 4,7 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada), o que traduz uma avaliação positiva. Na Entrevista, a CIMAA referiu que, ao nível da operacionalização, as competências delegadas nas CIM são adequadas, mas é necessário reforçar a sua participação na seleção das PI a contratualizar, na definição das tipologias de intervenção e na definição e distribuição das verbas.</p> <p>Competências consideradas totalmente adequadas (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão. <p>Competências consideradas muito adequadas (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários. - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria. <p>Competências consideradas moderadamente adequadas (grau 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação.
<p>Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências</p>	<p>A CIMAA classificou como positivo o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados. - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território. <p>A CIMAA classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local.
<p>Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas</p>	<p>Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do POISE, POISE e POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir os critérios de seleção das operações; - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Aprovar as candidaturas a financiamento; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários); - Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?
TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	Mecanismos de articulação: - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	A CIMAA classificou o funcionamento destes mecanismos da seguinte forma (1 – não funciona a 6 – funciona muito bem): - Articulação com a AG do POR - todos os mecanismos funcionam muito bem (6); - Articulação com a AG do POSEUR – todos os mecanismos funcionam bem (5); - Articulação com as AG do PO ISE e do PDR - todos os mecanismos funcionam de forma razoável (4).

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado
SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIM classificou como moderadamente adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou as suas competências como totalmente adequadas, mas referiu o número insuficiente de elementos que a compõem.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIMAA classificou como moderadamente adequada esta dotação (grau de adequação 4, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 6 Elementos externos: NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIMAA classificou a dimensão da equipa técnica como moderadamente adequada (grau de adequação 4, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIMAA classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como totalmente adequadas (6 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Insuficiente número de elementos da Equipa Técnica.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIMAA considerou adequadas as ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual Quadro Comunitário de Apoio. Contudo, reconhece haver ainda necessidade de ações de capacitação nas áreas da contratação pública e critérios de análise de projetos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	A CIMAA identificou as seguintes áreas na resposta ao Inquérito às CIM: - Contratação Pública; - Critérios de análise de projetos.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIMAA classificou da seguinte forma a adequação das ações de capacitação desenvolvidas (1- nada adequada a 6 - totalmente adequada): Totalmente adequadas (grau 6): - Sistemas de Informação; - Monitorização e Avaliação; - Conceção de documentos estratégicos e de programação. Adequada (grau 5): - Contratação pública; - Critérios de análise de projetos.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIMAA identificou as seguintes áreas: - Contratação Pública; - Critérios de análise de projetos.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

A CIMAA referiu a sua participação na elaboração dos Avisos, através de contributos, que foram integrados, para a generalidade dos seus elementos.

A relevância ou adequação das operações face à realidade e às necessidades do território, foi assegurada, nos Avisos, condicionando a sua elegibilidade ou aprovação ao seu enquadramento em instrumentos de carácter estratégico ou planos de ação, de política territorial ou sectorial com incidência no território em que se insere a operação ou aos exercícios de mapeamento das necessidades de investimento previamente aprovados pela Comissão Europeia. No caso do SI2E, foi incentivada a orientação do investimento majorando o apoio concedido a projetos situados em áreas de baixa densidade e enquadrados em Estratégias de Eficiência Coletiva com incidência no território, potenciando assim os seus efeitos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	Deram contributos e foram integrados, para todos os elementos dos Avisos do POR, do PO ISE, do PO SEUR e do PDR: - Indicadores; - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais; - Definição do calendário de abertura dos AAC; - A definição de requisitos (formais e documentais); - Prazos de apresentação das candidaturas; - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas.
Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos	Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos: PI 6.3 – <u>Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural</u> . Aviso ALT20-14-2019-26-CIMAA. - Constitui critério de elegibilidade a demonstração de enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de carácter setorial ou regional. PI 8.3/8.8 – <u>Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) –CIMAA</u> . Aviso Nº ALT20-M7-2017-07: - Majoração do período de comparticipação das remunerações dos postos de trabalho para projetos situados em território de baixa densidade. - Majoração da taxa de cofinanciamento, para projetos enquadrados no Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos: projetos inscritos no Programa de Ação

	<p>aprovado para o período 2014-2010, na Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE InMotion 2020, “Alentejo Turismo e Sustentabilidade”.</p> <p><u>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais (AVISO No ALT20-42-2019-60-CIMAA).</u></p> <p>Os apoios as infraestruturas sociais, estão condicionados ao Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede de Cuidados Continuados Integrados - Região Alentejo, aprovado pela Comissão Europeia.</p> <p><u>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. Convite ALT20-66-2019-46.</u></p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>
--	--

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIMAA classificou como moderadamente adequados os calendários de abertura de Avisos e os prazos de submissão de candidaturas. Contudo na entrevista, referiu a centralização do lançamento dos Avisos, o que tem contribuído para que os calendários nem sempre estejam ajustados ao ritmo de execução e às necessidades dos promotores.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>A CIMAA classificou da seguinte forma os calendários de abertura dos Avisos e os prazos de submissão das candidaturas, na resposta ao inquérito às CIM:</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da M04 do PDR, em que a CIM não respondeu.</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da M04 do PDR, em que a CIM não respondeu.</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da M04 do PDR, em que a CIM não respondeu.</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da M04 do PDR, em que a CIM não respondeu.</p> <p>Na entrevista, a CIMAA referiu a centralização do lançamento dos Avisos, o que tem contribuído para que os calendários nem sempre estejam ajustados às necessidades.</p> <p>A Avaliação Intercalar refere os atrasos na abertura de Avisos nas PI contratualizadas, sendo o caso mais gravoso o da PI 9.1, sem aviso disponível à data da Avaliação, o que compromete a execução das verbas contratualizadas, bem como o alcance das metas definidas (Avaliação Intercalar, abril de 2019, p. 90).</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT.

A CIM fez uma avaliação positiva do grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, relativamente a todas as dimensões de análise: objetivos da EIDT e PDCT, indicadores de realização e de resultado do PDCT, o público-alvo e as necessidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	Foi lançado concurso para todas as tipologias de intervenção contratualizadas (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021): PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos; PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local; PI 6.3 – Património natural e cultural; PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos; PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas; PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local; PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis – cultura para todos (todas as candidaturas foram desistidas); PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde; PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRII – Transição Digital da Educação. PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário.
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	A CIMAA atribuiu a mesma classificação a todas as seguintes dimensões de análise: - Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT; - Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT; - Adequação segundo o público-alvo; - Adequação segundo as necessidades do território. A classificação atribuída às TI para todas as dimensões de análise foi a seguinte (1 – nada adequada e 6 – totalmente adequada): - Grau de adequação médio de 5,1. - Totalmente adequadas (grau 6), nos seguintes casos: PI 9.7 e 10.5; - Muito adequadas (grau 5), nos seguintes casos: 2.3, 6.3, 8.3, 8.8, e 10.1; - Adequadas (grau 4) no caso da PI 4.3. A CIMAA não respondeu a esta questão relativamente à M04 do PDR.

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A CIMAA considera que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) é suficientemente adequada e tem correspondido às necessidades dos territórios e dos *stakeholders* e é o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações.

A maior parte dos parâmetros de avaliação do processo de análise e seleção foram considerados suficientemente adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	A CIMAA considera que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) é suficientemente adequada e tem correspondido às necessidades dos territórios e dos <i>stakeholders</i> . No caso específico dos PDCT (onde existem listas indicativas de projetos previamente validadas – exceção nas PI 8.3 e 8.8), considera também que esta modalidade é o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações. Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado): Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (<i>check-list</i>, manual de procedimentos, prazos) - Grau de adequação médio: 4. - Os procedimentos foram considerados suficientemente adequados (4) para todas as PI contratualizadas Critérios de seleção - Grau de adequação médio: 4. - Foram considerados suficientemente adequados (4) para todas as PI contratualizadas. Metodologia de apuramento do mérito - Grau de adequação médio: 4.

	<p>- Foi considerada suficientemente adequada (4) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <p>- Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi considerada suficientemente adequada (4) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano</p> <p>- Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi considerada suficientemente adequada (4) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Carga burocrática</p> <p>- Grau de adequação médio: 4.</p> <p>- Foi considerada suficientemente adequada (4) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Interação com o SI FSE</p> <p>- Grau de adequação médio no caso das PI financiadas pelo FSE: 6.</p> <p>- Foi considerada totalmente adequada (6) para as PI contratualizadas financiadas pelo FSE.</p> <p>Interação com o SI FEDER</p> <p>- Grau de adequação médio no caso das PI financiadas pelo FEDER: 5.</p> <p>- Foi considerada totalmente adequada (6) no caso das PI 8.8, 9.7 e 10.5.</p> <p>- Foi considerada suficientemente adequada (4), no caso das seguintes PI: 2.3, 4.3 e 6.3.</p> <p>Interação com outros SI</p> <p>- Grau de adequação médio: 3.</p> <p>- Foi considerada pouco adequada (3) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Interação com o Balcão 2020</p> <p>- Grau de adequação médio: 6.</p> <p>- Foi considerada totalmente adequada (6) para as PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5.</p> <p>A CIMAA não respondeu sobre esta interação, relativamente às restantes PI.</p>
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>A CIM referiu que os prazos de análise de candidaturas:</p> <p>- Têm sido cumpridos, nos seguintes casos: PI 2.3, 9.7, 10.1 e 10.5.</p> <p>- Não têm sido cumpridos nos seguintes casos: 4.3, 6.3, 8.3 e 8.8.</p>
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIM referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas:</p> <p>- Elevado nº de candidaturas (PI 4.3, 8.3 e 8.8);</p> <p>- Articulação entre OI e AG (PI 10.5);</p> <p>- Análise de mérito das candidaturas (PI 9.7);</p> <p>- Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades (PI 10.1).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo devido principalmente ao tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3, 4.3 e 10.1. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 2.3 e 6.3.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	3	3	44	9	53
4.3	29	29	322	22	344
5.2	1	1	141	9	150
6.3	49	49	79	25	104
8.3	22	22	313	120	433
8.8	43	43	268	28	295
9.1	0	0	0	0	0
9.7	11	11	245	10	255
10.1	16	16	241	99	340
10.5	21	21	156	18	174
M04 PDR	s.d	s.d	s.d	s.d	s.d
Total	195	195	214	40	254

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (proteção civil, conservação e proteção do património, segurança social, educação, etc...). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na <u>emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos):</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local O Aviso define como entidades responsáveis pela avaliação de mérito e decisão de financiamento, as CIM da NUTS II Região Alentejo, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria. (Aviso Nº ALT20-03-2017-27)</p> <p>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos. As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planejar, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. Consoante o tipo de operação, terão ainda que ter Parecer da APA I.P. e/ou da GNR. (Aviso POSEUR-10-2016-43, Versão 1.3 de 07 de julho de 2016).</p> <p>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais. - No caso das operações candidatas que correspondam a requalificação, remodelação ou adaptação de equipamento social, sem aumento da capacidade instalada, e estes tenham acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, é emitido parecer não vinculativo pelo Instituto da Segurança Social, I.P. - Quando as operações candidatas correspondam à construção de raiz ou ampliação que impliquem um aumento de capacidade instalada (criação de novos lugares) ou a intervenções de reconversão noutra resposta social (os quais também criam novos lugares na nova resposta social), os serviços competentes da Segurança Social emitem um parecer prévio vinculativo. - No caso das operações que integram apoios de investimento dirigidos a unidades, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que impliquem a reconversão ou alargamento da capacidade das unidades existentes, bem como a criação de novas unidades nesse âmbito, obrigatoriamente, as entidades deverão apresentar o correspondente pedido de Parecer de Prioridade Social a emitir pelo Instituto de Segurança Social e/ou pedido de Parecer de Prioridade na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). (Aviso ALT20-42-2019-60-CIMAA).</p> <p>PI 10.1 – Planos Inovadores de Combate ao Insucesso escolar. No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (CONVITE ALT20-66-2019-46).</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário). Critérios de elegibilidade das operações: - Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE; - Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização; - No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura. (AVISO ALT20-73-2019-35-CIMAA).</p> <p><u>Entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados (exemplo):</u> PI 6.3 – Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural. De acordo com as condições de elegibilidade das operações definidas no Aviso, estas devem dispor de pareceres técnicos favoráveis emitidos pelos organismos setoriais competentes sobre o projeto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura (Aviso ALT20-14-2019-26-CIMAA).</p> <p>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais.</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados (AVISO ALT20-42-2019-60-CIMAA). <u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

De acordo com a CIMAA foram implementados vários mecanismos de monitorização e acompanhamento, todos eles considerados muito adequados.

A CIMAA implementou mecanismos de avaliação contínua do PDCT, designadamente a elaboração de relatórios periódicos, realizou a Avaliação Intercalar em 2019, recorrendo a uma entidade externa, e pretende realizar a Avaliação Final.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIMAA no Inquérito às CIM: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Realização de balanço com as AG; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIMAA classificou como muito adequados (grau de adequação 5) todos os mecanismos implementados.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A CIMAA identificou, na resposta ao Inquérito às CIM, os seguintes: - Autarquias; - Conselho Intermunicipal; - Outros <i>stakeholders</i> .
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	- Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos; - Realizou avaliação Intercalar em 2019; - Pretende realizar avaliação final.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	Entidade Externa.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A CIMAA referiu a diversidade e a complexidade de intervenções, a par da dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores, como constrangimentos à monitorização e avaliação.

Os indicadores comuns definidos para as PI são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão dos diferentes tipo de operações e dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados e com melhor cobertura do perfil de operações apoiadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade e complexidade de intervenções; - Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos. <p>A Avaliação Intercalar realizada em 2019, propunha o seguinte, no ponto Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar, mobilizar, envolver e corresponsabilizar os promotores de projetos para a necessidade de reportarem o ponto de situação da execução e fornecerem informações relativas aos indicadores.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de recetividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	<p>A CIMAA não identificou medidas deste tipo.</p> <p>A Avaliação Intercalar realizada em 2019, propunha o seguinte, no ponto Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Precaver atrasos na abertura de avisos nas PI contratualizadas. - Agilizar o processo de análise de candidaturas.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizados 4 exercícios de alteração do PDCT entre 2017 e 2021 que tiveram como efeitos a reprogramação financeira anual, a redistribuição da alocação financeira por TI/PI/medida, a redefinição de metas e a alteração de indicadores. Estas alterações permitiram um maior ajustamento às perspetivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro deste instrumento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	<p>Sim. Foram realizadas alterações ao PDCT que consistiram em exercícios da CIMAA, sendo que, a 3ª Alteração, acompanhou a reprogramação dos PO e a concentração no PO regional das intervenções das PI 9.1 e 9.4.</p> <p>Foram feitas alterações ao PDCT em maio de 2017, em fevereiro de 2019, em 2019 (sem informação sobre o dia/mês) e em janeiro de 2021.</p> <p>A Avaliação Intercalar realizada em 2019, identificou aspetos críticos a corrigir e apresentou uma proposta de reprogramação financeira.</p>
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	<p>As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reprogramação financeira anual; - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Redefinição de metas. - Introdução de novos indicadores na PI 5.2; - Alteração dos indicadores da PI 10.1. <p>As alterações efetuadas, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e de implementação do PDCT e a melhoria do desempenho físico e financeiro.</p>

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foram implementados instrumentos de comunicação e divulgação da EIDT e do PDCT junto dos públicos-alvo. A CIMAA realizou processos de auscultação junto da população através de sondagem e inquérito presencial, mas não foram disponibilizados dados dos resultados destes processos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIMAA identificou as seguintes, na resposta ao inquérito às CIM: - Reuniões/encontros com parceiros promovidos: 15. Nº de participantes: 30; - Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento: 15. Nº de participantes: 30; - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site): 15; - Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...): 15; - Visitas a projetos de investimento: 7.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	A CIMAA realizou processos de auscultação junto da população, através de sondagem e inquérito presencial, mas não foram disponibilizados dados dos resultados destes processos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

A CIM referiu, na resposta ao inquérito às CIM, a boa adesão do público-alvo às reuniões, seminários e workshops públicos e às sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento (grau de adesão 5, numa escala de 1 a 6) e a grande adesão no caso das visitas a projetos de investimento (grau de adesão 6).

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIM , na resposta ao Inquérito às CIM: - Partilha de conhecimentos; - Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica; - Cooperação entre beneficiários e <i>stakeholders</i> .

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 328 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das Candidaturas enquadradas na PI 8.8 (Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local), na PI 4.3 (Eficiência energética) e na PI 6.3 (Património natural e cultural).

No caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas é superior ao número de operações previstas nas PI 2.3, 4.3, 6.3, 9.7 e 10.5.

Destaca-se, contudo, a baixa taxa de admissibilidade nas PI 4.3 e 8.8 e a elevada taxa de reprovação nas PI 8.3 e 8.8 e a desistência de todas as candidaturas apresentadas com enquadramento na PI 9.1., cuja dotação financeira foi anulada. A taxa de desistência observada na PI 4.3 é também elevada, motivada pelas dificuldades dos promotores e pareceres negativos da DGEG.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 328 candidaturas com um custo total de 81.000.006 euros. Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por Prioridade de Investimento. À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou o número de operações previstas no PDCT (última versão 2021), exceto nas PI 5.2, 9.1 (cuja dotação foi anulada) e 10.1. Esta análise deve ser lida com algumas reservas, já que, tal como referido na resposta ao Indicador 18, o quadro de investimentos da última versão de 2021 apresenta algumas incoerências, pelo que o número de projetos previstos nas listas do PDCT contratualizado pode não estar correto.
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento. A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 4.3 e 8.8. As taxas de reprovação mais elevadas verificam-se nas PI 8.3 e 8.8. Destaca-se a desistência de todas as candidaturas apresentadas com enquadramento na PI 9.1. O PDCT deixou de contemplar esta PI e a sua dotação financeira foi anulada. Depois da PI 9.1, é a PI 4.3 que apresenta a taxa de desistência mais elevada. A eficiência energética era uma área de investimento muito pertinente para o Alto Alentejo, mas dificuldades de vária ordem e os pareceres negativos da DGEG, levaram os municípios a desviar verbas desta PI para outras intervenções necessárias, p.ex., nas escolas.
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIM na resposta ao Inquérito às CIM: - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 8.3 e 8.8

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:**Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento**

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2021)	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
		Nº	%	€	%
2.3	1	3	0,9	1.821.661	2,2
4.3	2	72	22,0	8.683.658	10,7
5.2	2	1	0,3	352.936	0,4
6.3	32	64	19,5	14.084.384	17,4
8.3		29	8,8	415.983	0,5
8.8		84	25,6	14.935.144	18,4
9.1	14	13	4,0	1.473.408	1,8
9.7	14	15	4,6	7.818.985	9,7
10.1	27	22	6,7	5.736.016	7,1
10.5	12	25	7,6	25.677.831	31,7
M04 PDR	26	s.d	s.d	s.d	s.d
Total		328	100,0	81.000.006	100,0

Fontes: EIDT-99-2015-02-014 4ª versão PDCT alterado enviado à ADC- Quadro de investimentos.

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não são identificadas operações previstas.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento										Total
	2.3	4.3	5.2	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	3	29	1	49	22	43		11	16	21	195
2. Não admitida				3		30		1		1	35
3. Não aprovada		7			6						13
4. Anulada											
5. Desistida /rescindida/revogada		35		12	1	11	13	1	6	3	82
6. Submetida/admitida		1						2			3
7. Total Geral	3	72	1	64	29	84	13	15	22	25	328
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	50,7	100,0	76,6	96,6	51,2	0,0	84,6	72,7	84,0	64,0
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	40,8	100,0	76,6	75,9	51,2	0,0	84,6	72,7	84,0	60,0
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	9,9	0,0	4,7	20,7	35,7	0,0	7,7	0,0	4,0	14,8
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	49,3	0,0	18,8	3,4	13,1	100,0	7,7	27,3	12,0	25,2

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas às perspetivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso ultrapassava os 100%. O mesmo acontece nas PI 2.3, 8.8, 10.1 e 10.5, o que revela a necessidade de nova reprogramação financeira.

As taxas de execução e de realização financeira situavam-se em 60,7% e 59,3% respetivamente.

A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.

Encontram-se concluídas/encerradas 16 das 195 operações aprovadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 102,5% sendo que, nas PI 2.3, 8.8, 10.1 e 10.5 ultrapassa também os 100%, o que aponta para a necessidade de nova reprogramação. A PI 8.3 apresenta a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>O número de candidaturas aprovadas era igual ou superior ao previsto no PDCT (versão 2021) nas PI 2.3, 4.3, 6.3, e 10.5.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se em 60,7% e 59,3% respetivamente. A PI 8.3 apresenta também a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.</p> <p>Encontram-se concluídas/encerradas 16 operações, com enquadramento nas seguintes PI: 10.1 (3 operações), 8.3 (2 operações), PI 8.8 (5 operações), 9.7 (1 operação) e 6.3 (5 operações).</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	1.165.150,0	3	1.512.297,4	923.726,6	129,8	79,3	61,1
4.3	1.667.872,3	29	1.462.268,7	934.044,0	87,7	56,0	63,9
5.2	300.000,0	1	192.306,1	192.306,1	64,1	64,1	100,0
6.3	8.175.651,8	49	7.799.344,9	4.967.988,1	95,4	60,8	63,7
8.3	707.901,0	22	249.005,5	69.906,8	35,2	9,9	28,1
8.8	2.549.234,5	43	3.172.575,8	2.018.432,5	124,5	79,2	63,6
9.7	4.723.593,9	11	4.305.044,3	2.979.351,5	91,1	63,1	69,2
10.1	3.376.694,9	16	3.832.333,9	2.297.286,5	113,5	68,0	59,9
10.5	15.760.528,9	21	21.541.333,0	11.728.171,8	136,7	74,4	54,4
M04 PDR	4.573.850,0	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total	43.000.477,3	195	44.066.509,5	26.111.213,8	102,5	60,7	59,3

Fontes: 4ª Alteração ao PDCT da CIM Alto Alentejo – Quadro de financiamento atualizado (15 janeiro de 2021);

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nota: A dotação global da PI 9.1, inicialmente contratualizada, foi anulada com a 4ª Alteração ao PDCT, em 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>A lista de operações previamente identificadas no PDCT contratualizado em 2015 e na versão mais recente de 2021, onde estão previstas 134 operações, é idêntica no que respeita às operações identificadas e aos valores de investimento total previstos o que, face às alterações na dotação financeira por PI, deixa algumas dúvidas sobre a atualização do quadro de investimentos da versão mais recente.</p> <p>A comparação da Lista de operações previamente identificadas no Quadro de investimentos do PDCT contratualizado (versões de 2015 e 2021) com as candidaturas rececionadas e aprovadas, permite concluir o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O número de candidaturas rececionadas à data desta avaliação, ultrapassou o previsto nas seguintes PI: 2.3, 4.3, 6.3, 9.7 e 10.5. Ficou aquém, na PI 5.2 e na 9.1 e 10.1. - O número de operações aprovadas, é superior ao previsto nas PI 2.3, 4.3, 6.3 e 10.5.

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>No caso da PI 4.3, o elevado número de candidaturas rececionadas e aprovadas face ao previsto, resulta do facto de, nas listas prévias, constarem apenas 2 candidaturas intermunicipais que abrangiam os vários concelhos, dirigidas à eficiência energética nos edifícios e na iluminação pública. Estas operações não foram implementadas enquanto projetos intermunicipais e, apesar da redução da dotação financeira desta PI, deram lugar a múltiplas candidaturas municipais, o que justifica a diferença observada.</p> <p>No caso da PI 10.5, o número bastante superior de candidaturas rececionadas e aprovadas face ao previsto, resulta do facto de, após a contratualização, terem sido incluídas novas intervenções em edifícios escolares, tendo-se verificado uma forte concentração do investimento nesta PI.</p> <p>- O número de operações aprovadas ficou aquém do previsto nas PI 5.2, 9.1, 9.7 e 10.1. No caso da PI 9.1, todas as candidaturas rececionadas (13) foram desistidas, já que a dotação desta PI foi anulada.</p> <p>Excluem-se desta análise comparativa, as operações previstas e as candidaturas rececionadas e aprovadas nas PI 8.3 e 8.8, por não serem comparáveis os investimentos previstos no quadro de investimentos do PDCT contratualizado (3) com as candidaturas rececionadas (113) e aprovadas (65).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos no Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de despesas elegíveis: PI 2.3, 6.3, 8.3, 8.8 e 9.7. - Condições de elegibilidade das operações: PI 4.3. <p>Na entrevista, a CIMAA referiu o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Houve alterações ao nível das elegibilidades e das dotações financeiras que nalguns casos não foram nada adequadas (TIC, proteção civil...). É necessário que as regras sejam definidas e estabilizadas antecipadamente, na fase de elaboração da estratégia e de programação / preparação do PDCT. - Reduzida participação das CIM nos mapeamentos na área da educação; - Atrasos nos pareceres da Segurança Social sobre as operações da PI 9.7; - A articulação com as tutelas, no caso dos equipamentos, deve ser melhorada. - Alguns concursos de intervenções da M04 do PDR ficaram desertos devido ao desajustamento dos valores face aos (elevados) preços de mercado.
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas (5) enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos (Modernização Administrativa e Capacitação do Alto Alentejo);</p> <p>PI / TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos (Planos Municipais e Planos Especiais de Emergência e Proteção Civil do Alto Alentejo);</p> <p>PI / TI 6.3 - Património natural e cultural (Programação Cultural em Rede).</p> <p>PI / TI 10.1 - Redução do abandono escolar (Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 5 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIMAA, com um investimento total aprovado em vigor de 3.210.471,18 €.</p> <p>As operações intermunicipais representam apenas 6% do fundo aprovado em vigor.</p> <p>No PDCT contratualizado (versão de 2015 e última versão de 2021), estavam previstas 10 operações intermunicipais a que correspondia um investimento total previsto de 14.600.883,00 €. (ver resposta à SQ 5).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Operações intermunicipais aprovadas

PI	Operações intermunicipais aprovadas	
	Nº	Investimento total aprovado em vigor €
2.3	2	1.619.331,74
5.2	1	215.788,75
6.3	1	845.621,45
10.1	1	529.729,24
Total	5	3.210.471,18

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI contratualizadas após última alteração a 15-01-2021	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais)	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
2.3	1.165.150,0	1.340.317,71	115,0
4.3	1.667.872,3		
5.2	300.000,0	192.306,06	64,1
6.3	8.175.651,8	599.999,95	7,3
8.3	707.901,0		
8.8	2.549.234,5		
9.7	4.723.593,9		
10.1	3.376.694,9	450.269,85	13,3
10.5	15.760.528,9		
M04 PDR	4.573.850,0		
Total	43.000.477,3	2.582.893,57	6,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIMAA e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3): todas as operações; - Microempreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8): todas as operações. - Redução do abandono escolar (PI 10.1): 5 operações promovidas por Agrupamentos de Escolas. <p>Sem informação sobre as operações aprovadas na M04 do PDR.</p> <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado (versões 2015 e 2021):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3); - Microempreendedorismo (PI 8.8). <p>Sem informação sobre as operações aprovadas na M04 do PDR.</p> <p><u>Operações previstas na candidatura - Quadro de investimentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3); - Microempreendedorismo (PI 8.8).
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	De acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, 8 das 16 operações encerradas, concluíram antes ou na data prevista.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão das operações encerradas, foi mais longo no caso das operações da PI 10.1. As operações da PI 6.3 foram as que apresentaram o tempo médio de execução mais curto.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados, no caso das PI 6.3, 8.3 e 10.5.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 90:

Tempo de execução das operações concluídas, por Prioridade de Investimento

PI	Operações concluídas	Tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão	
	Nº	Nº de dias	Nº de meses aprox.
6.3	5	249 (1)	8,3
8.3	2	833	27,7
8.8	5	472	15,7
9.7	1	452	15
10.1	3	1.146	38,2

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

(1) 1 operação com data de assinatura do contrato posterior à data de conclusão efetiva da operação.

Nota: O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ25. O mix de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM: - Fundos próprios; - BEI. A CIMAA referiu que não existiram problemas na mobilização das contrapartidas.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estavam concluídas 16 operações. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

Existem boas perspectivas de cumprimento das metas na maior parte das PI.

As principais causas apontadas pela CIM para os desvios detetados são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI e dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento da maior parte das metas definidas. À data de 30 de setembro de 2021 estavam concluídas/encerradas 16 operações, desconhecendo-se o seu contributo para o cumprimento da maior parte das metas. Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT, a CIMAA referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala: de 1- nada provável a 6 – muito provável): - Muito provável (6): 2.3, 6.3, 8.3, 9.7, 10.1, 10.5. No entanto, importa referir que, no caso da PI 8.3, as taxas de compromisso, execução e realização são muito desfavoráveis e a dotação global teve uma forte redução, o que são sinais contraditórios com a perspetiva otimista da CIM. No caso da PI 9.7, o número de equipamentos apoiados (11) ultrapassou já a meta definida para 2023 (10). - Provável (4): PI 4.3. Relativamente às PI 5.2 e 8.8, a CIM não respondeu. A tabela abaixo, apresenta o grau de cumprimento das metas definidas na versão mais recente do PDCT (2021). À data de 30 de setembro de 2021, tinham sido cumpridas ou superadas as metas para 2018 dos indicadores de realização das PI 2.3, 5.2, 8.8 e 9.7 e a meta de um dos indicadores de resultado da PI 5.2.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 94:

Grau de cumprimento das metas definidas para 2018

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcança do	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
2.3	Realização	Serviços da Administração Pública apoiados	Nº	2	15	15	cumpriu

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcançado	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
	Resultado	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet, no total de câmaras	%	50	80	s.d.	
4.3	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	4 337 900	1 417 691	s.d.	
	Resultado	Consumo de energia primária na administração regional e local	Tep	3257.00	766,84	s.d.	
5.2	Realização	Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados (n.º)	Nº	4	12	8	superou
	Realização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos / implementados e reestruturados/modernizados	Nº	0	1	0	
	Resultado	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima	Ha	152.100	304.200	301.753	superou ¹⁵
	Resultado	Incremento da Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de Informação e Monitorização	%	0,00%	74,6%	s.d.	
6.3	Realização	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio	Nº	8.700	52.074	s.d.	
	Resultado	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outro	Milhares	190 ¹⁶	283	s.d.	
8.3	Realização	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Nº	20	70	s.d.	
	Resultado	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	%	50	70	s.d.	
8.8	Realização	Empresas que beneficiam de apoio	Nº	4	28	43 ¹⁷	superou
	Resultado	Postos de trabalho criados	Nº	8	42	s.d.	
9.7	Realização	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	Nº	3	10	11 ¹⁸	superou
	Resultado	População abrangida pela melhoria de equipamentos sociais	Nº	14.550	21.418	s.d.	
10.1	Realização	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Nº	0	8	s.d.	

¹⁵ INE/DGT, 2017; Indicador “Superfície (km²) das unidades territoriais por Localização geográfica (NUTS - 2013)”. Somatório da superfície dos 8 concelhos com instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborado.

¹⁶ em 2018, os dados estatísticos referentes a 2017 demonstram que o Alto Alentejo registou, nesse ano, 346 116 dormidas [Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos; Indicador “Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica e Local de residência (País - lista reduzida); Anual”], valor que ultrapassa a meta estabelecida para o ano de 2018 e, inclusive, para o ano de 2023.

¹⁷ Número de empresas apoiadas à data de 31 de setembro de 2021.

¹⁸ Número de equipamentos apoiados à data de 31 de setembro de 2021.

PI	Indicadores		Unidade Medição	Meta 2018 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Meta 2023 (contratualizado após última alteração em 15-01-2021)	Valor alcança do	Grau de cumprimento meta 2018 (Cumpriu / não cumpriu/superou)
	Resultado	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram aproximando-se ou superando o valor esperado	Nº	-	35	s.d.	
10.5	Realização	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	Nº	105	3.670	s.d.	
	Resultado	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	%	40	92	s.d.	

Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar do PDCT do Alto Alentejo (2019); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	- Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI; - Dificuldades de execução por parte dos beneficiários.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados (2021) têm metas definidas.</p> <p>Contudo, a M04 do PDR, não tem indicador de resultado.</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas. Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam da contratualização (última versão, 2021):</p> <p><u>PI 2.3 – Sistema de apoio a transformação digital da Administração Pública. Aviso ALT20-50-2021-14 CIMAA</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços da administração pública apoiados (n.º) - Sistemas de informação de apoio a novos modelos de atendimento integrados com outros já existentes nas diferentes áreas setoriais e níveis de administração (n.º) <p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (n.º) - Aumento do número de acessos ao "site" da entidade intervencionada. <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas da Administração Local. Aviso Nº ALT20-03-2017-27</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: consumo de energia primária na iluminação pública. - Indicadores de resultado: Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção; Consumo de energia final na iluminação pública. <p><u>PI 6.3 - Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural. Aviso ALT20-14-2019-26 CIMAA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Intervenções em património cultural (sítios e outro património cultural (Un.: número); - Indicador de resultado: Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado -diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção (Un.: número); <p><u>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais. Aviso ALT20-42-2019-60-CIMAA.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Capacidade dos equipamentos sociais de acolhimento (n.º vagas). - Indicador de resultado: Utentes inscritos em unidades de cuidados continuados intervencionadas (n.º).

Indicador	Resposta/Evidências
	<p><u>PI 10.1 Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. AVISO Nº ALT20-66-2016-28. CONVITE ALT20-66-2019-46</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas (%). - Indicador de resultado: Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (%). - Indicador de resultado: Redução da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (%). <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - Aviso ALT20-73-2019-35-CIMAA</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de ensino intervencionados (Un.: n.º) – a utilizar apenas se o projeto incluir mais de um equipamento de ensino intervencionado; - Novas salas de aula (Un.: n.º); - Salas de aula requalificadas (Un.: n.º). <p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (Un.: n.º).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT terão contribuído, embora variável, para todos os Objetivos Estratégicos do PDCT. Este contributo, nem sempre é equivalente ao esperado, devido a problemas observados ao nível da operacionalização das PI já referidas, dificuldades dos promotores e alterações ao nível dos investimentos e das dotações inicialmente contratualizadas.

Destacam-se os contributos esperados mais elevados para a qualificação dos equipamentos de proximidade, principalmente das infraestruturas educativas, onde se verifica o maior investimento no âmbito do PDCT e para a reabilitação e valorização do património e atratividade turística, uma das prioridades estratégicas definidas para o Alto Alentejo.

Os contributos deverão ser inferiores ao esperado, principalmente no que respeita à promoção da inclusão ativa de grupos vulneráveis, devido à eliminação da dotação da PI 9.1 e desistência das candidaturas apresentadas no âmbito do programa Cultura para Todos, à promoção da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, e também no que respeita à criação de emprego.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT</p> <p>(análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>A implementação do PDCT, deverá contribuir de forma mais significativa para os seguintes Objetivos Estratégicos:</p> <p><u>- OE. 1.1. Reforço das condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional</u> devido, principalmente, ao investimento na reabilitação e valorização do património histórico-cultural e natural.</p> <p>Haverá também um contributo significativo ao nível do acréscimo da eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, mas inferior ao esperado.</p> <p><u>- OE. 1.2. Reforço e qualificação dos serviços coletivos de proximidade</u>, devido principalmente ao grande investimento em infraestruturas escolares, o maior no âmbito do PDCT e também em equipamentos sociais municipais.</p> <p>O investimento aprovado nestas duas áreas (PI 10.5 e 9.7), corresponde a 58,7% do total.</p> <p>O contributo deverá ser inferior ao esperado para os seguintes objetivos:</p> <p><u>OE. 2.1. Promoção da inclusão ativa dos grupos mais vulneráveis.</u> O contributo situa-se ao nível da redução do abandono escolar e da promoção do sucesso educativo. Será inferior ao esperado, devido à anulação da PI 9.1 e à consequente desistência das candidaturas apresentadas no âmbito do Programa Cultura para Todos.</p> <p><u>OE. 3.1. Promoção do dinamismo empresarial e do emprego.</u> O contributo deverá ser inferior ao esperado no que respeita à criação de emprego, devido ao pior desempenho da PI 8.3. No que respeita ao desenvolvimento empresarial (microempreendedorismo), o contributo será mais significativo.</p> <p>Na tabela abaixo é apresentada a análise dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os seus Objetivos Estratégicos e Medidas.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos e Medidas do PDCT e para o desenvolvimento do território

PDCT do Alto Alentejo 2020		PI Mobilizadas	Contributos das operações
Objetivos Estratégicos	Medidas		
OE. 1.1. Reforço das condições de atratividade e competitividade territorial e da economia sub-regional	M 1.1.1 Valorizar o património natural e histórico-cultural	PI 6.3	O contributo para a valorização do património e para a atratividade turística, cuja importância estratégica é muito relevante para o território do Alto Alentejo, será um dos mais elevados do PDCT e superior ao previsto na contratualização , face ao elevado reforço da dotação contratualizada, ao número de operações aprovadas também superior face ao previsto, e à elevada taxa de compromisso. Os contributos esperados correspondem à reabilitação, valorização, divulgação e promoção turística do património cultural e natural. O contributo esperado para esta Medida e Objetivo, for ainda reforçado pela aprovação da operação intermunicipal Programação Cultural em Rede, que visa dinamizar práticas artísticas e culturais associadas ao património cultural e natural, no Alto Alentejo.
	M 1.1.2 Promover a eficiência energética	PI 4.3	O contributo par esta Medida deverá ser muito inferior às expectativas aquando da elaboração da candidatura e inferior ao previsto na contratualização. Apesar da taxa de compromisso, importa referir que esta Medida, no momento da contratualização, tinha a dotação mais elevada (25,6% do total), sendo que atualmente concentra 3,9% do fundo contratualizado. As dificuldades por parte dos promotores com a sua operacionalização e os pareceres negativos da DGEG levaram ao desvio de verbas para outras PI. Os contributos esperados são o aumento da eficiência energética nos equipamentos e outros edifícios públicos e também na iluminação pública.
	M 1.1.3. Promover a utilização das TIC na administração local	PI 2.3	O contributo para esta Medida deverá ser equivalente ao previsto na contratualização, mas inferior às necessidades inicialmente identificadas , de acordo com o referido pela CIMAA. Os contributos decorrem essencialmente da implementação da operação intermunicipal - Modernização Administrativa e Capacitação do Alto Alentejo (1ª e 2ª fases)..
	M 1.1.4. Aumentar a capacidade de resposta da sub-região a sinistros ou catástrofes	PI 5.2	O contributo para esta Medida poderá ser inferior ao previsto no momento da contratualização , já que apenas 1 das 2 operações previstas foi aprovada. Face às expetativas iniciais aquando da candidatura, o contributo será também inferior e muito insuficiente face às necessidades. Por exemplo, não foi possível contratualizar investimentos essenciais como a reabilitação e reforço dos quartéis de bombeiros. O principal contributo para esta Medida será ao nível da prevenção e decorre da operação Planos Municipais e Planos Especiais de Emergência e Proteção Civil do Alto Alentejo.
	M 1.1.5. Promover a infraestruturização coletiva de terrenos agrícolas	M04 PDR	A ausência de informação sobre a execução desta Medida, não permite avaliar o contributo efetivo das operações aprovadas e o nível deste contributo face ao previsto. O contributo esperado tendo em conta o tipo de operações previstas, situa-se principalmente ao nível da qualificação de caminhos rurais municipais, incluindo o reforço e otimização de infraestruturas elétricas, mas também de construção de passagens hidráulicas e reabilitação de uma barragem.
OE. 1.2. Reforço e qualificação dos serviços coletivos de proximidade	M 1.2.1. Qualificar o parque escolar	PI 10.5	A qualificação do parque escolar será o contributo mais elevado do PDCT, superior ao previsto na contratualização e à expetativa aquando da candidatura. A dotação contratualizada passou de 900.000,0€ para 15.760.528,9 €, e a taxa de compromisso situa-se em 136,7%. O número de infraestruturas escolares qualificadas será bastante superior ao previsto no momento da contratualização (à data desta Avaliação, 21 aprovadas, face a 12 previstas). Os resultados esperados são principalmente a reabilitação e qualificação das infraestruturas escolares, incluindo nalguns casos, a remoção do fibrocimento e arranjos exteriores. Um número reduzido de operações visa a

PDCT do Alto Alentejo 2020		PI Mobilizadas	Contributos das operações
Objetivos Estratégicos	Medidas		
			aquisição de equipamento informático, contribuindo desta forma para a modernização e a transição digital nas escolas.
	M 1.2.2. Diversificar e qualificar as respostas sociais e de saúde	PI 9.7	O contributo das operações para esta Medida em termos de número de equipamentos apoiados, deverá ser equivalente ou superior ao previsto. O número de equipamentos apoiados (11) é já ligeiramente superior à meta definida para 2023 (10), encontrando-se 2 candidaturas a aguardar decisão. A taxa de compromisso é de 91%. Os contributos esperados das operações aprovadas, decorrem de intervenções em equipamentos sociais municipais (principalmente destinadas a idosos, mas também a crianças e comunitários).
OE. 2.1. Promoção da inclusão ativa dos grupos mais vulneráveis	M 2.1.1. Capacitar grupos vulneráveis	PI 9.1	O contributo para esta Medida do PDCT, será quase nulo / residual e indireto, face ao previsto na contratualização, devido à anulação da dotação da PI 9.1 e à desistência das candidaturas apresentadas. Poderá haver algum contributo, indireto, de operações de promoção do sucesso educativo e do combate ao abandono escolar ou do apoio à criação de emprego.
	M 2.1.2. Promover o desenvolvimento educativo e o sucesso escolar no ensino básico e secundário	PI 10.1	O contributo para esta medida será significativo, tendo sido ressaltado pela CIMAA, o contributo também para a aproximação entre municípios e escolas e a maior maturidade das intervenções. A taxa de compromisso nesta PI situa-se nos 113,5%, embora o número de candidaturas aprovadas seja inferior ao número de operações previstas. Os contributos decorrem da elaboração dos Planos inovadores de combate ao insucesso escolar e da implementação das respetivas medidas, envolvendo as escolas.
OE. 3.1. Promoção do dinamismo empresarial e do emprego	M 3.1.1. Apoiar o empreendedorismo e a criação de emprego M 3.1.2. Apoiar a qualificação do tecido empresarial	PI 8.3 PI 8.8	O contributo para estas Medidas deverá ser inferior ao esperado no caso da criação de emprego, principalmente devido ao pior desempenho da PI 8.3. O contributo deverá ser mais significativo, para o desenvolvimento empresarial, já que o número de empresas apoiadas no âmbito da PI 8.8 (43) ultrapassou já a meta definida para 2023 (28) e a taxa de compromisso se situa em 124,5%, o que aponta para a necessidade de nova reprogramação. Apresenta também um bom nível de execução, acima da média - 79,2%. Destaca-se ainda o potencial contributo do apoio das operações apoiadas para o desenvolvimento do turismo sustentável, como resultado da majoração da taxa de cofinanciamento, para projetos enquadrados no PROVERE / Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE <i>InMotion</i> 2020, "Alentejo Turismo e Sustentabilidade". Desconhece-se, contudo, a dimensão efetiva deste contributo, pela ausência de informação relativa às CAE dos Projetos apoiados.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	A preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos do PT 2020 e com outras fontes de financiamento, existiu na fase de programação e de implementação. A articulação foi feita à priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos. Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI, OT.

Ficha de avaliação PDCT Baixo Alentejo



CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

Região: Alentejo - NUT III Baixo Alentejo

Municípios: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

População total: 114.887 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares).

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT do Baixo Alentejo contratualizado em 2015 foi desenhado com o intuito de contribuir para a operacionalização e implementação da EIDT reconhecida para este território (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2020). Nesta ótica, encontra-se alinhado com os Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes da EIDT. As Medidas previstas no PDCT contribuem para a sua concretização, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis¹⁹ e mobilizadas, e focado principalmente nas intervenções promovidas pelas entidades municipais e intermunicipais, tem uma abrangência limitada no que respeita à cobertura dos Objetivos Estratégicos e das Ações estruturantes da EIDT.

Para a operacionalização da EIDT em toda a sua extensão, foi desenhado um Programa de Ação que comporta dez Ações Estruturantes para responder ao diagnóstico e necessidades identificadas na sub-região e que ultrapassam o âmbito do PDCT contratualizado. Estas Ações, serão implementadas através de outras intervenções, que envolvem um vasto leque de agentes como entidades da Administração Central, Agências e associações de desenvolvimento, Associações empresariais, Instituições de ensino superior e I&D, Operadores de Infraestruturas e Serviços Ambientais e outros, com recurso a outras Prioridades de Investimento e a outros Programas Operacionais do Portugal 2020.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados na EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>Todos os Objetivos Estratégicos da EIDT têm contributos esperados do PDCT contratualizado.</p> <p>Todas as Ações Estruturantes da EIDT têm correspondência e contributos esperados do PDCT contratualizado, exceto a AE.07 Rede de Infraestruturas de Conectividade Física e Digital. Esta Ação Estruturante prevê a construção e beneficiação de infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário total ou parcialmente integradas no território do Baixo Alentejo, bem como a expansão da infraestrutura de banda larga no território do Baixo Alentejo, investimentos não elegíveis no âmbito do PDCT.</p>

¹⁹ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

	<p>O OE.4 - Território Residencial Atrativo e as AE.04 - Rede para a Inclusão e Promoção do Desenvolvimento Social e AE.05 - Rede de Equipamentos e Serviços Coletivos, são aqueles com maior contributo esperado do PDCT.</p> <p>Todas as intervenções previstas no PDCT contratualizado contribuem para os Objetivos Estratégicos e para as Ações Estruturantes da EIDT.</p> <p>Cf. Tabela - Alinhamento do PDCT do Baixo Alentejo com os Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes da EIDT.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Grau de cobertura dos Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes da EIDT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos Estratégicos parcialmente cobertos pelo PDCT: 5 (100%). - Ações Estruturantes parcialmente cobertas pelo PDCT – 9 (90%). - Ações estruturantes não cobertas / sem contributos esperados do PDCT: 1 (10%).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Alinhamento do PDCT do Baixo Alentejo com os Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes da EIDT

Objetivos Estratégicos e Ações Estruturantes da EIDT	Objetivos Estratégicos e Medidas do PDCT contratualizado PI mobilizadas												
	A	B			C		D				E		F
	A1	B1	B3	B4	C1	C2	D1	D2	D3	D4	E1	E2	F1
OE.1 Território Amigo do Investimento	PI 4.3				PI 8.8	PI 8.3							PI 2.3
OE.2 Território Empreendedor e Produtivo				PI 6.3	PI 8.8	PI 8.3	PI 9.7						
OE.3 Território de Excelência Ambiental		PI 5.1	PI 6.1	PI 6.3									
OE.4 Território Residencial Atrativo				PI 6.3			PI 9.7	PI 9.1	PI 9.1	PI 9.4	PI 10.5	PI 10.1	PI 2.3
OE.5 Território em Rede(s)	(Transversal)												
AE.01 Qualificação da Envolvente de Suporte à Iniciativa Empresarial					PI 8.8	PI 8.3							PI 2.3
AE.02 Promoção e Valorização Económica do Potencial Endógeno				PI 6.3	PI 8.8	PI 8.3							
AE.03 Pacto Territorial para a Empregabilidade e o Empreendedorismo					PI 8.8	PI 8.3	PI 9.7						
AE.04 Rede para a Inclusão e Promoção do Desenvolvimento Social							PI 9.7	PI 9.1	PI 9.1	PI 9.4		PI 10.1	
AE.05 Rede de Equipamentos e Serviços Coletivos	PI 4.3			PI 6.3			PI 9.7			PI 9.4	PI 10.5	PI 10.1	
AE.06 Rede de Infraestruturas e Serviços Ambientais			PI 6.1										
AE.07 Rede de Infraestruturas de Conectividade Física e Digital													
AE.08 Promoção da Eficiência Energética e das Energias Renováveis	PI 4.3												
AE.09 Gestão Integrada de Ativos e Riscos Ambientais		PI 5.1	PI 6.1	PI 6.3									
AE.10 Capacitação e Modernização da Administração Local													PI 2.3

Fontes: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014-2020 (dezembro 2014); PDCT da CIMBAL aprovado pelas AG dos Programas Financiadores – Anexo 3 Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4 (31 de julho de 2015).

A Medida B2 do PDCT - Reforçar as capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos, foi excluída em 28/09/2017, uma vez que não foi contratualizada a PI 5.2 como previsto na Candidatura, perdendo-se assim o contributo para o OE.3 e para a AE.06, que consistia em implementar medidas concretas decorrentes dos planos de emergência e proteção civil existentes/a realizar.

A Medida C3 do PDCT - Fomentar a modernização e as condições de competitividade da atividade agrícola foi também excluída, uma vez que não foi contratualizada a Medida O4 do PDR. Esta alteração reduziu também o contributo do PDCT, previsto na candidatura, para os OE 1 e 2 e para a AE 2.

As Medidas B3 - Sensibilizar e educar para a valorização dos resíduos e D4 - Diversificar a oferta de serviços sociais dirigida à população sénior, inicialmente previstas no PDCT contratualizado, não foram implementadas porque as PI 6.1 e a 9.4 foram excluídas do PDCT.

TABELA SÍNTESE— INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	<p>No Inquérito às CIM, a CIMBAL considerou suficiente a adequação das PI disponibilizadas, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 4,1 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - muito adequada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI classificadas com grau de adequação 5: PI 8.3, 8.8, 10.1 e 10.5. - PI classificadas com grau de adequação 4: PI 2.3, 4.3, 5.1, 6.1, 6.3, 9.1, 9.4 e M 04 do PDR. <p>No caso da PI 4.3, apesar da relevância face às necessidades de investimento dos municípios nas suas infraestruturas e edifícios, o incentivo reembolsável bem como os pareceres da DGE, causaram constrangimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI classificadas com grau de adequação 3: PI 5.2 e 9.7.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A CIMBAL referiu, na resposta ao Inquérito às CIM, a Regeneração Urbana.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -20,3% face ao apresentado em candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas, na maior parte das PI.

As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação às dinâmicas de procura e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 23,5% na dotação global do PDCT. Entre as alterações efetuadas, destaca-se a desistência das PI 6.1 e 9.4, com a anulação da dotação contratualizada e o reforço da PI 10.5 -infraestruturas escolares (364,4%).

No momento da contratualização, as PI com maior peso na dotação global eram as seguintes: PI 4.3 (22,6%), PI 6.3 (22,6%) e PI 9.7 (9,3%). As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 6.3 (28,6%), PI 10.5 (27,5%) e 10.1 (11,6%).

Os indicadores contratualizados nem sempre dão expressão às medidas, de forma cabal, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados. No âmbito das alterações ao PDCT, foram ajustadas metas e alterados alguns indicadores no sentido da sua adequação ao tipo de operações previstas. Nos Avisos foram definidos outros indicadores que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar com as operações aprovadas. No entanto, esta situação dificulta o cálculo dos indicadores contratualizados e a determinação do contributo das operações concluídas para as metas contratualizadas.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>No momento da contratualização, foram mobilizadas todas as PI disponibilizadas exceto a PI 5.2 e a Medida O4 do PDR.</p> <p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de -20,3% no momento da contratualização, verificando-se as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desistência da PI 5.2 e da M04 do PDR, com a anulação da dotação proposta em candidatura; - Redução da dotação alocada às PI 2,3, 5.1, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1 e 9.7. No caso da PI 9.1, manteve-se a dotação alocada à inclusão pela cultura. - Manteve-se a dotação das PI 4.3, 9.4, 10.1 e 10.5. <p>As PI que, no momento da contratualização, tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: a PI 4.3 (22,6%), a PI 6.3 (22,6%) e a PI 9.7 (9,3%).</p>

	<p>Entre o momento da contratualização e o início de 2021, a dotação global do PDCT teve um acréscimo de 23,5%, verificando-se as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desistência da PI 6.1 e 9.4, com a anulação da dotação contratualizada; - Redução da dotação das PI 4.3, 8.3, 9.1 e 9.7. No caso da PI 4.3, esta redução deve-se ao desinteresse de alguns municípios, devido ao baixo valor do incentivo reembolsável, aos pareceres da DGEE e dificuldades de operacionalização. No caso da PI 8.3, as exigências relativamente à contratação de desempregados de longa duração, têm tido um efeito negativo na procura. - Reforço das PI 2.3, 6.3, 8.8, 10.1 e 10.5. Destaca-se o enorme reforço da PI 10,5 (364,4%) para fazer face à forte procura verificada nos Avisos entretanto abertos, bem como para responder na íntegra aos investimentos identificados no mapeamento aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2016. O reforço da PI 6.3 é também justificado pela inclusão da tipologia Cultura em Rede. - A anulação da dotação da PI 9.4 e redução da dotação da PI 9.1, resultam da transferência das intervenções na área da inclusão social do POISE para o POR. As operações apoiadas pelo POISE deixaram de integrar o PDCT. <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 6.3 (28,6%), PI 10.5 (27,5%) e 10.1 (11,6%).</p> <p>Cf. Quadro – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A CIMBAL considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O financiamento foi ajustado na maior parte das PI/TI: PI 5.1, 6.1, 6.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1, 10.5 e M04 do PDR. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 2.3, 5.2 e 8.3. - Houve sobre financiamento na PI/TI 4.3.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação proposta na candidatura		Dotação contratualizada jul. 2015		Dotação atual jan. 2021		Varição candidato/contratualizado	Varição Contratualizado/dotação atual
		€	%	€	%	€	%	%	%
2.3	FEDER	2.900.000,0	8,1	2.174.526,38	7,6	2.774.526,4	7,8	-25,0	27,6
4.3	FEDER	6.500.000,0	18,1	6.500.000,00	22,6	2.000.000,0	5,6	0,0	-69,2
5.1	FC	350.000,0	1,0	187.000,00	0,7	187.000,0	0,5	-46,6	0,0
5.2	FC	100.000,0	0,3	0,00	0,0	0,0	0,0	-100,0	n.a.
6.1	FC	50.000,0	0,1	45.000,00	0,2	0,0	0,0	-10,0	-100,0
6.3	FEDER	8.500.000,0	23,6	6.475.396,00	22,6	10.125.396,0	28,6	-23,8	56,4
8.3	FSE	2.300.000,0	6,4	2.162.000,00	7,5	362.000,0	1,0	-6,0	-83,3
8.8	FEDER	2.500.000,0	6,9	1.917.714,17	6,7	3.707.037,7	10,5	-23,3	93,3
9.1	FSE	1.600.000,0	4,4	1.377.472,34	4,8	182.472,3	0,5	-13,9	-86,8
9.4	FSE	900.000,0	2,5	900.000,00	3,1	0,0	0,0	0,0	-100,0
9.7	FEDER	3.900.000,0	10,8	2.659.574,47	9,3	2.259.574,5	6,4	-31,8	-15,0
10.1	FSE	2.200.000,0	6,1	2.200.000,00	7,7	4.100.000,0	11,6	0,0	86,4
10.5	FEDER	2.100.000,0	5,8	2.100.000,00	7,3	9.753.000,0	27,5	0,0	364,4
M04	FEADER	2.100.000,0	5,8	0,00	0,0	0,0	0,0	-100,0	n.a.
Total FEDER		26.400.000,0	73,3	21.827.211,02	76,1	30.619.534,5	86,4	-17,3	40,3
Total FSE		7.000.000,0	19,4	6.639.472,34	23,1	4.644.472,3	13,1	-5,2	-30,0
Total FC		500.000,0	1,4	232.000,00	0,8	187.000,0	0,5	-53,6	-19,4
Total FEADER		2.100.000,0	5,8	0,00	0,0	0,0	0,0	-100,0	n.a.
Total		36.000.000,0	100,0	28.698.683,36	100,0	35.451.006,8	100,0	-20,3	23,5

Fontes: Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-010 Baixo Alentejo; PDCT da CIMBAL aprovado pelas AG dos Programas financiadores - Anexo 1: Quadro de Financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento (31 de julho de 2015); 4ª Alteração ao PDCT da CIMBAL, Anexo 1 –Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida (janeiro de 2021).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	<p>No PDCT inicialmente contratualizado (2015):</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI/TI com indicadores de realização: Todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos, exceto o Indicador da PI 6.1 Campanhas, ações ou estudos de sensibilização e informação. - PI/TI com indicadores de resultado: todas. - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	<p>Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal.</p> <p>Exemplos em que os indicadores que constam do PDCT contratualizado não são adequados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 4.3 – o Indicador de realização não cobre as intervenções na iluminação pública, previstas no quadro de investimentos. - No caso da PI 6.3, não existe uma relação direta entre a realização apoiada e o indicador de resultado; - PI 8.3 – Os indicadores definidos não permitem identificar o resultado da implementação desta PI no que respeita ao emprego. <p>Na Avaliação Intercalar realizada em 2019, é referido o seguinte (p. 43): A bateria de indicadores de realização e de resultado utilizada para a fixação das metas do PDCT do Baixo Alentejo perante as AG dos PO financiadores apresenta diversas limitações práticas, designadamente em matérias como a cobertura do perfil de realizações e de resultados das tipologias de operações contratualizadas, a possibilidade de associação direta entre realizações e resultados e/ou a própria viabilidade do cálculo dos indicadores (sobretudo de resultado) em tempo útil; deve notar-se, a este respeito, que este último caso representa um constrangimento concreto ao encerramento de determinadas tipologias de operações, dado o desfasamento existente (que pode ser superior a 1 ano) entre a sua conclusão física e financeira e a disponibilidade da informação de suporte ao cálculo do indicador.</p> <p>O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015, foi alterado na sequência das alterações ao PDCT, no sentido da sua maior adequação às operações previstas e ajustamento face às perspetivas de execução.</p> <p>O quadro de indicadores que constitui o Anexo II do documento 4ª Alteração ao PDCT da CIM do Baixo Alentejo (janeiro 2021), permitiu identificar as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram alteradas as metas para 2023 dos indicadores de realização e de resultado associados às PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 (apenas a meta do indicador de realização), 10.1 e 10.5. - Foram alterados os indicadores de realização da PI 10.1 e os indicadores de realização e de resultado da PI 8.3. - Foram retirados 1 indicador de realização e 1 indicador de resultado da PI 9.1 (manteve-se apenas o indicador relativo à inclusão por via da cultura); <p>Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados a alcançar e ultrapassar algumas limitações dos indicadores contratualizados.</p> <p>No entanto, esta situação dificulta o cálculo dos indicadores contratualizados e a determinação do contributo das operações aprovadas e concluídas para as metas contratualizadas.</p>
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	<p>Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida e sobre os pressupostos considerados na definição das metas. Carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho.</p> <p>No entanto, é de referir que, de acordo com o Anexo 2 do documento da 4ª Alteração realizada em 2021, as metas foram alteradas na sequência das alterações ao PDCT, no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI.</p>

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIM referiu apenas a articulação do PDCT com os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas.

A CIM referiu o contributo elevado de outras intervenções implementadas com recurso a outros instrumentos do Portugal 2020, para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIM referiu a articulação com os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado elevado pela CIMBAL (5, numa escala de 1 a 6). Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM. O Programa de Ação da EIDT identificou intervenções a financiar fora do âmbito do PDCT, através de outras Prioridades de Investimento e de outros Programas Operacionais do Portugal 2020.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	De acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM, não houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos e com outras fontes de financiamento, na fase de programação. Na fase de implementação, houve esta preocupação, apenas com os instrumentos do Portugal 2020. A CIMBAL respondeu, no Inquérito às CIM, que as fontes de financiamento não foram adequadas, nas fases de programação e de implementação.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A articulação foi feita <i>a posteriori</i> , com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIMBAL fez uma avaliação global relativamente favorável do contributo do modelo de aprovação / negociação, para promover o a relevância e o alinhamento estratégico entre estes instrumentos e as prioridades para o território e para a eficiência na sua implementação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e	A CIMBAL atribuiu uma pontuação média de 4 (numa escala de 1 a 6) a todos os parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. - Relevância do instrumento para a estratégia; - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território;

da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos; - Simplificação do processo de seleção; - Aumento da qualidade das EIDT/PDCT; - Criação de novas parcerias nos territórios; - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. - Celeridade do processo de seleção; - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT; - Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	Não foram indicados modelos alternativos.
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	<p>A CIMBAL atribuiu a todos os seguintes parâmetros de avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização, a pontuação 4 (numa escala de 1 a 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados; - Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção; - Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados; - Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria, ...); - Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso; - Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso; - Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

Os investimentos de natureza intermunicipal na candidatura e no PDCT contratualizado em 2105, correspondiam a 10 operações (num total de 159 operações), todas promovidas pela CIMBAL, e a um investimento total de 3.462.970,00 €.

O investimento previsto neste tipo de operações encontrava-se concentrado, principalmente, na promoção da modernização administrativa (40,1%) e na promoção da eficiência energética (23,1%).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>As Tipologias de operações de natureza intermunicipal previstas na Candidatura mantiveram-se no PDCT contratualizado em 2015. São as seguintes:</p> <p>PI 2.3 - Apoio à modernização da administração local;</p> <p>PI 4.3 - Eficiência Energética na Iluminação Pública e nos Edifícios Públicos;</p> <p>PI 5.1- Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;</p> <p>PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural</p> <p>PI 8.3 – Apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura foram propostas 10 operações de natureza intermunicipal (num total de 159 operações) a que correspondia um investimento total de 3.462.970,00 €. Estas operações mantiveram-se no PDCT contratualizado em 2015.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos na Candidatura e no PDCT contratualizado em 2015:</p> <p>PI 2.3 – Modernização administrativa (1 operação);</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética (1 operação);</p> <p>PI 5.1 – Alterações climáticas (1 operação);</p>

	<p>PI 6.3 – Património natural e cultural (5 operações)</p> <p>PI 8.3 – emprego e empreendedorismo (2 operações).</p> <p>O investimento total previsto neste tipo de operações, encontrava-se concentrado, principalmente, na promoção da modernização administrativa (40,1%) e na promoção da eficiência energética (23,1%).</p> <p>(Cf. tabela abaixo – Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015).</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros <i>stakeholders</i> que não CIM e municípios	<p>No quadro de investimentos do PDCT apresentado em sede de candidatura e no PDCT contratualizado em 2015, estão inscritas duas operações com enquadramento na PI 9.7, promovidas por stakeholders que não a CIM e os municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Casa – Centro de Apoio à Solidão na Aldeia, no Concelho de Ourique. Operação promovida Núcleo Organizativo de Serviço Social da Aldeia e Trabalho Estratégico Revitalizador da Região Alentejo; - Equipamento Social na Área da Deficiência, no Concelho de Barrancos. Operação promovida pela CERCITOP – Cooperativa de Empreendedorismo para o Desenvolvimento Económico e Social de Todo o País, CRL.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas na candidatura e no PDCT contratualizado em 2015

Operações Intermunicipais Previstas	Promotor	PI	Setor	Investimento total previsto €
Plano de Modernização Administrativa do Baixo Alentejo	CIMBAL	2.3	Modernização Administrativa	1.387.970,00
Programa de Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos da CIMBAL	CIMBAL	4.3	Eficiência Energética	800.000,00
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	CIMBAL	5.1	Alterações Climáticas	200.000,00
Valorização do Cante Alentejano enquanto Património Imaterial da Humanidade	CIMBAL	6.3	Património natural e cultural	75.000,00
Rede Cultural do Baixo Alentejo - Programação em Rede e Dinamização de Eventos Regionais	CIMBAL	6.3	Património natural e cultural	100.000,00
Promoção Turística e divulgação do Território - Baixo Alentejo 2020	CIMBAL	6.3	Património natural e cultural	100.000,00
Promoção e Valorização da Rede de Museus do Baixo Alentejo	CIMBAL	6.3	Património natural e cultural	150.000,00
Promoção e Valorização da Rede de Bibliotecas e de Arquivos Municipais do Baixo Alentejo	CIMBAL	6.3	Património natural e cultural	100.000,00
Rede de Gabinetes de Desenvolvimento Económico do Baixo Alentejo	CIMBAL	8.3	Emprego e empreendedorismo	400.000,00
Rede Regional de Viveiros e de Equipamentos de Suporte ao Empreendedorismo - Promoção	CIMBAL	8.3	Emprego e empreendedorismo	150.000,00
Total				3.462.970,00

Fontes: - Comprovativo da Candidatura EIDT-99-2015-02-010 - Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4 – Quadro de investimentos (PDCT contratualizado em 2015).

Investimento total previsto em operações de natureza intermunicipal em candidatura e no PDCT contratualizado em 2015 por PI

PI	Operações previstas	Investimento total Previsto	
	Nº	€	%
2.3	1	1.387.970,00	40,1
4.3	1	800.000,00	23,1
5.1	1	200.000,00	5,8
6.3	5	525.000,00	15,2
8.3	2	550.000,00	15,9
Total	10	3.462.970,00	100,0

Fontes: - Comprovativo da Candidatura EIDT-99-2015-02-010 - Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4 – Quadro de investimentos (PDCT contratualizado em 2015).

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

O processo de conceção da EIDT e do PDCT teve a participação de um conjunto alargado de entidades. De acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM; as Agências públicas da Administração Central e Central desconcentrada, bem como as entidades representantes dos setores económico, social e ambiental, encontram-se entre aquelas que menos participaram.

A CIMBAL referiu os poucos resultados efetivos desta participação, mas reconheceu que produziu uma perceção de participação que é relevante no território.

A apresentação da Metodologia de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014—2020, refere envolvimento permanente dos *stakeholders*, concretizado através da realização de apresentações públicas e ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, de numerosas reuniões de trabalho (workshops temáticos, oficinas de projeto, etc.), da solicitação de contributos específicos e da sujeição a validação coletiva das várias versões do documento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>Grau de Participação de acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência):</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios. <p>Participaram com frequência (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - POR/CCPPOR/CCDR; <p>Participaram pouco (grau 3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor ambiental; - Agências públicas da administração Central; - Agências públicas da administração Central desconcentrada. <p>Participaram muito pouco (grau 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor económico; - Entidades representativas do Setor social; - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). <p>Não participaram (grau 1):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia. <p>A CIMBAL não referiu quais foram as Agências Públicas que participaram na definição da EIDT.</p>
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi substantiva na maior parte dos casos. Foi formal no caso das Juntas de Freguesia, Entidades representativas do setor social e Entidades privadas com fins lucrativos (empresas).</p> <p>As sessões públicas de debate foram a principal forma de envolvimento das entidades.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>A CIMBAL referiu os poucos resultados efetivos, mas reconheceu que produziu uma perceção de participação que é relevante no território.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades na conceção da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Sessões públicas de debate	Recolha formal de pareceres e contributos	Inclusão em grupos de trabalho
Municípios	6	Substantiva	x	x	x
Juntas de freguesia	1	Formal	x		
POR/CCPPOR/CCDR	5	Substantiva		x	x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	2	Substantiva	x		
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	3	Substantiva	x		
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	2	Formal	x		
Agências públicas da Administração Central	3	Substantiva	x		
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	3	Substantiva	x		
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	2	Formal	x		

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

De acordo com a Metodologia de Elaboração da EIDT reconhecida apresentada no documento Plano Estratégico de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2014—2020, o envolvimento permanente dos *stakeholders* foi concretizado através da realização de numerosas reuniões de trabalho (workshops temáticos, oficinas de projeto, etc.), da solicitação de contributos específicos e da sujeição a validação coletiva das várias versões do documento. Pela sua relevância institucional, é também de realçar a criação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Baixo Alentejo em janeiro de 2014, o qual congrega quase duas dezenas de entidades e está já plenamente operacionalizado.

O roteiro de operacionalização deste amplo processo de planeamento participado foi materializado através da realização da seguinte sequência de momentos formais de auscultação, debate e validação:

- **Apresentação inicial junto de um conjunto restrito de *stakeholders-chave*** para o desenvolvimento futuro da EIDT, que envolveu o núcleo central de agentes que veio mais tarde a ser integrado no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIMBAL (fevereiro de 2013).

- **Realização de 4 workshops temáticos com *stakeholders*** com a participação de representantes dos Municípios do Baixo Alentejo, e perto de 4 dezenas de *stakeholders* (junho de 2013). Os temas discutidos no âmbito destes workshops foram os seguintes:

- Atração de Investimento, Qualificação da Envolvente Empresarial e Promoção do Empreendedorismo;
- Qualificação da Oferta de Serviços Coletivos e Promoção da Inclusão e do Desenvolvimento Social;
- Redes de Infraestruturas e Serviços de Água, Resíduos, Energia, Transportes e Comunicações;
- Capacitação Institucional, Modernização Administrativa e Governance Territorial.

- **Apresentação ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal** para (re)validação política e institucional da estratégia de desenvolvimento preconizada (janeiro/2014);

- **Apresentação pública da versão preliminar do PEDBA 2020** (março/2014);

- **Realização de 6 oficinas de projeto com *stakeholders***, que mobilizaram contributos dos Municípios e de um conjunto muito alargado de outros *stakeholders* (quase 6 dezenas) para a consolidação da dimensão programática vertida na versão final do PEDBA 2020, designadamente ao nível das Ações Estruturantes (março de 2014). Os temas discutidos no âmbito destas oficinas foram os seguintes:

- Baixo.Alentejo@2020: a Perspetiva das Associações de Desenvolvimento Local;
- Desenvolvimento Económico e Valorização do Potencial Endógeno;
- Valorização do Capital Humano e Promoção da Empregabilidade;

- Serviços Coletivos e Promoção da Inclusão Social;
- Proteção e Valorização do Património Ambiental;
- Infraestruturas Básicas e Melhoria do Desempenho Energético-Ambiental.

- **Apresentação do PEDBA 2020 ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal** (maio/2014).

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os *stakeholders* que se envolveram de forma continuada, foram os municípios, POR, CCPPOR e CCDR. O funcionamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, contribui para o envolvimento dos *stakeholders* que integram este órgão, no acompanhamento do PDCT.

A participação das entidades na implementação do PDCT contribuiu para a complementaridade das intervenções.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>De acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM:</p> <p>Envolveram-se de forma continuada, apenas os municípios e POR/CCPPOR/CCDR, através da recolha formal de pareceres e contributos, Inclusão em grupos de trabalho, Sessões Públicas de divulgação e debate.</p> <p>Envolveram-se pontualmente as Entidades do sector económico, ambiental e social, as Agências Públicas da Administração Central e Central descentralizada e as Entidades privadas com fins lucrativos (empresas), através de sessões públicas de divulgação e debate.</p> <p>De acordo com a mesma fonte, as Juntas de Freguesia não se envolveram, mas participaram em sessões públicas de divulgação e debate.</p> <p>Na Avaliação Intercalar elaborada em maio de 2019, é referido o Papel importante do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI), criado em 2014 e onde estão representadas 24 instituições públicas e privadas para além dos Municípios, como importante fórum de aprofundamento das relações de concertação e cooperação que se tem vindo a observar ao longo dos últimos anos entre a generalidade dos <i>stakeholders</i> da região, merecendo especial referência o esforço de articulação interinstitucional subjacente à montagem de várias candidaturas e à implementação de diversas operações protagonizadas pelos Municípios do Baixo Alentejo e pela própria CIMBAL no âmbito do PDCT (p. 24).</p>
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação das diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMBAL no inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complementaridade das intervenções.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIMBAL considera que o modelo de gestão do PDCT é adequado e fez uma avaliação favorável da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais financiadores (POR, POISE e POSEUR) no plano da operacionalização.

Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, é referido que o modelo de delegação de competências associado aos PDCT é globalmente adequado para proporcionar os ganhos de eficácia e de eficiência na gestão dos FEEI esperados com a sua implementação, tal como é reconhecido pelos Municípios associados e pela AG do PO ALENTEJO 2020 (p.45).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas</p>	<p>A CIMBAL classificou de forma igual as competências delegadas programas financiadores (POR, POISE e POSEUR), enunciadas no Inquérito às CIM, atribuindo-lhes um grau médio de adequação 5,5 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada), o que traduz uma avaliação muito positiva.</p> <p>Competências consideradas totalmente adequadas (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos. <p>Competências consideradas muito adequadas (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão. - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação. - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão; - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. <p>Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, é referido que o modelo de delegação de competências associado aos PDCT é largamente tributário da experiência realizada no anterior período de programação entre os PO regionais e as CIM, predominando, portanto, uma lógica de continuidade/aprofundamento dessa experiência. Tendo presente o capital de conhecimento e de prática já adquirido pela CIMBAL, pode considerar-se que o modelo em apreço é globalmente adequado para proporcionar os ganhos de eficácia e de eficiência na gestão dos FEEI esperados com a sua implementação, tal como é reconhecido pelos Municípios associados e pela AG do PO ALENTEJO'2020 (p.45).</p>
<p>Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências</p>	<p>A CIMBAL classificou como positivo o contributo do modelo para todas as dimensões enunciadas no Inquérito às CIM, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados. - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território. <p>A CIMBAL classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa; - Celeridade de procedimentos; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local.

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	Competências que podiam ter sido delegadas pelos 3 PO financiadores (POR, POISE e POSEUR) e não foram: <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC; - Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários; - Decidir sobre pedidos de alterações às operações.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIMBAL fez uma avaliação pouco positiva do funcionamento destes mecanismos no caso do POR, designadamente das reuniões periódicas e de coordenação e da emissão de pareceres. A ligação com o Ponto focal mereceu uma avaliação mais favorável.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	A CIMBAL referiu os seguintes mecanismos de articulação, apenas no caso do POR: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um Ponto focal.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	A CIMBAL fez uma avaliação pouco positiva do funcionamento destes mecanismos, no caso do POR, atribuindo-lhes a seguinte classificação numa escala de 1 – não funciona a 6 – funciona muito bem: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas - 3; - Emissão de pareceres - 3; - Reuniões de coordenação 3; - Ligação com um Ponto focal - 4.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIMBAL classificou como adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou as suas competências como muito adequadas e a sua dimensão como totalmente adequada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIMBAL classificou como muito adequada esta dotação (grau de adequação 5, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: 1
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIMBAL classificou a dimensão da equipa técnica como totalmente adequada (grau de adequação 6, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIMBAL classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como muito adequadas (5 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	Excessiva polivalência dos técnicos.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIMBAL considerou moderadamente adequadas as ações de capacitação sobre contratação pública, critérios de análise de projetos e monitorização e avaliação. A avaliação foi menos positiva relativamente aos sistemas de informação e conceção de documentos estratégicos e de programação.

Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, são referidas as insuficiências dos sistemas de informação e também a sua complexidade, sobretudo no caso do SIIFSE.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	A CIMBAL não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIMBAL classificou da seguinte forma a adequação das ações de capacitação desenvolvidas (1- nada adequada a 6 - totalmente adequada): Moderadamente adequadas (grau 4): - Contratação pública; - Critérios de análise de projetos; - Monitorização e avaliação; Pouco adequadas (grau 3): - Sistemas de Informação; - Conceção de documentos estratégicos e de programação.
Indicador 45. Áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIMBAL não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

A CIMBAL referiu a sua participação na elaboração dos Avisos, através de contributos, que foram integrados ou parcialmente integrados, para a maior parte dos seus elementos. Não deram contributos para a definição do calendário de abertura dos AAC (considerado inadequado quer pelo lançamento tardio de alguns AAC quer por considerarem mais favorável a sua abertura em permanência), para a definição de requisitos formais e documentais e para o prazo de apresentação das candidaturas.

A relevância ou adequação das operações face à realidade e às necessidades do território foi assegurada, nos Avisos, condicionando a sua elegibilidade ou aprovação ao enquadramento em instrumentos de carácter estratégico ou planos de ação, de política territorial ou sectorial com incidência no território em que se insere a operação ou aos exercícios de mapeamento das necessidades de investimento no território abrangido pelo PDCT, previamente aprovados pela Comissão Europeia. No caso das operações apoiadas através do SI2E foi incentivada, através da majoração do apoio, a orientação do investimento para as áreas de baixa densidade, para os setores económicos prioritários no território abrangido pelo PDCT, para as áreas de reabilitação urbana e para espaços industriais ou empresariais já existentes.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	Deram contributos e foram integrados, para os seguintes elementos dos Avisos do POR: - Indicadores; - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas. Deram contributos que foram parcialmente integrados para os seguintes elementos:

	<ul style="list-style-type: none"> - Dotação financeira; - Definição das TO/Medidas; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Não deram contributos para os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Definição de requisitos (formais e documentais); - Prazos de apresentação das candidaturas.
<p>Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</p>	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p>PI 6.3 – <u>Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural. Aviso Nº ALT20-14-2019-28 CIMBAL</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Constitui critério de elegibilidade das operações, a conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável. <p><u>PI 8.3/8.8 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) –CIMBAL. Aviso Nº ALT20-M7-2017-11</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Taxa base de 40% para os investimentos localizados em territórios de baixa densidade ou 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios. - Majoração da taxa base de cofinanciamento, para projetos enquadrados nas prioridades relevantes para os territórios abrangidos no Aviso, nos seguintes termos: <ul style="list-style-type: none"> i) Para aqueles que apresentem um elevado pendó nos seguintes setores: 15 pp <ul style="list-style-type: none"> - Setores tradicionais – valorização económica dos produtos regionais; - Indústrias culturais, criativas e novas tecnologias; - Energia e mobilidade inteligente; - Serviços especializados de turismo; - Património; - Agroindústrias e florestas; - Tecnologias e serviços especializados da economia social. ii) Para projetos desenvolvidos nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) ou inseridos nos espaços empresariais e ou industriais existentes: 5 pp. - Majoração do período máximo dos apoios em 2,5 meses até um máximo de 6 meses, para projetos localizados em territórios de baixa densidade. <p><u>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais. Aviso Nº ALT20-42-2019-32 CIMBAL.</u></p> <p>Os apoios as infraestruturas sociais estão condicionados ao Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais e na Rede de Cuidados Continuados Integrados - Região Alentejo, aprovado pela Comissão Europeia.</p> <p><u>PI 10.1 Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. Convite ALT20-66-2019-46.</u></p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas e aprovados por essa Estrutura de Missão, sempre que aplicável.</p>

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIMBAL considerou pouco adequados os calendários dos Avisos, principalmente no que respeita ao ritmo de lançamento dos concursos e ao tempo de duração.

A CIMBAL referiu ainda, no Inquérito às CIM, que os Avisos integrados nos Pactos deviam estar abertos em contínuo, até ao esgotamento das verbas. Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, é referida a forte centralização (política e técnica) que tem caracterizado a implementação do PT2020 em matérias como o lançamento de novos AAC tem sido limitativo da autonomia e flexibilidade das AG (p.44).

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas	<p>A CIMBAL classificou da seguinte forma os calendários de abertura dos Avisos e os prazos de submissão das candidaturas, na resposta ao inquérito às CIM:</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 3,5.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como muito adequado (grau de adequação 5) para a PI 2.3; - Foi classificado como suficiente ((grau de adequação 4) para as PI 5.1, 5.2 (não contratualizada), 6.1, 6.3 e 10.1; - Foi considerado pouco adequado (grau de adequação 3) para as PI 4.3, 9.4, 9.7, 10.5 e M04 do PDR (não contratualizada). - Foi considerado muito pouco adequado (grau de adequação 2) para as PI 8.3, 8.8 e 9.1. <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 2,9.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para as PI 2.3, 5.1, 5.2 (não contratualizada), 6.1 e 10.1; - Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3), para as PI 9.4, 9.7, 10.5 e M04 do PDR (não contratualizada); - Foi classificado como muito pouco adequado (grau de adequação 2), para as PI 6.3, 8.3, 8.8 e 9.1; - Foi considerado nada adequado (grau de adequação 1) para a PI 4.3. <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 2,9.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para as PI 2.3, 5.1, 5.2 (não contratualizada), 6.1 e 10.1; - Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3), para as PI 9.4, 9.7, 10.5 e M04 do PDR (não contratualizada); - Foi classificado como muito pouco adequado (grau de adequação 2), para as PI 6.3, 8.3, 8.8 e 9.1; - Foi considerado nada adequado (grau de adequação 1) para a PI 4.3. <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos: Grau de adequação médio: 3,4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi classificado como suficiente (grau de adequação 4) para as PI 2.3, 5.1, 5.2 (não contratualizada), 6.1 e 10.1; - Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3) para as PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.5 e M04 do PDR (não contratualizada). <p>A CIMBAL referiu ainda, no Inquérito às CIM, que os Avisos integrados nos Pactos deviam estar abertos em contínuo, até ao esgotamento das verbas.</p> <p>Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, é referida a forte centralização (política e técnica) que tem caracterizado a implementação do PT2020 em matérias como o lançamento de novos AAC tem sido limitativo da autonomia e flexibilidade das AG (p.44).</p>

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas no PDCT exceto para aquelas cuja dotação financeira foi anulada, o que determinou a eliminação das operações previstas (PI/TI 6.1 e 9.4).

A CIMBAL classificou como moderadamente adequadas as TI/medidas com concurso lançado, relativamente a todas as dimensões de análise: objetivos da EIDT e PDCT, indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Foi lançado concurso para as seguintes PI/tipologias de intervenção contratualizadas (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local;</p>

	<p>PI 5.1 – Adaptação às alterações climáticas; PI 6.3 - Património natural e cultural; PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos; PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais; PI 10.1 - Redução do abandono escolar; PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário.</p> <p>Foi lançado concurso para as seguintes tipologias de operação não previstas inicialmente no quadro de investimentos contratualizado: PI 6.3 – Programação cultural em rede; PI 8.8 - Apoio à Produção Nacional - Base local; PI 10.5 – Remoção de amianto nos equipamentos escolares.</p> <p>No caso das seguintes PI/TI, embora inicialmente contratualizadas, a sua dotação financeira foi posteriormente anulada, o que determinou a eliminação das operações previstas: PI 6.1 – Sensibilização e educação para a valorização dos resíduos urbanos; PI 9.4 – Envelhecimento ativo.</p>
<p>Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)</p>	<p>Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT: - Foram consideradas adequadas (grau de adequação 4) todas as PI/TI contratualizadas, exceto as PI 5.1 e 6.1, sobre as quais a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT: - Foram consideradas adequadas (grau de adequação 4) todas as PI/TI contratualizadas, exceto as PI 5.1 e 6.1, sobre as quais a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo o público-alvo: Foram consideradas adequadas (grau de adequação 4) todas as PI/TI contratualizadas, exceto as PI 5.1 e 6.1, sobre as quais a CIM não respondeu.</p> <p>Adequação segundo as necessidades do território: - Foram consideradas adequadas (grau de adequação 4) todas as PI/TI contratualizadas, exceto as PI 5.1 e 6.1, sobre as quais a CIM não respondeu.</p>

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A CIMBAL, de acordo com a resposta ao Inquérito às CIM, considera que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) não é muito adequada. A maior parte dos parâmetros de avaliação do processo de análise e seleção tiveram uma classificação abaixo de 4. Os parâmetros com melhor classificação foram a Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas e a Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal.

Quanto aos prazos de análise das candidaturas, a CIMBAL referiu que apenas não têm sido cumpridos no caso da PI 4.3. É nesta PI e na PI 8.3, que se têm verificado os tempos médios mais longos entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato. No caso da PI 4.3, devido principalmente à obrigatoriedade de obtenção de parecer de outras entidades (DGEG).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
<p>Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações</p>	<p>Sobre esta questão, no Inquérito às CIM, a CIMBAL não respondeu às PI 5.1, 6.1, 10.1 e 9.4.</p> <p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, por PI (1- nada adequado; 6- totalmente adequado):</p> <p>Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,5. - Foram considerados muito adequados (5) para as PI 2.3 e 6.3. - Foram considerados pouco adequados (3) para as PI 4.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7 e 10.5.

	<p>Crítérios de seleção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,5. - Foram considerados muito adequados (5) para a PI 6.3. - Foram considerados suficientemente adequados (4) para as PI 2.3, 9.7 e 10.5. - Foram considerados pouco adequados (3) para as PI 8.3, 8.8 e 9.1. - Foram considerados muito pouco adequados (2) para a PI 4.3. <p>Metodologia de apuramento do mérito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,6. - Foi considerada muito adequada (5) para a PI 2.3. - Foi considerada suficientemente adequada (4) para as PI 6.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Foi considerada pouco adequada (3) para as PI 8.3 e 9.1. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para a PI 4.3. <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 4,4. - Foi considerada muito adequada (5) para as PI 8.8, 9.7 e 10.5. - Foi considerada suficientemente adequada (4) para as PI 2.3, 4.3, 6.3, 8.3 e 9.1. <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 4,9. - Foi considerada muito adequada (5) para as PI 2.3, 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Foi considerada suficientemente adequada (4) para a PI 9.1. <p>Carga burocrática</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio: 3,8. - Foi considerada muito adequada (5) para as PI 2.3 e 6.3. - Foi considerada suficientemente adequada (4) para as PI 8.3, 8.8, 9.7 e 10.5. - Foi considerada pouco adequada (3) para a PI 9.1. - Foi considerada nada adequada (1) para a PI 4.3. <p>.</p> <p>Interação com o SI FSE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de adequação médio no caso das PI financiadas pelo FSE: 2,5. - Foi considerada pouco adequada (3) para a PI 8.8. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para a PI 8.3. <p>A CIMBAL não respondeu sobre a interação com o SI FEDER, com outros SI e com o Balcão 2020.</p> <p>Na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, são referidas as “insuficiências dos sistemas de informação utilizados pelos PO financiadores, que evidenciaram (e, nalguns casos, continuam a evidenciar) limitações expressivas ao nível da sua operacionalidade e capacidade de resposta face às necessidades de gestão; para além do desfasamento temporal observado na disponibilização dos seus diferentes módulos (casos do SIGPOA e do SIIFSE), identificam-se também dificuldades associadas à parametrização e utilização decorrentes da complexidade destes sistemas (sobretudo no caso do SIIFSE)” (p.45).</p>
Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	<p>A CIMBAL referiu que os prazos de análise de candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm sido cumpridos, nos seguintes casos: PI 2.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - Não têm sido cumpridos no caso da PI 4.3.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	<p>A CIMBAL referiu como motivo de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, a necessidade de obtenção de parecer obrigatório de outras entidades, aplicável à PI 4.3.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 4.3, 8.3, 8.8 e 10.1. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 5.1 e 10.5.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	13	13	101	27	128
4.3	21	21	380	32	412
5.1	1	1	72	33	105
6.3	34	34	108	19	127
8.3	18	18	227	180	407
8.8	43	43	208	11	219
9.1	3	3	175	9	184
9.7	5	5	133	16	149
10.1	21	21	207	94	301
10.5	37	37	94	15	109
Total	196	196	179	41	220

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Foram envolvidas, na emissão de pareceres, as entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações (energia, ambiente, segurança social, educação, etc....). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	<p><u>Entidades que tutelam as áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais</u> (exemplos):</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local (Aviso Nº ALT20-03-2020-05)</p> <p>A análise das candidaturas, e da avaliação de mérito das candidaturas é da responsabilidade das Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Alentejo, nos termos dos artigos 36º e 37º do Decreto-Lei nº. 137/2014, de 12 setembro, na sua atual redação, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG.</p> <p>PI 5.1 – Adaptação às Alterações climáticas (Aviso POSEUR-08-2016-46)</p> <p>Critérios de elegibilidade das operações:</p> <p>Demonstrar orientação da operação para a adaptação às alterações climáticas, através de parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA), no âmbito da coordenação da ENAAC.</p> <p>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais. (Aviso Nº ALT20-42-2019-32 CIMBAL).</p> <p>- No caso das operações candidatas que correspondam a requalificação, remodelação ou adaptação de equipamento social, sem aumento da capacidade instalada, e estes tenham acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, é emitido parecer não vinculativo pelo Instituto da Segurança Social, I.P.</p> <p>- Quando as operações candidatas correspondam à construção de raiz ou ampliação que impliquem um aumento de capacidade instalada (criação de novos lugares) ou a intervenções de reconversão noutra resposta social (os quais também criam novos lugares na nova resposta social), os serviços competentes da Segurança Social emitem um parecer prévio vinculativo.</p> <p>- No caso das operações que integram apoios de investimento dirigidos a unidades, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que impliquem a reconversão ou alargamento da capacidade das unidades existentes, bem como a criação de novas unidades nesse âmbito, obrigatoriamente, as entidades deverão apresentar o correspondente pedido de Parecer de Prioridade Social a emitir pelo Instituto de Segurança Social e/ou pedido de Parecer de Prioridade na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).</p> <p>PI 10.1 – Planos Inovadores de Combate ao Insucesso escolar. CONVITE ALT20-66-2019-46.</p>

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, a quem cabe implementar e assegurar o acompanhamento, monitorização e avaliação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário). Aviso Nº ALT20-73-2019-37 CIMBAL.</p> <p>Crítérios de elegibilidade das operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE; - Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização; - No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura. <p><u>Outros organismos competentes envolvidos na emissão de licenças e pareceres técnicos especializados (caso aplicável)</u> sobre enquadramento em Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica referida no Aviso.</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

De acordo com a resposta da CIMBAL ao Inquérito às CIM, foram implementados mecanismos de monitorização e acompanhamento, considerados pouco adequados como a elaboração de relatórios de monitorização periódicos e a realização de reuniões da equipa técnica de balanço, bem como reuniões/contactos regulares com os beneficiários, consideradas mais adequadas.

A CIMBAL implementou mecanismos de avaliação contínua do PDCT, designadamente a elaboração de relatórios periódicos e realizou a Avaliação Intercalar em 2019, recorrendo a recursos internos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIMBAL no Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço; - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	<p>A CIMBAL classificou como pouco adequados (grau de adequação 3) os seguintes mecanismos implementados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de relatórios de monitorização periódicos; - Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço. <p>Classificou como adequados (grau de adequação 4) os seguintes mecanismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/contactos regulares com os beneficiários. <p>Classificou também outros mecanismos não implementados, como pouco adequados (grau de adequação 3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIM; - Realização de balanço com as AG.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	<p>A CIMBAL identificou, na resposta ao Inquérito às CIM, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autarquias; - Conselho Intermunicipal.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	<p>Avaliação contínua, com relatórios periódicos.</p> <p>Realizou avaliação Intercalar em maio de 2019.</p>

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	CIMBAL (recursos internos).

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

A Avaliação Intercalar do PDCT realizada em 2019, refere que os indicadores inicialmente contratualizados são, em grande parte dos casos, insuficientes para a medição e compreensão dos diferentes tipo de operações e dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados e com melhor cobertura do perfil das operações apoiadas. No entanto, a dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores é referida como constrangimentos à monitorização e avaliação.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	A CIMBAL não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de receptividade das AG dos PO financiadores?

Na Avaliação Intercalar realizada em 2019 é referida a abertura dos AAC em permanência, como medida para melhorar o ritmo de execução do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIMBAL não respondeu a esta questão, no inquérito às CIM. No entanto, na Avaliação Intercalar realizada em maio de 2019, é referido o seguinte: Na perspetiva da CIMBAL, a implementação de um modelo com um período predefinido de submissão das operações é desadequada face à natureza do PDCT (com a óbvia exceção do SI2E), pelo que, com vantagem, se justificaria a adoção do modelo de AAC abertos em permanência (i.e. em período contínuo sujeito a momentos pré-definidos de extração das candidaturas recebidas). (p. 25/26 e 49).

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizados 4 exercícios de alteração do PDCT entre 2017 e 2021, que tiveram como efeitos a reprogramação financeira anual, a redistribuição da alocação financeira por TI/PI/medida, a redefinição de metas e a alteração de indicadores. Estas alterações permitiram um maior ajustamento às perspetivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro deste instrumento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	De acordo com a resposta da CIMBAL ao inquérito às CIM, estes mecanismos não foram assegurados e não são necessários. A análise documental permitiu identificar 4 alterações ao PDCT efetuadas em setembro de 2017, julho de 2018, julho de 2019 e janeiro de 2021.

	A revisão do PDCT acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais, em particular do POISE e POR.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	<p>As principais alterações ao PDCT identificadas pela CIMBAL na resposta ao Inquérito às CIM, foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reprogramação financeira anual; - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida (cf. resposta ao Indicador 5 – informação de detalhe). <p>A análise documental, nomeadamente a comparação do Anexo 2 da 4ª alteração ao PDCT - Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023, com o quadro de indicadores inicialmente contratualizado, permitiu identificar também as seguintes alterações:</p> <p>Alteração das metas para 2023 dos indicadores de realização e de resultado associados às PI 4.3, 6.3, 8.3, 8.8, 9.7 (apenas a meta do indicador de realização), 10.1 e 10.5.</p> <p>Alteração dos indicadores de realização da PI 10.1 e dos indicadores de realização e de resultado da PI 8.3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram retirados 1 indicador de realização e 1 indicador de resultado da PI 9.1 (manteve-se apenas o indicador relativo à inclusão por via da cultura). <p>As alterações efetuadas, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e de implementação do PDCT e a melhoria do desempenho físico e financeiro.</p>

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foram implementadas ações de comunicação e divulgação da EIDT e do PDCT junto dos públicos-alvo, cuja adesão mereceu uma avaliação positiva por parte da CIMBAL. Não foram realizados processos de auscultação junto dos públicos alvo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	<p>A CIMBAL identificou as seguintes, na resposta ao inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões/encontros com parceiros promovidos: 100. Nº de participantes: 100. - Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento: 18. Nº de participantes: 250. - Reuniões, Seminários, Workshops públicos: 5. Nº de participantes: 250. - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site): 20. População abrangida: 1.000. - Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...): 20. População abrangida: 1.000. - Grupos de trabalho temáticos: 2. Nº de participantes: 20. - Visitas a projetos de investimento: 30. Nº de participantes: 30. - Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais: 4. Nº de participantes: 30.000.
Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	A CIMBAL não realizou processos de auscultação junto da população.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

A CIMBAL fez um balanço positivo da adesão do público-alvo às ações desenvolvidas.

A adesão foi mais elevada nos seguintes casos (grau de adesão 5):

- Reuniões/encontros com parceiros promovidos;
- Sessões de divulgação, sensibilização e esclarecimento;
- Grupos de trabalho temáticos;
- Visitas a projetos de investimento.

A adesão foi considerada suficiente/moderada nos seguintes casos (grau de adesão 4):

- Reuniões, Seminários, Workshops públicos;
- Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site);
- Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...);
- Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais.

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIMBAL , na resposta ao Inquérito às CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de gestão do PDCT; - Modelo de funcionamento da CIM.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise da execução física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 277 candidaturas, com um custo total de 77.213.426,7 euros.

O número de candidaturas rececionadas concentra-se principalmente nas PI 8.8, 4.3, 10.5 e 6.3. O investimento (custo total apresentado) encontra-se concentrado principalmente nas PI 10.5, 6.3 e 8.8.

Destaca-se, contudo, a baixa taxa de admissibilidade nas PI 4.3 e 9.1, a elevada taxa de reprovação nas PI 8.8 e 9.7 e a taxa de desistência nas PI 9.1 e 4.3.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 277 candidaturas com um custo total de 77.213.426,7 euros.</p> <p>Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por Prioridade de Investimento.</p> <p>O número de candidaturas rececionadas concentra-se principalmente nas PI 8.8 (27,4%), 4.3 (16,2%), 10.5 (13,7%) e 6.3 (13,4%). O investimento (custo total apresentado) encontra-se concentrado principalmente na PI 10.5 (30,8%), 6.3 (21,5%) e 8.8 (18,1%).</p> <p>A ausência de candidaturas rececionadas na PI 5.2 e Medida do PDR, é explicada pelo facto de estas PI e Medida não terem sido contratualizadas.</p> <p>No caso das PI 6.1 e 9.4, a ausência de candidaturas rececionadas, é explicada pela anulação da dotação destas PI que foram eliminadas do PDCT, sendo que no caso da PI 9.4 esta alteração se deve à reprogramação do PO ISE.</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 4.3 e 9.1.</p> <p>As taxas de reprovação mais elevadas verificam-se nas PI 8.8 e 9.7.</p> <p>Destaca-se a taxa de desistência nas PI 9.1 e 4.3. No caso da PI 9.1, esta situação não será alheia à reprogramação do POISE e à transferência desta PI para o POR, acompanhada da redução da sua dotação. No caso da PI 4.3, deve-se ao desinteresse de alguns municípios, devido ao baixo valor do incentivo reembolsável, aos pareceres da DGEG e as dificuldades de operacionalização.</p> <p>Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de Investimento.</p>
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<p>Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIMBAL na resposta ao Inquérito às CIM:</p> <p>- Falta de dotação financeira disponível: PI 8.3 e 8.8.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:
Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	%	€	%
2.3	13	4,7	3.295.491,2	4,3
4.3	45	16,2	7.418.902,4	9,6

PI	Candidaturas rececionadas Nº e custo total apresentado			
	Nº	%	€	%
5.1	1	0,4	216.800,0	0,3
5.2	0	0,0	0,0	0,0
6.1	0	0,0	0,0	0,0
6.3	37	13,4	16.587.392,2	21,5
8.3	24	8,7	296.840,4	0,4
8.8	76	27,4	13.937.157,9	18,1
9.1	11	4,0	1.066.604,2	1,4
9.4	0	0,0	0,0	0,0
9.7	8	2,9	5.214.663,7	6,8
10.1	24	8,7	5.406.578,2	7,0
10.5	38	13,7	23.772.996,7	30,8
M04 PDR	0	0,0	0,0	0,0
Total	277	100,0	77.213.426,7	100,0

Fontes: Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4 - Quadro de investimentos (PDCT contratualizado em 2015); Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, Rescindida/revogada; Submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento										Total
	2.3	4.3	5.1	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	13	22	1	34	18	43	3	5	21	37	197
2. Não admitida						21		2			23
3. Não aprovada					3	1	2				6
4. Anulada											
5. Desistida /rescindida/revogada		19		3	3	5	6	1	2	1	40
6. Submetida/admitida		4				6			1		11
7. Total Geral	13	45	1	37	24	76	11	8	24	38	277
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	53,7	100,0	91,9	87,5	62,9	45,5	62,5	91,3	97,4	76,3
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	53,7	100,0	91,9	75,0	61,4	27,3	62,5	91,3	97,4	74,1
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	31,4	18,2	25,0	0,0	0,0	10,9
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	46,3	0,0	8,1	12,5	7,1	54,5	12,5	8,7	2,6	15,0

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas às perspetivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 107,9%. As PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 apresentavam também taxas de compromisso superiores a 100%, o que revela a necessidade de nova reprogramação financeira.

As taxas de execução e de realização financeira situavam-se em 45,1% e 41,8%, respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores e também relativamente à taxa de compromisso.

Encontram-se concluídas/encerradas 32 das 197 operações aprovadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 107,9%, sendo que nas PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 esta taxa ultrapassa também os 100%, o que evidencia a necessidade de nova reprogramação. Estas PI, exceto a PI 9.7, tiveram um reforço significativo da dotação financeira, ainda assim insuficiente face à procura elevada.

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>É de referir que se encontram ainda submetidas a aguardar decisão, 6 operações na PI 8.8 e 1 operação na PI 10.1.</p> <p>A PI 8.3 apresentam a taxa de compromisso mais baixa, muito inferior à média.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se em 45,1% e 41,8% respetivamente. As PI 9.1 e 8.3 apresentam a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.</p> <p>Encontram-se concluídas/encerradas 32 operações, com enquadramento nas seguintes PI: 10.1 (7 operações), 8.3 (1 operação), 8.8 (23 operações) e 5.1 (1 operação).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo Contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	2.774.526,4	13	2.679.621,3	2.205.487,8	96,6	79,5	82,3
4.3	2.000.000,0	22	1.320.724,9	601.737,8	66,0	30,1	45,6
5.1	187.000,0	1	157.496,6	157.496,6	84,2	84,2	100,0
6.3	10.125.396,0	34	10.124.774,6	4.833.969,1	100,0	47,7	47,7
8.3	362.000,0	18	154.909,4	15.460,5	42,8	4,3	10,0
8.8	3.707.037,7	43	4.039.843,5	3.001.307,1	109,0	81,0	74,3
9.1	182.472,3	3	178.912,0	4.242,6	98,0	2,3	2,4
9.7	2.259.574,5	5	3.117.909,3	1.166.050,2	138,0	51,6	37,4
10.1	4.100.000,0	21	4.183.879,8	1.636.752,8	102,0	39,9	39,1
10.5	9.753.000,0	37	12.277.925,3	2.370.924,3	125,9	24,3	19,3
Total	35.451.006,8	197	38.235.996,6	15.993.428,7	107,9	45,1	41,8

Fontes: 4ª Alteração ao PDCT da CIM Baixo Alentejo – Quadro de financiamento (15 janeiro de 2021);

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Nota: A dotação global das PI 6.1 e 9.4, inicialmente contratualizadas, foi anulada.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
<p>Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT</p>	<p>No caso do Baixo Alentejo, a identificação das operações que constavam das listas previamente identificadas, confronta-se com as seguintes dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A lista de operações previamente identificadas no quadro de investimentos do PDCT contratualizado em 2015 (Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4) é equivalente à lista apresentada em sede de candidatura e apresenta incoerências com o quadro de financiamento, uma vez que contempla operações na PI 5.2 e na Medida do PDR, que não foram contratualizadas. Esta situação deixa dúvidas sobre a sua fiabilidade e atualização face ao apresentado em sede de candidatura. - O PDCT contratualizado sofreu alterações após a contratualização em 2015, sendo que não foi possível identificar o número de operações por PI previstas no PDCT contratualizado na sua versão mais recente (2021), já que não foi disponibilizado o Quadro de investimentos atualizado. <p>Da análise comparativa possível, entre a lista de operações previamente identificadas (em sede de candidatura e no PDCT contratualizado) onde estão previstas 159 operações, com as operações do PDCT destaca-se o seguinte:</p> <p>O número de operações aprovadas, é superior ao previsto nas PI 2.3, 4.3, 8.3, 8.8, 10.1 e 10.5.</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>- No caso das PI 8.3 e 8.8, foram excluídas do PDCT as tipologias de operações privilegiadas no desenho inicial do PDCT (operações municipais de promoção do empreendedorismo e rede regional de viveiros). As operações apoiadas são implementadas através do SI2E e são promovidas por empresários e empresas.</p> <p>- Destaca-se o número bastante superior de operações aprovadas face ao inicialmente previsto, na PI 10.5. A dotação desta PI foi bastante reforçada nas alterações ao PDCT e foram aprovadas também operações relativas à remoção do amianto, que não estavam previstas no quadro de investimentos inicial.</p> <p>O número de operações aprovadas ficou aquém do previsto nas PI 5.1, 6.3, 9.1 e 9.7.</p> <p>- No caso da PI 5.1, as 3 operações municipais previstas não se concretizaram e foi aprovada apenas 1 operação intermunicipal não prevista inicialmente – o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo.</p> <p>- No caso da PI 6.3, a dotação foi reforçada e as metas dos indicadores de realização e de resultado redefinidas, sendo agora mais elevadas, o que significa que os resultados esperados serão superiores ao inicialmente previsto.</p> <p>Não há operações aprovadas na PI 5.2 e na Medida do PDR, uma vez que não foram contratualizadas (embora o quadro de financiamento do PDCT contratualizado não tenha inscrita qualquer dotação para estas PI e Medida, o quadro de investimentos contempla operações nestas PI e Medida. Cf tabela abaixo - Operações previstas na Candidatura e no PDCT contratualizado e aprovadas, por PI).</p> <p>Não há operações aprovadas nas PI 6.1 e 9.4, uma vez que a sua dotação foi anulada e as operações previstas eliminadas do PDCT.</p>
<p>Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas</p>	<p>Tipo de estrangulamentos referidos pela CIMBAL no Inquérito às CIM:</p> <p>- Condições de elegibilidade das operações, Tipo de despesas elegíveis e Taxa de incentivo, aplicáveis à PI 4.3.</p> <p>Na Avaliação Intercalar do PDCT realizada em maio de 2019, é referido o seguinte:</p> <p>. As dificuldades sentidas ao nível da mobilização dos municípios para a apresentação de candidaturas no caso da PI 4.3, pelas razões já identificadas na resposta ao Indicador 5.</p> <p>- A falta de atratividade sentida nas PI 4.3 e 8.3. tem condicionado a apresentação de candidaturas e o consequente compromisso dos recursos de financiamento afetos.</p> <p>- A transferência das tipologias de operações ‘Cultura para Todos’ (PI 9.1) e ‘Idade Mais’ (PI 9.4) do POISE para o PO ALENTEJO’2020, na sequência da reprogramação do PT2020 e dos seus PO, designadamente do POISE e do POR, ocorrida no final de 2018, que determinou a saída da PI 9.4 do PDCT e alterações ao nível da dotação e das operações a apoiar na PI 9.1.</p> <p>- O atraso no lançamento dos AAC, que condicionou a implementação do PDCT, principalmente no caso das PI 9.1 e 9.7.</p>
<p>Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas</p>	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas (9) enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI/TI 4.3 - Eficiência energética nas infraestruturas públicas;</p> <p>PI / TI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas;</p> <p>PI / TI 6.3 - Património natural e cultural e Programação Cultural em Rede;</p> <p>PI / TI 10.1 - Redução do abandono escolar (Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).</p>
<p>Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização</p>	<p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 9 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIMBAL, com um investimento total aprovado em vigor de 3.168.571,48 €.</p> <p>No PDCT contratualizado em 2015, estavam previstas 10 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIMBAL, a que correspondia um investimento total de 3.462.970,00 € (ver resposta à SQ 5).</p> <p>Uma vez que não foi disponibilizado o quadro de investimentos atualizado após as alterações ao PDCT, não é possível conhecer as operações intermunicipais previstas na sua versão mais recente (2021).</p> <p>As operações intermunicipais representam 7,2% do fundo aprovado em vigor.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 83:**Operações previstas na Candidatura e no PDCT contratualizado e aprovadas, por PI**

PI	Operações previstas na Candidatura e no PDCT contratualizado em 2015	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas
2.3	10	13
4.3	18	22
5.1	4	1
5.2	6	0
6.1	3	0
6.3	47	34
8.3	11	18
8.8	12	43
9.1	12	3
9.4	7	0
9.7	9	5
10.1	10	21
10.5	7	37
M04 PDR	3	0
Total	159	197

Fontes: Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-010 Baixo Alentejo Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-010 Versão 4; Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

As PI 5.2 e M04 do PDR, não foram contratualizadas, de acordo com o quadro de financiamento do PDCT contratualizado, o que põe em causa o número de operações previstas na PI 5.2 e M04 do PDR apresentado no quadro de investimentos.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:**Operações intermunicipais aprovadas**

PI	Operações intermunicipais aprovadas	
	Nº	Investimento total aprovado em vigor €
2.3	1	409.629,54
4.3	2	197.122,00
5.1	1	180.430,83
6.3	4	1.487.561,82
10.1	1	893.827,29
Total	9	3.168.571,48

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor, por PI

PI contratualizadas 2021	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais)	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
2.3	2.679.621,33	348.185,11	13,0
4.3	1.320.724,87	174.802,00	13,2
5.1	157.496,55	157.496,55	100,0
6.3	10.124.774,55	1.299.225,15	12,8
8.3	154.909,43	0,00	0,0
8.8	4.039.843,50	0,00	0,0
9.1	178.912,00	0,00	0,0
9.7	3.117.909,31	0,00	0,0
10.1	4.183.879,79	759.753,20	18,2
10.5	12.277.925,25	0,00	0,0
Total	38.235.996,58	2.739.462,01	7,2

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIMBAL e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3): todas as operações promovidas por empresários em nome individual e empresas. - Micro empreendedorismo e PAPN – base local (PI 8.8): todas as operações promovidas por empresários em nome individual e empresas. - Redução do abandono escolar (PI 10.1): 1 operação promovida por um Agrupamento de Escolas. <p><u>Operações previstas no PDCT contratualizado em 2015:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos Sociais (PI 9.7): 2 operações promovidas por atores sociais – CERCITOP e Núcleo organizativo de serviço social da aldeia e trabalho estratégico revitalizador da Região Alentejo. <p><u>Operações previstas na Candidatura:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos Sociais (PI 9.7): 2 operações promovidas por atores sociais – CERCITOP e Núcleo organizativo de serviço social da aldeia e trabalho estratégico revitalizador da Região Alentejo.
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	De acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, das 32 operações encerradas, 21 foram concluídas antes ou na data prevista.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão das operações encerradas, foi mais longo no caso das operações da PI 10.1.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	A CIMBAL não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 90:

Tempo de execução das operações concluídas, por Prioridade de Investimento

PI	Operações concluídas	Tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão	
	Nº	Nº de dias	Nº de meses aprox.
5.1	1	917	30,5
8.3	1	273	9,1
8.8	23	459	15,3
10.1	7	1.069	35,6

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Nota: O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ25. O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	<p>Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fundos próprios; - Orçamento de Estado. <p>A CIMBAL referiu que não existiram problemas na mobilização das contrapartidas.</p>

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estavam concluídas 32 operações. A ausência de informação sobre o comportamento dos indicadores de realização e de resultado bem como sobre o cumprimento das metas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

Existem boas perspetivas de cumprimento das metas na maior parte das PI.

As principais causas apontadas pela CIMBAL para os desvios detetados são os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI e dificuldades de execução por parte dos beneficiários.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	<p>Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento da maior parte das metas definidas.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021 estavam concluídas/encerradas 32 operações, desconhecendo-se o seu contributo para o cumprimento da maior parte das metas definidas para os indicadores, principalmente para os de resultado.</p> <p>Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT, a CIMBAL referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala: de 1- nada provável a 6 – muito provável):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau de probabilidade 6: 2.3, 8.3 e 8.8. - Grau de probabilidade 5: 6.3 e 10.1. - Grau de probabilidade 4: PI 4.3, 9.1, 9.7 e 10.5. <p>Relativamente à PI 5.1, a CIM não respondeu. No entanto, foi já atingida a meta do indicador de realização - Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos (1).</p> <p>A análise das dinâmicas de aprovação de operações, permite concluir o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PI 2.3. Estão aprovadas em execução 13 operações (12 municipais e 1 municipal) o que significa que a meta de realização para 2018 terá sido ultrapassada e a meta de realização para 2023 (9), será também ultrapassada. - PI 4.3. Não está disponível informação sobre o contributo das operações aprovadas para o cumprimento das metas. PI 5.1. Foi atingida uma meta de realização com a conclusão da elaboração do Plano de Adaptação às alterações climáticas. Desconhece-se neste momento o nível de implementação das medidas previstas no Plano. PI 6.3 Sem operações concluídas. Não está disponível informação sobre o contributo das operações aprovadas para o cumprimento das metas. PI 8.3 - Estão aprovadas 18 operações, o que coloca dúvidas sobre o cumprimento da meta de realização para 2023 - 25 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego. Acresce que as taxas de compromisso, execução e realização financeira são muito baixas. PI 8.8 - Estão aprovadas 43 operações, o que indica que as metas de realização - Número de empresas que beneficiam de apoio, definidas para 2011 e 2023 (11 e 25 respetivamente) serão ultrapassadas. Estão concluídas 23 operações desconhecendo-se o seu contributo para as metas definidas. PI 9.1. Estão aprovadas 3 operações desconhecendo-se o contributo potencial para a meta de realização para 2023 – 82 iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura. PI 9.7. Sem operações concluídas e 5 aprovadas, a meta para 2018 do indicador de realização Equipamentos apoiados (2), foi ultrapassada, mas a meta para 2023 (9) poderá não ser atingida. PI 10.1 - Quanto à meta de realização para 2023 - Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (12), estão aprovadas 20 operações com esta designação e com incidência em todos os concelhos da CIM, o que leva a crer que a meta será cumprida. PI 10.5 –O número de infraestruturas escolares intervencionadas à data desta Avaliação (37) é bastante superior ao previsto na candidatura e no momento da contratualização (7). No entanto, não está disponível informação sobre o potencial contributo das operações aprovadas para as metas definidas para os indicadores de realização e de resultado.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	A CIMBAL não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Não.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	<p>Todos os indicadores de realização e de resultado contratualizados e atualizados em 2021 têm metas associadas (4ª Alteração ao PDCT – Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto para 2018 e 2023).</p> <p>Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado (2021) e que permitem uma melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas.</p> <p>Na Avaliação Intercalar do PDCT realizada em maio de 2019, é referido que o facto de os AAC lançados contemplarem frequentemente a inclusão de indicadores de realização e/ou de resultado distintos daqueles que foram alvo de contratualização, inviabiliza, em muitos casos, a determinação do contributo das operações aprovadas para as metas constantes do PDCT contratualizado; adicionalmente, verifica-se que alguns destes novos indicadores padecem de limitações práticas diversas, designadamente a ausência de informação de suporte ao seu cálculo no momento de encerramento das operações.</p> <p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam da contratualização (última versão do PDCT contratualizado, 2021):</p> <p><u>PI 2.3 – Sistema de apoio a transformação digital da Administração Pública. Aviso ALT20-50-2018-26 CIMBAL</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de divulgação na área da sociedade da informação dirigidas a municípios/cidadãos ou empresas (n.º). <p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de solicitações transmitidas pela internet através de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (n.º); - Número de solicitações transmitidas via sistemas de atendimento intermediados com a utilização de formulários criados no âmbito da intervenção financiada, nos últimos 12 meses (n.º); - Aumento do número de acessos ao "site" da entidade intervencionada. <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas da Administração Local. Aviso Nº ALT20 - 03-2020-05</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: consumo de energia primária na iluminação pública. - Indicadores de resultado: Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção; Consumo de energia final na iluminação pública. <p><u>PI 6.3 - Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural. Aviso Nº ALT20-14-2019-28 CIMBAL</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Intervenções em património cultural (sítios e outro património cultural (Un.: número); - Indicador de resultado: Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado -diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção (Un.: número); <p><u>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais. Aviso Nº ALT20-42-2019-32 CIMBAL</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Capacidade dos equipamentos sociais de acolhimento (n.º vagas). - Indicadores de resultado: Utentes inscritos em unidades de cuidados continuados intervencionadas (n.º); Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos e unidades móveis apoiadas (n.º). <p><u>PI 10.1 Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. CONVITE ALT20-66-2019-46</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas (%). - Indicador de resultado: Redução da taxa de Alunos nos 1.º, 2.º 3.º Ciclos e Secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (%). - Indicador de resultado: Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (%).

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - Aviso Nº ALT20-73-2019-37 CIMBAL</p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de ensino intervencionados (Un.: n.º); - Novas salas de aula (Un.: n.º); - Salas de aula requalificadas (Un.: n.º). <p>Indicadores de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (Un.: n.º).

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas terão contributo, embora variável, para todos os Objetivos Estratégicos do PDCT. Este contributo, nem sempre é equivalente ao esperado, devido a problemas observados e já referidos ao nível da operacionalização das PI, dificuldades dos promotores e alterações ao nível das dotações inicialmente contratualizadas e, consequentemente, dos investimentos.

Destaca-se o **contributo mais elevado das operações apoiadas para os seguintes Objetivos Estratégicos**:

- Melhorar os níveis de sucesso educativo na Região principalmente para a qualificação das infraestruturas escolares, onde se verifica o maior investimento no âmbito do PDCT;
- Proteção e valorização dos ativos específicos do território regional, principalmente para a valorização do património cultural, a 2ª área temática com o investimento aprovado mais elevado.

Os contributos deverão ser menores e inferiores ao previsto inicialmente, para os seguintes Objetivos estratégicos:

- Reforçar os níveis de coesão social na região, com especial enfoque na minimização da exposição a fatores e dinâmicas de exclusão dos segmentos mais vulneráveis da população (...), principalmente devido à exclusão da PI 9.4 do PDCT e à forte redução da dotação da PI 9.1, o que determinou a perda de relevância do PDCT no que respeita à promoção da inclusão social e do envelhecimento ativo. O reforço da rede regional de equipamentos sociais será o principal contributo do PDCT para este Objetivo;
- Obter ganhos de eficiência na utilização de energia (...), devido às dificuldades de operacionalização da PI 4.3.

Os contributos para o Objetivo estratégico - Dinamizar a capacidade de empreendimento empresarial, tendo em vista a promoção do crescimento económico e a criação de emprego na região, verificam-se principalmente ao nível do desenvolvimento empresarial (micro empreendedorismo). No que respeita à criação do emprego, os resultados poderão ficar aquém do esperado, devido ao pior desempenho da PI 8.3.

Contributo significativo para a promoção das TIC na administração e serviços públicos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
<p>Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)</p>	<p>A implementação do PDCT, deverá contribuir da seguinte forma para os Objetivos Estratégicos do PDCT:</p> <p><u>- OE A. Obter ganhos de eficiência na utilização de energia, incluindo aí o reforço da utilização de fontes renováveis de energia. O contributo será significativo, embora inferior às expectativas iniciais, aquando da contratualização.</u></p> <p><u>OE B. Proteção e valorização dos ativos específicos do território regional.</u> O contributo esperado para este Objetivo Estratégico é elevado e decorre principalmente da implementação das operações da Medida B3, que visam a valorização do património cultural. O principal resultado esperado é o aumento da atratividade turística do território. A elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo é também um contributo relevante para este Objetivo. A exclusão da PI 6.1 do PDCT solicitada pela CIMBAL, determinou a ausência do contributo do PDCT inicialmente esperado para o aumento de sensibilização e conhecimento da população sobre a temática da valorização de resíduos</p> <p><u>OE C. dinamizar a capacidade de empreendimento empresarial, tendo em vista a promoção do crescimento económico e a criação de emprego na região.</u> Os contributos para este Objetivo Estratégico decorrem da implementação do S2E e não diretamente da</p>

implementação das Medidas originalmente definidas, fruto da exclusão da contratualização das tipologias de operações privilegiadas no desenho inicial do PDCT nestas PI.

O contributo esperado deverá ser mais significativo ao nível do desenvolvimento empresarial. O contributo esperado para a criação de emprego deverá ser menor principalmente devido ao pior desempenho da PI 8.3 cuja dotação financeira foi bastante reduzida.

D. Reforçar os níveis de coesão social na região, com especial enfoque na minimização da exposição a fatores e dinâmicas de exclusão dos segmentos mais vulneráveis da população residente e na mitigação das suas consequências. O contributo das operações apoiadas para este Objetivo estratégico consiste principalmente no reforço da rede regional de equipamentos sociais que decorre da operacionalização da PI 9.7. Deverá ser inferior ao inicialmente esperado, devido principalmente à exclusão da PI 9.4 do PDCT e à forte redução da dotação da PI 9.1. que determinaram perda de relevância do PDCT, face ao esperado, no que respeita à promoção da inclusão social.

E. Melhorar os níveis de sucesso educativo na Região. O Contributo das operações apoiadas no PDCT para este Objetivo estratégico será bastante elevado e superior ao previsto na contratualização. As operações aprovadas no domínio da educação, ou seja, nas PI 10.5 e 10.1, representam 43% do Fundo total aprovado.

A qualificação do parque escolar será o contributo mais elevado para este objetivo, mas contributo para a promoção do sucesso educativo deverá ser também bastante significativo.

F. Fomentar a utilização mais alargada e otimizada das tecnologias de informação e comunicação. O contributo das operações apoiadas para este Objetivo estratégico consiste na promoção das TIC na administração e serviços públicos. O número de operações aprovadas (13, sendo 12 municipais e 1 da CIMBAL) é um pouco superior ao previsto e há boas perspectivas de cumprimento das metas.

Na tabela abaixo é apresentada a análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os Objetivos estratégicos e Medidas do PDCT.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos e Medidas do PDCT e para o desenvolvimento do território

PDCT do Baixo Alentejo 2020		PI Mobilizadas	Contributos das operações apoiadas
Objetivos Estratégicos	Medidas		
A. Obter ganhos de eficiência na utilização de energia, incluindo aí o reforço da utilização de fontes renováveis de energia	A1. Reduzir o consumo energético na Administração Local	PI 4.3	<p>O contributo para este Objetivo Estratégico e Medida, será significativo, embora inferior às expectativas iniciais, aquando da contratualização. As condições de operacionalização da PI 4.3, provocaram o desinteresse de alguns municípios e uma menor procura face ao esperado inicialmente, o que levou à redução da dotação inicialmente contratualizada nesta PI e das metas definidas para 2023. O Fundo aprovado nesta PI representa atualmente apenas 3,5% do total.</p> <p>O contributo das 22 operações aprovadas traduz-se na redução do consumo da energia primária e na melhoria da eficiência energética em edifícios públicos da administração local, principalmente equipamentos, e na iluminação pública de apenas 6 dos 13 municípios e no edifício sede da CIMBAL.</p> <p>Ainda sem operações concluídas, a taxa de compromisso é 60%. A CIMBAL considera muito provável o cumprimento das metas definidas em 2021.</p>
B. Proteção e valorização dos ativos específicos do território regional.	B1. Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas	PI 5.1	<p>O contributo esperado para este Objetivo Estratégico é elevado e decorre principalmente da implementação das operações da Medida B3, que visam a valorização do património cultural. O principal resultado esperado é o aumento da atratividade turística do território. O Fundo aprovado na PI 6.3 representa 26,5% do total. A</p>

PDCT do Baixo Alentejo 2020		PI	Contributos das operações apoiadas
Objetivos Estratégicos	Medidas	Mobilizadas	
	B2. Sensibilizar e educar para a valorização dos resíduos	PI 6.1	dotação contratualizada foi reforçada e as metas dos indicadores de realização e de resultado para 2023 revistas, sendo agora mais elevadas. O contributo esperado desta Medida, foi reforçado pela aprovação da operação intermunicipal Programação Cultural em Rede. Com 34 operações aprovadas, e uma taxa de compromisso de 100%, a CIMBAL considera que serão alcançadas as metas definidas para esta Medida.
	B3. Valorizar o património cultural e natural	PI 6.3	<p>O contributo esperado para promover a adaptação às alterações climáticas consiste na elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo, a única operação aprovada no âmbito da PI 5.1. e já concluída. O Fundo aprovado e executado nesta PI representa apenas 0,4% do total. Tendo já sido atingida uma meta de realização, desconhece-se neste momento o nível de implementação das medidas previstas no Plano.</p> <p>A exclusão da PI 6.1 do PDCT solicitada pela CIMBAL, determinou a ausência do contributo do PDCT inicialmente esperado para o aumento de sensibilização e conhecimento da população sobre a temática da valorização de resíduos.</p>
C. Dinamizar a capacidade de empreendimento empresarial, tendo em vista a promoção do crescimento económico e a criação de emprego na região	C1. Disponibilizar soluções integradas de acolhimento para microempresas	PI 8.8 PI 8.3	<p>Os contributos para este Objetivo Estratégico decorrem da implementação do S12E e não diretamente destas Medidas originalmente definidas, fruto da exclusão da contratualização das tipologias de operações privilegiadas no desenho inicial do PDCT nestas PI.</p> <p>As tipologias de operação apoiadas nas PI 8.3 e 8.8 através do S12E foram as seguintes: Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas (PI 8.3), Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional (Base local) (PI 8.8).</p> <p>O contributo esperado deverá ser mais significativo ao nível do desenvolvimento empresarial, já que a dotação financeira da PI 8.8 foi reforçada, a taxa de compromisso é de 109% e as taxas de execução e realização financeira são superiores à média. Neste momento estão aprovadas 43 operações na PI 8.8, o que indica que as metas de realização - Número de empresas que beneficiam de apoio, definidas para 2011 e 2023 (11 e 25 respetivamente) serão ultrapassadas.</p> <p>O contributo esperado para a criação de emprego deverá ser menor principalmente devido ao pior desempenho da PI 8.3 cuja dotação financeira foi bastante reduzida. À data de referência desta avaliação estavam aprovadas 18 operações o que coloca dúvidas sobre o cumprimento da meta de realização para 2023 - 25 pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego. Acresce que os níveis de compromisso, execução e realização financeira são muito baixos. Neste momento desconhece-se o impacto das operações apoiadas no âmbito da PI 8.8 em termos de postos de trabalho criados.</p>
	C2. Melhorar as competências empresariais dos empreendedores		
D. Reforçar os níveis de coesão social na região, com especial enfoque na minimização da exposição a fatores e dinâmicas de exclusão dos segmentos mais vulneráveis da população residente e na mitigação das suas consequências.	D1. Reforçar a rede regional de equipamentos sociais	PI 9.7	<p>O contributo das operações apoiadas para este Objetivo estratégico consiste principalmente no reforço da rede regional de equipamentos sociais. Com 5 operações aprovadas, a meta para 2018 do indicador de realização Equipamentos apoiados (2), foi ultrapassada, mas a meta para 2023 (9) poderá não ser atingida.</p> <p>O contributo das operações apoiadas para este Objetivo deverá ser inferior ao inicialmente esperado devido principalmente à exclusão da PI 9.4 do PDCT e à forte redução da dotação da PI 9.1 que após reprogramações focou com um valor residual (0.5% do fundo total contratualizado). Estas alterações determinaram a não implementação da Medida D4 e afetaram principalmente a</p>
	D2. Capacitar grupos sociais vulneráveis, em termos pessoais, sociais e profissionais.	PI 9.1	
	D3. Fomentar a inclusão por via da cultura	PI 9.1	
	D4. Diversificar a oferta de serviços	PI 9.4	

PDCT do Baixo Alentejo 2020		PI Mobilizadas	Contributos das operações apoiadas
Objetivos Estratégicos	Medidas		
	sociais dirigida à população sénior		implementação da Medida D2, o que se traduz na perda de relevância do PDCT, face ao esperado, no que respeita à inclusão social.
E. Melhorar os níveis de sucesso educativo na Região	E1. Colmatar as situações deficitárias de cobertura ou desempenho funcional dos equipamentos de ensino	PI 10.5	<p>O Contributo das operações apoiadas no PDCT para este Objetivo estratégico será bastante elevado e superior ao previsto na contratualização. As operações aprovadas no domínio da educação, ou seja, nas PI 10.5 e 10.1, representam 43% do Fundo total aprovado.</p> <p>A qualificação do parque escolar será o contributo mais elevado do PDCT, superior ao previsto na contratualização.</p> <p>A dotação contratualizada passou de 2.100.000,0€ para 9.753.000,00 €, o que corresponde a um reforço de 364%.</p> <p>As operações aprovadas na PI 10.5 correspondem a 32% do Fundo total aprovado do PDCT e a taxa de compromisso situa-se em 136,7%. O número de infraestruturas escolares intervencionadas à data desta Avaliação (37) é bastante superior ao previsto na candidatura e no momento da contratualização (7).</p> <p>Os principais resultados esperados são a melhoria das infraestruturas escolares (pré-escolar, básico e secundário).</p> <p>Não está disponível informação sobre o cumprimento das metas definidas para os indicadores de realização e de resultado.</p>
	E2. Melhorar o desempenho escolar dos alunos	PI 10.1	<p>O contributo para a promoção do sucesso educativo deverá ser também bastante significativo e superior ao previsto inicialmente.</p> <p>A dotação para a PI 10.1, teve um reforço de 86% após a contratualização e, neste momento, a taxa de compromisso é 102%. O número de operações aprovadas (21) é bastante superior ao previsto na contratualização (10). As operações aprovadas representam 11% do total do fundo aprovado.</p> <p>Quanto à meta de realização para 2023 - Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (12), estão aprovadas 20 operações com esta designação e com incidência em todos os concelhos da CIM, o que leva a crer que a meta será cumprida.</p>
F. Fomentar a utilização mais alargada e otimizada das tecnologias de informação e comunicação	F1. Intensificar o esforço de modernização administrativa dos municípios da região	PI 2.3	<p>O contributo das operações apoiadas para este Objetivo estratégico consiste na promoção das TIC na administração e serviços públicos. A dotação da PI 2.3 teve um acréscimo de 27,6%. O número de operações aprovadas (13, sendo 12 municipais e 1 da CIMBAL) é um pouco superior ao previsto (10).</p> <p>As operações apoiadas representam à data de referência desta avaliação, 7% do Fundo aprovado, sendo a taxa de compromisso de 97%.</p> <p>Face ao número de operações aprovadas, a meta de realização Serviços da Administração Pública apoiados para 2018 (3) deverá ser ultrapassada e a meta para 2023 (9) deverá ser também ultrapassada.</p>

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	<p>Não houve a preocupação de articulação do PDCT com outros instrumentos e com outras fontes de financiamento, na fase de programação. Na fase de implementação, houve esta preocupação, apenas com os instrumentos do Portugal 2020.</p> <p>A articulação foi feita <i>a posteriori</i>, com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação.</p>

	Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI/ OT.

Ficha de avaliação PDCT Lezíria do Tejo



CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

Região: Alentejo - NUT III Lezíria do Tejo

Municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

População total: 236.132 habitantes (Censo 2021 - resultados preliminares).

COERÊNCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC asseguram a coerência interna em cada um destes instrumentos e com as EIDT e as EDL, em termos de objetivos, grupos-alvo, recursos e resultados a alcançar, e entre as várias escalas territoriais e as partes interessadas do território, de modo a criar sinergias e a potenciar o desenvolvimento dos territórios?

PDCT 1. Papel dos PDCT na concretização das prioridades das EIDT

SQ1. O PDCT contratualizado estava alinhado com a respetiva EIDT?

O PDCT da CIM da Lezíria do Tejo contratualizado em 2015, encontra-se alinhado com os Eixos Estratégicos bem como com a maior parte dos Objetivos Específicos da EIDT Lezíria 2020, reconhecida para o território abrangido por este instrumento. As Medidas e os investimentos previstos no PDCT contribuem para a sua concretização, ainda que de forma parcial, uma vez que o seu perímetro de intervenção, condicionado pelas Prioridades de Intervenção e tipologias de intervenção mobilizáveis²⁰ e mobilizadas e pelas elegibilidades definidas, tem uma abrangência limitada no que respeita à Estratégia mais geral definida para a Lezíria do Tejo e, naturalmente, à cobertura dos seus Eixos Estratégicos e Objetivos Específicos.

A EIDT, alinhada com os Objetivos Temáticos da Política de Coesão Europeia 2014-20 e com a Estratégia Regional 2020, está alicerçada em quatro Eixos Estratégicos (EE) para os quais foram definidos 36 Objetivos Específicos para responder ao diagnóstico e aos desafios identificados para a sub-região. Para a sua operacionalização foram definidas 8 Iniciativas âncora e 34 Ações, de iniciativa pública, privada ou mista cuja execução será assegurada pelo PDCT, focado principalmente nos Eixos 2 e 3 da EIDT, bem como por outros instrumentos do Portugal 2020 e outras fontes de financiamento, mobilizando uma rede alargada de parceiros identificados no Plano de operacionalização da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 1 E 2:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 1. Objetivos identificados na EIDT que não constam no PDCT e intervenções do PDCT que não constam dos objetivos das EIDT	<p>As Medidas e investimentos previstos no PDCT contratualizado, contribuem para a maioria dos Objetivos Específicos da EIDT ainda que de forma parcial.</p> <p>Objetivos Específicos da EIDT sem contributo do PDCT: Objetivos Específicos do EE.1. - Desenvolvimento competitivo da base económica regional: - OE.1.2.1. Desenvolver as atividades logísticas, beneficiando do posicionamento estratégico de proximidade a Lisboa, complementando as funções logísticas aí existentes;</p>

²⁰ Indicadas no Convite para apresentação de candidaturas dos PDCT Nº 03/2015 modificado em 21-04-2015.

Indicadores	Resposta/Evidências
	<p>- OE.1.3.1. Promover a internacionalização do tecido empresarial em consonância com as ambições regionais e também nacionais;</p> <p>OE.1.3.3. Criar uma plataforma de concentração da oferta, organização da produção, comercialização dos produtos regionais e internacionalização das empresas;</p> <p>OE.1.3.5. Encaixar, de forma coerente, a Lezíria do Tejo no Sistema Regional de Transferência de Tecnologia e Inovação do Alentejo.</p> <p>Objetivos Específicos do EE.2. - Promoção da coesão social e da empregabilidade:</p> <p>- OE.2.1.5. Melhorar as acessibilidades e a mobilidade regional, intermunicipais e municipais;</p> <p>Objetivos Específicos do EE.3. - Requalificação e sustentabilidade territorial:</p> <p>- OE.3.1.2. Melhorar os níveis qualitativos e quantitativos no domínio dos recursos hídricos, nomeadamente no saneamento básico e tratamento de águas residuais.</p> <p>Todos os tipos de intervenção previstos no PDCT têm contributo para os 4 Eixos Estratégicos e para a maior parte dos Objetivos Específicos da EIDT.</p>
Indicador 2. Quantificação: Grau de Cobertura dos objetivos da EIDT (abrangidos pelo PDCT): Os objetivos estratégicos da EIDT têm correspondência com medidas do PDCT?	<p>Grau de cobertura dos Eixos e dos Objetivos específicos da EIDT: 36 objetivos específicos</p> <p>- Eixos Estratégicos parcialmente cobertos/com contributos esperados do PDCT: 4</p> <p>- Eixos estratégicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 0.</p> <p>- Objetivos Específicos com cobertura parcial / algum contributo esperado do PDCT: 30</p> <p>- Objetivos Específicos não cobertos/sem contributos esperados do PDCT: 6</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 1 E 2:

Matriz de alinhamento do PDCT da Lezíria do Tejo com os Eixos Estratégicos da EIDT

Eixos Estratégicos (EE) da EIDT Lezíria do Tejo 2020	Objetivos Estratégicos e Medidas do PDCT da CIM Lezíria do Tejo		PI /Medidas mobilizadas
EE.1. Desenvolvimento competitivo da base económica regional	OE 1. Promoção do ordenamento e da eficiência das atividades agrícolas.	Medida 1.1 Promover o ordenamento e eficiência das atividades agrícolas. Pretende-se reduzir o número de parcelas dispersas, aumentar a área de cada parcela e a área regada por sistemas evoluídos, adequar a rede de caminhos e reduzir o número de baixas elétricas, contribuindo para a valorização e competitividade económica e ambiental do sector agrícola.	M04 do PDR
		Medida 2.1 Promover a inclusão social e a luta contra a pobreza. Pretende-se combater a exclusão social, promover a inclusão ativa e aumentar o conhecimento sobre a realidade social.	PI 9.1 PI 9.4
EE.2. Promoção da coesão social e da empregabilidade	OE 2. Aprofundamento das condições de fomento da coesão social.	Medida 2.2 Aumentar a qualidade de vida das populações. Pretende-se adequar e reforçar a rede de equipamentos e as respostas sociais (idosos, infância e cuidados continuados)	PI 9.7
		Medida 2.3 Melhorar a qualidade e a eficiência do sistema de ensino e combater o abandono e insucesso escolar	PI 10.1
		Medida 2.4. Reorganizar e requalificar a rede escolar. Pretende-se reordenar e racionalizar a rede escolar do ensino básico e pré-escolar.	PI 10.5
		Medida 2.5. Promover a empregabilidade e a apoiar a criação de emprego próprio em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional	PI 8.3
	OE 3. Desenvolvimento de condições de empregabilidade	Medida 2.6. Promover o empreendedorismo regional e a criação de emprego em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, incluindo o empreendedorismo social.	PI 8.8

Eixos Estratégicos (EE) da EIDT Lezíria do Tejo 2020	Objetivos Estratégicos e Medidas do PDCT da CIM Lezíria do Tejo		PI /Medidas mobilizadas
		Adicionalmente, esta Medida também contribuirá para o reforço das condições de acolhimento de iniciativas empresariais de pequena dimensão.	
EE.3. Requalificação e sustentabilidade territorial	OE 4. Desenvolvimento sustentável do território	Medida 3.1. Promover uma economia com baixas emissões de carbono.	PI 4.3
		Medida 3.2. Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil	PI 5.2
		Medida 3.3. Utilizar racionalmente os recursos regionais, promovendo a adaptação às alterações climáticas	PI 5.1
		Medida 3.4 Melhorar, os níveis qualitativos e quantitativos, no domínio da gestão de resíduos. Pretende-se melhorar os níveis de reciclagem e a valorização dos resíduos urbanos.	PI 6.1
	OE 5. Valorização e preservação do património cultural e natural	Medida 3.5 Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural Pretende-se potenciar as condições de visitação e a atratividade turística	PI 6.3
EE.4. Governação estratégica e eficiência da Administração Pública	OE 6. Modernização e eficiência da Administração Pública	Medida 4.1. Promover a eficiência das administrações e dos serviços públicos. Pretende-se aumentar a proximidade, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos aos cidadãos e empresas.	PI 2.3

Fontes: Lezíria 2020 – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (2014); Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4 – Programa de Ação (PDCT da CIM Lezíria do Tejo, contratualizado em 2015);

Nota: A Medida 3.3 - Utilizar racionalmente os recursos regionais promovendo a adaptação às alterações climáticas, embora parte integrante do Programa de Ação apresentado no documento Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4 disponibilizada pela ADC como versão contratualizada, não tem dotação atribuída no Quadro de financiamento apresentado no Anexo 3 do PDCT da CIMLT aprovado pelos PO financiadores em julho de 2015 e não foi executada.

TABELA SÍNTESE– INDICADOR 3:

Indicadores	Resposta/Evidências
Indicador 3. Listagem das prioridades de investimento disponibilizadas pelos PDCT, por grau de adequação	No Inquérito às CIM, a CIMLT faz uma avaliação positiva da adequação das PI disponibilizadas, atribuindo-lhes um grau médio de adequação de 4,9 numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada. - PI consideradas totalmente adequadas (grau de adequação 6): 2.3, 4.3, 5.1, 9.7, 10.1 e 10.5. - PI consideradas muito adequadas (grau de adequação 5): 8.8. - PI Consideradas suficientemente adequadas (grau de adequação 4): 5.2, 6.3 e 8.3. - PI considerada nada adequada (grau de adequação 1): 9.1. Não foi atribuída classificação à M04 do PDR, contratualizada.
Indicador 4. Listagem de prioridades não contempladas nos PDCT, mas que poderiam ter sido.	A CIMLT não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ2. As tipologias de intervenções disponibilizadas, a alocação de verbas e a definição dos indicadores de realização e de resultados tinham correspondência com as prioridades dos PDCT?

A dotação financeira global contratualizada sofreu uma redução global de -21% face ao apresentado em candidatura, o que sugere que a verba contratualizada terá sido inferior às necessidades previamente identificadas e às expectativas, na maior parte das PI, com exceção das PI 5.2 e 9.4 que aumentaram a sua dotação e das PI 6.1 e 10.5, em que a dotação se manteve.

As reprogramações efetuadas após a contratualização vieram introduzir novas alterações na alocação de verbas por PI, no sentido da sua maior adequação aos investimentos a apoiar e às perspetivas de execução, de que resultou um acréscimo de 43,2% na dotação global do PDCT e o reforço, principalmente das PI 10.5 e 8.8, mas também das PI 4.3 e 6.3. As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (32,2%) e PI 4.3 (24,8%).

Os indicadores contratualizados nem sempre dão expressão às medidas, de forma cabal, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados. No âmbito das alterações ao PDCT, foram ajustadas metas e alterados alguns indicadores no sentido da sua adequação ao tipo de operações previstas.

TABELA SÍNTESE— INDICADORES 5 E 6:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 5. Tipologias de intervenção mobilizadas e respetivo peso na alocação de despesa candidatura; contratualizado e atual (análise comparativa)	<p>A dotação global do PDCT proposta em sede de candidatura sofreu uma redução de -21% no momento da contratualização, verificando-se a redução das dotações propostas em todas as PI, exceto nas PI 5.2 e 9.4 em que a dotação proposta aumentou e das PI 6.1 e 10.5, em que a dotação se manteve.</p> <p>As PI que no momento da contratualização tinham o maior peso na dotação global eram as seguintes: a PI 4.3 (24%), a PI 10.5 (13,1%), a PI 6.3 (12,9%) e a PI 10.1 (12,8%).</p> <p>A PI 5.1 não foi contratualizada.</p> <p>Entre o momento da contratualização e o início de 2021, o PDCT sofreu alterações de que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A anulação da dotação das PI 6.1 e 9.4; - Redução da dotação das PI 8.3, 9.1 e 9.7. - O enorme reforço das PI 10.5 e 8.8, mas também embora menor, das PI 4.3 e 6.3. - O reforço da dotação global (43,2%). <p>As PI com maior peso na dotação global atual são as seguintes: PI 10.5 (32,2%) e PI 4.3 (24,8%).</p> <p>Cf. Tabela – Prioridades de investimento mobilizadas através do PDCT e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros.</p>
Indicador 6. Adequação do Financiamento contratualizado	<p>A CIMLT considera que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O financiamento foi ajustado nas seguintes PI/TI: 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1 e 10.1. - Houve subfinanciamento nas seguintes PI/TI: 9.7 e 10.5. <p>A Avaliação Intercalar (realizada em 2019) destacou o financiamento insuficiente principalmente da PI 10.5, mas também da PI 4.3 e 6.3, cuja dotação foi reforçada em sede de alteração ao PDCT.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 5:

Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros

PI	Fundo	Dotação inicial candidatura		Dotação contratualizada jul. 2015		Dotação atual jan. 2021		Variação candidato/contratualizado	Variação Contratualizado/ Dotação atual
		€	%	€	%	€	%		
2.3	FEDER	2.035.701,4	3,7	1.796.203,0	4,1	1.796.203,0	2,9	-11,8	0,0
4.3	FEDER	12.861.639,9	23,3	10.497.220,0	24,1	15.465.879,9	24,8	-18,4	47,3
5.1	FC	609.875,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	
5.2	FC	216.750,0	0,4	412.250,0	0,9	412.250,0	0,7	90,2	0,0
6.1	FC	34.000,0	0,1	34.000,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-100,0
6.3	FEDER	8.092.732,3	14,7	5.635.700,0	12,9	7.114.869,4	11,4	-30,4	26,2
8.3	FSE	3.861.000,0	7,0	3.595.263,0	8,3	1.437.700,0	2,3	-6,9	-60,0
8.8	FEDER	2.838.000,0	5,2	1.873.382,0	4,3	5.061.859,2	8,1	-34,0	170,2
9.1	FSE	2.989.000,0	5,4	661.702,0	1,5	50.000,0	0,1	-77,9	-92,4
9.4	FSE	653.400,0	1,2	1.553.400,0	3,6	0,0	0,0	137,7	-100,0
9.7	FEDER	5.023.444,5	9,1	2.617.001,0	6,0	1.779.971,3	2,9	-47,9	-32,0
10.1	FSE	5.907.000,0	10,7	5.564.800,0	12,8	5.564.800,0	8,9	-5,8	0,0
10.5	FEDER	5.718.750,0	10,4	5.718.750,0	13,1	20.078.180,2	32,2	0,0	251,1
M04	FEADER	4.250.000,0	7,7	3.582.750,0	8,2	3.582.750,0	5,7	-15,7	0,0
Total FEDER		36.570.268,0	66,4	28.138.256,0	64,6	51.296.963,0	82,3	-23,1	82,3
Total FSE		13.410.400,0	24,3	11.375.165,0	26,1	7.052.500,0	11,3	-15,2	-38,0
Total FC		860.625,0	1,6	446.250,0	1,0	412.250,0	0,7	-48,1	-7,6
Total FEADER		4.250.000,0	7,7	3.582.750,0	8,2	3.582.750,0	5,7	-15,7	0,0

Total	55.091.293,0	100,0	43.542.421,0	100,0	62.344.463,0	100,	-21,0	43,2
-------	--------------	-------	--------------	-------	--------------	------	-------	------

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-015 Lezíria do Tejo; PDCT da CIMLT, Anexo 1: Quadro de Financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento (31 de julho de 2015); 4ª Alteração ao PDCT da CIM da Lezíria do Tejo (janeiro de 2021).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 7 A 9:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 7. Avaliação da cobertura de TI por indicadores e metas associadas a cada tipologia	No PDCT inicialmente contratualizado (2015): - PI/TI com indicadores de realização: todas. - Indicadores de realização com meta definida para 2023: todos. - PI/TI com indicadores de resultado: todas exceto a M04 do PDR. - Indicadores de resultado com meta para 2023: todos.
Indicador 8. Avaliação da adequação dos indicadores e metas à natureza das medidas associadas às TI	Embora, na generalidade, se verifique existir correspondência entre os indicadores de realização e de resultado definidos no PDCT contratualizado e a natureza das medidas previstas, os indicadores nem sempre dão expressão às medidas, ao tipo de investimentos apoiados e aos resultados esperados, de forma cabal. Exemplos em que os indicadores que constam do PDCT contratualizado não são adequados: - PI 4.3 – o Indicador de realização não cobre as intervenções na iluminação pública. - No caso da PI 6.3, não existe uma relação direta entre a realização apoiada e o resultado visado. Os indicadores de realização e resultado não podem ser calculados como sendo um resultado direto e absoluto das operações aprovadas nesta PI. O quadro de indicadores e metas contratualizados em 2015, foi alterado na sequência das alterações ao PDCT, no sentido da sua maior adequação às operações previstas e ajustamento face às perspetivas de execução. O quadro de indicadores que constitui o Anexo II do documento 4ª Alteração ao PDCT da CIM da Lezíria do Tejo (janeiro 2021), permitiu identificar as seguintes alterações: - Foram alteradas as metas para 2023 da maior parte dos indicadores de realização e de resultado. - Foram retirados os indicadores da PI 6.1 e 9.4, cuja dotação financeira foi anulada; - Foram alterados os indicadores de realização das PI 4.3, 9.1 e 10.1; - Foi eliminado 1 indicador de resultado da PI 2.3; - Foi alterado o indicador de resultado da PI 9.7; - Foram introduzidos 1 indicador de realização e 2 indicadores de resultado para a M04 do PDR. Na resposta à SQ 26 – Indicador 97, são apresentados exemplos de indicadores definidos em sede de Aviso que permitem uma melhor cobertura e compreensão das realizações e dos resultados a alcançar, ultrapassando assim algumas limitações dos indicadores contratualizados.
Indicador 9. Avaliação da proporcionalidade das metas face ao investimento alocado.	Esta avaliação carece de informação não disponível sobre operações/investimentos previstos/a apoiar, sobre a situação de partida, sobre os pressupostos considerados na definição das metas. carece também de análises especializadas que não foi possível desenvolver no âmbito deste trabalho. No entanto, é de referir que as metas foram alteradas após as alterações ao PDCT no sentido do seu maior ajustamento face aos investimentos previstos e à alocação de verbas por PI, de acordo com a 4ª Alteração realizada em 2021.

PDCT2. Papel da EIDT na definição do quadro programático de desenvolvimento da CIM/AM

SQ3 Foram garantidas as articulações necessárias com outros instrumentos com incidência no mesmo território? (Ex.: PEDU, PARU, PAICD, PROVERE, CLDS, TEIP, e outras políticas públicas com forte incidência no mesmo território, p.ex. gestão de resíduos)? Foram garantidas as articulações do PDCT necessárias com outros instrumentos de financiamento?

A CIMLT referiu a preocupação de articulação do PDCT com outros planos e programas com incidência no território da sub-região e com outros instrumentos de financiamento do PT 2020, para a realização de investimentos não abrangidos pelo PDCT, com contributo para a concretização dos objetivos e das iniciativas âncora da EIDT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 10 A 13:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 10. Instrumentos de incidência territorial com os quais o PDCT se articula	A CIMLT referiu a articulação com os seguintes instrumentos: - Planos Intermunicipais de adaptação às alterações climáticas; - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte; - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano; - Mobilidade Urbana Sustentável – MUS; - Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU; - Desenvolvimento local de Base comunitária.
Indicador 11. Contributo de outras intervenções para a EIDT	O contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, foi considerado reduzido pela CIM (3 numa escala de 1 a 6). Este contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica, de acordo com a resposta da CIMLT ao Inquérito às CIM. A EIDT sinalizou áreas de investimento a financiar fora do âmbito do PDCT.
Indicador 12. Articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	Houve a preocupação de articulação do PDCT exclusivamente com outros instrumentos do PT2020, na fase de programação e na fase de implementação. A CIMLT respondeu, no Inquérito às CIM, que as fontes de financiamento foram adequadas.
Indicador 13. Tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento	A CIMLT não respondeu a esta questão, no Inquérito às CIM.

PDCT3. Contributo do modelo de aprovação/ negociação dos PDCT para promover o alinhamento estratégico entre instrumentos e prioridades

SQ4. O modelo adotado no PT2020 para os PDCT, assente num processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação, garantiu a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT e a eficiência da sua implementação?

A CIMLT fez uma avaliação global positiva do contributo do modelo de aprovação/negociação, principalmente para garantir a relevância do instrumento para a estratégia e para promover o alinhamento estratégico entre o instrumento e as prioridades para o território. A avaliação foi menos positiva no que respeita ao processo de negociação e às alterações introduzidas no momento da contratualização para melhorar o instrumento e a eficácia e a eficiência na sua implementação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 14 A 17:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 14. Contributo do modelo de aprovação/negociação para reforçar a relevância e articulação estratégica da abordagem da EIDT e da programação do PDCT aos problemas de desenvolvimento do território	A CIMLT atribuiu uma pontuação média de 4,3 (numa escala de 1 a 6) aos parâmetros de avaliação desta questão, no Inquérito às CIM. O contributo do modelo foi considerado elevado pela CIM elevado (5) para os seguintes parâmetros: - Relevância do instrumento para a estratégia; - Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território; O contributo do modelo foi considerado pela CIM suficiente (4) para os seguintes parâmetros: - Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT. O contributo do modelo foi considerado pela CIM baixo (3) para os seguintes parâmetros: - Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT.
Indicador 16. Listagem dos modelos de aprovação/negociação alternativos identificados	NR
Indicador 17. Caracterização do tipo de contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas	A CIMLT atribuiu a pontuação 3 – pouco adequado (numa escala de 1 a 6) aos seguintes parâmetros de avaliação do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização: - Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas; - Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas; - Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados;

- Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso;
- Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados;
- Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, Parceria, ...);
- Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso;
- Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta.

SQ5. O modelo adotado valorizou a natureza intermunicipal dos investimentos, com ênfase na reorganização, modernização e qualificação da oferta dos serviços públicos e/ou coletivos, nomeadamente nas áreas sociais, da saúde e da educação? E a criação de parcerias com os stakeholders relevantes?

O PDCT da CIMLT contratualizado em 2015 revela um forte investimento em operações de natureza intermunicipal. Em sede de candidatura, foram propostas 31 operações de natureza intermunicipal (num total de 108 operações) a que correspondia um investimento total de 24.350.330,17 €. Estas operações e o montante de investimento total mantiveram-se no PDCT contratualizado em 2015.

O investimento total previsto neste tipo de operações no PDCT apresentado em sede de candidatura e contratualizado em 2015, encontrava-se concentrado, principalmente, na PI 10.1 - Redução do abandono escolar (24,2%), na PI 4.3 - Promoção da eficiência energética (20,5%) e na M04 do PDR - Estruturação fundiária (20,5%).

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 18 A 20:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 18. Por PI, tipologia de operações de natureza intermunicipal previstas	<p>As tipologias de Intervenção de natureza intermunicipal previstas no Quadro de investimentos do PDCT inicialmente contratualizado (julho de 2015) são as seguintes:</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas;</p> <p>PI 5.1 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos;</p> <p>PI 5.2 – Proteção civil – Planeamento e gestão de riscos; Sistema de Videovigilância para Incêndios.</p> <p>PI 6.1 – Resíduos – Educação e sensibilização ambiental;</p> <p>PI 6.3 - Património natural e cultural; Rotas e percursos;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis</p> <p>PI 9.4 – Inclusão social - Envelhecimento ativo</p> <p>PI 10.1 Redução do abandono escolar;</p> <p>M04 do PDR – Investimentos em ativos físicos, Infraestruturas coletivas – estruturação fundiária.</p> <p>Cf. Tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado.</p> <p>No entanto, alerta-se para o seguinte:</p> <p>O Quadro de Investimentos do documento que constitui a fonte desta informação - Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4, facultado pela ADC como sendo a versão correspondente ao PDCT contratualizado, no que respeita à lista de operações de natureza intermunicipal, apresenta a seguinte incoerência com o Quadro de financiamento: de acordo com o Quadro de financiamento, não foi atribuída dotação financeira à PI 5.1, o que significa que não terá sido contratualizada, mas o Quadro de investimentos apresenta 3 projetos nesta PI com um valor total de 717.500,00€.</p> <p>Nota: o Quadro de investimentos do PDCT contratualizado (de acordo com o documento Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4, fornecido pela ADC), no que respeita aos projetos intermunicipais, é exatamente igual ao apresentado em sede de candidatura.</p>
Indicador 19. Peso das operações de natureza intermunicipal (listagem de operações apresentada em candidatura)	<p>Em sede de candidatura, foram propostas 31 operações de natureza intermunicipal (num total de 108 operações) a que correspondia um investimento total de 24.350.330,17 €.</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado).</p>
Indicador 20. Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal	<p>Distribuição setorial de operações de natureza intermunicipal, que constavam da lista de investimentos previstos na Candidatura (pelos motivos explicados na resposta ao indicador 18, não foi possível identificar as operações de natureza intermunicipal contratualizadas):</p> <p>PI 2.3 – Modernização administrativa;</p>

	<p>PI 4.3 – Eficiência energética; PI 5.1 – Alterações climáticas; PI 5.2 – Proteção civil; PI 6.1 – Resíduos; PI 6.3 – Património natural e cultural; PI 9.1 e PI 9.4 – Inclusão social; PI 10.1 – Educação; M04 do PDR – Estruturação fundiria.</p> <p>Cf. Tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado.</p> <p>O investimento total previsto neste tipo de operações, no PDCT contratualizado, encontrava-se concentrado, principalmente, na PI 10.1 Redução do abandono escolar (24,2%), na PI 4.3 Promoção da eficiência energética (20,5%) e na M04 do PDR - Estruturação fundiária (20,5%).</p> <p>(Cf. tabela abaixo - Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado, por Prioridade de Investimento)</p>
Indicador 21. Nº e % de operações previstas no PDCT de outros stakeholders que não CIM e municípios	<p>Não foram identificadas operações previstas no PDCT contratualizado em 2015 promovidas por outros stakeholders que não CIM e municípios.</p> <p>No entanto, na caracterização do PDCT (Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto), é referido que, projetos que viriam a integrar o Pacto, contemplam investimentos que envolvem outras entidades como copromotores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A AGROTEJO, no Projeto Emparcelamento rural integrado da Azinhaga, Golegã e Riachos (M04 do PDR); - A ERT Alentejo, nos Projetos intermunicipais previstos na PI 6.3; - O NERSANT na operacionalização da PI 8.3 - Lezíria Empreende 2020. <p>No Indicador 28, é referida a participação destas entidades na implementação do PDCT.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 18 A 20:

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de candidatura e no PDCT contratualizado

Projetos Intermunicipais	Promot	PI / Tipologia de intervenção	Sector	Investimento total candidatura €	Investimento total contratualizado (jan. 2021) €	Variação %
Modernização Administrativa da Lezíria do Tejo	CIMLT	2.3	Modernização administrativa	2.394.942,84	2.394.942,84	0,0
Eficiência energética do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo	CIMLT	4.3	Eficiência energética	200.000,00	200.000,00	0,0
Eficiência energética e iluminação pública na Lezíria	CIMLT	4.3	Eficiência energética	4.800.079,10	4.800.079,10	0,0
Estudo de Avaliação de Riscos Sísmicos na Lezíria do Tejo	CIMLT	5.1	Alterações Climáticas	120.000,00	120.000,00	0,0
Estudo de Avaliação e Resposta do Risco de Cheias na Lezíria do Tejo (1)	CIMLT	5.1	Alterações Climáticas	317.500,00	317.500,00	0,0
Estudo de Avaliação de risco e resposta a Incêndios Florestais na Lezíria do Tejo	CIMLT	5.2	Alterações Climáticas	280.000,00	280.000,00	0,0

Projetos Intermunicipais	Promot	PI / Tipologia de intervenção	Sector	Investimento total candidatado €	Investimento total contratualizado (jan. 2021) €	Variação %
Kit de Alojamento de Emergência para a Lezíria do Tejo	CIMLT	5.2	Proteção Civil	50.000,00	50.000,00	0,0
Rede de Vigilância de apoio à decisão para os Incêndios Florestais na Lezíria do Tejo (Complemento)	CIMLT	5.2	Proteção Civil	205.000,00	205.000,00	0,0
Ações de sensibilização no âmbito dos resíduos sólidos	CIMLT	6.1	Resíduos	40.000,00	40.000,00	0,0
Projeto Intermunicipal - Rede Percursos Pedestres Ribatejo outdoor	CIMLT	6.3	Património natural e cultural	990.000,00	990.000,00	0,0
Projeto Intermunicipal - Cicloturismo - Grande Rota do Tejo	CIMLT	6.3	Património natural e cultural	259.530,00	259.530,00	0,0
Projeto Intermunicipal - Roteiro ornitológico do Ribatejo - Birdwatching	CIMLT	6.3	Património natural e cultural	381.300,00	381.300,00	0,0
Projeto Intermunicipal - Cicloturismo - Rota da Lezíria	CIMLT	6.3	Património natural e cultural	237.390,00	237.390,00	0,0
Apoio a ONG para projetos inovadores de inclusão social	CIMLT	9.1	Inclusão Social	1.176.470,59	1.176.470,59	0,0
Observatório da inclusão Social	CIMLT	9.1	Inclusão Social	176.470,59	176.470,59	0,0
Lezíria Viver Mais II - Apoio ao Envelhecimento Ativo	CIMLT	9.1	Inclusão Social	256.235,29	256.235,29	0,0
Lezíria Viver Mais II - Apoio ao Envelhecimento Ativo	CIMLT	9.4	Inclusão Social	256.235,29	256.235,29	0,0
Lezíria Viver Mais I - Apoio ao Envelhecimento Ativo	CIMLT	9.4	Inclusão Social	256.235,29	256.235,29	0,0
Educação Criativa 1	CIMLT	9.4	Inclusão Social	352.941,18	352.941,18	0,0
Educação Criativa 2	CIMLT	9.4	Inclusão Social	352.941,18	352.941,18	0,0
Educação Criativa 3	CIMLT	9.4	Inclusão Social	352.941,18	352.941,18	0,0
Apoio a agrupamentos de escolas para projetos inovadores de combate ao abandono escolar	CIMLT	10.1	Educação	823.529,41	823.529,41	0,0
Educação interativa 1	CIMLT	10.1	Educação	258.823,53	258.823,53	0,0
Educação interativa 2	CIMLT	10.1	Educação	258.823,53	258.823,53	0,0

Projetos Intermunicipais	Promot	PI / Tipologia de intervenção	Sector	Investimento total candidatura €	Investimento total contratualizado (jan. 2021) €	Variação %
Educação interativa 3	CIMLT	10.1	Educação	258.823,53	258.823,53	0,0
Educação pelos valores Fase 1	CIMLT	10.1	Educação	1.764.705,88	1.764.705,88	0,0
Educação pelos valores Fase 2	CIMLT	10.1	Educação	1.764.705,88	1.764.705,88	0,0
Observatório da Educação Fase 1	CIMLT	10.1	Educação	188.235,29	188.235,29	0,0
Observatório da Educação Fase 2	CIMLT	10.1	Educação	305.882,35	305.882,35	0,0
Observatório da Educação Fase 3	CIMLT	10.1	Educação	270.588,24	270.588,24	0,0
Emparcelamento rural integrado de Azinhaga, Golegã e Riachos - Fase I	CIMLT	M04 PDR	Infraestruturas coletivas	5.000.000,00	5.000.000,00	0,0
Total				24.350.330,17	24.350.330,17	0,0

Fonte: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-015 Lezíria do Tejo - Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4 - Quadro de investimentos.

Operações de natureza intermunicipal previstas em sede de Candidatura e no PDCT contratualizado, por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas	Investimento total previsto	
	Nº	€	%
2.3	1	2.394.942,84	9,8
4.3	2	5.000.079,1	20,5
5.1	3	717.500,0	2,9
5.2	2	255.000,0	1,0
6.1	1	40.000,0	0,2
6.3	4	1.868.220,0	7,7
9.1	3	1.609.176,5	6,6
9.4	5	1.571.294,1	6,5
10.1	9	5.894.117,6	24,2
M04 PDR	1	5.000.000,0	20,5
Total	31	24.350.330,1	100,0

Fontes: Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-015 Lezíria do Tejo - Quadro de investimentos; Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4 - Quadro de investimentos.

PDCT4. Adequação do envolvimento dos atores para garantir o melhor desenho da EIDT e do PDCT e a sua concretização, nomeadamente a sua articulação com outros instrumentos com incidência no mesmo território

SQ6. Qual a participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território na conceção das estratégias? Como se efetivou e que resultados teve esta participação?

Os processos de conceção da EIDT e do PDCT tiveram a participação de um conjunto alargado de entidades, principalmente dos municípios e entidades privadas com fins lucrativos, mas também, de forma mais moderada, das entidades representativas dos setores social e económico e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais no território. Esta participação, ocorreu através da sua inclusão em grupos de trabalho e a de resposta a questionário. Este envolvimento teve como

principais resultados, o alargamento do âmbito da estratégia, a identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários, a identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações e a identificação de outros atores para a conceção/execução da estratégia.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 22 A 24:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 22. Grau de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade.	<p>Grau de Participação (1- não participaram; 6 – participaram com muita frequência) de acordo com a resposta da CIMLT ao Inquérito às CIM:</p> <p>Participaram com muita frequência (grau 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Municípios. <p>Participaram com frequência (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades privadas com fins lucrativos (empresas). <p>Participaram com frequência moderada (grau 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> - POR/CCPPOR/CCDR; - Entidades representativas dos Setores social e ambiental; - Agências públicas da administração Central; - Agências Públicas da Administração Central desconcentrada. <p>Participaram pouco (grau 3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades representativas do Setor económico (sem fins lucrativos); <p>Participaram muito pouco (grau 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juntas de Freguesia. <p>As Agências Públicas da Administração Central que participaram na definição da EIDT indicadas pela CIMLT, foram as seguintes: APA, IAPMEI, I.P. AICEP, ANPC, CCORA, CCORLVT, DGESTE, NERSANT.</p> <p>As Agências Públicas da Administração central desconcentrada que participaram na definição da EIDT indicadas pela CIMLT, foram as seguintes: ACES-LEZÍRIA, AAR, DRAP-LVT, Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana.</p>
Indicador 23. Tipo de Participação de entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT por tipo de entidade	<p>A participação foi formal na maior parte dos casos, exceto por parte dos Municípios e POR/CCPPOR/CCDR, cuja participação foi substantiva.</p> <p>A inclusão em grupos de trabalho e a Resposta a questionário foram as principais formas de envolvimento das entidades.</p>
Indicador 24. Tipo de resultados gerados pela participação das diferentes entidades	<p>Tipo de resultados gerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação); - Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários; - Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia; - Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 22 E 23:

O quadro seguinte caracteriza a participação das entidades envolvidas na definição da EIDT.

Envolvimento de entidades na conceção da EIDT

Entidades	Grau de participação (1)	Tipo de participação	Inclusão em grupos de trabalho	Resposta a questionário
Municípios	6	Substantiva	x	x
Juntas de freguesia	2	Formal	x	x
POR/CCPPOR/CCDR	4	Substantiva	x	x
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	3	Formal	x	x
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4	Formal	x	x

Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	Formal	x	x
Agências públicas da Administração Central	4	Formal	x	x
Agências públicas da Administração Central desconcentrada	4	Formal	x	x
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	5	Formal	x	x

Fonte: Inquérito on-line às CIM.

(1) Escala: 1 – não participaram a 6 – participaram com muita frequência.

A EIDT da Lezíria do Tejo 2014-2020 foi o resultado de um intensivo processo de participação e envolvimento dos agentes públicos e privados da região na fase de conceção estratégia, desde o diagnóstico prospetivo, passando pela formulação da Visão e da Estratégia à definição das iniciativas-âncora para o território de intervenção (. Ao longo de 15 meses, foram realizados 12 Workshops temáticos sobre os três temas de reflexão selecionados de acordo com as orientações comunitárias – inclusão social e emprego, desenvolvimento rural e competitividade das empresas, audições e reuniões e entrevistas dirigidas com o objetivo de pormenorizar ideais relacionadas com áreas específicas, com destaque para a saúde e o ensino superior (Fonte: EIDT da Lezíria do Tejo 2014-20- Processo de participação, p. 6 e 7).

O Protocolo de Colaboração Institucional assinado em 7/3/2013 por 19 entidades, que engloba autarquias, instituições públicas da Administração Central, associações de agricultores e empresários, associações de desenvolvimento local e sindicatos, na sua cláusula 21 afirma que, no final do processo de preparação da estratégia, as entidades signatárias concordam em celebrar uma parceria territorial "para a gestão e implementação de um Investimento Territorial Integrado para a Lezíria do Tejo". É, pois, esta parceria territorial que dá origem e consubstancia o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Lezíria do Tejo. A elaboração do ITI acabou por ter como protagonistas principais os signatários do Protocolo que mais diretamente estão envolvidos nas tipologias e elegibilidades de projetos previstos regulamentarmente no PDCT. Assim, foi promovido um amplo processo de discussão e concertação com entidades públicas e privadas para definição das ações concretas a implementar, designadamente com:

- Associações de desenvolvimento local por forma a delimitar e articular atuações;
- O NERSANT por forma a definir o quadro de apoio financeiro e não financeiro às pequenas iniciativas empresariais;
- A Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo para identificar os projetos relevantes a financiar pelo FEADER;
- A Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP para avaliar prioridades de atuação em matéria de emprego e apoio técnico a conceder;
- O Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém para identificar necessidades operacionais e robustecer os conteúdos dos projetos;
- A ERT Alentejo para definir a sua intervenção direta em diversos projetos;
- A Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no que respeita a priorização de escolas a intervencionar;
- Todos os municípios da Lezíria por forma a identificar os projetos de dimensão/impacto intermunicipal e municipal que mais poderiam contribuir para a consecução dos objetivos do Pacto.

(Fonte: Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 4 – Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto).

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Na configuração da implementação e na implementação concreta dos PDCT e dos DLBC estão presentes mecanismos que asseguram uma governação e implementação destes instrumentos eficiente?

PDCT5. Contributo do envolvimento dos diversos atores para a boa implementação dos PDCT

SQ7. O envolvimento dos diversos *stakeholders* e das populações foi um fenómeno pontual ou continuado na fase de implementação do PDCT?

Os *stakeholders* que mais se envolveram, de forma continuada, foram os municípios e POR/CCPPOR/CCDR. Entidades representativas dos sectores ambiental e social, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada envolveram-se pontualmente. O seu envolvimento contribuiu para a complementaridade de intervenções, para o aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados e para o alargamento do âmbito de atuação do PDCT.

A Avaliação Intercalar (2019) destaca o envolvimento dos seguintes *stakeholders* na implementação do PDCT: o Nersant, na divulgação do Sistema de Incentivos, dinamização e acompanhamento de projetos apresentados; o Agrupamento de Escolas, no desenvolvimento do projeto “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo”; o CDOS, enquanto copromotor associado para a execução de projetos intermunicipais e a Agrotejo, na execução do projeto de Emparcelamento Rural Integrado de Azinhaga, Golegã, Riachos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 28 E 29:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 28. Nível de envolvimento dos <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT	<p>De acordo com a resposta da CIMLT ao Inquérito às CIM:</p> <p>Envolveram-se de forma continuada, através de sessões públicas de divulgação e debate: municípios e POR/CCPPOR/CCDR.</p> <p>Envolveram-se pontualmente, através de recolha formal de pareceres e contributos: entidades representativas dos sectores ambiental e social, Agências Públicas da Administração Central e Central desconcentrada.</p> <p>Não se envolveram: Juntas de Freguesia, entidades do setor económico e entidades privadas com fins lucrativos (empresas).</p> <p>As entidades acima referidas foram envolvidas através da inclusão em grupos de trabalho e de sessões públicas de divulgação e debate. Os Municípios foram também envolvidos através de resposta a questionário.</p> <p>A Avaliação Intercalar (2019), no ponto 2.2 - Informação sobre a participação dos parceiros na execução do PDCT, destaca o envolvimento dos seguintes <i>stakeholders</i> na implementação do PDCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nersant, que teve uma participação de elevada importância no que respeita à divulgação do Sistema de Incentivos, dinamização e acompanhamento de projetos apresentados; - Agrupamento de escolas, pelo envolvimento e participação que tiveram no desenvolvimento do projeto “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo”; - CDOS, enquanto copromotor associado para a execução dos projetos intermunicipais “Estudo de Avaliação de risco e resposta a incêndios florestais na Lezíria do Tejo”, “Estudo de Avaliação e Resposta do Risco de Cheias na Lezíria do Tejo”; - Agrotejo, para a execução do projeto de Emparcelamento Rural Integrado de Azinhaga, Golegã, Riachos.
Indicador 29. Resultados do envolvimento dos <i>stakeholders</i>	<p>A participação de diferentes entidades na implementação do PDCT contribuiu, de acordo com a resposta da CIMLT no inquérito às CIM, para os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complementaridade de intervenções; - Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados; - Alargamento do âmbito de atuação.

PDCT6. Adequação do modelo de gestão do PDCT à sua implementação

SQ8. As competências delegadas nas CIM são as que melhor garantem, não só uma eficiente gestão dos contratos como também o desenvolvimento do potencial de intervenção desses organismos nos respetivos territórios (animação)?

A CIMLT faz uma avaliação positiva da adequação das competências delegadas pelos Programas Operacionais (POR, POISE e POSEUR) no plano da operacionalização e do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências, embora com contributo neutro para a simplificação administrativa e para a redução da carga administrativa.

Refere, contudo, que a definição do calendário de abertura dos Avisos para apresentação de Candidaturas, deveria ser também uma competência delegada nas CIM.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 31 A 34:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 31. Grau de pertinência/adequação das competências delegadas	<p>A CIMLT avaliou de forma muito positiva todas as competências delegadas pelos POR, POISE e POSEUR enunciadas no Inquérito às CIM, atribuindo-lhes um grau médio de adequação 4,6 (numa escala de 1- nada adequada a 6 - totalmente adequada).</p> <p>Competências consideradas muito adequadas (grau 5):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos; - Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão. - Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimentos; - Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria. - Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas; - Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO; - Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO; - Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão; - Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação. <p>Competências consideradas pouco adequadas (grau 3):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação; - Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários.
Indicador 32. Tipo de contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências	<p>A CIMLT classificou como positivo o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados atingidos; - Alcance das metas definidas; - Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários; - Monitorização de resultados. - Proximidade aos beneficiários; - Capacidade de ajustamento às necessidades do território; - Resposta a necessidades do território;

Indicador	Resposta/Evidências
	<ul style="list-style-type: none"> - Celeridade de procedimentos; - Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local. <p>A CIMLT classificou como neutro o contributo para as seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Simplificação administrativa; - Redução da carga administrativa.
Indicador 34. Listagem de competências não delegadas que poderiam ter sido delegadas	<p>Competências que podiam ter sido delegadas e não foram, no caso do POISE, POISE e POSEUR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definir o calendário de abertura dos AAC.

SQ9. Os processos de articulação entre as AG e as equipas das CIM encontram-se definidos e funcionam?

A CIMLT fez uma avaliação negativa do funcionamento dos mecanismos de articulação entre a AG do POR e as Equipas da CIMLT. Não se pronunciou relativamente às AG dos outros PO financiadores.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 35 E 36:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 35. Tipos de mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>Mecanismos de articulação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas; - Emissão de pareceres; - Reuniões de coordenação; - Ligação com um ponto focal.
Indicador 36. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM	<p>A CIMLT classificou o funcionamento destes mecanismos apenas no que respeita ao POR, da seguinte forma (1 – não funciona a 6 – funciona muito bem):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funcionam mal (3): emissão de pareceres. - Funcionam muito mal (2): reuniões periódicas. - Não funcionam (1): Reuniões de coordenação e Ligação com ponto focal.

PDCT7. Suficiência dos recursos afetos à gestão do PDCT face ao modelo de gestão contratualizado

SQ10. As CIM dispõem dos recursos necessários para assumir as competências delegadas

A CIMLT classificou como muito pouco adequada a dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT. Quanto à equipa técnica, classificou a sua dimensão como pouco adequada e as suas competências como moderadamente adequadas, reconhecendo como problemas a desadequação e da sua formação e a insuficiência de conhecimentos técnicos, face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 37 A 42:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 37. Dotação Financeira afeta às atividades de gestão da contratualização (Cálculo da % face ao montante contratualizado)	Não estão disponíveis dados sobre a dotação financeira afeta às atividades de gestão do PDCT contratualizado.
Indicador 38. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão do PDCT, tendo em consideração as competências de gestão delegadas.	A CIMLT classificou como muito pouco adequada esta dotação (grau de adequação 2, numa escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada).
Indicador 39. Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	Elementos internos: 4 Elementos externos: NR
Indicador 40. Grau de adequação do Nº de elementos da equipa técnica afeta à gestão do PDCT (internos e externos)	A CIMLT classificou a dimensão da equipa técnica como pouco adequada (grau de adequação 3, numa escala de 1- nada adequada a 6- totalmente adequada).
Indicador 41. Grau de adequação das competências dos elementos da equipa técnica	A CIMLT classificou as competências dos elementos da equipa técnica, como moderadamente adequadas (4 numa escala de 1 - nada adequada a 6 - totalmente adequada).
Indicador 42. Tipo de necessidades/problemas da Equipa Técnica	- Insuficiente número de elementos da Equipa Técnica; Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT; - Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT.

SQ11. As equipas de gestão das CIM estavam capacitadas para assegurar uma eficiente implementação, monitorização e avaliação do PDCT?

A CIMLT considerou muito pouco adequadas a maior parte das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual Quadro Comunitário de Apoio. Contudo, e apesar de reconhecer como problemas a desadequação da formação e a insuficiência de conhecimentos técnicos da equipa técnica face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT, não indicou áreas de maior necessidade de ações de capacitação.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 43 A 45:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 43. Tipo de ações de capacitação realizadas	A CIMLT identificou as seguintes áreas na resposta ao Inquérito às CIM: - Contratação Pública.
Indicador 44. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas	A CIMLT classificou da seguinte forma a adequação das ações de capacitação desenvolvidas (1- nada adequada a 6 - totalmente adequada): Moderadamente adequadas (4): - Critérios de análise de projetos. Muito pouco adequadas (2): - Contratação pública;

	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de informação; - Monitorização e avaliação; - Conceção de documentos estratégicos e programação.
Indicador 45. áreas de maior necessidade de ações de capacitação	A CIMLT não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

PDCT8. Adequação e eficácia do processo de elaboração dos Avisos de concurso e da sua calendarização

SQ12. Os avisos foram previamente articulados com os organismos intermédios – CIM, existindo flexibilidade para adaptar o aviso à realidade específica de cada território?

A participação da CIMLT na elaboração dos Avisos foi limitada a contributos para os indicadores e para a definição de requisitos formais e documentais dos Avisos do POR, que foram apenas parcialmente aceites. A CIM Não deu contributos para a adaptação dos Avisos à realidade específica do território e para os vários elementos dos Avisos dos outros PO financiadores.

A relevância ou adequação das operações apoiadas face à realidade e às necessidades do território, foi assegurada nos Avisos nalguns casos tais como: os Investimentos na área dos equipamentos sociais e da saúde, em que a elegibilidade ou aprovação das operações está condicionada ao seu enquadramento no mapeamento prévio das necessidades de investimento e os Projetos e Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, cuja elegibilidade está também condicionada à sua complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas. No caso do SI2E, foi incentivada a orientação do investimento para prioridades de desenvolvimento do território (atividades agroindustriais; turismo /visitação; sustentabilidade ambiental e o uso eficiente de recursos), através da majoração do apoio concedido.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 48 E 49:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 48. Grau e tipo de envolvimento e participação da CIM na elaboração dos AAC	<p>Deram contributos, que foram parcialmente integrados, para os seguintes elementos dos Avisos do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores; - A definição de requisitos (formais e documentais). <p>Não deram contributos para os seguintes elementos dos Avisos do POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do calendário de abertura dos AAC; - Dotação financeira; - Definição das TO/medidas; - Prazos de apresentação das candidaturas; - Critérios de seleção das operações; - Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas; - Adaptação dos avisos às especificidades territoriais. <p>Não deram contributos para os Avisos do POISE, do POSEUR e do PDR.</p>

<p>Indicador 49. Lista de especificidades territoriais existentes nos avisos</p>	<p>Exemplos de referências a especificidades territoriais referidas nos Avisos:</p> <p><u>PI 8.3/8.8 - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE). Aviso Nº ALT20-M7-2017-09:</u></p> <p>- Majoração do período de comparticipação das remunerações dos postos de trabalho para projetos situados em território de baixa densidade e para trabalhadores de género sub-representado ou qualificados na aceção, respetivamente, das alíneas g) e m) do artigo 2.º do SIE.</p> <p>- Majoração do apoio para projetos enquadrados nas seguintes prioridades para o território: Desenvolver as atividades agroindustriais; Potenciar e diferenciar o turismo /visitação; Promover a sustentabilidade ambiental e o uso eficiente de recursos.</p> <p><u>PI 9.7 - Investimentos na área dos equipamentos sociais e da saúde (AVISO ALT20-42-2019-09).</u></p> <p>São suscetíveis de apoio no âmbito do presente Aviso de Concurso, desde que enquadradas no exercício de planeamento de infraestruturas sociais denominado de “mapeamento”, fixado segundo os procedimentos estabelecidos mediante deliberação da CIC nº 24/2015, de 26 março de 2015.</p> <p><u>PI 10.1 Projetos e Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar. Aviso ALT20-66-2016-28.</u></p> <p>No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p>
---	--

SQ13. Os calendários de abertura de Avisos para operações integradas nestes instrumentos e os prazos de submissão de candidaturas corresponderam às efetivas necessidades dos territórios e são os que melhor se adequam à operacionalização destes tipos de instrumentos (contratualização)?

A CIMLT classificou como pouco adequados o tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas, o tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) e o ritmo de lançamento dos concursos.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 50:

Indicador	Resposta / evidências
<p>Indicador 50. Grau de adequação dos calendários de abertura de Avisos para operações integradas dos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas</p>	<p>A CIMLT classificou da seguinte forma os calendários de abertura dos Avisos e os prazos de submissão das candidaturas, na resposta ao inquérito às CIM (escala de 1 – nada adequado a 6 – totalmente adequado):</p> <p>Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas: Grau de adequação médio: 2,9.</p> <p>- Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da PI 9.7, em que foi considerado muito pouco adequado (2). No caso da M04 do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento): Grau de adequação médio: 2,9.</p>

	<p>- Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3) para todas as PI contratualizadas, exceto no caso da PI 9.7, em que foi considerado muito pouco adequado (2). No caso da M04 do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Ritmo de lançamento dos concursos: Grau de adequação médio: 3.</p> <p>- Foi classificado como pouco adequado (grau de adequação 3) para as seguintes PI: 2.3, 4.3, 10.1 e 10.5.</p> <p>No caso das PI 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1, 9.4 e M04 do PDR, a CIM não respondeu.</p> <p>Promoção da articulação entre os concursos/projetos:</p> <p>A CIM não respondeu a esta questão.</p>
--	---

SQ14. Os Avisos para operações, no âmbito dos dois Instrumentos, incluíram as tipologias de projetos que permitiam concretizar eficazmente os objetivos dos PDCT e os respetivos indicadores de realização e de resultado?

Foi lançado concurso para todas as PI / TI previstas na versão mais recente do PDCT contratualizado (janeiro de 2021).

A CIM avaliou como pouco adequadas todas as TI/medidas com concurso lançado, relativamente a todas as dimensões de análise: objetivos da EIDT e PDCT, indicadores de realização e de resultado do PDCT, o público-alvo e as necessidades do território.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 53 E 54:

Indicador	Resposta / evidências
Indicador 53. Nº de tipologias de operações previstas no PDCT vs. TO com concurso lançado	<p>Foi lançado concurso para todas as tipologias de intervenção contratualizadas (de acordo com o Ficheiro Lista de operações e localizações PDCT e DLBC 30set 2021):</p> <p>PI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos;</p> <p>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas;</p> <p>PI 5.2 – Planeamento e gestão de riscos - Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação</p> <p>PI 6.3 – Património natural e cultural; Programação cultural em Rede.</p> <p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;</p> <p>PI 8.8 - Promoção de micro empreendedorismo e Apoio à Produção Nacional - Base local;</p> <p>PI 9.1 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis;</p> <p>PI 9.7 - Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde;</p> <p>PI 10.1 - Redução do abandono escolar; CRIL – Transição Digital da Educação.</p> <p>PI 10.5 - Infraestruturas de ensino básico e secundário.</p>
Indicador 54. Grau de adequação das TI/medidas com concurso lançado, segundo as dimensões de adequação (Objetivos da EIDT e PDCT, Indicadores de realização e de resultado do PDCT, público-alvo e necessidades do território)	<p>A CIMLT classificou como pouco adequadas (grau de adequação atribuído: 3 numa escala de 1 - nada adequada e 6 - totalmente adequada) todas as TI/medidas com concurso lançado, segundo as seguintes dimensões de análise:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adequação das TI/Medidas, segundo os objetivos da EIDT e do PDCT; - Adequação segundo os indicadores de realização e de resultados do PDCT;

- Adequação segundo o público-alvo;
 - Adequação segundo as necessidades do território.
- A CIM não respondeu a esta questão relativamente à M04 do PDR.

PDCT9. Adequação do processo de análise e seleção de operações à eficaz implementação do PDCT

SQ15. O Processo de análise e seleção de operações foi o mais adequado à eficaz implementação dos PDCT?

A CIMLT considera que a modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) não é o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações. A classificação atribuída aos vários parâmetros de análise do processo de análise e seleção relativamente aos quais a CIM se pronunciou, varia entre pouco e muito pouco adequados.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 56 A 59:

Indicador	Resposta /evidências
Indicador 56. Grau de adequação do processo de análise e seleção de operações	<p>No caso específico dos PDCT (onde existem listas indicativas de projetos previamente validadas – exceção nas PI 8.3 e 8.8), a CIMLT referiu, no Inquérito às CIM, que a modalidade de processo concursal não é o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações.</p> <p>Grau de adequação atribuído aos parâmetros de análise, nas PI mobilizadas (1- nada adequado; 6- totalmente adequado): Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (<i>check-list</i>, manual de procedimentos, prazos) - Grau de adequação médio: 3. - Os procedimentos foram considerados pouco adequados (3) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Critérios de seleção - Grau de adequação médio: 3. - Foram considerados pouco adequados (3) para todas as PI contratualizadas.</p> <p>Metodologia de apuramento do mérito - Grau de adequação médio: 2. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para as PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3 e 8.3. - Relativamente às restantes PI, a CIMLT não respondeu.</p> <p>Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas - Grau de adequação médio: 2. - Foi considerada muito pouco adequada (2) para todas as PI.</p> <p>Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano A CIMLT não respondeu.</p> <p>Carga burocrática A CIMLT não respondeu.</p> <p>Interação com o SIFSE - Grau de adequação médio: 3. - Foi considerada pouco adequada (3) para as PI 8.3 e 10.1. - Relativamente à PI 9.1, a CIM não respondeu.</p> <p>Na Avaliação Intercalar do PDCT (2019?) são referidos os constrangimentos no que respeita ao SIFSE, têm influenciado o ritmo de aprovações e a validação de despesa.</p> <p>Interação com o SI FEDER A CIMLT não respondeu.</p> <p>Interação com outros SI - A CIMLT não respondeu.</p> <p>Interação com o Balcão 2020 - Grau de adequação médio: 3. - Foi considerada pouco adequada (3) para as PI 8.8, 9.1, 9.4, 9.7, 10.1 e 10.5. A CIMLT não respondeu sobre esta interação, relativamente às restantes PI.</p> <p>A CIMLT não respondeu a esta questão sobre a M04 do PDR.</p>

Indicador 58. Cumprimento dos prazos de análise das candidaturas, por tipologia de operação	A CIMLT referiu que os prazos de análise de candidaturas: - Têm sido cumpridos , nos seguintes casos: PI 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.3, 9.7, 10.1 e 10.5. - Não têm sido cumpridos nos seguintes casos: 8.3 e 8.8.
Indicador 59. Tipologia de motivos dos desvios dos prazos de análise de candidaturas.	A CIMLT referiu como motivos de não cumprimento dos prazos de análise das candidaturas: - Elevado nº de candidaturas (PI 8.3 e 8.8); - Articulação entre OI e AG (PI 8.3 e 8.8); - Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades (PI 4.3 e 9.7). - Atrasos da AG no processo de análise e decisão (8.3 e 8.8).

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 58 E 59:

O tempo médio entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato é, em média, longo (303 dias) devido principalmente ao tempo médio entre a data de submissão da candidatura e a data da decisão de aprovação inicial.

Destacam-se, com o tempo médio mais longo entre a data de submissão da candidatura e a data de assinatura do contrato, as PI 8.3 e 8.8. O tempo médio mais curto, verifica-se nas PI 2.3 e 10.5.

Tempos médios entre a data de submissão das candidaturas e a data de assinatura do contrato

PI	Candidaturas com decisão de aprovação inicial	Candidaturas com contrato assinado	Tempo médio entre a data de submissão e a data de decisão de aprovação inicial	Tempo médio entre a data de decisão de aprovação inicial e a data de assinatura do contrato	Tempo médio entre a data de submissão e a data de assinatura do contrato
	Nº	Nº	Nº de dias	Nº de dias	Nº de dias
2.3	1	1	65	10	75
4.3	37	37	225	24	249
5.2	2	2	90	12	102
6.3	11	11	64	23	87
8.3	45	44	332	247	579
8.8	60	59	350	24	374
9.1	0	0			
9.7	4	4	234	18	252
10.1	6	5	199	54	250
10.5	49	49	72	12	84
M04 PDR	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total	215	212	237	68	303

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021. O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ16. Qual o envolvimento dos parceiros na análise e seleção de operações?

Os Avisos para apresentação das candidaturas, preveem o envolvimento na emissão de pareceres, das entidades que tutelam ou com competências nas áreas setoriais em que se enquadram as operações (exemplos: energia- DGEG; Proteção civil - ANPC; Ambiente - APA, IP; Segurança Social - Instituto da Segurança Social, I.P e Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; Educação - DGEstE e Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar). Nalguns casos, os Avisos preveem o envolvimento de entidades, não mencionadas, cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio especializado e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados e também de licenças (caso aplicável).

Destaca-se também o envolvimento dos parceiros públicos e privados que participam na Comissão de Concertação e Gestão que faz parte da estrutura de governação da CIM, através da emissão de parecer sobre os projetos a apoiar através do PDCT.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 60:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 60. Tipo de <i>stakeholders</i> envolvidos no processo de análise e seleção de operações, nomeadamente na emissão de pareceres obrigatórios	Entidades que tutelam ou com competências nas áreas setoriais em que se enquadram as operações, envolvidas na emissão de pareceres setoriais (exemplos): PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local (Aviso Nº ALT20-03-2017-27). O Aviso define como entidades responsáveis pela avaliação de mérito e decisão de financiamento, as CIM da NUTS II Região Alentejo, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria.

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>PI 5.2 - Planeamento e Gestão de Riscos (Aviso POSEUR 10-2016-76). As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil. As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA), enquanto autoridade nacional para a água, sempre que incidam em Domínio Hídrico ou respeitem a estudos/planos/sistemas de prevenção e gestão de riscos associados à rede hidrográfica e aos recursos hídricos.</p> <p>As operações referentes a estudos, planos e sistemas de informação para gestão de riscos de incêndio florestal têm que ser instruídas com parecer favorável do ICNF.</p> <p>PI 9.7 – Investimentos na área dos equipamentos sociais e de saúde (Aviso ALT20-42-2018-09). - No caso das operações candidatas que correspondam a requalificação, remodelação ou adaptação de equipamento social, sem aumento da capacidade instalada, e estes tenham acordo de cooperação celebrado com os serviços competentes da Segurança Social, é emitido parecer não vinculativo pelo Instituto da Segurança Social, I.P. - Quando as operações candidatas correspondam à construção de raiz ou ampliação que impliquem um aumento de capacidade instalada (criação de novos lugares) ou a intervenções de reconversão noutra resposta social (os quais também criam novos lugares na nova resposta social), os serviços competentes da Segurança Social emitem um parecer prévio vinculativo. - No caso das operações que integram apoios de investimento dirigidos a unidades, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que impliquem a reconversão ou alargamento da capacidade das unidades existentes, bem como a criação de novas unidades nesse âmbito, obrigatoriamente, as entidades deverão apresentar o correspondente pedido de Parecer de Prioridade Social a emitir pelo Instituto de Segurança Social e/ou pedido de Parecer de Prioridade na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).</p> <p>PI 10.1 Projetos e Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Aviso ALT20-66-2016-28) No âmbito do processo de avaliação de mérito das candidaturas, é emitido um parecer da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar, analisando o contributo potencial dos PICIE de âmbito local ou intermunicipal para o PNPSE, em particular, a complementaridade com os planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar apresentados pelas escolas.</p> <p>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e Ensino – Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (ensino básico e secundário). AVISO ALT20-73-2019-39-CIMLT. Critérios de elegibilidade das operações: - Estarem previstas na Carta Educativa do respetivo Município na versão homologada pelo Ministério da Educação, ou apresentarem parecer favorável da DGEstE; - Possuírem parecer do Ministério da Educação na requalificação da educação pré-escolar e da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico, através da plataforma informática de monitorização; - No caso do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, parecer da DGEstE, aprovando o programa de espaços da infraestrutura.</p> <p><u>Entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente, para a obtenção de apoio e/ou para emissão de pareceres técnicos especializados (exemplos):</u> PI 2.3 – Promoção das TIC na administração e serviços públicos (Aviso ALT20-50-2016-17). A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.</p> <p>PI 10.1 Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas (Aviso Alt20-66-2019-55): A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.</p> <p><u>Outras entidades competentes envolvidas em pareceres/licenças emitidos (caso aplicável)</u> no âmbito de Instrumentos de Gestão Territorial, Restrições de Utilidade Pública (RAN, REN, etc.), Domínio Hídrico, Avaliação de Impacte Ambiental ou outra documentação específica decorrente do Aviso.</p>

PDCT10. Adequação dos processos de monitorização e avaliação à eficaz implementação dos PDCT

SQ17. O modelo implementado de monitorização/ acompanhamento financeiro, físico e estratégico adotados pela AD&C, AG dos PO financiadores e CIM é o mais adequado tendo em vista o acompanhamento *on time* dos contratos e a identificação de desvios face ao planeado? Foram garantidas as condições técnicas para esse acompanhamento? Os atores envolvidos são os mais adequados?

Foram implementados mecanismos de monitorização e acompanhamento tais como a resposta a solicitações dos PO financiadores e a definição de indicadores de monitorização pela CIMLT, ambos considerados pouco adequados.

Em 2019, a CIMLT realizou a Avaliação Intercalar do PDCT da Lezíria do Tejo.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 61 A 65:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 61. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	Mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados de acordo com a resposta da CIMLT no Inquérito às CIM: - Resposta a solicitações dos PO Financiadores; - Definição de indicadores de monitorização pela CIMLT.
Indicador 62. Grau de adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados	A CIMLT classificou como pouco adequados (grau de adequação 3) os mecanismos implementados.
Indicador 63. Tipo de atores envolvidos na monitorização e acompanhamento	A CIMLT não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.
Indicador 64. Tipo de Avaliação do PDCT	Foi realizada a Avaliação Intercalar em 2019.
Indicador 65. Entidade responsável pela Avaliação do PDCT	A CIMLT não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ18. A diversidade e complexidade das tipologias de intervenções contratadas nos PDCT, são um constrangimento a uma eficiente monitorização e avaliação dos contratos?

Os indicadores comuns definidos para as PI são insuficientes para a cobertura, medição e compreensão dos resultados esperados. Em sede de Avisos foram definidos outros indicadores mais adequados e que garantem uma melhor cobertura do perfil de operações apoiadas.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 67:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 67. Tipo de constrangimentos à monitorização e avaliação	A CIMLT não respondeu a esta questão no Inquérito às CIM.

SQ19. Que medidas de gestão foram identificadas e propostas pela CIM para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação? Qual o grau de reatividade das AG dos PO financiadores?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 68:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 68. Tipo de medidas de gestão para melhorar os ritmos de execução e a sua adequação à programação	A CIMLT não identificou medidas deste tipo.

PDCT11. Realização das revisões necessárias à EIDT e aos PDCT

SQ20. Foram assegurados os mecanismos necessários para a necessidade de revisão e ajustamentos dos PDCT face a alterações de contexto? Se sim, eles foram implementados? Essas alterações permitiram melhorias no desempenho físico e financeiro?

Foram realizados 4 exercícios de alteração do PDCT que tiveram como efeitos o acréscimo da dotação global, a reprogramação financeira anual, a redistribuição da alocação financeira por TI/PI/medida, a alteração de indicadores e a redefinição de metas. Estas alterações permitiram um maior ajustamento às perspetivas de execução, contribuindo assim para o melhor desempenho físico e financeiro deste instrumento.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 69 E 70:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 69. Existência de mecanismos de revisão implementados	Foi realizada a Avaliação intercalar em 2019, que apresentou as seguintes recomendações: - Revisão de metas e indicadores. - Reforço da dotação financeira das PI 10.5 (infraestruturas escolares), 4.3 (eficiência energética) e 6.3 (património natural e cultural, para potenciar o turismo na região). Foram realizadas alterações ao PDCT, sendo que a 4ª e última alteração foi formalizada em janeiro de 2021. De acordo com a resposta da CIMLT ao inquérito às CIM, esta alteração acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais.
Indicador 70. Tipo de alterações introduzidas nas revisões dos EIDT e PDCT	As principais alterações ao PDCT, foram as seguintes: - Reprogramação financeira anual. - Acréscimo da dotação global do PDCT (43,2%. Cf. Indicador 5, tabela - Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiro); - Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida; - Alteração de indicadores de realização e de resultado; - Redefinição de metas. As alterações efetuadas, permitiram ajustamentos às dinâmicas de procura e de implementação do PDCT e a melhoria do desempenho físico e financeiro.

PDCT12. Conhecimento e o reconhecimento que as populações têm da EIDT/PDCT

SQ21. Qual o conhecimento e o reconhecimento que as populações têm destes tipos de instrumentos territoriais?

Foram implementados instrumentos de comunicação e divulgação da EIDT e do PDCT junto dos públicos-alvo. A CIMLT não identificou o número de participantes/abrangidos nas ações de divulgação, sensibilização e esclarecimento realizadas, no entanto considera que tiveram uma adesão satisfatória. No caso das reuniões/encontros com parceiros promovidos, dos produtos de comunicação da CIM, feiras e festas temáticas e mostras de produtos locais, a adesão foi considerada reduzida.

A CIMLT não realizou processos de auscultação junto de potenciais beneficiários sobre o conhecimento que têm sobre estes instrumentos.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 71 A 73:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 71. Existência de estratégia de comunicação do PDCT	Sim.
Indicador 72. Nº e tipo de ações de divulgação junto da população e dos agentes do território	A CIMLT identificou as seguintes ações, na resposta ao inquérito às CIM: - Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento -1 - Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site) - 45 - Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...) - 3 - Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais - 10

Indicador 73. PDCT com processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm destes instrumentos	Não foram realizados processos de auscultação, da cordo com a resposta da CIMLT ao inquérito às CIM.
---	--

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 72:

A CIMLT não identificou o número de participantes/abrangidos das ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas, no Inquérito às CIM. No entanto classificou da seguinte forma a adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (escala de 1 – fraca adesão a 6 – muita adesão):

- Adesão reduzida nos seguintes casos (grau 3): Reuniões/encontros com parceiros promovidos; Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...) e Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais.
- Adesão satisfatória no caso das Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento (grau 4).

PDCT13. Boas práticas advindas da implementação da EIDT e dos PDCT

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 76:

Indicador	Resposta / Evidências
Indicador 76. Nº e Tipo de boas práticas identificadas	Boas práticas identificadas pela CIMLT , na resposta ao Inquérito às CIM: <ul style="list-style-type: none"> - Modelo de funcionamento da CIM; - Partilha de conhecimentos.

EFICÁCIA

A configuração e a implementação dos PDCT e dos DLBC (nomeadamente, nível de procura, beneficiários, tipos de projetos, resultados contratualizados resultados previstos e primeiras realizações e resultados) permite atingir os resultados previstos?

PDCT14. Adequação dos níveis de realização física e financeira do PDCT face ao previsto

A data de referência para a análise de realização física e financeira do PDCT é 30 de setembro de 2021.

SQ23. A dinâmica de procura dos beneficiários do PDCT reflete a programação contratualizada?

No total, foram apresentadas 317 candidaturas, destacando-se a forte representatividade das candidaturas enquadradas na PI 8.8 (Promoção de micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional - Base Local), com 41,6% das candidaturas apresentadas e 25,7% do custo total apresentado.

No caso das PI com listas prévias de operações, o número de candidaturas rececionadas é superior ao número de operações previstas no PDCT, nas PI 4.3, 6.3, 10.1 e 10.5.

Destaca-se, contudo, o seguinte: a baixa taxa de admissibilidade e de aprovação na PI 8.8; a concentração das candidaturas reprovadas nas PI 8.3 e 8.8, sendo os motivos indicados, a falta de dotação financeira disponível e o não cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos; a desistência das únicas candidaturas apresentadas com enquadramento na PI 6.1, sem dotação financeira na versão mais recente do PDCT, e na PI 9.1 cuja dotação sofreu uma forte redução. A PI 6.3 apresenta também uma taxa de desistência elevada, face à média.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 79:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 79. Nº e montante de investimento das Candidaturas por tipologias de Intervenção	<p>Até 30 de setembro de 2021, foram apresentadas 317 candidaturas com um custo total de 107.061.287 euros (Cf. tabela abaixo – Candidaturas rececionadas – número e custo total apresentado, por Prioridade de Investimento).</p> <p>As candidaturas rececionadas concentram-se, principalmente, nas PI 8.8 (41,6%), 8.3 (19,6%) e 10.5 (15,8%). O montante de investimento (custo total apresentado), concentra-se principalmente na PI 10.5 (32,3%) e 8.8 (25,7%).</p> <p>À data desta Avaliação, no caso das PI com listas prévias de operações, a procura (número de candidaturas rececionadas) ultrapassou o número de candidaturas previstas na versão mais recente do PDCT contratualizado (2021), no caso das PI 4.3, 6.3, 10.1 e 10.5.</p>
Indicador 80. Taxa de admissibilidade, de aprovação e reprovação, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção.	<p>A taxa de admissibilidade mais baixa verifica-se nas PI 8.8 e 6.3. Apenas nas PI 8.3 e 8.8 há candidaturas não aprovadas.</p> <p>Destaca-se a taxa de desistência das únicas candidaturas apresentadas com enquadramento na PI 6.1, sem dotação financeira na versão mais recente do PDCT, e na PI 9.1 cuja dotação sofreu uma forte redução. Depois destas PI, a 6.3 é aquela que apresenta a taxa de desistência mais elevada.</p> <p>Cf. tabela abaixo - Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento.</p>
Indicador 81. Motivos de reprovação das Candidaturas	<p>Motivos de reprovação das candidaturas indicados pela CIMLT na resposta ao Inquérito às CIM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de dotação financeira disponível: PI 8.3 e 8.8. No entanto, verifica-se que, no caso da PI 8.3, o fundo contratualizado é ainda bastante superior ao fundo aprovado. - Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos: PI 8.3 e 8.8.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADORES 79 E 80:
Candidaturas rececionadas – Número e Custo total apresentado por Prioridade de Investimento

PI	Operações previstas no PDCT contratualizado (2021)	Candidaturas rececionadas Nº e Custo total apresentado			
	Nº	Nº	%	€	%
2.3	1	1	0,3	1.986.388	1,9
4.3	35	39	12,3	17.751.150	16,6
5.2	2	2	0,6	479.500	0,4
6.1	0	1	0,3	40.000	0,0
6.3	10	13	4,1	10.503.578	9,8
8.3		62	19,6	964.216	0,9
8.8		132	41,6	27.533.371	25,7
9.1	0	1	0,3	1.764.706	1,6
9.7	4	4	1,3	2.824.593	2,6
10.1	2	12	3,8	8.595.573	8,0
10.5	33	50	15,8	34.618.213	32,3
M04 PDR	1	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total		317	100,0	107.061.287	100,0

Fontes: Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 9 - Quadro de investimentos.

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

Notas: Para as PI 8.3 e 8.8 não são identificadas operações previstas.

Nas candidaturas rececionadas, estão incluídas: Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída; Não admitida; Não aprovada; Anulada; Desistida, rescindida/revogada; submetida/admitida.

Taxas de admissibilidade, de aprovação e de reprovação, por Prioridade de investimento

Candidaturas rececionadas	Prioridades de investimento											
	2.3	4.3	5.2	6.1	6.3	8.3	8.8	9.1	9.7	10.1	10.5	Total
1. Aceite pelas entidades/contratada; Aprovada; Em execução; Concluída	1	37	2		11	45	60		4	6	49	215
2.Não admitida							31					31
3.Não aprovada						13	2					15
4.Anulada												
5.Desistida /rescindida/revogada		2		1	2	4	7	1				17
6.Submetida/admitida							32			6	1	39
7. Total Geral	1	39	2	1	13	62	132	1	4	12	50	317
Taxa de admissibilidade (1+3)/(7-6)	100,0	94,9	100,0	0,0	84,6	93,5	62,0	0,0	100,0	100,0	100,0	82,7
Taxa de aprovação (1)/(7-6)	100,0	94,9	100,0	0,0	84,6	72,6	60,0	0,0	100,0	100,0	100,0	77,3
Taxa de reprovação (3+2)/(7-6)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,5
Taxa de desistência (5)/(7-6)	0,0	5.1	0.0	100.0	15.4	6.5	7.0	100.0	0.0	0.0	0.0	6.1

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

SQ24. Os níveis atuais de compromisso e execução financeira dos PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

As dotações financeiras por PI têm vindo a sofrer alterações desde o momento da contratualização inicial em 2015, o que teve como efeito uma aproximação das dotações contratualizadas às perspetivas de execução.

À data de 30 de setembro de 2021, encontram-se encerradas 19,5% das operações aprovadas, sendo que 61,9% foram concluídas antes ou na data prevista.

A taxa global de compromisso situava-se em 94,2%, sendo que no caso das PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 é igual ou superior a 100%. As taxas de execução e de realização financeira situavam-se em 58,6% e 62,3% respetivamente. A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores.

A CIM identificou os seguintes estrangulamentos ao bom funcionamento das PI, apenas no caso das PI 8.3 e 8.8: a taxa de incentivo e o contexto socio económico.

As operações intermunicipais representam 12,97% do Fundo aprovado em vigor.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 82:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 82. Níveis de compromisso e execução do PDCT por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção	<p>À data de 30 de setembro de 2021, a taxa global de compromisso era 94,2% sendo que no caso das PI 8.8, 9.7, 10.1 e 10.5 é igual ou superior a 100%.</p> <p>Quanto às taxas globais de execução e de realização financeira, situavam-se em 58,6% e 62,3% respetivamente.</p> <p>A PI 8.3 apresenta a situação mais desfavorável relativamente a estes indicadores, principalmente no que respeita à taxa de execução.</p> <p>Cf. tabela abaixo: Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento.</p> <p>Encontram-se concluídas/encerradas 42 operações, com enquadramento nas seguintes PI: 2.3 (1 operação); 4.3 (2 operações); 5.2 (1 operação); 6.3 (2 operações); 8.3 (9 operações); 8.8 (18 operações); 10.1 (1 operação) e 10.5 (8 operações).</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 82:

Taxas de compromisso, de execução e de realização financeira, por Prioridade de Investimento

PI contratualizadas	Fundo contratualizado (2021)	Nº de Candidaturas Aceites pelas entidades/ Contratadas; Aprovadas; Em execução; Concluídas	Fundo aprovado (em vigor)	Fundo executado	Taxa de compromisso (aprovado em vigor /Fundo contratualizado)	Taxa de execução (executado/ contratualizado)	Taxa de realização (executado /aprovado)
	€	Nº	€	€	%	%	%
2.3	1.796.203,0	1	1.688.429,8	1.685.467,0	94,0	93,8	99,8
4.3	15.465.879,9	37	15.043.419,2	13.750.666,3	97,3	88,9	91,4
5.2	412.250,0	2	390.639,0	390.639,0	94,8	94,8	100,0
6.3	7.114.869,4	11	7.097.804,4	2.907.222,6	99,8	40,9	41,0
8.3	1.437.700,0	45	379.566,3	80.421,5	26,4	5,6	21,2
8.8	5.061.859,2	60	5.094.431,7	3.620.811,4	100,6	71,5	71,1
9.1	50.000,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9.7	1.779.971,3	4	1.779.971,3	603.851,1	100,0	33,9	33,9
10.1	5.564.800,0	6	5.750.334,5	2.819.037,5	103,3	50,7	49,0
10.5	20.078.180,2	49	21.488.364,0	10.703.913,3	107,0	53,3	49,8
M04 PDR	3.582.750,0	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Total	62.344.463,0	215	58.712.960,2	36.562.029,6	94,2	58,6	62,3

Fontes: 4ª Alteração ao PDCT da CIM da Lezíria do Tejo (janeiro de 2021).

Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 83 A 87:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 83. Nº de projetos e dimensão financeira de operações que constavam das listas previamente identificadas face ao total de operações do PDCT	<p>No caso das PI com listas prévias de operações (onde se excluem as PI 8.3 e 8.8), de acordo com a versão mais recente do PDCT contratualizado (2021), o número de operações previamente identificadas é 88.</p> <p>O número de operações aprovadas nas PI com listas prévias de operações (onde se excluem as PI 8.3 e 8.8) é 110, superior ao previsto.</p> <p>É nas PI 4.3, 6.3, 10.1 e, principalmente, na 10.5, que o número de operações aprovadas é superior ao previsto.</p> <p>Na PI 4.3, foram aprovadas mais 2 operações face ao previsto.</p> <p>Na PI 6.3, destaca-se a aprovação de uma operação intermunicipal não prevista no PDCT – Programação Cultural em Rede.</p> <p>Na PI 10.1, foram aprovadas mais 4 operações face ao previsto, onde se incluem 3 promovidas pelos agrupamentos escolares, não previstas no PDCT contratualizado.</p>

Indicador	Resposta/ Evidência
	<p>Na PI 10.5, foram aprovadas mais 16 operações relativamente ao previsto, permitindo assim responder na íntegra aos investimentos identificados no mapeamento aprovado pela Comissão Europeia, de acordo com a justificação apresentada na 4ª Alteração ao PDCT.</p> <p>Estas alterações foram acompanhadas do acréscimo significativo da respetiva dotação financeira contratualizada, exceto no caso da PI 10.1, onde a dotação se manteve inalterada. Na PI 10.5 este acréscimo foi de 251%. (cf. SQ 2 - Indicador 5. Quadro: Prioridades de investimento mobilizadas e evolução da respetiva dimensão e peso financeiros)</p> <p>Nota: sem informação sobre o número de operações da Medida 04 do PDR (candidaturas rececionadas e aprovadas).</p>
Indicador 84. Tipo de estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas	<p>Tipo de estrangulamentos referidos pela CIMLT no Inquérito às CIM:</p> <p>- Taxa de incentivo e contexto socio económico: PI 8.3 e 8.8.</p> <p>Na Avaliação Intercalar do PDCT é referido o seguinte relativamente às PI 8.3 e 8.8 (p.26): No que respeita à articulação com o FSE, as limitações às condições impostas em regulamento para a criação de postos de trabalho condicionam o cumprimento dos objetivos inicialmente previstos pelas empresas, pelas dificuldades sentidas na procura de indivíduos que reúnam as condições exigidas, articuladas com as necessidades específicas de cada empresa.</p>
Indicador 86. Tipo de operações de natureza intermunicipal apoiadas	<p>As operações de natureza intermunicipal aprovadas (6) enquadram-se nas seguintes PI / TI (de acordo com a Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021):</p> <p>PI/TI 2.3 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos (1 operação: Plano Diretor de Informática Intermunicipal);</p> <p>PI / TI 5.2 - Planeamento e gestão de riscos (2 operações: Sistema de Avaliação e Resposta do Risco de Cheias na Lezíria do Tejo; Rede de Vigilância de apoio à decisão para os Incêndios Florestais na Lezíria do Tejo);</p> <p>PI / TI 6.3 - Património natural e cultural (1 operação: Programação Cultural em Rede).</p> <p>PI / TI 10.1 - Redução do abandono escolar (2 operações: Planos e Projetos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar).</p> <p>Nota: Sem informação sobre as operações aprovadas da Medida 04 do PDR</p>
Indicador 87. Peso das operações intermunicipais face ao previsto na contratualização	<p>O PDCT contratualizado, na sua versão mais recente (2021) prevê 5 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIMLT, que representam um investimento total de 13.955.726,27€. A sua distribuição por PI é a seguinte: PI 2.3 - 1 operação; PI 5.2 - 2 operações; PI 10.1 - 1 operação; M04 do PDR - 1 operação.</p> <p>À data de 30 de setembro de 2021, estavam aprovadas 6 operações intermunicipais, todas promovidas pela CIMLT, com um investimento total aprovado em vigor de 8.862.074 €. Foi aprovada 1 operação na PI 6.3 – Programação cultural em rede, não prevista no PDCT e 1 operação na PI 10.1 - tipologia Planos e Projetos de Combate ao Insucesso Escolar, não previstas no PDCT contratualizado.</p> <p>Nota: Sem informação sobre as operações aprovadas da Medida 04 do PDR.</p> <p>As operações intermunicipais representam 12,97% do Fundo aprovado em vigor.</p>

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 87:

Operações intermunicipais aprovadas

PI	Operações intermunicipais Previstas no PDCT contratualizado (2021)		Operações intermunicipais aprovadas		Investimento total aprovado/previsto no PDCT contratualizado %
	Nº	Investimento total	Nº	Investimento total €	
2.3	1	1.986.388,00	1	1.986.388,00	100,0
5.2	2	422.514,74	2	468.103,15	110,8
6.3	0	0	1	600.000,00	
10.1	1	6.546.823,53	2	5.807.583,00	88,7
M04 PDR	1	5.000.000,00	s.d.	s.d.	s.d.
Total	5	13.955.726,27	6	8.862.074,15	63,5

Fontes: Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-015 Versão 9 - Quadro de investimentos.
Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor por PI

PI contratualizadas (2021)	Fundo aprovado em vigor (total)	Fundo aprovado em vigor (operações intermunicipais)	Peso das operações intermunicipais no Fundo aprovado em vigor
	€	€	%
2.3	1.688.429,8	1.688.430,00	100,00
4.3	15.043.419,2		
5.2	390.639,0	390.639,00	100,00
6.3	7.097.804,4	600.000,00	8,45
8.3	379.566,3		
8.8	5.094.431,7		
9.7	1.779.971,3		
10.1	5.750.334,5	4.936.446,00	85,85
10.5	21.488.364,0		
M04 PDR	s.d.	s.d.	s.d
Total	58.712.960,2	7.615.515,00	12,97

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 88 A 91:

Indicador	Resposta/ Evidência
Indicador 88. Tipo de operações promovidas por outros parceiros, face ao constante na candidatura	<p>Tipo de operações promovidas por outros parceiros que não a CIMLT e Municípios:</p> <p><u>Operações aprovadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3): todas as operações; - Promoção do micro empreendedorismo (PI 8.8): todas as operações. - Redução do abandono escolar (PI 10.1). 3 operações promovidas por Agrupamentos de Escolas. <p>Sem informação sobre as operações aprovadas na M04 do PDR.</p> <p><u>Operações previstas na candidatura - Quadro de investimentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego por conta própria e criação de empresas (PI 8.3) todas as operações.
Indicador 89. Grau de cumprimento dos prazos de execução por PI/TI	De acordo com a informação que consta no ficheiro Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021, 26 das 42 operações encerradas (61,9%), foram concluídas antes ou na data prevista.
Indicador 90. Tempos de execução das operações, por tipologias de intervenção	O tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão das operações encerradas, foi mais longo no caso das operações da PI 2.3, 10.1 e 8.3. As operações da PI 5.2 e 10.5 foram as que apresentaram o tempo de execução mais curto.
Indicador 91. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações	Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças): PI 4.3 e 9.7.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 90:

Tempo de execução das operações concluídas, por Prioridade de Investimento

PI	Operações concluídas	Tempo médio entre a data de assinatura do contrato e a data efetiva de conclusão	
	Nº	Nº de dias	Nº de meses aprox.
2.3	1	1200	40
4.3	2	289	10
5.2	1	200	7
6.3	2	525	18
8.3	9	634	21
8.8	18	458	15
10.1	1	1261	42
10.5	8	276	9
M04 do PDR	s.d.	s.d.	s.d

Fonte: Lista de Operações e localizações PDCT e DLBC 30 set 2021

Nota: O número de dias corresponde a dias seguidos.

SQ25. O *mix* de fontes de financiamento utilizado para assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente no caso dos projetos de iniciativa pública, foi adequado para garantir a eficácia/eficiência dos instrumentos?

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 93:

Indicador	Resposta / Evidência
Indicador 93. Fontes de financiamento	Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) utilizadas para assegurar a execução das Operações, referidas no Inquérito às CIM: - Fundos próprios. A CIMLT referiu que não existiram problemas na mobilização das contrapartidas.

SQ26. Os níveis atuais de realização física do PDCT são adequados face ao previsto? Quais as principais causas para eventuais desvios detetados?

À data de referência desta Avaliação, estavam concluídas 42 operações. A ausência de informação sobre o seu contributo para os indicadores de realização e de resultado bem como para as metas estabelecidas, não permite avaliar os níveis de realização física face ao previsto.

Existem boas perspetivas de cumprimento das metas na maior parte das PI.

A principal causa apontada pela CIM para os desvios detetados é os atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 94:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 94. Grau de cumprimento das metas previstas para 2018 (não cumpriu, cumpriu, superou)	Não está disponível informação sobre o comportamento dos indicadores e o grau de cumprimento da maior parte das metas definidas. À data de 30 de setembro de 2021 estavam concluídas/encerradas 42 operações, desconhecendo-se o seu contributo para o cumprimento das metas. Quanto à capacidade de virem a ser cumpridas as metas globais definidas no PDCT, a CIMLT referiu o seguinte, na resposta ao Inquérito às CIM (escala: de 1- nada provável a 6 – muito provável): - Muito provável (6): 2.3, 4.3, 5.2, 6.3, 9.7, 10.1, 10.5. - Provável (4): PI 8.3 e 8.8. Relativamente à PI 9.1 e M04 do PDR, a CIM não respondeu.

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 95 A 97:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 95. Fatores explicativos dos desvios em relação às metas	A CIMLT identificou, no Inquérito às CIM; o seguinte fator: - Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI.
Indicador 96. Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência	Sim.
Indicador 97. Indicadores de realização e de resultado identificados (sem metas associadas e/ou que não constavam da contratualização)	Todos os indicadores de realização e de resultado que constam do PDCT contratualizado (última versão – 4ª Alteração, 2021) têm metas definidas. Contudo, a M04 do PDR, não tem indicador de realização definido. Nos Avisos, foram definidos Indicadores que não constam da versão mais recente do PDCT contratualizado e que permitem uma melhor cobertura das tipologias de operação e a melhor compreensão das realizações e dos resultados das operações apoiadas contribuindo assim para a maior adequação do sistema de monitorização. No entanto, não está disponível informação sobre o comportamento destes indicadores, desconhecendo-se o grau de cumprimento das metas. Existem também situações em que os Indicadores publicados no Aviso têm informação adicional sobre metodologia de cálculo e clarificação de conceitos, importante para garantir homogeneidade de cálculo e valores comparáveis.

Indicador	Resposta/Evidências
	<p>Exemplos de indicadores que constam dos Avisos, mas não constam do PDCT contratualizado (última versão – 4ª Alteração, 2021):</p> <p><u>PI 4.3 – Eficiência energética nas infraestruturas da Administração Local. Aviso Nº ALT20-03-2017-27</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: consumo de energia primária na iluminação pública. - Indicadores de resultado: Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção; Consumo de energia final na iluminação pública. <p><u>PI 5.2 Planeamento e gestão de riscos (Aviso POSEUR 10-2016-76)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de realização: Instrumentos de planeamento e emergência de proteção civil elaborados; Estudos, cartografia e outros instrumentos de informação e conhecimento produzidos. - Indicadores de resultado: Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou em atuação de riscos específicos. <p><u>PI 6.3 - Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural. Aviso ALT20-14-2016-03)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de resultado: Variação do número de visitantes no equipamento intervencionado -diferença entre o número de visitantes antes e após a intervenção (Unid: número); <p><u>PI 9.7 – Investimentos na Área dos Equipamentos Sociais e de saúde. Aviso ALT20-42-2018-09.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Capacidade dos equipamentos sociais de acolhimento (n.º vagas). - Indicador de resultado: Utentes que beneficiam das intervenções em equipamentos apoiados; Utentes inscritos em unidades de cuidados continuados intervencionadas (n.º). <p><u>PI 10.1 Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas Escolas (AVISO ALT20-66-2019-55)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas (%). - Indicador de resultado: Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (2º ciclo do ensino básico (%)) <p><u>PI 10.1 Projetos e Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Aviso ALT20-66-2016-28)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de realização: Medidas de cada operação implementadas (%). - Indicadores de resultado: Redução da taxa de alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário com níveis negativos (a pelo menos uma disciplina) dos anos curriculares abrangidos (%); Diminuição da taxa de retenção e desistência nos anos curriculares abrangidos (%). <p><u>PI 10.5 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Formação e ensino - infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino pré-escolar, básico e secundário) - Aviso ALT20-73-2019-39-CIMLT</u></p> <p>Indicadores de realização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de ensino intervencionados (Un.: n.º) – a utilizar apenas se o projeto incluir mais de um equipamento de ensino intervencionado; - Novas salas de aula (Un.: n.º); - Salas de aula requalificadas (Un.: n.º). <p>Indicador de resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos inscritos no estabelecimento de ensino no ano letivo seguinte ao término da intervenção (Un.: n.º). <p><u>PI 10.5 - Remoção de fibrocimento nos Edifícios Escolares (Aviso Alt20-73-2020-11 CIMLT)</u></p> <p>Indicador de realização: Área abrangida pela operação de remoção do amianto nos equipamentos de ensino (m2)</p> <p>Indicadores de resultado: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (n.º alunos); Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos); Alunos beneficiados pelas operações de remoção do amianto nos equipamentos de ensino (n.º. alunos).</p>

SQ27. Em que medida a implementação do PDCT contribui para os objetivos definidos e para o desenvolvimento do território?

As operações apoiadas no âmbito do PDCT têm contributo, embora variável, para todos os Objetivos Estratégicos do PDCT. Este contributo, nem sempre é equivalente ao esperado, devido a problemas observados ao nível da operacionalização das Prioridades de Investimento e a alterações ao nível dos investimentos e das dotações contratualizadas, face ao inicialmente previsto.

Destacam-se como os contributos mais significativos, os seguintes: o contributo para o setor da educação, que concentra 46,4% do apoio total aprovado através, principalmente, da qualificação das infraestruturas escolares, onde se verifica o maior investimento, mas também da promoção do sucesso educativo; o contributo para a descarbonização e para a eficiência energética na iluminação pública e também em alguns equipamentos públicos; o contributo para a melhoria das condições de visitação e usufruto do património natural e cultural e para a atratividade turística do território; o contributo para o micro empreendedorismo / desenvolvimento empresarial de micro e pequenas empresas.

Outros contributos esperados: a valorização e acréscimo da competitividade económica e ambiental do setor agrícola no concelho da Golegã, através de uma operação de reestruturação fundiária; a qualificação de equipamentos sociais dirigidos a idosos e à 1ª infância; a criação de emprego; o aumento da capacidade de resposta dos serviços de proteção civil no caso de incêndios florestais e cheias; o acréscimo da utilização das TIC no acesso aos serviços da administração local e o aumento da eficiência no funcionamento destes serviços.

O contributo do PDCT deverá ser inferior ao esperado no caso dos Objetivos Estratégicos: OE 2 - Aprofundamento das condições de fomento da coesão social e OE 4 - Desenvolvimento sustentável do território. No primeiro caso, devido à não concretização da Medida 2.1 Promover a inclusão social e a luta contra a pobreza devido à não operacionalização das PI 9.1 e 9.4. No segundo caso, devido à não concretização das Medidas 3.3 - Utilizar racionalmente os recursos regionais, promovendo a adaptação às alterações climáticas e 3.4 - Melhorar, os níveis qualitativos e quantitativos, no domínio da gestão de resíduos. Os resultados poderão ser também inferiores ao esperado no que respeita à criação de emprego.

TABELA SÍNTESE – INDICADOR 99:

Indicador	Resposta/Evidências
Indicador 99. Nível de contributo expectável das operações para a concretização dos objetivos do PDCT (análise qualitativa com base nos dados de compromisso e execução por PI dos indicadores de realização e resultado e da capacidade de cumprimento de metas)	Contributo da implementação do PDCT para os seus Objetivos Estratégicos:
	<u>OE 1 - Promoção do ordenamento e da eficiência das atividades agrícolas.</u> O contributo para este Objetivo reside na reestruturação fundiária de 5.000 hectares no concelho da Golegã. Os resultados esperados são: a redução do número de parcelas dispersas, o aumento da área regada por sistemas evoluídos, a adequação da rede de caminhos e a redução do nº de baixas elétricas. A dimensão do contributo para este objetivo face ao esperado, carece de informação sobre a execução do PDR 2020, ainda não disponibilizada.
	<u>OE 2. Aprofundamento das condições de fomento da coesão social</u> O contributo para este objetivo é elevado. Verifica-se principalmente ao nível da qualificação das infraestruturas escolares, mas também do combate ao abandono e insucesso escolar e da qualificação dos equipamentos sociais dirigidos aos idosos e 1ª infância. No entanto, será inferior ao esperado, devido à não concretização da Medida 2.1 – Promover a inclusão social e a luta contra a pobreza.
	<u>OE 3. Desenvolvimento de condições de empregabilidade.</u> O principal contributo esperado o incremento do micro empreendedorismo / desenvolvimento empresarial de micro e pequenas empresas. No que respeita à criação de emprego, o contributo é menor e poderá ser inferior ao esperado, devido ao pior desempenho da PI 8.3.
	<u>OE 4. Desenvolvimento sustentável do território</u> O principal contributo para este Objetivo é o acréscimo da eficiência energética nas infraestruturas públicas, principalmente na iluminação pública. Outro contributo do PDCT para este Objetivo, é a melhoria da resposta dos serviços de proteção civil no que respeita aos incêndios florestais e cheias. O contributo para este Objetivo será, no entanto, inferior ao previsto, devido à não concretização das Medidas 3.3 - Utilizar racionalmente os recursos regionais, promovendo a adaptação às alterações climáticas e 3.4 - para melhorar os níveis de reciclagem e valorização de resíduos urbanos.
	<u>OE 5. Valorização e preservação do património cultural e natural</u> O principal contributo das operações apoiadas para este objetivo, encontra-se em linha com o previsto e consiste na qualificação e melhoria das condições de visitação e usufruto do património natural e cultural, com impacto esperado no acréscimo da atratividade turística. O PDCT irá contribuir também para a dinamização de atividades culturais através da aprovação da operação Programação Cultural em Rede, não prevista inicialmente.
	<u>OE 6. Modernização e eficiência da Administração Pública</u>

O contributo da implementação do PDCT para este Objetivo, encontra-se em linha com o previsto e consiste no estímulo à utilização das TIC, e no aumento da eficiência do funcionamento interno dos serviços da Administração Local.

Na tabela abaixo é apresentada uma análise mais detalhada dos contributos resultantes da implementação do PDCT, para os seus Objetivos Estratégicos e Medidas.

INFORMAÇÃO DE DETALHE – INDICADOR 99:

Análise qualitativa do contributo esperado das operações apoiadas para os objetivos e Medidas do PDCT e para o desenvolvimento do território

Eixos Estratégicos da EIDT Lezíria do Tejo 2014-20 (EE) Objetivos Estratégicos (OE) e Medidas do PDCT da CIM Lezíria do Tejo 2020		PI /Medidas mobilizadas	Contributo esperado para os Eixos estratégicos do EIDT e para os Objetivos Estratégicos do PDCT
EE.1. Desenvolvimento competitivo da base económica regional			Valorização e competitividade económica e ambiental do setor agrícola
OE 1. Promoção do ordenamento e da eficiência das atividades agrícolas.	Medida 1.1 Promover o ordenamento e eficiência das atividades agrícolas. Pretende-se reduzir o número de parcelas dispersas, aumentar a área de cada parcela e a área regada por sistemas evoluídos, adequar a rede de caminhos e reduzir o número de baixas elétricas, contribuindo para a valorização e competitividade económica e ambiental do sector agrícola.	M04 do PDR	A Medida implementada visa a reestruturação fundiária de 5.000 hectares através do emparcelamento rural, no concelho da Golegã. Os principais contributos esperados para este Objetivo esperados são a redução do número de parcelas dispersas, aumento da área regada por sistemas evoluídos, adequação da rede de caminhos e redução do nº de baixas elétricas. A dimensão destes contributos face ao esperado, deverá ser aferida com a análise dos dados de execução do PDR 2020, ainda não disponibilizados.
EE.2. Promoção da coesão social e da empregabilidade			
OE 2. Aprofundamento das condições de fomento da coesão social.	Medida 2.1 Promover a inclusão social e a luta contra a pobreza. Pretende-se combater a exclusão social, promover a inclusão ativa e aumentar o conhecimento sobre a realidade social.	PI 9.1 PI 9.4	Esta Medida não foi implementada. Por ausência de operacionalização destas PI, não foi possível implementar os projetos previstos, o que determinou a perda de relevância do PDCT no domínio da inclusão social.
	Medida 2.2 Aumentar a qualidade de vida das populações. Pretende-se adequar e reforçar a rede de equipamentos e as respostas sociais (idosos, infância e cuidados continuados)	PI 9.7	O contributo esperado desta Medida consiste na qualificação da oferta de equipamentos dirigidos a idosos e primeira infância. Em termos quantitativos o contributo esperado é equivalente ao previsto/meta definida na versão atual do PDCT (4 equipamentos previstos e apoiados). Esta PI 2,9% da dotação contratualizada e apresenta uma taxa de compromisso de 100%. No entanto, importa referir que o contributo é inferior ao esperado inicialmente , já que o montante contratualizado sofreu uma redução acompanhada da revisão em baixa da meta relativa ao número de equipamentos a apoiar. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
	Medida 2.3 Melhorar a qualidade e a eficiência do sistema de ensino e o combater ao abandono e insucesso escolar	PI 10.1	Os resultados esperados são a redução e prevenção do abandono e insucesso escolar e também o reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade das escolas , não previsto inicialmente, já que se encontram submetidas e a aguardar decisão 6 candidaturas nesta tipologia. Esta Medida representa 8,9% da dotação atual contratualizada e apresenta uma taxa de compromisso superior a 100%, sendo que se encontram submetidas 6 candidaturas a aguardar decisão de aprovação. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
	Medida 2.4. Reorganizar e requalificar a rede escolar. Pretende-se reordenar e racionalizar a rede escolar do ensino básico e pré-escolar.	PI 10.5	O contributo desta medida - construção, requalificação e ampliação de escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário, incluindo intervenções de remoção de fibrocimento, deverá ser superior ao previsto no momento da contratualização. A dotação financeira desta PI foi reforçada em 251% e

Eixos Estratégicos da EIDT Lezíria do Tejo 2014-20 (EE) Objetivos Estratégicos (OE) e Medidas do PDCT da CIM Lezíria do Tejo 2020		PI /Medidas mobilizadas	Contributo esperado para os Eixos estratégicos do EIDT e para os Objetivos Estratégicos do PDCT
			representa atualmente 32,2% da dotação total do PDCT. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
OE 3. Desenvolvimento de condições de empregabilidade	Medida 2.5. Promover a empregabilidade e apoiar a criação de emprego próprio em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional	PI 8.3	O principal contributo esperado - criação de emprego incluindo o autoemprego, poderá ficar aquém do esperado. Esta PI apresenta as taxas de compromisso e de execução mais baixas (26,4% e 5,6%). A dotação atual desta PI teve uma redução face ao inicialmente previsto na contratualização, de 60%. A CIMLT considera provável o cumprimento das metas atuais, revistas em baixa, mas manifestou-se menos otimista do que relativamente às restantes PI.
	Medida 2.6. Promover o empreendedorismo regional e a criação de emprego em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional, incluindo o empreendedorismo social. Adicionalmente, esta Medida também contribuirá para o reforço das condições de acolhimento de iniciativas empresariais de pequena dimensão.	PI 8.8	O principal contributo esperado – desenvolvimento empresarial deverá ser superior ao esperado no momento da contratualização, como resultado principalmente da operacionalização das seguintes tipologias de intervenção: Promoção do micro empreendedorismo e Programa de Apoio à Produção Nacional (base local), com a maioria das candidaturas aprovadas. O contributo para o reforço das condições de acolhimento de iniciativas empresariais de pequena dimensão, traduz-se apenas em 2 candidaturas apoiadas, sendo que não se concretizou a candidatura de uma Incubadora, prevista no Concelho de Santarém. Esta PI foi reforçada em 170%, representando 8,1% da dotação global atualmente contratualizada. Apresenta as taxas de compromisso e execução de 100,6% e 71,5%, respetivamente. A CIMLT considera provável o cumprimento das metas atuais, revistas em alta, mas manifestou-se menos otimista do que relativamente às restantes PI. Este receio terá a ver com a criação de postos de trabalho, já que, o número de empresas apoiadas (60 candidaturas aprovadas) é já superior à meta (40).
EE.3. Requalificação e sustentabilidade territorial			
OE 4. Desenvolvimento sustentável do território	Medida 3.1. Promover uma economia com baixas emissões de carbono.	PI 4.3	O contributo esperado desta Medida é o acréscimo da eficiência energética principalmente na iluminação pública, mas também, embora com menor significado, em equipamentos públicos. O número de candidaturas aprovadas (37) é superior ao número de operações previstas (35). A dotação financeira atual desta medida teve um acréscimo de 47% face ao inicialmente contratualizado e representa 24,8% da dotação total do PDCT. A taxa de compromisso situa-se em 97,3% e a taxa de execução é 88,9%. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
	Medida 3.2. Melhorar a capacidade de resposta dos serviços de proteção civil	PI 5.2	O contributo esperado – o aumento da capacidade de resposta dos serviços de proteção civil no caso de incêndios florestais e cheias, deverá ser equivalente ao inicialmente previsto. Esta Medida representa apenas 0,7% do total da dotação do PDCT. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
	Medida 3.3. Utilizar racionalmente os recursos regionais, promovendo a adaptação às alterações climáticas	PI 5.1	Esta Medida do PDCT não foi executada uma vez que a CIM optou por não contratualizar esta PI.

Eixos Estratégicos da EIDT Lezíria do Tejo 2014-20 (EE) Objetivos Estratégicos (OE) e Medidas do PDCT da CIM Lezíria do Tejo 2020		PI /Medidas mobilizadas	Contributo esperado para os Eixos estratégicos do EIDT e para os Objetivos Estratégicos do PDCT
	Medida 3.4 Melhorar, os níveis qualitativos e quantitativos, no domínio da gestão de resíduos. Pretende-se melhorar os níveis de reciclagem e a valorização dos resíduos urbanos.	PI 6.1	Esta Medida do PDCT não foi executada uma vez que a CIM optou por desistir da contratualização desta PI. O contributo do PDCT inicialmente previsto, para melhorar os níveis de reciclagem e valorização de resíduos urbanos será, por isso, nulo.
OE 5. Valorização e preservação do património cultural e natural	Medida 3.5 Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural Pretende-se potenciar as condições de visitação e a atratividade turística	PI 6.3	Os contributos esperados são a melhoria das condições de visitação e usufruto do património natural e cultural, e para o acréscimo da atratividade turística. A dotação alocada a esta Medida teve um acréscimo de 26% e representa 11,4% da dotação total do PDCT. Com um número de operações aprovadas (11) próximo do previsto (10), esta medida apresenta uma taxa de compromisso de 99,8% e uma taxa de execução de 41%. Destaca-se a aprovação de uma operação intermunicipal não prevista no PDCT – Programação Cultural em Rede. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.
EE.4. Governação estratégica e eficiência da Administração Pública			
OE 6. Modernização e eficiência da Administração Pública	Medida 4.1. Promover a eficiência das administrações e dos serviços públicos. Pretende-se aumentar a proximidade, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos aos cidadãos e empresas.	PI 2.3	O contributo esperado traduz-se no acréscimo e integração dos serviços oferecidos online, no estímulo à utilização das TIC, e no aumento da eficiência do funcionamento interno dos serviços da Administração Local. A única operação prevista - o Plano Diretor de Informática Intermunicipal, encontra-se já concluída. A CIM admite que é muito provável o cumprimento das metas definidas.

SQ29. Como foi articulada a programação e execução dos projetos dos PDCT com outros projetos das mesmas entidades, nomeadamente aqueles associados à implementação da EIDT, mas com financiamento assegurado fora do âmbito do PDCT?

TABELA SÍNTESE – INDICADORES 103 E 104:

Indicador	Resposta / evidência
Indicador 103. Articulação do PDCT com outras fontes de financiamento.	Houve a preocupação de articulação do PDCT exclusivamente com outros instrumentos do PT2020, na fase de programação e na fase de implementação. Quanto ao tipo de articulação do PDCT com outros instrumentos de financiamento, a CIMLT, não respondeu a esta questão. Cf. resposta à SQ3.
Indicador 104. Montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) em PI, OT.	Neste momento, não estão disponíveis os montantes executados no território de abrangência do PDCT no âmbito do PT2020 (excluindo PDCT) por PI, OT.

